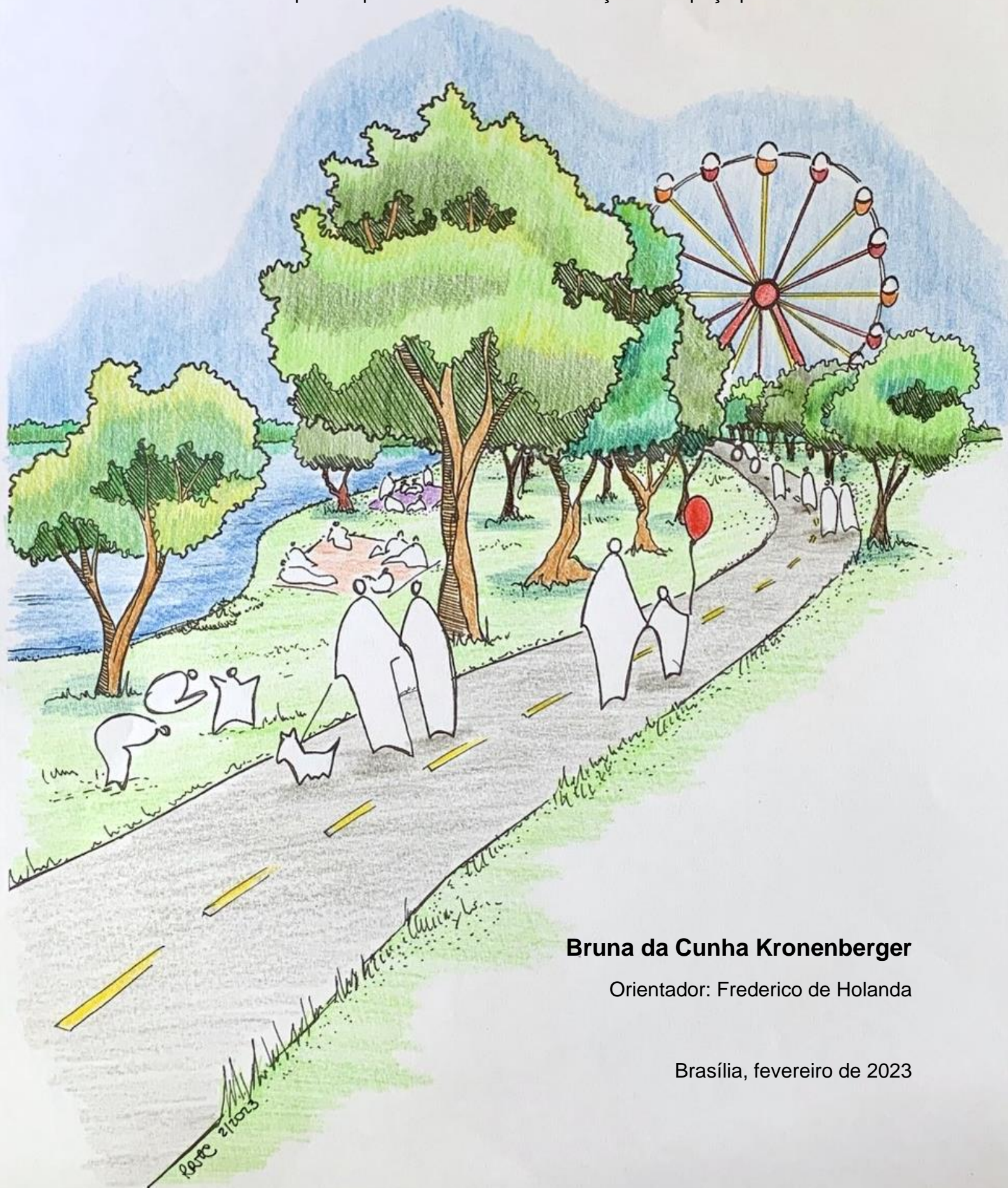


SE ENCONTRARAM, ENTÃO, NO PARQUE DA CIDADE

O capital arquitetônico e a sua distribuição no espaço público



Bruna da Cunha Kronenberger

Orientador: Frederico de Holanda

Brasília, fevereiro de 2023

BRUNA DA CUNHA KRONENBERGER

SE ENCONTRARAM, ENTÃO, NO PARQUE DA CIDADE

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda

Comissão examinadora:

Profa. Dra. Gabriela de Souza Tenorio
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Patrick Di Almeida Vieira Zechin
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya
Programa da Pós-Graduação da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Vânia Raquel Teles Loureiro
Programa da Pós-Graduação da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
Brasília

Brasília, fevereiro de 2023

Eduardo e Mônica

(Legião Urbana)

[...]

Se encontraram, então, no Parque da Cidade

A Mônica de moto e o Eduardo de camelo
O Eduardo achou estranho e melhor não comentar
Mas a menina tinha tinta no cabelo

[...]

E quem um dia irá dizer
Que existe razão
Nas coisas feitas pelo coração?
E quem irá dizer
Que não existe razão?

A maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles.

(Jacobs, 2011, p. 12-13).

Aos meus avós,
Nadyr Kronenberger,
Maria Helena da Cunha e
Alcides Kronenberger,
candangos que deixaram o litoral
para se aventurar na
terra vermelha da nova capital,
que não me falte a coragem de vocês.

Ao Chico,
à nova geração de candangos,
que não deixem de acreditar e trabalhar
por uma Brasília melhor.

AGRADECIMENTOS

Costumamos dizer que Mestrados e Doutorados são caminhos solitários. Não foi o caso. Várias pessoas caminharam ao meu lado nesses últimos anos e talvez eu cometa o equívoco de não mencionar alguém. Peço desculpas. Tenham certeza de que sou muito grata a todos e a todas que, direta ou indiretamente, me ajudaram a chegar até aqui.

Ao meu orientador, Professor Frederico de Holanda, a quem eu chamo de professor, não pelo saudosismo dos tempos da escola, mas por ter nele a figura do professor que, como dizia Paulo Freire, ensina a pensar certo, está disponível ao risco e à aceitação do novo, ensina com a generosidade de um grande educador e pesquisador.

Sigo nos professores que pavimentaram o caminho.

À Professora Gabriela Tenorio, membro da comissão examinadora, a quem eu posso chamar de amiga e por quem tenho profunda admiração, que contribuiu com esta Tese desde o início, desde antes de se tornar um projeto de pesquisa, parceira de tantos estudos e de tantas risadas, a pessoa responsável por mudar meu olhar sobre a cidade e o espaço público.

Ao Professor Renato Saboya, membro da comissão examinadora, a quem agradeço pelo rigor científico desde o Mestrado na UFSC, e que acompanhou esta pesquisa desde a Qualificação.

Ao Professor Patrick Zechin, membro da comissão examinadora, que também acompanhou e contribui com esta pesquisa desde a Qualificação.

À Professora Vânia Loureiro, membro da comissão examinadora, que me orientou em diversos momentos com escolhas técnicas e ferramentais.

Ao Professor Valério Medeiros, pelas aulas inesquecíveis – do mapa desenhado à linha do tempo traçada.

À Professora Giselle Challub, por quem eu tinha profunda admiração pela carreira e por quem passei a ter também profundo carinho depois de compartilhar a disciplina de Projeto de Urbanismo.

À Coordenação e à Secretaria do PPG/FAU/UnB, por todo apoio ao longo do Doutorado.

Como disse, o caminho desta Tese não foi solitário. Professores deram o caminho, amigos, familiares e ídolos me ajudaram a trilhar.

Ao Pink Floyd, por *The Dark Side of the Moon*, que me acompanhou intensivamente nas últimas semanas.

Às amigas do Mestrado da UFSC, Cláudia e Talita, presentes que Florianópolis me deu e que seguem ao meu lado, compartilhando as angústias e as conquistas da vida acadêmica.

Ao trio de arquitetas que foi a campo, Bruna Cardoso, Bruna Damasceno e Juliana Ozelim, responsáveis por me ajudarem no árduo mapeamento do Parque da Cidade – sem elas, esta Tese não seria possível e o caminho teria sido menos divertido.

Aos amigos Gianluca e Thaís, que, com vergonha ou sem vergonha, foram ao Parque da Cidade e abordaram dezenas de pessoas para que respondessem aos questionários.

Aos amigos Gabi e Pi, que fizeram os questionários chegar aos grupos de esporte, com o pessoal do vôlei de praia e da corrida, pelas fotos por parques de Brasília e, o mais importante, pelo apoio e pelas palavras de incentivo.

À amiga Laura, que no meio das várias funções encontrou tempo para fazer o lindo desenho que estampa a capa desta Tese (e que não poderia faltar) e pelas palavras de força que também nunca faltaram.

À minha tia Denyse e à minha prima Carla, corredoras e ciclistas do Parque da Cidade, por levarem os questionários a outros tantos esportistas.

Ao Adriano Senkevics, pelo apoio com as análises estatísticas desta pesquisa.

Aos responsáveis pelos quiosques, por terem compartilhado suas histórias sobre o Parque da Cidade.

Ao Blue, professor de Hit Dance, que gentilmente pediu que seus alunos respondessem aos questionários e contou um pouco da sua história no Parque da Cidade.

Às 462 pessoas que responderam aos questionários.

Às milhares de pessoas que se deixaram observar.

À Francisca, por deixar a casa sempre organizada enquanto eu organizava as ideias.

Aos meus pais, por terem segurado minha mão no dia em que cheguei nesse mundo e nunca terem soltado, por terem exercido com tanta dedicação e amor o papel de pais e de avós nessas últimas semanas – não fosse o tempo que dedicaram a cuidar do Chico, esta Tese não estaria finalizada agora.

Por fim, às duas pessoas com quem compartilho os dias.

Ao Gustavo, parceiro de tantas aventuras passadas e tantos projetos futuros, que coletou questionário, participou das entrevistas, discutiu e revisou cada ponto desta Tese, o responsável por não ter permitido que em algum momento eu tivesse pensado em desistir – chegou a minha vez de citar Cazuzá: só posso retribuir com todo amor que houver nessa vida.

Ao Chico, a quem e por quem eu prometi que terminaria esta Tese e aqui ela está.

Muito obrigada a cada um de vocês.

RESUMO

Pensar na sociedade e nos diversos ativos dos quais dispomos e pelos quais nos inserimos nela significa compreender as diversas dimensões que a constituem. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, carece entender os vários tipos de capitais: recursos, meios, capacidades que mobilizamos para atender nossas necessidades, e que caracterizam quem somos. Ao incluirmos a arquitetura na constituição da sociedade, com base na Teoria da Sintaxe Espacial (TSE), defendemos que a maneira como nos organizamos, como corpos no espaço e no tempo, e a maneira como organizamos os lugares constituem uma macroestrutura social, na qual se insere o capital arquitetônico, como capacidade do sujeito ao mobilizar a arquitetura para seus fins. Esse capital refere o recurso que implica possibilidades ou restrições aos modos de nos apropriarmos dos lugares e de nos movermos através deles, e as condições de visibilidade do outro; ele é composto pelo capital espacial e pelo capital edifício, o primeiro a referir os espaços abertos, de acesso irrestrito, o segundo, os espaços fechados, de acesso restrito. O capital arquitetônico se superpõe aos demais capitais – econômico, político, cultural, ideológico, social – ao constituírem a classe social: a estrutura e o volume diversos dos capitais de que as classes sociais são detentoras, constituem, diversamente, por isso mesmo, as distintas classes sociais. Uma nova topografia é o núcleo desta tese: distintas classes sociais colorem distintamente os lugares; e vice-versa: lugares distintamente configurados qualificam, distintamente, as diferentes classes sociais. A empiria é formada pelo Parque da Cidade Dona Sarah Kubitscheck e pelos sujeitos que dele (diferenciadamente) se apropriam. O Parque localiza-se no coração de Brasília, a Capital Federal do Brasil. O conteúdo se estrutura em três partes: (i) Conhecimento do objeto de estudo; (ii) Levantamento da vida pública; e, (iii) Levantamento do capital arquitetônico e do *habitus*. Entre os procedimentos operacionais estão a análise documental, a observação participante e não participante, que resultou no mapeamento do Parque da Cidade, e a aplicação de questionários com as pessoas que o frequentam, que possibilitou a construção de um indicador de capital arquitetônico. Os resultados evidenciam as relações entre o capital arquitetônico que o Parque faculty formar nos sujeitos (quando do Parque se apropriam), e o capital arquitetônico extra parque apropriado pelos sujeitos: nos lugares que usufruem fora daqui – residência, comércio, cultura, trabalho. Não é possível entender o primeiro sem os segundos; e ambos dizem de quem se trata.

Palavras-chave: capital arquitetônico, capital espacial, capital edifício, *habitus*, espaço público.

ABSTRACT

Thinking about society and the various assets we have and through which we are part of it means understanding the different dimensions that constitute it. For the French sociologist Pierre Bourdieu, it is necessary to understand the various types of capital: resources, means, capabilities that we mobilize to meet our needs, and that characterize who we are. By including architecture in the constitution of society, based on the Spatial Syntax Theory (SST), we argue that the way we organize ourselves, as bodies in space and time, and the way we organize places constitute a social macrostructure, in which architectonic capital is inserted, as the subject's ability to mobilize architecture for their purposes. This capital refers to the resource that implies possibilities or restrictions to the ways of appropriating places and moving through them, and the conditions of visibility of the other; it is composed of spatial capital and building capital, the first referring to open spaces, with unrestricted access, the second, closed spaces, with restricted access. Architectonic capital is superimposed on other capitals – economic, political, cultural, ideological, social – by constituting the social class: the different structure and volume of the capitals that the social classes hold, constitute, diversely, for this very reason, the different social classes. A new topography is the core of this thesis: different social classes color places differently; and vice versa: distinctly configured places distinctly qualify the different social classes. The experience is formed by the Parque da Cidade Dona Sarah Kubitscheck and by the subjects who (differently) appropriate it. Parque da Cidade is located in the heart of Brasilia, the Federal Capital of Brazil. The content is structured in three parts: (i) Knowledge of the object of study; (ii) Survey of public life; and, (iii) Survey of architectonic capital and habitus. Among the operating procedures are document analysis, participant and non-participant observation, which resulted in the mapping of Parque da Cidade, and the application of questionnaires with people who frequent it, which enabled the construction of an indicator of architectural capital. The results show the relationships between the architectonic capital that the Parque da Cidade enables to form in the subjects (when they appropriate the Park), and the extra-park architectonic capital appropriated by the subjects: in the places they enjoy outside of here – residence, commerce, culture, work. It is not possible to understand the first without the second; and both say who it is.

Keywords: architectural capital, spatial capital, building capital, *habitus*, public space.

RESUMEN

Pensar la sociedad y los diversos bienes que poseemos y a través de los cuales formamos parte de ella significa comprender las diferentes dimensiones que la constituyen. Para el sociólogo francés Pierre Bourdieu, es necesario comprender los diversos tipos de capital: recursos, medios, capacidades que movilizamos para satisfacer nuestras necesidades y que caracterizan lo que somos. Al incluir la arquitectura en la constitución de la sociedad, con base en la Teoría de la Sintaxis Espacial (TSE), argumentamos que la forma en que nos organizamos, como cuerpos en el espacio y el tiempo, y la forma en que organizamos los lugares constituyen una macroestructura social, en la que el capital arquitectónico se inserta, como la capacidad del sujeto de movilizar la arquitectura para sus fines. Este capital se refiere al recurso que implica posibilidades o restricciones a las formas de apropiación de los lugares y de transitar por ellos, y las condiciones de visibilidad del otro; se compone de capital espacial y capital edificatorio, el primero referido a espacios abiertos, de libre acceso, el segundo, a espacios cerrados, de acceso restringido. El capital arquitectónico se superpone a otros capitales -económico, político, cultural, ideológico, social- al constituir la clase social: la diferente estructura y volumen de los capitales que ostentan las clases sociales, constituyen, diversamente, por eso mismo, los distintos capitales sociales. Una nueva topografía es el núcleo de esta tesis: diferentes clases sociales colorean los lugares de manera diferente; y viceversa: los lugares claramente configurados califican claramente las diferentes clases sociales. La experiencia está formada por el Parque da Cidade Dona Sarah Kubitscheck y por los sujetos que (diferentemente) se lo apropian. El Parque está ubicado en el corazón de Brasilia, la Capital Federal de Brasil. El contenido se estructura en tres partes: (i) Conocimiento del objeto de estudio; (ii) Estudio de la vida pública; y, (iii) Levantamiento de capital arquitectónico y *habitus*. Entre los procedimientos operativos están el análisis de documentos, la observación participante y no participante, que resultó en el mapeo del Parque da Cidade, y la aplicación de cuestionarios con las personas que lo frecuentan, lo que permitió la construcción de un indicador de capital arquitectónico. Los resultados muestran las relaciones entre el capital arquitectónico que el Parque permite formar en los sujetos (cuando se apropian del Parque), y el capital arquitectónico extraparque apropiado por los sujetos: en los lugares que disfrutan fuera de aquí –residencia, comercio, cultura, trabajo. No es posible comprender lo primero sin lo segundo; y ambos dicen quien es.

Palabras clave: capital arquitectónico, capital espacial, capital constructivo, *habitus*, espacio público..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Causas e efeitos da Arquitetura. Fonte: HOLANDA, 2022.....	37
Figura 2. Ciência e ética. O mundo como é (o âmbito da realidade objetiva) e o mundo como deveria ser (o âmbito do desejo). Fonte: Adaptado de Holanda (2022).....	38
Figura 3. Vila Planalto – variedade edilícia: baixa renda (2020). Fonte: Frederico de Holanda.	40
Figura 4. Vila Planalto – variedade edilícia: média renda (2020). Fonte: Frederico de Holanda.	40
Figura 5. Vila Planalto – variedade edilícia: alta renda (2020). Fonte: Frederico de Holanda.	41
Figura 6. Jardins de <i>Stourhead</i> , Warminster, Inglaterra. Fonte: shorturl.at/cKZ15	56
Figura 7. Plano de Frederick Magnus Piper para <i>Stourhead</i> (1779). Fonte: shorturl.at/cKZ15	56
Figura 8. <i>Hyde Park</i> – entrada para o parque (1804). Fonte: shorturl.at/suEKY	57
Figura 9. Sátira <i>Monstruosidades</i> , de George Cruikshank, com pessoas “elegantes” encenando seus capitais no <i>Hyde Park</i> (1822). Fonte: shorturl.at/suEKY	57
Figura 10. Plano do <i>Hyde Park</i> (1833). Fonte: shorturl.at/suEKY	58
Figura 11. Plano do <i>Regent’s Park</i> (1833). Fonte: shorturl.at/cmqw8	59
Figura 12. <i>Regent’s Park</i> (1863). Fonte: shorturl.at/drw59	60
Figura 13. <i>Regent’s Park</i> (1890). Fonte: shorturl.at/drw59	60
Figura 14. <i>Regent’s Park</i> . Fonte: shorturl.at/fgnQZ	61
Figura 15. Plano de Haussmann para Paris (1853). Fonte: shorturl.at/ciGMO	62
Figura 16. A <i>Avenue de l’Opéra</i> , criada por Haussmann. Pintura de Camille Pissarro (1898). Fonte: shorturl.at/kwyMO	62
Figura 17. Plano do <i>Victoria Park</i> (1841). Fonte: shorturl.at/eNPTW	63
Figura 18. <i>Victoria Park</i> (1901). Fonte: shorturl.at/eNPTW	63
Figura 19. Plano do <i>Central Park</i> , Nova York (1860). Fonte: shorturl.at/diyZ9	66
Figura 20. <i>Central Park</i> , Nova York. Fonte: shorturl.at/diyZ9	66
Figura 21. <i>Central Park</i> , Nova York – <i>The Mall</i> , inspirado nas praças europeias, reunindo visitantes de todas as origens (1902). Fonte: shorturl.at/diyZ9	66
Figura 22. <i>Central Park</i> , Nova York – <i>The Mall</i> . Fonte: shorturl.at/diyZ9	67
Figura 23. <i>Central Park</i> , Nova York – vista aérea. Fonte: shorturl.at/diyZ9	67
Figura 24. <i>Southdale Center</i> (1956). Fonte: shorturl.at/bcqDJ	69
Figura 25. <i>Southdale Center</i> (1964). Fonte: shorturl.at/bcqDJ	69
Figura 26. Passeio Público do Rio de Janeiro – traçado do Mestre Valentim (1791). Fonte: shorturl.at/mBGS2	73
Figura 27. Jardim Botânico do Rio de Janeiro – litografia de Sébastien Auguste Sisson. Fonte: shorturl.at/ntN09	74
Figura 28. Planta do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por Karl Glasl (1863). Fonte: shorturl.at/itCP8	75
Figura 29. Passeio Público do Rio de Janeiro – plano de Glaziou (1871). Fonte: shorturl.at/dex23 . ..	76
Figura 30. Campo de Santana – plano de Glaziou (1870-80). Fonte: shorturl.at/pvZ28	77
Figura 31. Sociedade carioca com seus trajes europeus. Fonte: shorturl.at/bGHT7	78
Figura 32. Champs Élysées, Paris (1900), à esquerda, e Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (1920), à direita, depois da reforma Pereira Passos. Fonte: shorturl.at/arBLM	79
Figura 33. Sátira da reforma Pereira Passos: “O Dr. Passos com passo seguro foi à noite ao ex-Paço e quando amanheceu o dia... foi um dia um barracão”. Fonte: shorturl.at/dFNT	80
Figura 34. Parque Trianon, São Paulo. Fonte: shorturl.at/cFO26	81
Figura 35. Praça da República, Belém. Fonte: shorturl.at/rwSV7	81
Figura 36. Parque Municipal Américo Renné Giannetti, Belo Horizonte. Fonte: shorturl.at/lwEG5	81
Figura 37. Croqui do Plano Piloto de Lucio Costa (1957). Fonte: shorturl.at/mLSWY	83
Figura 38. Parque Ibirapuera, São Paulo. Fonte: shorturl.at/jtH46	84
Figura 39. Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Fonte: shorturl.at/jKZ46	84
Figura 40. Praça das Fontes, no Setor Militar Urbano (SMU), Brasília. Fonte: shorturl.at/pyCV3	84
Figura 41. Parque Barigui, Curitiba. Fonte: shorturl.at/sAFR9	85

Figura 42. Parque Barigui, Curitiba. Fonte: shorturl.at/sAFR9	85
Figura 43. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Brasília. Fonte: shorturl.at/kMSUW	86
Figura 44. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/gBJPY	88
Figura 45. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/vxA68	88
Figura 46. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/vxA68	88
Figura 47. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/vxA68	89
Figura 48. Parque Olhos d'Água, Brasília. Fonte: shorturl.at/akMX3	90
Figura 49. Esplanada dos Ministérios, no Eixo Monumental. Fonte: Joana França.....	94
Figura 50. Superquadras residenciais, no Eixo Rodoviário. Fonte: Joana França.....	95
Figura 51. Plataforma Rodoviária no cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário. Fonte: Joana França.	96
Figura 52. As quatro escalas do Plano Piloto. Fonte: REIS <i>et al.</i> (2017).	96
Figura 53. Unidade vizinhança de Lucio Costa – Superquadras 107/307/108/308, localizadas na Asa Sul, Plano Piloto. Fonte: Joana França.....	98
Figura 54. Superquadra modelo – SQS 308, localizada na Asa Sul, Plano Piloto. Fonte: Joana França.	98
Figura 55. Primeiros núcleos urbanos de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GeoPortal.	99
Figura 56. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF). Fonte: Elaboração própria.	100
Figura 57. Área Metropolitana de Brasília (AMB). Fonte: Elaboração própria.	101
Figura 58. Congestionamento na BR-020, saída norte de Brasília, sentido Sobradinho e Planaltina. Fonte: shorturl.at/dQXZ4	102
Figura 59. Mapa de Integração da AMB. Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa Axial desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa DIMPU.	103
Figura 60. Avenida do Sol, uma das principais ruas do Jardim Botânico – região com predominância de condomínios residenciais unifamiliares. Fonte: shorturl.at/kLPS1	106
Figura 61. Densidade urbana de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).	106
Figura 62. Rendimento médio mensal per capita da população de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).	107
Figura 63. Valor do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento). Fonte: ZECHIN (2014).	110
Figura 64. Mapa com método centrográfico para as variáveis censitárias (i) domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo e (ii) domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 10 salários mínimos Fonte: ZECHIN (2014).	111
Figura 65. Padrões de apropriação do espaço urbano. Fonte: NETTO (2014).	112
Figura 66. Localidades – pontos “fora da curva” (HOLANDA, 2022). Fonte: Elaboração própria.	116
Figura 67. Parque Nacional de Brasília, Asa Norte, Plano Piloto – piscina natural na Água Mineral (2016). Fonte: Arquivo pessoal.	117
Figura 68. Parque Nacional de Brasília, Asa Norte, Plano Piloto – trilha (2016). Fonte: Arquivo pessoal.	118
Figura 69. Parque Nacional de Brasília, Asa Norte, Plano Piloto – Ilha da Meditação (2016). Fonte: Arquivo pessoal.	118
Figura 70. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Asa Sul, Plano Piloto. Fonte: shorturl.at/iloEH	119
Figura 71. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Asa Sul, Plano Piloto – ciclovia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	119
Figura 72. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Asa Sul, Plano Piloto – gramados e lago (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	120

Figura 73. Jardim Botânico de Brasília, Lago Sul – Caliandra Café e Orquidário Margaret Mee (área de fruição social). Fonte: https://shorturl.at/mpxY2	120
Figura 74. Jardim Botânico de Brasília. Café Jardim Bom Demais – área de piquenique. Fonte: Geovana Albuquerque/ Agência Brasília.	121
Figura 75. Jardim Botânico de Brasília – Centro de Excelência do Cerrado. Fonte: Aliança Cerrado.	121
Figura 76. Antiga Vila Paranoá – local atualmente ocupado pelo Parque Ecológico do Paranoá, Paranoá (1986). Fonte: GeoPortal.	122
Figura 77. Parque Ecológico do Paranoá, Paranoá (2023). Fonte: Google Earth.	122
Figura 78. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto (2023). Fonte: Google Earth... ..	123
Figura 79. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – pista de caminhada/corrida e ciclovia, e equipamentos de ginástica (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.	124
Figura 80. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – aula de yoga (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.	124
Figura 81. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – trilhas (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.....	125
Figura 82. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – gramado central (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.	125
Figura 83. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – parque infantil (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.	126
Figura 84. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste (2023). Fonte: Google Earth.....	126
Figura 85. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste – quadra poliesportiva (2018). Fonte: Arquivo pessoal.	127
Figura 86. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste – pista de caminhada/corrida e ciclovia (2018). Fonte: Arquivo pessoal.	127
Figura 87. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste – equipamento de ginástica (2018). Fonte: Arquivo pessoal.	128
Figura 88. Eixão do Lazer, Plano Piloto – Eixo Rodoviário aberto para os pedestres aos domingos. Fonte: shorturl.at/GOW04	129
Figura 89. Eixão do Lazer, Plano Piloto – Eixo Rodoviário aberto para os pedestres aos domingos. Fonte: shorturl.at/ceFY9	129
Figura 90. Eixo Rodoviário fechado para os pedestres em dia de semana (2020). Fonte: Frederico de Holanda.	130
Figura 91. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – conhecido como Ermida Dom Bosco, à beira do Lago Paranoá. Fonte: Joana França.	130
Figura 92. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – pista de caminhada/corrida. Fonte: shorturl.at/eBCIU	131
Figura 93. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – pista de caminhada/corrida. Fonte: shorturl.at/eBCIU	131
Figura 94. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – livre acesso ao Lago Paranoá. Fonte: shorturl.at/eBCIU	131
Figura 95. Parque Ecológico de Águas Claras, Águas Claras. Fonte: shorturl.at/eIJQW	132
Figura 96. Parque Ecológico de Águas Claras, Águas Claras – pista de caminhada/corrida e ciclovia. Fonte: shorturl.at/ozIKM	133
Figura 97. Pontão do Lago Sul, Lago Sul (2023). Fonte: Google Earth.	134
Figura 98. Pontão do Lago Sul, Lago Sul. Fonte: shorturl.at/gmpvy	134
Figura 99. Pontão do Lago Sul, Lago Sul – aviso de proibido fazer piqueniques e churrascos (2020). Fonte: Arquivo pessoal.....	135
Figura 100. Pontão do Lago Sul, Lago Sul – aviso de carrapatos nos gramados (2020). Fonte: Arquivo pessoal.	135
Figura 101. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte (2023). Fonte: Google Earth.	136
Figura 102. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.	136

Figura 103. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte – livre acesso para o Lago Paranoá (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.....	137
Figura 104. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte – Ponto de Encontro Comunitário (PEC) (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.....	137
Figura 105. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte – campo de futebol com arquibancada (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.....	138
Figura 106. Parque Ecológico Bernardo Sayão, Lago Sul (2023). Fonte: Arquivo pessoal.....	139
Figura 107. Orla do Lago Paranoá irregularmente ocupada pelos lotes residenciais do Lago Sul. Fonte: Joana França.....	141
Figura 108. Orla do Lago Paranoá desobstruída – implantação de coopervia e ciclovia entre os Parques da Asa Delta e Península Sul, Lago Sul, na orla do Lago Paranoá (2018). Fonte: Tony Winston/Agência Brasília.....	142
Figura 109. Canteiro central do Eixo Monumental – Esplanada dos Ministérios. Fonte: Joana França.	143
Figura 110. Canteiro central do Eixo Monumental – Torre de TV. Fonte: Joana França.....	143
Figura 111. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental – ponto mais alto do Plano Piloto (década de 1960). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.....	144
Figura 112. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental – declaração de Juscelino Kubitschek: “Essa cruz constitui a verdadeira pedra fundamental da cidade. É, sem dúvida, seu marco histórico, e muito mais expressivo do que a placa, fundida no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e colocada perto da cidade de Planaltina, dentro do quadrilátero Cruls”. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.....	144
Figura 113. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental – quando recebeu o tratamento paisagístico atual (1974). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.....	145
Figura 114. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.....	145
Figura 115. Canteiro central do Eixo Monumental, em frente à Praça do Cruzeiro – local aonde as pessoas vão para ver o pôr do sol, vista para oeste (2020). Fonte: Arquivo Pessoal.....	146
Figura 116. Canteiro central do Eixo Monumental, em frente à Praça do Cruzeiro – local aonde as pessoas vão para ver o pôr do sol, vista para leste (2020). Fonte: Arquivo Pessoal.....	146
Figura 117. Situação dos parques em Brasília. Foram considerados ecológicos todos os parques com caráter de conservação ambiental predominante, e urbanos, aqueles com caráter predominante de fruição social. Fonte: Elaboração própria a partir de consultas ao GeoPortal (SEDUH), ao SISDIA (SEMA) e à legislação vigente.....	147
Figura 118. <i>Pontos de Interesse</i> do Parque da Cidade.....	166
Figura 119. Croqui de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília. Legenda: 9. Torre radioemissora; 10. Setor esportivo; 11. Praça da Municipalidade; 20. Jardim Botânico; 21. Jardim Zoológico; 26. Sociedade hípica; 27. Área destinada a feiras, circos etc. Fonte: shorturl.at/afm58	167
Figura 120. Torre de TV – vista para onde deveria ter sido implantada a hípica e o Jardim Zoológico. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.....	168
Figura 121. Praça do Buriti – Palácio do Buriti, sede do GDF, à esquerda, e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, à direita; ao fundo, a Torre de TV (1970). Fonte: Tanure (2007).....	168
Figura 122. Bosque de pinheiros, utilizado para acampamento (1977). Fonte: Tanure (2007).....	170
Figura 123. Plano Piloto de Brasília. Parque da Cidade e Parque Ecológico Burle Marx em destaque (2023). Fonte: Elaborado a partir de imagem satélite do Google Earth.....	171
Figura 124. Painel do projeto de Burle Marx e equipe para o Parque da Cidade, apresentado na Bienal de Veneza. Fonte: Tanure (2007).....	172
Figura 125. Zoneamento do Parque da Cidade, conforme projeto de Burle Marx e equipe. Fonte: Elaboração própria.....	173
Figura 126. Eixo Monumental, em primeiro plano; reservatório da Caesb no canto superior direito (1976). Fonte: Tanure (2007).....	174
Figura 127. Lago do Parque da Cidade, com pedalinhos. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	175
Figura 128. Lago do Parque da Cidade, com pedalinhos. Fonte: Histórias de Brasília.....	175

Figura 129. Praça das Fontes (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	176
Figura 130. O ripado idealizado por Burle Marx para a Praça das Fontes, mas que não chegou a ser executado, seria algo semelhante, ainda ao já executado no Rio de Janeiro, no atual Sítio Roberto Burle Marx (Tanure, 2007). Fonte: shorturl.at/cDQWZ	176
Figura 131. Construção que abriga o ponto de parada do trenzinho e os sanitários, ao fundo – no dia da cerimônia de inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	177
Figura 132. O trenzinho – coletivo que fazia a circulação interna do Parque da Cidade. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	178
Figura 133. Localização do Parque da Cidade, com indicação de rendimento mensal <i>per capita</i> e densidade das RAs vizinhas. Fonte: Elaboração própria a partir da PDAD-2021 (CODEPLAN, 2022).	182
Figura 134. Mapa de Integração global (Rn). Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa Axial desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa DIMPU.	184
Figura 135. Parque da Cidade. Legenda: E = Estacionamento; A = Acesso. Fonte: Elaboração própria.	185
Figura 136. Parque da Cidade. Legenda: E = Estacionamento; A = Acesso; Ciclovia, em vermelho, e pista de caminhada/corrida, em amarelo. Fonte: Elaboração própria.	186
Figura 137. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 8h. Fonte: Elaboração própria.	193
Figura 138. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 10h. Fonte: Elaboração própria.	193
Figura 139. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 12h. Fonte: Elaboração própria.	193
Figura 140. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 14h. Fonte: Elaboração própria.	194
Figura 141. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 16h. Fonte: Elaboração própria.	194
Figura 142. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 18h. Fonte: Elaboração própria.	194
Figura 143. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 8h. Fonte: Elaboração própria.	195
Figura 144. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 10h. Fonte: Elaboração própria.	195
Figura 145. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 12h. Fonte: Elaboração própria.	195
Figura 146. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 14h. Fonte: Elaboração própria.	196
Figura 147. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 16h. Fonte: Elaboração própria.	196
Figura 148. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 18h. Fonte: Elaboração própria.	196
Figura 149. <i>Pontos de Interesse: Parque Ana Lúcia; Nicolândia; Quiosque do Atleta; e Castelinho.</i>	212
Figura 150. Parque Ana Lúcia – <i>Astro City Rocket Slide</i> , o foguetinho. Fonte: Histórias de Brasília.	213
Figura 151. Parque Ana Lúcia – anterior à inauguração do Parque da Cidade. Fonte: Arquivo Público.	214
Figura 152. Parque Ana Lúcia – anterior à inauguração do Parque da Cidade. Fonte: Arquivo Público.	214
Figura 153. Parque Ana Lúcia – brinquedo da ala dos meninos. Fonte: Arquivo Público.	215
Figura 154. Parque Ana Lúcia – brinquedo da ala dos meninos. Fonte: Arquivo Público.	215
Figura 155. Parque Ana Lúcia – brinquedo da ala das meninas. Fonte: Arquivo Público.	215
Figura 156. Parque Ana Lúcia – brinquedo da ala das meninas. Fonte: Arquivo Público.	215

Figura 157. Parque Ana Lúcia – o foguetinho no dia em que o Parque da Cidade foi aberto ao público (1978). Fonte: Arquivo Público.....	216
Figura 158. Parque Ana Lúcia (1994). Fonte: Histórias de Brasília	216
Figura 159. Parque Ana Lúcia – o foguetinho (2022). Devido a mudanças nas regras americanas de segurança de brinquedos infantis, o <i>Astro City Rocket Slide</i> , criado e produzido pela empresa americana <i>Miracle Equipment Company</i> , parou de ser fabricado, o que provavelmente tornou o nosso foguetinho um de seus últimos exemplares no mundo. Fonte: Arquivo pessoal.....	217
Figura 160. <i>Parque Ana Lúcia</i> – vendedores ambulantes na entrada (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	220
Figura 161. <i>Parque Ana Lúcia</i> – grupos de familiares e amigos fazendo piquenique e comemorando aniversário (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	221
Figura 162. <i>Parque Ana Lúcia</i> – foguetinho (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	221
Figura 163. <i>Parque Ana Lúcia</i> – contação de história (2022), Fonte: Arquivo Pessoal.....	222
Figura 164. Nicolândia – ao lado do Parque Ana Lúcia, ainda fora dos limites atuais do Parque da Cidade. Fonte: Histórias de Brasília.....	223
Figura 165. Nicolândia – ao lado do Parque Ana Lúcia, ainda fora dos limites atuais do Parque da Cidade (1972). Fonte: Histórias de Brasília.....	224
Figura 166. <i>Divertlândia</i> – parque de diversões no Park Shopping, localizado na região do Guará, a pouco mais de 11 Km da Rodoviária do Plano Piloto (1984). Fonte: Histórias de Brasília.....	225
Figura 167. <i>Divertlândia</i> – parque de diversões no Park Shopping, localizado na região do Guará, a pouco mais de 11 Km da Rodoviária do Plano Piloto (1995). Fonte: Histórias de Brasília.....	225
Figura 168. <i>Nicolândia</i> – antiga placa do parque de diversões que permanece em uma das entradas (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	226
Figura 169. <i>Nicolândia</i> – portão principal de acesso ao parque de diversões Nova Nicolândia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	226
Figura 170. <i>Nicolândia</i> – praça de alimentação (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	228
Figura 171. <i>Nicolândia</i> – vendedores ambulantes em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	228
Figura 172. <i>Nicolândia</i> – carrinho de churros do lado de fora do parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	229
Figura 173. <i>Nicolândia</i> – placa com cardápio da Barraca do Valdir, um dos quiosques localizados em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	229
Figura 174. <i>Nicolândia</i> – vendedores ambulantes em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	230
Figura 175. <i>Nicolândia</i> – vendedores ambulantes em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	230
Figura 176. <i>Nicolândia</i> – interior do parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	231
Figura 177. <i>Nicolândia</i> – interior do parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	232
Figura 178. <i>Nicolândia</i> – roda gigante (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	232
Figura 179. Quiosque do Atleta (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	236
Figura 180. Quiosque do Atleta (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	236
Figura 181. <i>Quiosque do Atleta</i> – imediações do quiosque (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	237
Figura 182. <i>Quiosque do Atleta</i> – quiosques próximos às quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	238
Figura 183. <i>Quiosque do Atleta</i> – quiosque do frescobol (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	239
Figura 184. <i>Quiosque do Atleta</i> – tendas de massagem (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	240
Figura 185. <i>Quiosque do Atleta</i> – tendas de massagem (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	240
Figura 186. <i>Quiosque do Atleta</i> – quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	241
Figura 187. <i>Quiosque do Atleta</i> – gramados ao redor das quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	241
Figura 188. <i>Quiosque do Atleta</i> – gramados ao redor das quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.....	242

Figura 189. <i>Quiosque do Atleta</i> – quadras de areia do frescobol (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	243
Figura 190. <i>Quiosque do Atleta</i> – quadras de areia próximas ao Nicolândia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	243
Figura 191. <i>Quiosque do Atleta</i> – trecho da pista de caminhada/corrida (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	244
Figura 192. <i>Quiosque do Atleta</i> – cimentado entre os Estacionamentos 12 e 13 com aula de funcional (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	244
Figura 193. <i>Quiosque do Atleta</i> – ensaio de bateria próximo à Administração do Parque (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	247
Figura 194. Planta da Cidade das Crianças. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	248
Figura 195. Castelinho – antes da intervenção. Fonte: shorturl.at/aJO24	249
Figura 196. Castelinho – antes da intervenção. Fonte: shorturl.at/anT23	249
Figura 197. Castelinho – durante a intervenção (2021). Fonte: shorturl.at/iLPZ5	250
Figura 198. Castelinho – durante a intervenção (2021). Fonte: shorturl.at/iLPZ5	250
Figura 199. Castelinho – interior com mesas e bancos de concreto (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	251
Figura 200. <i>Castelinho</i> – gramados ao redor sendo ocupados por grupos de famílias e amigos (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	252
Figura 201. <i>Castelinho</i> – gangorras nos gramados ao redor (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	252
Figura 202. <i>Castelinho</i> – escorregadores (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	253
Figura 203. <i>Castelinho</i> – grupo de família e amigos fazendo piquenique nos bancos e mesas de concreto (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	253
Figura 204. <i>Castelinho</i> – crianças brincando (2023). Fonte: Arquivo Pessoal.	254
Figura 205. <i>Pontos de Interesse: Pavilhão; Pedalinho; e Praça das Fontes</i>	262
Figura 206. Zona da Feira dos Estados com o projeto de Oscar Niemeyer (1980). Fonte: GeoPortal.	263
Figura 207. Pavilhão de Exposições (2016). Fonte: GeoPortal.	264
Figura 208. Pavilhão de Exposições (2022). Fonte: Correio Braziliense.	264
Figura 209. <i>Pavilhão</i> – Reportagem do Correio Braziliense sobre a Floresta dos Sussurros (2018). Fonte: Correio Braziliense.	265
Figura 210. <i>Pavilhão</i> – Reportagem do Portal Metrôpoles sobre a Floresta dos Sussurros (2021). Fonte: Portal Metrôpoles.	265
Figura 211. <i>Pavilhão</i> – Reportagem do Portal Metrôpoles sobre a Floresta dos Sussurros (2022). Fonte: Portal Metrôpoles.	265
Figura 212. Pavilhão – 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNTC) (2018). Fonte: shorturl.at/jOX12	266
Figura 213. Pavilhão – 25ª Expotchê (2017). Fonte: shorturl.at/aDM79	267
Figura 214. Pavilhão – 8º Festival do Japão de Brasília (2019). Fonte: shorturl.at/hiQT8	267
Figura 215. Pedalinhos no lago do Parque da Cidade (2021). Fonte: Arquivo pessoal.	270
Figura 216. <i>Pedalinho</i> – gramados ao redor da ponte do Parque da Cidade (2021). Fonte: Arquivo pessoal.	271
Figura 217. <i>Pedalinho</i> – gramados ao redor da ponte do Parque da Cidade (2021). Fonte: Arquivo pessoal.	271
Figura 218. <i>Pedalinho</i> – pista de corrida/caminhada e ciclovia na “Volta de 4 km”, em direção à ponte (2021). Fonte: Arquivo pessoal.	272
Figura 219. <i>Pedalinho</i> – banca do coco, no Estacionamento 10 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	272
Figura 220. <i>Pedalinho</i> – banca do coco, no Estacionamento 10 (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	273
Figura 221. <i>Pedalinho</i> – pista de corrida/caminhada em frente à banca do coco, no Estacionamento 10 (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	273
Figura 222. <i>Pedalinho</i> – grupo de corrida Ápice, ao lado da banca do coco, no sábado (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	274

Figura 223. <i>Pedalinho</i> – quiosques nas proximidades do Estacionamento 10 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	275
Figura 224. <i>Pedalinho</i> – quiosques nas proximidades do Estacionamento 10 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	275
Figura 225. <i>Pedalinho</i> – quiosque de madeira nas proximidades do Estacionamento 10 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	276
Figura 226. <i>Pedalinho</i> – grupos de amigos e de famílias fazendo piquenique nos gramados (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	277
Figura 227. <i>Pedalinho</i> – grupos de amigos e de famílias fazendo piquenique nos gramados (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	277
Figura 228. <i>Pedalinho</i> – adoção de pets nos gramados (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	278
Figura 229. <i>Pedalinho</i> – evento pet na feira que acontece nos gramados (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	278
Figura 230. <i>Pedalinho</i> – Festival de cerveja (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	279
Figura 231. <i>Pedalinho</i> – monumento em homenagem à música Eduardo e Mônica, de Legião Urbana, no Parque da Cidade (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	280
Figura 232. <i>Pedalinho</i> – monumento em homenagem à Mahatma Gandhi, às margens do lago no Parque da Cidade (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	280
Figura 233. Praça das Fontes (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	286
Figura 234. Praça das Fontes (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	286
Figura 235. Praça das Fontes no dia da inauguração do Parque da Cidade (11/10/1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.	287
Figura 236. Praça das Fontes (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.	288
Figura 237. Praça das Fontes (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.	289
Figura 238. Praça das Fontes (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.	289
Figura 239. <i>Praça das Fontes</i> – parque Infantil, próximo ao Estacionamento 9 (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.	290
Figura 240. <i>Praça das Fontes</i> – festa infantil no gramado entre a Praça e o Estacionamento 3 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	293
Figura 241. <i>Praça das Fontes</i> – festa infantil no gramado entre a Praça e o Estacionamento 3 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	294
Figura 242. <i>Praça das Fontes</i> – piquenique no gramado entre a Praça e o Estacionamento 3 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	294
Figura 243. <i>Praça das Fontes</i> – piquenique no gramado entre a Praça e o Estacionamento 3 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	295
Figura 244. <i>Praça das Fontes</i> – quiosque próximo às pistas (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	295
Figura 245. <i>Pontos de Interesse: Piscina com Ondas; Quadras; e Bosques</i>	299
Figura 246. Piscina com Ondas (1980). Fonte: GeoPortal.	300
Figura 247. Piscina com Ondas no dia da inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público.	301
Figura 248. Piscina com Ondas no dia da inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público.	301
Figura 249. Piscina com Ondas no dia da inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público.	302
Figura 250. Piscina com Ondas. Fonte: Arquivo Público.	303
Figura 251. Piscina com Ondas – projeto de reforma. Fonte: shorturl.at/giSWY	304
Figura 252. Piscina com Ondas – projeto de reforma. Fonte: shorturl.at/giSWY	304
Figura 253. Piscina com Ondas – projeto de reforma. Fonte: shorturl.at/giSWY	305
Figura 254. <i>Piscina com Ondas</i> (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	308
Figura 255. <i>Piscina com Ondas</i> (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	309
Figura 256. <i>Piscina com Ondas</i> – quiosque Loy Lanches (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	309
Figura 257. <i>Piscina com Ondas</i> – quiosque Loy Lanches (2023). Fonte: Arquivo pessoal.	309

Figura 258. <i>Quadras</i> – quadras poliesportivas, quadras de tênis, quadras de bocha e campos de areia e de campos, na zona esportiva (1980). Fonte: GeoPortal.	310
Figura 259. <i>Quadras</i> – quadras poliesportivas, quadras de tênis, quadras de bocha e campos de areia e de campos, na zona esportiva (2016). Fonte: GeoPortal.	311
Figura 260. <i>Quadras</i> – quadras poliesportivas (2021). Fonte: Arquivo pessoal.	312
Figura 261. <i>Quadras</i> – quadras poliesportivas (2021). Fonte: Arquivo pessoal.	312
Figura 262. <i>Quadras</i> – Escola Meninos e Meninas do Parque, em 2022. Fonte: Arquivo pessoal. ...	313
Figura 263. <i>Bosques</i> – antiga pista de kart. Fonte: Arquivo Público.	317
Figura 264. <i>Bosques</i> – antiga pista de kart. Fonte: Arquivo Público.	317
Figura 265. <i>Bosques</i> – antiga pista de kart. Fonte: Arquivo Público.	318
Figura 266. <i>Bosques</i> – ainda com os pinheiros na pista de kart (1987). Fonte: GeoPortal.	318
Figura 267. <i>Bosques</i> – sem os pinheiros na pista de kart (2016). Fonte: GeoPortal.	318
Figura 268. <i>Bosques</i> – bosque do Alpinus (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	319
Figura 269. <i>Bosques</i> – bosque do Estacionamento 4 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	320
Figura 270. <i>Bosques</i> – bosque do Estacionamento 4 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	320
Figura 271. <i>Bosques</i> – bosque do Estacionamento 4 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	321
Figura 272. <i>Bosques</i> – antiga pista de aerodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	322
Figura 273. <i>Bosques</i> – antiga pista de aerodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	322
Figura 274. <i>Bosques</i> – antiga pista de aerodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	323
Figura 275. <i>Bosques</i> – antiga pista de aerodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.	323
Figura 276. <i>Bosques</i> – Buraco do Jazz. Fonte: shorturl.at/bdrT6	324
Figura 277. <i>Bosques</i> – Buraco do Jazz. Fonte: shorturl.at/bdrT6	325
Figura 278. Alunos de <i>Hiit Dance</i> do Professor Blue respondendo ao questionário após a aula, que acontecia aos finais de semana em um dos cimentados do Bosque do Gibão.	333
Figura 279. Unidades Territoriais de Planejamento (UPTs) de Brasília. Fonte: PDAD-2021 (CODEPLAN, 2021).	354

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População de Brasília, por Região Administrativa (RA). Fonte: Elaboração própria a partir da PDAD-2021 (CODEPLAN, 2022).	105
Gráfico 2. Rendimento mensal médio <i>per capita</i> da população de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir da PDAD-2021 (CODEPLAN, 2022).	108
Gráfico 3. Distribuição das pessoas, por Zona do Parque da Cidade.	189
Gráfico 4. Distribuição das pessoas, por hora, às quartas-feiras.	190
Gráfico 5. Distribuição das pessoas, por hora, aos domingos.	190
Gráfico 6. Distribuição das pessoas, por hora e por Zona, às quartas-feiras.	191
Gráfico 7. Distribuição das pessoas, por hora e por Zona, aos domingos.	192
Gráfico 8. Distribuição das pessoas, por grupo etário e por sexo.	197
Gráfico 9. Distribuição das pessoas, por grupo etário e por dia.	198
Gráfico 10. Distribuição das pessoas, por sexo e por hora, às quartas-feiras.	199
Gráfico 11. Distribuição das pessoas, por sexo e por hora, aos domingos.	199
Gráfico 12. Distribuição das pessoas, por atividades e por sexo.	203
Gráfico 13. Distribuição das pessoas nas pistas, por Zona do Parque da Cidade.	204
Gráfico 14. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora, às quartas-feiras.	205
Gráfico 15. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora, aos domingos.	205
Gráfico 16. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora e por sexo, às quartas-feiras.	206
Gráfico 17. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora e por sexo, aos domingos.	206
Gráfico 18. Distribuição das pessoas nas pistas, por <i>Ponto de Interesse</i> e por sexo, às quartas-feiras.	207
Gráfico 19. Distribuição das pessoas nas pistas, por <i>Ponto de Interesse</i> e por sexo, aos domingos.	207
Gráfico 20. Distribuição das pessoas nas pistas, por <i>Ponto de Interesse</i> e por sexo, às quartas-feiras, às 18h.	207
Gráfico 21. Distribuição das pessoas no <i>Parque Ana Lúcia</i> , por hora, às quartas-feiras.	218
Gráfico 22. Distribuição das pessoas no <i>Parque Ana Lúcia</i> , por hora, aos domingos.	218
Gráfico 23. Distribuição das pessoas no <i>Parque Ana Lúcia</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	219
Gráfico 24. Distribuição das pessoas no <i>Parque Ana Lúcia</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	219
Gráfico 25. Distribuição das pessoas no <i>Nicolândia</i> , por hora, às quartas-feiras.	234
Gráfico 26. Distribuição das pessoas no <i>Nicolândia</i> , por hora, aos domingos.	234
Gráfico 27. Distribuição das pessoas no <i>Nicolândia</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	234
Gráfico 28. Distribuição das pessoas no <i>Nicolândia</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	234
Gráfico 29. Distribuição das pessoas no <i>Quiosque do Atleta</i> , por hora, às quartas-feiras.	245
Gráfico 30. Distribuição das pessoas no <i>Quiosque do Atleta</i> , por hora, aos domingos.	245
Gráfico 31. Distribuição das pessoas no <i>Quiosque do Atleta</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	246
Gráfico 32. Distribuição das pessoas no <i>Quiosque do Atleta</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	246
Gráfico 33. Distribuição das pessoas no <i>Castelinho</i> , por hora, às quartas-feiras.	255
Gráfico 34. Distribuição das pessoas no <i>Castelinho</i> , por hora, aos domingos.	255
Gráfico 35. Distribuição das pessoas no <i>Castelinho</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	256
Gráfico 36. Distribuição das pessoas no <i>Castelinho</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	256
Gráfico 37. Distribuição das pessoas no <i>Pavilhão</i> , por hora, às quartas-feiras.	268
Gráfico 38. Distribuição das pessoas no <i>Pavilhão</i> , por hora, aos domingos.	268
Gráfico 39. Distribuição das pessoas no <i>Pavilhão</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	269
Gráfico 40. Distribuição das pessoas no <i>Pavilhão</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	269
Gráfico 41. Distribuição das pessoas no <i>Pedalinho</i> , por hora, às quartas-feiras.	283
Gráfico 42. Distribuição das pessoas no <i>Pedalinho</i> , por hora, aos domingos.	283
Gráfico 43. Distribuição das pessoas no <i>Pedalinho</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	284
Gráfico 44. Distribuição das pessoas no <i>Pedalinho</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	284

Gráfico 45. Distribuição das pessoas na <i>Praça das Fontes</i> , por hora, às quartas-feiras.....	291
Gráfico 46. Distribuição das pessoas na <i>Praça das Fontes</i> , por hora, aos domingos.	291
Gráfico 47. Distribuição das pessoas na <i>Praça das Fontes</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	292
Gráfico 48. Distribuição das pessoas na <i>Praça das Fontes</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	292
Gráfico 49. Distribuição das pessoas na <i>Piscina com Ondas</i> , por hora, às quartas-feiras.....	306
Gráfico 50. Distribuição das pessoas na <i>Piscina com Ondas</i> , por hora, aos domingos.	306
Gráfico 51. Distribuição das pessoas na <i>Piscina com Ondas</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	307
Gráfico 52. Distribuição das pessoas na <i>Piscina com Ondas</i> , por sexo e por hora, aos domingos. .	307
Gráfico 53. Distribuição das pessoas nas <i>Quadras</i> , por hora, às quartas-feiras.	314
Gráfico 54. Distribuição das pessoas nas <i>Quadras</i> , por hora, aos domingos.....	314
Gráfico 55. Distribuição das pessoas nas <i>Quadras</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	315
Gráfico 56. Distribuição das pessoas nas <i>Quadras</i> , por sexo e por hora, aos domingos.	315
Gráfico 57. Distribuição das pessoas nos <i>Bosques</i> , por hora, às quartas-feiras.	326
Gráfico 58. Distribuição das pessoas nos <i>Bosques</i> , por hora, aos domingos.....	326
Gráfico 59. Distribuição das pessoas nos <i>Bosques</i> , por sexo e por hora, às quartas-feiras.	327
Gráfico 60. Distribuição das pessoas nos <i>Bosques</i> , por sexo e por hora, aos domingos.....	327
Gráfico 61. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que frequentam o Parque da Cidade.	337
Gráfico 62. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por frequência que vão ao Parque da Cidade.	339
Gráfico 63. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que permanecem no Parque da Cidade.	340
Gráfico 64. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por motivos pelos quais frequentam o Parque da Cidade.	342
Gráfico 65. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por raça/cor da pele.	346
Gráfico 66. Distribuição da população de Brasília, por raça/cor da pele. Fonte: PDAD-2021.	346
Gráfico 67. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal <i>per capita</i>	347
Gráfico 68. Distribuição da população de Brasília, por rendimento mensal do trabalho principal. Fonte: PDAD-2021.	348
Gráfico 69. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal, em dias de semana.	351
Gráfico 70. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal, em finais de semana.	351
Gráfico 71. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT.	355
Gráfico 72. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tipo de domicílio.	359
Gráfico 73. Distribuição do indicador de capital arquitetônico, por atividade.	380
Gráfico 74. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, na caminhada/corrída/ciclismo.	381
Gráfico 75. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos esportes coletivos.	381
Gráfico 76. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos outros esportes individuais.	381
Gráfico 77. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nas outras atividades recreativas.	381
Gráfico 78. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no parque de diversões (fila).	381
Gráfico 79. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos parques infantis.....	381
Gráfico 80. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos piqueniques/festas/churrascos.	382

Gráfico 81. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos quiosques.....	382
Gráfico 82. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no Parque da Cidade.....	382
Gráfico 83. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos <i>Bosques</i>	385
Gráfico 84. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no <i>Nicolândia</i> (fila).....	385
Gráfico 85. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no <i>Parque Ana Lúcia</i>	385
Gráfico 86. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no <i>Pedalinho</i>	385
Gráfico 87. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, na <i>Piscina com Ondas</i>	385
Gráfico 88. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, na <i>Praça das Fontes</i>	385
Gráfico 89. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nas <i>Quadras</i>	385
Gráfico 90. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no <i>Quiosque do Atleta</i>	385
Gráfico 91. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no Parque da Cidade.....	385

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Macroestruturas sociais. Capitais. Fonte. Adaptado de Holanda (2022).	48
Quadro 2. Categorias de atividades mapeadas no Parque da Cidade.....	154
Quadro 3. Passos para a construção do questionário.	157
Quadro 4. Dimensões e categorias do questionário.	158
Quadro 5. Variáveis do indicador de capital arquitetônico.....	162
Quadro 6. <i>Pontos de Interesse</i> do Parque da Cidade.	165
Quadro 7. Variáveis do subindicador capital espacial _{fluxos}	365
Quadro 8. Variáveis do subindicador capital espacial _{fixos}	366
Quadro 9. Variáveis do subindicador capital edifício.	368

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Localidades de Brasília e seus atributos globais e locais. Fonte: Elaboração própria a partir de Holanda (2022).	113
Tabela 2. Unidades Territoriais (UTs).	163
Tabela 3. Distribuição das pessoas, por atividade.	200
Tabela 4. Distribuição das pessoas, por atividade, às quartas-feiras.	201
Tabela 5. Distribuição das pessoas, por atividade, aos domingos.	202
Tabela 6. Distribuição das pessoas no <i>Nicolândia</i> , por atividade e por dia.	235
Tabela 7. Distribuição das pessoas no <i>Quiosque do Atleta</i> , por atividade e por dia.	247
Tabela 8. Distribuição das pessoas no <i>Pavilhão</i> , por atividade e por dia.	269
Tabela 9. Distribuição das pessoas no Pedalinho, por atividade e por dia.	285
Tabela 10. Distribuição das pessoas na <i>Praça das Fontes</i> , por atividade e por dia.	293
Tabela 11. Distribuição das pessoas na <i>Piscina com Ondas</i> , por atividade e por dia.	308
Tabela 12. Distribuição das pessoas nas <i>Quadras</i> , por atividade e por dia.	316
Tabela 13. Distribuição das pessoas nos <i>Bosques</i> , por atividade e por dia.	328
Tabela 14. Informações sobre a coleta dos questionários, por dia da coleta.	334
Tabela 15. Informações sobre a coleta dos questionários, por período da coleta.	335
Tabela 16. Informações sobre a coleta dos questionários, por Zona da coleta.	335
Tabela 17. Informações sobre a coleta dos questionários, por <i>Ponto de Interesse</i> da coleta.	336
Tabela 18. Informações sobre a coleta dos questionários, por atividade da coleta.	336
Tabela 19. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que frequentam o Parque da Cidade.	338
Tabela 20. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por frequência que vão ao Parque da Cidade.	340
Tabela 21. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que permanecem no Parque da Cidade.	341
Tabela 22. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por motivos pelos quais frequentam o Parque da Cidade.	344
Tabela 23. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por idade.	345
Tabela 24. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal.	349
Tabela 25. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por escolaridade.	352
Tabela 26. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por escolaridade da mãe.	353
Tabela 27. Unidades Territoriais de Planejamento (UPTs) de Brasília.	354
Tabela 28. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT.	356
Tabela 29. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT, em dias de semana.	357
Tabela 30. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT, em finais de semana.	358
Tabela 31. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por modo de deslocamento ao Parque da Cidade.	359
Tabela 32. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tipo de domicílio.	360
Tabela 33. Transformação da variável situação do domicílio.	369
Tabela 34. Distribuição do subindicador de capital espacial e dos subindicadores de capital espacial _{fluxos} e de capital espacial _{fixos} , por UT.	371
Tabela 35. Distribuição do subindicador de capital edilício, por UT.	375
Tabela 36. Distribuição do indicador de capital arquitetônico e dos subindicadores de capital espacial e de capital edilício, por UT.	378
Tabela 37. Distribuição do indicador de capital arquitetônico, por atividade.	379
Tabela 38. Faixas de capital arquitetônico, por atividade.	380
Tabela 39. Distribuição do indicador de capital arquitetônico, por <i>Ponto de Interesse</i> .	383
Tabela 40. Faixas de capital arquitetônico, por <i>Ponto de Interesse</i> .	384

Tabela 41. Regressão entre capital arquitetônico e modo de deslocamento até o trabalho.....	387
Tabela 42. Regressão entre o capital arquitetônico e o deslocamento até o Parque da Cidade.....	388
Tabela 43. Regressão entre capital arquitetônico e gosto musical.	389
Tabela 44. Regressão entre capital arquitetônico e atividades de lazer.	390
Tabela 45. Regressão entre capital arquitetônico e espaços de lazer.	391
Tabela 46. Regressão entre capital arquitetônico e atividades no Parque da Cidade.	392
Tabela 47. Regressão entre capital arquitetônico e motivos para frequentar o Parque da Cidade. ...	392
Tabela 48. Regressão entre capital arquitetônico e o que gostaria de beber no Parque da Cidade. ...	393
Tabela 49. Regressão entre capital arquitetônico e o que gostaria de comer no Parque da Cidade. ...	393

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
ABSTRACT	6
RESUMEN	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	17
LISTA DE QUADROS	20
LISTA DE TABELAS	21
INTRODUÇÃO	27
SE ENCONTRARAM, ENTÃO, NO PARQUE DA CIDADE	27
Motivação	28
Objeto de investigação	31
Primeiras palavras sobre o método	32
Estrutura da tese	33
CAPÍTULO I	35
SOBRE CAPITAL E ARQUITETURA	35
Ponto de partida	36
Contribuições da Teoria da Sintaxe Espacial	38
Contribuições da teoria de Pierre Bourdieu	42
A dimensão espacial do capital	46
Capital Arquitetônico	48
Conclusão do capítulo	50
CAPÍTULO II	52
SOBRE PARQUES, CIDADES E PESSOAS	52
Da ágora ao parque urbano	53
Parques urbanos	55
Parques urbanos no Brasil	72
Conclusão do capítulo	91
CAPÍTULO III	92
SOBRE BRASÍLIA: CIDADE PARQUE	92
Do plano ao concreto	93
Arquitetura e sociedade	103
Espaço de exclusão	108
Parques na cidade parque	116
Conclusão do capítulo	147
CAPÍTULO IV	150
	23

OPERANDO A PESQUISA	150
Apenas observando	151
Conhecimento do objeto de estudo.....	152
Levantamento da vida pública.....	153
Levantamento do capital e do habitus	156
Construção do indicador de capital arquitetônico	159
Tratamento e validação das informações coletadas	163
Análise das informações	165
Ainda sobre o Método	165
CAPÍTULO V	167
O PARQUE DA CIDADE NA CIDADE PARQUE.....	167
O projeto do Parque da Cidade.....	169
Zoneamento	172
Sistema viário	177
Paisagismo	179
O Parque da Cidade Hoje	179
O Parque e a Cidade.....	181
Por dentro do Parque	185
A vida pública do Parque da Cidade em números.....	187
A Distribuição do público (no espaço e no tempo).....	187
Os corpos no Parque da Cidade	197
O Parque em movimento	199
Por sexo	202
Pelas Pistas do Parque	203
Conclusão do capítulo.....	208
CAPÍTULO VI	211
O MARCO ZERO DO PARQUE DA CIDADE	211
O Parque Ana Lúcia.....	213
O Parque Ana Lúcia em números.....	217
O Nicolândia.....	222
O Nicolândia em números.....	233
O Quiosque do Atleta	235
O Quiosque do Atleta em números.....	245
O Castelinho.....	247
O Castelinho em números.....	254
Conclusão do capítulo.....	256
CAPÍTULO VII	260
O CENTRO DO PARQUE DA CIDADE	260

O Pavilhão	262
O Pavilhão em números	267
O Pedalinho	270
O Pedalinho em números	281
A Praça das Fontes	285
A Praça das Fontes em números	290
Conclusão do capítulo	296
CAPÍTULO VIII	298
O PONTO FINAL DO PARQUE DA CIDADE	298
A Piscina com Ondas	300
A Piscina com Ondas em números	305
As Quadras	310
As Quadras em números	313
Os Bosques	316
Os Bosques em números	325
Conclusão do capítulo	329
CAPÍTULO IX	331
PARQUE DA CIDADE: AS PESSOAS SEGUNDO SEUS CAPITAIS	331
Sobre o questionário	332
Sobre a coleta	334
Apropriação do Parque da Cidade	337
Frequência e permanência	337
Motivos	341
Características socioeconômicas	344
Sexo e idade	344
Raça/cor da pele	345
Rendimento	347
Escolaridade	352
Características arquitetônicas	353
Local do domicílio	353
Deslocamento ao Parque da Cidade	358
Tipo do domicílio	359
Conclusão do capítulo	361
CAPÍTULO X	363
O CAPITAL ARQUITETÔNICO NO PARQUE DA CIDADE	363
Construção do subindicador de capital espacial	364
Construção do subindicador de capital espacial _{fluxos}	364
Construção do subindicador de capital espacial _{fixos}	365

Construção do subindicador de capital espacial	367
Construção do subindicador de capital edifício	368
Construção do indicador de capital arquitetônico	369
O capital arquitetônico no Parque da Cidade	370
Distribuição do capital espacial, por Unidade Territorial	370
Distribuição do capital edifício, por Unidade Territorial	374
Distribuição do capital arquitetônico, por Unidade Territorial	377
Distribuição do capital arquitetônico, por atividade	379
Distribuição do capital arquitetônico, por Ponto de Interesse	382
Capital arquitetônico no <i>habitus</i>	386
Modos de deslocamento	386
Música	388
Atividades de lazer	389
Espaços de lazer	390
Atividades no Parque da Cidade	391
Motivos para frequentar o Parque da Cidade	392
Alimentação no Parque da Cidade	393
Conclusão do capítulo	394
CONSIDERAÇÕES FINAIS	397
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	406
APÊNDICE A	
APÊNDICE B	

INTRODUÇÃO

SE ENCONTRARAM, ENTÃO, NO PARQUE DA CIDADE

Em tempos de pandemia e de isolamento social, o mundo esperou ansiosamente o dia em que voltaríamos a nos encontrar nas praças e nos parques. Nos mais de dois anos de pandemia causada pelo novo coronavírus, vimos as ruas perderem os passos apressados, as praças ficarem sem as brincadeiras e os banhos de sol, os parques fecharem e deles sumirem os corredores e os ciclistas, a pipoca e a água de coco. As atividades ao ar livre foram suspensas. Com o passar dos dias e com a ciência ao nosso lado, descobrimos que era ao ar livre que o vírus tinha menor capacidade de contaminação e que eram nesses espaços que ficaríamos mais seguros. Foi ao ar livre que voltamos a nos encontrar – celebrações de todos os tipos foram para as praças e para os parques, práticas esportivas ao ar livre se tornaram mais seguras que academias fechadas, piqueniques tomaram conta dos gramados. O espaço público reivindicou seu valor.

Notícias em tempos de pandemia ou nossa própria vivência da cidade nos apontam diariamente a importância dos espaços públicos em nossas vidas. No meio técnico-científico, pesquisadores e planejadores urbanos seguem desenvolvendo pesquisas e estudos técnicos que trazem à tona o papel desses espaços na promoção de direitos sociais básicos, como educação, saúde e lazer. Organizações mundiais colocam frequentemente espaços públicos como centrais para a promoção do direito à cidade, do exercício da cidadania e mesmo para a redução de desigualdades socioespaciais. Espaços públicos nos permitem olhar para o mundo e para as pessoas a nossa volta, sem a necessidade de interagir, mas garantindo a possibilidade (TENORIO, 2012).

Em um mundo no qual as distâncias são diariamente encurtadas por meios de transportes que cruzam fronteiras e por novos meios de comunicação, muito se discutiu sobre a substituição do contato físico pelo contato virtual – do olho no olho pelo olho na tela. Em tempos de pandemia, agradecemos à tecnologia, que nos permitiu o contato através da tela, mas aguardamos ansiosamente o dia em que foi possível sairmos do virtual para nos encontrarmos novamente no mundo físico.

Motivação

[...] a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem na Cidade.

(Lefebvre, 2011, p.22).

O direito à cidade, reivindicação que tomou as ruas nas últimas décadas, mais que o direito de ir e vir, deve ser “formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2011, p. 118 – grifos no original). O espaço público – seja um parque, uma praça, uma rua – ocupa posição central na reivindicação do direito à cidade, uma vez que representa lugar de exercício da cidadania e de manifestações culturais. Concebido como “espaço democrático por excelência”, a distribuição dos espaços públicos deveria atender igualmente a toda a população, mas dificilmente esse é o cenário que observamos nas cidades. A concentração de investimentos públicos não ocorre de maneira equânime no espaço urbano (HARVEY, 1980; 2014; MARICATO, 2015; VILLAÇA, 2001), o que se aplica também à implantação e à manutenção dos espaços públicos.

No caso dos parques urbanos, sua inserção na cidade, onde estão localizados e como estão distribuídos é uma questão central para avaliarmos se de fato toda a população tem acesso a esses espaços. Se de abrangência regional, devemos garantir que sejam facilmente acessíveis por todos, que estejam situados em locais de fácil acesso e que possam ser alcançados por diferentes modais de transporte. Por outro lado, se são espaços de abrangência local, como praças de bairro, que estejam bem distribuídos por toda a cidade, por todos os bairros, para que possam ser alcançados pela população dessas diferentes localidades igualmente.

Se estamos interessados em atender toda a população democraticamente, precisamos atentar às diferenças – compreender as diferenças para reduzir as desigualdades. Um espaço público pode apresentar maior ou menor relevância se implantado em diferentes regiões da cidade – seja rica ou pobre, compacta ou dispersa, com alto ou baixo risco ambiental. Daí a importância de avaliarmos o contexto urbano no qual estão inseridos – quais as características arquitetônicas e socioeconômicas do seu entorno.

A localização pode implicar pessoas passando, mas não necessariamente permanecendo. Além da inserção na cidade, cabe avaliar os atributos que um parque oferece às pessoas para que se apropriem desse espaço – se oferece, não apenas a possibilidade de acessar, mas a possibilidade de permanecer, se de fato existe para além de um perímetro previamente definido em lei. Com caráter de fruição social ou de conservação ambiental, quais equipamentos oferece e quais atividades permite serem desempenhadas dentro de seus limites também são importantes questões a serem avaliadas para considerarmos se atende a toda uma população. Do global ao local, devemos olhar para fora do parque, avaliar o “todo” urbano, e devemos olhar para dentro do parque, avaliar as “partes”.

Podemos falar de um “acesso amplo”, que implica acessar e permanecer, chegar e ter o que fazer – quantidade e qualidade importam. No campo da arquitetura, a noção de “acesso amplo”, que atenta para aspectos quantitativos e qualitativos, indica a necessidade de uma abordagem sistêmica do espaço urbano, que considere sua totalidade, ao mesmo tempo em que indica a necessidade de olharmos para seus atributos locais. Devemos considerar o contexto global e também o local. A localização e as características arquitetônicas locais, assim como as condições socioeconômicas, interferem na maneira como nos apropriamos da cidade e, conseqüentemente, o domínio que temos sobre a cidade.

Para além da noção de “acesso amplo”, cabe compreender um parque urbano, ou qualquer outro espaço público, como um elemento urbano ativo, não apenas um passivo a ser apropriado pelas pessoas. Um parque ou uma praça têm o potencial de valorizar a região onde estão implantados, e negar essa associação pode incorrer em um erro ingênuo. A maior (ou menor) facilidade de acesso a um parque implica maior (ou menor) recurso urbano – essa visão nos aponta a existência de um tipo particular de capital que não o econômico: o *capital arquitetônico*.

O conceito de capital arquitetônico (HOLANDA, 2022) surge inserido na noção de capital de Bourdieu (1986), para o qual seria impossível explicar o mundo social sem o capital em todas as suas formas – e não apenas na forma econômica. Para o sociólogo francês, a dificuldade de converter determinadas práticas e determinados objetos em dinheiro, em capital econômico, se deve ao fato de essa conversão ser recusada pela própria intenção que produz essas práticas ou esses objetos (BOURDIEU, 1986). Além do capital econômico, Bourdieu (2017) discorre sobre

capital cultural (qualificações educacionais), o capital social (relações sociais), capital simbólico, mas mantém um “silêncio de sarcófago” (na expressão jocosa de Nelson Rodrigues) com relação ao capital arquitetônico. E, no entanto, ele é onipresente ao constituir a *distinção* social.

A distribuição das pessoas no espaço sofre interferência da arquitetura: barreiras e permeabilidades concretas que dificultam ou facilitam o encontro das pessoas mediante seus padrões de mobilidade no espaço, e transparências e opacidades à visão que facultam ou dificultam a ciência do outro (HOLANDA, 2019). O *capital arquitetônico* é o recurso que implica possibilidades ou restrições aos nossos modos de nos apropriarmos dos lugares ou de nos movermos através deles, e as condições de visibilidade dos outros. Como as outras espécies de capital, o *capital arquitetônico* é um atributo do sujeito.

Inserido na estrutura socioespacial da sociedade, o *capital arquitetônico*, definido por Holanda (2022), é constituído pelo *capital espacial* e pelo *capital edifício*. O primeiro está relacionado aos espaços abertos, de acesso irrestrito, enquanto o segundo, aos espaços fechados, de acesso restrito (HOLANDA, 2022). O *capital espacial* refere aos espaços abertos de estar (parques e praças, por exemplo) e aos espaços externos de deslocamentos – aos *fixos* e *fluxos* de Milton Santos (SANTOS, 2017). A acessibilidade, o poder de movimento, implica a detenção de *capital espacial*, logo, de *capital arquitetônico*. O *capital edifício*, por sua vez, considera os espaços internos dos edifícios – importam os atributos locais, como o tipo edifício e a presença (ou não) de determinados itens/equipamentos. Aspectos qualitativos do domicílio, por exemplo, implicam a conformação de *capital edifício*, logo, de *capital arquitetônico*.

Morar no centro da cidade ou próximo a um parque urbano resulta em maior volume de *capital espacial*, da mesma forma que morar em um edifício com elevador e garagem ou em uma casa com churrasqueira e piscina implica maior *capital edifício*. *Onde moramos e como moramos, onde frequentamos e como nos deslocamos, diz muito sobre quem somos enquanto indivíduos e sociedade*. Assim como as demais espécies de capital, o *capital arquitetônico* também constitui um *estilo de vida* e um *habitus* (Bourdieu, 2017).

Disso decorrem as questões centrais da pesquisa:

Como a apropriação do espaço público de um parque urbano, que é, em nossa definição, um capital espacial_{fixo}aberto do sujeito, está

relacionada a outros elementos de capital espacial_{fixoaberto} e aos demais subtipos de capitais arquitetônicos – o capital espacial_{fluxos} e o capital edílico?

Além da detenção dos capitais arquitetônicos extra parque, como a detenção de outros tipos de capitais pelo sujeito – econômico, político, cultural, ideológico e social – informa os modos de apropriação de um parque urbano, pelas práticas desenvolvidas, pela duração e distribuição dos tempos de permanência, pela ordenação dos corpos no espaço (isolados ou em grupos), pela distribuição de gênero e de faixas etárias etc.?

Em que medida um parque urbano é um espaço de inclusão (ou um espaço democrático), i. é, um espaço de encontro e de visibilidade mútua da diversidade, e, em caso de entraves a essa inclusão, que medidas podem ser tomadas para que os entraves sejam superados?

Partimos da seguinte hipótese:

A apropriação de um parque urbano é função de suas características morfológicas locais e globais e do sujeito enquanto detentor de capitais – umas e outras estão relacionadas, investigamos essa relação. Essas características – do lugar e do sujeito – implicam atividades diversas, mas também distinção entre atividades similares correspondentes a certos habitus. Empiricamente, atividades podem ser similares, mas a distribuição dos sujeitos depende do seu habitus, que implica certo zoneamento social auto estruturado.

Objeto de investigação

Brasília, a cidade parque, conta com um dos maiores parques urbanos do mundo: o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitscheck. Ainda no Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa reservou uma área a oeste da Asa Sul para a implantação do Jardim Botânico, que foi inaugurado somente na década de 1980, no Lago Sul, região

nobre de Brasília. No local originalmente concebido para receber o Jardim Botânico, em uma área de mais de 400 hectares, foi inaugurado o Parque da Cidade, em 1978. Cenário de uma das histórias de amor mais famosas da música brasileira, o Parque da Cidade, localizado no coração da capital, por toda sua diversidade de atrações e de público, é um rico objeto de estudo para a pesquisa que nos propomos – confirmar ou refutar nossa hipótese de que o capital arquitetônico influencia a forma como nos apropriamos do espaço público.

Primeiras palavras sobre o método

Para responder à pergunta de pesquisa e confirmar ou refutar nossa hipótese, procedemos à investigação do Parque da Cidade e das pessoas que o frequentam. O método foi estruturado em três partes. A primeira, (i) *Conhecimento do objeto de estudo*, teve o objetivo de conhecer o Parque da Cidade a partir de sua vivência: acessando-o de diversas maneiras, frequentando-o em diferentes dias e horários, fotografando-o. Complementarmente, compreendemos a necessidade de uma pesquisa documental, em fontes primárias (mapas, fotos, imagens satélites e ortofotos, dados estatísticos, legislação) e secundárias (textos específicos, pesquisas realizadas sobre o Parque da Cidade, etc.), investigando também a área da cidade na qual está inserido.

A segunda parte do método refere ao (ii) *Levantamento da vida pública*, com o objetivo de analisar como as pessoas se distribuem pelo Parque da Cidade e quais as atividades praticadas. O levantamento consistiu na elaboração de mapas comportamentais do Parque, durante os meses de junho, julho e agosto de 2021, e em dias de semana, às quartas-feiras, e em finais de semana, aos domingos, entre 8h e 18h, a cada duas horas. Os mapas comportamentais permitiram a quantificação da vida pública do Parque.

A terceira parte consiste no (iii) *Levantamento do capital arquitetônico e do habitus* do público que frequenta o Parque, com o objetivo de investigar o capital arquitetônico *extra parque* e o *habitus* dessas pessoas e, assim, responder à pergunta de pesquisa. Construímos um questionário que foi aplicado e respondido por 462 pessoas entre junho de 2021 e agosto de 2022, com perguntas que permitiram coletar informações acerca do capital, das práticas encenadas no Parque da Cidade e dos

gostos de seus frequentadores. A partir dos resultados, construímos uma base de dados que permitiu a construção de um indicador de *capital arquitetônico extra parque*.

Considerando a dificuldade de analisar o Parque da Cidade como um todo, como estratégia operacional, selecionamos pontos geográficos do Parque a fim de ampliar nosso olhar e procedermos a uma análise mais detalhada de cada um desses pontos que chamamos de *Ponto de Interesse*, e que mais se aproximam a porções de áreas. No total, foram identificados dez *Pontos*, que se caracterizam por atraírem muitas pessoas ou pela sua importância histórica para o Parque, são eles: *Parque Ana Lúcia, Nicolândia, Quiosque do Atleta, Castelinho, Pedalinho, Pavilhão, Praça das Fontes, Bosques, Piscina com Ondas e Quadras*.

Estrutura da tese

Após a Introdução, a Tese está estruturada em dez capítulos, mais as Considerações Finais. O *Capítulo I. Sobre capital e Arquitetura* tem o objetivo de apresentar o arcabouço teórico utilizado como suporte para a construção da pesquisa. Apresentamos a discussão do conceito de *capital arquitetônico*, discorrendo sobre as contribuições e as limitações da TSE e os conceitos de Bourdieu, principalmente *capital, habitus e gostos*.

No *Capítulo II. Sobre parques, cidades e pessoas*, que tem o objetivo de percorrer a história dos parques urbanos descortinando esse espaço como palco de encenação de distintos capitais e distintos *habitus*, exploramos sua história ocidental desde o surgimento como reservas de caça, passando pela sua concepção e particularidades no Brasil e seu papel na conservação ambiental que ganhou destaque nas últimas décadas.

O *Capítulo III. Sobre Brasília: cidade parque* tem o objetivo de discutir a cidade que nasce carregando o conceito de *cidade parque*, a partir da noção de *capital arquitetônico* e da distribuição dos parques urbanos. O capítulo discorre brevemente sobre a concepção de Brasília, analisa suas características morfológicas e os aspectos socioeconômicos da população, evidenciando a segregação socioespacial e como a detenção de maior ou menor capital arquitetônico implica maior ou menor domínio sobre a cidade, finalizando com uma perspectiva histórica da criação dos

parques urbanos nesse contexto urbano.

O *Capítulo IV. Operando a pesquisa* apresenta o método, com as suas três partes constituintes: *Conhecimento do objeto de estudo*; *Levantamento da vida pública* e *Levantamento do capital arquitetônico e o habitus*.

No *Capítulo V. O Parque da Cidade na cidade* parque discorre acerca da concepção e o projeto paisagístico de Burle Marx e equipe para o Parque da Cidade e apresenta os primeiros resultados do *Levantamento da Vida Pública* referentes ao Parque da Cidade como um todo. O *Capítulo VI. O marco zero do Parque da Cidade*, o *Capítulo VII. O centro de Parque da Cidade* e o *Capítulo VIII. O coletivo do Parque da Cidade* abordam aspectos históricos e apresentam os resultados dos mapeamentos do *Levantamento da Vida Pública* de cada *Ponto de Interesse*.

O *Capítulo IX. Parque da Cidade: as pessoas segundo seus capitais* apresenta e discute os primeiros resultados dos questionários a partir de estatísticas descritivas, com o objetivo de caracterizar o público que frequenta o Parque da Cidade, por cada *Ponto de Interesse*. O *Capítulo X. O capital arquitetônico no Parque da Cidade* prossegue com o objetivo de caracterizar os frequentadores do Parque, apresentando e discutindo os resultados do indicador de *capital arquitetônico*.

Por fim, as *Considerações Finais* se dedicam a explorar as contribuições da pesquisa, suas limitações e perspectivas futuras.

Ao capital arquitetônico...

CAPÍTULO I

SOBRE CAPITAL E ARQUITETURA

Pensar na sociedade e nos diversos recursos dos quais dispomos significa compreender as diversas dimensões que a constituem, não apenas a econômica, ainda que se configure como a base do mundo social. Para Bourdieu (2017), não conseguimos explicar a sociedade sem compreendermos o capital em todas as suas formas. Com algumas espécies de capital amplamente discutidas, como o capital cultural, o político, o social e o simbólico, a dimensão espacial passou a ser discutida com mais profundidade nas últimas décadas no campo da Geografia Urbana. A forma como a sociedade se organiza no espaço implica o acúmulo de vantagens para alguns, logo, implica a detenção de uma determinada espécie de capital.

Ao incluir a estrutura socioespacial na constituição da sociedade, com base na Teoria da Sintaxe Espacial (TSE), defendemos que a maneira como nos organizamos como corpos ordenados no espaço e no tempo, e a maneira como organizamos os lugares, constituem uma macroestrutura social (HOLANDA, 2022). Dentro dessa estrutura, no campo da Arquitetura, defendemos a existência do *capital arquitetônico*, um atributo do sujeito, que pode ser definido como o recurso que implica possibilidades ou restrições aos nossos modos de nos apropriarmos dos lugares e de nos movermos através deles, e as condições de visibilidade dos outros. Como as outras espécies de capital, o *capital arquitetônico* constitui um estilo de vida e, portanto, implica a forma pela qual os sujeitos se apropriam do espaço público tanto quanto dos espaços privados.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o arcabouço teórico utilizado como suporte para a construção do conceito de *capital arquitetônico* e está dividido em cinco seções. A primeira, (i) *Ponto de partida*, discute os pressupostos epistemológicos que nortearão esta pesquisa. A segunda seção, (ii) *Contribuições da Teoria da Sintaxe Espacial* (TSE), apresenta as bases e as lacunas da TSE que contribuem para a construção do conceito de capital arquitetônico. A terceira, (iii) *Contribuições da teoria de Pierre Bourdieu*, discute a teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu, a partir da qual foi inspirada a noção de capital arquitetônico; são abordados os conceitos de *capital*, *habitus* e *gosto*. A quarta seção, (iv) *A dimensão espacial do capital*, traz os avanços da discussão da teoria dos capitais na direção do campo da Geografia

Urbana, ao introduzir a dimensão espacial. A quinta, (v) *Capital Arquitetônico*, apresenta o conceito de capital arquitetônico, que engloba o capital espacial e o capital edílico, e como essa espécie de capital também interfere no *habitus* e nos *gostos* dos sujeitos.

Ponto de partida

Os estudos no campo da Arquitetura seguem duas vertentes principais: a investigação das causas e a dos efeitos (Figura 1). Partimos da compreensão de que a arquitetura resulta de um contexto social, econômico, cultural, político e ambiental, ao mesmo tempo em que tem efeitos no ambiente e na sociedade – a arquitetura é variável dependente e também variável independente (HOLANDA, 2012).

Quanto aos efeitos, precisamos compreender sua realidade multifacetada. Partindo de um artifício teórico, Holanda (2010) apresenta oito aspectos para fundamentar a definição de arquitetura e nos ajudar a compreender as suas implicações no ambiente e na sociedade: aspectos funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, topoceptivos, afetivos, simbólicos e estéticos (Figura 1). Enquanto os quatro primeiros aspectos estão ligados às implicações materiais da arquitetura, aos recursos levantados para a sua implantação, à interferência *prática* nos sujeitos em termos de sua organização no espaço e no tempo, a influência no seu corpo biológico, os quatro últimos dizem respeito ao que ela expressa e nos comunica – os primeiros *fazem* coisas, os segundos *dizem* coisas. Mas carece frisar que isso é um truque analítico, o que importa é o espírito de sua taxonomia, não se os aspectos são exatamente oito, ou se são exatamente estes, e, como toda taxonomia, como ocorre com todo construto teórico, a realidade é sempre mais nuançada que o construto – o inevitável mas necessário preço a pagar na teorização (HOLANDA, 2010, p. 28).

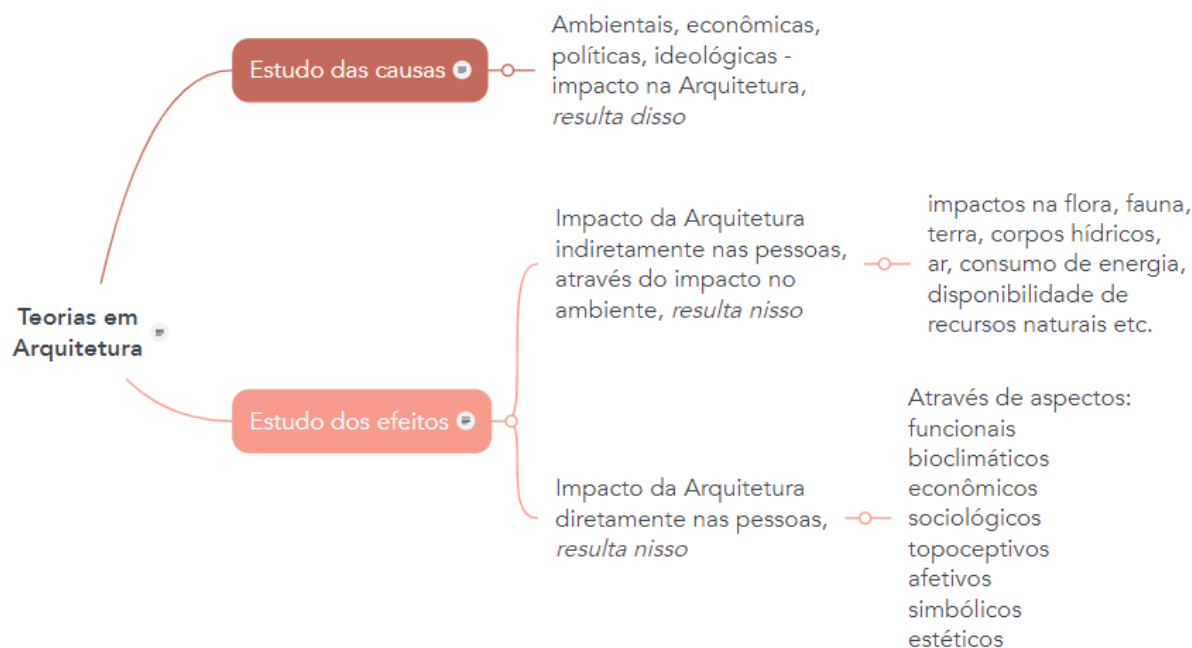


Figura 1. Causas e efeitos da Arquitetura. Fonte: HOLANDA, 2022.

Esta pesquisa se desenvolve com a intenção de descortinar os efeitos da Arquitetura, mais especificamente, os aspectos sociológicos do desempenho dos lugares, que, como aponta Holanda (2022), envolve responder às seguintes perguntas:

Como a configuração da arquitetura implica maneiras de indivíduos e grupos localizar-se no espaço e se mover por ele, e, conseqüentemente, possibilidades e restrições para encontros e esquivações, para visibilidade do outro, e para a constituição de estruturas sociais (“sintaxe” da arquitetura)?

Como a arquitetura constitui a vida/ nossos modos de vida?

Como o tipo, quantidade e localização relativa de atividades, no espaço e no tempo, implicam padrões de utilização dos lugares (“semântica” da arquitetura)?

Esta pesquisa pretende investigar como uma determinada espécie de capital, que não o econômico, interfere na maneira como as pessoas se apropriam do espaço público, mais especificamente de parques urbanos. Somente a partir dessa compreensão, será possível afirmar quais “inflexões de percurso” são necessárias para contribuir para a redução de desigualdades sociais e espaciais. À luz da ciência, que busca compreender o mundo como ele é, a elaboração das políticas públicas deve seguir a diretriz ética, de conformar o mundo como ele deve ser (Figura 2). Neste

sentido, continua verdadeira a máxima de Karl Marx e Friedrich Engels: "Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo" (MARX; ENGELS, 2005, p.124).

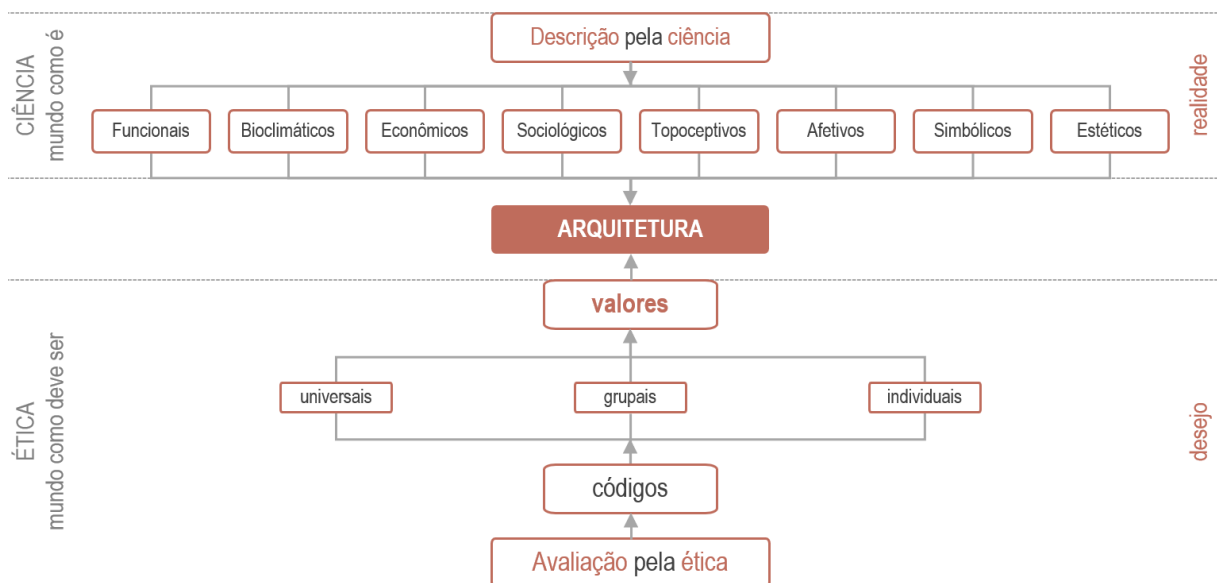


Figura 2. Ciência e ética. O mundo como é (o âmbito da realidade objetiva) e o mundo como deveria ser (o âmbito do desejo). Fonte: Adaptado de Holanda (2022).

Contribuições da Teoria da Sintaxe Espacial

Se estamos falando em acesso, precisamos discutir a Teoria da Sintaxe Espacial (TSE). O axioma central da Teoria defende a existência de uma lógica social do espaço e de uma lógica espacial da sociedade – “o espaço socialmente organizado pelos humanos é função de formas de solidariedade social. Organizamos o espaço visando satisfazer e reproduzir sistemas de *encontros* interpessoais” (HOLANDA, 2013, p. 264 – grifos no original).

A TSE compreende o caráter relacional do espaço urbano, no qual não importam seus elementos componentes isoladamente, mas a maneira como estão articulados entre si (MEDEIROS, 2013). A configuração espacial é capaz de revelar relações diferenciais existentes, na medida em que diferentes espaços possuem distintas condições em relação ao resto do sistema – mais próximas ou mais distantes, mais na passagem ou fora dela. Dessa forma, a configuração da malha viária pode ser um fator importante na definição dos deslocamentos, revelando características promotoras ou restritivas do movimento de pedestres e de veículos, como, de fato, tem demonstrado a literatura por meio de análises empíricas (HILLIER *et al.*, 1993;

CYBIS *et al.*, 1996; PENN *et al.*, 1998; HILLIER; IIDA, 2005; CHIARADIA *et al.*, 2005; BARROS, 2006).

A TSE desenvolveu técnicas para a análise da configuração espacial, entre elas o Mapa Axial, que resulta de uma matriz de interseções de linhas axiais, entendidas como as maiores linhas retas capazes de cobrir todo o sistema de espaços convexos – “lugares primários” do âmbito público: aquelas porções do espaço dentro das quais podemos caminhar entre quaisquer de seus pontos em linha reta (HILLIER; HANSON, 1984). O Mapa Axial é uma representação linear da configuração espacial, a partir do qual medidas que representam suas inter-relações axiais são calculadas por *softwares* desenvolvidos com essa finalidade. Tais valores podem ser representados numérica ou graficamente – numa escala cromática, onde as linhas mais acessíveis tendem ao vermelho, e as menos, ao azul. Linhas mais integradas são aquelas mais acessíveis e permeáveis do sistema urbano.

Como qualquer teoria (umas mais, outras menos), são algumas as críticas injustamente direcionadas a TSE – entre elas, a de ser determinista e a de “matematizar o óbvio” (HOLANDA, 2019). Por considerar a arquitetura variável dependente e também independente, muitos autores a acusam de ser uma teoria determinista – não o é. Ocorre que diversos estudos que partem da TSE confirmam que a arquitetura afeta a nossa vida ao criar um campo de possibilidades – que podem ou não ser exploradas – e um campo de restrições – que podem ou não ser superadas.

Outra injustiça, a acusação da “matematização do óbvio” (Holanda, 2019), que ignora que importantes pesquisas sintáticas, como em *The Social Logic of Space* (HILLIER; HANSON, 1984), *O Espaço de Exceção* (HOLANDA, 2002) ou *Urbis Brasiliae* (MEDEIROS, 2013), apresentam extensas contribuições não quantitativas. Não estamos, por isso, diminuindo a importância da pesquisa quantitativa, ao contrário, os números têm muito a nos dizer sobre a realidade social – vale lembrar que, em tempos de pandemia, todos os olhares estavam voltados para os números.

Por outro lado, algumas críticas merecem ser reconhecidas e suas soluções incorporadas para a melhor compreensão da realidade urbana. Holanda (2013) atenta para a importância de, complementarmente à visão sintática, considerarmos as implicações semânticas da arquitetura. Existem “rótulos” que se superpõem à arquitetura, qualificando uma instituição e delimitando um domínio social: residências, escolas, hospitais. Assim, a arquitetura é portadora de significados culturais que não

constituem “atributos diretamente legíveis nas estruturas físicas – são atributos semânticos” (HOLANDA, 2013, p. 163).

O estudo da Vila Planalto (HOLANDA, 2020), localizada a 1,5 km da Praça dos Três Poderes e a 6,1 km da Plataforma Rodoviária (o centro funcional), em Brasília, evidencia a importância de considerarmos os atributos locais (Figura 3; Figura 4; Figura 5). A Vila apresenta uma estratificação social muito próxima à da cidade, o que é notável se considerarmos a desigualdade que impera entre as regiões de Brasília. Dentro de um mesmo núcleo urbano, a Vila Planalto, “famílias de diferentes poderes aquisitivos, morando, sim, em diferentes casas, lotes, quadras, vias, mas constituindo um bairro *contínuo*. [...] a variedade edilícia e urbana determina (não receio o verbo) a variedade social” (HOLANDA, 2020). O caso da Vila Planalto exemplifica o papel dos atributos locais e a importância de considerá-los nas investigações urbanas.



Figura 3. Vila Planalto – variedade edilícia: baixa renda (2020). Fonte: Frederico de Holanda.



Figura 4. Vila Planalto – variedade edilícia: média renda (2020). Fonte: Frederico de Holanda.



Figura 5. Vila Planalto – variedade edilícia: alta renda (2020). Fonte: Frederico de Holanda.

Em estudo mais abrangente, que inclui outras localidades de Brasília¹, além da própria Vila Planalto, Holanda (2021; 2022) corrobora as conclusões do estudo anterior. A análise de dez localidades evidenciou que, ainda que a correlação “*renda x distância ao centro*” seja alta, precisamos observar também os pontos fora da curva, ou seja, aquelas localidades onde a distância ao centro não explica a distribuição de renda. Nesses casos, ainda que a localização seja importante, o que explica a variedade de renda são os diferentes tipos edilícios: tamanho dos lotes, casa ou apartamento, presença (ou não) de alguns atributos arquitetônicos, como garagem ou elevador etc. – “a variedade tipológica está relacionada ao acesso das várias faixas de renda” (HOLANDA, 2021; 2022).

Medeiros (2013) defende reconhecer as limitações da TSE e valorizar o que a diferencia de outras teorias: o âmbito relacional. A análise sintática do espaço chega ao nível da rua sem perder sua relação com a totalidade do espaço urbano; permite correlações com outros aspectos da cidade e da sociedade, como os socioeconômicos, resultando em análises complementares. A TSE oferece instrumentos de representação e de análise do espaço que nos permitem quantificar os diferentes níveis de acessibilidade de cada rua. A Sintaxe pode não revelar tudo sobre os espaços, mas é capaz de informar muito a respeito da lógica das práticas sociais abrigadas nesses espaços (HOLANDA, 2013).

Para o propósito desta pesquisa, a Sintaxe Espacial nos contempla com uma abordagem sistêmica do espaço, com a qual conseguimos identificar diferentes níveis de acessibilidade entre “as partes” que compõem “o todo” urbano. A análise sintática

¹ (i) Lago Sul, (ii) Sudoeste “nobre”, (iii) condomínios horizontais no bairro Grande Colorado, (iv) Superquadra 103 Sul, (v) Águas Claras “vertical”, (vi) Sudoeste “econômico”, (vii) Superquadras 409-412 Sul (Blocos JK), (viii) Vila Planalto, (ix) Recanto das Emas e (x) Estrutural.

nos oferece uma gama de ferramentas e medidas que podem quantificar e caracterizar a localização dos parques considerando potenciais deslocamentos das pessoas na cidade.

Contribuições da teoria de Pierre Bourdieu

Seriam todos os recursos dos quais dispomos passíveis de serem convertidos em dinheiro, em capital econômico? Influência política pode ser convertida em cédulas? Relações sociais podem ser convertidas em transações financeiras? Diploma de nível superior pode ser convertido em crédito bancário?

Para Pierre Bourdieu (1986), a dificuldade de converter determinadas práticas e determinados objetos em dinheiro se deve ao fato de essa conversão ser recusada pela própria intenção que produz essas práticas ou esses objetos. Para o sociólogo francês, seria impossível explicar o mundo social sem o capital em todas as suas formas – e não apenas na forma econômica. A noção de capital está relacionada a todo recurso ou poder que se manifesta em um campo social: “vivemos a encenar capitais de vários tipos e de muitas maneiras” (HOLANDA, 2022).

Na tradição sociológica, particularmente na marxista, a sociedade é constituída por duas macroestruturas: a infraestrutura econômica (produção social) e a superestrutura político-ideológica (reprodução social), dentro das quais se distribuem as diferentes espécies de capital. Além do capital econômico, Bourdieu (2017) discorre sobre o capital cultural (qualificações educacionais) e o capital social (relações sociais), além do capital simbólico. Outras possíveis espécies de capital não são descartadas pelo sociólogo.

O capital econômico, inserido na infraestrutura econômica, está relacionado ao recurso proveniente da produção, circulação, distribuição e consumo de bens materiais e serviços. Dentro da superestrutura político-ideológica, se distribui o capital político e o ideológico. Enquanto o primeiro refere à capacidade de tomar ou influenciar decisões, ou seja, poder sobre si e sobre os outros, os outros dois, o ideológico e o cultural, estão relacionados a códigos universais e particulares, respectivamente (Figura 2; HOLANDA, 2022). O capital simbólico é de outra ordem, implica reconhecimento ou valor social.

Bourdieu (2017) defende a existência do capital cultural sob três formas:

incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital cultural incorporado exige a *incorporação*, portanto, demanda um trabalho de inculcação e de assimilação, que ocupa tempo e deve ser investido pessoalmente – “é um ter que se tornou ser” (BOURDIEU, 1979). O capital cultural objetivado, por outro lado, implica a detenção de propriedades, como livros, pinturas, esculturas etc., que são transmissíveis em sua materialidade. O capital cultural institucionalizado refere à detenção de diploma – “certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional” (BOURDIEU, 1979).

Todo indivíduo possui um volume total de capital, o capital global, que resulta da distribuição entre as diferentes espécies de capital e que configura uma estrutura dentro do todo. Enquanto o volume global do capital implica a distinção entre as classes sociais, a estrutura evidencia divisões mais bem definidas dentro da própria classe, o que permite identificar as frações de classe. Professores universitários e dirigentes de empresas estatais, por exemplo, podem ocupar uma mesma classe, uma vez que os respectivos volumes globais de capital podem ser aproximados. No entanto, se olharmos para a estrutura desses capitais, possivelmente, o professor universitário pode apresentar maior volume de capital cultural e menor de capital econômico, invertendo a ordem para o dirigente da empresa estatal. Nesse caso, estamos considerando indivíduos de uma mesma classe, mas que dentro dessa classe se distribuem em frações distintas, até mesmo opostas.

A partir dessa noção de capital, Bourdieu (2017) define um espaço social – que não significa o espaço fisicamente localizado do campo da Arquitetura, mas uma representação abstrata da escala social – com três dimensões fundamentais: além do volume e da estrutura do capital, considera também a evolução no tempo dessas duas propriedades. Cada indivíduo ocupa determinada posição nesse espaço social, e, cada posição somente pode ser compreendida em relação às outras. O espaço social se configura como um sistema de diferenças, com pessoas ocupando posições diferenciais. O próprio espaço social, portanto, se caracteriza como um espaço de distinção, onde o volume e a estrutura de capital de cada indivíduo qualificam sua posição nesse espaço.

Durante sua trajetória, a evolução no tempo do volume e da estrutura de capital, o indivíduo pode acumular capitais, mudar a estrutura de seus capitais, e mudar de posição no espaço social. Os integrantes da classe média, por exemplo, direcionam

seus recursos para a educação dos filhos, capital cultural, na esperança que a próxima geração ascenda em direção à classe superior, com maior retorno de capital econômico. A hierarquia das diferentes espécies de capital, no entanto, não é estática, sendo pretexto de disputas entre as frações de classe e podendo variar em determinadas conjunturas (BOURDIEU, 2017).

A visão de mundo depende da posição ocupada por cada pessoa nesse espaço, de onde surge a vontade de transformar ou de conservar: “Posições sociais são lugares a defender e conquistar em um campo de lutas” (BOURDIEU, 2017, p. 229). Surgem, então, as estratégias de reprodução, que são as práticas pelas quais o indivíduo tende a conservar ou aumentar seu patrimônio, conservar ou aumentar sua posição no espaço social. No entanto, todos os envolvidos fazem uso dessas estratégias, o que implica todos avançarem na mesma direção. Bourdieu defende que “A permanência pode ser garantida pela mudança e a estrutura perpetuada pelo movimento” (BOURDIEU, 2017, p. 159). É preciso modificar para conservar.

Sob a ótica bourdieusiana, o volume e a estrutura de capital somados à trajetória social implicam um *habitus*. Nas palavras de Bourdieu (2017), o *habitus* pode ser compreendido como o “princípio unificador e gerador das práticas, [...] forma incorporada da condição de classe e dos condicionantes que ela impõe” (BOURDIEU, 2017, p. 97). O *habitus* funciona como um sistema “de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983, p. 65) e, portanto, diferentes posições no espaço social implicam diferentes *habitus*, ao passo que posições próximas resultam em *habitus* semelhantes. Nesse sentido, podemos inferir que afinidades imediatas são resultados da identificação do *habitus* pelo *habitus*, e que essa identificação contribui na orientação dos encontros sociais (BOURDIEU, 2017).

Bourdieu (2017) defende que os indivíduos apreendem as práticas e os objetos a partir de esquemas de percepção e de apreciação de seus *habitus*, o que implica diferentes sentidos a uma mesma prática ou objeto. Essa noção está relacionada a ganhos extrínsecos diferenciais, ou seja, vantagens sociais, econômicas etc. distintas a depender da posição do indivíduo no espaço social. As variações das práticas, portanto, significam variações de percepção e de apreciação dessas vantagens: por exemplo, o gosto da classe dominante em praticar esportes em espaços reservados e separados (BOURDIEU, 2017). Como afirma Bourdieu: “[...] condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes [...]” (BOURDIEU, 2017, p. 164).

Produtos sistemáticos do *habitus*, os *estilos de vida* “[...] tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como ‘distintos’, ‘vulgares’ etc.” (BOURDIEU, 2017, p. 164). Na origem do *estilo de vida*, como abordado por Bourdieu (2017), encontramos o *gosto*, propensão e aptidão para se apropriar de determinado objeto ou prática, seja essa apropriação material ou simbólica. Para Bourdieu, *gosto* se discute, sim! A *ideologia do gosto natural* naturaliza diferenças reais, enquanto, na realidade, os *gostos* se caracterizam como “marcadores privilegiados de classe” (BOURDIEU, 2017, p. 09).

O *gosto* transforma objetos e práticas em sinais distintivos. Nossas escolhas estão associadas a nossas posições no espaço social, carregando consigo valores distintivos ainda que sem qualquer intenção de distinção. Nesse sentido, Bourdieu (2017) defende a oposição entre, o que ele denomina, *gosto de luxo* (ou de liberdade) e *gosto de necessidade*, o primeiro vinculado à classe dominante e o segundo à classe operária. O *gosto de necessidade* refere a relação de privação: a posição inferior no espaço social, ou a detenção de menor capital global, implica um *gosto* por aquilo que se faz necessário aos indivíduos que estão naquela posição.

Bourdieu (2017) defende que três itens principais evidenciam mais fortemente a distinção: a *alimentação*, a *cultura* e a *apresentação* – entendendo por *apresentação* a maneira de posicionar e apresentar o corpo. Para o sociólogo, “O corpo é a objetivação mais irrecusável do *gosto de classe*, manifestado sob várias maneiras” (BOURDIEU, 2017, p. 179). O corpo, assim como o *gosto*, deve ser entendido como um produto social. O interesse que os indivíduos atribuem à *apresentação* de si mesmos “são proporcionais às oportunidades de lucros materiais ou simbólicos que podem esperar como retorno” (BOURDIEU, 2017, p. 194).

Bourdieu (2017) evidencia também a diferença entre *forma* e *função*: enquanto as frações de classe superiores estão interessadas na *forma*, as inferiores estão mais preocupadas com a *função*. Para a classe dominante importa mais a *apresentação* do prato, por exemplo, enquanto para o operário, a refeição deve alimentar bem, deve ter sustância, para que possa fazer seu trabalho braçal. O *gosto de luxo* se traduz no restaurante francês, com seu prato milimetricamente organizado, enquanto o *gosto de necessidade* reflete-se na “marmitex”, com arroz, feijão e macarrão. Nessa lógica, “A oposição entre os *gostos de luxo* e os *gostos de necessidade* especifica-se em um número de oposições igual às diferentes maneiras de afirmar a distinção”

(BOURDIEU, 2017, p. 174).

Para Bourdieu (2017) “O gosto é o que emparelha e assemelha coisas e pessoas que se ligam bem e entre as quais existe um mútuo acordo” (BOURDIEU, 2017, p. 225). Os indivíduos tendem a se aproximar de seus semelhantes, ou seja, de outros indivíduos que ocupam posições semelhantes no espaço social, ao mesmo tempo em que se distanciam do diferente. Essa mesma relação de aproximação ou de distanciamento do espaço social reflete-se no espaço urbano, o que implica segregação socioespacial.

A dimensão espacial do capital

A partir da teoria de Bourdieu, Holanda (2022) aponta a ausência da compreensão *arquitetura* e *sociedade* como fenômenos materiais – sociedade enquanto fenômeno espacial constituído por corpos dispostos no espaço e no tempo, e arquitetura como algo que já nasce social (axioma central da TSE). No campo da geografia urbana, a discussão sobre a dimensão espacial do capital culminou na delimitação de um capital espacial, inicialmente definido como um conjunto de recursos acumulados por um indivíduo que implica a capacidade de acesso a lugares e a pessoas (LÉVY, 2013; RÉRAT, 2018). A detenção de capital espacial significa o acúmulo de vantagens provenientes da dimensão espacial da sociedade, na qual a escala de apropriação dessas vantagens se apresenta como um elemento determinante (LÉVY, 2014; RÉRAT, 2018) – “As cidades são espaços de múltiplas velocidades e um alto capital espacial significa a maior apropriação e articulação das várias escalas”² (RÉRAT, 2018).

O capital espacial não faz referência apenas ao local de residência do indivíduo ou apenas à capacidade do indivíduo de se deslocar pela cidade. O conceito de capital espacial, cunhado ainda na década de 1990 por Lévy (1994), distingue essas duas dimensões: o capital de posição e o capital de situação. O primeiro relaciona-se a um determinado local fixo e seus ativos espaciais, portanto, a importância do local de residência; por outro lado, o capital de situação faz referência aos fluxos, ou seja, ao

² Cities are spaces of multiple speeds and a high spatial capital means the utmost appropriation and articulation of the various scales.

espaço apropriado pelo indivíduo a partir das suas possibilidades de mobilidade (RÉRAT, 2018).

O capital de posição abrange a localização e, portanto, a configuração espacial interfere diretamente nessa dimensão do capital espacial. Esse capital está intimamente relacionado ao local de residência, o que torna algumas regiões da cidade mais desejáveis e valorizadas que outras. Quanto ao capital de situação, alguns autores (FLAMM; KAUFMANN, 2004; KAUFMANN, VIRY; WIDMER, 2010; KELLERMAN, 2012; KAUFMANN, DUBOIS; RAVALET, 2017; RÉRAT, 2018) desenvolveram o conceito de *Motility* – a capacidade ou a facilidade de se mover. O conceito de *Motility*, importado do campo da biologia, diz respeito à maneira como um indivíduo se apropria das possibilidades de movimento de acordo com suas aspirações pessoais. Abrange três enfoques que correspondem às (i) possibilidades, às (ii) competências e à (iii) apropriação.

O enfoque nas (i) possibilidades está relacionado à acessibilidade no que diz respeito às redes de transporte, não apenas à estrutura física, mas também aos serviços, incluindo preços, horários etc. São as possibilidades de movimento disponíveis para o indivíduo de acordo com o local e o tempo. Conseqüentemente, esse “portfólio de direitos de acesso³” (FLAMM; KAUFMANN, 2004) também tem relação com o local de residência do indivíduo (RÉRAT, 2018).

A (ii) competência, ou a aptidão para o movimento, está relacionada ao conhecimento/habilidades e à capacidade organizacional do indivíduo – fatores considerados necessários para planejar as atividades em termos espaciais e temporais. Condição financeira, capacidade física, posse de um automóvel ou de uma bicicleta etc. são exemplos de competências do indivíduo. A competência diz respeito aos meios que o indivíduo possui para utilizar as possibilidades disponíveis.

Por fim, a (iii) apropriação refere o próprio movimento, e está relacionada com a maneira como o indivíduo, a partir das competências que possui, se apropria das possibilidades que dispõe. Para Kellerman (2012), existem os motivos básicos de deslocamento, os movimentos diários, e os “efeitos de atração” de lugares, eventos, pessoas etc. No momento da apropriação, além das possibilidades e competências, também interferem aspectos:

[...] sociais e culturais dos atores da mobilidade, possivelmente gerando

³ *Portfolio of access rights* (Flamm; Kaufmann, 2004).

várias opções de modos de mobilidade para um movimento planejado específico, levando eventualmente a escolha de um modo de mobilidade específico ou, alternativamente, a prevenção da mobilidade (KELLERMAN, 2012).

A maior ou menor detenção de capital espacial resulta em vantagens urbanas diferenciadas. Ao mesmo tempo, evidencia a distribuição desigual de recursos no espaço e na sociedade. Implica também maior ou menor domínio do indivíduo sobre a cidade, o que resulta em escolhas espaciais em termos de localização e de mobilidade. A compreensão de fenômenos urbanos a partir do conceito de capital espacial exige que a investigação olhe para a configuração urbana e ao mesmo tempo para a maneira como o indivíduo se apropria desse espaço e seu domínio das diferentes escalas. O capital espacial é um *atributo do sujeito territorialmente imbricado* (APAOLAZA; BLANCO, 2015; BLANCO *et al.*, 2015; APAOLAZA *et al.*, 2016).

Capital Arquitetônico

Holanda (2022) propõe a inclusão de uma terceira macroestrutura na constituição da sociedade, além da infraestrutura econômica e da superestrutura política-ideológica: a socioespacial. Essa terceira estrutura seria constituída por três capitais: (i) o capital social; (ii) o capital espacial; e, (iii) o capital edifício. Os dois últimos constituem o capital arquitetônico, que implica os espaços socialmente apropriados (Quadro 1).

Quadro 1. Macroestruturas sociais. Capitais. Fonte. Adaptado de Holanda (2022).

Infraestrutura de produção de bens e serviços
Economia:
<i>Capital econômico</i>
Superestrutura político-ideológica
Política:
<i>Capital político</i>
Ideologia:
<i>Capital ideológico</i>
<i>Capital cultural</i>
Estrutura socioespacial
Sociedade como artefato:

Capital social

Artefato como sociedade:

Capital arquitetônico (Capital espacial + Capital edifício)

A estrutura socioespacial, defendida por Holanda (2022), inspira-se nos axiomas básicos na TSE, que entende que a maneira pela qual nos organizamos, em termos de sistemas de encontros e esquivações, e a maneira pela qual organizamos os lugares constituem uma macroestrutura social (HOLANDA, 2022). Sob essa perspectiva, o capital social, amplamente discutido na obra de Bourdieu, que o define como o “capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer ‘apoios’ úteis” (BOURDIEU, 2017, p. 112), está posicionado dentro da estrutura socioespacial como o “sistema de encontros e esquivações, no espaço e no tempo: Quem? Com quem? Fazem o que? Onde? Quando? Durante quanto tempo?” (HOLANDA, 2022).

Dentro do capital arquitetônico, Holanda (2022) define o capital espacial como aquele que refere os espaços de fixos e de fluxos de acesso irrestrito, enquanto o capital edifício está relacionado aos fixos de acesso restrito. A ideia de fluxos e fixos remete às contribuições de Milton Santos, para o qual o espaço seria formado por essas duas instâncias: “Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas” (SANTOS, 2014, p. 85). Nesse sentido, quem tem mais poder de movimento, também tem seu produto ou meio de trabalho mais valorizado, o que implica o agravamento das desigualdades.

Os espaços de fluxos e de fixos abertos que constituem o capital espacial referem “o todo” urbano e “as partes”, respectivamente – “o global” e “o local”, nos termos da sintaxe. Os primeiros, espaços de fluxos, correspondem aos logradouros de passagem, de circulação de pessoas e cargas, e, portanto, está intimamente relacionado à configuração urbana – locais mais acessíveis implicam maior detenção de capital espacial. Os espaços de fixos abertos referem os logradouros de permanência públicos – são os parques, as praças, as ruas (enquanto espaços de permanência), os jardins, os largos etc. de acesso irrestrito. Morar próximo ao centro ou em locais de maior acessibilidade implica a detenção de maior capital espacial, da mesma forma que dispor de infraestrutura urbana ou estar próximo a um parque ou a uma praça – a depender da qualidade desses espaços – também implica certo capital espacial.

Os fixos fechados constituem o capital edifício, que, assim como os fixos

abertos, referem “as partes” – “o local”, nos termos da Sintaxe, mas com a diferença de contarem com restrição de acesso. Os fixos fechados são os edifícios públicos ou privados, as residências, e também os espaços livres privados, como clubes ou mesmo parques particulares, que tem o acesso permitido mediante algum recurso. Portanto, atributos locais, como a qualidade das edificações, a presença (ou não) de elementos arquitetônicos ou urbanos, e de serviços, como tamanho do lote e da edificação, a presença de garagem, varanda, elevador, piscina etc., implicam maior ou menor capital edilício.

A acessibilidade, o poder de movimento, implica a detenção de capital arquitetônico, mais especificamente, de capital espacial. Ao mesmo tempo, a qualidade arquitetônica da residência, por exemplo, também implica a detenção de capital arquitetônico, nesse caso, de capital edilício. Morar no centro da cidade ou próximo a um parque urbano contribui para um maior volume de capital espacial, da mesma forma que morar em um edifício com elevador e garagem ou em uma casa com churrasqueira e piscina contribui para um maior capital edilício. Em suma, *capital arquitetônico = capital espacial + capital edilício*.

Conclusão do capítulo

A proposta de inclusão da estrutura socioespacial na constituição da sociedade, junto com a infraestrutura de produção de bens e serviços e a superestrutura político-ideológica (HOLANDA, 2022), tem suas bases na TSE, que compreende que a maneira como nos organizamos e a maneira como organizamos os lugares constituem uma macroestrutural social. Dentro dessas macroestruturas constituintes da sociedade, diferentes espécies de capital se distribuem, como defendido por Bourdieu (1930-2002) em suas obras, uma vez que, para o sociólogo francês, o mundo social não pode ser explicado sem o capital em todas as suas formas.

Bourdieu discutiu amplamente acerca dos capitais econômico, cultural e político em suas obras. A dimensão espacial passou a ser abordada com maior profundidade nas últimas duas décadas no campo da Geografia Urbana com o conceito de capital espacial, que refere ao local de residência e às possibilidades de deslocamento, e que resulta em maior ou menor domínio da cidade.

O conceito de capital arquitetônico, enquanto atributo do sujeito, surge inserido

na Estrutura Socioespacial, e se divide em capital espacial, que refere aos fixos e aos fluxos de acesso irrestrito, e ao capital edilício, que refere aos fixos de acesso restrito. Nos termos da TSE, os espaços de fluxos, intimamente relacionados à configuração urbana, referem o todo urbano, enquanto os fixos, às partes. Locais mais acessíveis, assim como proximidade e possibilidade de apropriação de parques e praças, implicam maior capital espacial do sujeito. Maior ou menor capital edilício diz respeito às qualidades locais: tamanho do lote, padrão arquitetônico da construção, presença de garagem, varanda, elevador, piscina etc.

Assim como as demais espécies de capital, o capital arquitetônico também constitui um *estilo de vida* e um *habitus*, que implicam *gostos* distintos e distintas formas de nos apropriarmos do espaço público. Onde moramos e como moramos, locais que frequentamos e como nos deslocamos, dizem muito sobre quem somos enquanto indivíduos e sociedade.

CAPÍTULO II

SOBRE PARQUES, CIDADES E PESSOAS

A vida urbana ao longo do tempo, a relação das pessoas com a cidade – a carne e a pedra (SENNETT, 2020) – evidencia as transformações pelas quais passaram os espaços públicos ao longo da história urbana. Dos mercadores da Ágora ateniense ao Fórum romano ocupado pelos burocratas. Das zonas livres das praças renascentistas e medievais às praças monumentais de Paris do início do século XVIII. Do espaço público precário e insalubre da cidade industrial aos amplos gramados da cidade moderna. Da especialização dos espaços livres modernos à busca pela urbanidade e pela conservação ambiental da contemporaneidade. O espaço público, elemento estruturador do espaço urbano e lugar de expressão de uma sociedade, sempre teve protagonismo nas cidades.

No decorrer da história urbana, o espaço público se caracterizou como elemento urbano de forte permanência das sociedades. Ao mesmo tempo, também marca suas impermanências: o espaço público é um retrato do seu tempo, moldado não apenas pelo modo de produção (MARX; ENGELS, 2008), mas também pelas ideias religiosas (WEBER, 2012). Padrões espaciais e relações sociais são também resultados de contingências, de valores culturais, de questões geográficas, são “mais que produtos diretos ou de intenções capitalistas ou de maquinações estruturais” (GOTTDIENER, 1997, p. 26).

A noção de espaço público carrega consigo a ideia de espaço democrático, mas a máxima “espaço público, espaço democrático por excelência” pode esconder as desigualdades que marcam as sociedades e suas cidades. O espaço público pode ser um elemento urbano contraditório: ao mesmo tempo em que é aberto e livre para todos – diferentes idades, diferentes gêneros, diferentes condições físicas, sociais, econômicas, culturais, diferentes interesses etc. – não são realmente todos que conseguem usufruir de seu “acesso amplo” – a proximidade de um espaço público qualificado não é a realidade de muitos, a segurança não é a de todos e o tempo para o lazer é o de poucos. A desigualdade de capital em todas as suas formas, seja na Grécia ou em Roma, acentuou a desigualdade de acesso aos espaços públicos.

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira, (i) *Da ágora ao parque*

urbano, discorre acerca do surgimento do parque urbano. A segunda seção, (ii) *Parques urbanos*, apresenta um breve histórico dos parques urbanos, desde o surgimento como reservas de caça até o momento atual, onde a questão ambiental se coloca de maneira central. A terceira seção, (iii) *Parques urbanos no Brasil*, aborda a inserção dos parques urbanos no Brasil e o seu desenvolvimento até o período atual.

Da ágora ao parque urbano

Partindo da Grécia Antiga e do desenvolvimento da democracia, os corpos de Atenas se dividiam em dois espaços: nos teatros, onde se ouvia uma única e clara voz, e na ágora, onde não havia uma voz dominante, mas pessoas se movimentando e conversando sobre diferentes assuntos ao mesmo tempo (SENNETT, 2020). Mumford (1989) define a ágora como um lugar de conversas acima de tudo, sendo que “[...] provavelmente não há mercado urbano onde o intercâmbio de notícias e opiniões não tenha, pelo menos no passado, desempenhado um papel quase tão importante quanto o intercâmbio de mercadorias” (MUMFORD, 1989, p. 149). Pensar na ágora como espaço democrático nos moldes atuais, no entanto, esconde a realidade de grande parte dos cidadãos atenienses – viver a diversidade da ágora exigia morar próximo, além de ser inacessível aos escravos e estrangeiros (SENNETT, 2020).

Em Roma, o Fórum romano assumiu a referência de principal espaço público, onde política, economia, religião e vida social se misturavam. Normas que foram sendo aplicadas ao Fórum culminaram na expulsão dos negócios e de outras atividades, o que implicou a redução da diversidade, com o Fórum assumindo “um aspecto formal, dignificado, porém sem vida” (SENNETT, 2020, p. 125):

À medida que as regras foram se impondo no Forum Romanum, ao fim do período republicano, os mercadores, açougueiros, verdureiros e peixeiros mudaram-se para bairros distantes, deixando a zona livre para os advogados e burocratas [...]. no jargão do planejamento moderno, as construções tornaram-se ‘monofuncionais’ (SENNETT, 2020, p. 123).

A mudança na estrutura política, econômica e social da Idade Média (séc. V – séc. XV) refletiu-se na forma e na função do espaço público da Antiguidade. O burguês medieval tomou o espaço urbano como local para suas atividades de compra e venda, dando origem ao uso flexível do espaço em busca de melhores oportunidades (SENNETT, 2020), onde as praças tornam-se largos ligados diretamente às ruas que

para elas convergem. Na cidade medieval:

Os espaços públicos e privados não formam, pois, zonas contíguas e separadas, como na cidade antiga: existe um espaço público comum, complexo e unitário, que se espalha por toda a cidade e no qual se apresentam todos os edifícios públicos e privados, com seus eventuais espaços internos, pátios ou jardins (BENEVOLO, 2011, p. 269).

A então recente expansão urbana que ocorreu no continente europeu durante o Renascimento (séc. XIV – séc. XVII), minou a necessidade de fundar novas cidades ou transformar uma cidade inteira, sendo a arquitetura renascentista realizada em edifícios isolados ou em modificações urbanas parciais (BENEVOLO, 2011). O urbanismo renascentista se manifestou em alguns campos específicos, como a reestruturação de regiões da cidade, promovendo a criação de praças e ruas retilíneas (LAMAS, 2011). As praças renascentistas “Eram lugares de cenário urbano e decoração, suporte e enquadramento de monumentos (obeliscos, estátuas ou fontes), e também lugares de vida social e de manifestações de poder” (LAMAS, 2011, p. 176).

O requinte no modo de viver, típico do Barroco (séc. XVI – séc. XVIII), introduziu a arborização na cidade, o que implicou a criação de novos elementos urbanos: o jardim, o passeio, a alameda etc. Lamas (2011) aponta a importância desse período pela influência decisiva na cidade burguesa do final do século XIX, principalmente na Paris de *Hausmann* e na Barcelona de *Cerdá*. O gosto pelo requinte era próprio de uma classe, que tinha o capital necessário para passear pelos jardins e incorporar essa atividade em seu *habitus*.

A complexidade do século XIX culminou em profundas transformações sociais e econômicas, que logo refletiram nas cidades. O crescimento populacional, o aumento da produção, a redistribuição da população no território e o desenvolvimento dos meios de deslocamento marcaram a cidade industrial – Londres passou de um milhão de habitantes, no final do século XVIII, para dois milhões e meio, em meados do século XIX. O rápido crescimento das cidades culminou na ocupação dos espaços livres previamente existentes com novas construções – fossem casas ou barracões industriais (BENEVOLO, 2011). O espaço público da cidade industrial refletia esse ambiente caótico e insalubre que contribuía para a disseminação de doenças. Ainda assim, o espaço público:

[...] era o que os habitantes mais humildes da cidade industrial tinham de seu. Estavam todos ali, expondo sua miserável condição, facilmente captada por quem percorresse ruas e praças, mas também e fundamentalmente estavam, das formas possíveis, apropriando-se da cidade (TENORIO, 2012).

As possibilidades oferecidas pelos meios de transporte e pela disponibilidade de terra permitiram a construção de empreendimentos habitacionais de baixas densidades nas periferias das cidades. A cidade deixou de ter uma clara delimitação de seu perímetro urbano com o surgimento dos subúrbios – “O subúrbio e a cidade-jardim constituirão um momento de ruptura na morfologia [configuração] urbana tradicional e um entendimento diverso do habitar, preparando e antecedendo as rupturas morfológicas da cidade moderna” (LAMAS, 2011, p. 208). Enquanto os centros caóticos sofriam com a ausência de espaços públicos adequados, os subúrbios das elites se configuraram como espaços de tranquilidade, circundados por espaços livres verdes. Os subúrbios foram incorporados ao *estilo de vida* de uma classe, que passou a enxergá-lo como a “verdadeira qualidade de vida” – a prática foi incorporada ao *habitus* e o *gosto* por esse estilo de vida passou a vigorar.

Quando o lazer se torna uma demanda social, e surge o desejo de fugir do ambiente caótico para um cenário campestre, nasce o parque urbano enquanto espaço livre público destinado à população de forma geral, não mais somente à aristocracia e às classes mais abastadas. Desde a cidade industrial, o parque urbano constitui “um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno” (Rosa Kliass, em MACEDO; SAKATA, 2010).

Parques urbanos

A ideia de parque enquanto lugar de socialização existia antes da cidade industrial, mas destinado a aristocratas do século XVI e XVII, não como um “espaço público destinado à recreação da massa” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 14). Passear por jardins aristocráticos ou avenidas arborizadas era um hábito comum nas grandes cidades europeias, como Londres e Paris – era uma atividade comum ao *habitus* de alguns poucos privilegiados. Os jardins ingleses (Figura 6; Figura 7) deram origem aos parques e jardins públicos com o objetivo de refrescar áreas urbanas, os quais estavam, inicialmente, vinculados às reservas de caças e eram localizados no entorno de palácios rurais. Embora não tenha precisão no tempo, a transição de reserva para parque acontece de forma sistemática a partir do século XVIII (ALBUQUERQUE, 2020).



Figura 6. Jardins de *Stourhead*, Warminster, Inglaterra. Fonte: shorturl.at/cKZ15.



Figura 7. Plano de Frederick Magnus Piper para *Stourhead* (1779). Fonte: shorturl.at/cKZ15.

O *Hyde Park* foi uma dessas reservas particulares de caça que acabou sendo transformada em parque urbano (Figura 8; Figura 10. ; Figura 10). Um dos parques reais de Londres, o *Hyde Park* pertencia à Abadia de Westminster e foi adquirido por Henrique VIII (1491-1547), que o transformou em uma reserva de caça. Durante o reinado de James I (1566-1625), o parque passou a ter acesso limitado às pessoas mais ricas – que ocupavam posições próximas no espaço social e que compartilhavam

habitus e gostos semelhantes. Somente em 1637, com Carlos I (1600-1649), que o *Hyde Park* se tornou de fato um espaço verde livre aberto ao público em geral – localizado ainda nas imediações da cidade, quando o crescimento urbano ainda não o havia alcançado. O *Hyde Park* era um espaço para ver e ser visto, onde as pessoas encenavam seus capitais com seus vestuários que marcavam uma posição, em seus cavalos ou em suas carruagens – o parque foi aberto ao público, mas a distinção ainda estava presente no *habitus* de seus frequentadores.



Figura 8. *Hyde Park* – entrada para o parque (1804). Fonte: shorturl.at/suEKY.



Figura 9. Sátira *Monstrosidades*, de George Cruikshank, com pessoas “elegantes” encenando seus capitais no *Hyde Park* (1822). Fonte: shorturl.at/suEKY.

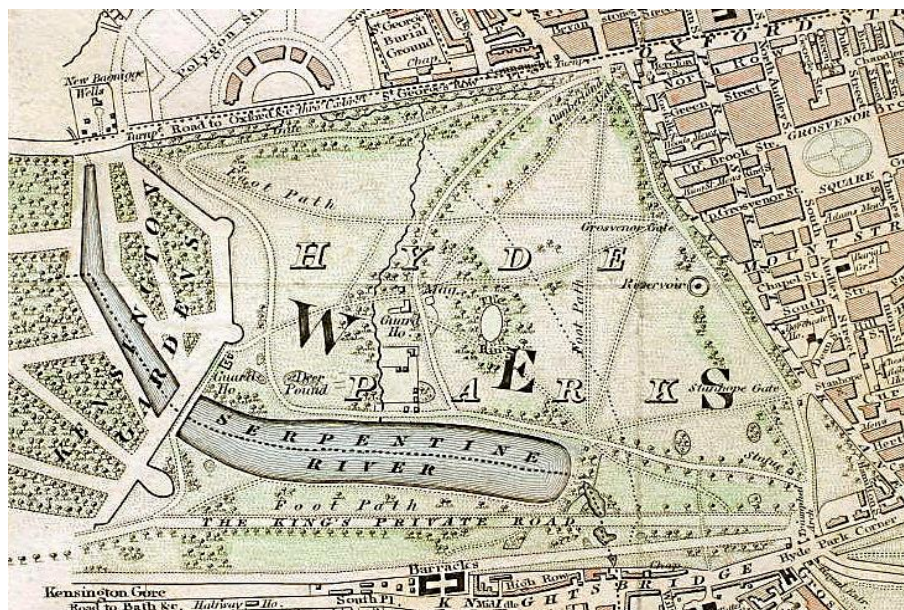


Figura 10. Plano do Hyde Park (1833). Fonte: shorturl.at/suEKY.

Ao longo do século XVIII, a ideia de parque foi sendo delineada como uma porção de terra cercada com algum uso recreativo, que a população mais abastada se acostumou a frequentar – prática que foi incorporada ao *habitus* da classe. As reservas de caças passaram a receber tratamento paisagístico e a serem concebidas para recreação da recém-formada burguesia – “O que estava sendo feito por essa nova classe, com um novo capital, novos equipamentos e novos especialistas contratados, era, de fato, uma reposição da ‘natureza’ de modo a adaptá-la a seu ponto de vista” (ALBUQUERQUE, 2020). Esses parques ainda eram em sua maioria privados, e marcaram a paisagem suburbana mais que os centros urbanos, constituindo o “ápice da arte rural burguesa” (ALBUQUERQUE, 2020).

Sennett (2020) aponta a criação de *Regent's Park*, outro parque real de Londres, inaugurado em 1835, como um marco na forma de as pessoas se relacionarem com a cidade. Ao mesmo tempo em que promoveu a circulação de uma grande quantidade de pessoas, o desenho urbano do século XIX também incapacitou o movimento de grupos considerados ameaçadores. Havia se tornado mais difícil juntar um grupo de pessoas para ouvir um discurso e participar de algum protesto – encenar o capital político e social no espaço público não era para todos.

Projetado por John Nash, o *Regent's Park* foi o primeiro parque de grandes dimensões a unir o uso de parque urbano às ricas habitações dispostas ao longo de seus limites (SAKATA, 2018) – evidenciando o potencial de valorização do seu entorno (Figura 11; Figura 12; Figura 13; Figura 14). Pensado como pulmão da cidade,

embora inicialmente não tivesse nenhuma árvore em toda sua extensão, teve sua superfície toda nivelada e coberta com grama. Uma calçada circundava todo o parque, permitindo a velocidade: “Todos os obstáculos que existiam foram demolidos, aplainados ou corrigidos, até mesmo o leito de um canal que corria pelo jardim público, a fim de garantir-se que as carruagens não teriam sua marcha veloz interrompida” (SENNET, 2020, p. 329). *Regent's Park* privilegiou o corpo em movimento: a velocidade dispersou os pontos de encontro e parar para ouvir um discurso não era mais possível (SENNET, 2020). As carruagens, e depois os carros, artigos de luxo da aristocracia e da burguesia industrial, foram privilegiados – a velocidade encena o espírito do capitalismo industrial, onde tempo é dinheiro.



Figura 11. Plano do *Regent's Park* (1833). Fonte: shorturl.at/cmqw8.



Figura 12. *Regent's Park* (1863). Fonte: shorturl.at/drw59.

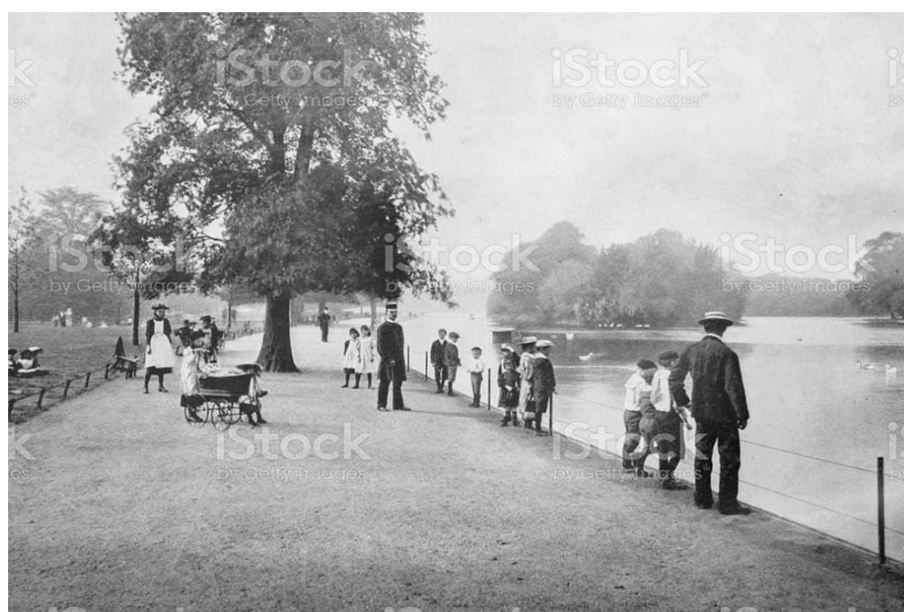


Figura 13. *Regent's Park* (1890). Fonte: shorturl.at/drw59.



Figura 14. *Regent's Park*. Fonte: shorturl.at/fgnQZ.

Assim como o desenho de *Regent's Park* promovia a livre circulação das carruagens, Haussmann dividiu as comunidades pobres de Paris com avenidas largas, nas quais “o fluxo de carruagens erguia então um muro de veículos em movimento atrás do qual os distritos pobres foram fracionados” (SENNET, 2020, p. 333; Figura 15; Figura 16). De fato, havia também a preocupação com a salubridade da cidade – a reestruturação urbana era necessária para a implantação de uma moderna rede de esgoto e para a adequação ao novo modo de produção, mas fato também que as avenidas não foram abertas nos bairros operários sem outras motivações. A Paris de Haussmann construiu uma nova muralha que separava os cidadãos urbanos, não mais de pedra como a que circundava a cidade antiga, mas de extensas e largas avenidas. A renovação urbana definiu um novo traçado, uma nova estruturação fundiária e a implantação de novos equipamentos e espaços livres (LAMAS, 2011):

Seus novos parques e jardins públicos possuíam ambientes cenograficamente inspirados em uma visão pastoril e romântica, típica do parque inglês, dos séculos XVIII e XIX, adaptados à visão nacionalista francesa. Misturam a lógica francesa de orientação dos caminhos, que sempre devem levar a um ponto principal, e o ideal árcade e pastoril inglês, com amplos relvados emoldurados por bosques e arvoredos frondosos, riachos serpenteantes e lagos orgânicos. O geometrismo exagerado e as *parterres*, característicos dos parques reais de *Versailles*, são abandonados, dando lugar a estruturas viárias bem mais elaboradas e requintadas, nas quais grandes caminhos principais se fecham em nós e são interconectados a tantos outros caminhos secundários. Os cenários se completam com

grutas, cascatas e morrotes, falsos gazebos, ruínas e templos gregos, esculturas de deuses heróis, *chinoiseries*, pontes, quiosques e animais 'elegantes', como pavões, patos e cisnes (MACEDO; SAKATA, 2010).

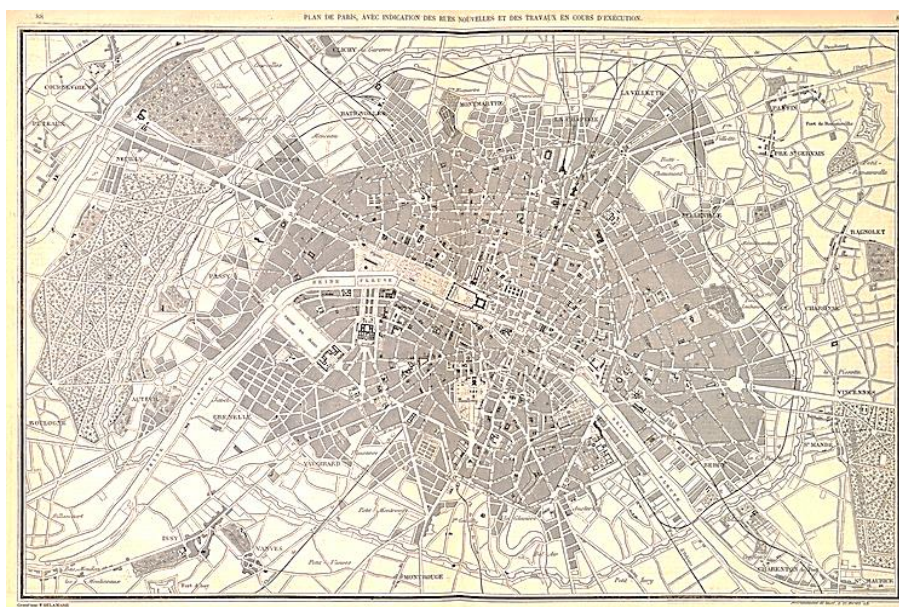


Figura 15. Plano de Haussmann para Paris (1853). Fonte: shorturl.at/ciGMO.



Figura 16. A *Avenue de l'Opéra*, criada por Haussmann. Pintura de Camille Pissarro (1898). Fonte: shorturl.at/kwyMO.

A fim de minimizar conflitos sociais decorrentes da insalubridade e das condições de trabalho, os parques passaram a ter a recreação como principal função e se tornaram mais acessíveis à população (ALBUQUERQUE, 2020). Nesse cenário, foi inaugurado o *Victoria Park*, em 1845, em Londres – recomendado pelo

epidemiologista William Farr para melhorar a saúde dos moradores locais e incentivar atividades ao ar livre (Figura 17; Figura 18). Implantado em uma região pobre de Londres, o capital e o *habitus* encenados pelas pessoas que frequentavam o *Parque do Povo* – como ficou conhecido o *Victoria Park*, por sua história marcada por comícios e manifestações políticas – são diversos daqueles encenados no *Hyde Park* ou no *Regent's Park*, localizados em bairros ricos da cidade.

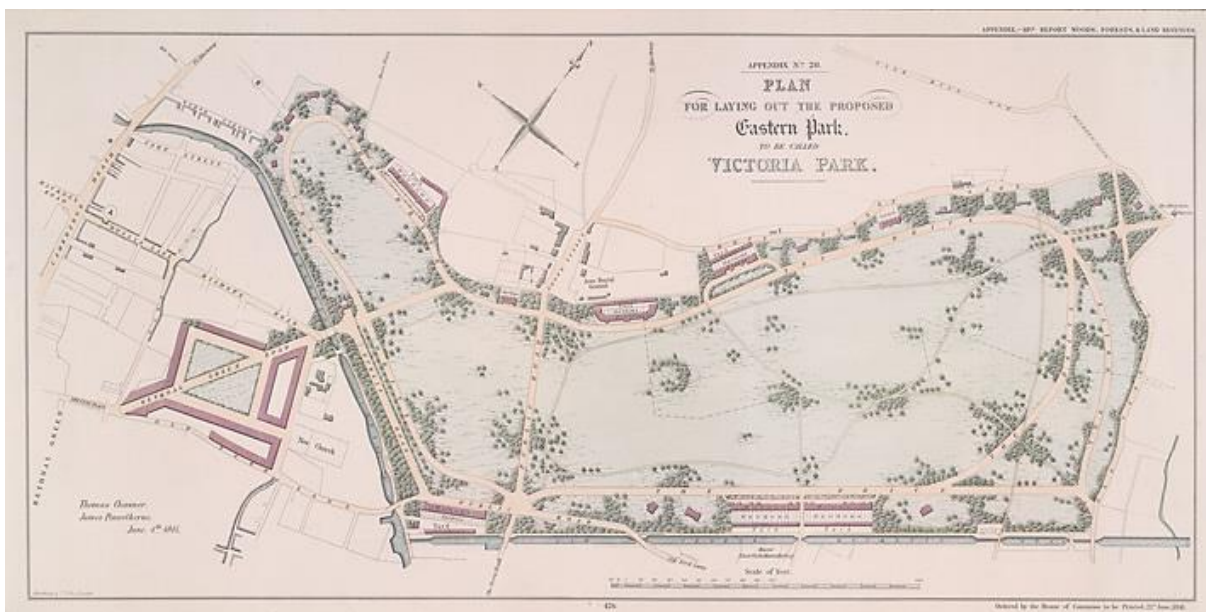


Figura 17. Plano do Victoria Park (1841). Fonte: shorturl.at/eNPTW.



Figura 18. Victoria Park (1901). Fonte: shorturl.at/eNPTW.

Em carta para o jornal britânico *The Times*, em 1847, George Alston evidencia o preconceito com espaços públicos destinados às classes mais populares e como o

Victoria Park representou um exemplo de como esse pensamento estaria errado, e a importância do parque para as pessoas mais pobres que moravam próximas e o frequentavam:

Existe, acredito, uma opinião muito geral, embora eu ache muito errônea, que as classes mais pobres deste país não são confiáveis, a menos que sob a *vigilância* da polícia, em qualquer lugar de diversão pública, por uma disposição arbitrária. Ferir ou destruir tudo o que é belo na natureza ou curioso na arte, e que um costume que geralmente prevalece no continente, de abrir todos os locais de diversão, não pode ser adotado com segurança neste país. Agora, quando se sabe que em várias partes do parque foram plantadas rosas e outras flores de vários tipos totalmente desprotegidas, e que em apenas uma instância solitária durante o verão uma rosa ou flor de qualquer tipo foi arrancada ou ferida, esse fato por si só é suficiente para refutar as calúnias injustas de que as classes mais pobres não são confiáveis em locais públicos sem o pavor da polícia diante de seus olhos. O principal bem, no entanto, que a formação do parque efetuou é o incentivo que oferece ao artesão e ao trabalhador para que beneficiem sua própria saúde e a de suas famílias, inalando o ar fresco pelo menos uma vez na semana, a uma distância de suas próprias habitações confinadas e miseráveis. E tanto bem foi produzido dessa maneira que posso afirmar com confiança. Muitos homens que eu estava acostumado a ver passar o domingo em total ociosidade, fumando em sua porta, sem lavar e com a barba por fazer, agora se vestem tão asseados e limpos quanto possível, e com sua esposa ou filhos é visto andando no parque na noite de domingo (Trecho de uma carta de George Alston para o *The Times* sobre o *Victoria Park*, em 07 de setembro de 1847 – grifo no original. Tradução própria. Fonte: shorturl.at/jvWZ6)⁴.

A exemplo da capital inglesa, diversas cidades seguiram na criação de parques urbanos. Nos Estados Unidos, a história dos parques revela que houve inicialmente uma maior preocupação com os problemas sociais que com a questão ambiental. Cranz e Boland (2004) identificaram quatro tipos de parques urbanos⁵: (i) o espaço de lazer (1850-1900), (ii) o parque cultural e esportivo (1900-1930), (iii) o equipamento de recreação (1930-1965) e (iv) o sistema de espaços livres (1965-?); até chegar ao

⁴ There is, I believe, a very general opinion entertained, though I think a very erroneous one, that the poorer classes in this country cannot be trusted, unless under the *surveillance* of the police, in any place of public amusement, from a wanton disposition to injury or destroy whatever is beautiful in nature or curious in art, and that a custom which so generally prevails on the continent, of throwing open all places of amusement, cannot with safety be adopted in this country. Now, when it is known that there have been planted in various parts of the park roses and other flowers of various kinds entirely unprotected, and that in only one solitary instance throughout the summer has a rose or flower of any kind been either plucked or injured, this fact alone is sufficient to refute the unjust aspersions that the poorer classes are not to be trusted in public places without the dread of the police before their eyes. the principal good, however, which the formation of the park has effected is in the inducement it holds out to the artisan and labourer to benefit their own health and that of their families by inhaling the fresh air at least once in the week, at a distance from their own confined and wretched habitations. And that much good has been produced in this way I can most confidently state. Many a man whom I was accustomed to see passing the Sunday in utter idleness, smoking at his door in his shirt sleeves, unwashed and unshaven, now dresses himself as neatly and cleanly as he is able, and with his wife or children is seen walking in the park on the Sunday evening.

⁵ (i) Pleasure Ground, (ii) Reform Park, (iii) Recreation Facility, (iv) Open Space System, (v) Sustainable Park. Tradução de acordo com Sakata (2018).

quinto tipo que finalmente estaria voltado às preocupações ambientais: (v) o parque sustentável. A definição dos tipos seguiu tanto a mudança dos propósitos sociais quanto as variações do desenho dos parques - cada uma foi desenvolvida para responder a uma demanda social do seu tempo.

O (i) Espaço de Lazer (*Pleasure Ground*; 1850-1900) caracterizava-se como um parque grande e normalmente localizado na periferia da cidade. Frederick Law Olmsted, responsável pelo desenho do *Central Park*, em Nova York, projetou diversos parques desse tipo, criando um estilo pastoril – entre o urbano e o rural – com circulação curvilínea e uso naturalista das árvores e da água. A apreciação da paisagem era importante, mas eram parques também projetados para as práticas esportivas, que eram bastante populares (CRANZ; BOLAND, 2004).

O crescimento populacional explosivo de Nova York em meados do século XIX criou a necessidade de elaboração de planos para reservar locais ainda disponíveis para a implantação de parques. Nesse cenário, foi idealizado o *Central Park*, com objetivos de contemplação, recreação e prática esportiva, e que serviu de exemplo para a concepção de novos parques em todo o país (Figura 19; Figura 20; Figura 21; Figura 22; Figura 23). Em Nova York Delirante, Rem Koolhaas tece críticas ao se referir ao *Central Park* como “uma preservação taxidérmica da natureza que exhibe perpetuamente o drama da cultura se distanciando da natureza. [...] O Central Park é um ‘tapete arcádico’ sintético” (KOOLHAAS, 2008, p. 39-40) e continua:

[...] se o Central Park pode ser visto como uma operação de preservação, ele constitui ainda mais uma série de manipulações e transformações executadas sobre a natureza ‘salva’ por seus projetistas. Seus lagos são artificiais, suas árvores (trans)plantadas, seus acidentes são obra de engenharia, seus incidentes são sustentados por uma infraestrutura invisível que controla o conjunto. Um catálogo de elementos naturais é extraído do contexto original, reconstituído e comprimido dentro de um sistema de natureza que faz com que a retilinearidade do Mall (alameda) seja tão formal quanto a informalidade planejada do Ramble (trilha) (KOOLHAAS, 2008, p. 39-40).



Figura 19. Plano do *Central Park*, Nova York (1860). Fonte: shorturl.at/diyZ9.



Figura 20. *Central Park*, Nova York. Fonte: shorturl.at/diyZ9.



Figura 21. *Central Park*, Nova York – *The Mall*, inspirado nas praças europeias, reunindo visitantes de todas as origens (1902). Fonte: shorturl.at/diyZ9.



Figura 22. *Central Park, Nova York – The Mall.* Fonte: shorturl.at/diyZ9.



Figura 23. *Central Park, Nova York – vista aérea.* Fonte: shorturl.at/diyZ9.

Por estarem localizados longe das moradias da classe operária, a população mais pobre raramente frequentava esse tipo de parque, que tinha seus arredores valorizados, como aconteceu com as habitações com vistas para o *Central Park*. Nesse contexto, surgiu a luta pela implantação de parques menores em alguns quarteirões dentro da cidade. Esse movimento se uniu com outro que lutava pela implantação de *playgrounds* para crianças, e que resultou no (ii) Parque Cultural e Esportivo (*Reform Park*; 1900-1930): parques pequenos e simétricos, com equipamentos para crianças, e sem a intenção de remeter à imagem do campo. A principal inovação arquitetônica foi a criação da casa de campo (*Field house*), concebida como um clube para a classe operária (CRANZ; BOLAND, 2004).

A nomeação de Robert Moses para o comando do Departamento de Parques de Nova York marcou um novo momento na história dos parques urbanos norte americanos. Até então, os gastos com a criação de parques eram justificados pelos objetivos sociais: redução da luta de classes, reforço da unidade familiar, incorporação dos imigrantes ao “*American Way of Life*”, redução da propagação de doenças e educação cidadã (CRANZ; BOLAND, 2004). A partir de 1930, com Moses no comando, os parques passaram a ser entendidos como um serviço público sem necessidade de uma justificativa específica. Os departamentos de parques no país inteiro estabeleceram padrões uniformes e levaram o parque para os subúrbios e outras áreas que ainda não haviam recebido esse benefício. As principais inovações desse novo padrão, que ficou conhecido como (iii) Equipamento de Recreação (*Recreation Facility*; 1930-1965) foram os estádios, as quadras de asfalto e os estacionamentos, afinal as ruas estavam sendo tomadas pelos automóveis.

Grande crítica de Moses, a escritora e ativista política Jane Jacobs (1916-2006) publicou, em 1961, *Morte e Vida de Grandes Cidades*⁶. Jacobs marcou época ao tecer profundas críticas ao urbanismo moderno e advogar a favor do rompimento do que estava sendo proposto. Crítica dos parques urbanos, Jacobs (2009) defendia que um dos maiores fracassos dos conjuntos habitacionais, criação do urbanismo moderno, foi justamente a incapacidade de parques e áreas livres valorizarem a vizinhança. Para a autora, muito se espera dos parques urbanos, quando, na realidade, os parques são os verdadeiros beneficiados do que ocorre em seu entorno, não o contrário. A diversidade da vizinhança que leva a diversidade para o interior do parque – “Os parques não são abstrações ou repositórios automáticos de virtudes ou avanços. Eles nada significam se divorciados das influências concretas – boas ou más – dos bairros e dos usos que os afetam” (JACOBS, 2009, p. 107). Jacobs (2009) completa que parques de grandes proporções constituem uma fronteira, que resultam em barreiras, becos sem saída, e tendem a seguir em direção à decadência.

Com a classe média saindo dos centros urbanos em direção aos subúrbios, movimento que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), crescia a demanda por bens e serviços especializados, que encontrou resposta no *shopping mall*. Em 1956, em um subúrbio de Minnesota, foi inaugurado o primeiro *shopping* como conhecemos hoje, o *Southdale Center*, com áreas de circulação interna

⁶ *The Death and Life of Great American Cities*.

fechadas e climatizadas, e amplo estacionamento para os automóveis (ALMEIDA, 2008; Figura 24; Figura 25).



Figura 24. *Southdale Center* (1956). Fonte: shorturl.at/bcqDJ.



Figura 25. *Southdale Center* (1964). Fonte: shorturl.at/bcqDJ.

Nesse contexto de crescimento dos subúrbios, com os *shoppings* atraindo a classe média, “os parques passaram a ser percebidos como inseguros e negligenciados” (ALBUQUERQUE, 2020). Em resposta à esterilidade que se deu nos Equipamentos de Recreação, surgiu a noção de (iv) Sistema de Espaços Livres (*Open Space System*, 1965-?). Em 1965, John Lindsay (1921-2000), então candidato à Prefeitura de Nova York, publicou um documento sobre parques, no qual “reivindicava

os parques como um mecanismo de controle social e reforma⁷” (CRANZ; BOLAND, 2004).

Contra a posição anterior de padronização, o então prefeito recrutou arquitetos paisagistas para pensar espaços recreativos específicos para cada local – surgiu a noção de vínculo mais próximo entre o programa do parque e a cultura popular. Segundo Cranz e Boland (2004), “[...] a recreação passou a ser vista como algo que poderia acontecer em qualquer lugar – nas ruas, em um telhado, na orla, ao longo de um alinhamento férreo abandonada, assim como em praças e parques tradicionais⁸”. Os parques passaram a ser entendidos como parte de uma rede, interligados entre si, daí o termo Sistema de Espaços Livres.

Cada geração tem suas próprias ideias e experiências de como podem e devem contribuir para a produção das cidades. Cranz e Boland (2004) apontam que cada modelo de parque tende a dominar por 30 a 50 anos, o que significa que um novo modelo estaria surgindo na virada do século. No final do século XX, a preocupação com o meio ambiente e a pauta da sustentabilidade estariam contribuindo para o desenvolvimento de um quinto modelo de parque nos Estados Unidos: o Parque Sustentável.

O (v) Parque Sustentável apresenta três características principais. Em primeiro lugar, são parques autossuficientes em relação aos recursos materiais, o que implica práticas de construção e manutenção sustentáveis, espécies nativas, compostagem, coleta de água, parcerias público-privadas e gestão comunitária, e que, conseqüentemente, resultam em menores gastos públicos de implantação e manutenção. A segunda característica está na compreensão de que o parque pode desempenhar um papel na solução de problemas urbanos fora de seus limites quando integrado ao tecido circundante, como infraestrutura, recuperação de áreas urbanas, saúde e bem-estar social. Por último, esse modelo de parque apresenta novas expressões estéticas, na sua própria forma e também na sua relação com a cidade – o parque deve transcender a imagem fixa e estática e buscar uma estética evolutiva, uma temporalidade da própria natureza (CRANZ; BOLAND, 2004).

Ao longo da sua história, acompanhando as mudanças da sociedade, os

⁷ “[...] reclaimed parks as a mechanism of social control and reform” (Cranz and Boland, 2004).

⁸ “[...] recreation came to be seen as something that could take place anywhere – in the streets, on a rooftop, at the waterfront, along an abandoned railway line, as well as in traditional plazas and parks” (Cranz and Boland, 2004).

parques urbanos incorporaram novas funções e modos de apropriação: a recreação infantil exigiu a implantação de playgrounds e tanques de areia, e a atividade esportiva demandou a criação de pistas de corrida/caminhada e de bicicletas, além das quadras e campos para os esportes coletivos. O lazer contemplativo passou a compartilhar espaço com novas demandas, como a recreação, o esporte, a cultura e, mais recentemente, a conservação ambiental.

Se, há poucas décadas, um conceito amplamente aceito entendia os parques urbanos como “espaços livres nas cidades, com dimensões generosas, destinados à fruição social – passeio, contemplação, convivência, recreação infantil e esporte” (SAKATA, 2018, p. 82), nos últimos anos esse conceito precisou ser atualizado, a fim de considerar também a dimensão ambiental. Os parques urbanos sempre estiveram associados ao embelezamento da cidade, à qualidade de vida e, de modo geral, aos bairros mais ricos, mas passaram também a significar conservação ambiental e limites à ocupação urbana.

Ainda que a metáfora do pulmão já não se mostre tão verdadeira, como bem pontuou Jacobs (2009), os parques urbanos ainda representam um respiro em meio à massa edificada, o verde da natureza em meio ao cinza do concreto. O parque, embora se caracterize como um elemento urbano de forte permanência, tem seu conceito e desenho modificados ao longo da história de acordo com uma realidade urbana que se transforma no espaço e no tempo. O desenvolvimento do parque urbano – os novos usos que são incorporados, as novas localizações onde são implantados etc. – resulta de um campo em constante luta, no qual a desigualdade de capital implica a desigualdade de acesso.

Somente no século XIX, o parque se tornou um elemento urbano público, quando até então eram áreas reservadas para poucos, como as reservas de caça ou os jardins aristocratas. O parque urbano, apesar de aberto ao grande público, se caracteriza como um espaço de distinção – sua inserção na cidade tende a valorizar o seu entorno, e acessar esse espaço pode não ser uma simples atividade cotidiana para a maioria das pessoas que precisam percorrer grandes distâncias e despender horas do seu dia para usufruírem esse espaço. O parque urbano é um espaço de disputa, ainda assim, como um bom espaço público, é o que temos de mais democrático nas cidades.

Parques urbanos no Brasil

Diferentemente do ocorrido na Europa, o parque urbano no Brasil não surgiu em resposta ao ambiente precário e insalubre da cidade industrial. O país não possuía ainda uma rede urbana expressiva e nem contava com cidades do porte de cidades europeias, como Londres e Paris. Enquanto a Inglaterra iniciava a Revolução Industrial, o sistema colonial mostrava seus sinais de declínio. No Brasil, o parque nasceu como “uma figura complementar ao cenário das elites emergentes” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 16), que buscavam um elemento urbano nos moldes europeus, principalmente, ingleses e franceses.

Ainda no Brasil Colônia, em 1783, o Passeio Público do Rio de Janeiro, criado com a intenção de embelezar a cidade e de se tornar o local de passeio da elite (SAKATA, 2018) inaugurou o tratamento paisagístico de áreas públicas no país. Diferente dos espaços públicos coloniais, o Passeio Público não tinha a intenção de emoldurar nenhum monumento e nem de referenciar a autoridade portuguesa, “como seria o campo onde se fincava o pelourinho, ou se erguia o paço, a câmara e cadeia ou o quartel – tampouco o vazio defronte ou em volta do edifício religioso – o largo da matriz, o adro franciscano ou beneditino, o terreiro jesuíta” (SEGAWA, 1996, p. 77). A predominância da encenação do capital político deu lugar ao capital social – nos belos jardins, a elite passeava para ver e ser vista pelos seus semelhantes.

Com traçado do Mestre Valentim, o Passeio Público do Rio de Janeiro ocupou o espaço da Lagoa do Boqueirão, até então local de destino de dejetos da população (Figura 26). Em estilo francês, o traçado era composto por desenhos geométricos, que culminavam “com um belo terraço debruçado sobre o mar, uma novidade para a época, já que a cidade desenvolvia seus espaços públicos – largos e pátios – para o interior” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 18). Em seus primeiros anos, o Passeio Público recebeu representantes das elites, que encenavam seus capitais, com seus trajes também à moda europeia, para os quais o passeio pelos belos jardins estava incorporado ao seu *habitus*. Nas palavras de Segawa (1996, p. 77):

Nada mais singular, do ponto de vista urbanístico do Brasil do século 18, que a realização do Passeio Público do Rio de Janeiro. O que surpreende nesse recinto ajardinado? A vegetação e o panorama do seu terraço deslumbraram os visitantes estrangeiros mais sensíveis. Mas surpreendente mesmo foi, em plena vigência do colonialismo português, o vice-rei do Brasil ter-se proposto a construir um jardim público, à maneira dos recintos existentes na Europa. Espaços que, no Velho Mundo, serviam de palco para as transformações das

formas de sociabilidade na aristocracia, na pequena nobreza e testemunho da ascensão da burguesia em várias cidades europeias (SEGAWA, 1996, p. 77).

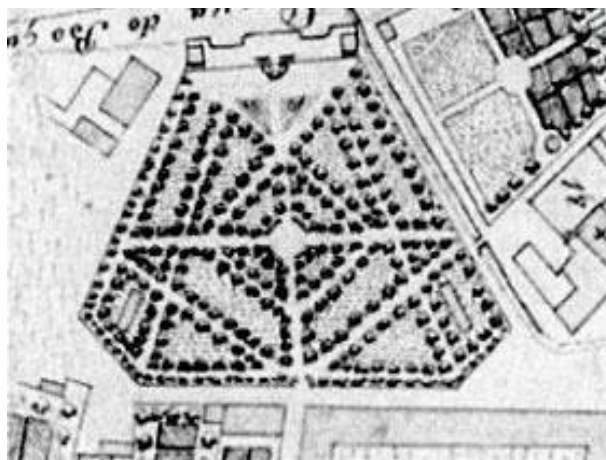


Figura 26. Passeio Público do Rio de Janeiro – traçado do Mestre Valentim (1791). Fonte: shorturl.at/mBGS2.

Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, as pequenas cidades coloniais, que passariam a desempenhar novas funções administrativas, passaram por profundas reestruturações e modernizações. Ao longo do século XIX, largos e terreiros foram sendo ajardinados e transformados em espaços dignos da elite, o que culminou na expulsão da população mais pobre das áreas centrais para outros pontos. A transformação desses espaços conferiu valorização para as regiões afetadas, contribuindo para o incremento de capital espacial para os seus frequentadores e moradores das redondezas, o que implicou também a mudança desses usuários com seus *habitus* próprios da elite – as lavadeiras deram espaço para os *gentlemen*.

Nesse período, quando deixou de ser Colônia de Portugal para se tornar Reino do Brasil (1808-1822) e depois Império (1822-1889), alguns parques foram criados, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808) e o Campo de Santana (1873), também no Rio de Janeiro, ou remodelados, como foi o caso do Passeio Público (1862). Esse foi o período do parque contemplativo, delicadamente concebido para que as pessoas pudessem desfrutar de uma paisagem desconectada da realidade urbana ao seu redor, onde espécies nativas eram misturadas a espécies europeias, asiáticas e africanas (MACEDO; SAKATA, 2010).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro integrou as duas vertentes projetuais do período: o “traçado romântico com os grandes eixos clássicos, que constituem, em especial, a grande alameda de palmeiras imperiais, sua referência espacial maior”. (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 22; Figura 27; Figura 28). Criado como Horto Real

poucos meses após a chegada da coroa portuguesa ao Brasil, com o objetivo de criar um jardim de aclimação, a transformação em parque público ocorreu ao longo do século, com mudanças de nome a depender do contexto político. Foi aberto ao público somente em 1822, ano da Independência do Brasil; e, se tornou Real Jardim Botânico e, logo em seguida, Imperial Jardim Botânico no mesmo ano (1822). Somente em 1890, após a Proclamação da República, que passou a se chamar Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

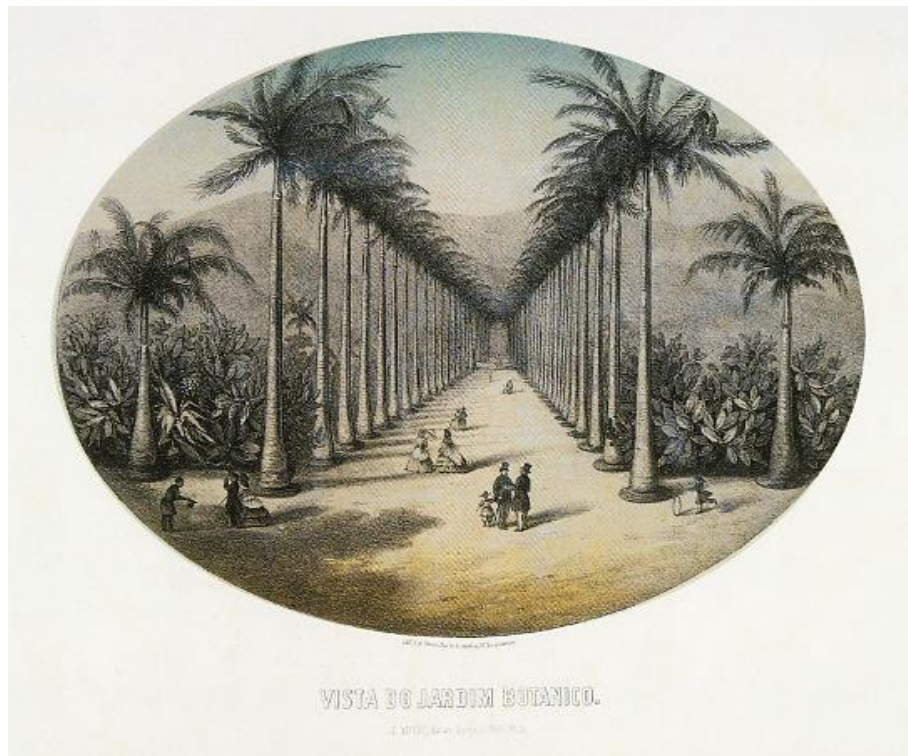


Figura 27. Jardim Botânico do Rio de Janeiro – litografia de Sébastien Auguste Sisson. Fonte: shorturl.at/ntN09.

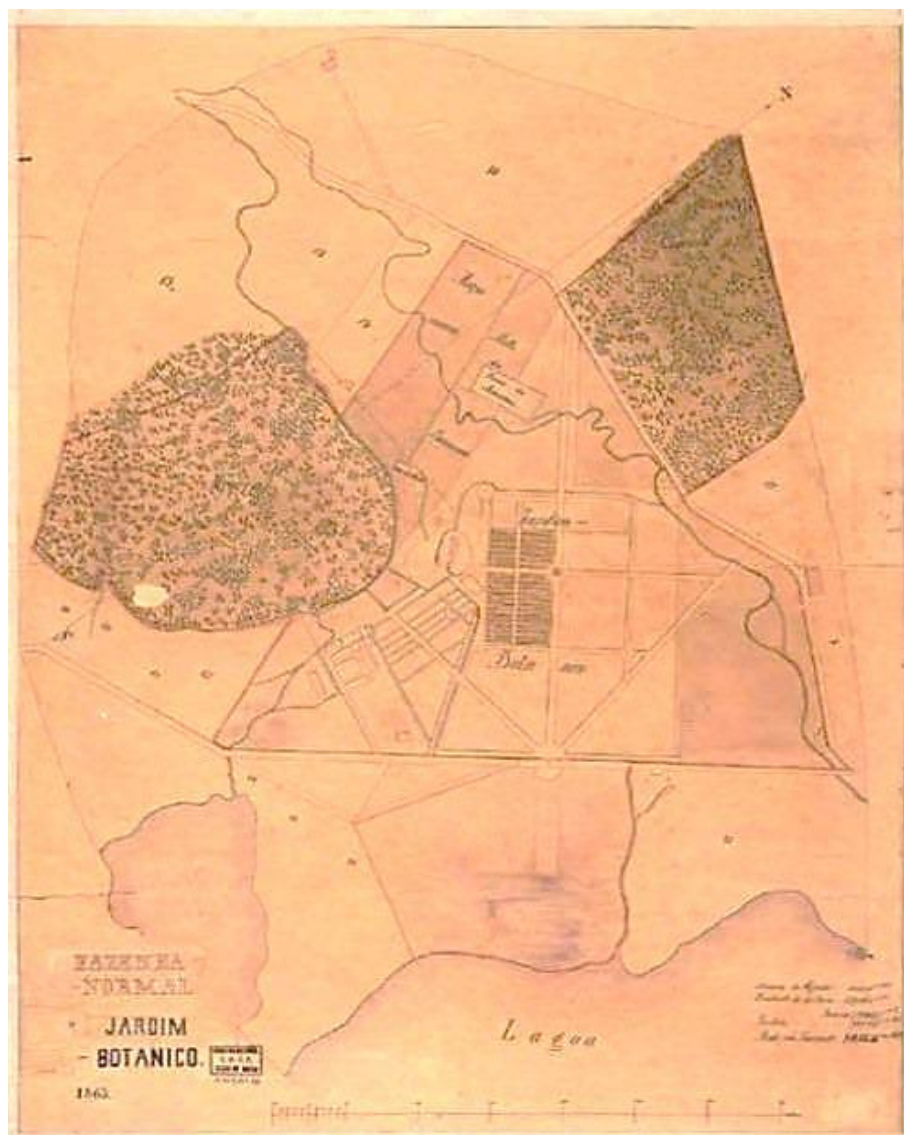


Figura 28. Planta do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por Karl Glasl (1863). Fonte: shorturl.at/itCP8.

Em 1862, o Passeio Público do Rio de Janeiro, em estado de abandono, passou por uma reforma que modificou significativamente seu traçado. Com projeto de Auguste Glaziou, as linhas geométricas do estilo francês foram substituídas por um traçado mais romântico, com caminhos sinuosos, próprio do estilo inglês (Figura 29). Do original, foi mantido apenas o terraço e seus frequentadores com seu vestuário europeu – “são caboclos querendo ser ingleses”, como diria Cazuzza (Burguesia, 1989).



Figura 29. Passeio Público do Rio de Janeiro – plano de Glaziou (1871). Fonte: shorturl.at/dex23.

Na década seguinte, ainda durante o Império, foi criado o Campo de Santana em 1873, atual Praça da República, também no Rio de Janeiro (Figura 30). No início do século XIX, o local onde foi implantado já era ocupado pela população para a sua recreação, como retrata Machado, em 1896, ao retratar um passeio pelo Campo de Santana antes de ser transformado em parque – antes da qualificação do espaço público implicar acréscimo de capital espacial e mudança do *habitus* de quem o frequenta:

A escola era na rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia – uma segunda-feira, do mês de maio – deixei-me estar alguns instantes na rua da Princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de São Diogo e o campo de Sant’Ana, que não era então esse parque atual, construção de gentleman, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão (Conto de Escola, MACHADO DE ASSIS, 1896).

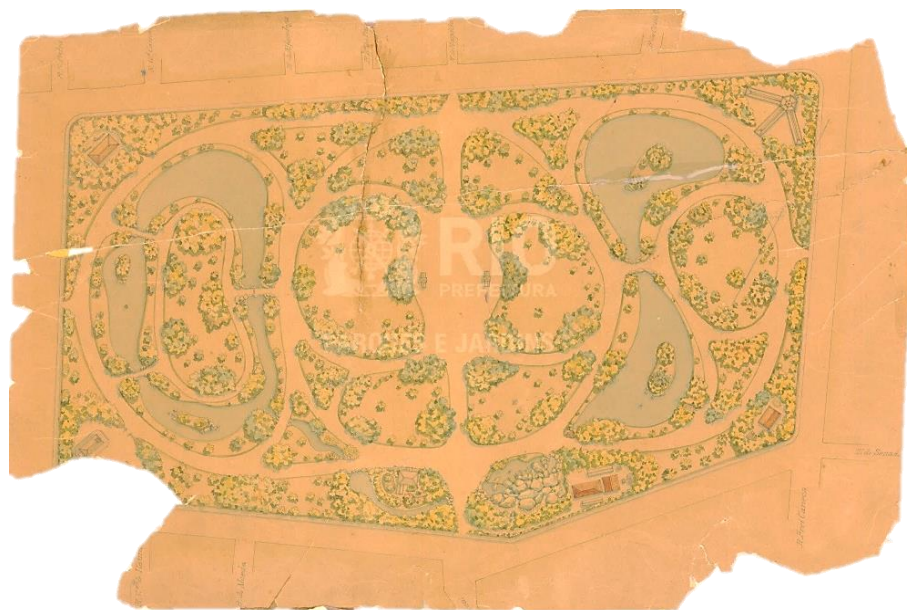


Figura 30. Campo de Santana – plano de Glaziou (1870-80). Fonte: shorturl.at/pvZ28.

Não apenas o traçado desses parques remetia ao velho mundo, como a nova aristocracia que passeava por esses espaços exibia também o vestuário à francesa, especialmente para a ocasião. O parque, no Brasil do século XIX, era um grande cenário de uma modernidade importada: “Repetia-se no uso do espaço público o mesmo tipo de comportamento social que caracterizava as demais esferas da vida do novo país em formação: a cópia, a reprodução dos padrões anglo-franceses” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 23). A massa da população urbana permaneceu longe desses espaços, onde o “uso era permitido aos decentemente trajados, isto é, vestidos à semelhança dos pares do Império, ou seja, como europeus” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 23; Figura 31). O vestuário à francesa em um país tropical marcava uma posição no espaço social, como pontuou Bourdieu (2017), a apresentação de si, a maneira de se vestir, era (e continua sendo) uma forma de distinção.



Figura 31. Sociedade carioca com seus trajes europeus. Fonte: shorturl.at/bGHT7.

Em um cenário no qual o parque era considerado um equipamento desnecessário para o lazer e o cotidiano da população e frequentado apenas pelas elites, os vazios urbanos, ricos em recursos naturais – resultado do crescimento descontínuo das cidades brasileiras – passaram a ser ocupados pela população mais pobre. Os parques estavam alheios às necessidades da massa urbana, que frequentava terreiros e várzeas para passeios, banhos, jogos e piqueniques (SAKATA, 2018). Esses “[...] vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país, foram, por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais [...]” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 24).

O cenário urbano brasileiro do século XX, quando o Brasil já havia se tornado República (1889), foi de intenso crescimento das cidades. Com o desenvolvimento industrial e comercial, e o aumento das classes médias, as cidades precisaram passar por reestruturações, sendo necessária a implantação de infraestrutura compatível com as novas demandas da sociedade. O início do século consolidou uma nova forma de urbanismo no Brasil, onde as estruturas coloniais precisaram ser alteradas para que edifícios e ruas pudessem dar suporte a um novo modo de produção e, conseqüentemente, a novos modos de vida: o calçamento rústico da estreita rua colonial precisou se adequar aos novos meios de transporte; as calçadas precisaram ser alargadas para comportar arborização e iluminação pública; as velhas construções de taipa e pedra foram substituídas por construções de alvenaria, com suas fachadas ainda nos moldes europeus (MACEDO; SAKATA, 2010).

Com o intuito de transformar o Rio de Janeiro no reflexo do Brasil republicano e sob o discurso da salubridade, a então capital federal passou por uma expressiva transformação urbana, sendo implantada a infraestrutura necessária à vida moderna das elites. Grandes áreas foram reestruturadas, expulsando seus antigos moradores desfavorecidos para locais de pior acesso e sem infraestrutura. Inspirada na *Hausmannização* de Paris, a reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906) criou novas praças, abriu extensas avenidas, como a atual Avenida Rio Branco, construiu grandes edifícios, como o Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional, além de obras de infraestrutura urbana. Assim como a reforma de Paris, no Rio de Janeiro, a população mais pobre, moradora dos cortiços, foi expulsa para zonas periféricas ou subiu o morro, o que culminou no surgimento de inúmeras favelas cariocas (Figura 32; Figura 33).



Figura 32. Champs Élysées, Paris (1900), à esquerda, e Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (1920), à direita, depois da reforma Pereira Passos. Fonte: shorturl.at/arBLM.

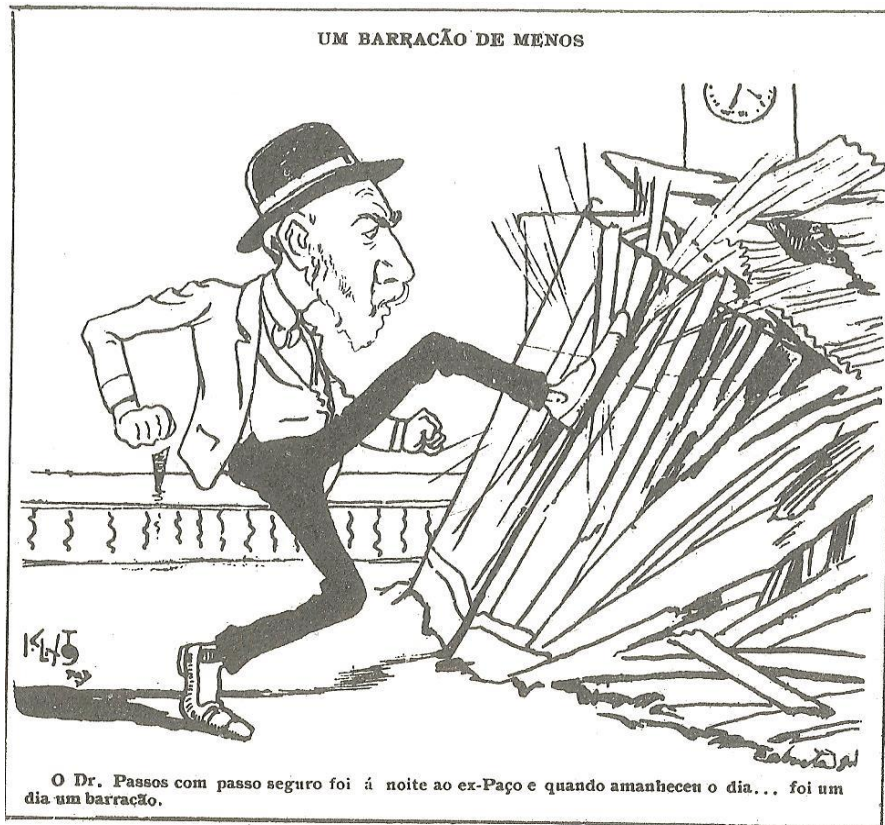


Figura 33. Sátira da reforma Pereira Passos: “O Dr. Passos com passo seguro foi à noite ao ex-Paço e quando amanheceu o dia... foi um dia um barracão”. Fonte: shorturl.at/dFNT.

O espaço público paisagisticamente tratado se tornou uma figura urbana mais recorrente no início do século – não apenas, mas, principalmente, nas capitais. Como evidenciam Macedo e Sakata (2010), diversos espaços públicos foram criados em todo o país, como: a Beira Mar carioca, que compreende o Passeio Público, a Praça Paris e o Largo da Glória; o Sistema de Bouvard de Parques para São Paulo, com o Parque Dom Pedro II e o Parque Anhangabaú (1911); a Praça Buenos Aires (1917), o Parque Tenente Siqueira Campos (1918), mais conhecido como Parque Trianon (Figura 34), e o Parque da Independência, também em São Paulo; Sistema de áreas verdes de Belém, com a Praça da República (Figura 35) e a Praça D. Pedro II, o Parque do Museu Emílio Goeldi e o Parque Rodrigues Alves; e, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti (Figura 36), em Belo Horizonte. Foram criados também os primeiros parques privados, a exemplo do Jardim da Saúde, do Parque Antártica e do Jardim da Aclimação, em São Paulo. Paralelamente, surgiu o parque de diversões no país, que eram então frequentados pela elite que detinha o capital econômico e o tempo livre para frequentá-los.



Figura 34. Parque Trianon, São Paulo. Fonte: shorturl.at/cFO26.



Figura 35. Praça da República, Belém. Fonte: shorturl.at/rwSV7.



Figura 36. Parque Municipal Américo Renné Giannetti, Belo Horizonte. Fonte: shorturl.at/lwEG5.

Entre 1920 e 1940, a população urbana deu um salto significativo, passando de 10,7% para 31,2% (SANTOS, 2013). Gilberto Freyre (2014), em *Sobrados e Mucambos*, ao retratar a década de 1930, denuncia a situação de pobreza que se espalhou pelos centros urbanos brasileiros com a migração rural-urbano, e a consequente urbanização: “[...] enquanto as senzalas diminuía[m] de tamanho, engrossavam as aldeias de mucambos e de palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas das cidades” (FREYRE, 2014, p. 207). O fim da escravidão (1888), décadas antes, levou um grande contingente de escravizados recém-libertos, em condição de extrema pobreza, em direção aos centros urbanos.

Desde o forte nacionalismo que vigorou durante a Era Vargas (1930-1945) ao desenvolvimentismo do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o país passou por uma mudança radical das bases econômicas. O Plano de Metas de JK, com seu famoso lema “50 anos em 5”, foi marcado por investimentos públicos nos setores básicos da economia, por um acelerado crescimento econômico a partir do desenvolvimento do setor industrial, por obras públicas, como a construção de rodovias de integração, que fortaleceram o modelo rodoviarista no país, e também pela construção e transferência da nova capital, Brasília – símbolo da modernização e da industrialização que estava acontecendo no Brasil naquele momento.

A década de 1960 marcou um ponto de inflexão na distribuição da população brasileira (SANTOS, 2013), momento em que a população urbana ultrapassou a rural. No início dessa década, Brasília – “[...] a primeira grande materialização inteira, exaustiva e completa do modernismo transformado em cidade” (HOLANDA, 2022) – estava sendo inaugurada. O traçado da cidade-parque, idealizado por Lucio Costa, trazia os princípios do urbanismo moderno, com a valorização do automóvel, amplos espaços livres verdes, zoneamento monofuncional etc (Figura 37). Macedo (2015) define Brasília como “[...] o exemplo mais significativo da introdução do parque no contexto urbano brasileiro, já que foi idealizada como cidade-parque” (MACEDO, 2015, p. 88). Um ano após a inauguração da nova capital, em 1961, estava sendo publicado *Morte e Vida das Grandes Cidades*, de Jacobs.

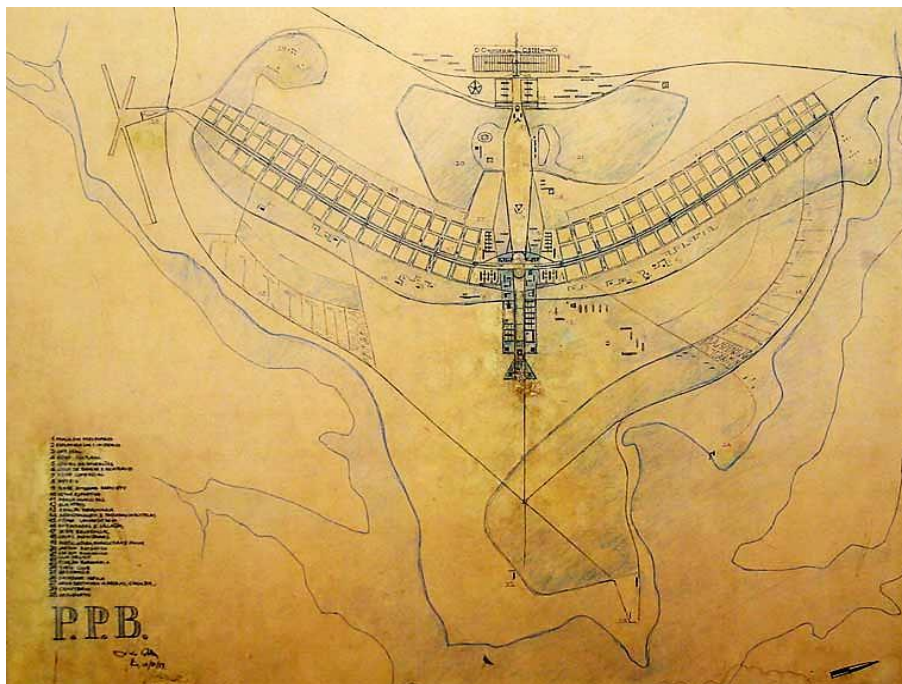


Figura 37. Croqui do Plano Piloto de Lucio Costa (1957). Fonte: shorturl.at/mLSWY.

A intensa urbanização pela qual passou o país a partir de meados do século resultou na redução de áreas vazias até então utilizadas pela população para o seu lazer ao ar livre, impactando a carência de espaços públicos para o uso da população. Nesse contexto, o parque urbano se tornou uma necessidade social e um anseio de milhares de pessoas – não mais apenas da elite, próximos de onde estavam localizados os parques (MACEDO; SAKATA, 2010).

O traçado e o programa dos parques urbanos refletiram as transformações pelas quais passaram a sociedade brasileira e as cidades. Com um programa mais amplo, os parques passaram a apresentar uma estrutura morfológica mais simples, onde o esporte era valorizado e o lazer cultural estava presente na forma dos teatros de arena – os objetos pitorescos e a composição romântica foram abandonados. A vegetação nativa como composição da paisagem permaneceu e o desenho passou a incentivar a caminhada por trilhas (MACEDO; SAKATA, 2010).

O Parque Ibirapuera (1954; Figura 38), em São Paulo, marca a ruptura definitiva com o paisagismo romântico, consolidando o parque moderno. Os projetos do paisagista Burle Marx para a Pampulha, em Belo Horizonte, para o Aterro do Flamengo (Figura 39), no Rio de Janeiro, e para diversos espaços públicos em Brasília, como o Parque da Cidade e a Praça dos Cristais (Figura 40), são uma amostra desse rompimento com o traçado romântico.



Figura 38. Parque Ibirapuera, São Paulo. Fonte: shorturl.at/jtH46.



Figura 39. Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Fonte: shorturl.at/jKZ46.



Figura 40. Praça das Fontes, no Setor Militar Urbano (SMU), Brasília. Fonte: shorturl.at/pyCV3.

No início da década seguinte, em 1970, a população urbana já somava mais de 55% da população brasileira (IBGE, 1970). Nessa década, o parque moderno se consolidou, com seu programa misto: contemplativo e recreativo (MACEDO; SAKATA, 2010). São exemplos de parques desse estilo o Parque da Represa, ou Parque Setorial, em São José do Rio Preto, e o Parque Ecológico do Tietê, em São Paulo. Curitiba e São Paulo, com uma série de pequenos e grandes parques, expandiram de forma expressiva seus sistemas de praças e parques (MACEDO, 2015). Em São Paulo, diversos parques e praças foram inaugurados. Em Curitiba, foi o caso dos Parques Barigui (Figura 41; Figura 42), São Lourenço e Barreirinha.



Figura 41. Parque Barigui, Curitiba. Fonte: shorturl.at/sAFR9.



Figura 42. Parque Barigui, Curitiba. Fonte: shorturl.at/sAFR9.

Em Brasília, na cidade-parque, foi inaugurado um dos maiores parques urbanos do mundo, o Parque Recreativo Rogério Pithon Farias – atual Parque da Cidade Dona Sarah Kubitscheck (Figura 43). Projeto de Roberto Burle Marx (1974), o desenho do lago artificial, o traçado da pista de circulação interna, a forma da “praça” central com seus desníveis, fontes e espelhos d’água, o desenho do piso e a vegetação, permitem clara identificação com seu autor – ainda que com certos descontentamentos.



Figura 43. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Brasília. Fonte: shorturl.at/kMSUW.

Nos anos 1980, a bandeira ecológica ganhou força e começaram a surgir os primeiros órgãos públicos voltados para o meio ambiente. Nesse cenário, o conceito de parque ecológico foi introduzido no país, com uma ampla proposta de revitalização e conservação ambiental. Segundo Macedo e Sakata (2010), o ideário ecológico “está presente também na obra de Burle Marx, de Rosa Kliass, [...] e muitos outros que, influenciados pelo forte ideário nacionalista pós-anos 1940, utilizam a vegetação nativa e tropical como elemento-chave de seus projetos de plantio” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 45-46).

Sakata (2018) defende que a própria ideia de sustentabilidade foi além da dimensão ecológica, englobando também a boa distribuição de infraestrutura e justiça social. Se antes estava mais direcionada a árvores e florestas, a partir da década de 1980, a preocupação com a conservação ambiental ampliou o entendimento para as relações ecológicas, e os “parques passaram a ser criados para atender necessidades ambientais. Neles também passaram a existir atividades ligadas à educação ambiental, o que se tornou mais intenso nos anos 1990” (SAKATA, 2018, p. 62).

No final do século, o público que passou a frequentar os parques urbanos era

bastante diverso daquele do início do século: maior e menos exigente que as elites do Império e da Primeira República, que tinham como referência as elites europeias. O novo público tinha menos referências estrangeiras, não pertencia às elites, era mais pobre e morava também em bairros densamente construídos, sem acesso a clubes – tendo nos espaços públicos, nas praças, parques e praias, seus locais de atividades e de lazer ao ar livre (MACEDO; SAKATA, 2010).

Várias áreas urbanas foram transformadas em parques – desde terras devolutas e margens de riachos, a jardins privados que foram abertos ao público – o que criou uma demanda que precisou ser respondida com a revisão dos programas tradicionais. O parque contemporâneo do final do século passado foi resultado de certa liberdade de projeto e de programa, com soluções simples, muitas vezes pequenas adaptações de áreas abandonadas, que buscavam resultados rápidos e de baixo custo. Quadras esportivas e playgrounds foram instalados, juntos com trilhas para caminhadas, podendo ocorrer algum planejamento quanto ao plantio da vegetação. Macedo e Sakata (2010) argumentam que poucos parques desse período apresentaram projetos requintados com programas que considerassem os anseios e necessidades da população, isso também porque não foram pensados dentro um contexto de sistema de espaços públicos.

Nesse quadro, o Parque Burle Marx (1995; Figura 44; Figura 45; Figura 46; Figura 47), em São Paulo, o Parque das Ruínas (1997), parque privado aberto ao público, no Rio de Janeiro, os Parques Mindu e Tarumã, em Manaus, o Parque Rosinha Cadar (1994), em Belo Horizonte, o Parque Pedra da Cebola e o Horto Municipal do Maruípe, em Vitória, além do Horto Florestal de Campo Grande, são projetos que apresentaram soluções mais elaboradas e maior preocupação com o contexto urbano e com a população (MACEDO; SAKATA, 2010).



Figura 44. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/gBJPY.



Figura 45. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/vxA68.



Figura 46. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/vxA68.



Figura 47. Parque Burle Marx, São Paulo. Fonte: shorturl.at/vxA68.

Diferentes dos parques anteriores, frequentados pela aristocracia e pelas classes altas, o parque urbano brasileiro do século XX pode ser definido como:

[...] todo espaço de uso público destinado à **recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente**, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 14 – grifos nossos).

Nos anos 2000, com uma legislação ambiental brasileira mais avançada, os novos parques foram criados como sendo sustentáveis, ainda que, em muitos casos, tenha sido parte apenas do discurso de criação (SAKATA, 2018). Entre as principais características dos parques urbanos brasileiros desse início de século, temos que: resultam de ações ambientais, sendo muitas vezes delimitados em torno de recursos hídricos a fim de preservá-los ou buscando a renovação de áreas degradadas; buscam valorizar as qualidades paisagísticas do lugar agregando ao uso público, com intervenções mais discretas, com pouco impacto e baixo custo de implantação; evitam a remoção de árvores, exceto as exóticas, e buscam plantar espécies nativas, sendo o plantio sem preocupação com uma composição paisagística, que ficou em segundo plano; uso de materiais mais simples e resistentes, que facilitam e viabilizam a manutenção, e ainda o reaproveitamento de materiais de outras obras públicas; tem como principal equipamento a pista de caminhada, que articula as demais atividades, como *playgrounds*, equipamentos de ginástica e quadras poliesportivas, podendo haver ainda a presença de trilhas pelas matas; e, contam com ações de educação ambiental e integração comunitária, além de plano de manejos, justamente, por serem

ecológicos (SAKATA, 2018). O Parque Ecológico Olhos d'Água, em Brasília, é um exemplo desse modelo, que, hoje, embora tenha a função de conservação ambiental, com áreas de preservação permanente (APP) em função da existência de córrego e lagoa, se tornou um parque amplamente utilizado pela população, com pistas, trilhas, equipamentos de ginástica e parque infantil.



Figura 48. Parque Olhos d'Água, Brasília. Fonte: shorturl.at/akMX3.

Sakata (2018) argumenta que quando o principal critério para o projeto privilegia o menor impacto ambiental, facilidade de execução ou custos muito reduzidos de implantação, o projeto tende a ficar em segundo plano e, conseqüentemente, o desenho perde força, sendo muito difícil discorrer acerca do desenho do parque. Os parques sempre responderam a questões ambientais, a preocupação com o meio ambiente sempre esteve presente, e o peso dessa dimensão “parece querer reduzir a função social dos parques, colocá-la em segundo plano” (SAKATA, 2018, p. 259).

Nas últimas duas décadas, diversos parques foram criados em todo o país, muitos deles nas periferias – não em toda a periferia, mas onde houvesse oportunidade, onde houvesse área pública desocupada com recurso a ser preservado. Nem toda periferia contava com essas áreas, o que implicou a contínua distribuição não equitativa dos parques urbanos, mas os esforços na direção de reduzir as desigualdades de acesso a esses espaços públicos merecem ser reconhecidos (SAKATA, 2018).

Conclusão do capítulo

Elementos estruturadores da cidade, os espaços públicos dão suporte material à vida pública. São espaços com maior potencial de receber a diversidade – palco de conflitos e de convívio, onde ocorrem atividades desde o mais simples caminhar a manifestações políticas e celebrações religiosas. Os parques urbanos representam parcela importante desses espaços nas cidades, seja por suas atividades diversas de fruição social ou por seu papel ambiental – que não mais se refere apenas à conservação ambiental relacionada à arborização, mas também à drenagem urbana, ao sombreamento, à criação de microclimas urbanos, à composição da paisagem etc.

Ao longo da história, foram concentrados em áreas centrais e nos bairros mais ricos, mas nas últimas décadas observamos uma melhor distribuição pelo território, alcançando também bairros periféricos – ainda que mais pela disponibilidade de área que pela própria intenção de atender à população mais pobre desses bairros (SAKATA, 2018). Ainda assim, enquanto parques localizados em áreas centrais ou ricas são melhor equipados e contam com melhor manutenção, parques em bairros mais pobres passam por dificuldades de manutenção, quando de fato são implantados e deixam de ser apenas mais um espaço desocupado que acaba por receber irregularmente outra função (QUEIROGA *et al.*, 2018).

Onde estão localizados, qual seu caráter principal e como estão equipados implicam maior ou menor capital arquitetônico. A proximidade de um parque urbano, a possibilidade de acessá-lo em diferentes horários e dias, implica a detenção de maior capital espacial, e, portanto, maior capital arquitetônico. Desde seu surgimento, o parque urbano sempre foi palco de encenação de capitais, local onde as pessoas encenavam (e encenam) seus *habitus*, seus *estilos de vida* e seus *gostos* - tenha sido ele implantado para as elites, como o Hyde Park, ou para os operários, como o Victoria Park. O parque urbano é local de *distinção* entre as pessoas que o frequentam, e entre quem pode e quem não pode frequentá-lo.

CAPÍTULO III

SOBRE BRASÍLIA: CIDADE PARQUE

Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque; sonho arquissecular do patriarca.

(Relatório do Plano Piloto de Brasília, Lucio Costa, 1957 – grifo nosso).

O Relatório do Plano Piloto de Brasília chega ao fim expressando a importância da paisagem natural na concepção da nova capital ao trazer o conceito de cidade parque. A ideia de parque de Lucio Costa estava vinculada a uma arquitetura na qual deveriam predominar os espaços livres sobre os construídos, “pilotis livres, predomínio de verde e gabaritos baixos” (COSTA, 1987). Passados mais de sessenta anos de sua concepção e inauguração, percebemos a paisagem natural dentro da cidade no Plano Piloto de Lucio Costa, mas Brasília vai além do “avião” pensado pelo arquiteto.

Brasília, comumente referida apenas como o Plano Piloto e seus arredores imediatos, foi além da área do projeto original de Lucio Costa (1957) – tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987. Para além desses limites, está a maior parte da ocupação urbana e onde a maioria da população reside. Desde sua origem, o crescimento da capital se deu com “bairros dormitórios” gravitando ao redor do Plano Piloto, com forte dependência de serviços e empregos.

Brasília está dividida atualmente em 33 Regiões Administrativas (RA), sendo o Plano Piloto (RA I) uma delas. Indicadores socioeconômicos, como renda e escolaridade, evidenciam que as pessoas com melhores condições socioeconômicas residem no Plano Piloto e nas regiões próximas – caso do Lago Sul, região vizinha ao Plano Piloto e a mais rica de Brasília – enquanto as condições tendem a diminuir à medida que nos distanciamos dessa região central. O tecido urbano, comprometido por características morfológicas marcantes, implica altos custos para a população e contribui para o distanciamento entre ricos e pobres, o que é agravado pela forte dependência das RAs com o Plano Piloto.

A desigualdade social e a segregação espacial observadas em Brasília refletem na materialização da ideia de cidade parque: a paisagem natural permeando o espaço construído também é desigual entre o Plano Piloto e as demais localidades. A

distribuição dos parques, enquanto elementos urbanos delimitados, parece não contribuir para uma cidade mais justa. Enquanto o Plano Piloto, e as regiões próximas e mais ricas, como Lago Sul e Lago Norte, Sudoeste e Noroeste, concentram a oferta de espaços de lazer e uso público, as demais regiões podem até contar com áreas verdes institucionais, mas muitas sem qualquer tratamento, apenas áreas delimitadas em lei.

Nos últimos anos, similarmente ao que ocorreu em outras cidades brasileiras, a demanda por espaços públicos de fruição social ou de conservação ambiental impulsionou a criação de novos parques em diversas regiões da capital, o que não implicou necessariamente qualidade. A proximidade desses parques contribui diretamente para o acúmulo de capital espacial de seus frequentadores, mas cabe avaliar também a qualidades desses espaços, considerando que muitos deles permanecem sem qualquer tipo de qualificação e conseqüente possibilidade de apropriação.

Este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira, (i) *Do plano ao concreto*, aborda desde a concepção de Brasília por Lucio Costa a sua construção. A segunda seção, (ii) *Arquitetura e sociedade*, discorre acerca dos aspectos configuracionais que caracterizam Brasília, juntamente com aspectos socioeconômicos da população que ocupa esse espaço urbano. A terceira, (iii), *Espaço de exclusão*, discute sobre a segregação socioespacial presente na capital, e como a detenção de maior (ou menor) capital espacial implica maior (ou menor) domínio sobre a cidade, assim como a necessidade de considerarmos os atributos locais para a compreensão dessas desigualdades, compreendendo a noção do capital edílico. A quarta seção, (iv) *Parques na cidade parque*, a partir de uma perspectiva histórica, apresenta a criação e a distribuição dos parques em Brasília, e a implicação na composição do capital arquitetônico de sua população.

Do plano ao concreto

A ideia de transferir a capital federal do litoral para o interior do Brasil não era novidade e, ao sancionar a lei (Lei Federal n. 2.874, de 19 de setembro de 1956) que a transformava em realidade, Juscelino Kubitschek sabia que seria no Sítio Castanho, delimitado no Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República (1957), mais

conhecido como Relatório Belcher, a construção da nova capital. No mesmo ano, foi divulgado o Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, tendo como vencedor o Plano Piloto de Lucio Costa – “uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta. [...] apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida” (COSTA, 1957).

Conhecida como “cidade moderna”, Holanda (2018) chama atenção para o reducionismo dessa afirmação ao não considerar um dos aspectos mais fundamentais do projeto: “o espaço monumental para abrigar as funções do Estado”; algo considerado anátema na ideologia dominante da cidade moderna, que não admitia a monumentalidade. Concebida como *urbs* e também como *civitas*: Brasília agrega “atributos inerentes a uma capital” (COSTA, 1957). Essas duas dimensões se relacionam com a dicotomia clássica marxista “superestrutura x infraestrutura”; a primeira referindo os capitais político, ideológico e cultural, e a segunda, o capital econômico (HOLANDA, 2018). No Plano Piloto, Lucio Costa faz a separação dessas dimensões ao localizar a *civitas*, ou a superestrutura, no Eixo Monumental, e a *urbs*, ou a infraestrutura, no Eixo Rodoviário – onde estão localizados a Esplanada dos Ministérios e as Superquadras residenciais, respectivamente (Figura 49; Figura 50).



Figura 49. Esplanada dos Ministérios, no Eixo Monumental. Fonte: Joana França.



Figura 50. Superquadras residenciais, no Eixo Rodoviário. Fonte: Joana França.

A *urbs* e a *civitas* se encontram no cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário, onde está localizada a Plataforma Rodoviária (Figura 51), circundada pelos Setores Centrais, e onde deveria consolidar-se “um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro” (COSTA, 1987). Esse centro marca a Escala Gregária, uma das quatro descritas por Lucio Costa em *Brasília Revisitada* (1987; Figura 52). A Escala Monumental refere o Eixo Monumental: que “conferiu à cidade nascente, desde seus primórdios, a marca inelutável de efetiva capital do país”; a Escala Residencial se concentra ao longo do Eixo Rodoviário: “proposta inovadora da superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde [...]”; a escala Bucólica refere as “[...] extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contígua a áreas edificadas [...]”.

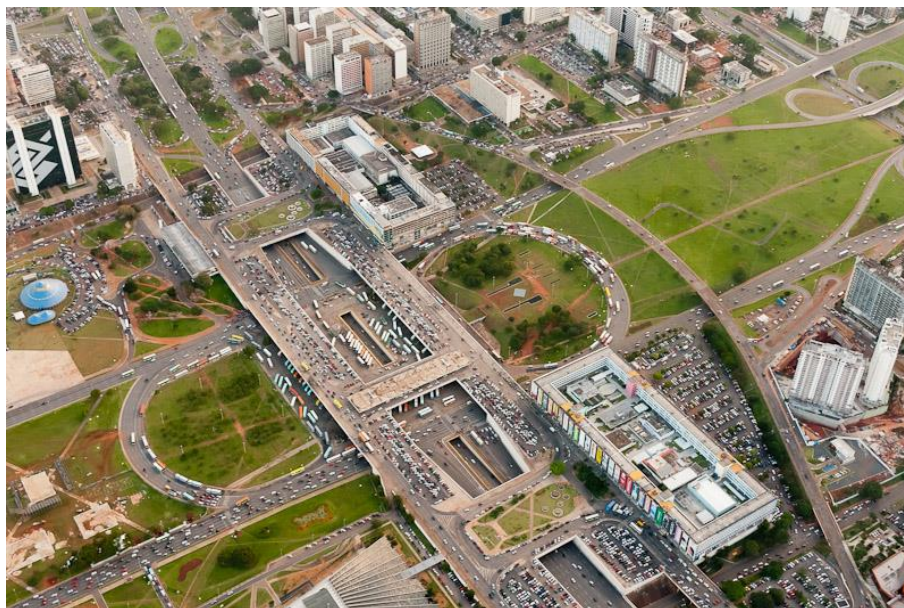


Figura 51. Plataforma Rodoviária no cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário. Fonte: Joana França.

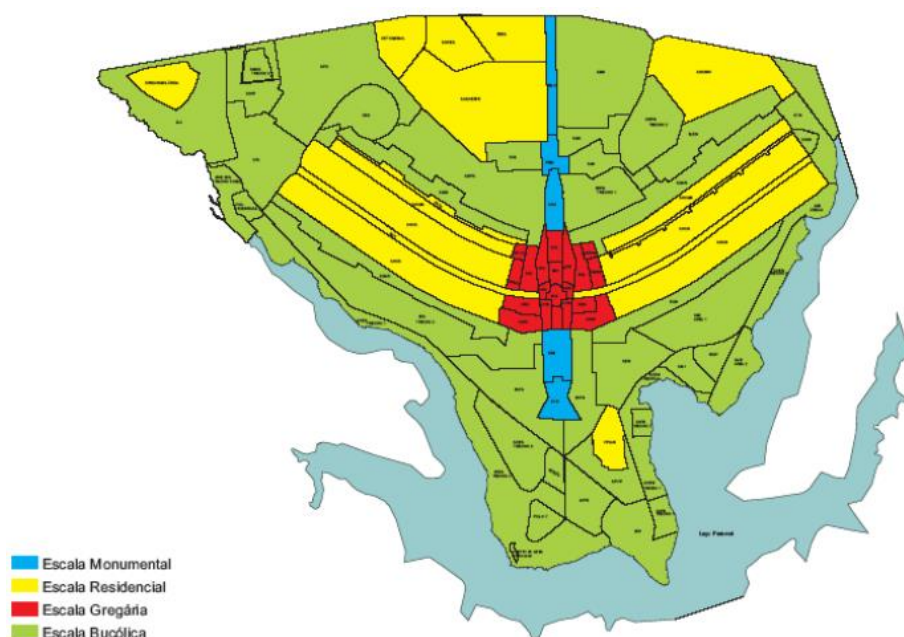


Figura 52. As quatro escalas do Plano Piloto. Fonte: REIS *et al.* (2017).

A escala Bucólica está “[...] na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado – em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas” (COSTA, 1987). No Decreto n. 10.829, de 14/10/1987, que trata da preservação da concepção urbanística de Brasília, a Escala Bucólica refere aquela “[...] que confere a Brasília o caráter de cidade parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer [...]” (DISTRITO FEDERAL, 1992).

O sistema de espaços livres do Plano Piloto confere à cidade a Escala Bucólica descrita por Lucio Costa em Brasília Revisitada (1987). Seja na solução para a questão residencial, com as superquadras e suas extensas áreas livres (Figura 53; Figura 54), seja na monumentalidade própria de uma capital federal, concretizada na Esplanada dos Ministérios com seu amplo canteiro central que se estende por todo o Eixo Monumental, os espaços livres do Plano Piloto permeiam o construído e configuram essa Escala Bucólica que integra as demais Escalas. No relatório do Plano Piloto, Lucio Costa discorre acerca das soluções que culminaram na cidade parque:

16. Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e **emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens**, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de **oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.** [...]

18. Previram-se igualmente setores ilhados, **cercados de arvoredo e de campo**, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira, para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes. [...]

20. Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intata, **tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana.** Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água. [...]

23. [...] As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. **De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins** (COSTA, 1957 – grifos nossos).



Figura 53. Unidade vizinhança de Lucio Costa – Superquadras 107/307/108/308, localizadas na Asa Sul, Plano Piloto. Fonte: Joana França.



Figura 54. Superquadra modelo – SQS 308, localizada na Asa Sul, Plano Piloto. Fonte: Joana França.

Mas Brasília foi além do Plano Piloto. Alguns dos primeiros núcleos urbanos são anteriores à inauguração da nova capital – Planaltina (1850) e Brazlândia (1930). Outros surgiram a partir dos acampamentos operários, como Candangolândia (1956), Núcleo Bandeirante (Cidade Livre, 1956), Vila Planalto (1957), Vila Paranoá (1957), Taguatinga (1958) e Cruzeiro (1959). Outros, como o Gama (1960), foram criados para alojar as famílias dos trabalhadores que participaram da construção de Brasília e que estavam alojados na Vila Amaury e na Vila IAPI, que foram removidas, e também na Vila Planalto (CODEPLAN, 2022). Na década seguinte, a Campanha de

Erradicação de Invasões (CEI) deu origem à Ceilândia, para onde foram os moradores das ocupações da Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão Colombo e Morro do Querosene (CODEPLAN, 2022; Figura 55).

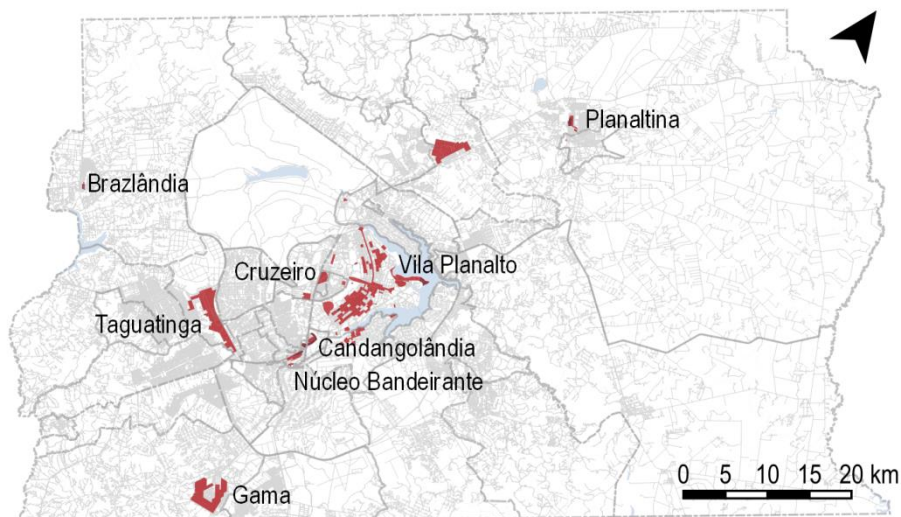


Figura 55. Primeiros núcleos urbanos de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GeoPortal.

O crescimento de Brasília, desde o princípio, aconteceu para além do Plano Piloto de Lucio Costa – para onde foram mandados os mais pobres, os candangos responsáveis pela construção da nova capital e que viram seu capital espacial ser reduzido por essas transferências. A expansão urbana ocorreu de forma polinucleada no interior da capital e também para além de seus limites, nos municípios goianos (PAVIANI, 2015). Ao mesmo tempo em que o Plano Piloto estava se materializando, gravitando ao seu redor, cidades e “bairros dormitórios” estavam sendo construídos e ocupados, principalmente, por uma população de baixa renda (RIBEIRO; HOLANDA, 2015).

Ainda em 1964, para a melhor gestão do território, Brasília foi dividida em oito Regiões Administrativas (RA) – Plano Piloto (RA I), Gama (RA II), Taguatinga (RA III), Brazlândia (RA IV), Sobradinho (RA V), Planaltina (RA VI), Paranoá (RA VII) e Núcleo Bandeirante (RA VIII). Atualmente, são 33 RAs, sendo o Plano Piloto a RA I – Asa Sul e Asa Norte, onde estão localizadas as primeiras superquadras de Lucio Costa, e Noroeste, bairro criado na década de 2000.

Em 1998, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), composta, além de Brasília, por 19 municípios do Estado de Goiás e três do Estado de Minas Gerais (Figura 56). Por conter dois Estados mais o

Distrito Federal, a gestão da RIDE-DF deve acontecer na esfera federal, o que dificulta o seu desenvolvimento e reforça a dependência de alguns municípios com Brasília (RIBEIRO; HOLANDA, 2015). Conseqüentemente, reforça a centralidade de Brasília no que concerne aos postos de trabalho e aos serviços públicos, concentrados na capital em detrimento da melhoria nos demais municípios. A criação da RIDE-DF foi um ato político que não considerou a dinâmica intraurbana, na qual grande parte dos municípios não possui uma relação cotidiana com Brasília (PAVIANI, 2015).

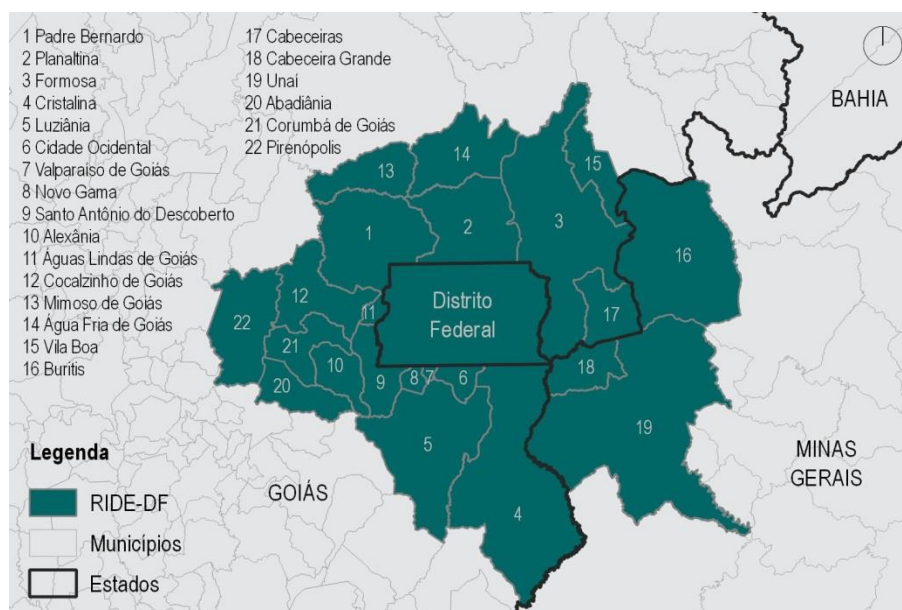


Figura 56. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF). Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, encontra-se em fase de aprovação o Projeto de Lei que visa à criação da Área Metropolitana de Brasília (AMB; Figura 57). A AMB resulta em uma região menor que a RIDE-DF, com apenas 12 municípios do Estado de Goiás mais o Distrito Federal. Foram realizados estudos acerca da dinâmica intraurbana desse espaço e suas relações para chegar a essa composição, na qual os municípios integrantes apresentam um relacionamento mais significativo entre si que os da RIDE-DF. A criação da AMB está fortemente relacionada à necessidade de uma gestão integrada que poderá contribuir para a gestão dos serviços públicos (PAVIANI, 2015) e, conseqüentemente, para a implantação de espaços públicos e de equipamentos comunitários.



Figura 57. Área Metropolitana de Brasília (AMB). Fonte: Elaboração própria.

Ao longo desses 60 anos, o desenvolvimento da metrópole resultou numa forte dependência de empregos dos municípios do entorno com o município polo: Brasília (RIBEIRO; HOLANDA, 2015). Essa mesma dependência também pode ser observada em relação às demais Regiões Administrativas com o Plano Piloto. Enquanto mais de 90,0% da população reside fora do Plano Piloto, quase metade das pessoas que moram nas outras regiões tem no Plano o seu local de trabalho (CODEPLAN, 2022). Conseqüentemente, presenciamos um intenso fluxo diário em direção ao centro de Brasília.

A ideia de capital rodoviária e de cidade parque teve um custo e, em Brasília Revisitada (1987), Lucio Costa reconhece que, mesmo com “o surgimento precoce e improvisado das cidades satélites” (COSTA, 1987), atuais regiões administrativas, se conservou a intenção de manter uma larga faixa verde, destinada ao uso rural, entre essas localidades e o Plano Piloto. Se, por um lado, se manteve a feição original da nova capital, por outro, a longa distância entre esses núcleos urbanos e o Plano Piloto isolou dois terços da população (COSTA, 1987) – com altos custos para a população mais pobre, que precisa percorrer longas distâncias e gastar horas do seu dia para chegar aos locais de emprego e serviços (Figura 58).



Figura 58. Congestionamento na BR-020, saída norte de Brasília, sentido Sobradinho e Planaltina.
Fonte: shorturl.at/dQXZ4.

A solução aumentou também a distância entre ricos e pobres – a detenção de maior capital espacial se fez presente entre aqueles que moravam no Plano Piloto e detinham maior poder de movimento, o que ocorre ainda hoje. Detêm maior capital espacial aquelas pessoas que moram próximas aos seus locais de emprego, próximas aos centros comerciais e culturais da cidade, e que assim detêm maior domínio do espaço urbano – caso dos moradores do Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte) e arredores (Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste, Noroeste e Vila Planalto).

Além da distância entre as ainda cidades satélites e o centro funcional da capital (a Rodoviária do Plano Piloto, localizada no cruzamento dos eixos), a solução residencial, com as superquadras permeadas por amplos espaços livres, também implicou maior capital espacial para aqueles que ali moravam, em detrimento daqueles que, além de morar longe, fixaram residência em localidades com a presença ainda tímida de infraestrutura e espaços livres. Ainda hoje, a ideia de cidade verde e arborizada fica por conta do Plano Piloto e arredores, muito diferente do que vemos em outras localidades de Brasília, onde a falta de solo permeável se tornou um problema para a drenagem urbana – reduzindo ainda mais o capital espacial da população que reside nessas regiões.

Arquitetura e sociedade

O processo de urbanização brasileira produziu um espaço urbano fragmentado sem precedentes (MEDEIROS, 2013). Características marcantes do cenário urbano brasileiro, como cidades espalhadas, fragmentadas, entremeadas por vazios urbanos e com graves problemas de mobilidade, além da carência de infraestrutura e da periferização da população mais pobre, que agravam os problemas socioeconômicos da população (SANTOS, 2013), também estão presentes na capital federal. Os mais de três milhões de habitantes⁹ de Brasília se distribuem em espaço urbano com características morfológicas marcantes, como a fragmentação, a dispersão, a excentricidade, as baixas densidades e a segregação socioespacial (HOLANDA, 2010; Figura 59).

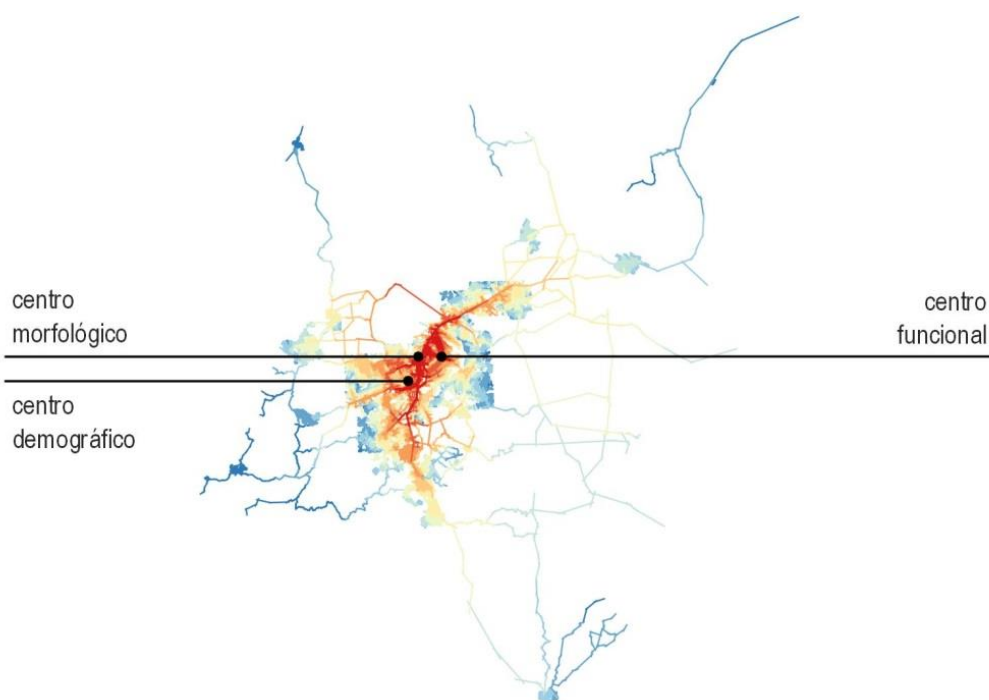


Figura 59. Mapa de Integração da AMB. Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa Axial desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa DIMPU.

No caso de Brasília, a fragmentação resulta de “um tecido urbano descontínuo no qual, à diversidade morfológica das partes, somam-se vazios a separá-las” (HOLANDA *et al.*, 2015). Diferentemente do que ocorre em outras cidades, como por exemplo, os municípios vizinhos que compõem a Área Metropolitana de Brasília (AMB), onde a fragmentação resulta de “um tecido urbano contínuo, porém

⁹ De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-2021; CODEPLAN, 2022), a população de Brasília era de 3.010.881 habitantes.

caracterizado por frações cujas malhas têm diversas configurações (padrões de desenho urbano) e não se articulam por meio de longos eixos que percorram grandes distâncias” (HOLANDA *et al.*, 2015). Nos dois casos, o tecido urbano configura o que Medeiros (2013) denominou de “colcha de retalhos”.

A dispersão resulta de uma ocupação que se espalha pelo território, deixando grandes discontinuidades onde não existem acidentes geográficos que as justifiquem, como o que acontece, por exemplo, em Florianópolis. Brasília nasce dispersa e, ainda, que tenha ocorrido certa compactação na região central, o crescimento urbano ao longo dos anos aconteceu também de forma dispersa. De acordo com comparações internacionais, Brasília é a segunda cidade mais dispersa do mundo, ficando atrás apenas de Mumbai, na Índia (HOLANDA *et al.*, 2008).

Três centros distintos e distantes um do outro caracterizam a excentricidade que resulta no que Holanda (2010) denomina de “cidade tricéfala”. O centro funcional, onde está concentrada a maior parte dos empregos e serviços, está localizado no cruzamento dos Eixos, na Rodoviária do Plano Piloto. O centro demográfico corresponde ao centro de massa populacional, ou seja, o ponto que minimiza a distância média *per capita* da população, e está localizado na região administrativa do Guará. O terceiro centro, o morfológico, se refere ao ponto mais acessível topologicamente de Brasília, nos termos da Sintaxe Espacial, e está localizado na Estrada Parque de Indústria e Abastecimento (EPIA). Os três centros estão separados por longas distâncias: (i) o centro funcional dista 11,5 km do centro demográfico; (ii) o centro demográfico dista 3,5 km do centro morfológico; e (iii) o centro morfológico dista 8,0 km do centro funcional (HOLANDA *et al.*, 2015).

Configurar-se como uma “cidade tricéfala” traz consigo altos custos sociais. A distância entre o centro morfológico e o centro demográfico agrava as distâncias, uma vez que o ponto mais acessível da cidade está longe de onde está a maior parte da população. A distância entre o centro demográfico e o centro funcional, onde está localizado o trabalho principal de 42,0% da população (CODEPLAN, 2022), agrava as distâncias entre residência e trabalho – deslocamentos que são realizados diariamente. Enquanto o Plano Piloto, com 224.848 habitantes (7,47%), concentra a maior parte dos postos de trabalho, as três RAs mais populosas, além do Plano Piloto, Ceilândia (350.347 habitantes; 11,64%), Samambaia (247.629 habitantes; 8,22%) e Taguatinga (210.498 habitantes; 6,7%) acumulam apenas 21,7% dos locais de

trabalho principal, enquanto somam 26,85% de toda a população de Brasília (Gráfico 1) – as outras 29 RAs, com 1.977.559 habitantes, são responsáveis por apenas 36,3% dos locais de trabalho principal (CODEPLAN, 2022). A população com maior capital trabalha majoritariamente no Plano Piloto, onde estão os empregos mais qualificados e com melhor remuneração, o que implica maior capital econômico e também espacial.

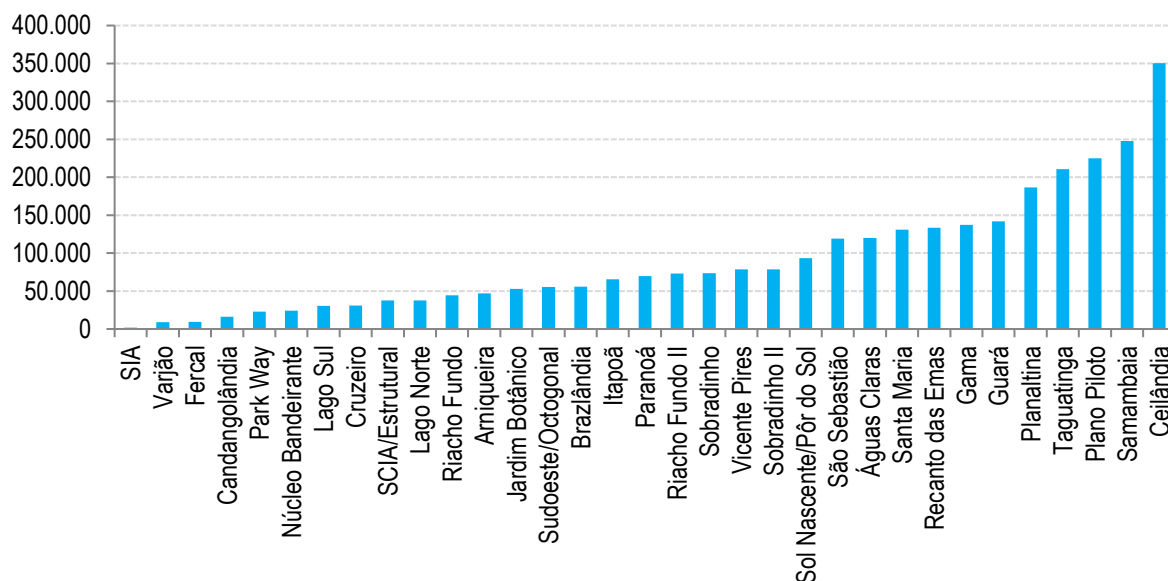


Gráfico 1. População de Brasília, por Região Administrativa (RA). Fonte: Elaboração própria a partir da PDAD-2021 (CODEPLAN, 2022).

Segundo Holanda *et al.* (2015), “Brasília já nasce dispersa e excêntrica”. Ainda que, ao longo dos anos, tenha sido possível observar o preenchimento de parte dos vazios urbanos que marcam a ocupação urbana de Brasília, esse processo tem sido feito com condomínios residenciais unifamiliares – preenchem, mas segregam a metrópole sem minimizar as distâncias (Figura 60). São condomínios em sua maioria informais e de média-alta renda que, no momento da regularização, apresentam graves problemas, e difíceis de serem solucionados, no que diz respeito, por exemplo, à destinação de áreas públicas, como espaços públicos e equipamentos comunitários – funções públicas que devem ter seus acessos também públicos. Atualmente, 45% dos eixos viários de Brasília possuem restrição ao livre acesso, o que evidencia os inúmeros enclaves urbanos que resultam dos condomínios horizontais, e também dos verticais (COELHO, 2017).



Figura 60. Avenida do Sol, uma das principais ruas do Jardim Botânico – região com predominância de condomínios residenciais unifamiliares. Fonte: shorturl.at/kLPS1.

Sobre esse tecido urbano fragmentado, disperso e excêntrico, distribui-se uma ocupação com baixas densidades populacionais (Figura 61). Em Brasília, a densidade pode chegar em 3,81 hab./ha (CODEPLAN, 2022) em regiões próximas ao centro, como é o caso do Park Way, que está a menos de 14,0 km da Plataforma Rodoviária. A maior densidade urbana está em Riacho Fundo II, com 146,59 hab./ha, onde há o predomínio de residências unifamiliares em pequenos lotes. Águas Claras, região mais verticalizada de Brasília, chega a 130,87 hab./ha, sendo a segunda mais densa. Ainda assim, são densidades muito baixas se considerarmos outros contextos urbanos, como Copacabana com seus 438,0 hab./ha (SMU/CGPU/GIU, 2016).



Figura 61. Densidade urbana de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Acerca da configuração urbana de Brasília, Holanda (2016) discorre: “Na forma de um polvo, o sistema viário prioriza a ligação entre centro e núcleos distantes, e praticamente ignora a relação entre estes últimos; encontra-se altamente congestionado nas horas de pico [...]” (HOLANDA, 2016). Para Paviani (2015), essa configuração caracteriza o que ele denomina de “metrópole polinucleada”.

Aprofundada por essas características que marcam a ocupação urbana de Brasília, a segregação socioespacial também está presente na capital (Figura 62; Gráfico 2). Enquanto no Lago Sul, região mais rica, as rendas domiciliar e *per capita* chegam a R\$ 31.322,90 e R\$ 10.979,10, respectivamente, na Estrutural, região mais pobre, esses valores ficam em R\$ 2.014,00 e R\$ 695,40 (CODEPLAN, 2022). Em Brasília, a média desses valores resulta em R\$ 6.938,40 e R\$ 3.001,50, respectivamente (CODEPLAN, 2022).



Figura 62. Rendimento médio mensal per capita da população de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

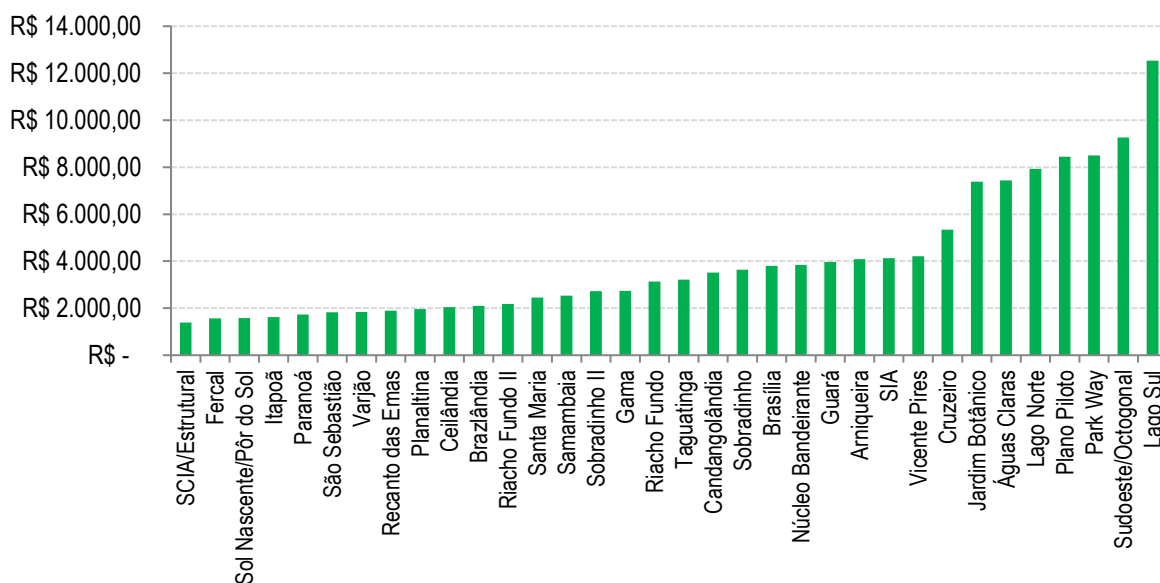


Gráfico 2. Rendimento mensal médio *per capita* da população de Brasília. Fonte: Elaboração própria a partir da PDAD-2021 (CODEPLAN, 2022).

Se as bruxas de Florianópolis permeiam o imaginário das pessoas que a chamam de *Ilha da Magia*, ou a paisagem natural e urbana que se misturam e fazem do Rio a *Cidade Maravilhosa*, a bolha que cobre Brasília – mais especificamente o Plano Piloto – a faz ser conhecida como a *Ilha da Fantasia*.

Espaço de exclusão

O desenvolvimento do Brasil urbano foi acompanhado de perto pelas contradições da cidade: a riqueza e a pobreza, a classe dominante e as camadas populares, os sobrados e os mucambos, os condomínios fechados e as favelas (FREYRE, 2014). Villaça aponta que “o maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça a ela associadas” (VILLAÇA, 2012, p.44). Compreender a sociedade brasileira implica compreender o fenômeno da desigualdade social. Da mesma forma que compreender o espaço urbano brasileiro – palco das contradições e das disputas de classes – implica compreender a segregação espacial, considerada a “mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade” (VILLAÇA, 2012, p. 44).

Para Villaça, a segregação socioespacial poderia ser entendida como um processo no qual diferentes grupos tendem a se concentrar em setores ou conjuntos de bairros na cidade. A segregação não significa a ocupação homogênea de um único

grupo em uma determinada região, mas a sua concentração significativa em uma região mais que em qualquer outra da cidade. De acordo com Villaça, a segregação decorre da luta por localizações, apresentando-se como “um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (VILLAÇA, 2001, p. 150), e destaca, ainda, o termo “processo”, uma vez que a segregação é vista pelo autor como uma tendência.

Para Villaça, a segregação socioespacial observada nas grandes e médias cidades brasileiras pode ser melhor explicada a partir da abordagem de setores de círculo. Aponta, ainda, que a localização das elites em setores de círculo promove, por meio do mercado imobiliário, do Estado e da ideologia, maior controle do espaço urbano (VILLAÇA, 2001; 2012). Villaça (2001) defende a abordagem da “macrossegregação”, na qual “as camadas de mais alta renda tendem a se segregar (nos próprios bairros) numa mesma região da cidade, e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade” (VILLAÇA, 2001, p.150). A abordagem de setores de círculo permite, ainda, observar a necessidade da classe dominante em manter o seu acesso ao centro urbano e a possibilidade de concentração de investimentos em uma região específica da cidade.

Sugai (2015) aponta que uma das características mais notáveis que definem a segregação socioespacial está relacionada à localização e à distribuição desigual dos investimentos públicos no espaço intraurbano, destacando aqueles referentes ao sistema viário. De acordo com Sugai (2015), a localização, produto da disputa de classes, é definida pela acessibilidade e pelos serviços públicos disponíveis, determinando o valor da terra e refletindo na dinâmica imobiliária e, conseqüentemente, na segregação socioespacial. Aponta, ainda, duas características marcantes das cidades brasileiras: investimentos públicos distribuídos desigualmente pelo espaço urbano, e a estreita relação entre periferias pobres e a deficiência de infraestrutura, equipamento e serviços urbanos.

Em estudo com as cinco cidades brasileiras mais desiguais¹⁰, Zechin (2014) aponta que, em Brasília, a população mais rica se concentra em um arco norte/sudoeste, que se estende por um raio de até 25 km do ponto central, onde estão Lago Norte, Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul e Park Way, as cinco regiões mais ricas da capital. A população mais pobre está espalhada pela cidade,

¹⁰ Goiânia, Fortaleza, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba.

principalmente em regiões localizadas a partir de 10 km do ponto central (ZECHIN, 2014; Figura 63). Esse cenário corrobora a noção de segregação por regiões da cidade proposta por Villaça (2001), e não por círculos concêntricos centro-periferia.

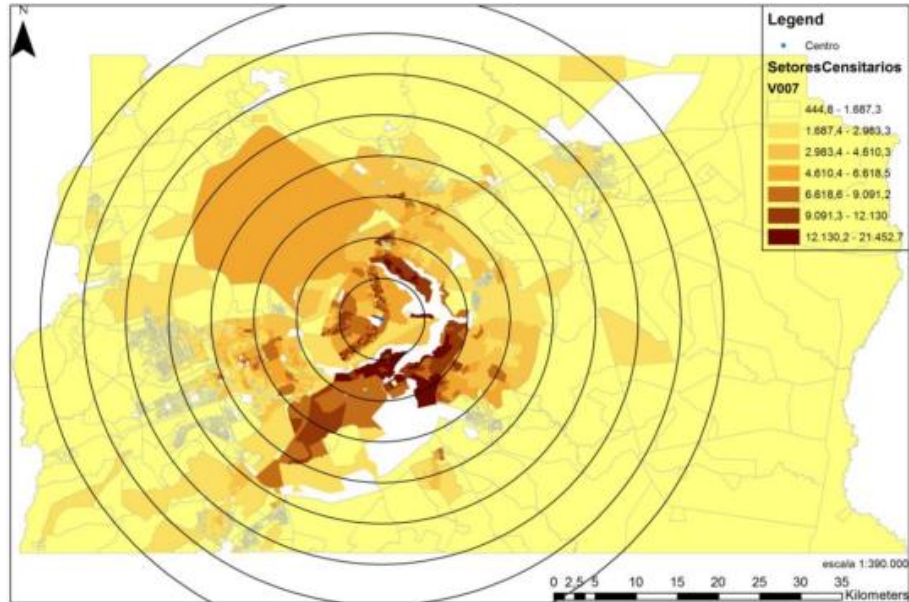


Figura 63. Valor do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento). Fonte: ZECHIN (2014).

A partir da posição dos centros médios das Áreas de Maior Renda (AMR) e das Áreas de Menor Renda (AMenR) ficou evidente a relação com importantes infraestruturas de transporte expresso no interior da mancha urbana. No caso de Brasília, a EPIA, onde está localizado o centro morfológico da cidade, se configura como um eixo de espelhamento entre os dois centros médios (AMR e AMenR). Enquanto a AMenR abrange praticamente toda a EPIA, a AMR fica confinada entre a EPIA e a Estrada Parque Contorno (EPCT), outra importante via da cidade (ZECHIN, 2014; Figura 64).

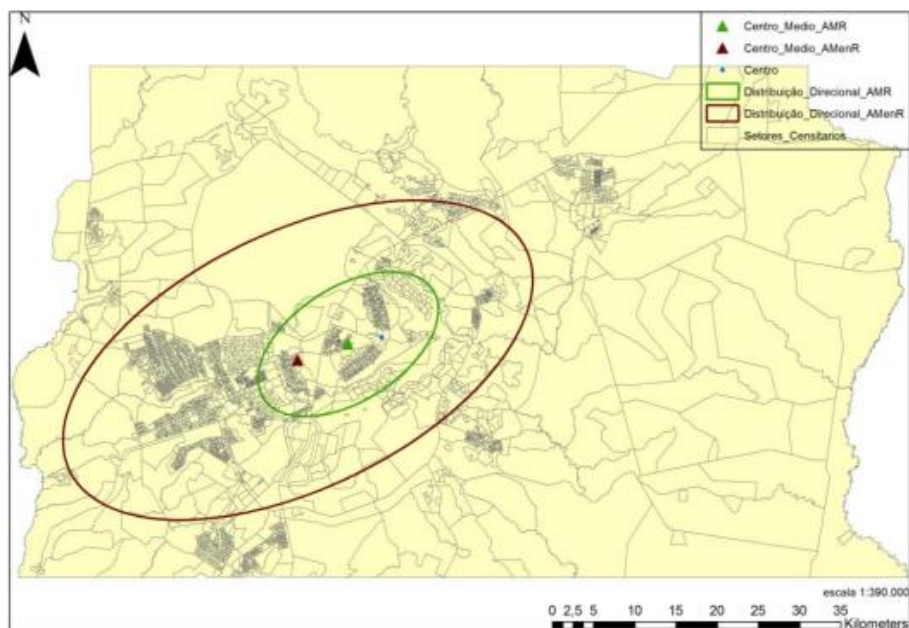


Figura 64. Mapa com método centrográfico para as variáveis censitárias (i) domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo e (ii) domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 10 salários mínimos Fonte: ZECHIN (2014).

Como ficou evidenciado nos estudos de Zechin (2014), a proximidade da EPIA e da EPCT aumenta o poder de movimento da população mais rica de Brasília, o que implica maior capital espacial. Da mesma forma, estão próximas ao centro funcional da capital, onde estão localizados os principais equipamentos públicos, como museus, teatros, ginásios, estádios, e também os grandes parques, como o Parque da Cidade, o Jardim Zoológico e o Jardim Botânico, novamente ampliando o capital espacial dessa população que se concentra próximo ao centro da cidade – ainda que alguns tipos edilícios tenham conseguido furar essa bolha e trazer pessoas com menor poder aquisitivo para próximo do centro.

A configuração urbana de Brasília implica um cenário de exclusão, com maiores custos sociais para população e que contribui para o distanciamento entre ricos e pobres. O alto custo dessas características pode ser sentido mais fortemente pelos grupos de menor renda que são expulsos para áreas periféricas – a população mais rica mora, em média, a 4,9 km do centro, e a mais pobre mora, em média, a 25,8 km (ZECHIN, 2014). Maiores distâncias que devem ser percorridas pela população mais pobre e que, em decorrência das características morfológicas apontadas por Holanda (2010), penalizam uma vez mais ao não otimizar o transporte coletivo, que se torna ainda mais caro e ineficiente.

Netto (2014) defende “uma abordagem para compreender o dia a dia da vida social como a instância da efetivação da segregação como restrição da interação [...] mais afeita à temporalidade do agora e das espacialidades da ação cotidiana” (Netto, 2014, p. 47). Dois padrões básicos de apropriação social podem ser observados nas grandes cidades brasileiras: o padrão de apropriação do espaço por pessoas de menor renda, com alta dependência do transporte coletivo; e o padrão de apropriação por pessoas de rendas média e alta, para as quais o transporte motorizado individual amplia a mobilidade (Figura 65). Enquanto no primeiro caso, a população com menor renda tende a frequentar mais intensamente os espaços próximos a sua residência, no segundo, a população com maior renda, possuindo maior mobilidade, apropria-se mais facilmente de locais diversos e que envolvam amplos deslocamentos – o maior poder de movimento e o maior domínio do espaço urbano implicam a detenção de maior capital espacial.

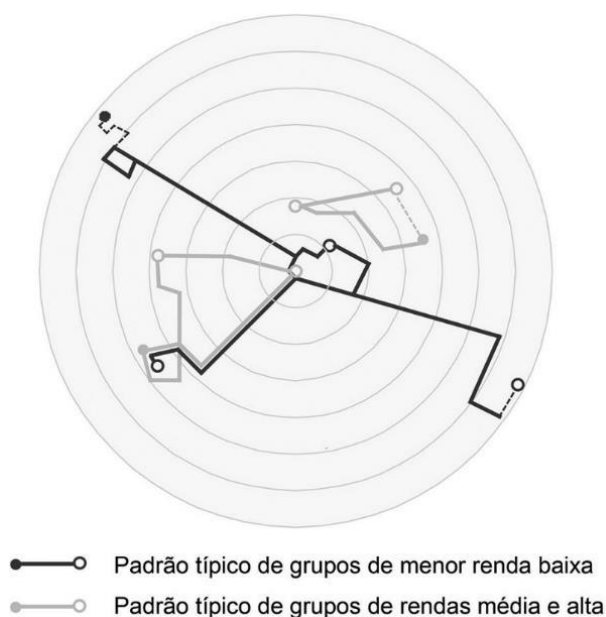


Figura 65. Padrões de apropriação do espaço urbano. Fonte: NETTO (2014).

Em uma cidade fragmentada, dispersa e excêntrica, como Brasília, o índice de passageiros por quilômetro (IPK) – importante indicador de eficiência da operação do transporte, também utilizado para o cálculo do custo tarifário – tende a ser baixo, o que implica alto custo do transporte coletivo. Uma vez mais os pobres, que moram longe do centro e que precisam utilizar o transporte coletivo para o trabalho ou para o lazer, são penalizados. Nesse cenário, verificamos a importância de espaços públicos qualificados facilmente acessíveis por toda a população, principalmente pela parcela

mais pobre que precisa gastar algumas de suas horas de descanso dentro do transporte coletivo para alcançar um parque urbano qualificado.

Embora a localização seja responsável por explicar em grande parte a distribuição de renda da população, outros atributos podem ser observados como também responsáveis. Ao longo de anos de investigação, Holanda (2007; 2010; 2021; 2022) evidencia a importância dos atributos locais na distribuição de renda da população ao analisar dez localidades em Brasília, onde a localização, medida a partir da distância ao centro funcional (a Plataforma Rodoviária) isolada não consegue explicar a distribuição de renda (Tabela 1; Figura 66). De fato, a relação *renda x localização* se mostra alta também em Brasília ($r=0,67$), no entanto, essas dez localidades investigadas representam os “pontos fora da curva” – aquelas localidades onde a distribuição de renda não pode ser explicada somente pela localização (HOLANDA, 2022).

Tabela 1. Localidades de Brasília e seus atributos globais e locais. Fonte: Elaboração própria a partir de Holanda (2022).

Localidade (RA)	Distância ao centro (km) *	Rendimento <i>per capita</i> , por faixa de renda **	Tipos edifícios predominantes
Lago Sul	8,0	<p style="text-align: center;">Lago Sul</p>	Residências unifamiliares, com alto padrão arquitetônico, em lotes com, em sua maior parte, 800m ² (que chegam a 1.200m ² devido à invasão de área pública)
Sudoeste “nobre” (Sudoeste/Octogonal)	5,0	<p style="text-align: center;">Bairro Sudoeste “nobre”</p>	Edifícios de seis pavimentos com pilotis, garagem, elevador, coberturas comuns ou privativas, mais equipamentos e serviços do condomínio, como academia, brinquedoteca, piscina etc.

<p>Superquadra 103 Sul (Asa Sul, Plano Piloto)</p>	<p>1,5</p>	<p style="text-align: center;">SQS 103</p> <table border="1"> <caption>Income Distribution for SQS 103</caption> <thead> <tr> <th>Faixa de rendimento</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>pobres</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>média-inferior</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>média-média</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>média-superior</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>ricos</td> <td>55</td> </tr> </tbody> </table>	Faixa de rendimento	Porcentagem (%)	pobres	2	média-inferior	5	média-média	10	média-superior	25	ricos	55	<p>Edifícios de seis pavimentos com pilotis, com elevador, mas sem garagem ou cobertura.</p>
Faixa de rendimento	Porcentagem (%)														
pobres	2														
média-inferior	5														
média-média	10														
média-superior	25														
ricos	55														
<p>Condomínios Grande Colorado (Sobradinho I)</p>	<p>22,0</p>	<p style="text-align: center;">Bairro Grande Colorado</p> <table border="1"> <caption>Income Distribution for Bairro Grande Colorado</caption> <thead> <tr> <th>Faixa de rendimento</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>pobres</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>média-inferior</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>média-média</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>média-superior</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>ricos</td> <td>50</td> </tr> </tbody> </table>	Faixa de rendimento	Porcentagem (%)	pobres	5	média-inferior	7	média-média	10	média-superior	25	ricos	50	<p>Condomínios de residência unifamiliares, com médio-alto padrão arquitetônico, em lotes variando, em média, de 250m² a 500m².</p>
Faixa de rendimento	Porcentagem (%)														
pobres	5														
média-inferior	7														
média-média	10														
média-superior	25														
ricos	50														
<p>Sudoeste "econômico" (Sudoeste/Octogonal)</p>	<p>5,0</p>	<p style="text-align: center;">Bairro Sudoeste "econômico"</p> <table border="1"> <caption>Income Distribution for Bairro Sudoeste 'econômico'</caption> <thead> <tr> <th>Faixa de renda</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>pobres</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>média-inferior</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>média-média</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>média-superior</td> <td>38</td> </tr> <tr> <td>ricos</td> <td>37</td> </tr> </tbody> </table>	Faixa de renda	Porcentagem (%)	pobres	4	média-inferior	6	média-média	15	média-superior	38	ricos	37	<p>Edifício com três pavimentos, com pilotis, sem garagem, elevador ou outros equipamentos.</p>
Faixa de renda	Porcentagem (%)														
pobres	4														
média-inferior	6														
média-média	15														
média-superior	38														
ricos	37														
<p>Superquadras 409-412 Sul (Blocos JK) (Asa Sul, Plano Piloto)</p>	<p>3,0</p>	<p style="text-align: center;">Blocos JK</p> <table border="1"> <caption>Income Distribution for Blocos JK</caption> <thead> <tr> <th>Faixa de rendimento</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>pobres</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>média-inferior</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>média-média</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>média-superior</td> <td>35</td> </tr> <tr> <td>ricos</td> <td>21</td> </tr> </tbody> </table>	Faixa de rendimento	Porcentagem (%)	pobres	4	média-inferior	12	média-média	28	média-superior	35	ricos	21	<p>Edifício com três pavimentos, sem pilotis, garagem, elevador ou outros equipamentos.</p>
Faixa de rendimento	Porcentagem (%)														
pobres	4														
média-inferior	12														
média-média	28														
média-superior	35														
ricos	21														
<p>Águas Claras "vertical" (Águas Claras)</p>	<p>19,0</p>	<p style="text-align: center;">Renda Águas Claras (vertical)</p> <table border="1"> <caption>Income Distribution for Renda Águas Claras (vertical)</caption> <thead> <tr> <th>Faixa de renda</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>pobres</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>média-inferior</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>média-média</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>média-superior</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>ricos</td> <td>20</td> </tr> </tbody> </table>	Faixa de renda	Porcentagem (%)	pobres	4	média-inferior	8	média-média	28	média-superior	40	ricos	20	<p>Edifícios de até 30 pavimentos, sem pilotis, com garagem, elevador, coberturas comuns ou privativas, mais equipamentos e serviços do condomínio, como academia, brinquedoteca, piscina etc.</p>
Faixa de renda	Porcentagem (%)														
pobres	4														
média-inferior	8														
média-média	28														
média-superior	40														
ricos	20														

Vila Planalto (Plano Piloto)	3,5	<p>Vila Planalto 2010</p> <p>80 70 60 50 40 30 20 10 0</p> <p>0 pobres média-inferior média-média média-superior ricos</p> <p>Faixas de rendimento</p>	Predomínio de residências unifamiliares, com diversidade de padrão arquitetônico, em lotes variando entre 200m ² e 500m ² , em média.
Recanto das Emas	26,0	<p>Recanto das Emas</p> <p>80 70 60 50 40 30 20 10 0</p> <p>0 pobres média-inferior média-média média-superior ricos</p> <p>Faixas de rendimento</p>	Predomínio de residências unifamiliares, com baixo padrão arquitetônico, em lotes de 150m ² , em média.
Estrutural	10,0	<p>Rendimentos Estrutural</p> <p>80,00% 70,00% 60,00% 50,00% 40,00% 30,00% 20,00% 10,00% 0,00%</p> <p>0,00% pobres média-inferior média-média média-superior ricos</p> <p>Faixas de rendimento</p>	Predomínio de residências unifamiliares, com baixo padrão arquitetônico, em lotes com até 100m ² , com área construída média de 61m ² - 15m ² de área construída/habitante e 3,9 habitantes/domicílio.

* CODEPLAN (2017)

** HOLANDA (2022)

O estudo evidenciou que os tipos edilícios incidem nos valores dos imóveis e, conseqüentemente, no poder aquisitivo de quem mora neles – a variedade tipológica está relacionada ao acesso de diversas faixas de renda (HOLANDA, 2021; 2022). Existem atributos dos tipos edilícios que são mais ou menos valorizados, como se são casas ou apartamento, se possuem garagem, elevador, varanda, cobertura, sistema de segurança, ar condicionado etc. São atributos relacionados aos fixos fechados: habitação, prédios públicos, prédios privados ou áreas livres privadas (HOLANDA, 2021; 2022); e, portanto, referem o capital edilício da população.

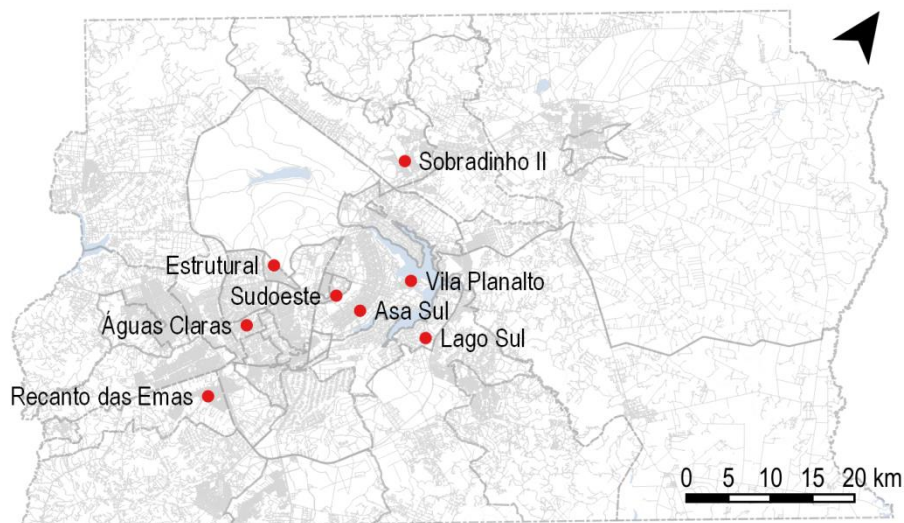


Figura 66. Localidades – pontos “fora da curva” (HOLANDA, 2022). Fonte: Elaboração própria.

Assim como o capital espacial pode interferir na apropriação do espaço público, a detenção de maior ou menor capital edilício também pode implicar distintos modos de apropriação. Aqueles que moram no Lago Sul ou no Lago Norte, em residências de alto padrão arquitetônico, construídas em lotes que chegam a 10.000 m², quando computada a invasão de área pública, dos lados e junto à orla, usufruem de seus próprios espaços livres privados, onde encontram sua própria rede social e autoalimentam seu capital social – não que essa parcela da população não frequente espaços públicos, mas tem maior poder de escolha e decisão, possui mais opções, inclusive a possibilidade de frequentar espaços livres privados, como os clubes a beira lago, nos quais o candidato a sócio deve passar por uma “sabatina” para verificar se está de acordo com o *habitus* de seus frequentadores.

Parques na cidade parque

Nesse espaço urbano, com características morfológicas marcantes, e sobre o qual as desigualdades, assim como em outros centros urbanos, também imperam, a distribuição dos parques não ocorreu de forma aleatória ao longo do tempo, assim como não ocorreu de forma a contribuir para a redução das desigualdades. Ainda que, nas últimas décadas, diversos parques tenham sido criados nas periferias, principalmente, onde ainda havia espaço para tal, como observou Sakata (2018) também em outras cidades brasileiras, a distribuição e a qualificação desses parques

segue a lógica de favorecer a população mais rica e de contribuir para o acúmulo de capital espacial dessa parcela da população.

Antes mesmo da inauguração da nova capital, para a recreação dos operários que vieram construir Brasília, foi inaugurado, em 06 de dezembro de 1957, o Jardim Zoológico, que pode ser considerado o primeiro parque de Brasília. Criado inicialmente como Parque Zoobotânico, o zoológico era um dos espaços onde os operários que vieram construir a capital encenavam seus capitais. Morar próximo ao parque implicava maior acessibilidade a um equipamento de interesse da população e de valorização da região – a criação do Jardim Zoológico implicou maior capital espacial para aqueles que moravam próximos.

Ainda no segundo ano da capital, foram criados os dois primeiros parques (com essa denominação, diferente do zoológico): o Parque Municipal do Gama (Decreto n. 108, de 06/09/1961), localizado na divisa com o Estado de Goiás, e o Parque Nacional de Brasília (Decreto n. 241, de 29/11/1961), localizado no Plano Piloto (Figura 67; Figura 68; Figura 69). Após algumas recategorizações ao longo de sua existência, o Parque Municipal do Gama foi dividido em Parque Recreativo do Gama, com funções de lazer e recreação, e a Reserva Ecológica do Gama, com o foco na conservação ambiental. O Parque Nacional, por sua vez, permanece com a mesma denominação de origem, e, embora tenha sua maior parte destinada à conservação, possui as piscinas naturais para o usufruto da população que, ainda hoje, principalmente aos finais de semana, as visitam de todas das regiões de Brasília e entorno. Ainda que tenham ocorrido recategorizações e que exista alguma possibilidade de fruição social, são parques com caráter predominantemente de conservação ambiental.



Figura 67. Parque Nacional de Brasília, Asa Norte, Plano Piloto – piscina natural na Água Mineral (2016). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 68. Parque Nacional de Brasília, Asa Norte, Plano Piloto – trilha (2016). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 69. Parque Nacional de Brasília, Asa Norte, Plano Piloto – Ilha da Meditação (2016). Fonte: Arquivo pessoal.

Nos anos 1970, quando Brasília contava com cerca de 800 mil habitantes, foi inaugurado o Parque Recreativo Rogério Pithon Farias, atual Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, o maior parque urbano da América Latina e um dos maiores do

mundo, com seus 400 ha (Figura 70; Figura 71; Figura 72). Na época da inauguração, em 11 de outubro de 1978, a cidade contava com uma população jovem, mais da metade com menos de 20 anos, que tinha pouca opção de espaços de lazer. O Parque da Cidade teve a participação de quatro grandes nomes da construção da nova capital: Lucio Costa, Burle Marx, Oscar Niemeyer, Glauco Campello e Athos Bulcão.



Figura 70. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Asa Sul, Plano Piloto. Fonte: shorturl.at/iloEH.



Figura 71. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Asa Sul, Plano Piloto – ciclovía (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 72. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Asa Sul, Plano Piloto – gramados e lago (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Na década seguinte à criação do Parque da Cidade, outro parque de grande porte foi inaugurado na capital, o Jardim Botânico de Brasília (JBB), em 1985 (Figura 73; Figura 74; Figura 75). Previsto por Lucio Costa ainda no Relatório do Plano Piloto, o JBB foi idealizado para ser implantado no Plano Piloto, na Asa Sul, local onde foi implantado o Parque da Cidade. A área destinada ao novo parque foi transferida para o Lago Sul. Inaugurado em 08 de março de 1985, o JBB tem caráter de conservação, mas com áreas próprias para a fruição social, com poucas construções, o que contribui para o cenário mais natural do espaço.



Figura 73. Jardim Botânico de Brasília, Lago Sul – Caliandra Café e Orquidário Margaret Mee (área de fruição social). Fonte: <https://shorturl.at/mpxY2>.



Figura 74. Jardim Botânico de Brasília. Café Jardim Bom Demais – área de piquenique. Fonte: Geovana Albuquerque/ Agência Brasília.



Figura 75. Jardim Botânico de Brasília – Centro de Excelência do Cerrado. Fonte: Aliança Cerrado.

O Jardim Botânico, com sua característica principal de conservação, marca o predomínio de parques com essa característica no Lago Sul, que conta com outros parques similares e contemplativos, mas não possui parques com predomínio de atividades para a recreação da população. Esses parques, com suas extensas áreas verdes, ampliam o capital espacial dos moradores do Lago Sul, mas sem a agitação de um parque destinado ao usufruto da massa da população e todo o movimento que resulta dele. O alto capital edilício dessa população, com suas residências de alto

padrão arquitetônico em grandes lotes, coloca a recreação para dentro de seus limites privados.

No final da década, em 1989, ocorreu um dos episódios mais perversos da história de Brasília: a demolição da Vila Paranoá. Construída por um processo *bottom-up*, os operários que ajudaram a construir a nova capital edificaram suas próprias casas – as mesmas que foram removidas da noite para o dia. A Vila Paranoá desapareceu – “aquela configuração não tinha espaço na nova capital” (Holanda, 2021). O espaço vazio deixado pela Vila foi ocupado cinco anos depois pelo Parque Ecológico do Paranoá, criado pelo Decreto n. 15.899, de 12/09/1994, onde o traçado das ruas principais permanece como caminhos.



Figura 76. Antiga Vila Paranoá – local atualmente ocupado pelo Parque Ecológico do Paranoá, Paranoá (1986). Fonte: GeoPortal.



Figura 77. Parque Ecológico do Paranoá, Paranoá (2023). Fonte: Google Earth.

A agenda ecológica que ganhou força no final do século repercutiu na criação de parques no mundo todo, o que não foi diferente em Brasília – ainda que o caso da Vila Paranoá não tenha nada de ecológico ou sustentável. Na capital federal, do que

hoje denominamos parque, quase metade deles foi criada nos anos 1990 – década na qual mais parques foram criados em Brasília. A maior parte deles, com função de conservação ambiental e com alguma opção de recreação, como o Parque Ecológico Saburo Onoyama (1996), em Taguatinga, e o Parque Ecológico Ezechias Heringer (1998), no Guará. Nesse período também foram criados o Parque Urbano do Núcleo Bandeirante (1997), na região de mesmo nome, e o Parque Urbano Denner (1998), no Guará, destinados principalmente à fruição social.

Nesse mesmo período, dois parques, localizados em áreas nobres, foram criados por pressão popular: o Parque Ecológico Olhos d'Água (1995), na Asa Norte, Plano Piloto (Figura 78; Figura 79; Figura 80; Figura 81; Figura 82; Figura 83), e o Parque Urbano Bosque do Sudoeste (1999), no Sudoeste. No local onde foram implantados os dois parques estavam previstas quadras residenciais. No caso do primeiro, a disputa pela implantação das quadras residenciais ou do parque teve a justificativa da presença de Áreas de Preservação Permanente (APP), com um córrego que deságua no Lago Paranoá e uma pequena lagoa localizada no interior do parque.



Figura 78. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto (2023). Fonte: Google Earth.



Figura 79. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – pista de caminhada/corrída e ciclovia, e equipamentos de ginástica (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.



Figura 80. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – aula de yoga (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.

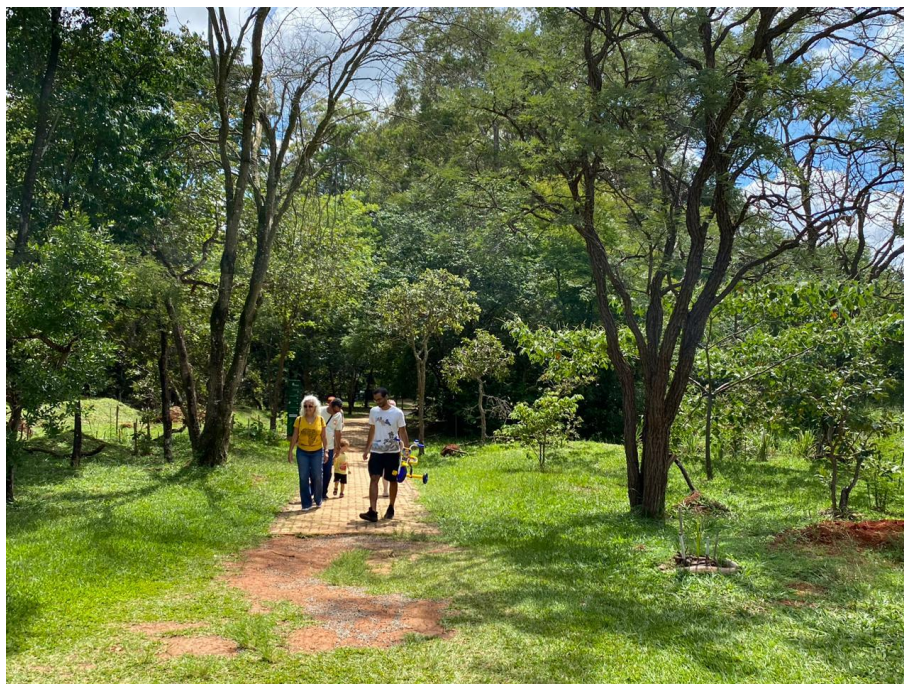


Figura 81. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – trilhas (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.

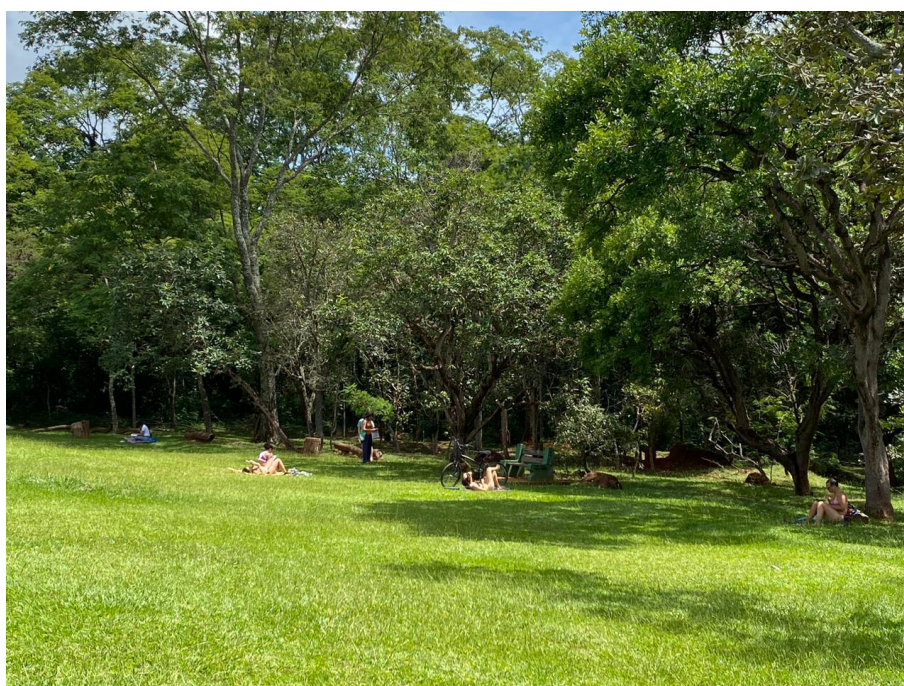


Figura 82. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – gramado central (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.



Figura 83. Parque Ecológico Olhos d'Água, Asa Norte, Plano Piloto – parque infantil (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.

Embora o Parque Ecológico Olhos d'Água tenha o caráter de conservação, a população ocupa intensamente esse espaço durante todos os dias da semana – o mesmo ocorre com o Parque Urbano Bosque do Sudoeste (Figura 84; Figura 85; Figura 86; Figura 87). São dois dos parques mais bem qualificados de Brasília, com diversos equipamentos e boa manutenção – parques que agregam ainda mais capital espacial à população residente nessas regiões centrais, também detentoras de significativo capital edilício em seus apartamentos de Superquadras.

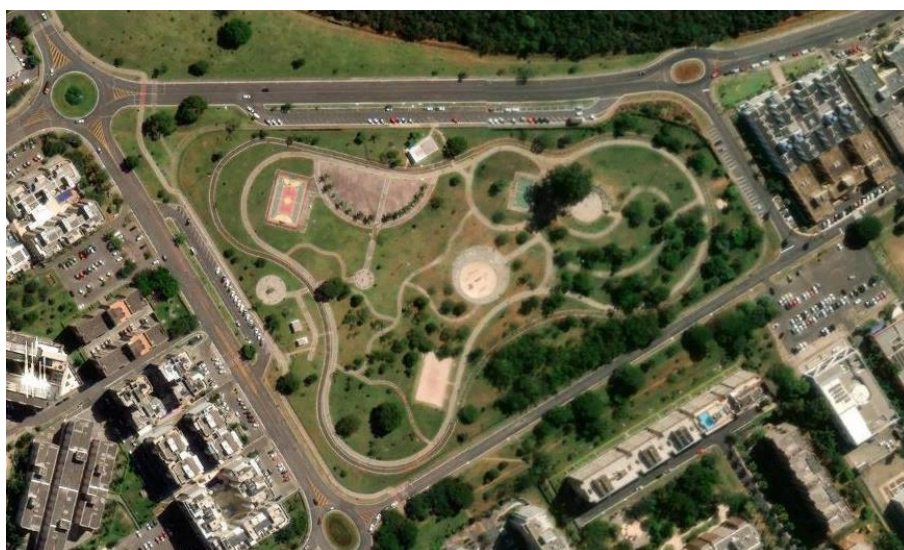


Figura 84. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste (2023). Fonte: Google Earth.



Figura 85. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste – quadra poliesportiva (2018). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 86. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste – pista de caminhada/corrída e ciclovia (2018). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 87. Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Sudoeste – equipamento de ginástica (2018). Fonte: Arquivo pessoal.

Com o objetivo de garantir a “manutenção de um cinturão verde circundando a cidade”, de criar uma “área de lazer, esporte e cultura” e de manter “atrás da Asa Norte, área que garanta o cinturão verde do Plano Piloto”, foi criado o Parque Ecológico Norte, por meio do Decreto n. 12.249, de 04/03/1990 – atual Parque Ecológico Burle Marx, ainda em fase de implantação. O parque foi criado em área inicialmente destinada por Lucio Costa para a implantação do Jardim Zoológico. Assim como o Parque da Cidade foi implantado entre a Asa Sul e o Sudoeste, o Parque Burle Marx ficou localizado entre a Asa Norte e o Noroeste.

O Parque Ecológico Burle Marx foi usado pelo marketing imobiliário como propaganda para a suposta sustentabilidade que o novo bairro Noroeste (com projeto urbanístico aprovado na década de 2000) estaria entregando. Sustentabilidade que ficou apenas no discurso, com seus apartamentos de alto padrão arquitetônico que chegaram a custar 18 mil reais o metro quadrado no início das vendas. Com a mesma solução residencial que Lucio Costa havia proposto para as Asas Norte e Sul décadas antes, as superquadras do Noroeste contavam com garagens subterrâneas para todos os edifícios, não com duas, mas com até quatro vagas por apartamento – a área destinada ao automóvel foi maior que nas Asas e no Sudoeste (Tenorio *et al.*, 2014). A presença do parque não passou despercebida pelo mercado imobiliário, que usou da sua proximidade como mais uma justificativa de sustentabilidade e de qualidade de vida.

De forma pioneira, em 1991, teve início o Eixão do Lazer, quando o Eixo Rodoviário passou a ser aberto para a circulação de pedestres e ciclistas e fechado

para os automóveis aos domingos e feriados (Figura 88; Figura 89; Figura 90). A abertura do Eixão para os pedestres e ciclistas foi, e continua sendo, um grande sucesso de transformação de uma via de trânsito rápido em parque linear: os milhares de carros que passam pelo Eixo Rodoviário, seja em direção ao Plano Piloto no início da manhã, seja em direção às outras regiões ao final do dia, dão lugar a um mar de gente, que circula livremente – um verdadeiro “parque avenida de final de semana” (SAKATA, 2018). Em 2015, a ideia foi implementada também na Avenida Paulista, em São Paulo.



Figura 88. Eixão do Lazer, Plano Piloto – Eixo Rodoviário aberto para os pedestres aos domingos.
Fonte: shorturl.at/GOW04.



Figura 89. Eixão do Lazer, Plano Piloto – Eixo Rodoviário aberto para os pedestres aos domingos.
Fonte: shorturl.at/ceFY9.



Figura 90. Eixo Rodoviário fechado para os pedestres em dia de semana (2020). Fonte: Frederico de Holanda.

No final da década de 1990, o Lago Sul ganhou mais um parque, o Parque Ecológico da Ermida Dom Bosco, criado por meio do Decreto n. 19.292, de 04/06/1998 (Figura 93; Figura 94). Localizado próximo à barragem do Lago Paranoá, a região já era frequentada pelos brasilienses, que faziam trilhas pelo Cerrado nativo até a beira do Lago, onde podiam mergulhar e nadar. Em 2019, foi recategorizado e passou a se enquadrar na categoria de Monumento Natural, o que implicou maiores restrições de uso – mais um parque com uso mais restritivo na região mais nobre da capital. Ainda assim, recebe moradores de outras regiões, evidenciando seu caráter democrático ao permitir o livre acesso ao Lago. Com a recategorização, passou a se chamar Monumento Natural Dom Bosco, mas continua sendo chamado pelos brasilienses como Ermida.



Figura 91. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – conhecido como Ermida Dom Bosco, à beira do Lago Paranoá. Fonte: Joana França.



Figura 92. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – pista de caminhada/corrida. Fonte: shorturl.at/eBCIU.



Figura 93. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – pista de caminhada/corrida. Fonte: shorturl.at/eBCIU.



Figura 94. Monumento Natural Dom Bosco, Lago Sul – livre acesso ao Lago Paranoá. Fonte: shorturl.at/eBCIU.

Os anos 2000 também ficaram marcados como um período de criação de diversos parques, mas, ao contrário da década anterior, os parques urbanos predominaram sobre os ecológicos – ainda que possam ter algum papel na conservação ambiental, no caso dos primeiros, e algum tipo de fruição social, no caso dos últimos. Nesse período, Brasília passou por um expressivo crescimento urbano, acompanhado por novos parcelamentos, o que explica a criação de alguns desses novos parques, uma vez que a legislação urbanística (Lei Federal n. 6.766/1979) obriga que uma parte do parcelamento seja destinada a área pública, como equipamentos urbanos ou comunitários, ou espaços públicos. A busca por espaços ao ar livre para práticas esportivas e recreação também aumentou nesse período, o que implicou a revalorização dos parques e praças.

Importantes parques foram criados nesse período, a começar pelo Parque Ecológico de Águas Claras, em 2000 (Figura 95; Figura 96). A região, conhecida pela verticalização, foi concebida como um bairro para a classe média ainda em 1992. Com edifícios que podem passar de 30 pavimentos, em condomínios verticais com diversos tipos de equipamentos, com garagem, academias, brinquedotecas, salões de festa, quadras poliesportivas etc., a presença de um parque atrai a presença constante da população. Ainda que seja um Parque Ecológico – localizado em área com a presença de APP de nascentes, córregos e lagoa, e com importante papel para a região que tem graves problemas de drenagem – possui diversos equipamentos de lazer para a fruição da população, que o frequenta mesmo com todo capital edilício proveniente dos equipamentos privados que seus condomínios verticais oferecem.



Figura 95. Parque Ecológico de Águas Claras, Águas Claras. Fonte: shorturl.at/eIJQW.



Figura 96. Parque Ecológico de Águas Claras, Águas Claras – pista de caminhada/corrída e ciclovia.
Fonte: shorturl.at/ozIKM.

Próximo ao Parque Ecológico de Águas Claras, foi criado o Parque Urbano Taguaparque, em 2008. Localizado em Taguatinga, região com maior independência econômica do Plano Piloto e principal responsável por contribuir para a descentralização de empregos e serviços, o Taguaparque se caracteriza pela abrangência, atraindo pessoas de outras localidades, como Vicente Pires, Guará, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras etc. O Parque conta com diversos equipamentos de esporte e lazer distribuídos por seus 77,6 hectares, tendo se tornado o maior parque urbano de Brasília depois do Parque da Cidade.

Na beira do lago, dois espaços livres que desde muito antes eram ocupados pela população foram oficializados, mas tiveram destinos diversos: o Pontão do Lago Sul (2000) e o Parque Ecológico das Garças (2002). Se o primeiro, localizado na cabeceira da Ponte Honestino Guimarães, no lado da região mais rica, passou por uma total remodelação, com concessões que permitiram a construção de restaurantes e quiosques, além da implantação de calçadas, decks e bolsões de estacionamento (Figura 97; Figura 98; Figura 99; Figura 100), o segundo, localizado no Lago Norte, quinta região mais rica, permaneceu relativamente inalterado, com a implantação apenas de um Ponto de Encontro Comunitário (PEC) (Figura 101; Figura 102; Figura 103; Figura 104; Figura 105).

No Pontão do Lago Sul, que se tornou um importante ponto turístico da cidade, os carros importados evidenciam o capital simbólico de um grupo que ocupa posições superiores no espaço social. A população mais pobre pode acessar, mas terá dificuldade para permanecer, uma vez que os piqueniques nos gramados não são permitidos, sob o argumento de haver carrapatos de capivaras (ainda que o mesmo

aviso não exista em outros parques na beira do lago fora do Lago Sul), os preços nos cardápios dos restaurantes são proibitivos e nadar no Lago Paranoá não é permitido (apenas passeios de lancha). No Parque das Garças, por outro lado, ainda que o acesso seja mais difícil, as pessoas levam seus cachorros para passear livremente, aos finais de semana, passam o dia fazendo churrasco, nadam no Lago etc. Diferentes capitais são encenados em distintos locais a beira lago – ainda que a *função* seja a mesma, a *forma* é distinta.



Figura 97. Pontão do Lago Sul, Lago Sul (2023). Fonte: Google Earth.



Figura 98. Pontão do Lago Sul, Lago Sul. Fonte: shorturl.at/gmpvy.



Figura 99. Pontão do Lago Sul, Lago Sul – aviso de proibido fazer piqueniques e churrascos (2020).
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 100. Pontão do Lago Sul, Lago Sul – aviso de carrapatos nos gramados (2020). Fonte:
Arquivo pessoal.



Figura 101. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte (2023). Fonte: Google Earth.



Figura 102. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte (2023). Fonte: Gabriela Camolesi.



Figura 103. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte – livre acesso para o Lago Paranoá (2023).
Fonte: Gabriela Camolesi.



Figura 104. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte – Ponto de Encontro Comunitário (PEC)
(2023). Fonte: Gabriela Camolesi.



Figura 105. Parque Ecológico das Garças, Lago Norte – campo de futebol com arquibancada (2023).
Fonte: Gabriela Camolesi.

Também na região do Lago Sul, uma área com remanescente do Cerrado foi alvo de disputa, culminando na criação do Parque Distrital Bernardo Sayão – parque com caráter de conservação ambiental sem qualquer benfeitoria, além do cercamento (Figura 106). Durante o mandato do Governador Joaquim Roriz (1988-1990/1991-1995/1999-2006), a área correu o risco de ser invadida irregularmente e parcelada por grileiros, prática comum durante os anos de seu governo. A fim de preservar a área, foi criado o parque em 2002. O Parque configura um limite entre a região do Lago Sul e a do Jardim Botânico, o que para os moradores do Lago implica a clara delimitação entre um bairro e outro, assim como o parque Jardim Botânico de Brasília também o faz.

A separação dessas duas regiões evidencia a clara distinção entre distintos capitais espaciais e edífícios, ainda que próximos. De um lado, o Lago Sul, previsto ainda por Lucio Costa no Relatório do Plano Piloto, com suas residências de alto padrão arquitetônico em seus grandes lotes, com amplas áreas verdes gramadas, com piscinas, espaços *gourmet*, salão de festas, garagem para quatro carros ou mais etc. Do outro, o Jardim Botânico, ocupação urbana irregular em vias de regularização, com graves problemas de drenagem urbana, longos engarrafamentos, que implicam menor capital espacial para a sua população, e residências de médio/alto padrão arquitetônico, em lotes menores que os do Lago Sul, com pouca ou nenhuma área

verde gramada, com churrasqueiras, garagens, piscinas em alguns casos, que implicam menor capital edílico quando comparados aos seus vizinhos no Lago Sul. O Parque Bernardo Sayão é mais que um elemento de conservação ambiental, é um marco de separação entre dois grupos que ocupam posições distintas no espaço social, ainda que próximas.



Figura 106. Parque Ecológico Bernardo Sayão, Lago Sul (2023). Fonte: Arquivo pessoal.

Diversos parques urbanos criados nos anos 2000 estiveram relacionados à regularização fundiária, caso de parques localizados em Ceilândia, Pôr do Sol e Jardim Botânico, que não chegaram a ser implantados e seguem sem previsão de saírem do papel. No Jardim Botânico, um dos parques está localizado no interior da fazenda de um famoso automobilista brasileiro que ocupou irregularmente área pública. A localização do parque não foi por acaso – enquanto o condomínio horizontal de classe média, alvo da regularização, não precisou abrir mão de parte de sua área para o livre acesso, como previsto em lei, a área pública invadida segue invadida pela fazenda. O parque foi delimitado, faz parte de projeto aprovado, mas nunca será de fato usufruído pela população.

No outro extremo, temos o caso do Parque Urbano Estrutural, localizado na região de mesmo nome, que foi criado por Decreto ainda em 2007. A ocupação da antiga Vila Estrutural teve início com os catadores de lixo que ocuparam a região próxima ao lixão da Estrutural, que, tendo sido o segundo maior depósito de lixo a céu

aberto do mundo, foi fechado em 2018. A Estrutural está entre as regiões mais pobres de Brasília. A ocupação foi alvo de regularização fundiária e teve seu projeto aprovado em 2011, no qual constava área destinada ao parque. Atualmente, o Parque Urbano Estrutural apresenta algumas benfeitorias, como PEC, campo sintético e equipamento de ginástica, mas segue sendo destino de descarte de lixo.

Os espaços livres que permeiam o espaço construído e configuram a Escala Bucólica permitiram a criação de diversos parques ao longo dos anos – parques que tiveram seus limites legais definidos, mas permaneceram com limites físicos pouco ou nada claros, caso do Parque Urbano Bosque dos Constituintes (2008) e Parque Urbano Bosque dos Tribunais (2009), localizados próximos à Praça dos Três Poderes, ou mesmo o Parque Urbano da Vila Planalto (2003), a 1,5 km da Praça dos Três Poderes. Nenhum dos parques recebeu qualquer equipamento ou mobiliário que caracteriza um parque urbano e que permita a sua apropriação pela população. Os dois Bosques estão localizados em uma região institucional sem nenhuma residência próxima – parecem contribuir mais para a contemplação da Escala Monumental que propriamente para a recreação da população como se esperaria de um parque urbano.

Em 2011, sob a gestão do Governo Agnelo Queiroz (PT), foi criado o Programa “Brasília, Cidade Parque”, que teve como objetivo implantar e revitalizar 72 parques e 22 unidades de conservação de Brasília. Instituído pelo Decreto n. 32.981, de 10/06/2011, o Programa buscava “disciplinar a gestão compartilhada nos parques e unidades de conservação do Distrito Federal” ao “promover a participação das Administrações Regionais, de instituições públicas, pessoas naturais e jurídicas, da sociedade civil organizada na gestão dos parques e unidades de conservação distritais”.

Entre os parques implantados ou revitalizados pelo Programa “Brasília, Cidade Parque”, estão o Parque Ecológico da Asa Sul e o Parque Ecológico Olhos d’Água, localizados no Plano Piloto, na Asa Sul e Asa Norte, respectivamente, o Parque Urbano Bosque do Sudoeste, no Sudoeste, o Parque Ecológico Águas Claras, em Águas Claras, o Parque Ecológico Areal, em Taguatinga, o Parque Ecológico dos Jequitibás, em Sobradinho, o Parque Ecológico Sucupira, em Planaltina, entre outros. Entre os maiores, o Parque da Cidade, o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico também entraram no Programa com especificações próprias.

Em 2017, após ação judicial de cunho ambiental que culminou na desocupação de áreas públicas ocupadas irregularmente ao longo de mais de 100 km da orla do Lago Paranoá – grande parte ocupada irregularmente pelas residências de alto padrão arquitetônico no Lago Sul – foi lançado o Concurso para *Masterplan* da Orla do Lago Paranoá. A orla como espaço público de lazer, como calçadão-parque, parece ter chegado a Brasília – como pontuou o então Governador Rodrigo Rollemberg (PSB): “O Lago Paranoá, cada vez mais utilizado pelos mais diversos cidadãos brasilienses, é a nossa praia, e como praia, não poder ser somente de alguns. A praia tem que ser de todos” (2017).

A desocupação da orla do Lago foi uma grande vitória da população, no entanto, ainda que algumas partes tenham recebido benfeitorias e mobiliários, outras voltaram a ser ocupadas irregularmente (Figura 107; Figura 108). O acesso exclusivo à orla do Lago evidencia a detenção de capital espacial e edílico, no caso das residências que irregularmente chegam com seus muros até o lago, enquanto a desocupação torna esse espaço mais democrático ao permitir o acesso a um maior número de pessoas.



Figura 107. Orla do Lago Paranoá irregularmente ocupada pelos lotes residenciais do Lago Sul.
Fonte: Joana França.



Figura 108. Orla do Lago Paranoá desobstruída – implantação de coopervia e ciclovia entre os Parques da Asa Delta e Península Sul, Lago Sul, na orla do Lago Paranoá (2018). Fonte: Tony Winston/Agência Brasília.

Dentre os espaços livres que permitem a apropriação de parque pela população, não podemos deixar de considerar o canteiro central do Eixo Monumental. Com mais de 8,0 km de extensão desde a Praça dos Três Poderes, a leste, até a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), a oeste, e com largura que chega a quase 400 metros em alguns trechos, o canteiro central do Eixo Monumental pode ser considerado um grande parque linear, com várias partes funcionais: a Esplanada dos Ministérios, símbolo da política e da democracia, sendo palco de inúmeras manifestações políticas (Figura 109); o platô da Torre de TV, com a Praça das Fontes (Figura 110); o trecho que abrange o Clube de Choro de Brasília e o Planetário de Brasília também recebe grandes eventos culturais, como shows, feiras e exposições; e, a porção entre o Memorial JK e a Catedral Rainha da Paz, que engloba a Praça do Cruzeiro, ponto mais alto do Plano Piloto, e com uma vista privilegiada do pôr do sol de Brasília (Figura 111; Figura 112; Figura 113; Figura 114; Figura 115; Figura 116).



Figura 109. Canteiro central do Eixo Monumental – Esplanada dos Ministérios. Fonte: Joana França.



Figura 110. Canteiro central do Eixo Monumental – Torre de TV. Fonte: Joana França.

Se o gramado ao redor da Praça do Cruzeiro sempre recebeu algum público para apreciar o sol que se põe por detrás do Parque Nacional, a pandemia do novo coronavírus evidenciou esse espaço, que se tornou destino de centenas de pessoas de todas as regiões de Brasília que passaram a frequentá-lo para “ver pessoas” e o pôr do sol, como entrevistas com frequentadores revelaram. Quando passamos a compreender que ao ar livre era mais seguro e menos propício à contaminação, a

busca por parques cresceu significativamente, um movimento que já vinha acontecendo e que foi catalisado pela pandemia. A crise sanitária também evidenciou as gritantes desigualdades urbanas: os maiores e mais qualificados espaços ao ar livre estavam nos bairros mais ricos.



Figura 111. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental – ponto mais alto do Plano Piloto (década de 1960).
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 112. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental – declaração de Juscelino Kubitschek: “Essa cruz constitui a verdadeira pedra fundamental da cidade. É, sem dúvida, seu marco histórico, e muito mais expressivo do que a placa, fundida no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e colocada perto da cidade de Planaltina, dentro do quadrilátero Cruls”. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 113. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental – quando recebeu o tratamento paisagístico atual (1974). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 114. Praça do Cruzeiro, Eixo Monumental. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 115. Canteiro central do Eixo Monumental, em frente à Praça do Cruzeiro – local aonde as pessoas vão para ver o pôr do sol, vista para oeste (2020). Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 116. Canteiro central do Eixo Monumental, em frente à Praça do Cruzeiro – local aonde as pessoas vão para ver o pôr do sol, vista para leste (2020). Fonte: Arquivo Pessoal.

Em 2022, a gestão do Governador Ibaneis Rocha (MDB) instituiu o Programa “Reviva Parques”, por meio do Decreto n. 41.865, de 03/03/2021, que tem “a finalidade de estimular a realização de parcerias entre instituições públicas do Distrito Federal, pessoas físicas, jurídicas e sociedade civil organizada para a revitalização e manutenção das unidades de conservação distritais” – muda governo, muda nome do

programa. Até o final de 2022, o Programa tinha o foco de atender 20 parques com algum tipo de melhoria, como a instalação de sinalização e de bicicletários, como ocorreu no Parque Olhos d'Água, o primeiro a receber melhorias pelo Programa, manutenção de cercamento, podas de árvores, implantação de PECs, ou seja, intervenções pontuais, sem um projeto paisagístico cuidadoso.

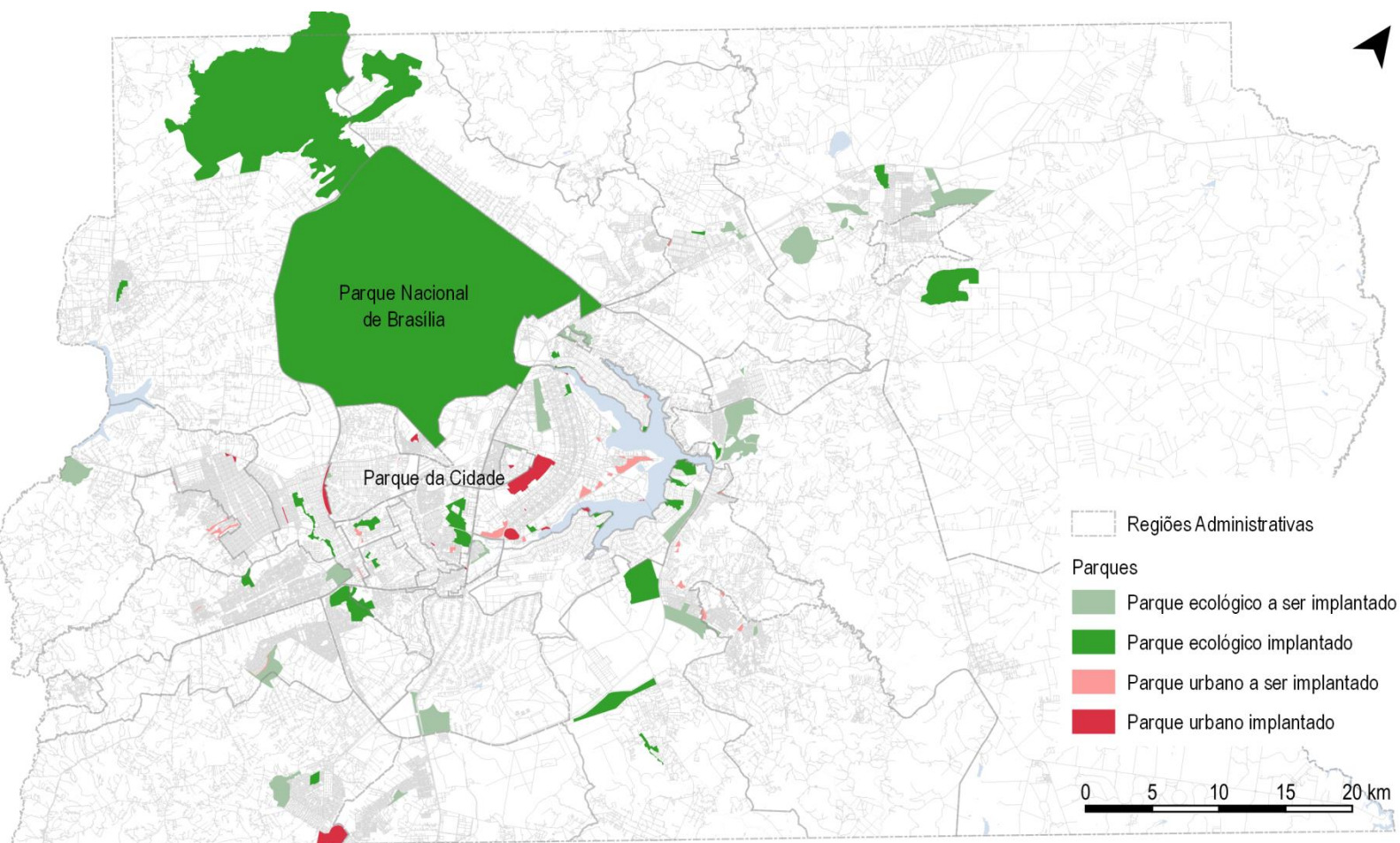


Figura 117. Situação dos parques em Brasília. Foram considerados ecológicos todos os parques com caráter de conservação ambiental predominante, e urbanos, aqueles com caráter predominante de fruição social. Fonte: Elaboração própria a partir de consultas ao GeoPortal (SEDUH), ao SISDIA (SEMA) e à legislação vigente.

Conclusão do capítulo

Brasília foi além do Plano Piloto de Lucio Costa, com algumas de suas ocupações sendo anteriores à sua própria construção e outras resultantes de acampamentos de operários que vieram trabalhar na sua construção. A ideia de capital rodoviária e de cidade parque teve um alto custo para a população, principalmente para os mais pobres, que ocupam as regiões mais distantes do centro,

onde estão concentrados os empregos e serviços. Se a escala bucólica se materializou no Plano Piloto – e também no Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste e Noroeste – por meio de seus espaços livres que permeiam o construído, o mesmo não pode ser observado em outras regiões administrativas.

As longas distâncias a serem percorridas cotidianamente, e o tempo dispendido, resultado de uma configuração urbana marcada pela fragmentação, dispersão, excentricidade e baixas densidades, além da concepção de cidade parque concentrada no Plano Piloto, aumenta a distância entre ricos e pobres. A detenção de maior capital espacial, logo, maior capital arquitetônico, se faz presente entre aqueles moram no Plano Piloto e nas regiões próximas, em detrimento daqueles que moram em regiões distantes.

Ainda que seja o fator mais importante, a localização não explica sozinha a distribuição da riqueza em Brasília, atributos locais também importam. Em algumas localidades, como a Vila Planalto e o Sudoeste, a distribuição de renda internamente evidenciou como os tipos edifícios podem influenciar – se casas ou apartamentos, se edifícios com pilotis, se edifícios com elevador, com garagem etc. – o que implica maior ou menor detenção de capital edifício, logo, maior ou menor capital arquitetônico.

A distribuição de parques poderia cumprir um importante papel na redução das desigualdades, promovendo o acesso a toda a população. A análise apontou para a concentração de parques nas regiões centrais, onde a população detentora de maior capital econômico se torna também detentora de maior capital espacial. A criação de novos parques nas últimas décadas poderia ter um impacto mais significativo, caso esses parques fossem efetivamente implantados. Enquanto as regiões centrais e mais ricas concentram parques qualificados, as regiões mais periféricas e mais pobres aguardam para que seus parques saiam efetivamente do papel.

Também em Brasília os parques se caracterizam como espaços de distinção, onde as pessoas encenam seus capitais, seus *habitus* e seus *estilos de vida*. O Lago Sul, região mais rica da cidade, concentra parques com caráter contemplativo e de conservação ambiental, sendo que alguns deles foram recategorizados, se tornando áreas de preservação com uso mais restritivo, caso do Refúgio da Vida Silvestre Garça Branca e do Refúgio da Vida Silvestre Canjerana, ou do Monumento Natural Dom Bosco, antigos Parques Ecológicos. O alto capital arquitetônico dos moradores

do Lago Sul reflete na forma de se apropriarem (ou não) e na própria implantação desses parques. O Parque Ecológico Bernardo Sayão se tornou um exemplo de uma estratégia de distinção entre distintos capitais e distintas posições no espaço social.

A localização e os atributos de um parque contribuem para a maior ou menor detenção de capital espacial da população. Da mesma forma, a detenção de maior ou menor capital edilício implica distintas formas de apropriação do espaço público. Estratégias de distinção têm nos parques um elemento urbano de manipulação para a manutenção da concentração das riquezas e a consequente conservação das desigualdades. Ao mesmo tempo, a localização e a qualificação de parques apresentam possibilidades de redução dessas desigualdades, se amplamente acessados por toda a população.

CAPÍTULO IV

OPERANDO A PESQUISA

[...] A maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles.

(Jacobs, 2011, p. 12-13).

Apenas observar pode nos dizer muito sobre a cidade e as pessoas. O que, onde, quando e como as pessoas desempenham suas atividades são questões que podem ser respondidas apenas com observação. Quem são essas pessoas – se homens ou mulheres, se crianças, adolescentes, adultos ou idosos, por exemplo – também pode ser respondido através de uma observação sistemática, mas não obteremos respostas completas quanto ao capital que essas pessoas detêm – ainda que a observação possa nos dar pistas, como defende Bourdieu (2017) ao apontar a *alimentação* e a *apresentação*, em conjunto com a *cultura*, como os três principais elementos que evidenciam mais fortemente a distinção. Além da observação, questionários e entrevistas se fazem necessários para compreendermos os porquês de encenarem seus capitais como o fazem e, qual o volume e a estrutura do capital global que detêm. Responder à pergunta “*Como as pessoas com diferentes capitais se apropriam do espaço público?*” implica conhecer o lugar e as pessoas que o utilizam por meio de procedimentos operacionais que permitam a compreensão e a transparência do caminho percorrido para que os resultados possam ser confrontados e, assim, confirmados ou refutados.

Este capítulo apresenta o método utilizado para responder à pergunta de pesquisa e está dividido em quatro seções. A primeira, (i) *Apenas observando*, que discute fundamentos e técnicas da pesquisa qualitativa. A segunda seção, (ii), *Conhecimento do objeto de estudo*, apresenta os procedimentos operacionais utilizados para conhecer e analisar o Parque quanto à sua arquitetura, a partir de uma abordagem qualitativa com base em técnicas de observação, levantamento bibliográfico e fotográfico. A terceira seção, (iii) *Levantamento da vida pública*, abrange o mapeamento do Parque da Cidade, a partir da elaboração de mapas

comportamentais e contagens. A quarta, (iv) *Levantamento do capital arquitetônico e do habitus*, aborda os passos para a construção, aplicação e análise dos questionários aos frequentadores do Parque da Cidade.

Apenas observando

A natureza da pesquisa exigiu a adoção de métodos qualitativos, que não pretendem numerar ou medir unidades ou categorias. As investigações qualitativas de campo implicam principalmente a observação e a entrevista, instrumentos capazes de penetrar a complexidade de determinado fato social. Pesquisas qualitativas também implicam análises documentais, que exploram a dimensão histórica. A abordagem qualitativa é apropriada para a compreensão da natureza de um fenômeno social, sendo capaz de:

[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, [...] e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 2011, p. 80).

A observação pode ser considerada a base de toda investigação no campo social (Richardson, 2011). Uma das atividades mais básicas da vida cotidiana, na pesquisa científica, a observação torna-se uma técnica quando responde a um objetivo previamente formulado, devendo ser sistematicamente planejada e sistematicamente registrada, sem ser apresentada meramente como curiosidades, mas com validade e confiabilidade (Selltiz *et al.*, 1987). Entre as vantagens da observação estão “a simultaneidade da ocorrência espontânea do observador ao acontecimento, independendo assim da observação de outrem e é o meio mais direto de estudar uma ampla variedade de fenômenos”.

A observação pode ser participante ou não participante. No primeiro caso, o pesquisador (o observador) “não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado”. Na observação não participante, por sua vez, o pesquisador “não toma parte nos acontecimentos do objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento”.

A técnica da observação também pode ser classificada quanto à estrutura, podendo ser assistemática ou sistemática. No primeiro caso, a observação se coloca

de maneira mais livre, sem fichas ou listas de registros, ainda que cumprindo o plano de observação previamente desenhado de acordo com o objetivo da pesquisa. Na observação sistemática, devem ser registrados os fatos e suas ocorrências. Em pesquisas no campo da Arquitetura, são comuns tais registros em forma de mapas comportamentais e contagem de fluxos.

Outras duas técnicas frequentes na pesquisa qualitativa são a entrevista e o questionário. A primeira se caracteriza como uma comunicação bilateral, sendo uma técnica “importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas” (Richardson, 2011). A entrevista pode ser estruturada, com perguntas pré-formuladas, o que a aproxima de um questionário, ou não estruturada, também chamada de entrevista em profundidade, que busca apreender aqueles aspectos que o entrevistado considera mais relevantes sobre o assunto.

No decurso dessa investigação, optamos pela realização de entrevistas não estruturadas, que foram realizadas com comerciantes do Parque da Cidade, a fim de aprofundar nosso conhecimento sobre a sua construção e o seu funcionamento ao longo dessas mais de quatro décadas de existência. As entrevistas e a observação foram técnicas utilizadas tanto para o *conhecimento do objeto de estudo* quanto para o *levantamento da vida pública*, com diferenças que serão detalhadas nas seções seguintes correspondentes a cada procedimento.

Conhecimento do objeto de estudo

O *conhecimento do objeto de estudo* consiste em conhecer o Parque da Cidade a partir de sua vivência: acessando-o de diversas maneiras, frequentando-o em diferentes dias e horários, fotografando-o. Cabe também conhecer a área da cidade na qual está inserido, seu contexto urbano. Para tanto foram realizadas pesquisas em fontes primárias – mapas, fotos, imagens satélites e ortofotos, dados estatísticos, legislação – e secundárias – textos específicos, pesquisas realizadas sobre o Parque da Cidade.

Além da análise documental, *conhecer o Parque da Cidade* exige sua vivência, sua observação sistemática. Para esse momento, procedemos à observação participante e não sistemática, vivenciando o Parque da Cidade como frequentadora regular, praticando atividades. Também foram realizadas entrevistas não estruturadas

com alguns comerciantes em diferentes pontos do Parque. Tais procedimentos permitiram aprofundar o conhecimento acerca da história do Parque e da sua situação atual – o conjunto e as partes.

Levantamento da vida pública

O *levantamento da vida pública* implica investigar como as pessoas se apropriam do Parque da Cidade. Para tanto, também lançamos mão da observação, mas nesse momento procedemos a uma observação não participante e sistemática, com a elaboração de mapas comportamentais. Ainda que a natureza da observação seja qualitativa, a observação também pode ser quantificável, o que ocorreu a partir da elaboração dos mapas comportamentais.

A elaboração dos mapas comportamentais foi por uma equipe de quatro pesquisadoras¹¹. Considerando sua extensão, o Parque da Cidade precisou ser dividido em quatro porções para que pudesse ser integralmente mapeado. Cada porção foi mapeada em uma mesma semana, o que resultou em quatro semanas de levantamento para a elaboração dos mapas comportamentais e das contagens.

O levantamento ocorreu durante os meses de junho, julho e agosto de 2021, período de seca em Brasília, não havendo o risco de interrupção em caso de chuva, e em dias de semana, às quartas-feiras, e em finais de semana, aos domingos, entre 8h e 18h, a cada duas horas (8h; 10h; 12h; 14h; 16h; 18h). Cabe ressaltar que o levantamento foi realizado durante a pandemia do novo coronavírus, e que o Parque recebeu o principal ponto de vacinação do Plano Piloto durante o período.

Cada área foi coberta por duas pesquisadoras, com exceção da Área 1, que corresponde à Zona Administrativa do Parque, onde foram necessárias três pesquisadoras simultaneamente, devido ao tamanho e ao movimento mais intenso. Foram consideradas todas as pessoas, com distinção de sexo e de grupo etário, e foram levantadas as atividades que estavam sendo praticadas no momento do levantamento, sendo levantado *quem, onde, quando e fazendo o que*.

Cada pesquisadora foi a campo com uma prancheta e impressões de imagem satélite do Parque da Cidade, em folha A3, para as anotações. Ao fim do dia, os levantamentos eram transferidos para o *software* de geoprocessamento QGIS,

¹¹ Bruna Kronenberger, Bruna Cardoso, Bruna Damasceno e Juliana Ozelim.

resultando em uma base de dados georreferenciada. Em casos de muito movimento, como o Parque Ana Lúcia ou as proximidades do parque de diversões Nicolândia, no domingo, foi necessário realizar o levantamento fotográfico cobrindo toda a atração, para depois, a partir da leitura das fotografias, transferir as informações para a base de dados no QGIS.

Para a sistematização das informações coletadas, verificamos um grande número de atividades levantadas que precisaram ser agrupadas a fim de garantir a factibilidade de análises quantitativas. Todas as atividades levantadas durante o mapeamento foram agrupadas em onze atividades (Quadro 2):

Quadro 2. Categorias de atividades mapeadas no Parque da Cidade.

Atividades comerciais e de serviço
Vendedores dos quiosques, vendedores ambulantes, massagistas dos quiosques de massagem, vigias ou policiais, trabalhadores responsáveis pela manutenção e limpeza do Parque etc.
Atividades culturais, artísticas e contemplativas
Meditação, fotografia, capoeira, ensaio de bateria, culto etc.
Caminhada/corrída/ciclismo
Caminhada, corrida e ciclismo.
Esportes coletivos
Futebol, futsal, vôlei, vôlei de praia, futevôlei, frescobol, basquete, dança (Hit Dance) etc.
Outros esportes individuais
Alongamento, kart, lutas, tênis, yoga etc.
Outras atividades recreativas
Passeando, sentado(a), deitado(a), brincando (fora dos parques infantis), namorando etc.
Parque de diversões (fila)
Fila do parque de diversões Nicolândia.
Parque infantil
Diversas atividades que tiveram como objetivo principal a ida a um dos parques infantis.
Piquenique/festa/churrasco
Piquenique, churrasco, festas, celebrações como aniversários, chás revelação etc.
Quiosque
Pessoas que estavam nos quiosques, de alimentos ou de massagem.

Cabe destacar algumas questões que justificaram a categorização das atividades. No caso da categoria *caminhada/corrída/ciclismo*, que também poderia se

enquadrar em *esportes individuais*, optamos pela distinção uma vez que são atividades físicas muito praticadas no Parque. Acreditamos na necessidade de ser considerada à parte devido a sua relevância no contexto do Parque, e para que não comprometesse a percepção dos *outros esportes individuais*. Quanto aos esportes, seguimos a premissa de que se o praticante depender somente dele para atingir o objetivo, então se caracteriza como *esporte individual*, caso contrário, se depender do coletivo, se caracteriza como *esporte coletivo*.

A categoria *parque infantil* se refere a todas as atividades realizadas em torno de um dos parques infantis do Parque da Cidade. Ainda que pudessem ser enquadradas em outra categoria, como no caso de piqueniques que ocorrem no *Parque Ana Lídia*, entendemos que o objetivo principal era frequentar o parque infantil. Essa escolha operacional se justifica em razão da dificuldade de levantar exatamente a atividade que está sendo desempenhada em um local onde a velocidade de ação é muito alta – crianças correndo de um lado para o outro, adultos fazendo piqueniques ao mesmo tempo em que estão observando ou brincando com as crianças.

A categoria *parque de diversões (fila)* se refere às pessoas na fila do Nicolândia. Sabemos que o Nicolândia se tornou a atração responsável por atrair o maior público de todo o Parque. Levantar o seu público é uma tarefa árdua, quase inviável, não fossem as catracas que contabilizam cada vez que rodam com a passagem de uma pessoa. Por esse motivo e por ser uma atração privada, optamos por observar a região da entrada do parque de diversões, onde parte das atividades se desenvolve em função dessa atração, principalmente aos finais de semana.

A categoria *outras atividades recreativas* se refere a todas as demais atividades realizadas no Parque da Cidade que não se enquadraram nas demais categorias. Embora possa parecer com atividades aleatórias, na realidade, se caracterizam como atividades principalmente de passagem, pessoas passeando sem um objetivo claro ou se deslocando de um ponto a outro com foco no destino, ou de atividades de permanência caracterizadas pelo ócio, pessoas apenas descansando ou esperando algo ou alguém.

Ao fim das quatro semanas de levantamento, que demandaram mais de 80 horas de trabalho de campo, todo o Parque da Cidade foi mapeado com a indicação do público que o frequenta (sexo e grupo etário), onde, quando e o que estavam fazendo. Foram feitas 24.260 contagens de pessoas realizando atividades diversas

dentro dos limites do Parque da Cidade. O número de contagens não representa o número total de pessoas, uma vez que diversas atividades, como piqueniques e churrascos, são mais demoradas e podem ter seus praticantes contabilizados em mais de um horário, assim como uma mesma pessoa pode frequentar o Parque na quarta-feira e também no domingo, ou em diferentes horários de um mesmo dia.

Levantamento do capital e do habitus

O *levantamento do capital e do habitus* visa a conhecer as pessoas que frequentam o Parque da Cidade, quanto ao seu capital, incluído o capital arquitetônico (espacial + edifício), e quanto ao seu *habitus*, que implica conhecer os gostos e os estilos de vida. Para tanto, apenas um caminho seria possível: perguntar diretamente a essas pessoas, o que foi feito através da aplicação de questionários *in loco* em diversos pontos e atrações do Parque da Cidade.

Com a função de descrever características e de medir determinadas variáveis de um grupo social, o questionário pode ser classificado quanto à forma – se com perguntas abertas, o que garante maior liberdade ao respondente, ou com perguntas fechadas, que resultam em maior facilidade de codificação – e quanto à aplicação – se por contato direto ou *online* (Richardson, 2011). Entre as vantagens do questionário, está a facilidade de alcançar um grande número de pessoas e de abranger uma extensa área geográfica, além de a sistematização de dados ser realizada com mais facilidade que a entrevista. Por outro lado, não temos a garantia de respostas completas, assim como pode ocorrer problemas de validade, uma vez que o respondente pode não estar respondendo de acordo com a realidade, e de confiabilidade, considerando que as respostas podem variar de acordo com o momento do respondente.

Avaliando suas vantagens e desvantagens, assim como o objetivo que se queira atingir com essa técnica, optamos por um questionário combinado com perguntas abertas e fechadas, e realizado por contato direto no Parque da Cidade. A construção do questionário seguiu as seguintes diretrizes: (i) abranger as categorias discutidas no Capítulo I acerca da *Teoria de Bourdieu (capital, gosto e habitus)*, o conceito de *capital arquitetônico (espacial + edifício)* e formas de apropriação de um parque urbano; (ii) possuir o mínimo de perguntas possível (não acrescentar

perguntas que podem ser inferidas a partir das respostas de outras perguntas ou a partir de outras fontes, como por exemplo, características do entorno da residência que podem ser encontradas uma vez conhecido o endereço); e, (iii) possuir o mínimo de perguntas possível com resposta aberta (o que visa a posterior facilitação da sistematização da base de dados).

A partir das diretrizes apontadas, a construção do questionário seguiu os seguintes passos (Quadro 3):

Quadro 3. Passos para a construção do questionário.

Identificação das categorias estruturantes na obra de Bourdieu:
Teoria dos capitais
Teoria dos gostos
<i>Habitus</i> de classe
Conceituação de capital arquitetônico e de suas categorias estruturantes:
Capital espacial
Capital edifício
Análise e avaliação do questionário aplicado por Bourdieu, em <i>A Distinção</i> (1979);
Análise e avaliação dos questionários aplicados em pesquisas censitárias (censos demográficos) e amostrais (PDAD), e em indicadores sociais (IBEU);
Avaliação dos atributos edifícios que apresentam valor interpretativo significativo, ou seja, atributos que implicam distinção entre indivíduos. Consulta a profissionais da construção civil (Arquitetos e Engenheiros) e Barros <i>et al.</i> (INEP, 2019);
Definição das dimensões e das categorias do questionário;
Elaboração das questões.

A definição das dimensões e das categorias escolhidas para a composição do questionário remete às análises e avaliações apontadas nos *passos para a construção do questionário*, e estão apresentadas no Quadro 4. Algumas categorias se enquadram em mais de uma dimensão, como a posse de bens, que refere ao capital econômico e ao capital edifício, ou a frequência ao parque urbano, que refere às formas de apropriação, o que está intimamente relacionado ao capital espacial.

Quadro 4. Dimensões e categorias do questionário.

Dimensões e categorias
Categorização socioeconômica:
Sexo; Idade; Cor ou raça; Naturalidade; Estado civil.
Capital econômico:
Rendimento; Patrimônio familiar (posses de bens e contratação de serviços).
Capital cultural:
Escolaridade; Escolaridade dos pais (Bourdieu atenta para a escolaridade e profissão do pai e do avô paterno, no entanto, no contexto brasileiro, consideramos importante a pergunta sobre a mãe devido ao significativo grau de desconhecimento da paternidade, como é feito em muitas pesquisas no país); Profissão; Gosto musical; Atividades de lazer.
Capital espacial:
Local do trabalho principal; Modo de deslocamento até o trabalho principal; Local da residência; Espaços de lazer frequentados; Espaços públicos frequentados; Modo de deslocamento até o espaço público.
Capital edílico:
Tipo da residência; Situação da residência; Quantidade de moradores; Quantidade de dormitórios; Quantidade de banheiros; Patrimônio familiar (posses de bens e contratação de serviços).
Apropriação do parque urbano:
Motivos pelos quais frequenta o espaço público; Tempo que frequenta; Frequência; Dias que frequenta; Tempo de permanência; Atividades praticadas; Contato social; Alimentação; Imagem do espaço.

Com o questionário finalizado, procedemos à sua validação aplicando-o entre voluntários, de tal forma que perguntas que apresentaram alguma dificuldade de resposta foram reelaboradas. Apenas quando todas as perguntas puderam ser respondidas sem qualquer dificuldade, fomos a campo aplicar o modelo final do questionário (Apêndice A). As coletas tiveram início junto ao mapeamento do Parque

e seguiram durante o ano de 2021 e 2022, a fim de cobrir todas as atividades observadas e que, por algum motivo, não foram contempladas nas quatro semanas de mapeamento.

Construção do indicador de capital arquitetônico

Antes de operacionalizarmos o conceito de capital arquitetônico através de um indicador, precisamos compreender o que é esse instrumento para não incorreremos no erro de reconhecê-lo como a própria realidade. Um indicador pode ser definido como uma medida quantitativa, utilizado com o objetivo de quantificar ou operacionalizar um conceito, e consiste em um recurso metodológico que busca fornecer informações sobre determinado aspecto ou dimensão da realidade social (JANUZZI, 2012). Para a pesquisa acadêmica, o indicador é a conexão entre o modelo explicativo e a evidência empírica, e não substitui o conceito social que busca operacionalizar, apenas o indica – é uma aproximação, isto é, um instrumento utilizado para que seja possível descrever e investigar determinado fenômeno.

Considerando que o capital arquitetônico é composto pelo capital espacial e pelo capital edifício, propomos a construção de um indicador para cada uma dessas espécies de capital. Para o indicador de capital espacial, utilizamos a PDAD-2021 como fonte de dados e para o indicador de capital edifício, utilizamos as respostas dos questionários. Enquanto para o primeiro, o grau de desagregação chegou na Unidade Territorial (UT), para o segundo foi possível calcular um valor para cada respondente. Tendo cada respondente identificado o local de moradia, transformado em UT, foi possível calcular o indicador de capital arquitetônico para cada pessoa que respondeu ao questionário. Os procedimentos detalhados para a construção de cada indicador serão detalhados no *Capítulo X*, onde também serão apresentados e discutidos os resultados parciais e finais de cada indicador.

A intenção inicial foi calcular o capital espacial, assim como o edifício, a partir das respostas do questionário. Com o Código de Endereçamento Postal (CEP), seria possível identificar o local de residência com maior precisão, o que permitiria inferir informações acerca do capital espacial de cada respondente com maior detalhe. O número de respondentes que preferiram não informar o CEP, no entanto, foi expressivo, o que pôde ser verificado somente após a coleta dos questionários. Tal situação nos levou a considerar outras fontes para a elaboração do capital espacial,

que se tornou possível a partir da identificação da UT da residência de cada um dos respondentes. Perdemos no detalhamento das informações, mas ganhamos na quantidade de questionários válidos.

Entre as fontes possíveis, o censo demográfico (IBGE) e a PDAD (Codeplan) seriam as mais adequadas pela confiabilidade e pela temática dos dados, uma vez que levantam informações arquitetônicas acerca do entorno dos domicílios. Dentre as bases de dados disponíveis no Brasil, elas são as mais desagregadas, melhor adequadas às nossas necessidades investigativas, é a que resulta do censo demográfico, cuja unidade territorial é o setor censitário. Além da confiabilidade e da maior desagregação, o censo permite sua utilização em outros contextos, o que implica análises comparativas entre municípios. Ainda que sua utilização seja vantajosa em diversos e importantes aspectos, o último censo demográfico com resultados disponíveis é o de 2010, mais de uma década passada. As mudanças nessa última década no país foram muitas, o que nos levou a considerar não o censo, mas a PDAD, com resultados referentes aos anos de 2021-2022. Perdemos em nível de agregabilidade, ganhamos em dados atualizados.

Quanto à dimensão dos fluxos (*Capítulo I*), consideramos importante para a composição do capital espacial de uma pessoa o grau de acessibilidade da localidade onde mora em relação a toda a cidade – a sua inserção no contexto urbano como um todo. Para tanto, a TSE nos brinda com as ferramentas necessárias. Entre as medidas sintáticas utilizadas para analisar a configuração urbana, destaca-se a Integração. A medida de Integração diz respeito à maior ou à menor acessibilidade de um segmento do espaço urbano, tendo como referência o número mínimo de inflexões de percurso entre um ponto e outro (HOLANDA, 2010). A Integração mede o quanto um segmento está próximo, em média, a todos os outros do sistema, e, portanto, sua maior ou menor probabilidade de ser o destino dos deslocamentos.

As medidas sintáticas podem ser analisadas na escala *global* ou *local*. A análise *global* (Rn) considera todas as conexões a partir de todos os segmentos do sistema, com R representando o raio, e n , o número de conexões (MEDEIROS, 2013). Quanto ao raio *local*, para a análise de segmentos, considera-se uma distância de x metros em qualquer direção a partir de determinado segmento. A partir do mapa de segmentos de Brasília, extraímos a Integração Global Angular Normalizada (NAIM) média de cada UT.

Ainda com relação aos *fluxos*, outra questão cara à composição do capital espacial está relacionada ao tempo de deslocamento entre a residência e o trabalho, que implica o domínio que a pessoa detém da cidade. Como já alertava Benjamin Franklin à sociedade americana do século XVIII: “Lembra-te que tempo é dinheiro” – a economia do relógio é equivalente à economia da moeda nas sociedades capitalistas (WEBER, 2012) – o tempo dispendido pelas pessoas em seus deslocamentos diários representa parte de seu capital espacial. A partir da PDAD 2021-2022, foi possível calcular o *tempo médio de deslocamento para o trabalho principal*.

Quanto à dimensão dos fixos, selecionamos informações disponíveis na PDAD-2021 acerca da infraestrutura urbana para a composição do indicador de capital espacial fixos. O indicador de capital edilício foi construído a partir das respostas dos questionários. Cabe destacar que, ainda que tenhamos utilizado a PDAD-2021 como fonte, o capital se refere ao sujeito, e não à região – refere às pessoas que moram em determinada região. Para esta pesquisa, o indicador de capital arquitetônico foi composto da seguinte forma (Quadro 5):

Quadro 5. Variáveis do indicador de capital arquitetônico.

CAPITAL ESPACIAL FLUXOS
Espaço (acessibilidade topológica – TSE)
CEFL01 NAIN (<i>Normalized Angular Integration</i>): medida de centralidade calculada a partir da análise angular global, que considera o ângulo das mudanças de direção
Tempo (PDAD-2021)
CEFL02 Tempo médio para o deslocamento até o trabalho principal
CAPITAL ESPACIAL FIXOS
Infraestrutura urbana (Fonte: PDAD 2021-2022)
CEFI01 Proporção de domicílios com abastecimento de água via rede geral (CAESB);
CEFI02 Proporção de domicílios com esgotamento sanitário via rede geral (CAESB);
CEFI03 Proporção de domicílios com abastecimento de energia elétrica via rede geral (CEB/Neoenergia);
CEFI04 Proporção de domicílios com recolhimento de lixo via coleta convencional direta (não seletiva);
CEFI05 Proporção de domicílios com recolhimento de lixo via coleta seletiva direta;
CEFI06 Proporção de domicílios com ruas com iluminação nas proximidades;
CEFI07 Proporção de domicílios com ruas asfaltadas/pavimentadas nas proximidades;
CEFI08 Proporção de domicílios com ruas com calçadas nas proximidades;
CEFI09 Proporção de domicílios com ruas com calçadas com ótima e boa qualidade nas proximidades;
CEFI10 Proporção de domicílios com ruas drenagem de água da chuva nas proximidades;
CEFI11 Proporção de domicílios sem ruas alagadas nas proximidades;
CEFI12 Proporção de domicílios sem ruas esburacadas nas proximidades;
CEFI13 Proporção de domicílios sem ruas com entulho nas proximidades;
CEFI14 Proporção de domicílios sem ruas com esgoto a céu aberto nas proximidades;
CEFI15 Proporção de domicílios com ponto de ônibus nas proximidades;
CEFI16 Proporção de domicílios com quadras esportivas;
CEFI17 Proporção de domicílios com Academia/ Ponto de Encontro Comunitário (PEC) nas proximidades;
CEFI18 Proporção de domicílios com praça nas proximidades;
CEFI19 Proporção de domicílios com travessia sinalizada para pedestres nas proximidades;
CEFI20 Proporção de domicílios com ciclovia/ciclofaixa nas proximidades;
CEFI21 Proporção de domicílios com jardins ou parques nas proximidades;
CEFI22 Proporção de domicílios com espaço cultural público nas proximidades;
CEFI23 Proporção de domicílios com ruas arborizadas nas proximidades.
CAPITAL EDILÍCIO
CED01 Situação do domicílio;
CED02 Número de quartos;
CED03 Número de banheiros;
CED04 Posse de área verde;
CED05 Posse de churrasqueira;
CED06 Posse de móveis planejados;
CED07 Posse de ar condicionado;
CED08 Posse de aquecimento solar;
CED09 Posse de sistema de segurança;
CED10 Posse de equipamentos de lazer do condomínio;
CED11 Posse de varanda;
CED12 Posse de piscina;
CED13 Posse de forro de gesso;
CED14 Posse de garagem coberta;

Tratamento e validação das informações coletadas

Tendo os questionários sido aplicados pessoalmente, o que significa que as informações foram coletadas fisicamente, optamos por transpô-las para uma estrutura digital, configurando uma base de dados passível de ser computada e analisada. Construímos um formulário eletrônico utilizando a ferramenta *Google Forms* e passamos todos os questionários físicos para o modo digital.

Procuramos elaborar questões com respostas únicas, o que nem sempre possível. Nos casos de respostas abertas ou de respostas com múltiplas marcações, foi necessário efetuar alguns ajustes. Nas questões relacionadas às informações geográficas, como *14. Onde você mora? Cidade/Bairro; Setor/Quadra*, por exemplo, a granularidade dos endereços associada às possibilidades ofertadas pelos campos abertos levaram a uma multiplicidade de entendimento e preenchimentos que inviabilizou uma transcrição direta das respostas. Como solução operacional, criamos a categoria Unidade Territorial (UT), que representa todas as unidades territoriais utilizadas pela PDAD-2021, sendo incluídas todas as regiões administrativas de Brasília mais subdivisões que existem dentro de algumas delas. Consideramos como unidade territorial cada uma dessas localidades, o que resultou em 49 Unidades Territoriais (UTs) mais Brasília (Tabela 2).

Tabela 2. Unidades Territoriais (UTs).

Código	UT
0	Brasília
1	Plano Piloto
1a	Asa Sul
1b	Asa Norte
1c	Noroeste
1d	Demais localidades
2	Gama
3	Taguatinga
3a	Taguatinga Consolidada
3b	Primavera
4	Brazlândia
5	Sobradinho
6	Planaltina
6a	Planaltina Consolidada
6b	Arapoanga
7	Paranoá
8	Núcleo Bandeirante
9	Ceilândia

10	Guará
11	Cruzeiro
12	Samambaia
13	Santa Maria
14	São Sebastião
14a	SB Consolidado
14b	Morro da Cruz
15	Recanto das Emas
16	Lago Sul
17	Riacho Fundo
18	Lago Norte
19	Candangolândia
20	Águas Claras
21	Riacho Fundo II
22	Sudoeste/Octogonal
23	Varjão
24	Park Way
25	SCIA/Estrutural
25a	SCIA Consolidado
25b	Santa Luzia
26	Sobradinho II
27	Jardim Botânico
27a	JB Consolidado
27b	Jardins Mangueiral
28	Itapoã
29	SIA
30	Vicente Pires
30a	Vicente Pires Consolidado
30b	26 de Setembro
31	Fercal
32	Sol Nascente/Pôr do Sol
33	Arniqueira

No caso das questões que permitiam múltiplas marcações, como 19. *Quais dos seguintes itens/serviços estão presentes na sua moradia?* ou 20. *Marque até 05 (cinco) estilos musicais preferidos?*, que buscavam investigar o capital edílico e os gostos, foi necessário um tratamento mais complexo, no qual cada opção marcada precisou ser interpretada como uma questão independente. Para as variáveis de gosto musical, por exemplo, procedemos da seguinte forma: *Gosta de axé? Sim ou não. Gosta de MPB? Sim ou não. Gosta de rock? Sim ou não.* Na base de dados, criamos variáveis *dummies*, nas quais a resposta *sim* equivale ao número 1 e a resposta *não* equivale ao número 0.

As transformações necessárias na estrutura do questionário levaram à configuração de uma base de dados com 189 colunas (questões) e 462 linhas (respondentes).

Análise das informações

As análises das informações provenientes dos questionários foram procedidas de duas formas: (i) apreciação de estatísticas descritivas, nas quais privilegamos as distribuições das pessoas por *Ponto de Interesse*, buscando evidenciar as distintas apropriações do Parque da Cidade por públicos com distintos capitais, apresentadas e discutidas no *Capítulo IX*; e (ii) construção de um indicador de capital arquitetônico, composto por um indicador de capital espacial e um indicador de capital edilício, apresentados e discutidos no *Capítulo X*.

Ainda sobre o Método

Cabe destacar a dificuldade de analisar o Parque da Cidade como um todo considerando toda a sua extensão, o grande público que recebe e as diversas atividades que acontecem em seus espaços. Por esse motivo, optamos, como parte do Método, por selecionar pontos geográficos do Parque a fim de ampliar nosso olhar e procedermos a uma análise mais detalhada de cada um desses pontos que chamamos de *Ponto de Interesse*, que mais se aproximam a porções de áreas do Parque (Quadro 6; Figura 118).

Quadro 6. *Pontos de Interesse* do Parque da Cidade.

Parque Ana Lúcia
Nicolândia
Quiosque do Atleta
Castelinho
Pavilhão
Pedalinho
Praça das Fontes
Bosques
Quadras
Piscina com Ondas

Importante esclarecer que nas estatísticas aqui apresentadas, os *Pontos de Interesse* podem não indicar uma localização exata, tal qual sugere a figura matemática do ponto, mas uma região difusa que pode se estabelecer ao redor de um ponto principal. Tal situação refere, por exemplo, ao caso do *Quiosque do Atleta*, que não se limita aos domínios do clássico ponto de encontro dos corredores de Brasília, mas apreende uma região em que se reúnem diversos quiosques de alimentação, tendas de massagens, vendedores ambulantes de comidas, bebidas e brinquedos. Por outro lado, o *Parque Ana Lúcia*, inteiramente delimitado por suas cercas, entre as quais foram coletados os questionários, se caracteriza como uma região claramente demarcada. Diferente, também, do *Ponto de Interesse Nicolândia* que, por ser ainda mais delimitado (fechado e privado), teve sua coleta de informações restrita à fila de entrada, do lado de fora.

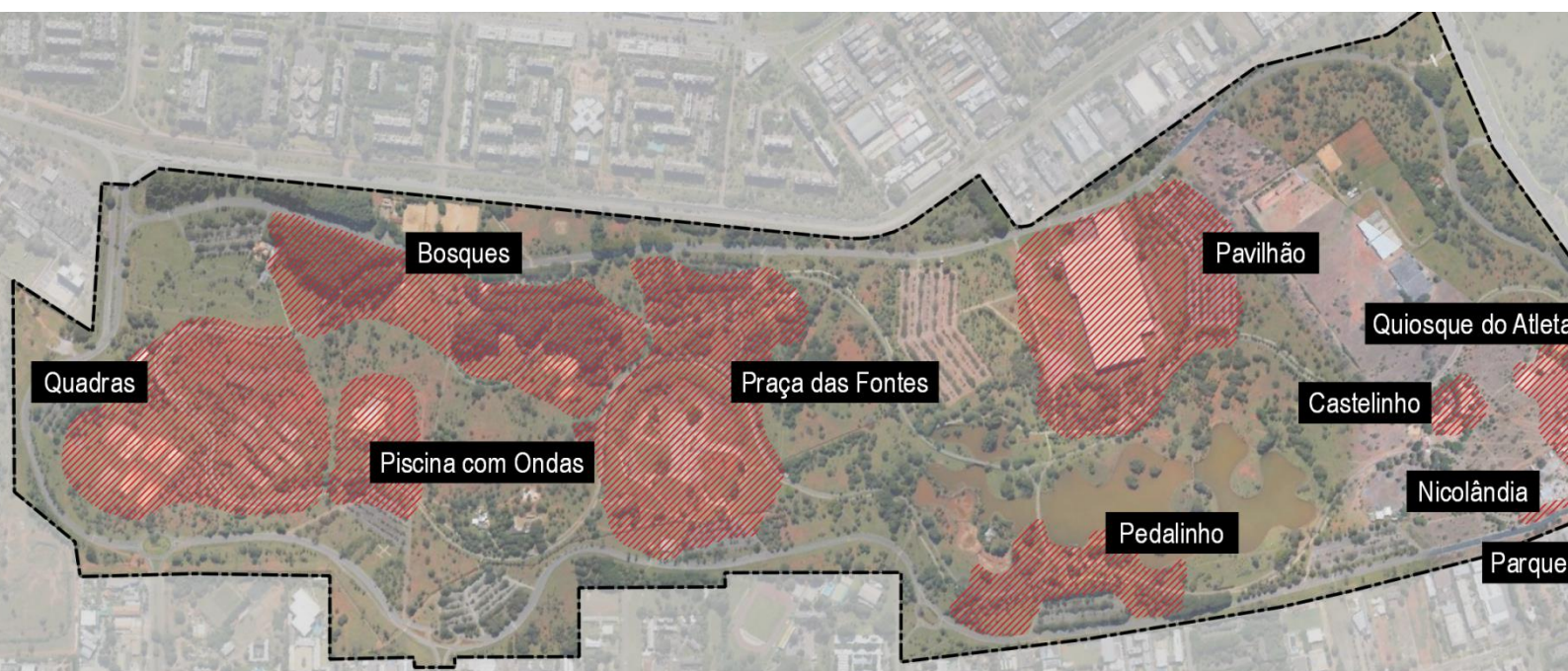


Figura 118. *Pontos de Interesse* do Parque da Cidade.

CAPÍTULO V

O PARQUE DA CIDADE NA CIDADE PARQUE

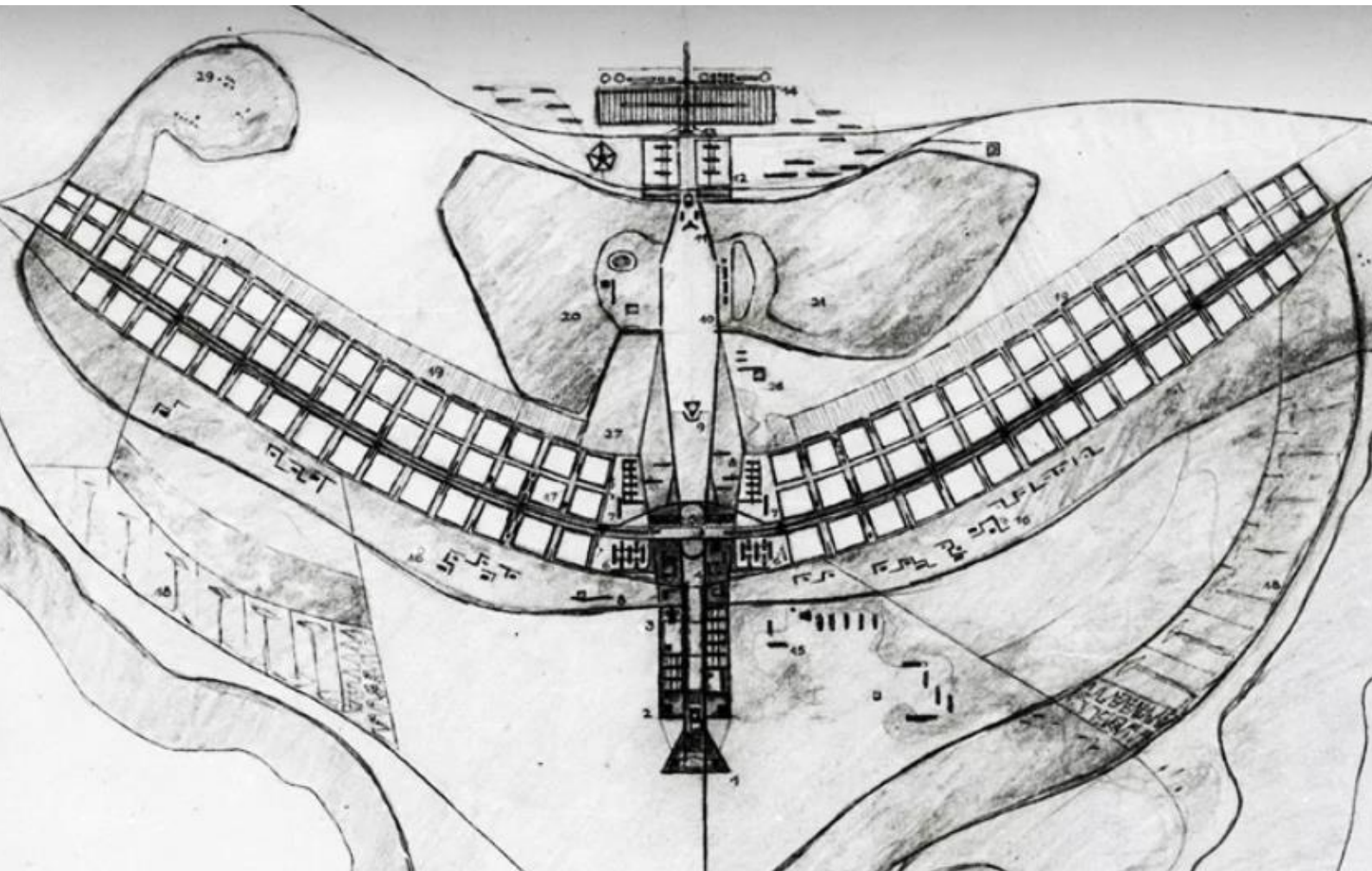


Figura 119. Croqui de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília. Legenda: 9. Torre radioemissora; 10. Setor esportivo; 11. Praça da Municipalidade; 20. Jardim Botânico; 21. Jardim Zoológico; 26. Sociedade hípica; 27. Área destinada a feiras, circos etc. Fonte: shorturl.at/afm58.

12. O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre radioemissora, [...]. De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro o hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões (COSTA, 1957).

Ainda na concepção do Plano Piloto, Lucio Costa reservou duas grandes áreas, uma a oeste da Asa Sul, e outra a oeste da Asa Norte, que deveriam abrigar o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, respectivamente (Figura 119). Contíguos a esses dois equipamentos estariam o estádio e o hipódromo, compondo o setor esportivo, que

ocuparia o espaço entre a praça da municipalidade, a Praça do Buriti, e a torre radioemissora, a Torre de TV (Figura 120; Figura 121).



Figura 120. Torre de TV – vista para onde deveria ter sido implantada a hípica e o Jardim Zoológico.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 121. Praça do Buriti – Palácio do Buriti, sede do GDF, à esquerda, e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, à direita; ao fundo, a Torre de TV (1970). Fonte: Tanure (2007).

O Jardim Zoológico foi construído em local diferente do previsto originalmente por Lucio Costa, na região da Candangolândia, vizinha ao Plano Piloto. O Jardim

Botânico também acabou ocupando área fora do Plano Piloto, no Lago Sul, região nobre de Brasília. O setor esportivo ficou concentrado na Asa Norte, no local inicialmente destinado ao hipódromo – nomeado à época de Complexo Poliesportivo Presidente Médici, foi renomeado, em 1996, para Complexo Poliesportivo Ayrton Senna. Ao concentrar o setor esportivo na Asa Norte, a área verde da Asa Sul resultou ainda maior. Foi nessa imensa área que, anos mais tarde, passaria a ocupar um dos maiores parques urbanos do mundo: o Parque da Cidade.

Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira, (i) *O projeto do Parque da Cidade*, aborda o processo de criação do Parque e o projeto paisagístico desenvolvido por Burle Marx e equipe. A segunda seção, (ii) *O Parque da Cidade hoje*, discorre acerca da situação do Parque, permanências e impermanências nessas mais de quatro décadas de vida, e sua inserção na cidade hoje.

O projeto do Parque da Cidade

O Parque da Cidade foi inaugurado em 1978, mas sua história tem início alguns anos antes. Entre o final dos anos 1960 e começo dos 1970, a imensa área verde a leste da Asa Sul seguia desocupada, mas em uma pequena porção próxima à Torre de TV (torre radioemissora mencionada no Relatório do Plano Piloto), onde Lucio Costa havia destinado a feiras, circos etc. (item 27 do croqui), germinava a semente que daria início ao Parque da Cidade: o parque da Torre, um parque infantil conhecido dos brasilienses por esse nome devido à sua proximidade com a Torre. Próximo a esse parque infantil, também havia um bosque de pinheiros, utilizado para acampamentos (Figura 122), e uma área que recebia os eventos itinerantes que passavam pela cidade, como circos e parques de diversões.



Figura 122. Bosque de pinheiros, utilizado para acampamento (1977). Fonte: Tanure (2007).

Em 1971, no local do parque da Torre, foi inaugurado o Parque Iolanda Costa e Silva. Diferente dos bancos de areias com balanços e escorregadores das superquadras do Plano Piloto, o novo parque infantil, nomeado em homenagem à esposa do presidente ditador Artur da Costa e Silva, falecida dois anos antes, trazia brinquedos inovadores que despertavam a imaginação das crianças. O parque infantil foi um sucesso desde o início e atraía famílias de todas as partes de Brasília, não apenas do Plano Piloto, como relatam brasilienses que o viram nascer. Em 1973, o Parque Iolanda Costa e Silva passou a se chamar Parque Ana Lúcia, em homenagem a uma de suas frequentadoras.

Com o desenvolvimento do parque infantil e dos eventos itinerantes, nessa porção próxima ao Eixo Monumental, o Departamento de Turismo (DETUR) e o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), da Secretaria de Viação e Obras (SVO), propuseram a criação do Parque Recreativo de Brasília. O DAU/SVO elaborou um memorial com um programa de atividades para o desenvolvimento do projeto paisagístico, que ficou a cargo da empresa Burle Marx & Cia Ltda (DISTRITO FEDERAL, 2008). O projeto foi elaborado por Burle Marx, Haruyoshi Onu e José Tabacow, e trouxe elementos do movimento moderno no paisagismo, como formas mais geométricas, rede de caminhos conectando os diversos equipamentos de forma mais direta, desenho da água mais assimétrico, divisão do parque em zonas funcionais, elementos construídos (jardineiras, fontes, anfiteatros, pisos elaborados etc.) (MACEDO; SAKATA, 2021).

Ainda que os dois equipamentos pensados originalmente por Lucio Costa para ocupar as grandes áreas a leste do Plano Piloto, o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, tenham sido implantados em outras regiões de Brasília, o Plano Piloto permaneceu com seus imensos pulmões no mesmo lugar: o Parque da Cidade, na Asa Sul, inaugurado em 1978, e o Parque Ecológico Burle Marx, na Asa Norte, criado em 1990, como Parque Ecológico Norte, recategorizado diversas vezes, e ainda em fase de implantação (Figura 123).

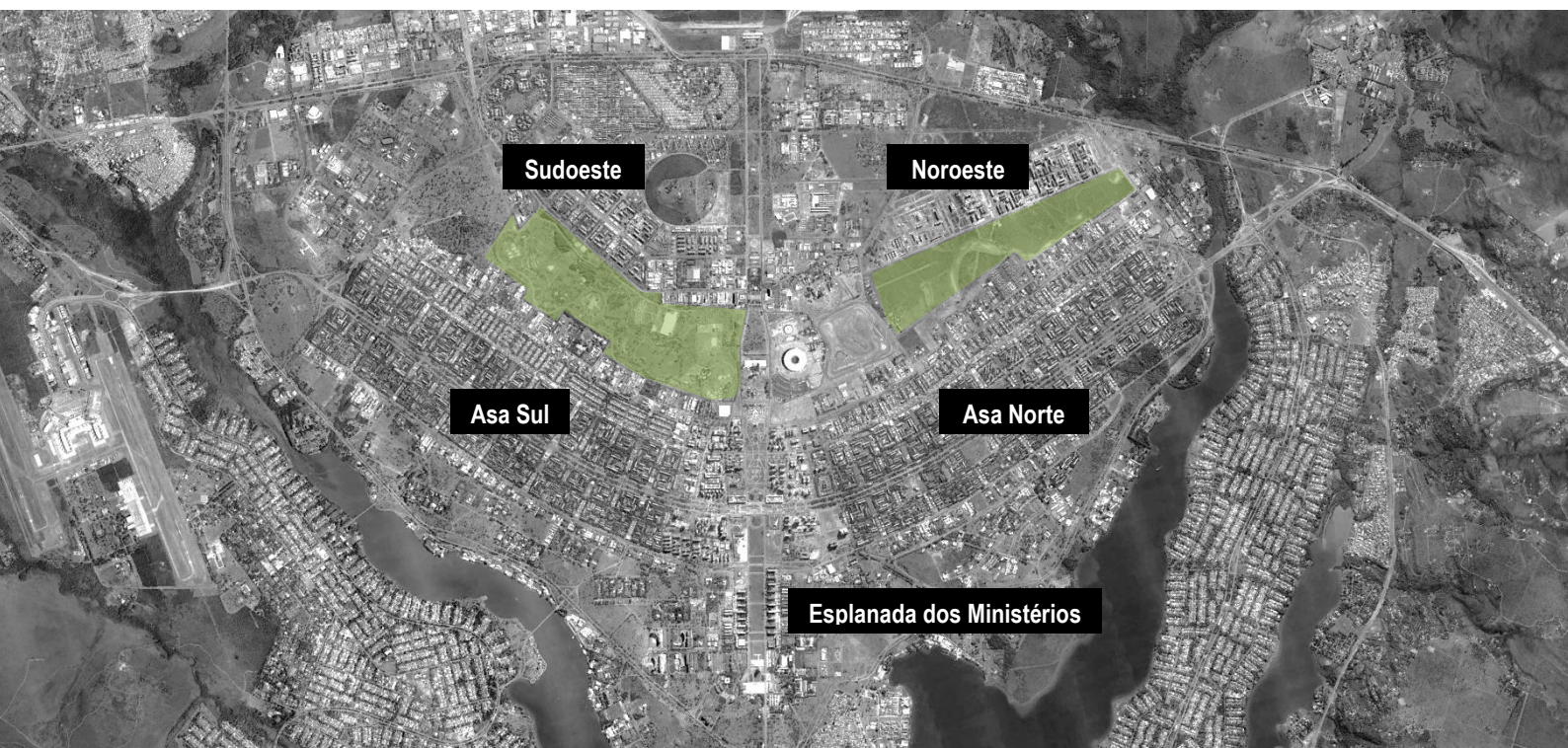


Figura 123. Plano Piloto de Brasília. Parque da Cidade e Parque Ecológico Burle Marx em destaque (2023). Fonte: Elaborado a partir de imagem satélite do Google Earth.

O projeto de Burle Marx pretendia proporcionar a Brasília “uma área de lazer de dimensões correspondentes à sua grandeza e ao seu caráter” (BURLE MARX, 1978; Figura 124). O Parque da Cidade, como ficou conhecido desde o princípio, deveria contar com equipamentos recreativos, agrupados por tipos de atividades, sendo responsável por proporcionar intenso convívio com grandes aglomerações, ao mesmo tempo em que seria capaz de abrigar atividades mais contemplativas e individuais. O paisagismo seria responsável por garantir a fluidez entre os espaços, de forma que as diversas atividades pudessem acontecer sem prejudicar-se entre si.



Figura 124. Pannel do projeto de Burle Marx e equipe para o Parque da Cidade, apresentado na Bienal de Veneza. Fonte: Tanure (2007).

O paisagista compreendia o trabalho que deveria ser empreendido por diversos profissionais para a concretização do Parque e que, por maior que fosse o desejo de vê-lo pronto, sua “verdadeira feição” apenas surgiria com anos de dedicação – a população poderia vivenciar o “decurso da obra”, o desenvolvimento de uma simples muda em seus jardins (BURLE MARX, 1978).

Zoneamento

O projeto do Parque da Cidade previu equipamentos sociais e de lazer, agrupados de acordo com o tipo de atividades. A partir desse agrupamento, foram delimitadas cinco Zonas: (i) a Zona Administrativa, onde ficariam as edificações destinadas à administração e ao controle do Parque, além de equipamentos de recreação coletiva; (ii) a Zona da Feira dos Estados, com programação específica e eventual conexão com o restante do Parque; (iii) a Zona do Lago, que corresponderia ao entorno do lago artificial a ser construído; (iv) a Zona Cultural, com equipamentos

sociais e culturais; e, (v) a Zona Esportiva, com equipamentos destinados a diversas práticas esportivas (Figura 125).

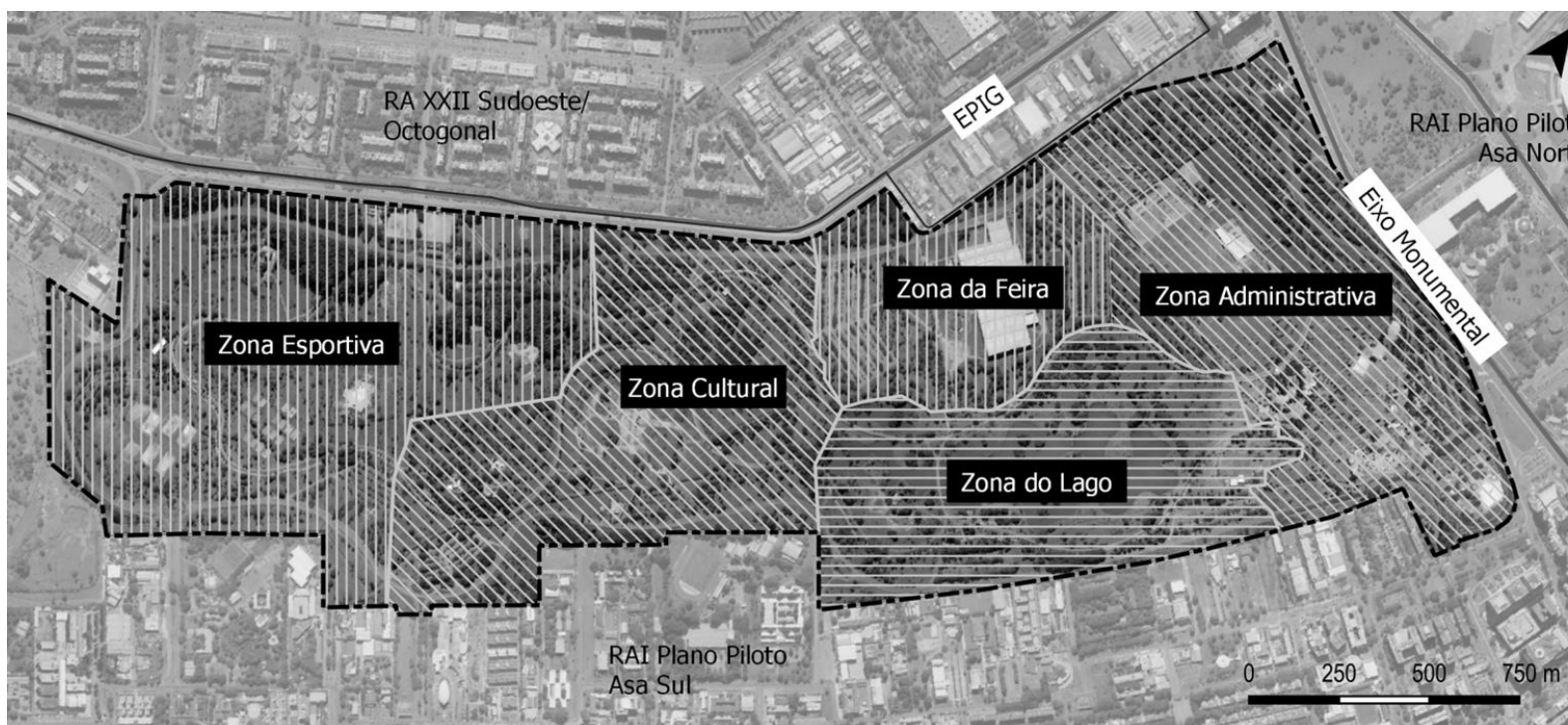


Figura 125. Zoneamento do Parque da Cidade, conforme projeto de Burle Marx e equipe. Fonte: Elaboração própria.

A Zona Administrativa, mais próxima ao Eixo Monumental, deveria abrigar as edificações destinadas à administração, ao atendimento dos visitantes, como informações turísticas e ambulatório, e às instalações próprias à manutenção, como alojamento, depósitos e almoxarifado. Além das construções administrativas e de apoio ao funcionamento do Parque, também foram previstas áreas pavimentadas para a recreação coletiva, o que incluía o parque de diversões, o circo e uma área coberta para atividades diversas, garantindo o uso também durante o período chuvoso na cidade (BURLE MARX, 1978). O reservatório da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), responsável pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário da cidade, mencionado por Burle Marx, existia previamente ao projeto do Parque da Cidade e ficou dentro de seus limites (Figura 126).



Figura 126. Eixo Monumental, em primeiro plano; reservatório da Caesb no canto superior direito (1976). Fonte: Tanure (2007).

Ao lado da Zona Administrativa, estariam a Zona da Feira dos Estados e a Zona do Lago. A primeira deveria se caracterizar por sua especificidade e autonomia de funcionamento, uma vez que teria pouca vinculação com o restante do Parque. Por esse motivo, o acesso poderia ser feito direto pelo anel externo que contornaria todo o Parque, sem necessidade de circular pelo seu interior, e contaria com dois estacionamentos próximos. O paisagismo se limitou a definir três ligações com o restante do Parque, além de delimitar a Zona com vegetação em sua periferia (BURLE MARX, 1978).

Na sequência, estaria a Zona do Lago, que circundaria o lago artificial proposto por Burle Marx (Figura 127; Figura 128). O lago foi dividido em duas partes com um desnível de três metros, em decorrência do relevo e para evitar movimentação de terra. Entre um nível e outro, deveria haver uma passarela de uma margem à outra do lago, com largura suficiente para a circulação de duas pessoas. Pensado não apenas para compor a paisagem ou contribuir para o microclima local, o lago deveria ser destinado também ao uso recreativo, com a presença de barcos e de pedalinhos. Ao redor do lago, áreas de estar e de piquenique se formariam nos gramados. O desenho do lago foi pensado de tal forma que ilhas fossem criadas – uma delas grande o suficiente para a implantação de um restaurante, as demais deveriam abrigar plantas aquáticas (BURLE MARX, 1978).



Figura 127. Lago do Parque da Cidade, com pedalinhos. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 128. Lago do Parque da Cidade, com pedalinhos. Fonte: Histórias de Brasília.

Logo após a Feira dos Estados e a Zona do Lago, uma área de grande complexidade daria forma à Zona Cultural. Uma grande praça, com restaurante, ripado, fontes e espelhos d'água, e circundada por áreas de estar e piquenique, seria o coração do Parque: a Praça das Fontes (Figura 129; Figura 130). Segundo Burle Marx, a Praça se caracterizaria como “local de encontro por excelência”, onde o grande público se reuniria – não à toa, foi o local escolhido para a cerimônia de inauguração do Parque da Cidade. O desenho da Praça, com sua forma aproximadamente circular, previa canteiros em diferentes níveis, escalonados junto com escadas d'água e espelhos d'água. Nos bosques ao redor, estaria a maior parte das áreas de estar, piquenique, churrasqueiras, o que possibilitaria opções de lazer

mais íntimo. Fora da Praça das Fontes, a Zona Cultural contaria também com construções próprias a eventos culturais, como teatros e cinemas (BURLE MARX, 1978).



Figura 129. Praça das Fontes (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 130. O ripado idealizado por Burle Marx para a Praça das Fontes, mas que não chegou a ser executado, seria algo semelhante, ainda ao já executado no Rio de Janeiro, no atual Sítio Roberto Burle Marx (Tanure, 2007). Fonte: shorturl.at/cDQWZ.

A última Zona do Parque, no extremo oposto do Eixo Monumental e da Zona Administrativa, deveria ser destinada aos esportes. A Zona Esportiva foi subdividida em três setores, em consonância com as atividades esportivas que abrigaria: (i) kartódromo, afastado do conjunto e isolado por uma densa faixa de vegetação; (ii) jogos coletivos, como futebol, vôlei, basquete e bocha, e também a piscina; (iii) e, por fim, campos de aerodelismo e um lago para modelismo naval (BURLE MARX, 1978).

Equipamentos de uso geral, como lanchonetes e sanitários, foram distribuídos por toda a extensão do Parque, sempre considerando locais de passagem das pessoas, como os pontos de parada do trenzinho (a ser discutido na seção *Sistema Viário*), que foram distribuídos equitativamente a distâncias similares uns dos outros, sempre próximos aos estacionamentos (Figura 131). A distribuição dos parques infantis também seguiu a mesma lógica, uma vez que foram pensados independentes das funções mais específicas de cada Zona (BURLE MARX, 1978).



Figura 131. Construção que abriga o ponto de parada do trenzinho e os sanitários, ao fundo – no dia da cerimônia de inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Apesar do zoneamento proposto, Burle Marx deixa evidente sua intenção de que as Zonas não fossem estanques. Para o paisagista, a divisão em zonas se justificava por questões operacionais e de forma a promover maior conforto aos usuários – áreas com atividades coletivas sem intervir em áreas com atividades mais individuais, por exemplo. Dessa forma, atividades mais introspectivas poderiam ocorrer simultaneamente a atividades de maior movimento, contribuindo para o uso constante do Parque. Na intenção de não criar zonas isoladas, o paisagismo e o sistema viário teriam papel fundamental na integração visual e funcional do Parque (BURLE MARX, 1978).

Sistema viário

Ao redor do Parque, foi previsto um anel externo, com asfalto, destinado ao tráfego de automóveis. Esse anel deveria se conectar com a cidade em quatro pontos: um, no Eixo Monumental, que seria o acesso principal do Parque, outro, na Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG), e mais dois, que fariam a conexão com a Asa Sul

pela via W5. Enquanto esses acessos teriam entrada e saída separadas, no interior do Parque, a via deveria ser única, sem separação por canteiro – quatro faixas no total, duas em cada direção, computando 14 metros de largura. Os automóveis circulariam apenas por esse anel externo, e poderiam estacionar no estacionamento mais próximo ao seu destino (BURLE MARX, 1978).

Uma vez no Parque, a circulação poderia ser feita a pé ou através do coletivo do Parque. O trenzinho, como ficou conhecido o coletivo, circularia por um anel interno, também asfaltado, que conectaria as diversas edificações e equipamentos (Figura 132). Próximo a cada estacionamento, haveria uma parada do trenzinho para que as pessoas pudessem embarcar logo que saíssem de seus automóveis. Além do anel interno, que deveria contornar todo o Parque, circuitos circulares menores foram pensados para diminuir a distância e o tempo entre os destinos desejados. Para Burle Marx, circular pelo Parque no trenzinho iria além do simples deslocamento de um ponto a outro, seria ele próprio uma atração (BURLE MARX, 1978).



Figura 132. O trenzinho – coletivo que fazia a circulação interna do Parque da Cidade. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

No Parque, além do anel externo, destinado aos automóveis, e dos anéis internos, destinados ao trenzinho, haveria os caminhos de pedestres, percursos sinuosos e ramificados, que deveriam conectar os inúmeros ambientes e atividades previstos no projeto. Diferentes da pavimentação em asfalto dos automóveis e do trenzinho, os caminhos dos pedestres deveriam ser feitos em concreto, conforme especificado por Burle Marx (BURLE MARX, 1978).

Paisagismo

Quanto ao projeto paisagístico, Burle Marx deixa evidente o papel da vegetação na criação dos diversos ambientes do Parque, que deveria assegurar fluidez entre espaços de grande concentração de pessoas e outros mais calmos. A vegetação foi pensada de forma a compor a paisagem, e também com o objetivo de amenizar o clima quente e seco da nova capital, contribuindo com sombras e proteção do solo exposto (BURLE MARX, 1978).

Preocupação constante de Burle Marx em seus projetos paisagísticos, a manutenção da vegetação nativa e da paisagem natural também esteve presente na concepção do Parque da Cidade – desde que não fosse um problema para a instalação dos equipamentos e edifícios. Ainda assim, compreendendo as características das espécies do Cerrado, que perdem suas folhas no inverno seco, o paisagista teve a preocupação de garantir sombras com espécies de folhagem perene, que mantêm suas folhas durante todo o ano (BURLE MARX, 1978).

O Parque da Cidade Hoje

O Parque da Cidade foi inaugurado em 11 de outubro de 1978, mas só no dia seguinte foi aberto ao público (12/10/1978), feriado de Nossa Senhora Aparecida e Dia das Crianças. O ato de inauguração, que teve à frente o presidente ditador Ernesto Geisel e o então governador do Distrito Federal Elmo Serejo Farias, ocorreu na Praça das Fontes, idealizada por Burle Marx como o coração do Parque e o local de encontro por excelência, que foi tomada por um mar de gente. Em seu pronunciamento, Geisel afirmou que o Parque da Cidade, então Parque Recreativo Rogério Pithon Farias, em homenagem ao filho do então governador, era “[...] do povo, foi feito com dinheiro do povo, e para que o povo usufrua. Que ele sirva à sua finalidade” (Correio Braziliense, edição de 12/10/1978) – desde que o povo respeitasse os mandos e desmandos da ditadura militar.

Um novo espaço público estava disponível para a população de Brasília. Além dos clubes privados, os jovens tinham agora as quadras poliesportivas do Parque da Cidade. Além dos tanques de areia com balanços e escorregadores das superquadras, as crianças agora poderiam passar horas nos parques infantis do

Parque enquanto as churrasqueiras e os gramados eram ocupados por suas famílias. Os brasilienses agora contavam com uma piscina com ondas no centro da cidade. Brasília inaugurava um parque urbano digno de uma capital federal e que, desde o princípio, como relatam seus frequentadores mais antigos, recebia brasilienses das diversas regiões da cidade, não somente do Plano Piloto.

Ainda que seja motivo de exaltação a efetiva construção e inauguração do Parque da Cidade, não podemos ignorar que muito do que foi pensado por Burle Marx não foi executado da forma como deveria ter sido, o que rendeu profundas críticas do próprio paisagista. Insatisfeito com alterações em alguns de seus projetos em Brasília, inclusive com a execução do Parque da Cidade, Burle Marx publicou um texto de sua autoria no Jornal de Brasília seis meses após a inauguração do Parque, em 07 de abril de 1979. Para o paisagista, o projeto havia sido deturpado, e deixou evidente que não havia sido consultado em nenhum momento sobre as alterações:

Venho a público manifestar minha decepção com o que aconteceu com meus últimos projetos para Brasília. Sob o governo de Elmo Serejo Farias, sendo secretário de obras o Dr. José Reinaldo Tavares, meu projeto para o Parque Recreativo Rogério Pithon Farias foi totalmente deturpado pela inépcia dos que o executaram. Os prazos políticos para a inauguração, a falta de fiscalização adequada e a impossibilidade de acompanhar o ritmo vertiginoso e irreal da execução criaram um monstro cheio de falhas, incompreensões, e interpretações equivocadas. Prova inequívoca dessas minhas declarações são os buracos do mini-golf, incompreensivelmente fechados com ralos como se fossem simples drenagens.

Minha decepção não foi menor com os jardins do Teatro Nacional. A vegetação utilizada está completamente fora da especificação do meu projeto e causa-me admiração a irresponsabilidade e falta de compromisso com que o Departamento de Parques e Jardins executou.

Causa espanto a constatação da leviandade com que certos governantes manejam verbas que são dinheiro do povo, devendo a ele retornar sob a forma de benefícios e não ser desbaratado para atender a vaidades políticas pessoais.

São as casas de bombas da Praça das Fontes, interferindo na composição dos muros quando poderiam ser totalmente embutidas; são as plantas colocadas de maneira indiscriminada, sem qualquer compromisso com o projeto, são as áreas de seixos rolados, arbitrariamente suprimidas da composição, são as superfícies de concreto, que deveriam ser aparentes e foram pintadas com as cores mais vulgares como tentativa de esconder os defeitos de uma obra mal executada e uma infinidade de outras modificações que tornaram irreconhecível um projeto estudado com todo cuidado. Importante acentuar que jamais me foi solicitada uma visita de fiscalização, apesar de elas estarem previstas em meu contrato (Burle Marx, em Jornal de Brasília, 07/04/1978, *apud* Tanure, 2007).

Mais de 40 anos se passaram desde a inauguração do Parque da Cidade e tantas outras alterações ocorreram ao longo desses anos. O próprio nome foi alterado em 1997, quando passou a se chamar Parque Dona Sarah Kubitschek, em

homenagem à primeira dama, esposa do presidente Juscelino Kubitscheck, por meio da Lei Distrital n. 1.410, de 18/03/1997, embora continue sendo chamado pelos brasilienses apenas de Parque da Cidade, inclusive em muitos documentos oficiais.

O Parque e a Cidade

O Parque da Cidade, com aproximadamente 400,0 hectares¹², está localizado a pouco mais de 1,0 km de distância do centro funcional de Brasília, a Rodoviária do Plano Piloto (Figura 133). A proximidade com os setores centrais e com a Esplanada dos Ministérios coloca o Parque próximo a milhares de postos de trabalho que atraem pessoas de toda a área metropolitana diariamente – são empregos voltados ao serviço público, mas também ao comércio e à prestação de serviços. Nos setores centrais, estão localizados equipamentos culturais, sedes de bancos, empresas públicas e privadas, shoppings, hotéis etc. No canteiro central do Eixo Monumental, diversos equipamentos culturais estão espalhados por seus gramados, além dos edifícios do GDF e da Câmara Legislativa, na Praça do Buriti. Do outro lado do Eixo Monumental, na Asa Norte, está o Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, onde foi construído o novo Estádio Nacional Mané Garrincha para sediar os jogos de futebol da Copa do Mundo de 2014, junto com outros equipamentos esportivos.

¹² No MDE 036/0, consta que a área do Parque da Cidade resulta em 391,61 hectares, considerando o lote da CAESB. A poligonal que consta no GeoPortal (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação– SEDUH) resulta em 374,17 hectares, enquanto a poligonal do SISDIA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA) resulta em 395,18 hectares.

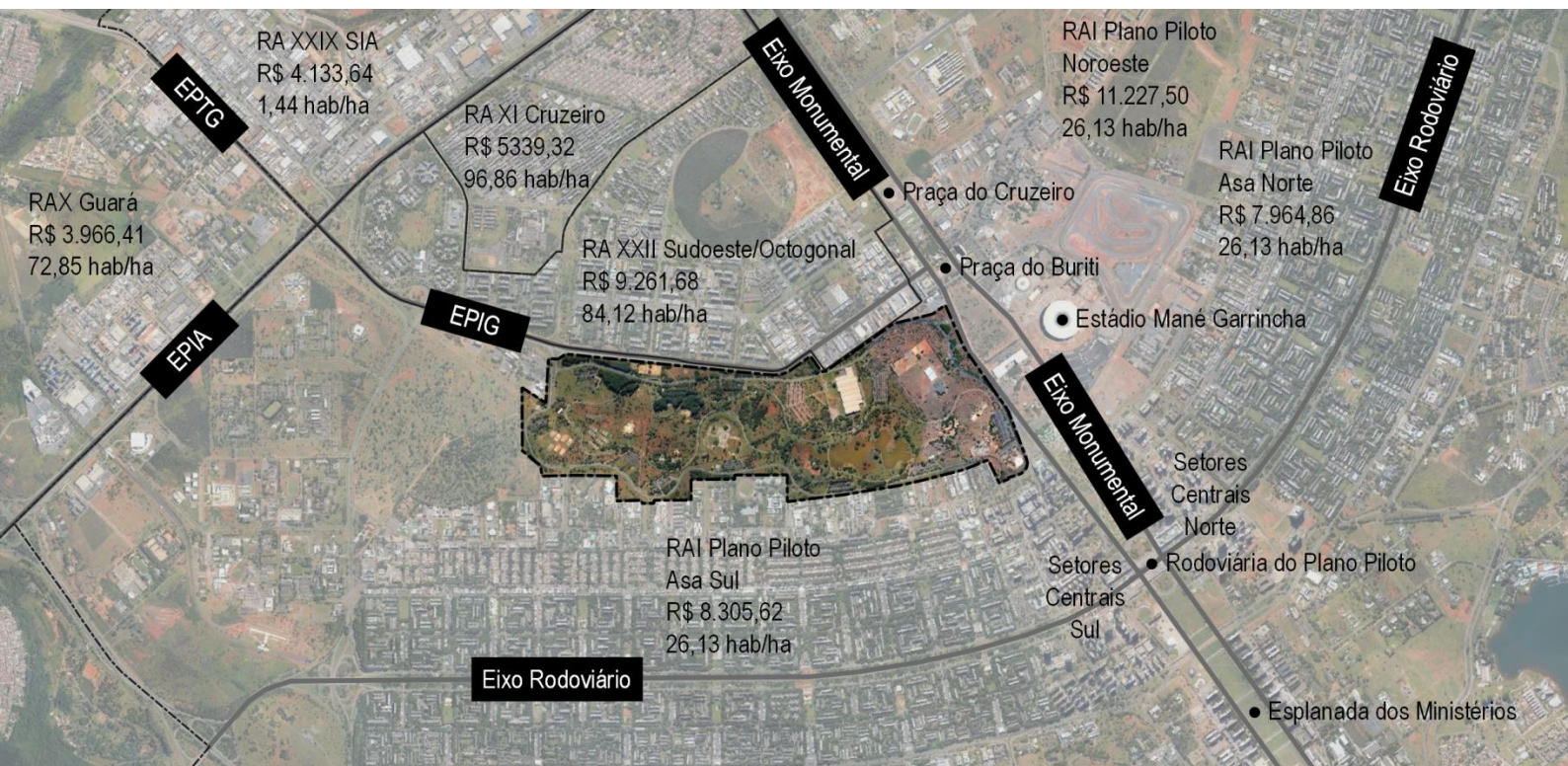


Figura 133. Localização do Parque da Cidade, com indicação de rendimento mensal *per capita* e densidade das RAs vizinhas. Fonte: Elaboração própria a partir da PDAD-2021 (CODEPLAN, 2022).

O Parque está inserido entre bairros predominantemente residenciais de média e alta renda (Asa Sul, Asa Norte, Sudoeste, Noroeste e Cruzeiro), com ocupações que resultam em baixas densidades urbanas. No Cruzeiro, a densidade resulta em 96,86 hab./ha, o que a coloca entre as maiores de Brasília, enquanto no Plano Piloto (Asa Sul, Asa Norte e Noroeste), fica em apenas 26,13 hab./ha, uma das menores. No Sudoeste, a densidade urbana resulta em 84,12 hab./ha. Ainda que Sudoeste e Cruzeiro estejam entre as dez regiões com maiores densidades urbanas de Brasília, são valores ainda baixos. A relação cotidiana com o Parque da Cidade é para os poucos que moram próximos.

Próximo às superquadras, e seus gramados, além dos generosos canteiros do Eixo Rodoviário e do Eixo Monumental, o que inclui a Esplanada dos Ministérios, o Parque da Cidade está rodeado de áreas verdes livres. O Plano Piloto também conta com outros parques, como o Parque Ecológico da Asa Sul, no bairro de mesmo nome, e o Parque Ecológico Olhos d'Água, na Asa Norte. São parques bem menores que o Parque da Cidade, com aproximadamente 22,0 ha e 25,0 ha, respectivamente, e com abrangência na escala do bairro. Por outro lado, o Parque Ecológico Burle Marx possui aproximadamente 280,0 ha e potencial para se tornar um parque com abrangência

regional, mas seu caráter ecológico reserva a intensa vitalidade urbana ao Parque da Cidade. Por mais que seja uma região com extensas e inúmeras áreas verdes livres, nenhuma se aproxima ao que o Parque da Cidade representa – nem mesmo outros parques localizados em outras regiões de Brasília.

O Eixo Monumental e a EPIG são as vias que fazem limites com o Parque e desempenham um importante papel para o transporte público. Por essas vias, passam dezenas de linhas de ônibus diariamente. No Eixo Monumental, está a Rodoviária do Plano Piloto, onde também chega o BRT, vindo de Santa Maria e do Gama, na extremidade sudoeste de Brasília, e o Metrô, vindo de Ceilândia e Samambaia, extremidade oeste.

Apesar de não estar localizado no centro morfológico, o Parque está a pouco menos de 4,0 km de distância da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), via mais integrada de Brasília e da área metropolitana, que se conecta diretamente ao Eixo Monumental (Figura 134). Dois de seus acessos, inclusive o principal, estão voltados para vias com altos valores de integração global, como é o caso do Eixo Monumental e da EPIG, o que significa que, por essas vias, o acesso é facilitado ao considerar todas as demais localidades de Brasília ou da área metropolitana. O mesmo não ocorre com os outros quatro acessos que conectam o Parque à Asa Sul, e que desembocam na W5 Sul, via com baixa integração global. Ainda que não sejam todos os acessos, o Parque se conecta a vias bem integradas, além da proximidade com a EPIA, o que contribui para o alcance por automóvel de pessoas de todas as regiões da cidade e dos municípios vizinhos que integram a área metropolitana.



Figura 134. Mapa de Integração global (Rn). Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa Axial desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa DIMPU.

Para o automóvel particular, são destinados os quatro acessos originais, previstos no projeto original, e mais dois, que foram implantados posteriormente e que também conectam o Parque à Asa Sul, pela via W5 Sul (Figura 135). Além dos seis acessos para o automóvel particular, que também contam com entradas para pedestres, o Parque conta com 18 acessos exclusivos para pedestres, sendo somente dois deles também destinados a ciclistas com estrutura cicloviária – são acessos com pouca ou nenhuma sinalização, que se caracterizam apenas por uma abertura no cercamento. No caso do Eixo Monumental e da EPIG, todas as paradas de ônibus são acompanhadas por entradas para pedestres próximas, o que facilita o acesso ao Parque por aqueles que o fazem pelo transporte público.

Por dentro do Parque



Figura 135. Parque da Cidade. Legenda: E = Estacionamento; A = Acesso. Fonte: Elaboração própria.

Quanto à circulação, o anel externo segue com sua função de garantir o deslocamento do automóvel particular, com duas faixas em cada direção, sem separação (Figura 136). Os 13 estacionamentos projetados também seguem sua função, sem ter ocorrido implantação de novos ou supressão dos existentes. No interior do Parque, não é permitida a circulação de ônibus ou de outro transporte público, ficando limitada às vias próximas. Na Asa Sul, a via mais próxima por onde também circula ônibus é a via W3, que fica a uma distância de até 1 km, dependendo do acesso.



Figura 136. Parque da Cidade. Legenda: E = Estacionamento; A = Acesso; Ciclovía, em vermelho, e pista de caminhada/corrida, em amarelo. Fonte: Elaboração própria.

A pista de tremzinho foi ocupada pelos pedestres quando o coletivo do Parque foi interrompido em 1991. Para os ciclistas, foi implantada uma ciclovía exclusiva que percorre todo o Parque, seguindo a pista de caminhada/corrida, e se conecta com as ciclovias da cidade em dois pontos: entre a Zona Administrativa e a Asa Sul, por entre os setores centrais, e entre a Zona Esportiva e o Sudoeste. A ciclovía foi construída em 2014, com foco na Copa do Mundo, que teve Brasília como uma das cidades sedes. Para a circulação interna, além da pista de caminhada/corrida e da ciclovía, calçadas estreitas conectam os estacionamentos e os equipamentos, mas nada próximo à rede de caminhos ramificados, que deveria interligar os diversos ambientes naturais e construídos, idealizada por Burle Marx.

Nem tudo que vemos de diferente hoje em relação ao que foi idealizado por Burle Marx e equipe foi resultado da ausência ou da interferência do governo – muitas mudanças são resultados da apropriação da população ao longo dessas mais de quatro décadas. Como o próprio Burle Marx adiantou, “muito embora gostássemos de ver o parque já em funcionamento pleno”, a população também tem papel ativo na construção do Parque, e sua forma de se apropriar desse espaço sofre alterações ao longo do tempo junto com novas formas de viver, como a valorização de práticas esportivas ao ar livre (corrida e ciclismo), a forte onda de reivindicação do direito à

cidade na virada do século, ou uma pandemia que fez grande parte da população mundial procurar locais abertos e ventilados. Diferentes grupos também podem apresentar diferentes interesses em um mesmo espaço público, ou diferentes possibilidades de se apropriar desse espaço.

Alguns equipamentos foram modificados, outros foram inativados ou demolidos, e novos foram construídos com o passar das décadas. A Zona Administrativa se tornou uma área com forte presença de esportes coletivos em decorrência das quadras de areia implantadas ao longo dos anos. A Feira dos Estados, pensada em três volumes dialogando com o paisagismo foi substituída por um grande edifício único com fachadas cegas para todos os lados. A Piscina com Ondas foi interditada, com repetidas promessas de reabertura ainda mal sucedidas, assim como o restaurante do lago. A Praça das Fontes, pensada como o coração do Parque, “local de encontro por excelência”, não teve o restaurante e o ripado construídos, e se tornou um espaço com caráter mais de contemplação que de urbanidade, com atividades de meditação e yoga, praticadas por poucas pessoas.

A vida pública do Parque da Cidade em números

Após quatro semanas de levantamento, um esforço de pesquisa dedicado a conhecer objetivamente a vida pública do Parque da Cidade, chegamos a 24.260 contagens de pessoas realizando inúmeras atividades no Parque da Cidade – milhares de pessoas encenando seus capitais. O mapeamento nos fornece pistas para responder a algumas questões: Qual a realidade encenada no Parque da Cidade? O que os números são capazes de nos revelar? Reforçam nossas percepções frutos da observação ou as refutam? Autorizam propor alguma relação entre as diferentes formas de apropriação e os distintos capitais encenados no Parque? A busca por essas respostas é o objetivo dessa seção.

A Distribuição do público (no espaço e no tempo)

O mapeamento nos mostrou que as pessoas não se distribuem uniformemente por todo o Parque da Cidade. Ao contrário, enquanto algumas regiões são mais intensamente povoadas e pulsantes de vida, outras permanecem vazias, ou com poucas pessoas passando e permanecendo. A Zona Administrativa, como esperado,

por sua proximidade com o Eixo Monumental e com a Rodoviária do Plano Piloto, além de suas próprias atrações, recebe o maior público, com 8.950 pessoas, que representam 36,9% do público total (Gráfico 3). Não por acaso, as grandes atrações do Parque estão nessa Zona, como o Parque Ana Lúcia e, a maior delas, o Nicolândia – um parque de diversões no coração da cidade.

Na sequência de maiores públicos, estão as Zonas do Lago, próxima à Zona Administrativa, e a Esportiva, onde está localizado o acesso ao Parque da Cidade pela EPIG, com 5.671 (23,4%) e 5.620 (23,2%) pessoas, respectivamente, o que representa quase metade dos frequentadores (46,6%). A Zona Cultural, distante do Eixo Monumental e dos acessos principais do Parque, contabilizou somente 3.491 pessoas, o que representa 14,4% do total de frequentadores. A Praça das Fontes, localizada na Zona Cultural e idealizada como local de encontro por excelência, para receber o grande público, se tornou um dos espaços mais vazios do Parque – um cenário de show do Pink Floyd na Pompeia. Por fim, a Zona da Feira, sem nenhum acesso para automóveis próximo e com apenas uma atração, o Pavilhão de Exposições, se mostrou pouco movimentada, com 528 pessoas, o que representa apenas 2,2% do total do público do Parque – durante o período de levantamento, não ocorreu nenhum evento no Pavilhão que atraísse público.

Esses primeiros números já descortinam parte da realidade do Parque – a cidade influencia diretamente na sua ocupação. Como já pontuava Jacobs (2009), os parques urbanos precisam da “dádiva da vida”, o que significa que importa sua inserção na cidade, e conseqüentemente, onde estão as pessoas – importa o que acontece ao redor, onde estão as vias mais acessíveis, onde estão localizados os acessos ou por onde passa o transporte público.

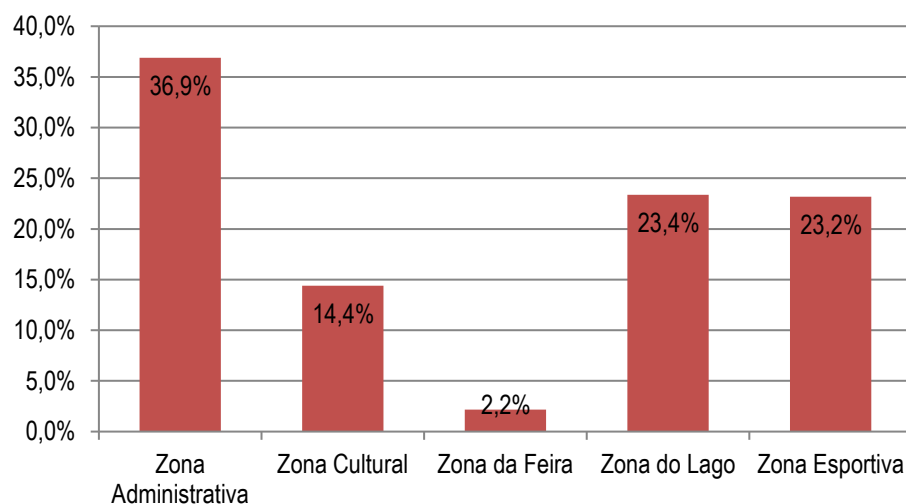


Gráfico 3. Distribuição das pessoas, por Zona do Parque da Cidade.

Engana-se quem pressupõem que essa ocupação diversa do Parque permanece da mesma forma ao longo do tempo. Durante o período do levantamento (das 8h às 18h da seca brasiliense), a paisagem do Parque da Cidade mudou diversas vezes. O mapeamento revelou 5.006 (20,63%) pessoas às quartas-feiras, em contraposição às 19.254 (79,37%) contabilizadas aos domingos – um público 3,85 vezes maior. Esse resultado nos revela que o Parque da Cidade parece sofrer interferência da dinâmica do trabalho. Durante a semana, o Parque fica mais restrito àquelas pessoas cujo capital espacial permite o deslocamento até ele, enquanto se abre aos domingos para parcela mais significativa da população – dia em que os relógios de ponto costumam dar folga a grande parcela dos trabalhadores. Esse cenário parece fazer parte da história do Parque, como nos relatou o responsável pelo quiosque Loy Lanches, próximo à Piscina com Ondas, na Zona Esportiva, ao lembrar que, nas décadas de 1970 e 1980, a Piscina recebia os ricos durante a semana, enquanto a massa do povo a frequentava aos finais de semana.

No meio da semana, o público se concentra no início da manhã e no final da tarde, ocorrendo baixa ocupação no meio do dia, o que parece refletir a dinâmica do trabalho e a possibilidade de realizar práticas esportivas antes ou depois do expediente – possibilidade daqueles que detêm maior capital espacial e maior facilidade de acesso ao Parque da Cidade. No domingo, ao contrário, o começo da manhã representa o horário de menor movimento do dia, com menos público que o mesmo horário da quarta-feira, justamente por não ter nenhum relógio de ponto aguardando. A partir do meio da manhã (10h), o movimento aumenta e se mantém constante até o meio da tarde (16h), o que parece indicar as pessoas aproveitando

seu dia de folga no Parque com atividades mais duradouras e que se mantém ao longo de todo o dia (Gráfico 4; Gráfico 5).

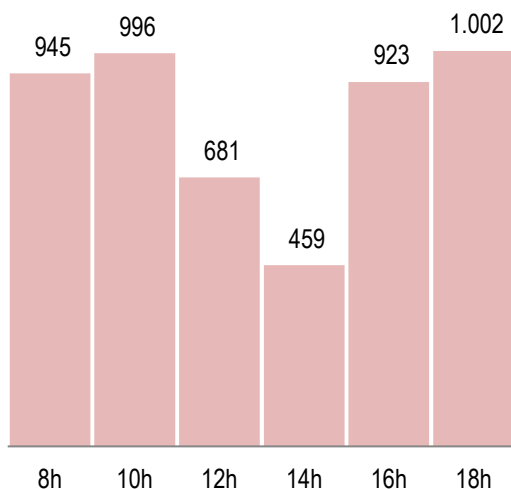


Gráfico 4. Distribuição das pessoas, por hora, às quartas-feiras.

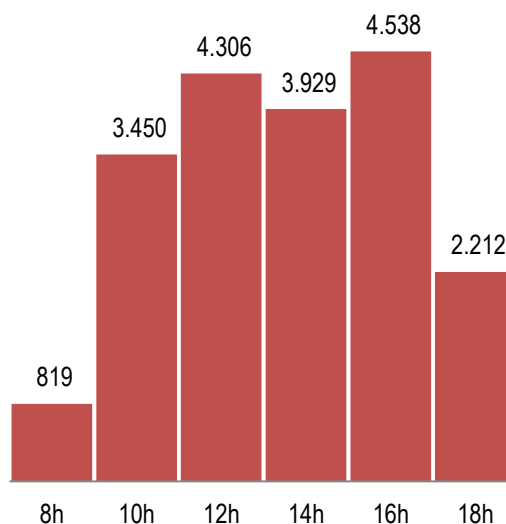


Gráfico 5. Distribuição das pessoas, por hora, aos domingos.

Durante a semana, a Zona Administrativa é a mais populosa ao longo de todo o dia, concentrando cerca de 1/3 dos frequentadores nos primeiros horários e atingindo praticamente a metade do público do Parque no final da tarde (18h) (Gráfico 6). Caso a análise se estendesse para o período noturno notaríamos uma presença ainda mais acentuada, uma vez que, nesse período, a vida pública do Parque existe quase que exclusivamente nessa Zona, com exceção de algum público frequentador das quadras poliesportivas, na Zona Esportiva.

A Zona do Lago, durante a semana, inicia o dia com 16,0% do público total do Parque, valor que aumenta logo em seguida (10h), passando a abrigar em torno de 1/4 do público total no restante do dia. Vale mencionar que essa distribuição seria distinta caso as observações acontecessem às terças e quintas-feiras, e aos sábados – dias em que os grupos de corrida e de triatlo ocupam as margens da pista de caminhada/corrída, especialmente na região do *Pedalinho*, entre o lago e o Estacionamento 10.

Os números da Zona da Feira, idealizada para ter vida independente do restante do Parque, confirmam seu triste destino: tornou-se apenas um ponto de passagem, ladeado pela solidão conveniente da Floresta dos Sussurros. No horário mais movimentado, às 08h, o público não ultrapassa 7,5%, representados majoritariamente por pessoas que estão apenas passando pela região. Ao longo do

dia, a proporção de pessoas circulando pela Zona diminui ainda mais, ficando próxima a 2,0% do público total do Parque.

A Zona Cultural, similar à Zona do Lago, concentra 16,2% do público no início da manhã (08h), em especial no trecho da pista de caminhada/corrida e da ciclovia que correspondem à interseção da “Volta de 10 km” com a "Volta de 6 km", o que evidencia as principais atividades desempenhadas nessa Zona nesse período: a caminhada, a corrida e o ciclismo. Ao contrário do que ocorre na Zona do Lago, que vê seu público aumentar, na Zona Cultural, seu público regride ao longo do dia, chegando à metade no fim da tarde (18h), contabilizando apenas 8,3%.

Por último, a Zona Esportiva, no início da manhã (8h), é quase tão povoada quanto à Zona Administrativa, com 28,5% dos frequentadores do Parque. Ao longo do dia, no entanto, o público vai se reduzindo até atingir 14,5% no final da tarde (18h) – momento em que o dia vai se encaminhando para o fim e a chegada da noite vai dando ares de insegurança à região mais afastada do Eixo Monumental. Como nos foi relatado, as quadras poliesportivas ficam mais movimentadas no período noturno, mas, relativamente, o público da Zona Esportiva continua inferior ao da Zona Administrativa no final da tarde.

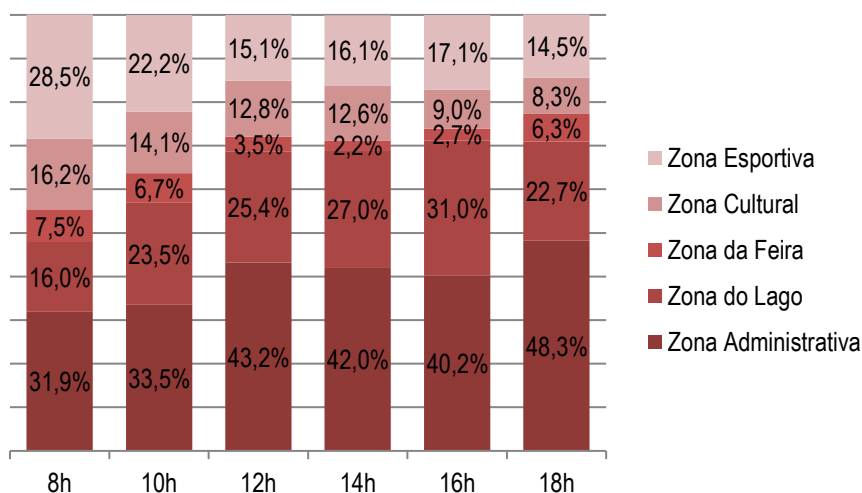


Gráfico 6. Distribuição das pessoas, por hora e por Zona, às quartas-feiras.

Aos domingos, a distribuição do público se torna bem mais homogênea ao longo do dia, indicando a ocorrência de atividades mais duradouras – fenômeno que sofre influência direta das típicas jornadas de trabalho no Brasil, com a maior parte das folgas ocorrendo aos domingos (Gráfico 7). A Zona Administrativa segue sendo a região mais movimentada do Parque, mas com menos importância relativa que às

quartas-feiras. Cerca de 1/4 do público ocupa a Zona Esportiva, enquanto outro 1/4 se distribui pelas imediações da Zona do Lago – juntas, essas duas Zonas concentram cerca de metade do público do domingo. A frequência na Zona Cultural também se beneficia aos domingos, quando os tempos mais dilatados permitem as atividades em pontos mais afastados das Zonas de maior integração do Parque com a cidade – as Zonas Administrativa e Esportiva. Nesse cenário, ganham importância atividades referentes à realização de festas, piqueniques e churrascos. Por outro lado, a frequência relativa da Zona da Feira reforça seu isolamento da vitalidade urbana.

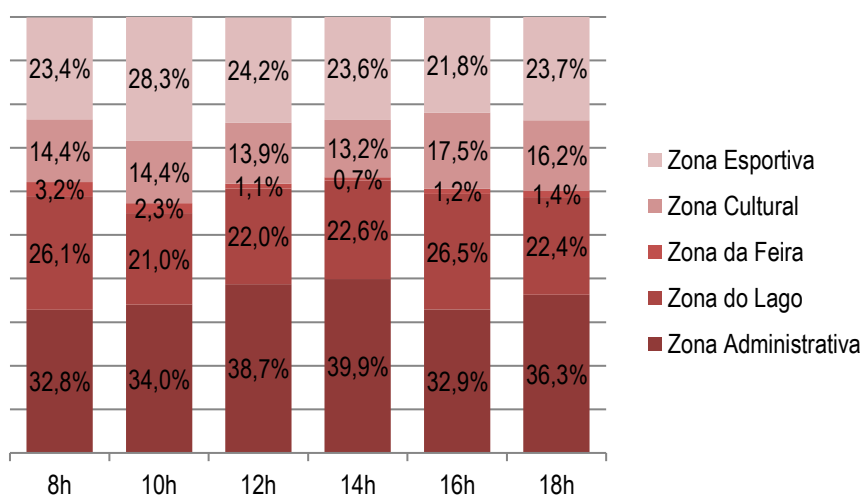


Gráfico 7. Distribuição das pessoas, por hora e por Zona, aos domingos.

A distribuição das pessoas no Parque da Cidade às quartas-feiras e aos domingos também poder ser observada nas imagens a seguir (Figura 137; Figura 138; Figura 139; Figura 140; Figura 141; Figura 142; Figura 143; Figura 144; Figura 145; Figura 146; Figura 147; Figura 148). O mapeamento evidencia que as pessoas se concentram ao longo das pistas durante a semana, enquanto se distribuem mais pelos gramados aos finais de semana.

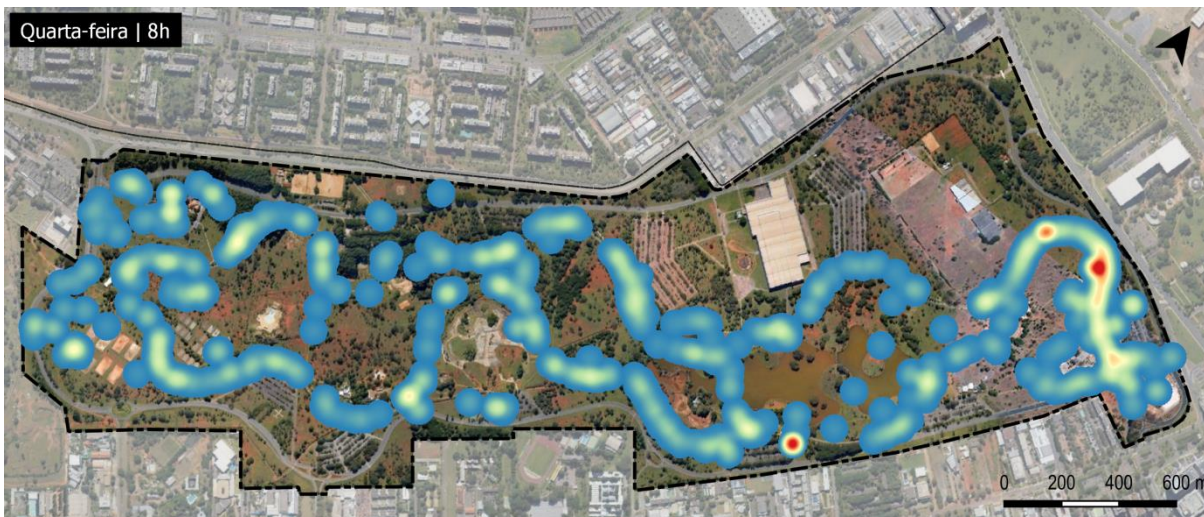


Figura 137. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 8h.
 Fonte: Elaboração própria.

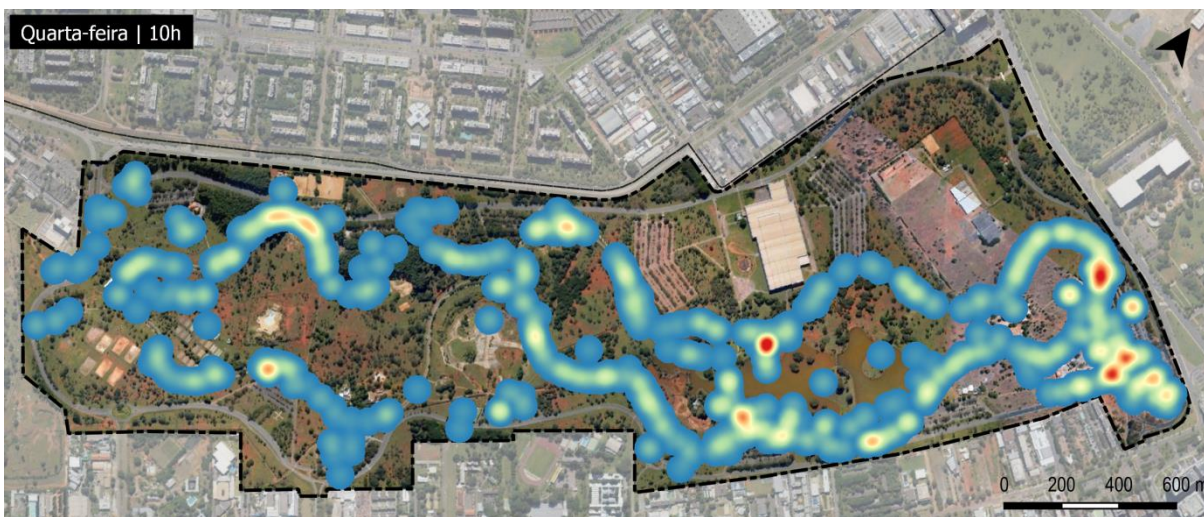


Figura 138. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 10h.
 Fonte: Elaboração própria.

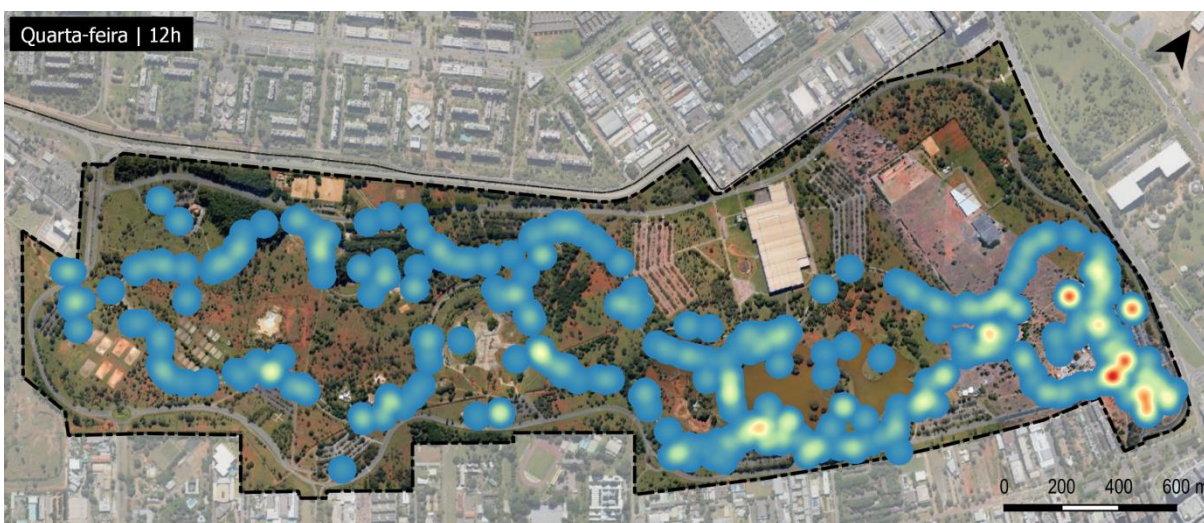


Figura 139. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 12h.
 Fonte: Elaboração própria.

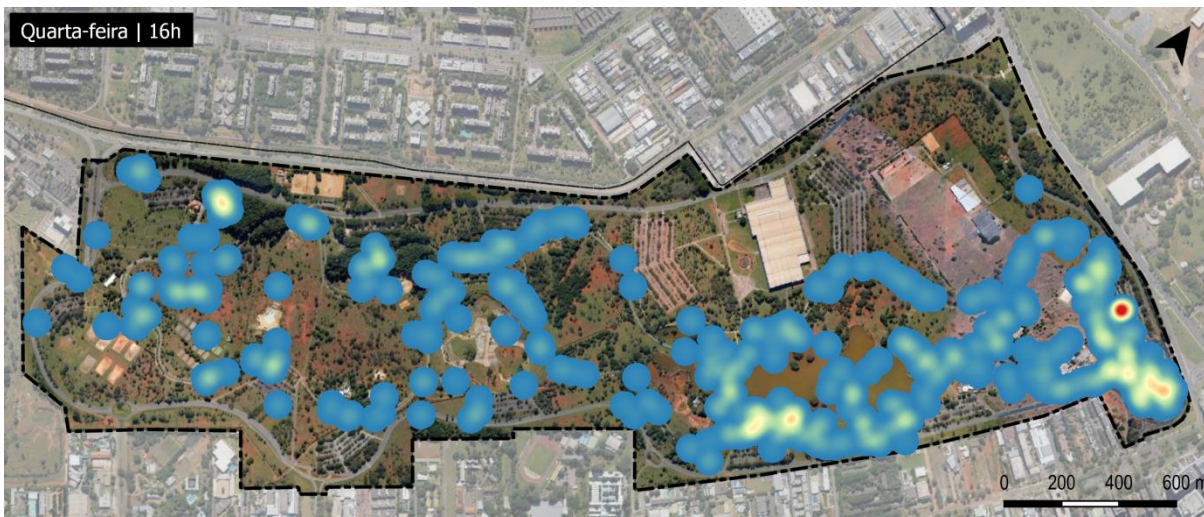


Figura 140. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 14h.
Fonte: Elaboração própria.

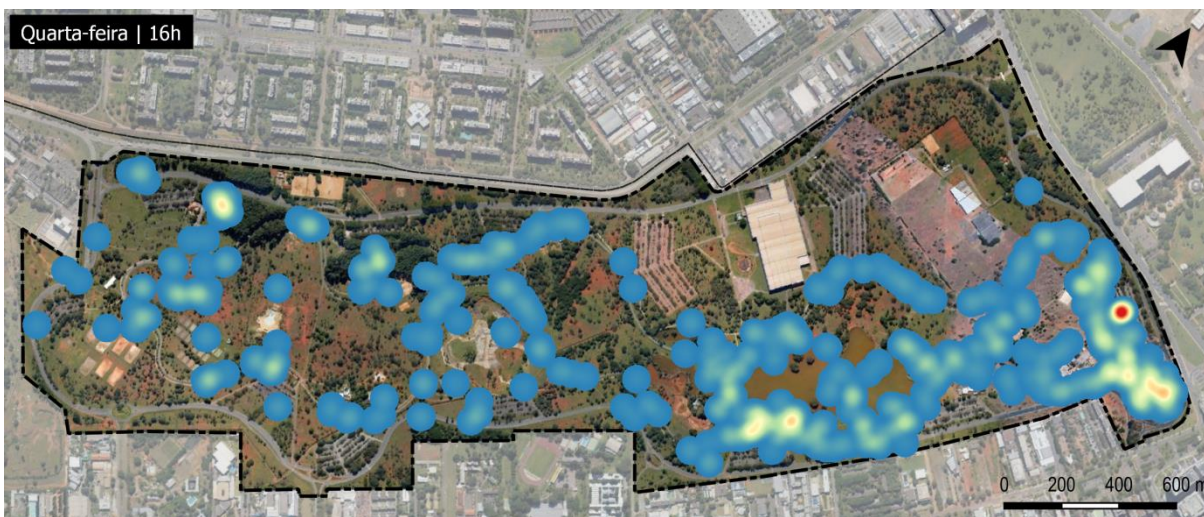


Figura 141. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 16h.
Fonte: Elaboração própria.

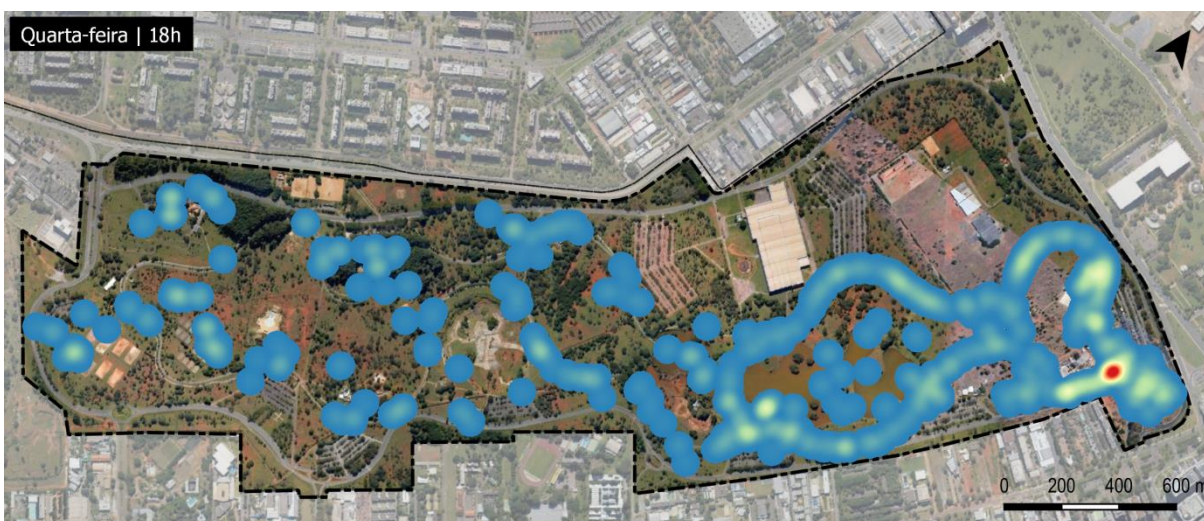


Figura 142. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – quarta-feira, às 18h.
Fonte: Elaboração própria.

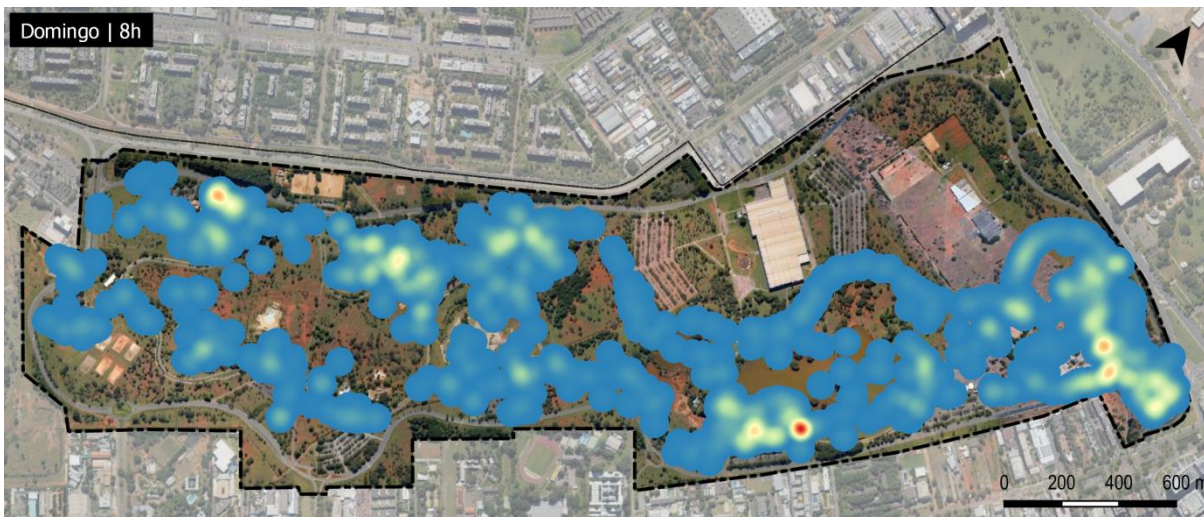


Figura 143. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 8h.
Fonte: Elaboração própria.

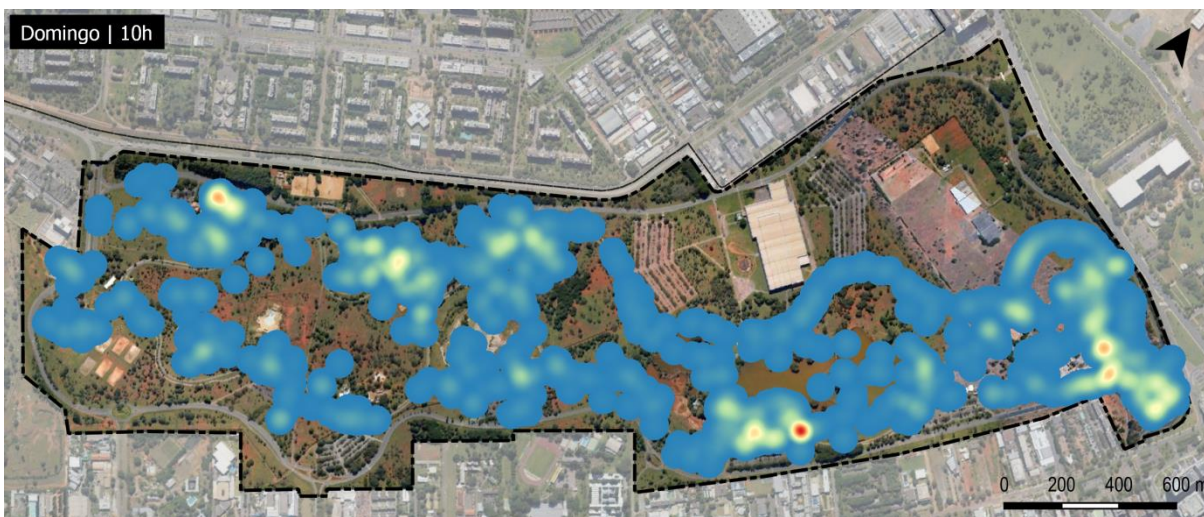


Figura 144. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 10h.
Fonte: Elaboração própria.

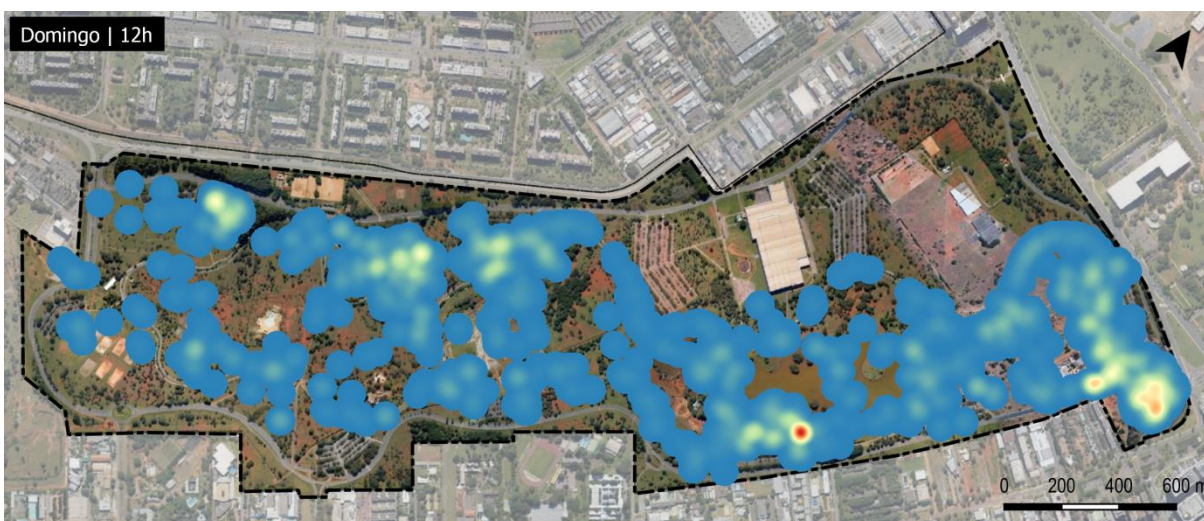


Figura 145. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 12h.
Fonte: Elaboração própria.

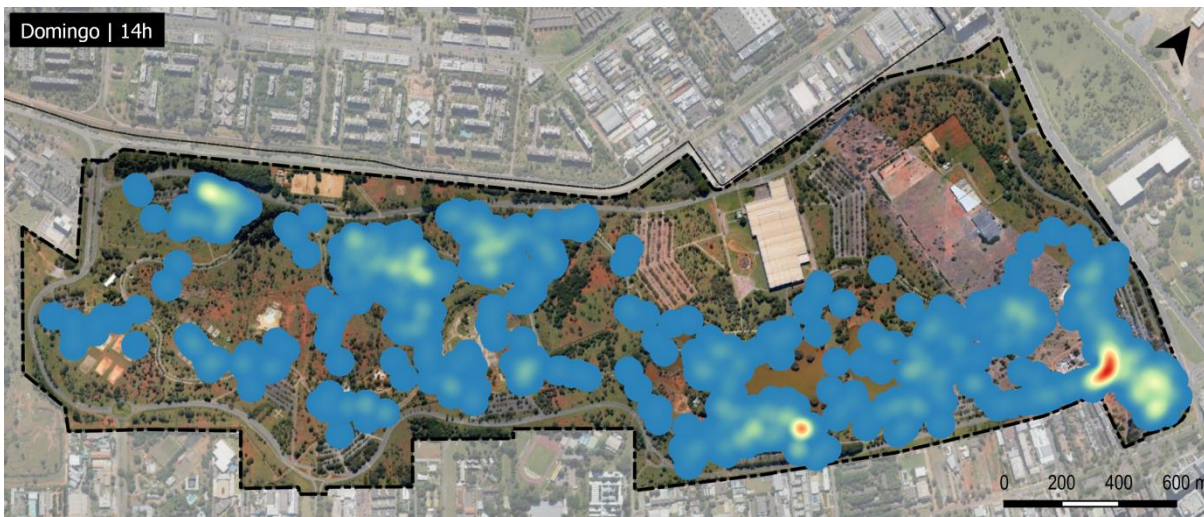


Figura 146. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 14h.
 Fonte: Elaboração própria.

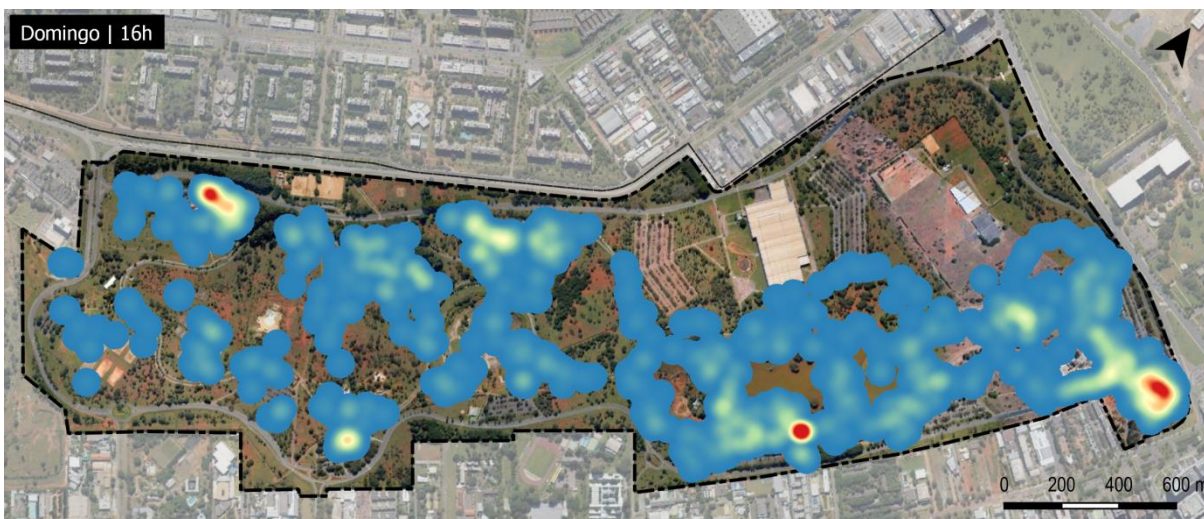


Figura 147. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor)– domingo, às 16h.
 Fonte: Elaboração própria.

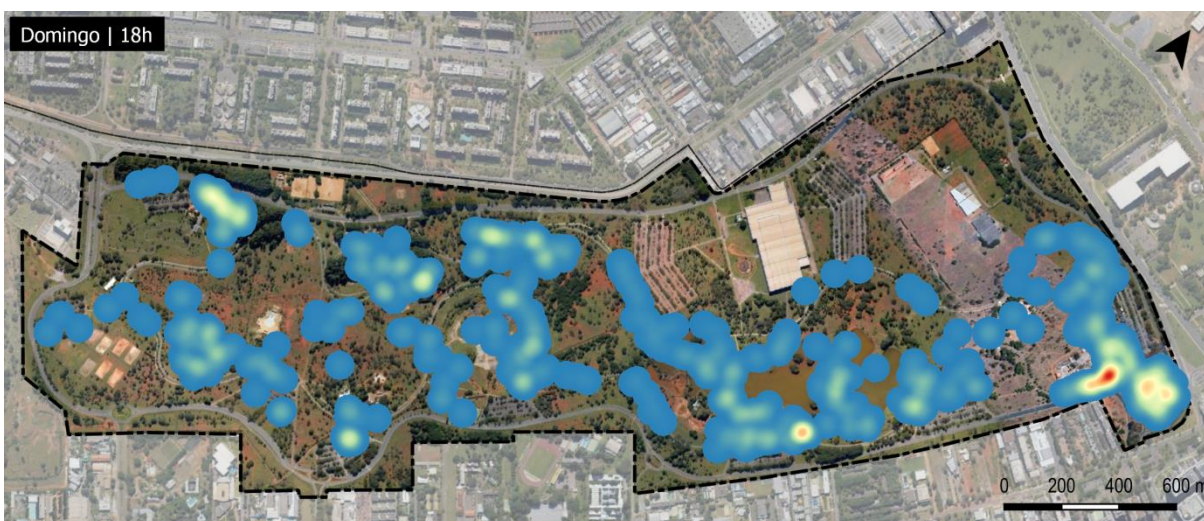


Figura 148. Distribuição das pessoas no Parque da Cidade (mancha de calor) – domingo, às 18h.
 Fonte: Elaboração própria.

Os corpos no Parque da Cidade

Tão importante quanto saber quantos são os que ocupam o Parque da Cidade, é conhecer quais são os corpos que nele transitam. O mapeamento permite conhecer duas segmentações dessa informação: o grupo etário¹³ e o sexo. Quanto ao primeiro, o Parque é frequentado hegemonicamente por adultos, que representam 70,0% do público total (Gráfico 8). Crianças e adolescentes contabilizam 1/4 dos frequentadores, com 14,8% e 10,5%, respectivamente. Chama a atenção a baixa frequência de idosos, que resultam em apenas 4,7% das contagens. Entre os grupos etários, a frequência de homens e mulheres também foi equilibrada entre crianças, adolescentes e adultos, o que não acontece com os idosos, grupo no qual predominam os homens, com 59,6%, enquanto mulheres representam 40,4%.

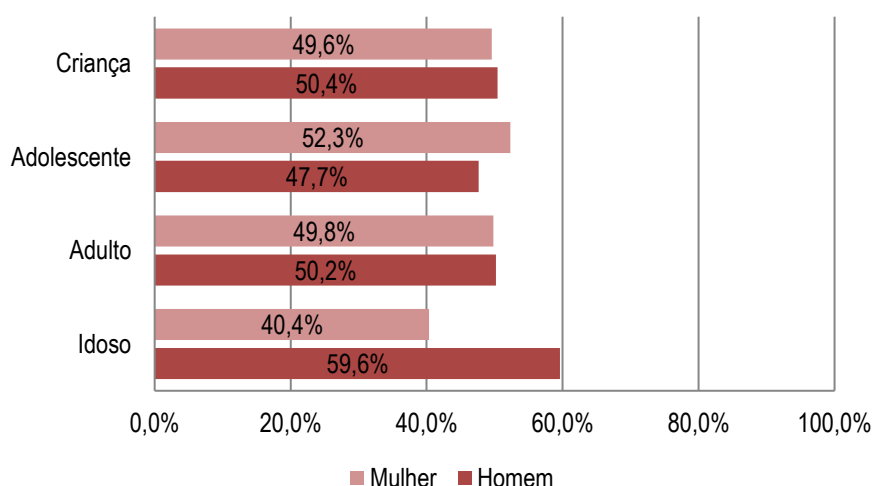


Gráfico 8. Distribuição das pessoas, por grupo etário e por sexo.

A variável *tempo* também influencia a distribuição dos grupos etários. Se aos domingos, o público adulto fica em torno dos 70,0%, às quartas-feiras, se aproxima de 80,0%, o que reflete o maior capital espacial desse grupo etário, que detém mais meios de se deslocar pela cidade (Gráfico 9). Tal predominância se contrapõe a tímida presença de idosos, grupo etário mais sensível às barreiras de locomoção, que contabilizam apenas 4,1% aos domingos. Aos finais de semana, o Parque se torna um pouco mais diverso, com o aumento de crianças e de adolescentes – enquanto somam apenas 13,6% no meio da semana, aos domingos chegam a representar

¹³ Cabe destacar a dificuldade de identificar o grupo etário das pessoas no momento do mapeamento, que resulta de uma avaliação subjetiva do pesquisador e que, portanto, representa uma aproximação da realidade.

25,0% do público total, o que também evidencia o menor capital espacial desses grupos em relação aos adultos.

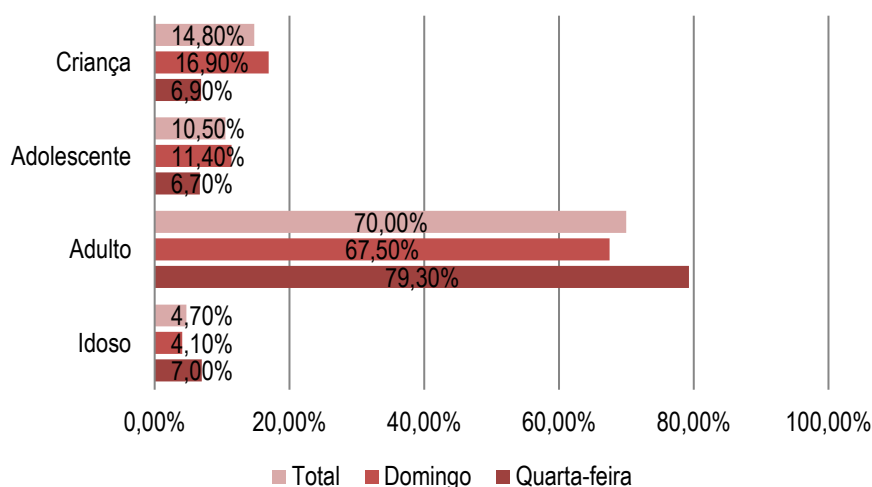


Gráfico 9. Distribuição das pessoas, por grupo etário e por dia.

Quanto ao sexo, uma primeira análise sugere que o público do Parque da Cidade é extremamente equilibrado, com metade dos frequentadores do sexo masculino e outra metade do sexo feminino – foram contabilizados 12.227 homens (50,4%) e 12.025 mulheres (49,5%)¹⁴. As simetrias desaparecem quando incluímos a variável *tempo* na análise, que nos revela diferenças fundamentais. Às quartas-feiras, dia de circulação mais restrita, 62,0% das pessoas são homens, ante 38,0% de mulheres. Aos domingos, dia em que o Parque se torna aparentemente mais democrático, 51,7% dos frequentadores são mulheres e 48,3% são homens (Gráfico 10; Gráfico 11).

¹⁴ Oito pessoas não tiveram o sexo identificado.

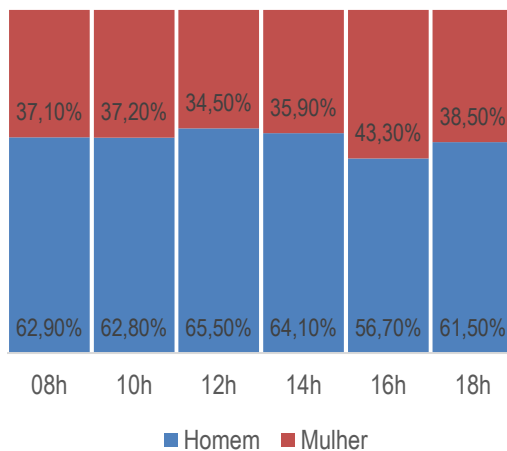


Gráfico 10. Distribuição das pessoas, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

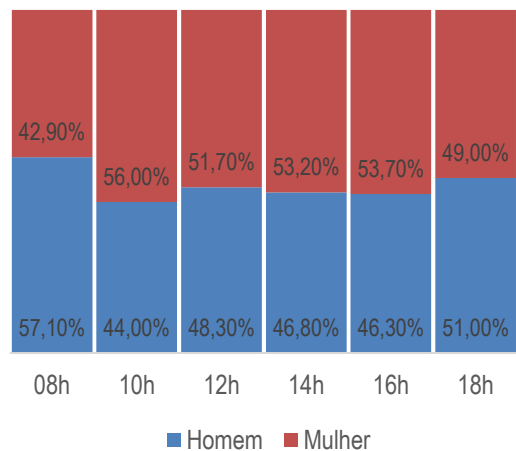


Gráfico 11. Distribuição das pessoas, por sexo e por hora, aos domingos.

Chama a atenção a inversão desse cenário de predominância feminina aos domingos no primeiro (8h) e no último (18h) horário do mapeamento, quando os homens são superiores às mulheres, representando 57,1% e 51,0% do total, respectivamente. Exatamente nesses dois horários, mais próximos ao fim e ao início da noite – quando o Parque está mais escuro e mais vazio e, por isso mesmo, mais inseguro – o público masculino predomina. Por experimentarem possibilidades mais restritas de locomoção, as mulheres sofrem desvantagens em termos de detenção de capital espacial frente aos homens. Da mesma forma que existe uma divisão sexual do trabalho e, por consequência, divisão sexual do capital econômico, podemos afirmar que existe uma divisão sexual do capital espacial e, portanto, do capital arquitetônico.

O Parque em movimento

Entre as análises que o mapeamento permite, possivelmente a mais elucidativa seja aquela que escrutina as atividades que ocorrem no Parque da Cidade. A partir de um amplo conjunto de possibilidades, as atividades foram separadas em dez categorias, apresentadas juntamente com suas contagens absolutas e relativas na Tabela 3:

Tabela 3. Distribuição das pessoas, por atividade.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	391	7.8%	1,368	7.1%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	6	0.1%	211	1.1%
Caminhada/corrída/bicicleta	2,432	48.6%	2,220	11.5%
Esportes coletivos	193	3.9%	621	3.2%
Esportes individuais	282	5.6%	522	2.7%
Outras atividades recreativas	911	18.2%	3,534	18.4%
Parque de diversões (fila)	-	0.0%	406	2.1%
Parque infantil	319	6.4%	2,902	15.1%
Piquenique/festa/churrasco	324	6.5%	6,301	32.7%
Quiosque	148	3.0%	1,169	6.1%
Total Geral	5,006	100.0%	19,254	100.0%

As atividades mais praticadas durante a semana estão relacionadas ao esporte (Tabela 4). O mapeamento registrou 2.907 pessoas praticando algum esporte, o que equivale a 58,1% do total. Esse resultado vai ao encontro do movimento observado nos parques urbanos a partir de meados do século passado, principalmente, final dos 1990 e início dos 2000, quando a prática esportiva passou a ser valorizada nesses espaços públicos (*Capítulo II. Sobre Parques, Cidades e Pessoas*).

Entre as práticas esportivas, se destacam as caminhadas/corridas/ciclismo, que mobilizam praticamente metade (48,6%) das pessoas que frequentam o Parque às quartas-feiras, e que ocorre predominantemente no início da manhã e no final da tarde, o que se reflete na distribuição das pessoas no Parque durante a semana. Esse cenário evidencia a relação entre os praticantes de esportes, principalmente os esportes individuais voltados para a corrida e o ciclismo, e a detenção de capital espacial suficiente para praticarem esportes no Parque antes do expediente, sem se atrasarem em demasia, ou depois, sem retardarem por demais a volta para casa.

Ainda durante a semana, no meio da tarde, quando o movimento fica mais fraco, outras atividades recreativas predominam – pessoas passeando ou sentadas pelos espaços do Parque, por exemplo. As atividades infantis e os piqueniques se tornam mais expressivos às 16h, quando o clima está mais ameno – aspecto relevante, uma vez que o levantamento foi realizado durante a seca em Brasília. Cabe, ainda, destacar que foram contabilizadas 391 pessoas realizando atividades comerciais e de serviços, o que evidencia a consistente prática comercial no Parque da Cidade.

Tabela 4. Distribuição das pessoas, por atividade, às quartas-feiras.

	8h	10h	12h	14h	16h	18h
Atividades comerciais e de serviço	10,2%	17,6%	15,9%	19,9%	25,8%	10,5%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	0,0%	16,7%	33,3%	33,3%	16,7%	0,0%
Caminhada/corrída/bicicleta	27,3%	24,0%	12,7%	4,8%	11,4%	19,9%
Esportes coletivos	20,2%	11,4%	12,4%	8,8%	11,9%	35,2%
Outros esportes individuais	14,9%	16,0%	15,6%	5,3%	19,5%	28,7%
Outras atividades recreativas	10,2%	19,5%	15,0%	15,4%	19,3%	20,5%
Parque infantil	3,1%	12,2%	18,5%	15,4%	31,3%	19,4%
Piquenique/festa/churrasco	13,3%	5,2%	5,9%	10,8%	50,3%	14,5%
Quiosque	10,1%	28,4%	17,6%	4,7%	18,2%	20,9%
Total Geral	18,9%	19,9%	13,6%	9,2%	18,4%	20,0%

Aos domingos, a dinâmica do Parque da Cidade muda em relação às quartas-feiras (Tabela 5). O aspecto individual abre espaço para os grupos de amigos e de famílias, que caracterizam a famosa figura do “Domingo no Parque”. Se durante a semana, as atividades esportivas tomam conta, o mesmo não acontece aos finais de semana. Ainda que no primeiro horário do levantamento (8h), a atividade predominante seja a caminhada/corrída/ciclismo, o cenário esportivo muda nos horários seguintes, com o predomínio de piqueniques/festas/churrascos, que contabilizaram 6.301 pessoas, praticamente 1/3 (32,7%) dos frequentadores do Parque aos domingos, e as atividades infantis, com 2.902 pessoas nos parques infantis (15,1%). Os piqueniques/festas/churrascos e as atividades infantis apresentam comportamentos semelhantes, com maior presença entre às 10h e às 16h.

Os esportes individuais perdem relevância, com 2.220 praticantes de caminhada/corrída/ciclismo (11,5%) e 522 de outros esportes individuais (2,7%), totalizando apenas 14,2% do total das atividades praticadas aos domingos. As práticas esportivas e as atividades culturais, artísticas e contemplativas apresentam maior incidência durante a manhã, o que reflete horários marcados para essas práticas, como os ensaios de bateria, e a preferência por exercício ainda pela manhã – e também pela dificuldade da prática esportiva em outros horários quando o Parque já está com um grande contingente de pessoas realizando outras atividades e que acabam ocupando as pistas e “atrapalhando” os esportistas em seus exercícios. As práticas esportivas que predominam nos horários matinais refletem-se na ocupação dos quiosques que ficam mais movimentados nesses horários – sendo ocupados justamente pelas pessoas conforme concluem suas atividades físicas.

Outros números também chamam a atenção para compreendermos a vida pública do Parque aos finais de semana. Na fila do Nicolândia, que começa a se formar por volta das 12h, chegando ao ápice às 14h, instantes antes de a entrada ser liberada, foram contabilizadas 406 pessoas em uma única contagem, o que evidencia o ponto mais concorrido do Parque aos finais de semana. Ao mesmo tempo, as 1.368 pessoas envolvidas (7,1%) com atividades comerciais e de serviços demonstram o enorme contingente de trabalhadores exigidos/atraídos para manter a vida pública do Parque da Cidade em movimento.

Tabela 5. Distribuição das pessoas, por atividade, aos domingos.

	8h	10h	12h	14h	16h	18h
Atividades comerciais e de serviço	9,2%	17,3%	19,7%	19,2%	24,9%	9,8%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	8,5%	39,8%	24,2%	0,0%	18,0%	9,5%
Caminhada/corrida/bicicleta	17,3%	29,3%	18,8%	6,8%	16,1%	11,7%
Esportes coletivos	4,2%	28,7%	25,4%	8,9%	13,0%	19,8%
Outros esportes individuais	9,8%	25,3%	22,4%	10,2%	20,3%	12,1%
Outras atividades recreativas	3,7%	14,9%	18,8%	17,8%	27,8%	17,0%
Parque de diversões (fila)	0,0%	0,0%	16,0%	84,0%	0,0%	0,0%
Parque infantil	0,8%	13,1%	25,1%	20,9%	28,9%	11,2%
Piquenique/festa/churrasco	0,5%	15,3%	24,3%	25,9%	25,4%	8,5%
Quiosque	2,7%	25,5%	25,7%	17,0%	16,3%	12,8%
Total Geral	4,3%	17,9%	22,4%	20,4%	23,6%	11,5%

Por sexo

Se existem diferenças na forma como homens e mulheres se apropriam do Parque em relação ao horário, podemos dizer que isso ocorre por influência direta das atividades praticadas (Gráfico 12). Se durante a semana, a paisagem do Parque é marcada pelas práticas esportivas, o fato de elas serem predominantemente exercidas por homens – que representam 61,1% dos praticantes de *caminhada/corrida/ciclismo*, 63,6% de *outros esportes individuais* e 70,4% de *esportes coletivos* – explica porque, durante a semana, o público do Parque é predominantemente masculino. Por outro lado, quando voltamos nossos olhares para as atividades mais familiares, como *piqueniques/festas/churrascos* e *parques infantis*, que ocorrem com maior frequência, absoluta e relativa, aos finais de semana, verificamos a predominância de mulheres, que representam 56,9% e 54,7% desse público, respectivamente – se considerarmos apenas o grupo etário *adulto*, esses

valores sobem para 59,4% e 57,7%, respectivamente. Dentre as demais atividades, ocorre um maior equilíbrio entre os sexos.



Gráfico 12. Distribuição das pessoas, por atividades e por sexo.

Essa diferença entre homens e mulheres nas práticas esportivas e nas atividades familiares parece fortalecer a ideia de divisão sexual do capital arquitetônico – como também acontece com o capital econômico e com o capital cultural, uma vez que as mulheres podem enfrentar dificuldades em frequentar o Parque em dias da semana, quando as tarefas domésticas e maternais podem se impor na rotina, enquanto aos finais de semana, sem expediente a cumprir, a ida ao Parque com toda a família, muitas vezes composta apenas pela figura materna, é mais viável.

Pelas Pistas do Parque

Ainda que não tenham sido enquadradas como *Pontos de Interesse*, a pista de caminhada/corrída e a ciclovia merecem destaque, uma vez que respondem por 19,81% do movimento do Parque da Cidade, tendo sido contabilizadas 4.808 pessoas

circulando por elas – público maior que em qualquer *Ponto de Interesse*. A distribuição das pessoas das pistas guarda semelhanças com a distribuição das pessoas pelo Parque, sendo que a maior parte se concentra nos trechos localizados na Zona Administrativa (38,0%), seguida pela Zona do Lago (20,4%) e pela Zona Cultural (19,7%) – as duas primeiras coincidem com a “Volta de 4 km”, o percurso mais movimentado das pistas, enquanto o trecho seguinte, localizado na Zona Cultural, compõe a “Volta de 6 km” (Gráfico 13). Ainda que o trecho localizado na Zona da Feira faça parte da “Volta de 4 km”, o menor movimento se explica pelo fato de que ninguém começa ou conclui as práticas esportivas naquele trecho, uma vez que não há o suporte dos quiosques, além de ser um trecho relativamente curto se comparado ao trecho da Zona Esportiva, por exemplo. Nessa última Zona, por outro lado, responsável por abrigar a maior parte da “Volta de 10 km”, considerado por muitos corredores o trecho mais difícil do Parque por suas subidas, a extensão das pistas explica o maior público que na Zona da Feira, ainda que o número de pessoas pareça menor por estarem mais dispersas.

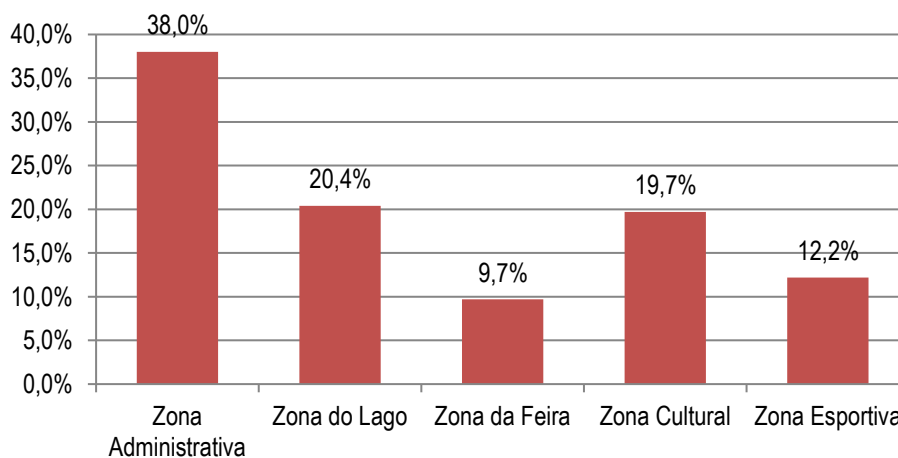


Gráfico 13. Distribuição das pessoas nas pistas, por Zona do Parque da Cidade.

O fato de que, às quartas-feiras, o público das pistas, que contabiliza 2.473 pessoas, representa quase metade (49,40%) do público de todo o Parque, o que pode ser explicado pelas práticas esportivas individuais que predominam durante a semana. Aos domingos, o mapeamento levantou 2.335 pessoas circulando pelas pistas, evidenciando equilíbrio entre o público da semana e o do final de semana em termos absolutos, mas não em números relativos, uma vez que o público das pistas representa apenas 12,13% do total. As pistas foram os únicos pontos de análise que

apresentaram maior público durante a semana, o que está diretamente relacionado às atividades praticadas.

A maneira como as pessoas se distribuem nas pistas ao longo do dia varia a depender do dia (Gráfico 14; Gráfico 15). Às quartas-feiras, os horários mais movimentados se concentram no início da manhã (8h e 10h) e no final da tarde (18h), possivelmente, devido à prática de atividades físicas antes ou depois do expediente, o que indica a detenção de maior capital espacial, como já discutimos. Por responder a quase metade do público do Parque às quartas-feiras, essa distribuição influencia diretamente a distribuição das pessoas no Parque, como vimos. Aos finais de semana, por outro lado, o movimento começa um pouco mais tarde (10h), justamente por não ter o compromisso profissional logo no início da manhã, e não volta a aumentar no final da tarde, como acontece no Parque, de modo geral.

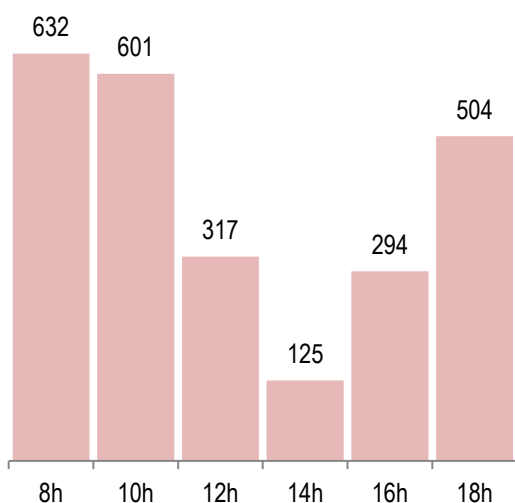


Gráfico 14. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora, às quartas-feiras.

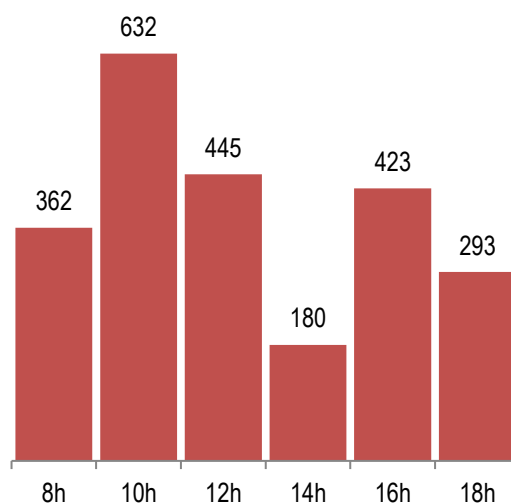


Gráfico 15. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora, aos domingos.

Nas pistas, que abrigam principalmente esportes individuais, há o predomínio masculino, com 2.908 homens (60,48%), enquanto mulheres são 1.900 (39,52%) (Gráfico 16; Gráfico 17). Às quartas-feiras, essa diferença fica ainda maior, com a predominância de homens próxima a 70,0% do público, enquanto aos domingos, essa predominância diminui, ficando mais equilibrado, o que reflete o que discutimos a respeito da aparente divisão sexual do capital arquitetônico.

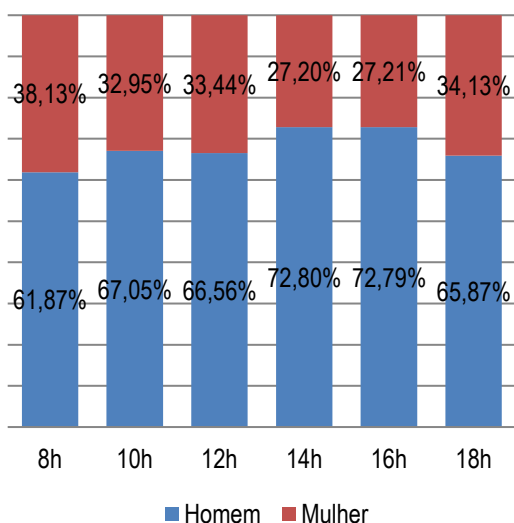


Gráfico 16. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora e por sexo, às quartas-feiras.

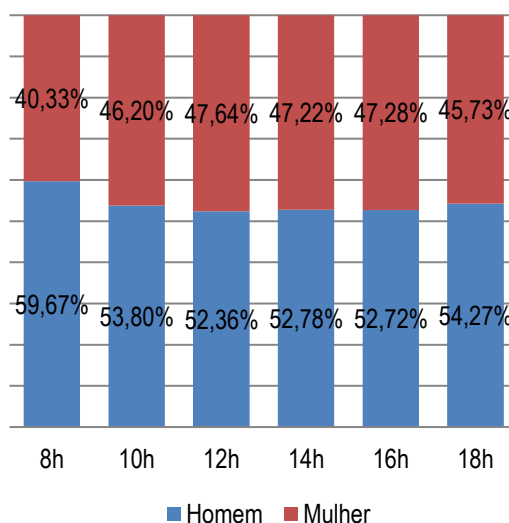


Gráfico 17. Distribuição das pessoas nas pistas, por hora e por sexo, aos domingos.

Chama a atenção o fato de que a proporção de homens aumenta à medida que nos afastamos da Zona Administrativa, a mais movimentada do Parque. Conforme o ponto se torna menos ocupado, aumenta a predominância de homens, o que indica a maior possibilidade de acesso em decorrência da sensação de segurança de frequentar locais mais vazios e, conseqüentemente, a detenção de maior capital espacial (Gráfico 18; Gráfico 19). Às quartas-feiras, quando o Parque recebe menos pessoas, a predominância de homens se torna ainda maior.

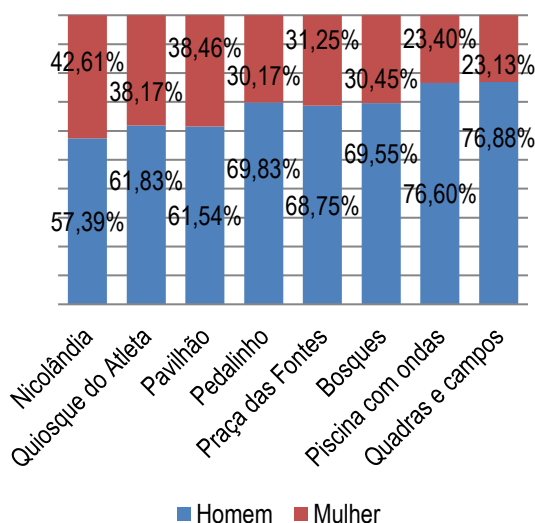


Gráfico 18. Distribuição das pessoas nas pistas, por *Ponto de Interesse* e por sexo, às quartas-feiras.

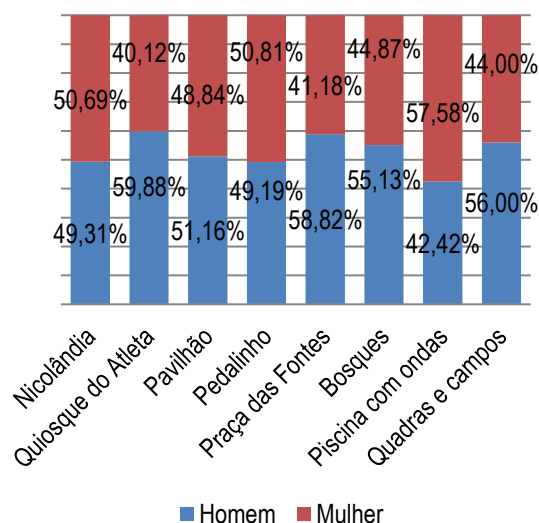


Gráfico 19. Distribuição das pessoas nas pistas, por *Ponto de Interesse* e por sexo, aos domingos.

Ao analisarmos o último horário do levantamento (18h) às quartas-feiras, quando começa a escurecer e a falta de iluminação no Parque se torna um problema, a diferença entre homens e mulheres resulta ainda mais gritante, o que vai ao encontro uma vez mais à noção de que homens têm maior domínio do Parque da Cidade, realidade que extrapola os limites do Parque, bastando atentarmos para a necessidade de vagões femininos nos metrô (Gráfico 20).

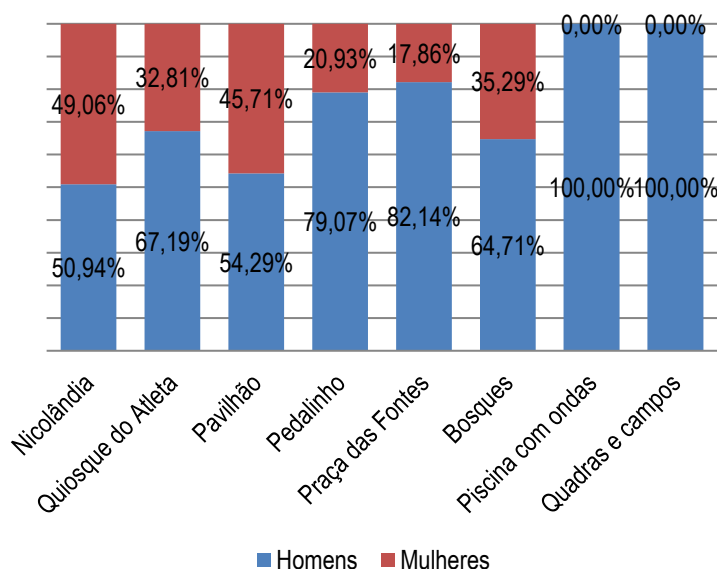


Gráfico 20. Distribuição das pessoas nas pistas, por *Ponto de Interesse* e por sexo, às quartas-feiras, às 18h.

Quanto às atividades, mais de 90,0% estão relacionadas aos esportes individuais – *caminhada/corrída/ciclismo* e *outros esportes individuais*, que

predominam em todos os horários. Aos finais de semana, as pistas acabam sendo ocupadas também por pessoas passeando e ambulantes vendendo comidas e bebidas – ainda que fiquem nas bordas, acabam interferindo nas atividades das pistas. Alguns trechos mais movimentados das pistas têm seus entornos tão intensamente ocupados aos finais de semana que fica difícil correr ou pedalar, como nas proximidades do Nicolândia ou do gramado do Estacionamento 3, na Praça das Fontes. A presença de outras atividades nas bordas das pistas indica que, aos finais de semana, quando mais intensamente ocupado, o Parque da Cidade parece se caracterizar como um espaço mais popular que durante a semana.

Quase metade das pessoas que frequentam o Parque durante a semana o fazem nas pistas, onde predominam fortemente os esportes individuais. Tal realidade nos remete à consideração que Bourdieu faz quanto ao gosto das elites pelo esporte individual, e nos leva a questionar quem são as pessoas que podem frequentar o Parque cotidianamente para a prática de atividades físicas – sem dúvida não são aquelas que moram longe e precisam gastar tempo e dinheiro do combustível com essa atividade. Possivelmente, o público dos dias de semana do Parque, envolvido predominantemente com atividades esportivas individuais, possui maior volume de capital – e maior capital espacial, uma vez que tem a possibilidade de frequentar o Parque da Cidade em diferentes dias e horários, tem maior domínio da cidade.

Conclusão do capítulo

O Parque da Cidade foi inaugurado quando Brasília completava sua maioria. Para a jovem cidade parque, a implantação do Parque representou uma nova e atraente opção de lazer para os brasilienses, ainda carentes de parques urbanos. O projeto de Burle Marx, Haruyoshi Onu e José Tabacow, com elementos do paisagismo moderno, teve a intenção de proporcionar à nova capital um espaço de lazer à altura do seu papel como capital moderna. O projeto, pensado em Zonas, teria no paisagismo e no sistema viário os responsáveis por promover a fluidez entre as diferentes atividades – das mais calmas àquelas com intenso convívio, garantindo a harmonia entre elas.

Muito do que foi pensado por Burle Marx e equipe foi efetivamente construído, parte teve sua função alterada, parte não chegou a ser implantada. Alterações no

projeto e a não construção de algumas edificações foram resultado da própria falta de compromisso do governo à época, o que rendeu profundas críticas do paisagista à implantação do Parque da Cidade e outros projetos seus na capital. Outras modificações foram (e continuam) resultado da dinâmica da vida urbana – o surgimento de uma nova prática esportiva ou a valorização de uma em detrimento de outra, uma pandemia que leva os encontros para o ar livre, estratégias de distinção nas atividades que ocorrem no Parque etc.

Passadas mais de quatro décadas, o Parque da Cidade continua atraindo milhares de pessoas, principalmente aos finais de semana. O mapeamento contabilizou 24.260 pessoas, sendo 5.006 pessoas às quartas-feiras e 19.254 aos domingos. O papel da localização ficou evidente para a ocupação do Parque, sendo a Zona Administrativa, a mais próxima do Eixo Monumental e da Rodoviária do Plano Piloto, a que recebe o maior público durante a semana e aos finais de semana. Suas atrações, o Parque Ana Lídia e o Nicolândia, também são importantes atrações responsáveis pelo grande público, que chega com mais facilidade devido à localização.

Uma primeira análise indicou haver equilíbrio entre os sexos, sendo 50,4% de homens e 49,5% de mulheres. Quando incluímos a variável tempo, o equilíbrio desaparece. Durante a semana, quando a circulação é mais restrita em função da jornada de trabalho, predominam os homens, que também predominam aos domingos no primeiro (8h) e no último (18h) horário do mapeamento – horários mais próximos ao fim e ao início da noite, quando o Parque está mais escuro e mais vazio e, por isso mesmo, mais inseguro.

Da mesma forma, quando incluímos a variável localização a partir do mapeamento da pista de caminhada/corrída e da ciclovia, observamos o predomínio de homens (60,48%), principalmente durante a semana, que vai aumentando conforme nos afastamos da Zona Administrativa. As mulheres foram mais frequentes nos *Pontos de Interesse* localizados na pista da “Volta de 4 km”, diminuindo sua presença na “Volta de 6 km” e mais ainda na “Volta de 10 km”. Esses resultados apontaram as desvantagens que as mulheres sofrem frente aos homens no domínio que detêm sobre o Parque da Cidade, o que demonstra que os homens detêm maior capital espacial que as mulheres.

Quanto às atividades praticadas no Parque, durante a semana, predominam

aquelas relacionadas aos esportes, ocupando 58,1% das pessoas mapeadas às quartas-feiras. Praticamente metade (48,6%) das pessoas estava envolvida com caminhada/*corrida/ciclismo*, principalmente no início da manhã e no final da tarde, o que reflete a possibilidade de ir ao Parque antes ou depois do expediente e, portanto, a detenção de maior capital espacial dessas pessoas. Aos domingos, a dinâmica do Parque muda, as atividades individuais abrem espaço para as práticas coletivas, como o *piquenique/festa/churrasco* que tomam conta dos gramados e dos Bosques, contabilizando 23,7% das pessoas, o que caracteriza a paisagem do “Domingo no Parque”. No lugar das atividades esportivas que demandam menos tempo, entram as atividades recreativas que resultam na longa permanência das pessoas no Parque.

As atividades também evidenciam o desequilíbrio entre os sexos. A diferença na apropriação do Parque por homens e mulheres em relação ao horário é reflexo também das atividades praticadas. Durante a semana, a paisagem marcada pelo esporte evidencia também o predomínio de homens – os praticantes de *caminhada/corrida/ciclismo*, *de outros esportes individuais* e *de esportes coletivos* contabilizam 61,1%, 63,6% e 70,4% de homens, respectivamente. Aos domingos, quando as atividades familiares predominam, como *piquenique/festa/churrasco* e *parque infantil*, a presença de mulheres predomina, sendo 56,9% e 54,7%, respectivamente.

Os primeiros resultados do mapeamento do Parque da Cidade, que apresentaram os números gerais, demonstram a detenção de maior capital espacial daqueles que podem frequentar o Parque durante a semana sem afetar seu expediente de trabalho. Sendo a prática esportiva a atividade predominante durante a semana, as regiões do Parque mais intensamente ocupadas estão diretamente relacionadas a essas práticas, como os *Pontos de Interesse Quiosque do Atleta* e *Pedalinho*, além da pista de caminhada/corrida e da ciclovia. O desequilíbrio entre os sexos no tempo e no espaço também evidencia a detenção de maior capital espacial por parte dos homens, que possuem maior domínio do Parque da Cidade, o que acontece também na cidade de modo geral.

CAPÍTULO VI

O MARCO ZERO DO PARQUE DA CIDADE

Se em sua concepção, Burle Marx idealizou a Praça das Fontes, na Zona Cultural, como o coração do Parque da Cidade, podemos afirmar que sua intenção fracassou. Próxima ao Eixo Monumental e à Rodoviária do Plano Piloto, a Zona Administrativa se tornou a região mais movimentada, durante a semana e aos finais de semana – por sua localização em relação à cidade e por suas atrações, que surgiram antes mesmo do Parque ou em seus primeiros anos de vida. Além de atrair quase 40,0% do público total, a Zona Administrativa aparenta atrair um público mais diverso, com as quadras de areia, os quiosques de alimentação, as tendas de massagem, os parques infantis, o parque de diversões, e ainda a própria Administração do Parque e outras edificações institucionais.

Além do Parque Ana Lídia e do parque de diversões Nicolândia, a Zona Administrativa também conta com o Carrera Kart, que, assim como o Nicolândia, é uma atração privada, e outro parque infantil bastante conhecido dos brasilienses: o Castelinho – projetado por Burle Marx como a *Cidade das Crianças*. Essa Zona também ficou conhecida pela forte presença de atletas, tanto que foi ali que surgiu o Quiosque do Atleta, ponto de referência para quem frequenta o Parque. As diversas quadras de areia marcam essa imagem do esporte coletivo – vôlei de praia, futevôlei e frescobol. Além do Quiosque do Atleta, diversos outros quiosques estão presentes na região, que atendem principalmente aos esportistas e outros que servem ao público do Nicolândia ou outras atrações. Também surgiram nessa região as tendas destinadas à massagem, principalmente, à massoterapia, o que reforça a presença do esporte na região.

Como o nome indica, na Zona Administrativa, também estão presentes edificações destinadas à administração, como a própria Administração e a Biblioteca do Parque da Cidade, que não está em funcionamento. Próxima ao reservatório da Caesb, foi implantada a Escola da Natureza, um Centro de Referência em Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que ministra cursos, oficinas e palestras. Próximo ao Carrera Kart, uma edificação existente, que já foi bar/restaurante, foi recentemente reformada e passou a abrigar o Espaço Cerrado, destinado à exposição sobre o bioma Cerrado.

A Zona Administrativa é caracterizada como a região mais ocupada do Parque da Cidade, e onde tudo começou com o Parque Ana Lúcia. A proximidade do Eixo Monumental e da Rodoviária do Plano Piloto influencia diretamente essa intensa ocupação, além de sua própria história. Não à toa, foi instalado, nessa Zona, o principal posto de vacinação da Covid-19 do Plano Piloto, no Estacionamento 13. Ao contar com atividades esportivas e de recreação, e com o apoio dos quiosques, com comidas e bebidas, das tendas de massagens, e do único vestiário que permaneceu no Parque, a Zona Administrativa se tornou aquela que mais recebe pessoas também no período noturno. Cabe destacar que, mesmo com a migração de diversos grupos de corrida para os arredores dos Estacionamentos 10 e 11, corredores e ciclistas seguem sendo atraídos para os arredores do Quiosque do Atleta, onde a pista de caminhada/corrída e a ciclovia começam suas contagens. A Zona Administrativa é o marco zero do Parque da Cidade.

Este capítulo se dedica a explorar os *Pontos de Interesse* localizados na Zona Administrativa, suas histórias e como são ocupados atualmente, e está dividido em quatro seções referentes a cada um dos *Pontos*: (i) O *Parque Ana Lúcia*; (ii) O *Nicolândia*; (iii) O *Quiosque do Atleta*; e, (iv) O *Castelinho* (Figura 149).

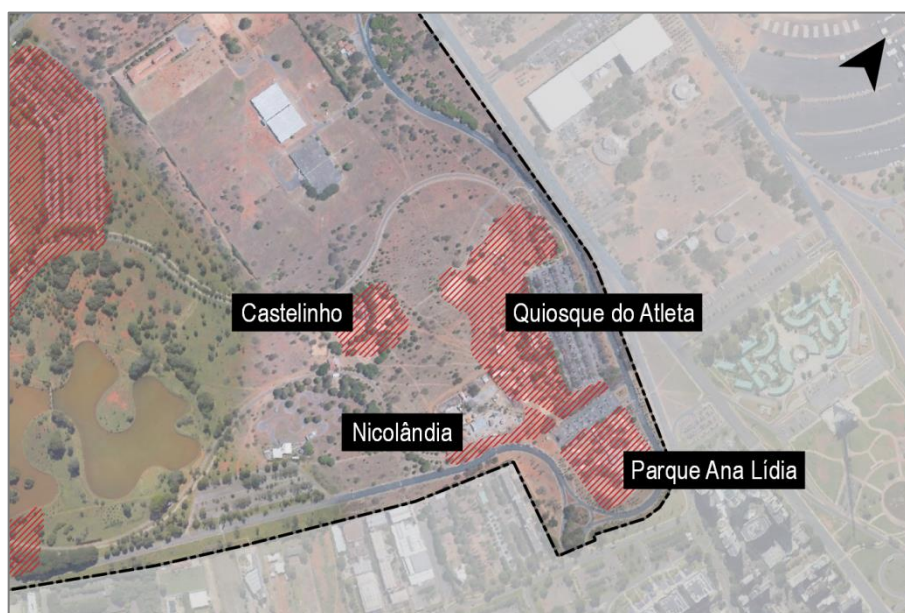


Figura 149. Pontos de Interesse: Parque Ana Lúcia; Nicolândia; Quiosque do Atleta; e Castelinho.

O Parque Ana Lúdia

No final da década de 1960, o mundo observava atentamente a corrida espacial e, em 1969, o homem pisou na lua pela primeira vez. Diversos campos foram atraídos pela temática espacial, o que não foi diferente com os brinquedos infantis. Em 1971, chegou a Brasília o *Astro City Rocket Slide*, o famoso foguetinho, para fazer parte do novo parque infantil da cidade: o Parque Iolanda Costa e Silva (Figura 150; Figura 151; Figura 152). O parque infantil foi implantado em uma área de aproximadamente 21 mil metros quadrados, em uma porção inicialmente prevista por Lucio Costa para a implantação de feiras, circos e etc. (*Capítulo V*). Em 1973, o Parque Iolanda Costa e Silva passou a se chamar Parque Ana Lúdia, em homenagem à pequena frequentadora do parque infantil, que foi brutalmente assassinada em um crime que chocou a capital (e que chegou a ser episódio do programa televisivo *Linha Direta*).

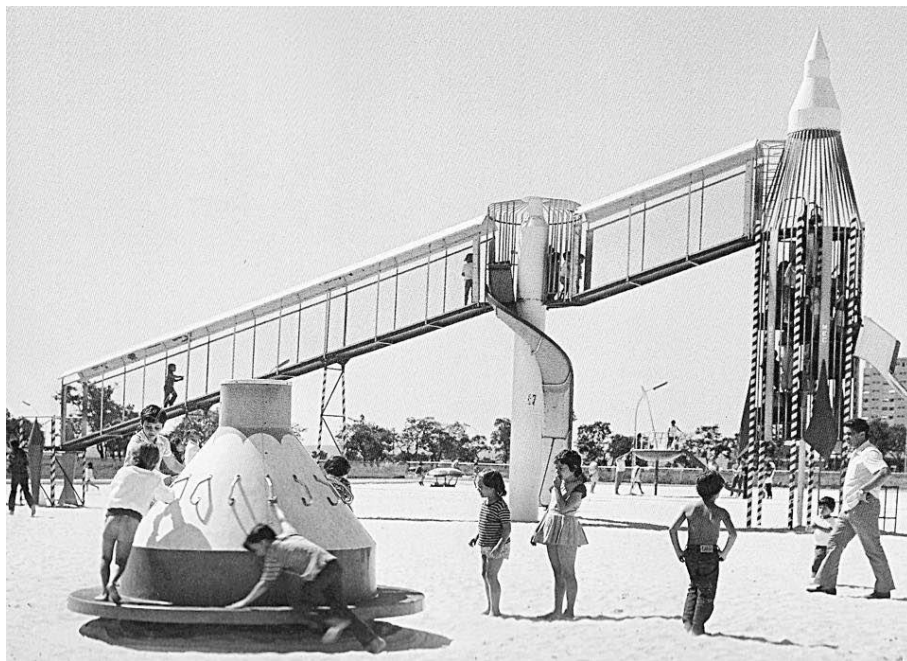


Figura 150. Parque Ana Lúdia – *Astro City Rocket Slide*, o foguetinho. Fonte: Histórias de Brasília.



Figura 151. Parque Ana Lília – anterior à inauguração do Parque da Cidade. Fonte: Arquivo Público.



Figura 152. Parque Ana Lília – anterior à inauguração do Parque da Cidade. Fonte: Arquivo Público.

O Parque Ana Lília foi pensado em três alas: a das meninas, com temática de contos de fada, como a carruagem e a bota gigante; a dos meninos, com brinquedos que remetiam ao forte apache (brinquedo popular na época) ou ao barco viking; e a ala futurística, onde estava o foguetinho, o maior e mais disputado brinquedo do parque infantil ainda hoje (Figura 153; Figura 154; Figura 155; Figura 156). A divisão em alas de meninos e meninas não faz mais sentido hoje e, na realidade, nunca fez sentido – as crianças sempre brincaram em todos os brinquedos independentemente da temática.



Figura 153. Parque Ana Lúdia – brinquedo da ala dos meninos. Fonte: Arquivo Público.



Figura 154. Parque Ana Lúdia – brinquedo da ala dos meninos. Fonte: Arquivo Público.



Figura 155. Parque Ana Lúdia – brinquedo da ala das meninas. Fonte: Arquivo Público.



Figura 156. Parque Ana Lúdia – brinquedo da ala das meninas. Fonte: Arquivo Público.

Há mais de cinco décadas no mesmo local, o Parque Ana Lúdia se tornou a atração mais antiga do Parque da Cidade e segue atraindo pessoas de todas as partes de Brasília. Foi o seu sucesso que contribuiu para a criação do Parque da Cidade,

sete anos depois da sua inauguração como Parque Iolanda Costa e Silva (Figura 157; Figura 158).



Figura 157. Parque Ana Lúcia – o foguetinho no dia em que o Parque da Cidade foi aberto ao público (1978). Fonte: Arquivo Público.



Figura 158. Parque Ana Lúcia (1994). Fonte: Histórias de Brasília

Assim como parece acontecer atualmente, o Parque Ana Lúcia sempre atraiu pessoas de várias partes de Brasília, do Plano Piloto a localidades mais distantes, como relatam seus frequentadores mais antigos. Provavelmente, o Parque Ana Lúcia se caracteriza como a atração mais democrática do Parque da Cidade, recebendo pessoas de diferentes localidades, com distintos capitais e distintas posições no espaço social, ao longo da semana – ainda que, ao que parece, com certa distinção

entre dias de semana e finais de semana.

Entre as atrações de livre acesso do Parque da Cidade, o Parque Ana Lúcia certamente é aquela que apresenta melhores condições de conservação e manutenção, contando com uma edificação com sanitários e lanchonete (fora de funcionamento), cercamento e vigilância própria, o que contribui para que os responsáveis sintam segurança em levar as crianças para brincar. O Parque Ana Lúcia passou por algumas reformas ao longo de sua história, mas foi somente em 2020, com a pandemia do novo coronavírus, que permaneceu um longo período fechado.



Figura 159. Parque Ana Lúcia – o foguetinho (2022). Devido a mudanças nas regras americanas de segurança de brinquedos infantis, o *Astro City Rocket Slide*, criado e produzido pela empresa americana *Miracle Equipment Company*, parou de ser fabricado, o que provavelmente tornou o nosso foguetinho um de seus últimos exemplares no mundo. Fonte: Arquivo pessoal.

O Parque Ana Lúcia em números

De acordo com o mapeamento, o *Parque Ana Lúcia* contabilizou 2.473 pessoas. Assim como acontece no Parque como um todo, a diferença entre a frequência do

público em dias da semana e finais de semana é significativa. Às quartas-feiras, 304 pessoas frequentaram o parque infantil, enquanto aos domingos, chegou-se a 2.169 pessoas. Se durante a semana, o *Parque Ana Lúcia* parece pouco movimentado, ainda mais considerando seu tamanho, aos finais de semana, fica completamente ocupado, com crianças e adultos que chegam a passar o dia inteiro nele.

Ainda que a diferença entre dias de semana e finais de semana seja grande, a distribuição ao longo do dia guarda alguma semelhança, com aumento ao longo da manhã, uma pequena queda às 14h, e maior público às 16h, quando o clima fica mais ameno e adequado para as crianças, uma vez que o levantamento foi realizado durante o período da seca em Brasília – frio no início da manhã e sol intenso no meio do dia (Gráfico 21; Gráfico 22). Assim como observamos sobre a frequência do Parque como um todo, as pessoas que frequentam o *Parque Ana Lúcia* parecem ter maior disponibilidade e facilidade de acesso para levarem as crianças durante a semana, o que indica maior capital espacial.

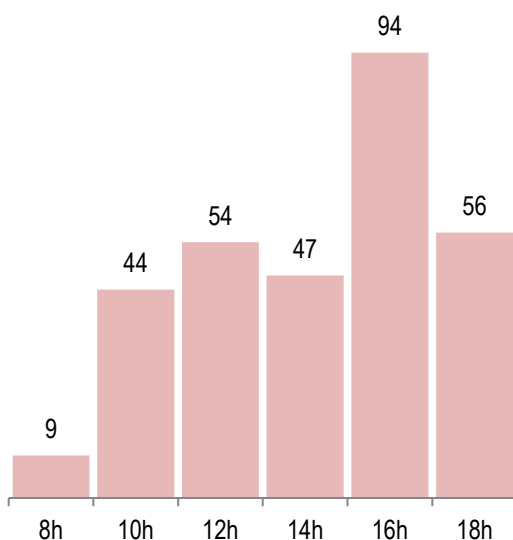


Gráfico 21. Distribuição das pessoas no *Parque Ana Lúcia*, por hora, às quartas-feiras.

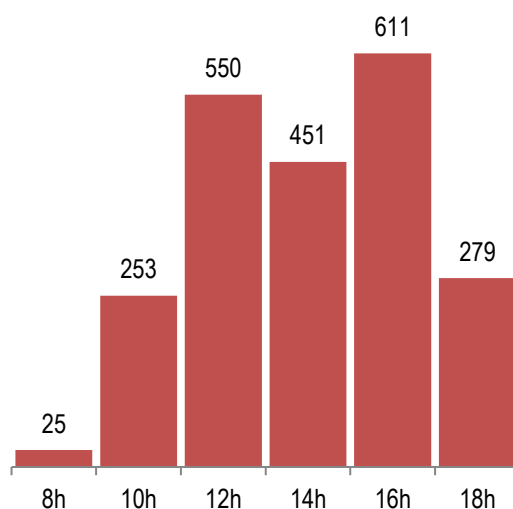


Gráfico 22. Distribuição das pessoas no *Parque Ana Lúcia*, por hora, aos domingos.

Do público levantado, 1.132 eram homens (45,7%) e 1.341 eram mulheres (54,3%). Se considerarmos apenas o grupo etário de adultos, a diferença entre sexos aumenta, passando para 618 homens (41,95%) e 855 mulheres (58,05%), o que parece indicar a maior responsabilidade conferida à mulher com relação ao cuidado dos filhos. Assim como nos outros parques infantis do Parque da Cidade, no *Parque*

Ana Lúdia, os homens superam as mulheres apenas nas atividades comerciais e de serviços, que são os vigias e os vendedores ambulantes que ficam próximos ao portão de acesso com seus carrinhos, vendendo picolés, churros, brinquedos e balões. Por esse motivo, o público masculino supera o feminino às 08h, às quartas-feiras e aos domingos, e além das 18h aos domingos, quando o movimento é pequeno e a atividade comercial tem uma presença relativa maior (Gráfico 23; Gráfico 24). O número de pessoas vinculadas às atividades comerciais no *Parque Ana Lúdia* chega a dobrar aos domingos, quando o público, muito superior que às quartas-feiras, demanda esse comércio – foram contabilizados 31 ambulantes e vigias durante a semana, enquanto no final de semana esse número subiu para 66 trabalhadores.

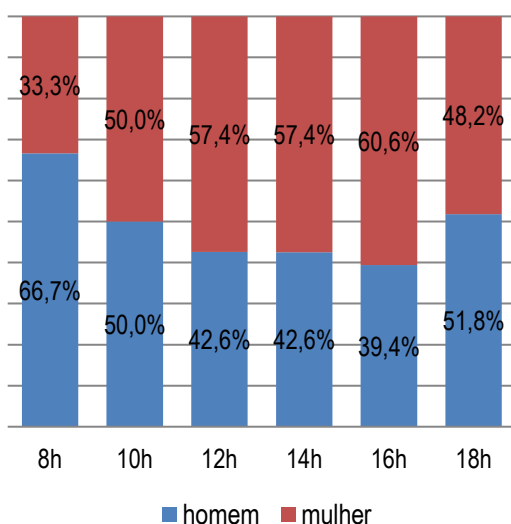


Gráfico 23. Distribuição das pessoas no *Parque Ana Lúdia*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

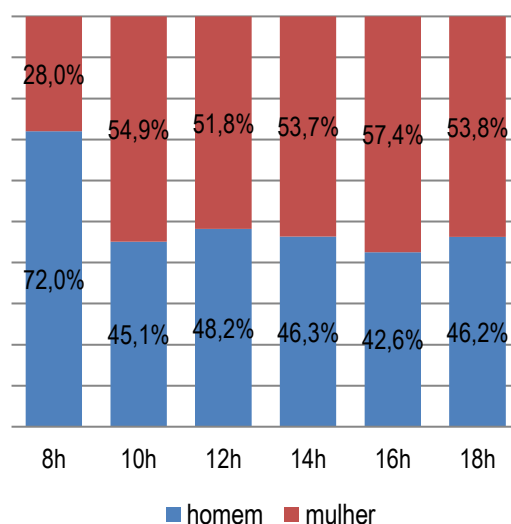


Gráfico 24. Distribuição das pessoas no *Parque Ana Lúdia*, por sexo e por hora, aos domingos.

Se em dias de semana, as pessoas frequentam o *Parque Ana Lúdia* por períodos mais curtos, apenas para que as crianças possam desfrutar de um tempo ao ar livre brincando, aos finais de semana, famílias inteiras ocupam seus gramados e mesas com piqueniques mais prolongados (Figura 160; Figura 161; Figura 162; Figura 163). Essa distinção entre os dias da semana parece indicar que o público aos finais de semana resulta em mais moradores de outras regiões que não apenas o Plano Piloto e seus arredores, e que aproveitam a possibilidade de permanecer por mais tempo, justificando as longas distâncias percorridas, o que poderá ser verificado com as respostas dos questionários. A existência de um espaço público como o *Parque Ana Lúdia* nas proximidades da residência implica maior capital espacial.

Nos dias de semana, o cenário pode mudar quando o *Ana Lúcia* recebe a visita de escolas, principalmente, de regiões mais afastadas, como a Escola Cia da Criança, localizada em Taguatinga, que fez sua visita em um dos dias de observação do Parque da Cidade. Um dos vigias relatou sobre uma visita que havia ocorrido na semana anterior ao mapeamento, quando uma escola da região do Gama levou mais de 300 crianças para brincar. O *Parque Ana Lúcia* não é apenas um parque infantil com bancos de areia e brinquedos diversos para uso cotidiano. Para as crianças que moram em regiões mais afastadas do Plano Piloto, e, portanto, têm dificuldade em acessá-lo, o *Parque Ana Lúcia* é um evento.

Além da proximidade do *Parque* implicar detenção de maior capital espacial, a frequência a esse parque infantil pode nos fornecer indícios acerca do capital edílico. Podemos nos questionar se pessoas com alto capital edílico, como aquelas que moram no Lago Sul e Lago Norte, em grandes lotes com *playgrounds* particulares, frequentam o *Parque Ana Lúcia* – ainda que a socialização seja um motivo importante na frequência de crianças a parques infantis, e não somente o fato de ter ou não esse equipamento à disposição. As respostas aos questionários poderão nos informar melhor.



Figura 160. *Parque Ana Lúcia* – vendedores ambulantes na entrada (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 161. *Parque Ana Lúcia* – grupos de familiares e amigos fazendo piquenique e comemorando aniversário (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 162. *Parque Ana Lúcia* – foguetinho (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 163. Parque Ana Lúcia – contação de história (2022), Fonte: Arquivo Pessoal.

O Nicolândia

Parques públicos e jardins imperiais do passado, espaços complexos de representação simbólica da cultura e da sociedade, são apontados por Soja (1996) como ancestrais dos parques temáticos – os parques de diversões. Somam-se a essa influência as feiras medievais com suas atrações – acrobacias, malabarismos e *freak shows* – e as Feiras Mundiais com suas invenções sendo expostas para o mundo. O primeiro parque de diversões, o *Dyrehavsbakken*, ou apenas *Bakken* (A Colina), foi inaugurado ainda em 1583, em Copenhague, na Dinamarca – e segue em funcionamento. No Brasil, os parques de diversões chegaram no início do século XX (MACEDO; SAKATA, 2010).

Em Brasília, a história dos parques de diversões se mistura com a história da própria cidade. O primeiro parque de diversões da nova capital surgiu antes mesmo da inauguração da cidade, em abril de 1960. O Nicolândia nasceu no Rio de Janeiro, antes da transferência da capital. Antônio Hilário de Souza, conhecido como Seu Nico, batizou com seu apelido o parque que levou para dar a volta pelo país. Quando estava passando por Goiânia, capital do Estado de Goiás, que fica a pouco mais de 200 quilômetros de Brasília, Seu Nico, sabendo da inauguração da nova capital, resolveu trazer o Nicolândia para a cidade.

Ainda na década de 1960, o parque de diversões ocupou um espaço ao lado da Igreja Nossa Senhora de Fátima, a Igrejinha, entre as Superquadras 307/308 Sul, na Unidade de Vizinhança idealizada por Lucio Costa. Da Igrejinha, passou para uma área ao lado do já existente Parque Ana Lúcia, mas ainda fora dos limites do que viria a ser o Parque da Cidade (Figura 164; Figura 165). Com a inauguração do Parque, em 1978, o Nicolândia passou a ocupar uma área dentro dos seus limites, próximo ao Eixo Monumental e ao primeiro acesso da Asa Sul, e próximo aos Setores Centrais, de onde nunca mais saiu.



Figura 164. Nicolândia – ao lado do Parque Ana Lúcia, ainda fora dos limites atuais do Parque da Cidade. Fonte: Histórias de Brasília.



Figura 165. Nicolândia – ao lado do Parque Ana Lúcia, ainda fora dos limites atuais do Parque da Cidade (1972). Fonte: Histórias de Brasília.

Muito embora em local de fácil acesso e dentro de um parque urbano público, engana-se quem pensa que o Nicolândia sempre atraiu o público de todas as classes sociais. Desde o início da sua história na capital, o parque de diversões atraiu pessoas das classes mais populares, como confirmam relatos de quem cresceu junto com Brasília. Se nas primeiras décadas, o público com maior poder aquisitivo se dirigia aos clubes particulares, como o Clube do Congresso, no Lago Norte, ou o late Clube de Brasília, na Asa Norte, ou frequentava os equipamentos das superquadras do Plano Piloto, com a inauguração do Park Shopping, em 1983, as crianças e adolescentes de famílias com maior poder aquisitivo passaram a ter uma nova atração: o parque de diversões Divertlândia (Figura 166). O surgimento do parque de diversões no maior shopping de Brasília – Park Shopping – caracteriza uma estratégia das elites de se manterem distantes, constituindo novos espaços à distância das classes mais populares, a fim de promover a clara distinção.



Figura 166. *Divertlândia* – parque de diversões no Park Shopping, localizado na região do Guará, a pouco mais de 11 Km da Rodoviária do Plano Piloto (1984). Fonte: Histórias de Brasília.

Num espaço menor e fechado, a *Divertlândia*, assim como o *Nicolândia*, contava com montanha-russa, carrinho bate-bate, barco pirata etc., mas o público era outro (Figura 167). As pessoas que frequentavam o *Nicolândia* e as pessoas que frequentavam a *Divertlândia* ocupavam distintas posições no espaço social, o que implicava diferentes *habitus*. O *Nicolândia* ficava longe dos moradores do Lago Sul ou do Lago Norte, regiões ricas de Brasília, mas a distância era ainda maior em relação à *Divertlândia* – e ainda assim, era para lá que iam.



Figura 167. *Divertlândia* – parque de diversões no Park Shopping, localizado na região do Guará, a pouco mais de 11 Km da Rodoviária do Plano Piloto (1995). Fonte: Histórias de Brasília.

Ao longo da sua história, o *Nicolândia* passou por altos e baixos. Alguns

acidentes contribuíram para profundas crises, mas o parque de diversões que nasceu para viajar pelo país fincou raízes na capital e se tornou seu maior parque de diversões, no coração da cidade. De Nicolândia, passou a se chamar Nova Nicolândia, na década de 2000, mas a placa com o nome original permanece no portão da frente, voltado para a pista de caminhada/corrida e para a ciclovia, e em direção ao Parque Ana Lúcia (Figura 168; Figura 169).



Figura 168. Nicolândia – antiga placa do parque de diversões que permanece em uma das entradas (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 169. Nicolândia – portão principal de acesso ao parque de diversões Nova Nicolândia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Enquanto as crianças e adolescentes de famílias mais ricas estão em casa com seus vídeo games de última geração ou indo passar suas férias nos parques de diversões da Disney, são as pessoas das classes mais populares que, de modo geral, estão ocupando o Nicolândia. Pagar pelos ingressos para toda a família, no entanto, é penoso para os responsáveis – talvez por esse motivo, as filas enormes no primeiro final de semana do mês, quando acontece a maior parte dos pagamentos salariais. O passaporte, que dá o direito de aproveitar todas as atrações do parque, tem valores a partir de R\$ 49,97, valor considerável para a maior parte da população de Brasília ou do Entorno, se pensarmos em ingressos para toda a família. Em tempos nos quais o litro do leite atinge a marca de R\$ 8,00 e o quilo do queijo ultrapassa os R\$ 70,00, ir ao parque de diversões com toda a família se torna um luxo.

Além dos brinquedos, o Nicolândia conta com uma praça de alimentação, que tem como principal lanche o pastel da pastelaria Viçosa, a mais tradicional da capital desde o final da década de 1960 (Figura 170). Entre os lanches, além do pastel, hambúrgueres, crepes e churros são consumidos pelos frequentadores – alimentos ricos em fritura e gordura, que em nada se assemelham à bela apresentação dos pratos preferidos pelas elites em seus restaurantes na beira do lago no Pontão do Lago Sul.

Do lado de fora, quiosques oferecem pastel e refeições completas, o famoso prato feito, ou apenas PF, e diversos ambulantes tornaram a frente do Nicolândia ponto fixo aos finais de semana – entre os produtos comercializados estão os balões coloridos, os brinquedos que cantam e piscam, as batatinhas fritas e os espetinhos de frutas com chocolate (Figura 171; Figura 172; Figura 173; Figura 174; Figura 175; Figura 176; Figura 177). O *gosto de necessidade* (BOURDIEU, 2017) das classes mais populares na praça de alimentação do Nicolândia, que se reflete diretamente na opção pela *função* de alimentar em oposição à *forma* da apresentação do prato, se impõe ao *gosto de luxo* dos mais ricos.



Figura 170. Nicolândia – praça de alimentação (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 171. Nicolândia – vendedores ambulantes em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 172. Nicolândia – carrinho de churros do lado de fora do parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 173. Nicolândia – placa com cardápio da Barraca do Valdir, um dos quiosques localizados em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 174. Nicolândia – vendedores ambulantes em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 175. Nicolândia – vendedores ambulantes em frente ao parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

O Nicolândia funciona de sexta-feira a domingo, e também aos feriados. Na sexta, os portões são abertos a partir das 15h15min e permanecem assim até às 21h, e aos finais de semana e feriados, as atrações começam ainda de manhã, às 11h, e encerram às 20h. Durante as férias, o parque funciona também de terça a quinta-feira, no mesmo horário da sexta-feira. Minutos, ou horas antes da abertura dos portões,

dezenas de pessoas (centenas no primeiro final de semana após o dia do pagamento) formam a fila de entrada, ansiosas para aproveitar ao máximo o parque de diversões que faz parte da história de Brasília.

O Nicolândia foi responsável por grande parte do movimento do Parque da Cidade ao longo da sua história. Com seus cerca de 20 mil metros quadrados de área ocupada, o parque de diversões segue sendo uma das principais atrações e a que mais atrai pessoas principalmente aos finais de semana (Figura 176; Figura 177). Com o passar do tempo, se tornou um marco da cidade símbolo da Arquitetura Moderna. A sua roda gigante com as luzes de neon ainda figura no céu de Brasília para quem cruza o Eixo Monumental (Figura 178). Se as grandes capitais do mundo correm para ter suas rodas gigantes à beira de rios e mares, Brasília também tem a sua à beira de sua principal avenida.



Figura 176. *Nicolândia* – interior do parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 177. Nicolândia – interior do parque de diversões (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 178. Nicolândia – roda gigante (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

O Nicolândia em números

Sabemos que o Nicolândia se tornou a atração responsável por atrair o maior número de pessoas de todo o Parque da Cidade. Levantar o seu público é uma tarefa árdua, quase inviável, não fossem as catracas que contabilizam cada vez que giram com a passagem de uma pessoa. Por esse motivo e por ser uma atração privada, optamos por observar a região da entrada do parque de diversões, onde parte das atividades se desenvolve em função dessa atração, principalmente aos finais de semana, e que incluem alguns quiosques de alimentação.

O *Ponto de Interesse* recebe um público consideravelmente maior aos finais de semana, quando o parque de diversões também fica mais movimentado. Foram identificadas 1.220 pessoas nas imediações do portão de acesso – com o público da pista de caminhada/corrida, esse número sobe para 1.625 pessoas. Às quartas-feiras, quando o Nicolândia não abre seus portões, foram contabilizadas 148 pessoas ante 1.072 aos domingos. A maior frequência observada foi às 14h do domingo, resultado da fila de espera pela liberação das catracas. Durante as manhãs, quando o Nicolândia não está funcionando, o que mais atrai as pessoas são os quiosques, que nesse período recebem principalmente os praticantes de atividades físicas da Zona Administrativa, o que pode ser percebido pelo predomínio das roupas esportivas. Durante a tarde de domingo, por outro lado, o público dos quiosques passa a ser composto também, e principalmente, por pessoas que frequentam o Nicolândia (Gráfico 25; Gráfico 26).

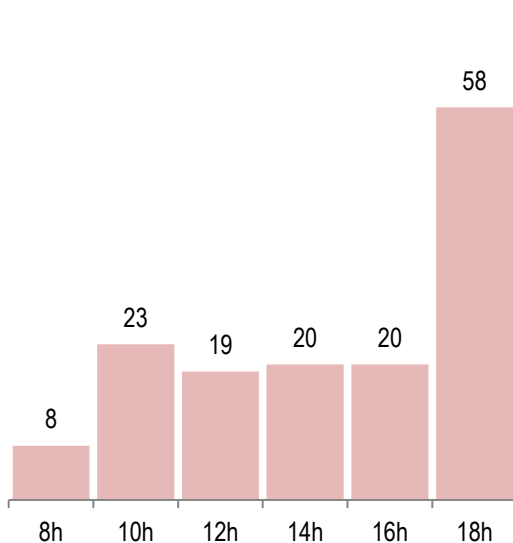


Gráfico 25. Distribuição das pessoas no Nicolândia, por hora, às quartas-feiras.

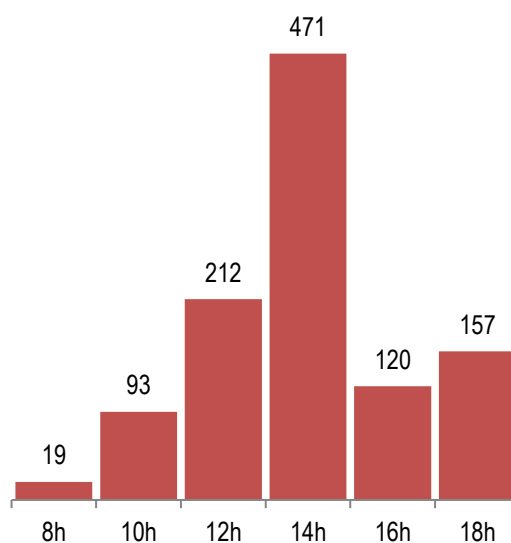


Gráfico 26. Distribuição das pessoas no Nicolândia, por hora, aos domingos.

Das 1.220 pessoas mapeadas, 621 (50,9%) eram homens e 599 (49,1%) mulheres, o que revela equilíbrio entre os sexos. Esse equilíbrio, assim como no Parque como um todo, não foi observado quando inserimos a variável tempo. Se aos domingos, quando o Parque parece mais democrático, há maior equilíbrio, o mesmo não ocorre às quartas-feiras, quando o Parque parece mais restrito, e a presença masculina se torna predominante (Gráfico 27; Gráfico 28).

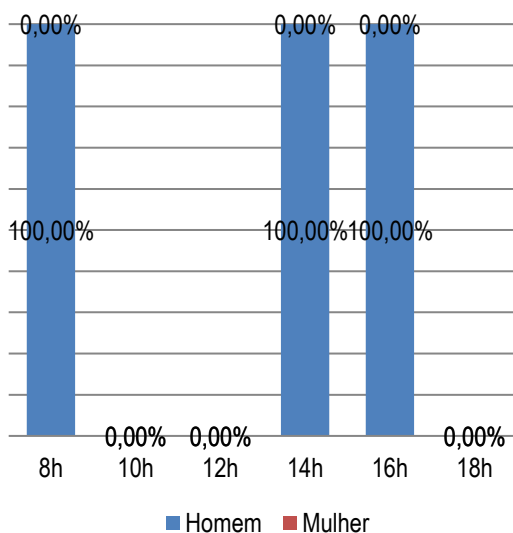


Gráfico 27. Distribuição das pessoas no Nicolândia, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

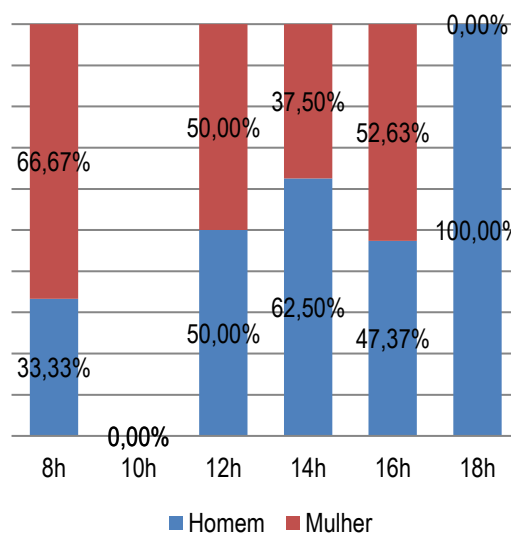


Gráfico 28. Distribuição das pessoas no Nicolândia, por sexo e por hora, aos domingos.

Quanto ao grupo etário, a distribuição na região do Nicolândia se assemelha com a do Parque como um todo. Se analisarmos somente domingo às 14h, horário

referente à formação da fila para a entrada no parque de diversões, e que parece indicar melhor as características do público no interior da atração, a participação relativa de adolescentes sobe significativamente, atingindo a marca de 31,0% do público, seguidos por 53,7% de adultos, 14,6% de crianças e apenas 0,6% de idosos – crianças e adolescentes somam quase metade do público do *Nicolândia* (45,6%).

As atividades mais frequentes nas imediações do *Nicolândia* se referem àquelas relacionadas aos quiosques – pessoas consumindo (quiosque) e pessoas trabalhando (atividades comerciais e de serviços) (Tabela 6). Quanto às pessoas caminhando, correndo ou pedalando, refere as pessoas que estavam chegando ou saindo do Parque por essa região no momento do levantamento. Aos finais de semana, somam-se, ao comércio dos quiosques, os ambulantes que montam suas barracas e carrinhos próximos à entrada do *Nicolândia* com comidas, guloseimas, brinquedos e balões. No início da manhã (8h) aos domingos, as atividades comerciais e de serviço são relativamente predominantes, uma vez que o público ainda é pequeno, aumentando nos horários seguintes, o que resulta no maior público masculino.

Tabela 6. Distribuição das pessoas no *Nicolândia*, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	37	25.0%	124	11.6%
Caminhada/corrída/bicicleta	5	3.4%	2	0.2%
Outras atividades recreativas	37	25.0%	119	11.1%
Parque de diversões (fila)	0	0.0%	406	37.9%
Quiosque	69	46.6%	421	39.3%
Total Geral	148	100.0%	1,072	100.0%

O Quiosque do Atleta

Quem pratica atividade física no Parque da Cidade, ou mesmo em Brasília, conhece o Quiosque do Atleta, provavelmente, o quiosque mais conhecido dos esportistas da cidade. Localizado no Estacionamento 13, ao lado da Administração, o Quiosque do Atleta nasceu na década de 1990 e ocupa uma das construções projetadas por Oscar Niemeyer para o Parque da Cidade (Figura 179; Figura 180; Figura 181).

Outra lanchonete ocupava a edificação daquele estabelecimento que viria a se

chamar Quiosque do Atleta em 1996. O nome foi dado pelos próprios frequentadores, que iam ali para fazer suas inscrições nas provas de corrida. O que começou limitado pela construção original de Niemeyer expandiu seus limites, principalmente, com a Copa do Mundo de 2014, que teve Brasília como uma das cidades sede. Como nos conta a responsável, com o evento esportivo, foi permitida (e incentivada) a ampliação do espaço, o que foi feito com dinheiro próprio, sem financiamento do Estado.



Figura 179. Quiosque do Atleta (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 180. Quiosque do Atleta (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 181. *Quiosque do Atleta* – imediações do quiosque (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Ao longo dos anos, o Quiosque do Atleta foi mudando seu cardápio até se tornar uma lanchonete vegana, com salgados, sanduíches e até sorvete vegano de fabricação própria – bem diferente dos alimentos disponíveis na praça de alimentação do Nicolândia. Defensora da causa animal, a responsável pelo Quiosque conta que nem todos olham com bons olhos o cardápio vegano, ainda que tenha opções não veganas, e que não foram poucos os pedidos para voltar com a costelinha e a mandioca para o cardápio, de onde saíram há mais de 10 anos. Outro pedido que recebe bastante dos frequentadores é a cerveja para que possam tomar depois das partidas. O *gosto* por esse tipo de alimento nos remete novamente a Bourdieu (2017) e a preferência das classes mais populares por um tipo de alimentação com mais sustância, que vai além do suco e do sanduíche natural.

Os pedidos parecem ir contra o caráter esportivo, que, somado ao fato de muitos grupos de corrida terem migrado para os arredores dos Estacionamentos 10 e 11, nos faz questionar sobre a possível popularização da região. Como apontado por Bourdieu (2017), os esportes coletivos são preferidos das classes mais populares, enquanto os esportes individuais são os eleitos das elites. Ainda que muitos corredores e ciclistas, provavelmente a maioria, permaneçam na região, a migração dos grupos de corrida, e com eles os atletas de mais alta performance, parece indicar uma clara intenção de distinção – o apartar dos corpos dos que praticam esportes individuais daqueles que praticam esportes coletivos.

Além do famoso quiosque, a região conta com outros quiosques próximos às quadras de areia (Figura 182; Figura 183). Enquanto esses quiosques parecem receber principalmente o público dos esportes coletivos de areia, os quiosques próximos ao Nicolândia recebem aparentemente um público mais diverso. Todos esses quiosques começaram como ambulantes, vendendo principalmente coco, como nos relatou a responsável pelo Quiosque do Atleta. Com maioria de origem nordestina, os responsáveis pelos quiosques foram chegando e foram ficando – hoje, contam com estruturas fixas com mesas e cadeiras, mas ainda com menos recursos que a edificação do Quiosque do Atleta, a mais antiga da Zona Administrativa.



Figura 182. *Quiosque do Atleta* – quiosques próximos às quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 183. *Quiosque do Atleta* – quiosque do frescobol (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Os quiosques mais próximos ao Nicolândia acabam recebendo o público dessa atração também, além das pessoas que praticam principalmente esportes individuais, como caminhada, corrida, ciclismo e patins. Por outro lado, os quiosques mais próximos às quadras de areia recebem mais o público que utiliza esses equipamentos, e acabam formando grupos de quadra e de quiosque. O *Ponto de Interesse Quiosque do Atleta* recebe todos os públicos, dos usuários mais assíduos do Parque aos frequentadores esporádicos.

Outra atração que chama a atenção da região quanto à presença das atividades esportivas são as barracas de massagem, principalmente massoterapia, voltada para dores musculares e muito procurada pelos atletas (Figura 184; Figura 185). Diversos desses profissionais estão no Parque há mais de uma década. Uma das mais conhecidas, se não a mais, a Zatopek Massoterapia, que leva o nome do atleta checo Emil Zátopek, medalhista olímpico e vencedor da corrida de São Silvestre, em 1953, e apelido do massagista responsável pela barraca.



Figura 184. *Quiosque do Atleta* – tendas de massagem (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 185. *Quiosque do Atleta* – tendas de massagem (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

As quadras de areia mais próximas ao reservatório da Caesb recebem os jogos de vôlei (Figura 186; Figura 187; Figura 188). Desde 2009, o Nosso Centro de Treinamento (NCT) oferece aulas e treinos, tornando-se uma importante alternativa para a prática de vôlei em Brasília. Em 2022, o NCT reuniu atletas acima de 35 anos para a *2ª Etapa do Circuito Master de Vôlei de Praia*. Eventos maiores, como o *Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia 2022*, têm arenas montadas especificamente para a ocasião, na maioria das vezes no Estacionamento 12, em frente ao Parque Ana Lúcia.



Figura 186. *Quiosque do Atleta* – quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 187. *Quiosque do Atleta* – gramados ao redor das quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 188. *Quiosque do Atleta* – gramados ao redor das quadras de areia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Nas quadras de areia mais afastadas da pista de caminhada/corrída e da ciclovia, estão os jogos de futevôlei. A Ilha do Futevôlei é responsável por organizar os treinos e as aulas nessas quadras, que também recebem importantes eventos, como o Circuito Praia do Cerrado, maior campeonato de futevôlei do Centro-Oeste. Por essa região das quadras de vôlei e futevôlei, havia antigamente jogos de críquete, prática da comunidade britânica, como nos contou a responsável pelo Quiosque do Atleta. Os jogos de frescobol acontecem nas quadras de areia mais recentes e próximas ao Nicolândia (Figura 189). Ao lado dessas quadras, o quiosque Tenda Laranja Brasil atende principalmente os praticantes do frescobol (Figura 183). São todos esportes coletivos de areia, com os corpos à mostra e o pé descalço, o que confere o clima de praia – é frequente escutarmos samba tocando nos quiosques ou em caixas de som portáteis que circulam pela região.



Figura 189. *Quiosque do Atleta* – quadras de areia do frescobol (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 190. *Quiosque do Atleta* – quadras de areia próximas ao Nicolândia (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Por mais que Burle Marx tenha idealizado a Zona Esportiva no extremo oposto do Parque, a Zona Administrativa se tornou a região dos esportes por excelência. Além da predominância dos esportes coletivos de areia, a Zona também conta com a presença de praticantes de esportes individuais, como corrida, ciclismo e yoga – além de treinos funcionais que acontecem em áreas pavimentadas ou nas próprias quadras

quando estão livres (Figura 191; Figura 192). O público da Zona Administrativa resulta ainda muito diverso com a presença do Nicolândia e do Ana Lídia.



Figura 191. *Quiosque do Atleta* – trecho da pista de caminhada/corrida (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

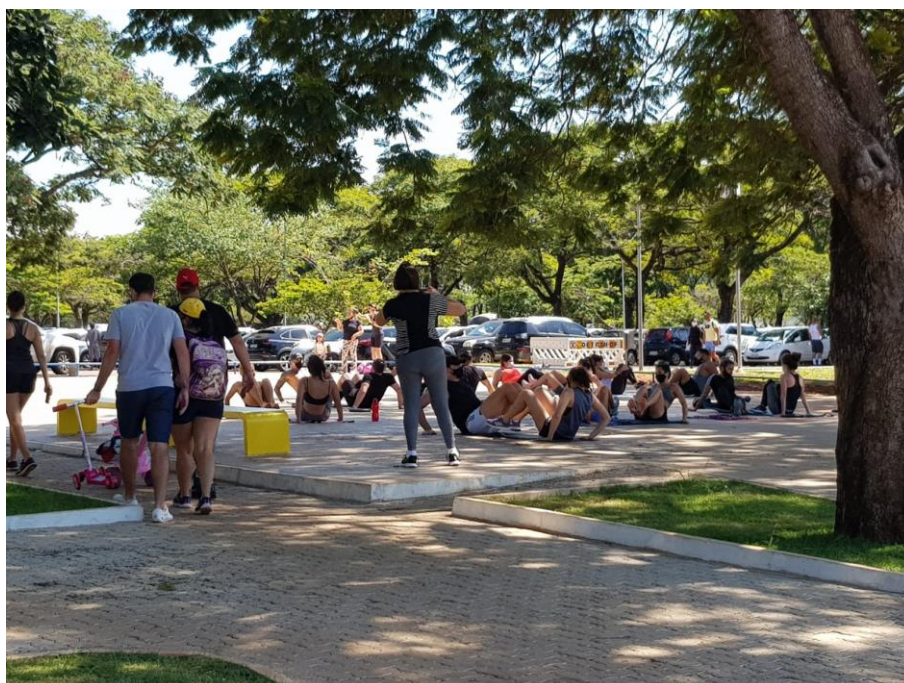


Figura 192. *Quiosque do Atleta* – cimentado entre os Estacionamentos 12 e 13 com aula de funcional (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

O Quiosque do Atleta em números

Uma das regiões mais conhecidas do Parque da Cidade pelos atletas, o *Quiosque do Atleta* contabilizou 1.835 pessoas, sendo 402 às quartas-feiras e 1.433 aos domingos. Se somarmos o público da pista de caminhada/corrída e da ciclovia (596 pessoas), a região contabiliza 2.431 pessoas. Às quartas-feiras, o movimento se mantém constante ao longo do dia, com dois leves picos no meio da manhã (10h) e no final da tarde (18h), o que se deve principalmente aos treinos que acontecem nas quadras de areia. Cabe destacar que, assim como as pistas, a região também recebe muitos atletas, mas o público é consideravelmente inferior ao das pistas durante a semana, que chegam a receber 2.473 pessoas. Aos domingos, o pico acontece às 12h, e se mantém constante ao longo da tarde, ainda que menos intenso (Gráfico 29; Gráfico 30).

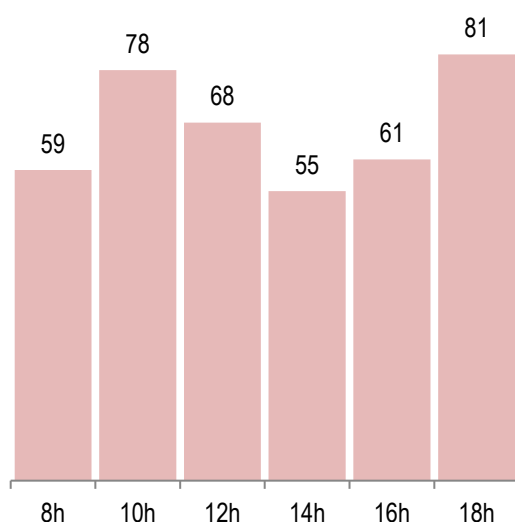


Gráfico 29. Distribuição das pessoas no *Quiosque do Atleta*, por hora, às quartas-feiras.

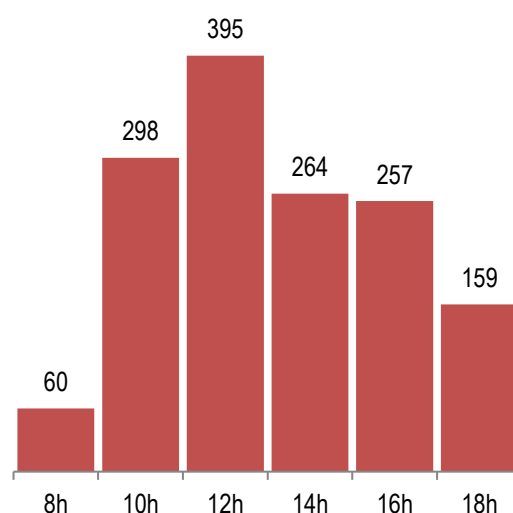


Gráfico 30. Distribuição das pessoas no *Quiosque do Atleta*, por hora, aos domingos.

Entre as 1.835 pessoas levantadas, 1.010 foram homens (55,0%) e 825 mulheres (45,0%). Como observado no Parque como um todo, no *Quiosque do Atleta*, a predominância dos esportes coletivos às quartas-feiras implica maior presença de homens. Aos domingos, quando a frequência relativa dos esportes coletivos diminui, com a presença de atividades mais diversas, o público se torna mais equilibrado quanto ao sexo, mas ainda com a predominância do sexo masculino (Gráfico 31; Gráfico 32).

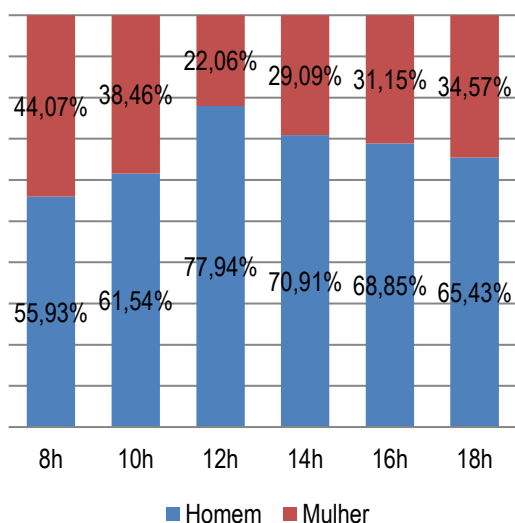


Gráfico 31. Distribuição das pessoas no Quiosque do Atleta, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

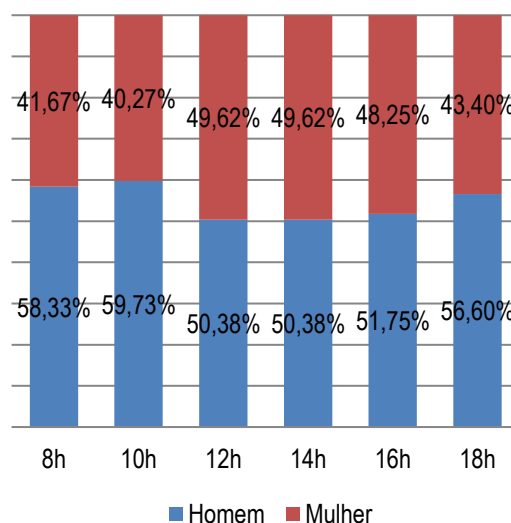


Gráfico 32. Distribuição das pessoas no Quiosque do Atleta, por sexo e por hora, aos domingos.

Ainda que o nome do Quiosque do Atleta tenha sua origem na corrida, o que observamos hoje na região é a forte presença dos esportes coletivos praticados nas quadras de areia durante a semana e aos finais de semana (Tabela 7). Ao contrário dos esportes individuais, que tendem a atrair praticantes das classes mais ricas (Bourdieu, 2017), os esportes coletivos contribuem para conferir ao *Ponto de Interesse Quiosque do Atleta* uma paisagem mais popular que o *Pedalinho*, para onde migraram os grupos de corrida, como veremos.

Aos domingos, parte do movimento se deve ao funcionamento do Nicolândia, que extravasa os limites do parque de diversões, e que está inserido em *outras atividades recreativas*. Com exceção dos esportes individuais, que assim como no restante do Parque tendem a ocorrer com mais intensidade durante os dias de semana, todas as atividades são mais praticadas aos finais de semana, principalmente piqueniques que acontecem pelos gramados da região, e que quase não acontecem durante a semana.

Próximo à administração do Parque, também aos domingos, acontece o ensaio de um grupo de bateria que atrai diversos observadores admirados, e que anima ainda mais a vida do Parque (Figura 193). Entre os Estacionamentos 12 e 13, acontece uma roda de capoeira, numa praça batizada Praça da Capoeira, justamente devido à prática no local – atividades que foram classificadas dentro das culturais, artísticas e contemplativas. A diversidade de atividades que ocorrem aos domingos contribui para

que o *Quiosque do Atleta* resulte aparentemente em uma região mais democrática, que recebe diferentes públicos.

Tabela 7. Distribuição das pessoas no *Quiosque do Atleta*, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	89	22,1%	147	10,3%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	0	0,0%	22	1,5%
Caminhada/corrida/bicicleta	1	0,2%	4	0,3%
Esportes coletivos	138	34,3%	319	22,3%
Esportes individuais	45	11,2%	39	2,7%
Outras atividades recreativas	104	25,9%	440	30,7%
Piquenique/festa/churrasco	4	1,0%	294	20,5%
Quiosque	21	5,2%	168	11,7%
Total Geral	402	100,0%	1.433	100,0%



Figura 193. *Quiosque do Atleta* – ensaio de bateria próximo à Administração do Parque (2023).
Fonte: Arquivo pessoal.

O Castelinho

Conhecido como Castelinho, o parque infantil foi idealizado por Burle Marx para ser a *Cidade das Crianças*, como descrito na planta do projeto (Figura 133). Junto ao Castelinho estaria o mini-golf, um dos alvos das críticas do paisagista em seu texto para o *Jornal de Brasília*, em 1979, que teve seus buracos fechados “com ralos como se fossem simples drenagens”.

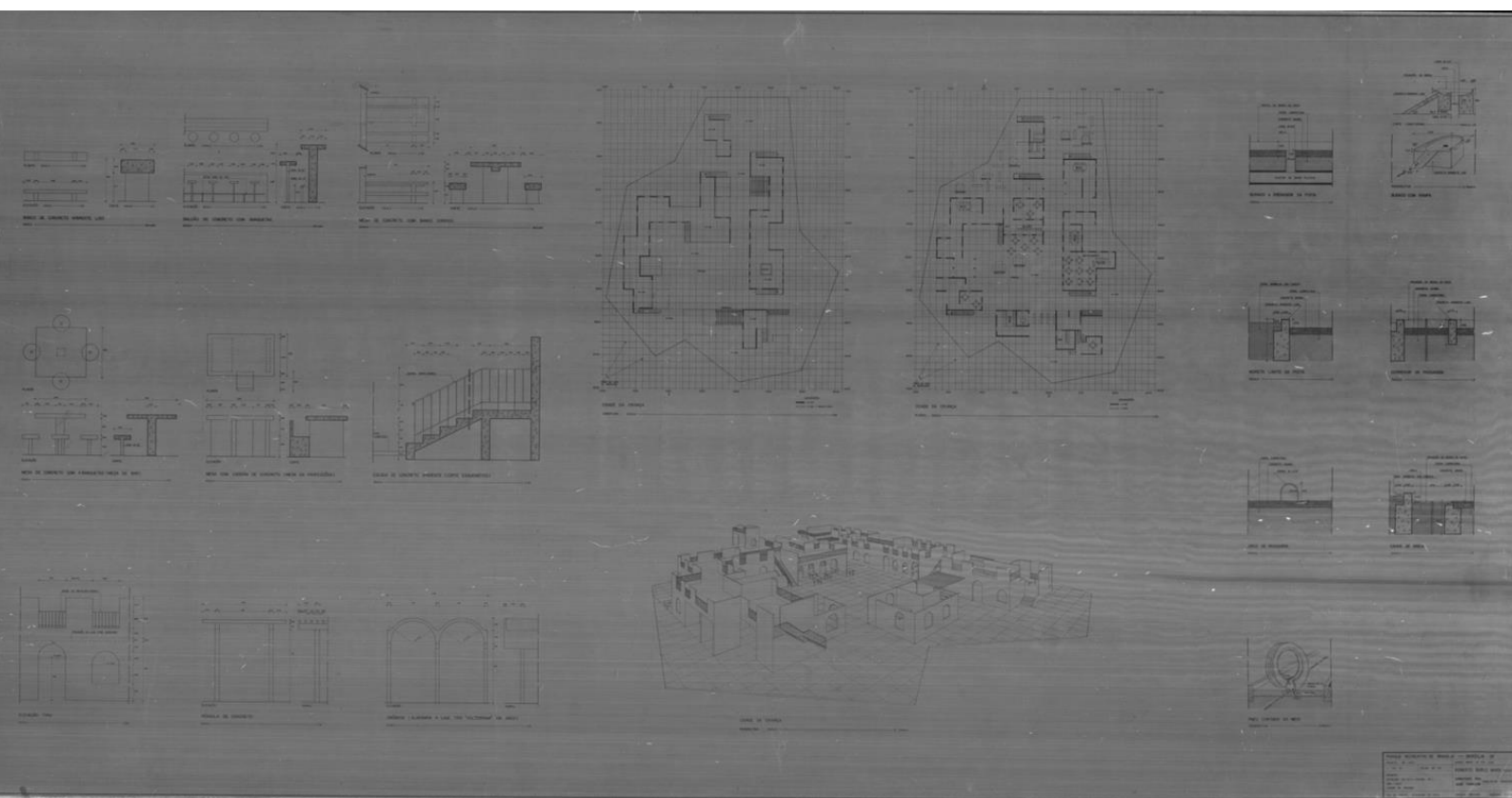


Figura 194. Planta da Cidade das Crianças. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

O mini-golf não existe mais e o Castelinho permanece pouco frequentado durante a semana. No local, foram plantadas diversas mangueiras, espécie que possui uma grande massa de vegetação, o que deixou a atração bastante escondida, além das próprias paredes edificadas. Durante a semana, sem as crianças brincando e os adultos observando, o espaço se torna inseguro, resultando em cenário de crimes, como as notícias de jornais evidenciam (Figura 195; Figura 196).



Figura 195. Castelinho – antes da intervenção. Fonte: shorturl.at/aJO24.



Figura 196. Castelinho – antes da intervenção. Fonte: shorturl.at/anT23.

Em junho de 2021, o Castelinho recebeu atenção da Administração do Parque, que, em parceria com a iniciativa privada, pintou toda a atração, junto com o conjunto de gangorras que fica ao lado, e também idealizado por Burle Marx no projeto original (Figura 197; Figura 198). A manutenção teve o objetivo de voltar a atrair as crianças para o icônico Castelinho do Parque da Cidade. De acordo com Silvestre Rodrigues, então Administrador do Parque, em entrevista ao Jornal de Brasília, em 26/06/2021, “O Parque Ana Lúcia, que tem o foguete, é tão importante quanto o Castelinho, mas é mais frequentado por causa do seu estado de conservação”.



Figura 197. Castelinho – durante a intervenção (2021). Fonte: shorturl.at/iLPZ5.



Figura 198. Castelinho – durante a intervenção (2021). Fonte: shorturl.at/iLPZ5.

A importância e a relevância do Castelinho para o Parque da Cidade são inquestionáveis. No entanto, o problema não é apenas o estado de conservação da construção, mas a forma como está inserida no seu entorno, que resulta em diversos espaços cegos, contribuindo para a sensação de insegurança dos frequentadores, que preferem ir com as crianças ao Parque Ana Lúcia durante os dias de semana, e também por ser cercado e mais próximo aos estacionamentos. Mais de um ano após a intervenção, o Castelinho segue sem frequentadores nos dias de semana.

O cenário se transforma aos finais de semana. Se durante a semana, o Castelinho parece uma atração abandonada, um cenário propício ao crime, aos finais de semana, dezenas de famílias se espalham pelos gramados ao redor, quando as crianças ocupam a “sua cidade”, correndo, se escondendo, gritando, cantando – dando vida ao parque infantil (Figura 199; Figura 200; Figura 201; Figura 202; Figura 203; Figura 204). Se durante a semana, o silêncio predomina, aos finais de semana, crianças gritando e músicas que saem das caixas de som portáteis tomam conta da região. Entre os gêneros musicais mais tocados, o sertanejo predomina.

As festas infantis se valem dos brinquedos e das mesas de concreto dentro do Castelinho. Enquanto as crianças das classes mais ricas contam com *playgrounds* particulares, espaços *gourmets*, aluguel de salão de festas e de brinquedos para suas festas, as famílias com menor capital econômico e edílico têm no Castelinho um espaço para comemorar os aniversários das crianças.



Figura 199. Castelinho – interior com mesas e bancos de concreto (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 200. *Castelinho* – gramados ao redor sendo ocupados por grupos de famílias e amigos (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 201. *Castelinho* – gangorras nos gramados ao redor (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 202. *Castelinho* – escorregadores (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 203. *Castelinho* – grupo de família e amigos fazendo piquenique nos bancos e mesas de concreto (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 204. Castelinho – crianças brincando (2023). Fonte: Arquivo Pessoal.

O Castelinho em números

O *Castelinho* tem um cenário completamente distinto durante a semana e aos finais de semana. O levantamento contabilizou 447 pessoas, sendo 38 pessoas às quartas-feiras e 409 aos domingos. Se em dias da semana, a atração transmite insegurança, com seus espaços cegos e vazios, aos finais de semana, as famílias ocupam intensamente o espaço, permanecendo ao longo de todo o dia, com piqueniques e festas (Gráfico 33; Gráfico 34).

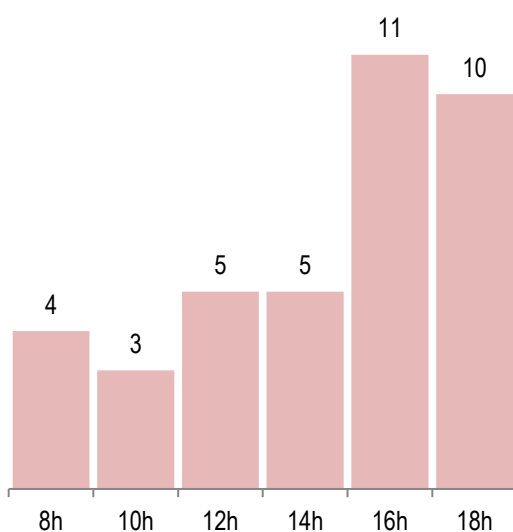


Gráfico 33. Distribuição das pessoas no *Castelinho*, por hora, às quartas-feiras.

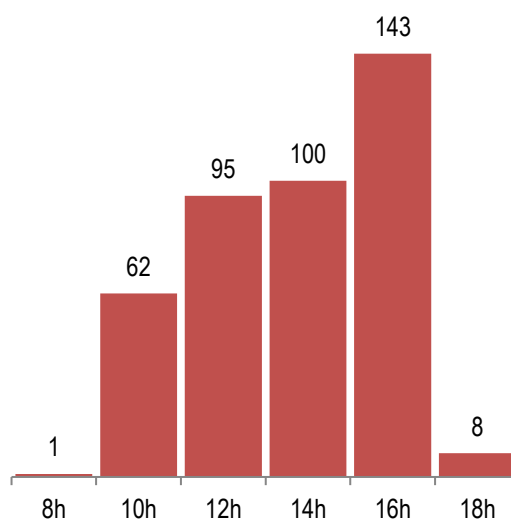


Gráfico 34. Distribuição das pessoas no *Castelinho*, por hora, aos domingos.

Às quartas-feiras, há o predomínio do sexo masculino, com 23 homens (60,53%) e 15 mulheres (39,47%). Aos domingos, quando as atividades familiares tomam conta do espaço, a relação se inverte, com a predominância de mulheres, tendo sido contabilizadas 227 mulheres (55,50%) e 182 homens (44,50%) (Gráfico 35; Gráfico 36). Esse cenário evidencia a sensação de insegurança da região durante os dias de semana – e o conseqüente maior capital espacial dos homens – ao mesmo tempo em que confirma a presença mais acentuada das mulheres nas atividades familiares.

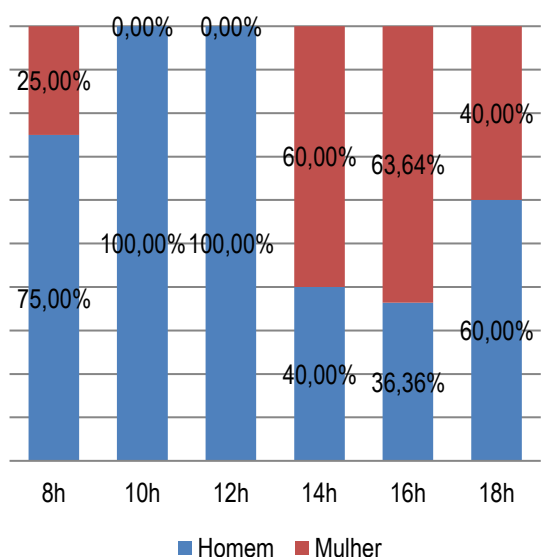


Gráfico 35. Distribuição das pessoas no *Castelinho*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

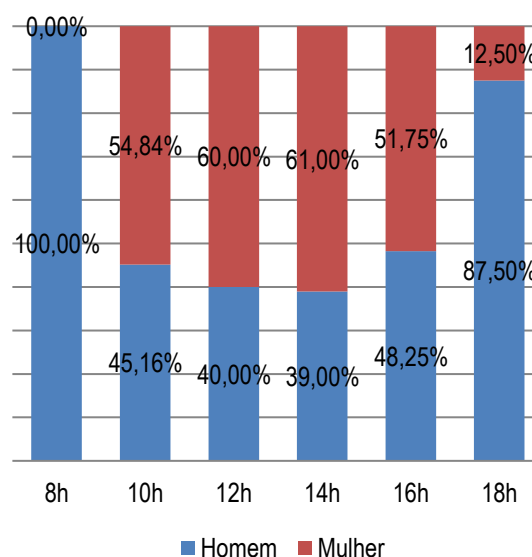


Gráfico 36. Distribuição das pessoas no *Castelinho*, por sexo e por hora, aos domingos.

Assim como acontece no Parque Ana Lúcia aos finais de semana, no *Castelinho* também observamos famílias fazendo piqueniques e comemorando aniversários, o que implica atividades mais demoradas e que costumam ocupar o espaço ao longo de todo o dia. No entanto, diferentemente do Ana Lúcia, que permanece com um movimento considerável às 18h, no *Castelinho*, o movimento reduz significativamente, provavelmente, devido à sensação de insegurança que o local transmite com o anoitecer e a falta de iluminação. Como não existe nenhum quiosque na região, as atividades comerciais e de serviços observadas referem os ambulantes que passam com seus carrinhos vendendo principalmente picolés – embora tenha sido contabilizado apenas um ambulante durante o mapeamento, diversos ambulantes costumam passar pela atração e em diferentes horários.

Conclusão do capítulo

A Zona Administrativa se tornou a mais movimentada do Parque da Cidade, suas atrações recebem milhares de pessoas, principalmente aos finais de semana. O *Parque Ana Lúcia* e o *Nicolândia* são as atrações mais antigas, sendo anteriores ao próprio Parque, e seguem ocupando o mesmo lugar desde a sua inauguração. O parque infantil e o parque de diversões têm seu grande público aos finais de semana, assim como acontece no *Castelinho*, o outro parque infantil da Zona Administrativa. O

Ponto de Interesse Quiosque do Atleta, apresenta público diverso, de esportistas assíduos a frequentadores esporádicos. A região ficou marcada pela presença dos esportes de areia, como o futevôlei, o vôlei e o frescobol, e pelos quiosques que dão suporte aos atletas, assim como os quiosques voltados para o público mais diverso que frequenta o *Nicolândia* ou que pratica outros esportes.

Os resultados do mapeamento nos *Pontos de Interesse* da Zona Administrativa apontaram para a predominância de homens nas práticas esportivas e para a predominância de mulheres nas atividades familiares, como acontece com os números do Parque de modo geral. A predominância de homens às quartas-feiras e em horários menos movimentados (às 8h e às 18h) evidenciam o maior domínio que os homens possuem do Parque, o que reflete no maior capital espacial deles em relação às mulheres.

O *Ponto de Interesse Quiosque do Atleta* representa o grande público dos esportes que marca a Zona Administrativa, principalmente os esportes coletivos de areia. Ao contrário dos esportes individuais, que tendem a atrair praticantes das classes mais ricas (Bourdieu, 2017), os esportes coletivos de areia contribuem para conferir ao *Quiosque do Atleta* uma paisagem mais popular que outros *Pontos* onde predominam os esportes individuais, como no *Pedalinho* onde predomina a corrida e o ciclismo. Ainda que o esporte busque uma alimentação saudável, mesmo no Quiosque do Atleta, com seu cardápio vegano, houve o pedido para a volta da picanha e com mandioca frita – a *função* em detrimento da *forma* na alimentação, o *gosto de necessidade* na alimentação. Os pés descalços e os corpos descobertos, característicos dos esportes de areia, marcam o clima praiano da região.

O *Parque Ana Lúcia* não é apenas um parque infantil com bancos de areia e balanços – ele representa um evento fora da rotina para muitas crianças que o frequentam, principalmente aos finais de semana com suas famílias, quando vêm passar o dia fazendo piquenique e aproveitando-o ao máximo. Relatos de brasileiros que acompanharam o *Parque Ana Lúcia* ao longo da vida indicam que o parque infantil sempre atraiu o público de diversas regiões de Brasília, não apenas das regiões centrais, o que aponta para o seu caráter mais democrático. Ainda assim, estar próximo ao *Ana Lúcia* e poder amplamente acessá-lo com a frequência desejada é um fator de distinção e implica maior capital espacial.

O Nicolândia, diferente da antiga Divertlândia com seu rico público pagante, tornou-se um tradicional e popular parque de diversões localizado no coração da cidade. Com acesso facilitado pela proximidade da Rodoviária do Plano Piloto e do Eixo Monumental, o público do *Nicolândia* é popular, provavelmente o mais popular do Parque da Cidade. O *gosto de necessidade* que pode ser observado nos alimentos ofertados na praça de alimentação ou pelos vendedores ambulantes na entrada evidenciam o caráter mais popular desse *Ponto de Interesse* – retomando Bourdieu (2017), a alimentação é um dos principais itens de distinção.

O *Castelinho*, ainda que não tenha a mesma importância que o *Parque Ana Lúcia*, ou que o *Nicolândia*, tem seus cômodos internos e seus arredores intensamente ocupados aos finais de semana – bem diferente do que ocorre durante a semana, quando seu isolamento o torna um local inseguro. As festas infantis que utilizam os bancos e as mesas de concretos, diferente dos salões de festas, dos brinquedos alugados e dos *playgrounds* das festas infantis dos filhos das camadas mais ricas da população, parecem indicar a frequência de pessoas com menor capital edílico. Todos esses aspectos apontam para o caráter mais popular do *Castelinho*, até mais que o *Parque Ana Lúcia* aos finais de semana.

Quanto à apresentação, um dos principais itens de distinção apontados por Bourdieu (2017; *Capítulo I*), o público do *Quiosque do Atleta* e dos outros *Pontos de Interesse* da Zona Administrativa apresentam uma diferença fundamental. No *Nicolândia*, no *Parque Ana Lúcia* e no *Castelinho*, notamos uma menor preocupação com os padrões estéticos ditados pela moda, com os corpos alimentados por dietas hipercalóricas, em contraposição à ditadura da magreza e da “boa forma” sustentada pelas elites. Essas características marcam o público desses três *Pontos* de modo geral, o que pode nos dar indícios de que se caracterizam como atrações mais populares dentro do Parque da Cidade. Em contraposição, pelas quadras de areia circulam os corpos atléticos dos esportistas.

O levantamento demonstrou que a Zona Administrativa se caracteriza como a mais movimentada do Parque e aquela que aparenta ser a mais popular. Desde as atrações recreativas, com o *Nicolândia* e o *Castelinho*, representando *habitus* e *gostos* mais populares, resultado de menores volumes de capital, o que significa também menor capital arquitetônico, aos esportes coletivos de areia, que tendem a atrair um público diverso da elite, que busca os esportes individuais. O *Parque Ana Lúcia*, que

aparenta apresentar uma popularização do seu público aos finais de semana, parece ser a atração mais democrática da região. Sendo a mais popular, a proximidade da Rodoviária do Plano Piloto cumpre um importante papel para que o público dessa Zona acesse suas atrações.

CAPÍTULO VII

O CENTRO DO PARQUE DA CIDADE

No centro geográfico do Parque da Cidade estão as Zonas da Feira, do Lago e a Zona Cultural, que recebem as mais diversas atividades. Voltada para o bairro Sudoeste e sem conexão com a Asa Sul está a Zona da Feira dos Estados, que além do trecho da pista de caminhada/corrída e da ciclovia, possui como única atração o Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. O Pavilhão recebe principalmente feiras, das mais diversas temáticas, mas também funciona como estrutura para shows e festas. Fora os eventos esporádicos que ocorrem no Pavilhão, e que chegam a atrair um grande contingente de pessoas independentemente do funcionamento do restante do Parque da Cidade, a Zona, que não possui nenhum outro equipamento, permanece vazia a maior parte do tempo, com exceção das pessoas que circulam pela pista e pela ciclovia. Ainda que tenha sido pensada como uma Zona independente, devido à sua função, é a única que não possui nenhum acesso para automóveis nos seus limites com a cidade. Para os pedestres, quatro aberturas no cercamento permitem a passagem, que também são utilizadas por ciclistas – uma delas inclusive por motociclistas.

A Zona do Lago, também localizada no centro do Parque da Cidade, mas voltada para a Asa Sul, se tornou uma das mais movimentadas, tanto em dias de semana como aos finais de semana. Se a Zona Administrativa abriga hoje esportes coletivos de areia, a Zona do Lago se tornou a região dos esportes individuais. A corrida que deu origem ao nome do Quiosque do Atleta, na Zona Administrativa, migrou para a região do *Pedalinho*, na Zona do Lago – ainda que alguns grupos de corrida tenham permanecido na antiga Zona, a maior concentração se encontra hoje entre o lago e o Estacionamento 10. Aos finais de semana, além dos corredores, ciclistas e triatletas, o *Pedalinho* recebe centenas de famílias e grupos de amigos que fazem piqueniques pelos gramados, e andam de patins ou de bicicleta com as crianças. Para atender essas pessoas, diversos quiosques estão espalhados pelos gramados, inclusive o primeiro quiosque do Parque, que teve início como banca de revista, conhecido como a *banca do coco*.

A Zona Cultural, terceira zona a ocupar o centro geográfico do Parque da Cidade, tem como principal atração a Praça das Fontes, que se encontra abandonada,

com suas fontes e espelhos d'água desativados, e pouco ocupada. A Praça foi pensada por Burle Marx para ser o coração do Parque, mas se tornou um de seus pontos mais esvaziados. A Praça com caráter urbano, que deveria reunir grandes contingentes de pessoas, deu espaço a um local intimista, com atividades individuais e contemplativas em dias comuns – paisagem que se altera quando eventualmente recebe algum grande show. Por outro lado, os gramados da Zona Cultural, principalmente entre a Praça e o Estacionamento 3, são densamente ocupados aos finais de semana, com grupos de amigos e famílias fazendo piqueniques e comemorando aniversários, o que se reflete na ocupação do parque infantil localizado nos arredores, que também fica cheio de crianças – cenário bem diferente durante dias de semana.

Diversas paisagens podem ser presenciadas na porção central do Parque da Cidade. Os arredores do *Pavilhão*, na Zona da Feira, permanecem vazios e sem vida, ocupados esporadicamente quando ocorre algum evento, e com pouca relação com o restante do Parque, o que deu espaço para o surgimento da *Floresta dos Susurros*. O *Pedalinho*, na Zona do Lago, foi a região do Parque que mais viu seu público crescer na última década, principalmente em decorrência da forte presença dos esportes individuais ligados à corrida e ao ciclismo, que migraram da região do *Quiosque do Atleta*. A Praça das Fontes, na Zona Cultural, viu seu amplo espaço com traços do Paisagismo Moderno ser dedicado a atividades mais contemplativas, como aulas de yoga e meditação – diferentemente de seus gramados ao redor que recebem centenas de pessoas aos finais de semana.

Este capítulo se dedica a explorar os *Pontos de Interesse* localizados nas Zonas da Feira e do Lago, e na Zona Cultural: o *Pavilhão*, o *Pedalinho* e a *Praça das Fontes*, respectivamente, suas histórias e como são ocupados atualmente, e está dividido em três seções referentes a cada um dos *Pontos*: (i) O *Pavilhão*; (ii) O *Pedalinho*; e, (iii) A *Praça das Fontes*.

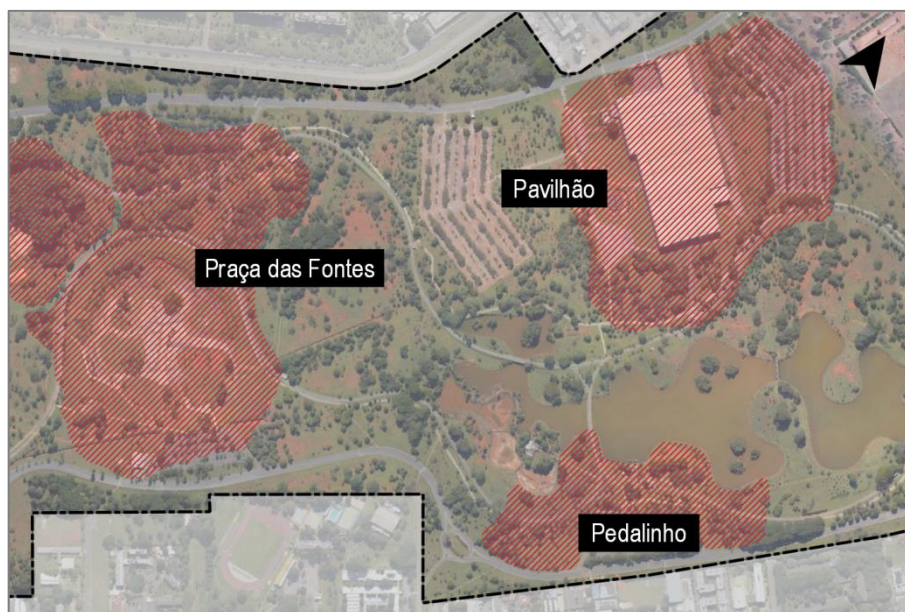


Figura 205. Pontos de Interesse: Pavilhão; Pedalinho; e Praça das Fontes.

O Pavilhão

Mais de quatro décadas depois, muito do que foi pensado por Burle Marx não saiu do papel ou foi alterado com o passar dos anos. O caso mais emblemático possivelmente foi o Pavilhão de Exposições, que teve o projeto de Oscar Niemeyer executado e substituído uma década mais tarde. O projeto era composto por três blocos de 90 x 15 metros e um bloco maior de 180 x 15 metros, com boxes de exposições, sanitários e depósitos (Figura 206). O Pavilhão de Brasília, o bloco maior, recebeu o salão de exposições e um restaurante. Por entre os edifícios, a Zona da Feira contava também com um anfiteatro com capacidade para 100 pessoas. Integrando os edifícios, Niemeyer projetou uma praça que contava ainda com sanitários, dois coretos e uma fonte sonoro-luminosa. O projeto paisagístico, por sua vez, se limitava à vegetação na periferia da massa construída, além das conexões com as estações de tremzinho, que circulavam no interior do Parque.



Figura 206. Zona da Feira dos Estados com o projeto de Oscar Niemeyer (1980). Fonte: GeoPortal.

Ainda que com acesso independente e com autonomia em relação ao Parque da Cidade, como idealizou Burle Marx, o projeto de Niemeyer respeitava a Escala Bucólica e integrava o construído ao não construído. Uma década mais tarde, em 1990, foi inaugurado o novo Pavilhão de Exposições, que ocupava nada menos que todo o interior da praça delimitada pelas edificações projetadas por Niemeyer. Um edifício em desarmonia com seu entorno, com fachadas cegas que em nada contribuem para a integração com a área verde livre a sua volta (Figura 207; Figura 208).



Figura 207. Pavilhão de Exposições (2016). Fonte: GeoPortal.



Figura 208. Pavilhão de Exposições (2022). Fonte: Correio Braziliense.

O que acontece quando criamos espaços cegos em meio a uma enorme área verde? A *Floresta dos Sussurros*. Nas imediações dos Estacionamentos 1 e 2 “relações rápidas e descompromissadas acontecem ao ar livre e a qualquer hora do dia” (Correio Braziliense, 2018). O entorno do *Pavilhão* é conhecido há anos pelos atos sexuais e também pelo tráfico de drogas – práticas que acontecem em plena luz do dia (Figura 209; Figura 210; Figura 211). Com predominância masculina, os

frequentadores passam por ali em vários horários: de manhã cedo, antes de iniciar o expediente, à noite, antes de voltar para casa, ou ainda no intervalo do almoço. Com a pandemia do novo coronavírus, os estacionamentos foram permanentemente fechados, e as árvores ao redor se tornaram os pontos de encontro, além dos túneis de água pluvial, próximos ao Estacionamento 2.



Figura 209. *Pavilhão* – Reportagem do Correio Braziliense sobre a Floresta dos Sussurros (2018).
Fonte: Correio Braziliense.

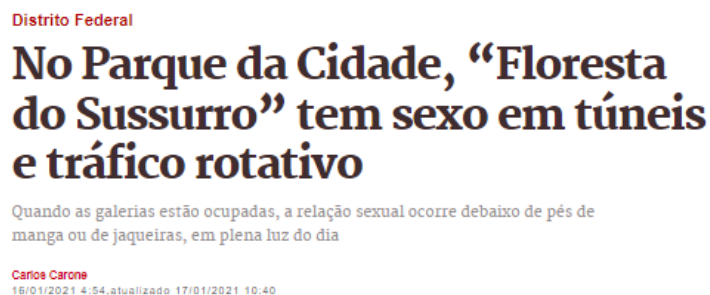


Figura 210. *Pavilhão* – Reportagem do Portal Metrôpoles sobre a Floresta dos Sussurros (2021).
Fonte: Portal Metrôpoles.



Figura 211. *Pavilhão* – Reportagem do Portal Metrôpoles sobre a Floresta dos Sussurros (2022).
Fonte: Portal Metrôpoles.

Mas não apenas como *Floresta dos Sussurros* ficou conhecida a região do *Pavilhão*. Diversos eventos são sediados ali ao longo do ano, como a Expotchê, tradicional feira gaúcha que acontece todos os anos em Brasília, feiras esportivas e automotivas, shows, formaturas de escolas de Ensino Médio e celebrações religiosas (Figura 212; Figura 213; Figura 214). Além do Pavilhão do Parque da Cidade, o centro de Brasília conta com diversos espaços similares, como o Centro de Exposições Ulysses Guimarães, no Eixo Monumental, ao lado da entrada principal do Parque, ou mesmo o Estádio Mané Garrincha e o Ginásio Nilson Nelson, localizados no Centro Esportivo Ayrton Senna, na Asa Norte, e que recebem outros tantos eventos similares. São espaços que acabam disputando a realização de eventos, o que contribui, além de outras razões, para que o Pavilhão fique a maior parte do ano sem receber qualquer evento – um grande galpão perdido no meio do Parque da Cidade.



Figura 212. Pavilhão – 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNTC) (2018). Fonte: shorturl.at/jOX12.



Figura 213. Pavilhão – 25ª Exptochê (2017). Fonte: shorturl.at/aDM79.



Figura 214. Pavilhão – 8º Festival do Japão de Brasília (2019). Fonte: shorturl.at/hiQT8.

O Pavilhão em números

Se não há nenhum evento acontecendo no Pavilhão do Parque, não há motivos para as pessoas permanecerem na região. Das 42 pessoas observadas no levantamento, foram apenas 05 às quartas-feiras e 37 aos domingos. O público que circula pelas pistas no trecho do *Pavilhão* contabiliza 203 pessoas, o que significa 4,83 vezes o público da região – as pessoas não vão até o *Pavilhão*, as pessoas passam por ele. O maior movimento foi observado no domingo, às 16h, quando havia grupos de pessoas fazendo piqueniques ou simplesmente sentados e deitados na grama. Aos

domingos, algumas poucas pessoas acabam permanecendo nos gramados da região, mas às quartas-feiras são apenas pessoas passando (Gráfico 37; Gráfico 38).

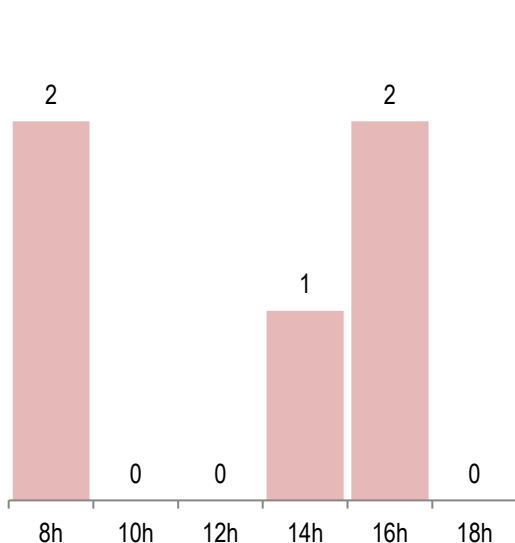


Gráfico 37. Distribuição das pessoas no Pavilhão, por hora, às quartas-feiras.

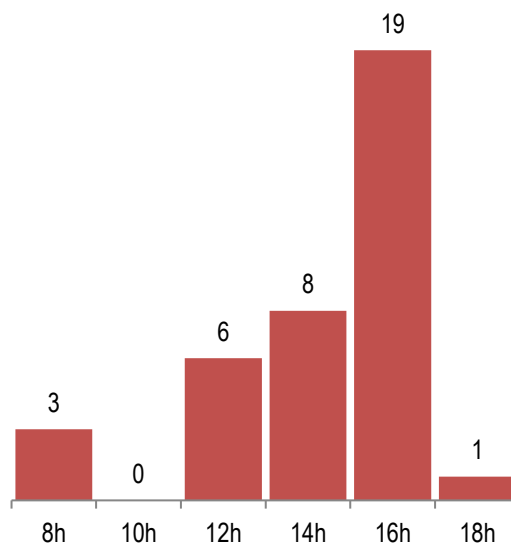


Gráfico 38. Distribuição das pessoas no Pavilhão, por hora, aos domingos.

Das 42 pessoas mapeadas, 24 eram homens (57,15%) e 18 mulheres (42,85%), havendo aparente proximidade entre os sexos de modo geral – mas cabe a ressalva do número pouco expressivo, o que dificulta comparações mais precisas. Essa simetria não existe em diferentes horários, como acontece às quartas-feiras, quando nenhuma mulher foi contabilizada. Aos domingos, por outro lado, as mulheres chegam a superar os homens em alguns horários, mas não no final da tarde (18h), quando a região pouco iluminada fica esvaziada – e quando apenas um homem foi observado durante o mapeamento (Gráfico 39; Gráfico 40).

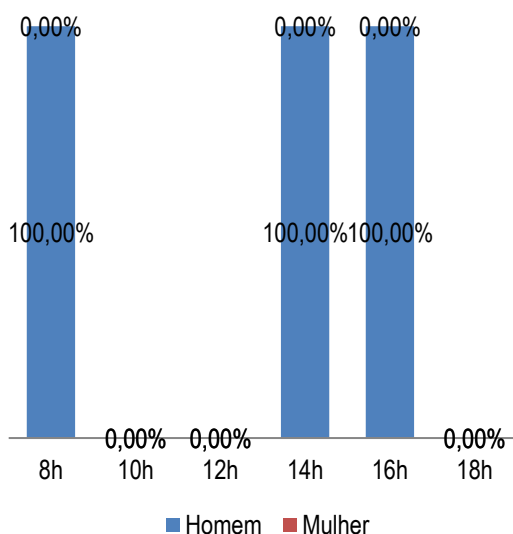


Gráfico 39. Distribuição das pessoas no *Pavilhão*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

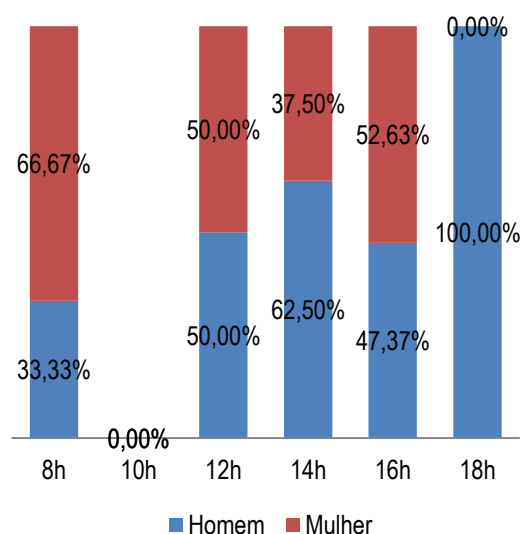


Gráfico 40. Distribuição das pessoas no *Pavilhão*, por sexo e por hora, aos domingos.

Quanto aos grupos etários, chama a atenção o fato de apenas adultos e adolescentes terem sido observados na região, sendo 64,29% e 37,71% do público total, respectivamente. Às quartas-feiras, apenas adultos (e homens) frequentam os arredores do *Pavilhão*, o que indica a sensação de insegurança da região e a falta de atrações que funcionem como âncora para atrair outro tipo de público – além da *Floresta dos Sussurros*.

Às quartas-feiras, apenas duas variedades de atividades foram observadas, *caminhada/corrída/ciclismo*, com pessoas correndo em direção à pista de corrida/caminhada e à ciclovia, e *outras atividades recreativas*, referente a pessoas sentadas em bancos ou apenas passando pela região. Aos domingos, além de local de passagem, alguns poucos grupos permanecem nos gramados fazendo piqueniques ou apenas passando o tempo (Tabela 8).

Tabela 8. Distribuição das pessoas no *Pavilhão*, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Caminhada/corrída/bicicleta	2	40.0%	0	0.0%
Outras atividades recreativas	3	60.0%	27	73.0%
Piquenique/festa/churrasco	0	0.0%	10	27.0%
Total Geral	5	100.0%	37	100.0%

O Pedalinho

Pedalinho. Antigo pedalinho. Ponte. Banca do coco. Estacionamento 10. Estacionamento da UNIQ¹⁵. São diversos os nomes pelos quais os frequentadores do Parque da Cidade chamam essa região que compreende o gramado entre o Estacionamento 10 e o lago, por onde se espalham quiosques e grupos de corrida, por onde cruzam a pista de corrida/caminhada e a ciclovia, e onde está o monumento em homenagem à música que eternizou o Parque da Cidade: “Eduardo e Mônica”, de Legião Urbana.

Para os mais antigos, a região será sempre chamada de *Pedalinho*, no máximo *Antigo Pedalinho*, em referência aos pedalinhos que fizeram sucesso durante as décadas de 1980 e 1990. Em meados da década de 1990, os pedalinhos sumiram da paisagem do lago, mas ficaram na memória afetiva de muitos brasilienses. Em setembro de 2020, uma parceria público-privada, entre a Administração do Parque e a organização do Festival Flutua, trouxe de volta os saudosos pedalinhos ao lago, que passou a contar também com caiaques (Figura 215). A organização do Festival construiu um novo píer e instalou nova iluminação no local. Com o fim do festival, os pedalinhos continuaram à disposição da população para serem alugados. O passeio de pedalinho custava R\$ 50,00 para duas pessoas e o aluguel do caiaque R\$ 20,00 para uma pessoa. Mas acabaram deixando a paisagem do lago mais uma vez.



Figura 215. Pedalinhos no lago do Parque da Cidade (2021). Fonte: Arquivo pessoal.

¹⁵ Referência à academia localizada fora dos limites, mas com acesso pelo Parque da Cidade.

Essa região também é conhecida pela ponte que fecha o percurso da “Volta de 4 km” da pista de corrida/caminhada e da ciclovia (Figura 216; Figura 217; Figura 218). Se casais apaixonados buscam imortalizar seu amor colocando cadeados com suas iniciais na *Pont des Art*, em Paris, em Brasília, eles o fazem na ponte do Parque da Cidade. Embora estreita para a passagem da pista de corrida/caminhada e da ciclovia, ambas nos dois sentidos, a ponte é ponto de parada para as pessoas apreciarem a paisagem, sentirem a brisa no rosto e o calor do sol – o que gera muitos conflitos entre corredores, ciclistas e pessoas que estão apenas passeando pelo Parque, principalmente, aos finais de semana quando muita gente circula pela ponte.



Figura 216. *Pedalinho* – gramados ao redor da ponte do Parque da Cidade (2021). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 217. *Pedalinho* – gramados ao redor da ponte do Parque da Cidade (2021). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 218. *Pedalinho* – pista de corrida/caminhada e ciclovia na “Volta de 4 km”, em direção à ponte (2021). Fonte: Arquivo pessoal.

Outro ponto de referência que ficou famoso com o passar dos anos foi a banca do coco (Figura 219; Figura 220). Única banca de revistas do Parque, surgiu ainda em 1987, apenas com a venda de jornal, sem nenhuma estrutura. Com o passar dos anos, o carrinho de jornal virou banca e foi aumentando, tendo sido o único estabelecimento comercial com permissão para permanecer aberto durante a pandemia do novo coronavírus, após os quatro meses iniciais quando o Parque foi completamente fechado – justamente por não ser um quiosque de comida, mas uma banca de jornal. Hoje, os jornais e revistas permanecem expostos, mas o que realmente atrai as pessoas é o coco e a sombra após a prática esportiva – além dos responsáveis que se tornam íntimos de seus clientes, chamando pelos nomes e vice-versa.



Figura 219. *Pedalinho* – banca do coco, no Estacionamento 10 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 220. *Pedalinho* – banca do coco, no Estacionamento 10 (2023). Fonte: Arquivo pessoal.

Um dos responsáveis pela banca nos conta que viu a eletricidade chegar ao Parque em 1987. Antes disso era preciso puxar a energia do poste mais próximo. Diferentemente do que afirmam os entrevistados responsáveis pelos quiosques na região do *Quiosque do Atleta* e do Nicolândia, um dos responsáveis pela banca afirma que o movimento no Parque aumentou muito, principalmente nos últimos anos, quando as pessoas passaram a se preocupar mais com a saúde e a praticar atividades ao ar livre, como corrida e ciclismo. Para o comerciante, o número de pessoas que passou a frequentar o Parque, ou pelo menos essa região, aumentou com a pandemia. A busca por espaços ao ar livre para a prática de atividades físicas e para encontrar outras pessoas fortaleceu o Parque enquanto espaço público esportivo e recreativo (Figura 221).



Figura 221. *Pedalinho* – pista de corrida/caminhada em frente à banca do coco, no Estacionamento 10 (2023). Fonte: Arquivo pessoal.

Se a região do *Quiosque do Atleta*, no Estacionamento 13, ficou conhecida pelos esportes coletivos de areia, o *Pedalinho* ficou pelos esportes individuais, principalmente corrida, ciclismo e triatlo. Se os grupos de corrida começaram nas proximidades do *Quiosque do Atleta*, hoje, grande parte migrou para as imediações do Estacionamento 10, ou da banca coco (Figura 222). A migração dos grupos de corrida parece indicar uma estratégia de distinção, enquanto a região do *Quiosque do Atleta* se populariza com os esportes coletivos de areia, o *Pedalinho* se elitiza com os corredores e ciclistas.

São diversos grupos de corrida e de triatlo que compõem a paisagem da região com suas bandeiras, principalmente, aos sábados, quando estão todos presentes. Muitos atletas chegam com suas bicicletas, de fibra de carbono que são levantadas com apenas um dedo, e que chegam a custar R\$ 30 mil (ou mais), com seus relógios *Garmin* último modelo, com valores por volta de R\$ 3 mil, e seus tênis de placa de carbono, que chegam a custar mais de R\$ 2 mil. Deixam as bicicletas nos paraciclos próprios dos grupos e saem para correr – alguns ficam nos 10 km, enquanto outros se aventuram nos 21 km, uma meia maratona para o sábado ensolarado.



Figura 222. *Pedalinho* – grupo de corrida *Ápice*, ao lado da banca do coco, no sábado (2023). Fonte: Arquivo pessoal.

A banca do coco não é a única a comercializar coco na região. Além da banca, diversos outros quiosques atendem às pessoas que ali frequentam (Figura 223; Figura 224; Figura 225). Durante a semana, a maioria fica fechada, com exceção da banca

do coco e do quiosque de madeira. A estrutura de quiosque é nova – antes da pandemia, os comerciantes ficavam em barracas improvisadas. Hoje, os quiosques do *Pedalinho* contam com melhor estrutura que aqueles da região do *Quiosque do Atleta*, o que dá força à ideia de que possivelmente não foi o movimento do Parque que diminuiu, mas o movimento principalmente dos grupos de corrida que migrou para as proximidades do Estacionamento 10.



Figura 223. *Pedalinho* – quiosques nas proximidades do Estacionamento 10 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 224. *Pedalinho* – quiosques nas proximidades do Estacionamento 10 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 225. *Pedalinho* – quiosque de madeira nas proximidades do Estacionamento 10 (2022).
Fonte: Arquivo pessoal.

Não apenas de grupos de corrida e de atletas vive o *Pedalinho*. Aos finais de semana, centenas de pessoas circulam pela região para participar de algum evento ou fazer piquenique nos gramados ao redor do lago (Figura 226; Figura 227; Figura 228; Figura 229; Figura 230). Assim como em outras partes do Parque, o entorno do Estacionamento 10 também recebe eventos ao ar livre, como as feiras de adoção de cachorros e gatos e a feirinha de artesanato, que passou a marcar presença na região todo último domingo do mês, trazendo bebidas artesanais, bombons, geleias, roupas etc. No próprio Estacionamento, a última fileira de vagas é fechada para os costumeiros festivais de cervejas artesanais, que marcam o gosto de um público mais exigente e com maior capital econômico – em reais, um chope artesanal pode equivaler a algumas cervejas nacionais. No entorno das barracas das fábricas de cervejas artesanais brasileiras, se instalam os ambulantes que garantem a cerveja nacional barata e o pastel. A alimentação mais uma vez se coloca como um importante item de distinção entre o público do Parque da Cidade.



Figura 226. *Pedalinho* – grupos de amigos e de famílias fazendo piquenique nos gramados (2022).
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 227. *Pedalinho* – grupos de amigos e de famílias fazendo piquenique nos gramados (2022).
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 228. Pedalinho – adoção de pets nos gramados (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 229. Pedalinho – evento pet na feira que acontece nos gramados (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 230. Pedalinho – Festival de cerveja (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Na altura da banca do coco, no gramado em frente ao lago, dois monumentos atraem turistas: a Praça Eduardo e Mônica, referência à música da Legião Urbana, e o busto de Mahatma Gandhi. Na Praça, que não tem características morfológicas de praça, foi instalada uma escultura de um violão com a partitura da música, obra da artista plástica Mara Mendes (Figura 231). Mais à frente, às margens do lago, foi instalado o busto de Gandhi, presente da Embaixada da Índia – uma peça com cerca de 300 kg que teve o local de instalação também escolhido pela Embaixada, que buscou um local de destaque na cidade (Figura 232). Verdade que os monumentos não atraem muita a atenção de quem passa por ali, mas se tornaram pontos turísticos para quem vêm de fora – não raro, turistas ficam sem respostas quando perguntam aos frequentadores do Parque onde estão esses monumentos, ainda que a pergunta seja feita a poucos metros deles.



Figura 231. *Pedalinho* – monumento em homenagem à música Eduardo e Mônica, de Legião Urbana, no Parque da Cidade (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 232. *Pedalinho* – monumento em homenagem à Mahatma Gandhi, às margens do lago no Parque da Cidade (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

A região ficou conhecida pela prática de esportes individuais, principalmente corrida, ciclismo e triatlo, com atletas exibindo corpos esbeltos e postura de esportistas. Retomando Bourdieu, a apresentação de si é umas das principais formas de distinção. O corpo, o tênis, o relógio, a roupa, marcam quem é atleta e quem não é – e para ser esse tipo de atleta é preciso dinheiro. A alimentação, outra das principais formas de distinção, também se faz presente – os atletas terminam suas atividades

tomando água de coco ou isotônico e comendo as frutas que a assistência dos grupos de corrida fornece. O pastel e o caldo de cana ficam para os frequentadores de finais de semana, que vão para o Parque passear, e “atrapalhar” os atletas na ponte. A banca do coco se tornou o “quiosque do atleta” da corrida. Não à toa que a academia UNIQ, conhecida pelo público com grande volume de capital, abre suas portas para essa região.

Os equipamentos e os corpos de quem os sustentam marcam uma posição no espaço social, distinta daqueles que estão na fila do Nicolândia. Talvez o movimento dos grupos de corrida em direção ao *Pedalinho*, que antes estavam concentrados no *Quiosque do Atleta*, tenha um motivo claro de distinção entre aqueles que frequentam o parque de diversões ou que praticam os esportes coletivos de areia. Esse movimento parece uma estratégia das elites de constituir outros espaços, distante das classes mais populares – a distância física, o apartar dos corpos, se torna uma das estratégias mais eficazes para promover a distinção.

O Pedalinho em números

O *Pedalinho* se tornou um dos pontos mais movimentados do Parque da Cidade. Marcado pela presença dos grupos de corrida, que atraem também os atletas de triatlo e de ciclismo, a região contabilizou 2.913 pessoas, tendo recebido 1,58 vezes mais pessoas ao longo do levantamento que o *Quiosque do Atleta*, outro ponto também marcado pelas práticas esportivas e onde inicialmente ficavam os grupos de corrida. Do público levantado, 374 pessoas frequentaram o *Pedalinho* às quartas-feiras, enquanto 2.539 o fizeram aos domingos.

Ao longo das pistas, 364 pessoas foram mapeadas, o que somadas ao público da região resulta em 3.277 pessoas. Considerando o trecho do *Pedalinho*, são, em média, 0,67 pessoas/metro circulando na pista de caminhada/corrída, enquanto no *Quiosque do Atleta* esse número chega a 1,82 pessoas/metro. Esse resultado indica que, apesar da migração dos grupos de corrida para a região do *Pedalinho*, os arredores do *Quiosque do Atleta* ainda recebem mais pessoas envolvidas com caminhadas, corridas e ciclismo. A migração dos grupos, ao contrário de indicar a migração geral dessas atividades esportivas, parece indicar a migração de um grupo de atletas de mais alta performance e que detém maior capital econômico para sustentar os equipamentos necessários para esse desempenho.

Duas considerações importantes devem ser feitas antes de analisarmos a distribuição das pessoas no tempo. A primeira se deve ao fato de que os grupos de corrida frequentam o Parque às terças e quintas-feiras, e aos sábados, o que não pôde ser captado pelo mapeamento que ocorreu às quartas-feiras e aos domingos. A segunda consideração refere o movimento mais intenso de corredores e ciclistas antes mesmo do início do mapeamento (08h), quando muitos atletas já estão nas pistas praticando suas atividades ou já finalizaram e foram embora do Parque. O *Pedalinho* é a porta de entrada dos praticantes de esportes individuais. Essas duas considerações podem refletir-se no mapeamento das atividades nas pistas, que resultaram em uma maior densidade nos arredores do *Quiosque do Atleta*.

Tendo feito as considerações, observamos que nas quartas-feiras como nos domingos, o menor movimento acontece no primeiro horário do levantamento (08h) e o maior próximo ao fim da tarde (16h) (Gráfico 41; Gráfico 42). Se durante a semana, o movimento diminui a partir do meio da manhã (10h), no final de semana, o movimento aumenta até chegar ao pico às 16h. No final de semana, o movimento reduz mais de três vezes às 18h, o que também acontece durante a semana, mas com menos intensidade, não chegando a reduzir pela metade o número de frequentadores – o que pode ser resultado das atividades praticadas. Se durante a semana, muitas pessoas ainda praticam alguma atividade física ao fim do dia, após o expediente, aos domingos, essa prática é menos frequente.

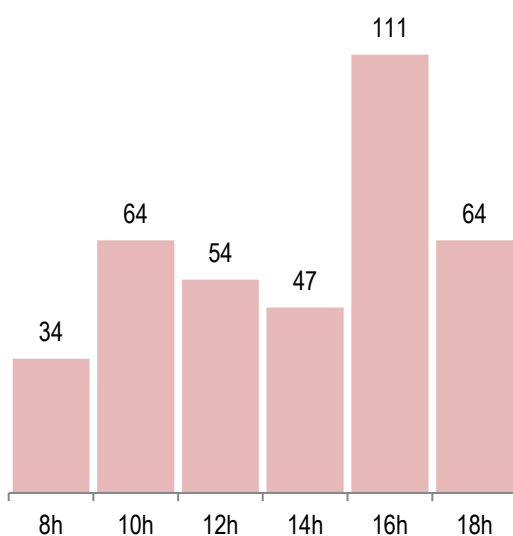


Gráfico 41. Distribuição das pessoas no *Pedalinho*, por hora, às quartas-feiras.

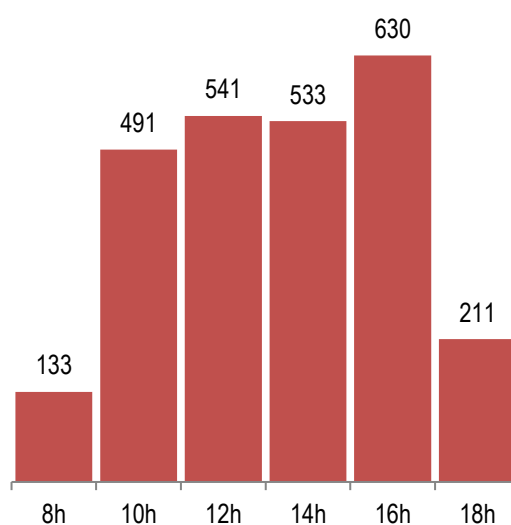


Gráfico 42. Distribuição das pessoas no *Pedalinho*, por hora, aos domingos.

Durante a semana, as mulheres predominam, sendo 201 (53,74%), enquanto os homens contabilizaram 173 (46,26%). Aos domingos, as mulheres seguem em maior número, sendo 1.508 (59,39%), e os homens 1.023 (40,29%)¹⁶. Ainda que as mulheres sejam superiores aos homens, quando observamos as atividades *caminhada/corrída/ciclismo e outros esportes individuais*, o número de homens supera o de mulheres, como acontece em outros pontos do Parque – os homens somam 65,75%, enquanto as mulheres representam apenas 34,25%, mesmo sendo a maioria no *Pedalinho*. Quanto aos horários, os homens superam as mulheres apenas às quartas-feiras, no meio da tarde (12h e 14h), quando predominam outras atividades, principalmente de passagem (Gráfico 43; Gráfico 44).

¹⁶ Oito pessoas não tiveram o sexo identificado.

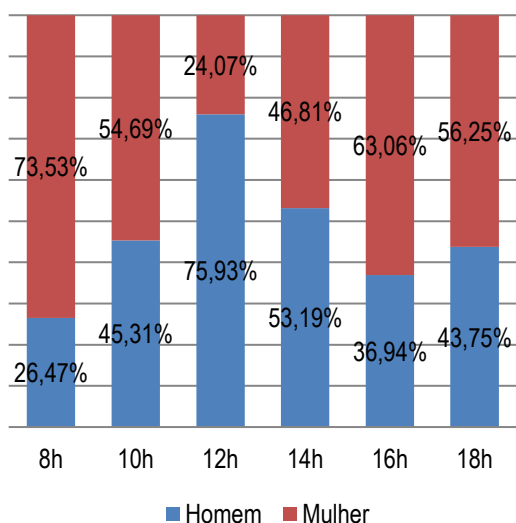


Gráfico 43. Distribuição das pessoas no *Pedalinho*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

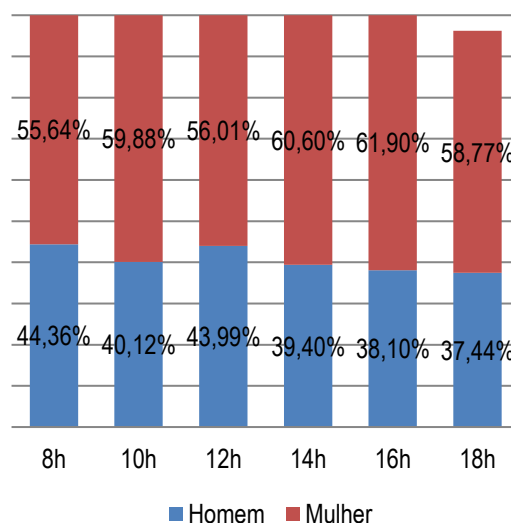


Gráfico 44. Distribuição das pessoas no *Pedalinho*, por sexo e por hora, aos domingos.

Durante a semana, no *Pedalinho*, assim como acontece no *Quiosque do Atleta*, os dois pontos do Parque com maior presença de quiosques, observamos diversas pessoas passeando pela região, sentadas nos bancos ou nos gramados, debaixo de uma árvore ou na beira do lago, ou alimentando os patos – atividades que referem *outras atividades recreativas*. A estrutura existente permite a ocorrência de outras atividades que não somente aquelas previstas pelas atrações e equipamentos, como no caso das quadras, dos parques infantis e do parque de diversão. A segunda atividade mais frequente durante a semana são os piqueniques, que acontecem pelos gramados (Tabela 9).

Aos finais de semana, os grupos de corrida dividem espaço com um público mais diverso – pessoas passeando sem pressa, passeando com seus cachorros, fazendo piqueniques e festas, observando/comprando/vendendo na feira de artesanato ou participando das feiras de adoção de cachorros e gatos – atividades que se espalham pelos gramados da região. Entre as atividades contemplativas, as pessoas aproveitam a proximidade do lago para praticarem meditação e *Tai Chi Chuan - atividades culturais, artísticas e contemplativas*.

Os quiosques ficam todos abertos para receberem o grande público dos sábados e domingos – além de ambulantes que também circulam pela região. Se durante a semana os poucos quiosques abertos estão mais voltados para as práticas esportivas, aos finais de semana, todos se abrem para o público mais diverso. Cabe salientar que muitas pessoas que frequentam o *Pedalinho* principalmente aos finais

de semana para praticar atividades físicas não são necessariamente atletas de ponta, mas pessoas em busca de práticas esportivas ao ar livre. A alta frequência de atividades comerciais e de serviços refere, além dos quiosques e ambulantes, à feira que estava acontecendo sempre no último domingo do mês e que estava ocorrendo na ocasião do mapeamento.

Ainda que o levantamento não tenha captado os grupos de corrida em decorrência dos dias em que foi realizado e que essa prática esportiva tenha sido contemplada nas *Pistas*, a observação e a vivência prévia permitem afirmar que o *Pedalinho* se tornou a região do Parque da Cidade conhecida pelos atletas de corrida e de ciclismo, o que pode ser facilmente observado e constatado pela presença dos grupos – Ápice, Aptidão, Zero61, Leandro Macedo, entre outros. Esse público também pode ser verificado frequentando os quiosques, mesmo que para os atletas de maior performance as assistências dos grupos de corrida garantam a água e as frutas frescas após as práticas esportivas.

Tabela 9. Distribuição das pessoas no Pedalinho, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	20	5.3%	710	28.0%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	0	0.0%	18	0.7%
Caminhada/corrída/bicicleta	10	2.7%	4	0.2%
Esportes individuais	27	7.2%	32	1.3%
Outras atividades recreativas	184	49.2%	748	29.5%
Piquenique/festa/churrasco	98	26.2%	587	23.1%
Quiosque	35	9.4%	440	17.3%
Total Geral	374	100.0%	2.539	100.0%

A Praça das Fontes

De todas as ocupações e construções do Parque da Cidade, a Praça das Fontes é provavelmente aquela que mais remete à obra de Burle Marx (Figura 233; Figura 234). Seu desenho geométrico, suas mudanças de nível, a água, o concreto e a vegetação compoem uma paisagem singular, se tornou uma decepção para seu idealizador. A Praça das Fontes, que nasceu para ser o coração do Parque, foi alvo de duras críticas do próprio Burle Marx quanto a sua execução, que a encarou como resultado do descaso do governo na materialização do seu projeto. No texto de sua

autoria para o Jornal de Brasília (1979), menos de um ano após a inauguração do Parque, Burle Marx lista inúmeros equívocos cometidos na execução do projeto, entre eles aqueles de execução da Praça das Fontes:

[...] São as casas de bombas da Praça das Fontes, interferindo na composição dos muros quando poderiam ser totalmente embutidas; são as plantas colocadas de maneira indiscriminada, sem qualquer compromisso com o projeto, são as áreas de seixos rolados, arbitrariamente suprimidas da composição, são as superfícies de concreto, que deveriam ser aparentes e foram pintadas com as cores mais vulgares como tentativa de esconder os defeitos de uma obra mal executada e uma infinidade de outras modificações que tornaram irreconhecível um projeto estudado com todo cuidado [...] (Burle Marx, Jornal de Brasília, em 07/04/1978).



Figura 233. Praça das Fontes (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 234. Praça das Fontes (1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

A Praça das Fontes, com forma quase circular e com diâmetro de

aproximadamente 400,0 metros se considerarmos os limites das pistas, recebeu grande atenção desde quando ainda estava no papel, quando Burle Marx a idealizou como o coração do Parque para receber grande contingente de pessoas para espetáculos culturais. E assim aconteceu no ato de inauguração do Parque da Cidade, que teve lugar na própria Praça das Fontes, com Geisel descerrando a placa comemorativa da inauguração (Figura 235). Milhares de pessoas ocupavam a Praça no momento do ato inaugural.



Figura 235. Praça das Fontes no dia da inauguração do Parque da Cidade (11/10/1978). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Infelizmente, mais de quatro décadas depois o cenário é bem diverso daquele idealizado por Burle Marx e vivenciado pelas pessoas presentes no ato de inauguração do Parque. O que encontramos hoje na Praça das Fontes vai além do que deixou seu idealizador indignado: o ripado não foi executado, o restaurante não foi construído, as fontes pararam de funcionar, os espelhos d'água ficaram esvaziados, e o desenho da lanchonete pouco dialoga com o desenho da Praça – além de um túnel de água pluvial que passa entre a lanchonete e a Praça, o que impede uma relação mais direta entre ambas.

Ao redor da Praça, como o próprio nome da Zona indica, deveriam ser construídos edifícios culturais, com cinemas e teatros, que não chegaram a ser executados, havendo no local apenas uma construção destinada ao almoxarifado do Parque e outra que abriga uma escola de judô (Judô Miura). No entorno da Praça, foram implantados dois parques infantis, um próximo ao Estacionamento 3 e outro

próximo ao 9. Ao lado do primeiro, uma pequena edificação abriga a sede do Grupo Escoteiro José de Anchieta. Também em frente ao Estacionamento 3, está localizado um dos gramados mais utilizados para a realização de piqueniques, o que garante às famílias a proximidade com um parque infantil para as crianças aproveitarem seu tempo no Parque.

A cena de quem vai à Praça das Fontes atualmente é bem diferente daquela dos tempos da inauguração (Figura 236; Figura 237; Figura 238). Por muito tempo, a lanchonete, à beira do estacionamento, atraiu muitas pessoas, que também aproveitavam o gramado para tomar sol, mas hoje nem mesmo a lanchonete atrai pessoas, com exceção dos carros que param na pista para comprarem coco barato. A Praça das Fontes ficou conhecida por ser ocupada por pessoas em situação de rua, usuários de drogas e palco de práticas sexuais.



Figura 236. Praça das Fontes (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 237. Praça das Fontes (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 238. Praça das Fontes (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 239. *Praça das Fontes* – parque Infantil, próximo ao Estacionamento 9 (2022). Fonte: Arquivo Pessoal.

Justiça deve ser feita. Se, por um lado, a Praça das Fontes não apresenta mais – se é que algum dia de fato chegou a apresentar – caráter de praça urbana, com aglomeração de pessoas, por outro, se tornou um local bucólico, calmo e tranquilo, onde as pessoas vão em busca de atividades introspectivas, como meditação e yoga, para relaxar e ter um momento consigo mesmas. Também se tornou o local do Parque da Cidade que recebe grandes eventos a céu aberto, como shows, festas e festivais. Em dias de evento, o cenário da Praça das Fontes muda completamente, mas as grades que circundam esses eventos não deixam que a Praça se aproxime mais daquilo que Burle Marx idealizou. Seja pelas poucas pessoas em suas práticas introspectivas e contemplativas ou pelas multidões em shows, a Praça das Fontes não cumpre seu papel de local de encontro por excelência, nem representa o coração do Parque da Cidade.

A Praça das Fontes em números

O *Ponto de Interesse Praça das Fontes* vai além dos limites da Praça, onde justamente estão as regiões mais intensamente ocupadas. Das 2.143 pessoas observadas, 106 foram às quartas-feiras e 2.037 aos domingos. No meio da semana, o pequeno público se mantém constante, reduzindo significativamente no final da tarde (18h), quando a falta de iluminação contribui para a sensação de insegurança.

Aos domingos, o público aumenta a partir do meio da manhã (10h), se mantendo constante ao longo da tarde, com mais pessoas no meio da tarde (16h), o que indica a realização de atividades mais demoradas (Gráfico 45; Gráfico 46).

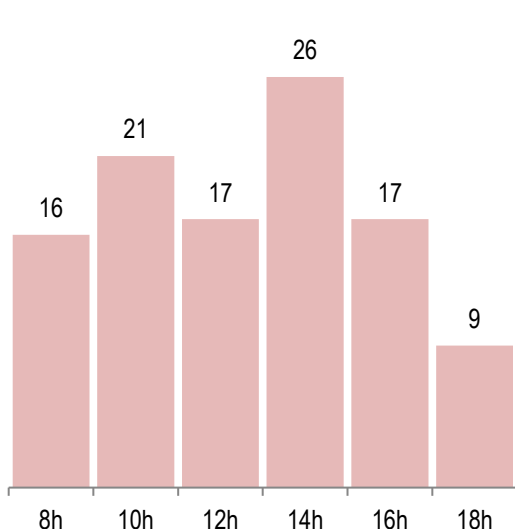


Gráfico 45. Distribuição das pessoas na *Praça das Fontes*, por hora, às quartas-feiras.

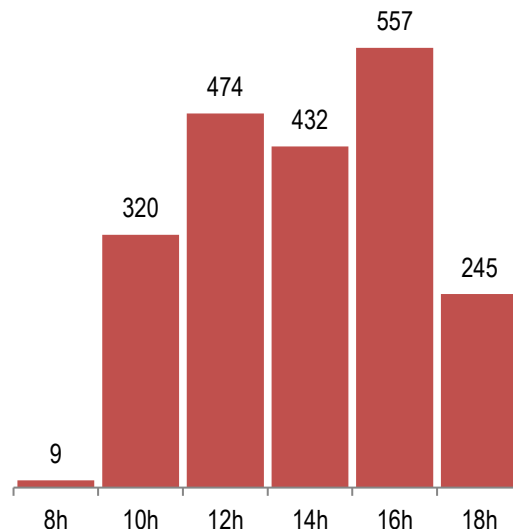


Gráfico 46. Distribuição das pessoas na *Praça das Fontes*, por hora, aos domingos.

Quanto aos sexos, às quartas-feiras, os homens foram superiores às mulheres com 75 (70,75%) e 31 (29,25%), respectivamente. Aos domingos, por outro lado, as mulheres superam os homens, sendo 1.118 (54,88%) contra 919 (45,12%) (Gráfico 47; Gráfico 48). A predominância dos sexos está diretamente relacionada às atividades praticadas na região, que tem um cenário bastante distinto entre dias de semana e finais de semana. Assim como em outros *Pontos de Interesse* do Parque, as mulheres predominam sobre os homens nas atividades familiares, como piqueniques e parques infantis, que estão entre as atividades mais realizadas nos arredores da *Praça das Fontes* aos domingos, principalmente devido aos parques infantis e ao gramado do Estacionamento 3. Os homens preponderam em *outras atividades recreativas*, que, nesse caso, referem majoritariamente passagem.

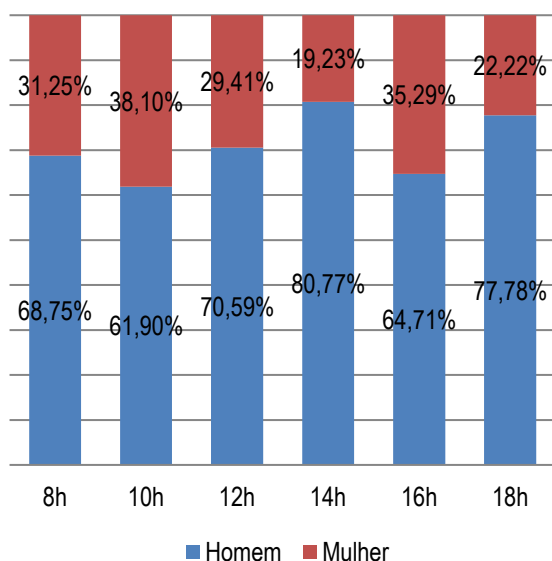


Gráfico 47. Distribuição das pessoas na *Praça das Fontes*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

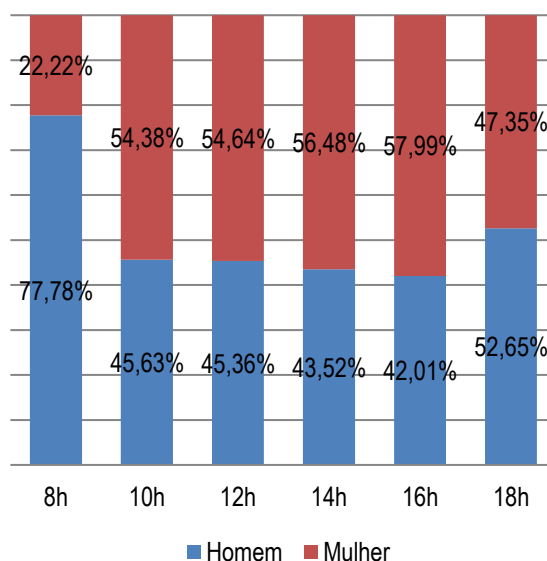


Gráfico 48. Distribuição das pessoas na *Praça das Fontes*, por sexo e por hora, aos domingos.

Durante a semana, o pequeno público levantado no ponto está predominantemente desempenhando atividades de passagem ou individuais, passando ou sentado em bancos e nos gramados. Os dois parques infantis chegam a atrair algumas famílias, mas são bem menos expressivos que o *Parque Ana Lídia*, e são mais frequentados no meio da tarde (14h). Entre as atividades esportivas individuais, observamos principalmente pessoas se alongando, provavelmente seguindo para outra atividade física, como caminhada ou corrida (Tabela 10).

Aos finais de semana, o gramado entre o Estacionamento 3 e a *Praça das Fontes* fica completamente ocupado por grupos de diversos tamanhos fazendo piqueniques e comemorando aniversários – além de chá de bebê, chá revelação e tantas outras celebrações (Figura 240; Figura 241; Figura 242; Figura 243). Os dois parques infantis também ficam cheios de crianças aos finais de semana, principalmente o mais próximo ao Grupo Escoteiro, que compartilha o público do gramado. Entre as pistas, ao lado do parque infantil dos Escoteiros, o único quiosque da região permanece aberto, e as pessoas ocupam os bancos espelhados pelo gramado bebendo água de coco e comendo melancia (Figura 244). Assim como em outras regiões do Parque, ambulantes também passam com seus carrinhos vendendo principalmente picolés. Durante o levantamento, ocorreu um evento religioso no gramado do parque infantil dos Escoteiros, o que evidenciou as possibilidades que o

espaço permite, e a sensação de liberdade para a realização de eventos dessa natureza.

Tabela 10. Distribuição das pessoas na *Praça das Fontes*, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	10	9.4%	34	1.7%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	0	0.0%	47	2.3%
Caminhada/corrída/bicicleta	4	3.8%	35	1.7%
Esportes coletivos	0	0.0%	6	0.3%
Esportes individuais	8	7.5%	4	0.2%
Outras atividades recreativas	61	57.5%	377	18.5%
Parque infantil	15	14.2%	222	10.9%
Piquenique/festa/churrasco	6	5.7%	1260	61.9%
Quiosque	2	1.9%	52	2.6%
Total Geral	106	100.0%	2,037	100.0%



Figura 240. *Praça das Fontes* – festa infantil no gramado entre a *Praça* e o Estacionamento 3 (2022).
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 241. *Praça das Fontes* – festa infantil no gramado entre a Praça e o Estacionamento 3 (2022).
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 242. *Praça das Fontes* – piquenique no gramado entre a Praça e o Estacionamento 3 (2022).
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 243. *Praça das Fontes* – piquenique no gramado entre a Praça e o Estacionamento 3 (2022).
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 244. *Praça das Fontes* – quiosque próximo às pistas (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Enquanto o entorno muda completamente aos domingos, com grupos de todas as faixas etárias espelhados pelos gramados, crianças brincando nos parques infantis e jogando bola, e pessoas fazendo churrasco nas churrasqueiras mais próximas à Zona Esportiva, a paisagem da Praça das Fontes pouco se altera entre dias de semana e finais de semana – principalmente pelo seu tamanho que demanda gente

considerável para parecer minimamente povoada. Se a Praça das Fontes foi pensada como o coração do Parque da Cidade, com a intenção de ser intensamente ocupada, a realidade se mostrou bastante diversa. Mesmo aos finais de semana, quando mais pessoas frequentam a Praça, com alguns grupos fazendo piqueniques ou comemorando aniversários, o que mais observamos dentro de seus limites são atividades individuais e introspectivas.

Conclusão do capítulo

Os três *Pontos de Interesse* que se concentram no centro do Parque da Cidade, um em cada Zona, são radicalmente diferentes entre si e representam distintas formas de apropriação. O *Pavilhão*, que deveria ser independente do restante do Parque para receber eventos e não interferir no seu funcionamento, permanece vazio a maior parte do ano, com alguns eventos esporádicos que ocupam o interior do edifício, sem qualquer relação com o Parque. A Praça das Fontes tornou-se um espaço pouco utilizado e sem manutenção, diferente dos gramados ao seu redor, intensamente ocupados aos finais de semana com piqueniques e festas. O *Pedalinho*, conhecido inicialmente pelo acesso ao lago e pelos pedalinhas que um dia circularam nele, passou a ser o destino dos grupos de corrida e passou a ser conhecido pelos corredores, ciclistas e triatletas – aos finais de semana, o público fica mais diverso, e os atletas se misturam aos grupos de famílias e de amigos que fazem piqueniques nos gramados.

Como observado nos resultados do Parque de modo geral e em *Pontos de Interesse* da Zona Administrativa (*Capítulo V e VI*), no *Pavilhão* e na *Praça das Fontes*, em horários menos movimentados, os homens também superam as mulheres, o que corrobora o maior domínio que os homens têm do Parque, com a possibilidade de frequentar locais mais vazios sem se sentirem inseguros, como acontece com as mulheres que deixam de frequentar determinados locais em determinadas horas.

O gramado entre a Praça das Fontes e o Estacionamento 3, aos finais de semana, fica coberto pelas cores dos piqueniques e cheio de crianças correndo, principalmente em direção ao parque infantil que fica ao lado do Grupo de Escoteiros. Assim como observamos no *Parque Ana Lúcia* e no *Castelinho*, a realização de piqueniques e a comemoração de aniversários, e em menor escala de churrascos,

pode ser um indício de que esse público, de modo geral, não detém alto capital edilício. A ausência de áreas verdes, de churrasqueiras, de *playgrounds* etc. transforma os gramados do Parque da Cidade no seu próprio quintal de casa, como nos relatou uma frequentadora do gramado que estava fazendo piquenique no momento do mapeamento.

O *Pedalinho* tem sua paisagem marcada pelos esportes individuais, diferentemente do *Quiosque do Atleta*, onde predominam os esportes coletivos de areia. Ainda que não tenha sido adequadamente captado pelo mapeamento em decorrência dos dias e dos horários, os grupos de corrida marcam a paisagem às terças e quintas-feiras, e aos sábados. A alimentação e a apresentação do corpo, dois dos principais itens de distinção apontados por Bourdieu (2017) são claramente distintivos desse público – os equipamentos esportivos, desde a bicicleta aos acessórios no corpo (o relógio, o tênis, a roupa) que chegam a custar dezenas de milhares de reais, e o corpo atlético, característico dos corredores e ciclistas estão presentes no *Pedalinho* mais que em qualquer outro *Ponto de Interesse* do Parque da Cidade. A migração dos grupos de corrida do *Quiosque do Atleta* para o *Pedalinho* não foi sem motivação, ao contrário, parece indicar uma estratégia de distinção desse público detentor de maior capital econômico e maior capital espacial.

O cenário distintivo do *Pedalinho* pode ser reforçado em dias que o Estacionamento 10 recebe festivais de cervejas artesanais, ou festivais de jazz. O *gosto de luxo* que aceita pagar até R\$ 30,00 em um chope de 500 mL ou em um sanduíche de linguiça, o famoso *choripán*, fica evidente nesses eventos, que não acontecem ali por acaso, ainda que também aconteçam em outros *Pontos*.

A região central do Parque da Cidade é marcada por *Pontos de Interesse* diversos entre si e que podem variar consideravelmente entre dias de semana e finais de semana. O levantamento identificou que diferentes *habitus* se apropriam desses espaços, diferentes volumes de capital – o alto capital espacial e, portanto, maior capital arquitetônico, dos esportistas cotidianos do *Pedalinho* destoa do que parece ser o baixo capital edilício e espacial e, portanto, menor capital arquitetônico, do público menos assíduo dos piqueniques da *Praça das Fontes*. Enquanto isso, o *Pavilhão* segue alimentando a Floresta dos Sussurros.

CAPÍTULO VIII

O PONTO FINAL DO PARQUE DA CIDADE

No extremo oposto ao Eixo Monumental, a Zona Esportiva, com suas quadras, bosques e gramados, se caracteriza pelas atividades coletivas, tanto esportivas quanto recreativas. Nessa Zona, está localizado um importante acesso que faz a conexão com a EPIG. Ainda que o acesso principal, de acordo com o projeto, seja o do Eixo Monumental, o acesso da EPIG tem um fluxo mais intenso de automóveis, principalmente, nos horários de entrada e saída do expediente de trabalho. O anel externo passou a ser utilizado como uma via de circulação da própria cidade, independente do Parque e, na Zona Esportiva, esse movimento fica mais intenso devido à conexão com a EPIG, que se transforma na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), importante via que conecta o Plano Piloto a regiões com grande contingente populacional – Guará, Vicente Pires, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Também nessa Zona, um novo acesso foi criado em 2014, se tornando o último acesso para o Parque pela Asa Sul.

Na Zona Esportiva, se concentram equipamentos de esportes coletivos, como as quadras poliesportivas, as quadras de tênis e os campos. Além deles, a Piscina com Ondas (desativada há mais três décadas e com seguidas promessas de reabertura) também está nessa Zona, assim como o tanque de modelismo naval e a pista de aerodelismo (também fora de funcionamento, mas utilizados para aulas diversas, como dança, patinação e lutas marciais). O kartódromo, pensado e implantado na Zona Esportiva, foi levado para a Zona Administrativa, mas sua antiga pista permanece ali. Para dar suporte às atividades, há mais de três décadas, surgiu o Loy Lanches, cujo responsável chegou a trabalhar na Piscina com Ondas desde sua inauguração, e abriu o quiosque, em frente a ela, quando foi desativada, permanecendo no local desde então.

Próximos aos equipamentos esportivos estão os três bosques de pinheiros do Parque: (i) um, ao lado do Estacionamento 5 e do restaurante Alpinus; (ii) outro, em frente ao Estacionamento 4, próximo ao restaurante Gibão, e onde estão localizados o tanque de modelismo naval e a pista de aerodelismo; e, (iii) o terceiro, também próximo ao Estacionamento 4, mas separado do anterior pela pista de caminhada/corrída e pela ciclovia. Todos os bosques contam com churrasqueiras,

mas enquanto no primeiro, observamos com mais frequência piqueniques, no segundo, são realizadas atividades nos cimentados que permaneceram do tanque de modelismo naval e a pista de aerodelismo, e no terceiro, as churrasqueiras são mais intensamente utilizadas para churrascos, não apenas como apoio para os piqueniques, como ocorre nos anteriores.

Também na Zona Esportiva, está o Centro Hípico do Parque, localizado do outro lado do anel externo, próximo ao Sudoeste, e ao lado do restaurante Gibão. A região conta ainda com o parcão nos limites do Parque com o lote da Polícia Civil, ainda que tenha sido previsto ao lado da hípica, onde existem resquícios do equipamento, pensado como “área para adestramento de cães”. Por fim, a edificação do vestiário previsto no projeto original do Parque passou a abrigar a Escola Meninos e Meninas do Parque, instituição de educação pública que atende crianças, adolescentes e adultos em situação de rua ou de vulnerabilidade social.

Este capítulo se dedica a explorar os *Pontos de Interesse* localizados na Zona Esportiva, suas histórias e como são ocupados atualmente, e está dividido em três seções referentes a cada um deles: (i) *A Piscina com Ondas*; (ii) *As Quadras*; e, (iii) *Os Bosques* (Figura 245).

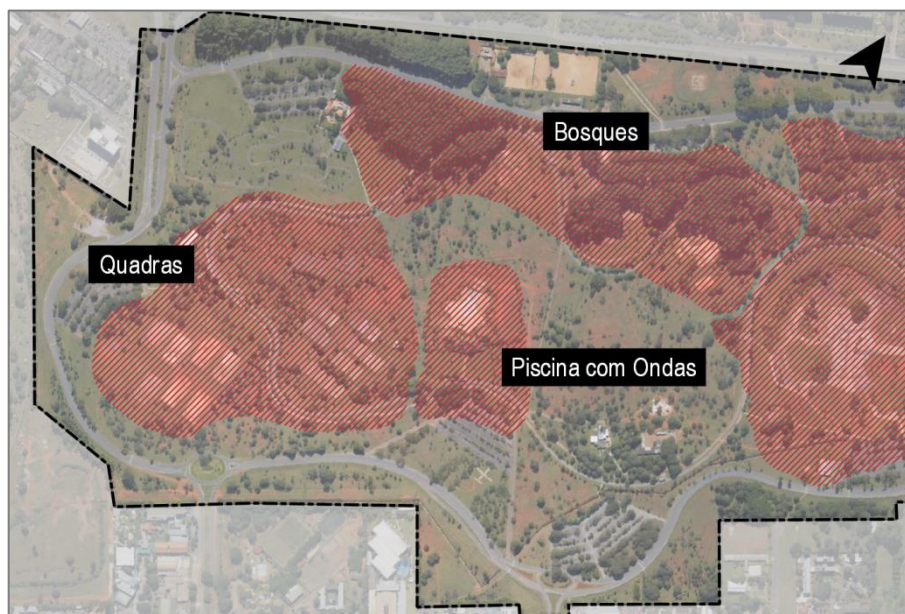


Figura 245. *Pontos de Interesse: Piscina com Ondas; Quadras; e Bosques.*

A Piscina com Ondas

No feriado de 12 de outubro de 1978, primeiro dia de funcionamento do Parque da Cidade, inaugurado no dia anterior (11/10/1978), o que mais atraiu aqueles que estavam presentes foi a Piscina com Ondas – a grande novidade da nova capital. Quando inaugurado, o Parque da Cidade foi o primeiro parque urbano do país a possuir uma piscina com ondas como equipamento de lazer da massa da população (MACEDO, 2021). De acordo com reportagem do Correio Braziliense do dia 13/10/1978, quando as atividades da piscina se iniciaram às 09h da manhã, o movimento era intenso, a ponto de causar certo tumulto: “Todos queriam experimentar as delícias da água em movimento” (Correio Braziliense, 1978).

De uma fila para a outra, os banhistas recebiam as carteirinhas do exame médico, válido para seis meses, e das salas saíam com um carimbo no punho, o que lhes dariam o direito de, após passar pelas duchas, dar o esperado mergulho. Não houve como precisar o número exato dos que frequentaram a piscina na manhã de ontem, porque as roletas não funcionaram. Mas, as meninas que tomavam conta das grades arriscaram uma média de mil e quinhentas pessoas, afora aquelas que pularam as cercas, o que exigiu um esquema mais arrojado de vigilância (Correio Braziliense, 1978).

Com um formato em leque, com 60,0 m de largura na parte mais larga 20,0 m na mais estreita, e 60,0 m de comprimento, a Piscina com Ondas do Parque da Cidade foi a primeira da América Latina (Figura 246). Além da piscina, o conjunto composto pela entrada, vestiário, triagem médica, cabines, armários, banheiros e dois bares, e também pela área pavimentada ao redor da piscina, somam aproximadamente 22.000 m², que foram e permanecem cercados.



Figura 246. Piscina com Ondas (1980). Fonte: GeoPortal.

Para os candangos que foram conhecer o Parque da Cidade no primeiro dia aberto ao público, a maior atração era a Piscina com Ondas (Figura 247; Figura 248; Figura 249). Como apurou a reportagem do Correio Braziliense à época, Normando B. Leite, um dos presentes, exaltou a nova atração: “A piscina é o maior barato. Brasília precisa disso mesmo. A piscina comum a gente vê nos clubes, mas essa com ondas é que está incrível” (Correio Braziliense, 1978). Para outros, seria bom que houvesse um parque infantil próximo à piscina para que as crianças pudessem alternar entre um e outro – preocupação que Burle Marx demonstrou com outros equipamentos, mas que ficou em falta na Piscina com Ondas.



Figura 247. Piscina com Ondas no dia da inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público



Figura 248. Piscina com Ondas no dia da inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público



Figura 249. Piscina com Ondas no dia da inauguração do Parque da Cidade (1978). Fonte: Arquivo Público

Com relação aos preços, os frequentadores não ficaram muito felizes. Também na reportagem, Marco Antônio de Albuquerque declarou ser absurdo o preço dos salgados e dos refrigerantes:

Veja bem, esse não é um parque feito para todas as classes sociais? Como é então que um assalariado pode trazer sua mulher e, digamos, quatro filhos, tendo que comprar um refrigerante por Cr\$ 3,50 e uma salgadinho por Cr\$ 6,00. Criança sempre pede essas coisas e quem ganha salário mínimo não vai poder pagar (Correio Braziliense, 1978).

Quanto aos ingressos, para banhistas custavam Cr\$ 7,00, no caso de crianças entre três e 12 anos, e acima de 12 anos, custavam Cr\$ 20,00. Para os visitantes que não queriam se arriscar na piscina, o ingresso custava Cr\$ 10,00 para adultos e Cr\$ 5,00 para crianças. A título de comparação, o salário mínimo, em 1978, era Cr\$ 1.560,00 e, como nos contou o responsável pelo Loy Lanches, que trabalhou na Piscina com Ondas e hoje mantém o quiosque, o valor do ingresso equivalia ao quilo da carne. Se um salgado que custava Cr\$ 6,00 era motivo de reclamação, não foi diferente com o valor dos ingressos.

Apesar da reclamação com relação ao valor dos ingressos, a Piscina com Ondas se tornou uma atração popular aos finais de semana. Enquanto os ricos continuavam em suas piscinas particulares no Lago Sul ou nos clubes privados, as classes mais populares seguiram frequentando a Piscina com Ondas do Parque da Cidade, como também nos contou o responsável pelo quiosque. Alguma diferença podia ser notada nos dias de semana, quando a atração ficava mais vazia e a população que morava próximo, principalmente na Asa Sul, a frequentava, como

lembram antigos moradores do Plano Piloto. Mas aos finais de semana, a Piscina com Ondas era tomada pelas classes mais populares.

A proximidade dos moradores do Plano Piloto conferia, e ainda confere, maior possibilidade de uso do Parque e de suas atrações, como frequentar a Piscina com Ondas durante a semana, e reservar os finais de semana para as piscinas dos clubes privados, o que implica maior capital espacial a quem está próximo. Da mesma forma, a piscina particular nas residências do Lago Sul e do Lago Norte contribuíam para a baixa procura desse público pela piscina do Parque da Cidade, e mesmo dos clubes privados – outras questões estão envolvidas aqui, porque o capital social também se valoriza nesses espaços privados da elite – o que resulta do alto capital edílico desse grupo.

A Piscina com Ondas foi uma das grandes atrações do Parque da Cidade e chegou a receber mais de 10 mil pessoas durante um fim de semana, o que evidenciava sua importância para atrair movimento para aquela região do Parque, mais distante do Eixo Monumental (Figura 250). Também nas proximidades da Piscina aconteciam rodas de viola, que contavam com a presença de estudantes brasilienses e das famosas cantoras e compositoras, ainda anônimas, Cássia Eller e Zélia Duncan.



Figura 250. Piscina com Ondas. Fonte: Arquivo Público.

Infelizmente, sob o comando da iniciativa privada, a Piscina com Ondas fechou as portas em 1997 e segue assim desde então. Ao longo desse período, o espaço foi palco de intervenções culturais e de festas, como a *Ocupação Contém*, que recebeu atividades culturais, com instalações artísticas, grafites e música, e a tradicional festa *A volta dos anos 80*, que já teve algumas edições na Piscina com Ondas e que chegou

a sua última edição em 2022, uma vez que, ao que tudo indica, a Piscina entrará em reforma.

Em mais de duas décadas, as promessas de reabertura sempre rondaram a atração, que voltou a receber atenção nos últimos meses, quando o Governo do Distrito Federal anunciou sua reforma. O projeto transforma a Piscina com Ondas em um complexo aquático com rio lento e espaço para crianças com toboágua (Figura 251; Figura 252; Figura 253). O valor total do investimento está estimado em R\$ 22 milhões de reais e será executado em três etapas. A reforma da Piscina será a primeira etapa, seguida pela construção da passagem que vai abrigar o rio lento, e por último a execução da área das crianças.



Figura 251. Piscina com Ondas – projeto de reforma. Fonte: shorturl.at/giSWY.



Figura 252. Piscina com Ondas – projeto de reforma. Fonte: shorturl.at/giSWY.



Figura 253. Piscina com Ondas – projeto de reforma. Fonte: shorturl.at/giSWY.

A entrega do complexo estava prevista ainda para 2022, no entanto, o GDF suspendeu a licitação para a reforma em maio, após o Tribunal de Contas do DF (TCDF) analisar o edital e apontar falhas que “poderiam comprometer o resultado do certame”. Entre os apontamentos, o corpo técnico do TCDF entendeu como falha a possibilidade de entregar o espaço para a iniciativa privada: “A principal delas [falhas] é a dúvida sobre qual é a vantagem da realização de investimento público na obra de restauração e reforma para, no futuro, eventualmente, lançar esse ativo para a manutenção e conservação privada”.

Além da preocupação do TCDF em relação à entrega de um bem público após passar por reformas que resultarão em um enorme montante de verba pública, cabe olhar com preocupação para um projeto que distorce completamente o projeto original de Burle Marx. Se o paisagista havia ficado indignado com a superfície de concreto pintada indiscriminadamente, imagine sua reação ao projeto do complexo que irá transformar a Piscina com Ondas em um mini parque aquático.

A Piscina com Ondas em números

Se durante a década de 1980 a Piscina com Ondas foi uma das atrações mais movimentadas do Parque da Cidade, atualmente, com a atração fora de funcionamento e sem nenhum outro equipamento além do quiosque, no Estacionamento 7, que também recebe o público das quadras, a região se tornou uma das menos movimentadas, durante a semana e aos finais de semana. O mapeamento

levantou 191 pessoas, sendo 49 às quartas-feiras e 142 aos domingos. No meio da semana, o pequeno público se concentra entre o meio e final da manhã (10h e 12h), voltando a aumentar no meio da tarde (16h). No final de semana, por outro lado, o movimento aumenta ao longo da manhã, com uma pequena queda no início da tarde, e se mantém constante durante no restante do dia (Gráfico 49; Gráfico 50).

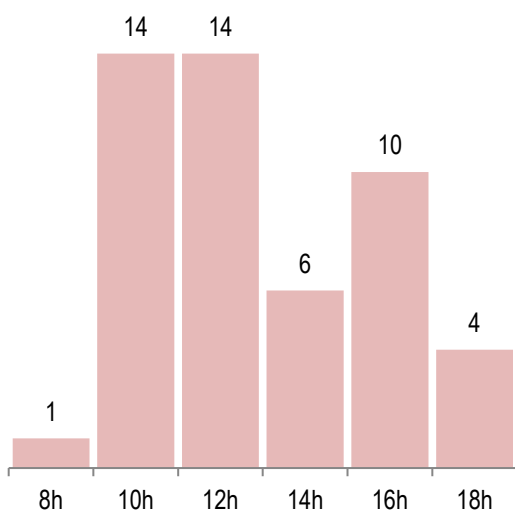


Gráfico 49. Distribuição das pessoas na *Piscina com Ondas*, por hora, às quartas-feiras.

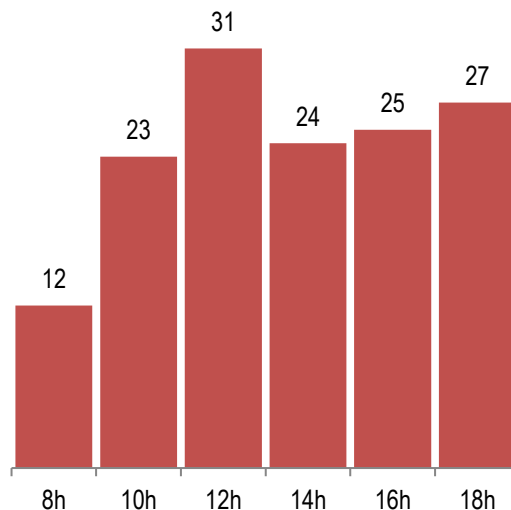


Gráfico 50. Distribuição das pessoas na *Piscina com Ondas*, por hora, aos domingos.

Das 49 pessoas observadas às quartas-feiras, 40 (81,6%) eram homens e apenas nove (18,4%) mulheres, bem diferente do equilíbrio observado no Parque como um todo. No final de semana, a proporção entre os sexos se equilibra, com 77 (54,2%) homens e 65 (45,8%) mulheres. O segundo *Ponto de Interesse* com menos movimento do Parque da Cidade, na frente apenas do *Pavilhão*, se caracteriza também por ser a região com maior predominância de homens, chegando a 61,3% das pessoas que frequentam a região, o que fornece um indício sobre a sensação de insegurança (Gráfico 51; Gráfico 52).

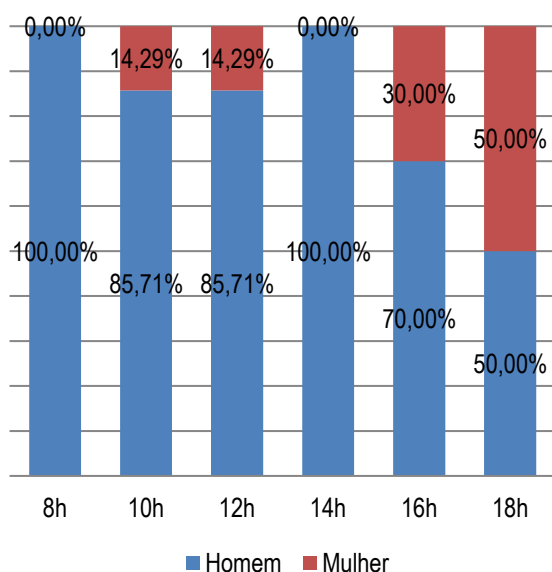


Gráfico 51. Distribuição das pessoas na *Piscina com Ondas*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

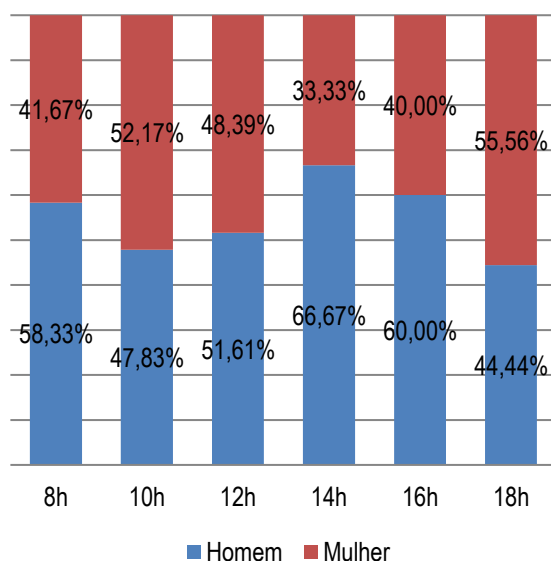


Gráfico 52. Distribuição das pessoas na *Piscina com Ondas*, por sexo e por hora, aos domingos.

Quanto ao grupo etário, a distribuição na região da *Piscina com Ondas* apresenta predominância de adultos, com 68,59%, aos quais somam-se 13,09% de adolescentes, 10,99% de idosos, e 7,33% de crianças. Entre todos os *Pontos de Interesse* do Parque, foi o que apresentou a menor presença relativa de crianças e a maior presença relativa de idosos, o que está muito relacionado ao quiosque. Durante o mapeamento, verificamos a presença de idosos no quiosque, pessoas com aparente relação de amizade com o responsável, que chegavam e permaneciam para uma partida de dominó.

Dentre as atividades levantadas durante a semana, quase metade das pessoas (42,86%) estava no quiosque (Tabela 11). Se considerarmos as pessoas trabalhando no estabelecimento (atividades comerciais e de serviços), essa participação relativa chega a 65,31%. Importante destacar que o quiosque também recebe o público das quadras, onde não há nenhuma estrutura com comércio ou serviço. Em entrevistas realizadas, identificamos que existe movimento também à noite, o que não foi captado pelo levantamento, uma vez que o último horário do mapeamento ocorreu às 18h, visando garantir a segurança da equipe.

Aos domingos, além das atividades observadas durante a semana, os gramados próximos à *Piscina com Ondas* também recebem grupos que chegam para fazer piqueniques à procura de locais mais tranquilos e reservados que os Bosques ou o gramado entre o Estacionamento 3 e a Praça das Fontes. Os esportes individuais

praticados na região estão relacionados ao PEC, localizado à frente do quiosque, e *outras atividades recreativas* referem principalmente a pessoas passando pela região. Assim como ocorre durante a semana, o movimento da região acontece em torno do quiosque, que soma 39,4% do público aos domingos.

Tabela 11. Distribuição das pessoas na *Piscina com Ondas*, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	11	22.4%	8	5.6%
Outros esportes individuais	4	8.2%	4	2.8%
Outras atividades recreativas	13	26.5%	61	43.0%
Piquenique/festa/churrasco	0	0.0%	21	14.8%
Quiosque	21	42.9%	48	33.8%
Total Geral	49	100.0%	142	100.0%

A Piscina com Ondas fora de funcionamento cria um vazio nessa região do Parque da Cidade (Figura 254; Figura 255). O pequeno público que permanece resulta principalmente do seu “herdeiro”, o quiosque Loy Lanches (Figura 256; Figura 257), que recebe sua própria clientela, alguns que se tornaram aparentemente amigos, e também o público das quadras, onde não há nenhum estabelecimento comercial em funcionamento nos arredores.



Figura 254. *Piscina com Ondas* (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 255. *Piscina com Ondas* (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 256. *Piscina com Ondas* – quiosque Loy Lanches (2023). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 257. *Piscina com Ondas* – quiosque Loy Lanches (2023). Fonte: Arquivo pessoal.

As Quadras

A região das *Quadras*, na extremidade oposta ao Eixo Monumental, permanece bastante similar ao que foi pensado por Burle Marx, com exceção da pavimentação que deveria integrar todos os equipamentos esportivos ali implantados. Ao contrário, hoje encontramos apenas calçadas estreitas conectando as quadras poliesportivas, enquanto os campos são alcançados somente pelos gramados e as quadras de bocha, próximas à Piscina com Ondas, estão abandonadas, sem qualquer manutenção (Figura 258; Figura 259).



Figura 258. *Quadras* – quadras poliesportivas, quadras de tênis, quadras de bocha e campos de areia e de campos, na zona esportiva (1980). Fonte: GeoPortal.



Figura 259. Quadras – quadras poliesportivas, quadras de tênis, quadras de bocha e campos de areia e de campos, na zona esportiva (2016). Fonte: GeoPortal.

As quadras de tênis e as quadras poliesportivas são as principais atrações da região, e seguem atraindo praticantes de diversos esportes (Figura 260; Figura 261). Atualmente, os equipamentos esportivos resultam em 20 quadras poliesportivas e cinco quadras de tênis, que recebem aulas e jogos, com equipamentos próprios dos professores ou dos praticantes. Próximas à Piscina com Ondas, estão as 12 quadras de bocha que seguem sem manutenção e sem uso. Além das quadras, próximos ao Estacionamento 6, existem oito campos de futebol com iluminação, mas onde o gramado se mistura com a terra batida, e sem qualquer delimitação ou desenho de piso de um campo. Entre 2021 e 2022, as quadras poliesportivas e as quadras de tênis passaram por manutenção, com substituição de alambrados, recuperação do piso, substituição da iluminação, pintura e adequação de acessibilidade das calçadas. As quadras de bocha e os campos seguiram sem manutenção.



Figura 260. Quadras – quadras poliesportivas (2021). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 261. Quadras – quadras poliesportivas (2021). Fonte: Arquivo pessoal.

Dos equipamentos de apoio, apenas os banheiros seguem funcionando: um mais próximo à Piscina com Ondas, e outro próximo ao Estacionamento 6. Dois edifícios que deveriam abrigar lanchonetes, próximos a cada um dos banheiros, permanecem vazios, sendo o quiosque Loy Lanches o apoio mais próximo para as pessoas que utilizam as quadras e os campos. Na edificação destinada ao vestiário, funciona desde 1995 a Escola Meninos e Meninas do Parque, que atende crianças, adolescentes e adultos em situação de rua ou de vulnerabilidade social, a única da cidade com esse foco (Figura 262). Além das aulas regulares, de matemática,

português etc., são ministradas também oficinas de corpo e arte, nas quais os alunos aprendem sobre higiene e cuidados com o corpo.



Figura 262. *Quadras* – Escola Meninos e Meninas do Parque, em 2022. Fonte: Arquivo pessoal.

Os dois extremos do Parque da Cidade guardam uma grande semelhança entre si: a prática dos esportes coletivos; mas, na Zona Esportiva, o clima praiano das quadras de areia e o intenso movimento da Zona Administrativa saem de cena.

As Quadras em números

No *Ponto de Interesse das Quadras*, foram levantadas 656 pessoas, sendo 163 às quartas-feiras e 493 aos domingos. O caráter esportivo fica por conta dos esportes de quadra, a pista de caminhada/corrida e a ciclovia são pouco utilizadas, o que também pode ser visto no restante da Zona Esportiva. Assim como nos outros dois *Pontos de Interesse* localizados nessa Zona, o trecho das pistas nas *Quadras* recebe apenas 0,20 pessoas/metro, o menor valor entre todos os *Pontos* – os trechos dos *Bosques* e da *Piscina com Ondas* recebem 0,25 e 0,36 pessoas/metro, os mais baixos depois das *Quadras*, enquanto o *Nicolândia*, que recebe o maior valor, chega a 1,82 pessoas/metro.

Enquanto durante a semana o movimento se concentra no início da manhã (08h) e final da tarde (18h), diminuindo ao longo da manhã e voltando a aumentar no período da tarde, aos finais de semana, o movimento aumenta ao longo da manhã, caindo pela metade a partir do início da tarde (14h) e voltando a aumentar em seguida, chegando ao pico no final da tarde (18h). O *Ponto de Interesse das Quadras* foi o único no qual o movimento ficou mais intenso no final da tarde, nas quartas-feiras

como nos domingos, o que foi relatado pelo Loy Lanches e por frequentadores, que confirmaram o aumento de pessoas que chegam para os jogos a partir das 17h (Gráfico 53; Gráfico 54).

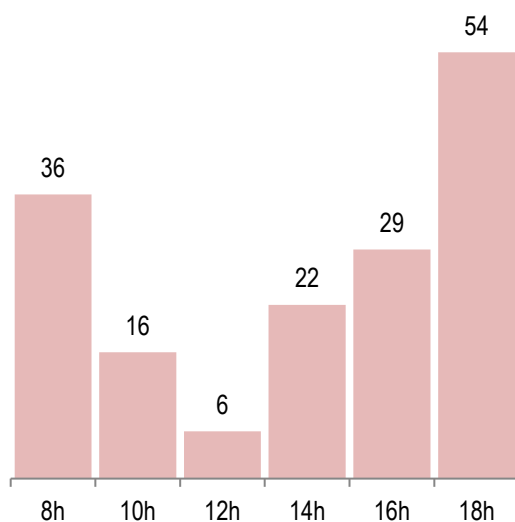


Gráfico 53. Distribuição das pessoas nas *Quadras*, por hora, às quartas-feiras.

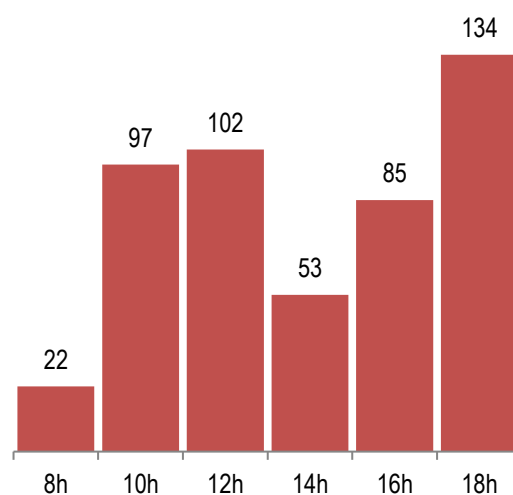


Gráfico 54. Distribuição das pessoas nas *Quadras*, por hora, aos domingos.

Entre as 656 pessoas levantadas, 439 foram homens (66,9%) e 217 mulheres (33,1%). Com maior intensidade que o observado no *Quiosque do Atleta*, onde os esportes coletivos também têm forte presença, o público masculino predomina sobre o feminino (Gráfico 55; Gráfico 56). Entre todos os *Pontos* do Parque, foi o que apresentou maior diferença entre os sexos, com predominância significativa dos homens, o que evidencia a predominância de homens nas práticas esportivas no Parque, principalmente nos esportes coletivos, e o isolamento da região, que contribui para a sensação de insegurança e para a menor presença de mulheres. Na região das *Quadras*, as mulheres superam os homens somente nos piqueniques, que acontecem principalmente aos finais de semana, quando a diferença fica um pouco menor.

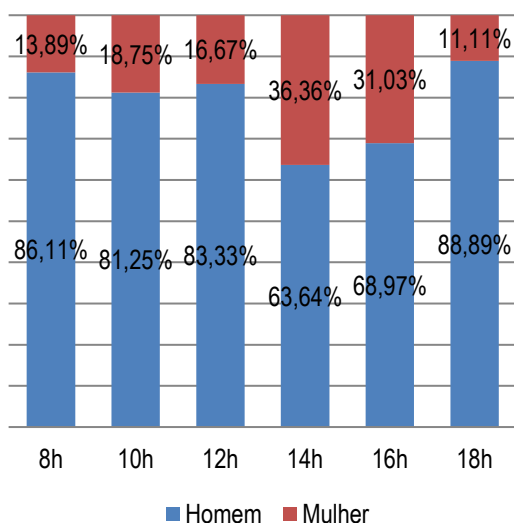


Gráfico 55. Distribuição das pessoas nas *Quadras*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

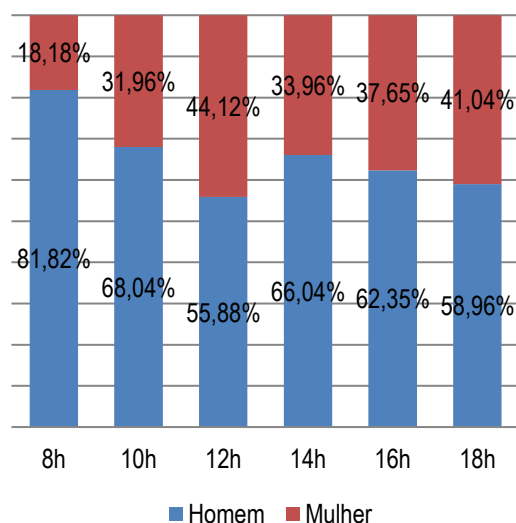


Gráfico 56. Distribuição das pessoas nas *Quadras*, por sexo e por hora, aos domingos.

Quanto ao grupo etário, a distribuição na região das *Quadras* apresenta predominância de adultos, com 58,69%, aos quais somam-se 19,21% de adolescentes, 16,16% de crianças, e 5,95% de idosos. Entre todos os *Pontos de Interesse* do Parque, foi o que apresentou a maior presença relativa de adolescentes, o que está muito relacionado aos esportes coletivos.

Ainda que bem menos intensamente ocupado que o *Quiosque do Atleta*, a região das *Quadras* se caracteriza pelos esportes de quadra – não de areia, mas de cimento – como o basquete, o futsal e o vôlei, esportes coletivos, e o tênis, que se caracteriza como esporte individual (Tabela 12). Às quartas-feiras, nos primeiros horários da manhã, algumas quadras poliesportivas são ocupadas com aulas de futsal. As quadras de tênis, durante a semana, são as que se mantêm mais movimentadas, com aulas e jogos ao longo de todo o dia.

Se, durante a semana, as quadras são ocupadas pelos praticantes de esportes, aos finais de semana, são ocupadas por uma maior variedade de pessoas, grupos que estão fazendo piqueniques e ocupam as quadras também com brincadeiras. Com exceção dos esportes individuais, marcados pelas aulas de tênis, as demais atividades são mais frequentes aos finais de semana. A prática de tênis foi verificada ao longo de todo o dia, nas quartas-feiras e nos domingos, mesmo em horários de sol mais intenso, como às 12h e às 14h. O predomínio de homens também marca essa prática, superando 80,0% das contagens realizadas nessa atividade.

Tabela 12. Distribuição das pessoas nas *Quadras*, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	0	0.0%	1	0.2%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	0	0.0%	1	0.2%
Caminhada/corrída/bicicleta	1	0.6%	4	0.8%
Esportes coletivos	35	21.5%	201	40.8%
Outros esportes individuais	69	42.3%	60	12.2%
Outras atividades recreativas	45	27.6%	129	26.2%
Piquenique/festa/churrasco	13	8.0%	97	19.7%
Total Geral	163	100.0%	493	100.0%

Assim como em outros *Pontos de Interesse*, a proximidade de equipamentos esportivos ou recreativos, como as quadras ou os parques infantis, nos fornece algumas pistas a respeito do capital arquitetônico das pessoas que os utilizam. Estar próximo a esses equipamentos, estar próximo ao Parque da Cidade e a tudo o que ele tem a oferecer, e ter a possibilidade de acessá-lo amplamente, implica maior capital espacial a essas pessoas que podem frequentá-lo com maior facilidade em diferentes dias da semana e diferentes horários do dia.

Por outro lado, o fato de as pessoas estarem utilizando esses equipamentos, pode indicar, que, de modo geral, esse público não possui esses equipamentos em suas residências, seja exclusivo dentro do próprio lote, seja compartilhado pelo condomínio em que moram, o que implica menor capital edilício que muitos moradores do Lago Sul, por exemplo, com quadras poliesportivas e campos dentro de seus próprios terrenos. Evidente que certas práticas exigem o coletivo, como os jogos que observamos na Zona Esportiva, e também evidente que as pessoas não frequentam o Parque da Cidade, ou qualquer outro espaço público, apenas para utilizar os equipamentos que não possuem em casa – seres gregários que somos, ver outras pessoas continua sendo um dos principais objetivos de irmos a um espaço público. Enquanto a afirmação acerca do capital espacial parece mais conclusiva, aquela sobre o capital edilício prescinde das respostas dos questionários.

Os Bosques

Antes mesmo da inauguração do Parque da Cidade, na região mais próxima ao acesso da EPIG, onde foram instalados o kartódromo, o tanque de modelismo

naval e a pista de aeromodelismo, foram plantados milhares de pinus – árvores que deveriam ser transformadas em lenha ainda na década de 1960 para os fornos das padarias, cerâmicas e carvoarias que estavam abastecendo a construção da nova capital (Figura 263; Figura 264; Figura 265). Em 2006, na região do antigo kartódromo, ocorreu uma operação de corte de 650 pinus que estavam sob risco de queda (Figura 266; Figura 267). Outros milhares de pinus permaneceram nas áreas que ficaram conhecidas como *Bosques* – (i) o bosque do Alpinus (referência ao restaurante), próximo ao Estacionamento 5, (ii) o bosque do Gibão (outro restaurante), próximo ao Estacionamento 4, e (iii) o bosque das churrasqueiras, próximo ao Estacionamento 4, do outro lado da pista de corrida/caminhada e da ciclovia.



Figura 263. *Bosques* – antiga pista de kart. Fonte: Arquivo Público.



Figura 264. *Bosques* – antiga pista de kart. Fonte: Arquivo Público.

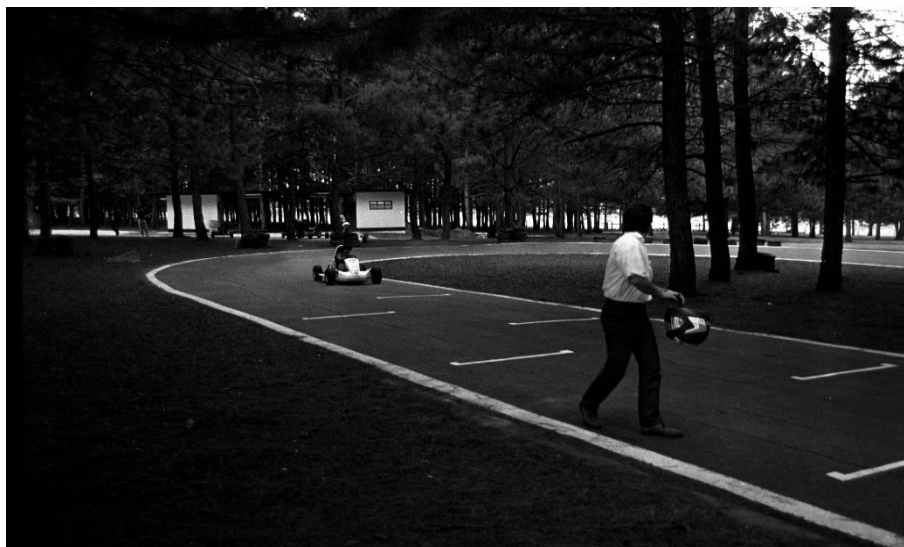


Figura 265. *Bosques* – antiga pista de kart. Fonte: Arquivo Público.



Figura 266. *Bosques* – ainda com os pinheiros na pista de kart (1987). Fonte: GeoPortal.



Figura 267. *Bosques* – sem os pinheiros na pista de kart (2016). Fonte: GeoPortal.

Os *Bosques* contam com churrasqueiras e são bastante utilizados para piqueniques e churrascos aos finais de semana (Figura 268; Figura 269; Figura 270; Figura 271). Durante a semana, os *Bosques* ficam esvaziados, mas aos finais de semana o movimento é intenso e é preciso chegar cedo para garantir uma churrasqueira. O movimento de pessoas carregando vasilhas, isopores, bebidas e utensílios para os piqueniques e churrascos toma conta da pista de caminhada/corrida e da ciclovia. Aos finais de semana, o jazz das bandas que tocam no Buraco do Jazz às quintas e sextas-feiras sai de cena e entra o sertanejo nas caixas de som portáteis das famílias que levam seus próprios equipamentos, e as taças de vinho são substituídas pelas latinhas de cervejas nacionais. A região fica cheia de cores com os papéis coloridos dos chás revelação e com os balões dos aniversários.



Figura 268. *Bosques* – bosque do Alpinus (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 269. *Bosques* – bosque do Estacionamento 4 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 270. *Bosques* – bosque do Estacionamento 4 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 271. *Bosques* – bosque do Estacionamento 4 (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

No bosque do Gibão, os cimentados, que um dia foram o tanque de modelismo naval e a pista de aeromodelismo, passaram a receber outros usos, como aulas de patinação, de dança e de lutas marciais (Figura 272; Figura 273; Figura 274; Figura 275). Durante a pandemia, quando o Parque foi reaberto e a população passou a procurar atividades ao ar livre por serem mais seguras em relação à transmissão do vírus, esses cimentados se tornaram palcos de aulas de dança que recebiam centenas de alunos, com mais de uma aula acontecendo simultaneamente. Profissionais, que davam aulas em outros locais de Brasília ou mesmo gravavam aulas que eram disponibilizadas no *YouTube*, viram a oportunidade de juntar um grande público em um espaço público seguro em tempos de pandemia. Caso do *Blue*, professor de dança (modalidade *Hiit Dance*) que levou suas aulas do *YouTube* para o Parque da Cidade e viu seu número de alunos crescer significativamente.



Figura 272. *Bosques* – antiga pista de aerodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 273. *Bosques* – antiga pista de aerodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 274. *Bosques* – antiga pista de aeromodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 275. *Bosques* – antiga pista de aeromodelismo durante aula de dança (2022). Fonte: Arquivo pessoal.

Próximo a cada um dos bosques, foi implantado, como idealizado no projeto, um parque infantil. São dois parques pouco utilizados durante a semana, mas, assim como os *Bosques*, ficam movimentados aos finais de semana com as crianças que acompanham suas famílias nos churrascos e piqueniques. O parque infantil do bosque do Alpinus está totalmente exposto ao sol, sem nenhuma arborização ou outro

tipo de sombreamento, o que dificulta seu uso ao longo do dia. O outro parque, por sua vez, ainda conta com sombreamento dos pinus em uma parte de sua extensão. Os parques infantis seguem sem manutenção, mas com a promessa de revitalização, além da construção de uma pista de skate ao lado do parque do bosque do Alpinus.

Por serem grandes espaços sombreados ao ar livre, os *Bosques* também recebem eventos esporádicos. Festivais de música, feiras culturais e colaborativas, festas – públicos ou privados – tomam conta dos *Bosques* em alguns finais de semana, principalmente do bosque do Gibão, que conta com os cimentados. No bosque do Alpinus, todas as quintas e sextas-feiras acontece o Buraco do Jazz (Figura 276; Figura 277). A entrada é voluntária, o que contribui para se tornar um evento mais democrático – no entanto, como apontado por Bourdieu, o gosto musical está relacionado ao volume e à estrutura de capital, e ao *habitus*; e o jazz, ainda que tenha nascido com os negros pobres norte-americanos, se tornou parte do *gosto* de uma elite detentora de alto capital cultural. Escutar a um show de jazz tomando uma taça de vinho se tornou parte do *habitus* dessa elite.



Figura 276. *Bosques* – Buraco do Jazz. Fonte: shorturl.at/bdrT6.



Figura 277. *Bosques* – Buraco do Jazz. Fonte: shorturl.at/bdrT6.

Os *Bosques*, como os conhecemos, parecem estar com os dias contados. Assim como os pinus do antigo kartódromo foram cortados, os milhares de pinus que restaram, ao que tudo indica, terão o mesmo destino. Após uma série de acidentes envolvendo a queda dessas árvores, que acabaram atingindo automóveis e ferindo pessoas gravemente, a Novacap e a Administração do Parque decidiram que chegou a hora de serem substituídas por espécies nativas do cerrado.

Sobre o processo, se serão cortadas todas de uma única vez ou em etapas, ainda não há informação. A paisagem dos *Bosques* vai mudar e sem as sombras dos pinheiros ou das árvores nativas, que levarão tempo para crescer e promover o sombreamento que existe hoje, as atividades provavelmente também vão mudar. Mas teremos novamente a oportunidade que Burle Marx ambicionava: “a oportunidade, assim, de verificar, na prática, no decurso da obra, o custo, o trabalho, e o tempo envolvidos na implantação de um bosque, no desenvolvimento de uma muda, ou na simples manutenção de um canteiro” (Burle Marx, 1978, p.30).

Os Bosques em números

Assim como acontece na *Praça das Fontes*, o cenário nos *Bosques* é completamente distinto entre dias de semana e finais de semana. O mapeamento contabilizou 3.383 pessoas, sendo apenas 147 nas quartas-feiras e 3.236 nos

domingos – 22 vezes mais que o público da semana. A maneira como esse público se distribui ao longo do dia também sofre alteração entre dias de semana e finais de semana. Às quartas-feiras, o maior movimento ocorre no meio da tarde (16h). Aos domingos, por outro lado, o público começa a chegar pelo meio da manhã e se mantém constante ao longo do dia, caindo consideravelmente no último horário do levantamento (18h) (Gráfico 57; Gráfico 58).

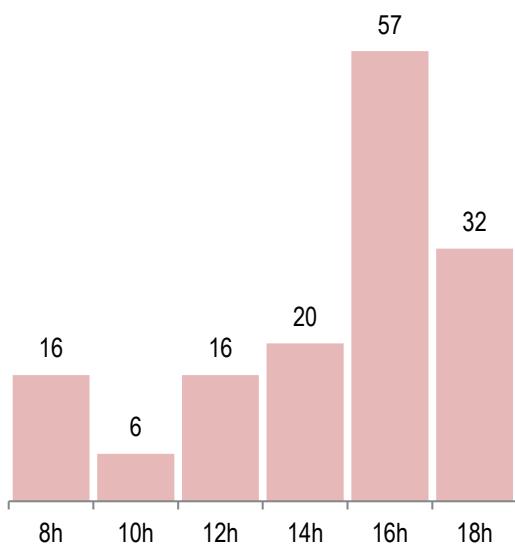


Gráfico 57. Distribuição das pessoas nos *Bosques*, por hora, às quartas-feiras.

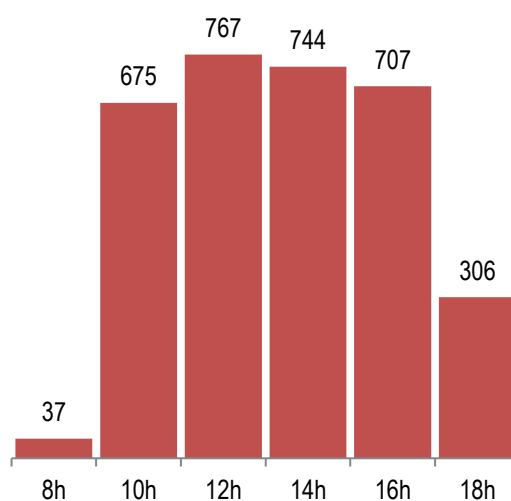


Gráfico 58. Distribuição das pessoas nos *Bosques*, por hora, aos domingos.

Das pessoas mapeadas às quartas-feiras, 84 eram mulheres (57,2%) e 63 homens (42,8%). Aos domingos, 1.673 eram mulheres (51,7%) e 1.563 homens (48,3%) (Gráfico 59; Gráfico 60). Ainda que durante a semana o predomínio de mulheres seja um pouco maior, observamos certo equilíbrio entre os sexos nos *Bosques*, principalmente por causa das atividades que predominam na região.

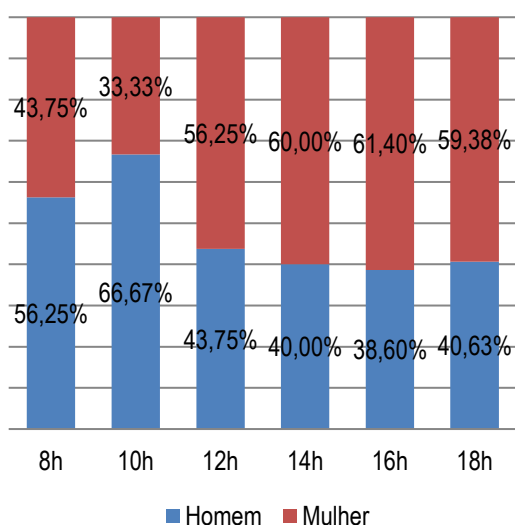


Gráfico 59. Distribuição das pessoas nos *Bosques*, por sexo e por hora, às quartas-feiras.

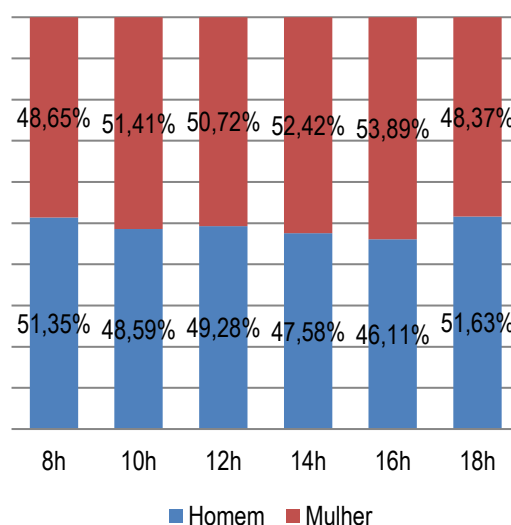


Gráfico 60. Distribuição das pessoas nos *Bosques*, por sexo e por hora, aos domingos.

Quanto ao grupo etário, a distribuição nos *Bosques* apresenta predominância de adultos, com 62,37%, 19,18% de crianças, 13,51% de adolescentes, e apenas 4,94% de idosos. Crianças e adolescentes (32,69%) não são mais expressivos apenas que o *Ponto de Interesse Nicolândia*, mas superam em números relativos o *Castelinho* e o *Parque Ana Lídia*, o que reflete o caráter familiar das atividades mais praticadas, que são os piqueniques, as festas e os churrascos.

Se frequentemente as pessoas reclamam do sol quente de Brasília, nos *Bosques* do Parque da Cidade essa sensação se esvai. Talvez por isso, além dos próprios equipamentos que estão ali instalados, as atividades mais recorrentes durem por mais tempo, com pessoas permanecendo ao longo de todo o dia. Ainda que algumas pessoas frequentem os *Bosques* durante a semana para piqueniques ou mesmo para a prática de atividades físicas, a região recebe seu grande público aos finais de semana, quando as pessoas começam a chegar no meio da manhã (10h) e permanecem ao longo de todo o dia com seus familiares e amigos pelos gramados ou nas churrasqueiras (Tabela 13).

Mais de 80,0% das atividades estão relacionadas a piqueniques, churrascos e festas, com pessoas de todas as faixas etárias. Os dois parques infantis complementam essas atividades-âncora – ao contrário do *Parque Ana Lídia* e do *Castelinho*, que são as próprias atrações principais, no caso dos parques infantis dos *Bosques*, eles são complementares. Um deles, completamente exposto ao sol, próximo ao bosque do Alpinus, é bem menos utilizado que o parque infantil do bosque

do Estacionamento 4, pouco mais próximo às mesas e churrasqueiras e também mais sombreado durante o dia.

Durante o mapeamento foi possível observar grupos chegando às churrasqueiras com isopores, carregados de bebidas e comidas, e carvão, além de peças decorativas para festas, como balões e painéis. Ainda que os piqueniques tendam a acontecer durante toda a manhã ou toda a tarde, os churrascos permanecem durante todo o dia, do meio da manhã ao final da tarde, o que nos leva a considerar que o público dos *Bosques* refere pessoas que moram em regiões mais distantes, até mesmo municípios vizinhos, com capital arquitetônico mais baixo, e que fazem a distância valer, permanecendo por longo período. Mais que o uso das quadras, o uso das churrasqueiras, assim como uso das mesas de concreto do *Castelinho*, parece indicar que esse público, de modo geral, não possui esse tipo de equipamento em casa ou não conta com uma ampla área verde para receber um grupo maior de pessoas, o que implica menor capital edilício. Os gramados do Parque se tornam os quintais dessas pessoas.

Além dos espaços que favorecem piqueniques e churrascos, os cimentados do bosque do Gibão recebem outras atividades, voltadas para a prática esportiva, como aulas de patinação e de dança (*Hit Dance*), com um público bem diverso dos corredores e ciclistas do *Pedalinho* – os relógios esportivos saem dos pulsos e os tênis com placa de carbono são substituídos por modelos mais simples e baratos. Cabe destacar que as aulas de dança não aconteceram nos dias do mapeamento, ainda que sejam práticas frequentes no local.

Tabela 13. Distribuição das pessoas nos *Bosques*, por atividade e por dia.

Atividade	Quarta-feira		Domingo	
	Fi (n)	fi (%)	Fi (n)	fi (%)
Atividades comerciais e de serviço	2	1.4%	26	0.8%
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	2	1.4%	57	1.8%
Caminhada/corrída/bicicleta	11	7.5%	35	1.1%
Esportes coletivos	0	0.0%	29	0.9%
Esportes individuais	4	2.7%	93	2.9%
Outras atividades recreativas	46	31.3%	132	4.1%
Parque infantil	0	0.0%	145	4.5%
Piquenique/festa/churrasco	82	55.8%	2719	84.0%
Total Geral	147	100.0%	3,236	100.0%

Conclusão do capítulo

Os três *Pontos de Interesse* da Zona Esportiva são distintos, ainda que complementares, como é o caso das *Quadras* e da *Piscina com Ondas*. Enquanto os *Bosques* permanecem pouco ocupados durante a semana, aos finais de semana são completamente inundados por grupos de familiares e amigos fazendo churrascos e piqueniques, e celebrando aniversários e chás-revelação, sem contar as aulas coletivas que acontecem principalmente no período da manhã. O jazz e o vinho, que compõem a paisagem das quintas e sextas-feiras à noite no Buraco do Jazz, são substituídos pelo churrasco, pelas cervejas nacionais e pelo sertanejo e pagode – os distintos *gostos* desses momentos indicam a mudança de público dos *Bosques*.

A *Piscina com Ondas*, que um dia foi uma das principais atrações do Parque da Cidade, mas que permanece fora de funcionamento, atualmente atrai um pequeno público que frequenta o quiosque Loy Lanches durante a semana e aos finais de semana – a principal e única atração da região, além dos próprios gramados. Aos finais de semana, os grupos que chegam para fazer piqueniques parecem fugir do movimento do restante do Parque, assim como durante a semana os clientes do Loy Lanches encontram uma opção mais tranquila que o *Quiosque do Atleta* e o *Pedalinho*, os dois *Pontos de Interesse* que também possuem quiosques. Com o início da noite, o quiosque fica mais movimentado com o público das *Quadras*, que tem ali a opção comercial mais próxima.

As *Quadras*, tomadas pelas aulas de tênis durante a semana, e algumas outras aulas espalhadas pelas quadras poliesportivas, têm seu maior movimento a partir do final da tarde, o que foi relatado pelos frequentadores, uma vez que o levantamento não ocorreu durante a noite. Aos finais de semana, o esporte individual, marcado pelo tênis, abre espaço para os esportes coletivos que tomam conta das quadras poliesportivas. A ocupação das *Quadras* com esportes individuais durante a semana e coletivos aos finais de semana aponta para a popularização do seu público nesse segundo momento.

Bourdieu (2017) discorre sobre a preferência das elites por práticas esportivas individuais, enquanto os esportes coletivos seriam preferidos pelas classes mais populares. Ainda que os praticantes de tênis no Parque da Cidade, por essa relação com a prática esportiva individual, possam ocupar uma posição superior no espaço

social em relação aos praticantes dos esportes coletivos, eles não ocupam a mesma posição daqueles que praticam o mesmo esporte em suas residências ou em clubes privados, o que implica maior capital edilício e espacial, e, portanto, maior capital arquitetônico.

As distintas atividades que marcam a paisagem de cada um dos três *Pontos de Interesse* da Zona Esportiva resultam em distintos públicos ocupando esses espaços. Os esportes coletivos das quadras de cimento atraem um público diverso dos esportes coletivos das quadras de areia da Zona Administrativa, assim como os piqueniques, os churrascos e as celebrações que acontecem nos *Bosques* concentram um público diferente daquele que pratica as mesmas atividades na *Praça das Fontes*, e assim como as pessoas que buscam o quiosque Loy Lanches não são as mesmas que sentam na banca do coco, no *Pedalinho*, ou no *Quiosque do Atleta*. Se a Zona Administrativa parece ser a região mais popular e a porção central, com o *Pedalinho* e a *Praça das Fontes*, a que recebe um público com maior volume de capital, os *Pontos de Interesse* da Zona Esportiva parecem contemplar o público mais diverso do Parque da Cidade.

CAPÍTULO IX

PARQUE DA CIDADE: AS PESSOAS SEGUNDO SEUS CAPITAIS

O caminho percorrido nos forneceu algumas pistas sobre a relação entre o capital arquitetônico extra parque e a maneira como as pessoas se apropriam do Parque da Cidade. A observação e o mapeamento decorrentes do *conhecimento do objeto de estudo* e do *levantamento da vida pública* parecem confirmar a existência de alguma relação, o que confirmaria nossa hipótese.

A detenção de maior capital espacial implica maior domínio do espaço público, o que significa mais possibilidades de acessá-lo e frequentá-lo. Na prática, a paisagem do Parque da Cidade varia entre dias de semana e finais de semana, e entre diferentes horários do dia. A possibilidade de ir ao Parque durante a semana para praticar algum esporte antes ou depois do expediente implica maior capital espacial, em detrimento de quem consegue acessá-lo amplamente apenas aos finais de semana, quando aproveita-se a ocasião para permanecer por mais tempo envolvido em atividades mais prolongadas, como os piqueniques e churrascos.

Maior ou menor capital edilício também parece interferir na forma de apropriação do espaço público. No caso do Parque da Cidade, as festas infantis que ocupam as mesas e os bancos de concreto no *Castelinho* ou os churrascos que tomam conta das churrasqueiras nos *Bosques* aos finais de semana parecem indicar o predomínio de pessoas que, de modo geral, não possuem esses equipamentos – churrasqueiras, áreas verdes, *playground* etc. – o que implica menor capital edilício, logo, menor capital arquitetônico.

A observação e o mapeamento têm suas limitações. Para confirmar ou refutar nossa hipótese, é preciso detectar corretamente o capital arquitetônico das pessoas que frequentam o Parque da Cidade – e que foram observadas e mapeadas. Para tanto, se faz necessário um método de investigação que questione diretamente essas pessoas, o que significa a necessidade de aplicação de um questionário, a fim de conhecer com mais detalhes quem são as pessoas que ocupam o Parque da Cidade e qual o seu capital arquitetônico. Interessa conhecer qual o capital dessas pessoas para compreender a relação com a forma como se apropriam do Parque.

Este capítulo está dividido em cinco seções. A primeira, (i) *Sobre o questionário*, discute algumas observações iniciais sobre o processo de aplicação dos

questionários. A segunda, (ii) *Sobre a coleta*, apresenta dados sobre a coleta dos questionários. A terceira seção, (iii) *Apropriação do Parque da Cidade*, discute os resultados acerca da forma como as pessoas se apropriam do Parque. A quarta, (iv) *Características socioeconômicas*, aborda os resultados sobre as informações socioeconômicas das pessoas que responderam aos questionários. Por último, a quinta seção, (v) *Características arquitetônicas*, apresenta os resultados a respeito do domicílio e dos deslocamentos das pessoas.

Sobre o questionário

Antes de apresentar os resultados, precisamos discutir alguns pontos a respeito do processo de coleta dos questionários. Primeiro, cabe destacar que o *levantamento da vida pública* nos permitiu verificar a ocupação do Parque da Cidade como um todo, como as pessoas estavam distribuídas e com quais atividades estavam envolvidas. No momento da coleta dos questionários, pretendíamos aplicá-los com os diferentes públicos identificados no mapeamento, o que resultaria em uma amostra. A realidade, no entanto, nos reservou algumas surpresas. Enquanto coletar questionários entre algumas práticas se mostrou uma tarefa simples, como entre grupos fazendo piqueniques, quando de uma só vez eram coletados diversos questionários, fazer o mesmo entre os corredores ou jogadores de vôlei de praia exigiu outra estratégia mais elaborada que uma simples abordagem.

Pessoas ligadas às atividades de movimento, como corrida e ciclismo, implicam uma difícil abordagem, assim como pessoas envolvidas em algum esporte coletivo. Nesses casos, as dificuldades foram contornadas com a coleta dos questionários junto aos grupos de corrida instalados à margem da pista de caminhada/corrída, localizadas principalmente nas imediações do *Pedalinho*, e também na aplicação de questionários *online*. Entre os praticantes de esportes coletivos, a abordagem aconteceu nos quiosques que circundam as quadras, especialmente nas imediações do *Quiosque do Atleta*. Para todas essas, foi indispensável a ajuda de alguns atletas, instrutores e professores, que facilitaram a adesão à resposta do questionário, como o Professor “Blue”, que possibilitou o acesso aos praticantes da aula de dança, no cimentado do Bosque do Gibão (Figura 278). Os locais privados impuseram dificuldades maiores. Se para o *Nicolândia* foi possível

abordar os frequentadores na fila de entrada, tal estratégia não se mostrou possível para espaços como o Carrera Kart e o Centro Hípico – mas podemos inferir que os frequentadores desses espaços são frações de médio-alto capital econômico.



Figura 278. Alunos de *Hiit Dance* do Professor Blue respondendo ao questionário após a aula, que acontecia aos finais de semana em um dos cimentados do Bosque do Gibão.

Dificuldades de outra monta remetem à coleta dos questionários junto aos parques infantis, com os pais sempre atentos às movimentações das crianças. Nesse caso, algumas abordagens foram possíveis junto ao *Parque Ana Lúcia*, cercado e, nesse sentido, mais seguro aos olhos dos cuidadores. Espaços abertos, como o *Castelinho*, inviabilizaram a coleta. Para casos como esses, as análises estarão restritas à pesquisa qualitativa (*Capítulos VI, VII e VIII*). Os esportes de quadra, na Zona Esportiva, tiveram sua coleta influenciada pelo horário, uma vez que as quadras apresentam um público bastante tímido durante os dias. À noite, fora do horário da pesquisa, as atividades são mais notadas na região.

Outra questão que cabe destacar diz respeito ao fato de as mulheres terem sido mais solícitas, o que implicou mais mulheres respondentes que homens, quando verificamos com o mapeamento que ocorre um equilíbrio entre os sexos no Parque da Cidade – e também pela facilidade de coleta entre grupos que estavam fazendo piquenique, que como vimos possuem mais mulheres envolvidas. Além do sexo, o grupo etário dos respondentes se concentra entre adultos, que, além de ser o grupo predominante no Parque da Cidade, é também predominante entre quem participou

da pesquisa. Poucos adolescentes responderam ao questionário, tanto pela dificuldade ou impossibilidade em responder a perguntas relacionadas à vida adulta como pela própria falta de interesse em participar da pesquisa.

Essas observações se fazem importantes e necessárias para termos em mente que os resultados dos questionários não representam um censo ou uma pesquisa amostral, ainda que representem uma resposta direta e objetiva sobre quem são as pessoas que frequentam e o que fazem no Parque da Cidade.

Sobre a coleta

Ao trabalho de coleta dos questionários foram dedicados 13 dias de atividades entre junho de 2021 e agosto de 2022, além de questionários *on line* destinados aos corredores, ciclistas e triatletas. No total foram contabilizados 462 respondentes (Tabela 14).

Tabela 14. Informações sobre a coleta dos questionários, por dia da coleta.

Dia da Coleta	F_{abs}	f_r (%)
23/06/2021	33	7,14%
27/06/2021	93	20,13%
30/06/2021	24	5,19%
04/07/2021	58	12,55%
07/07/2021	17	3,68%
09/07/2021	12	2,60%
11/07/2021	6	1,30%
14/07/2021	13	2,81%
18/07/2021	122	26,41%
26/07/2021	1	0,22%
29/08/2021	30	6,49%
13/08/2022	17	3,68%
24/08/2022	17	3,68%
<i>on line</i>	19	4,11%
Total Geral	462	100,00%

Dos 462 questionários, 105 (22,73%) foram coletados em dias de semana enquanto 323 (69,91%) foram aos finais de semana, quando o Parque da Cidade recebe seu maior público¹⁷. Apenas 19 (4,11%) questionários foram coletados de forma *on line* (Tabela 15).

¹⁷ 15 questionários ficaram sem identificação de dia da coleta.

Tabela 15. Informações sobre a coleta dos questionários, por período da coleta.

Período da Coleta	F _{abs}	f _r (%)
FDS_AM	207	44,81%
FDS_PM	116	25,11%
DS_PM	71	15,37%
DS_AM	34	7,36%
<i>on line</i>	19	4,11%
-	15	3,25%
Total Geral	462	100,00%

A coleta foi dividida entre as Zonas do Parque, sendo a Zona Esportiva e a Zona Administrativa as que mais contabilizaram respondentes: 161 (34,85%) e 159 (34,42%), respectivamente. Os números da Zona Administrativa justificam-se pelo público que frequenta a região, notadamente a mais populosa do Parque. Já os números da Zona Esportiva foram influenciados pela relativa facilidade de coleta, uma vez que a região conta com mesas nas quais os frequentadores estão em grupos e se reúnem para a prática de churrascos, festas e piqueniques. Na Zona do Lago foram contabilizados 89 questionários (19,62%), enquanto na Zona Cultural foram coletadas as informações de 42 pessoas (9,09%). Devido às características de não permanência (*CAPÍTULO VII*), não foi coletado nenhum questionário na Zona da Feira dos Estados. Para os questionários *on line*, solicitamos que o respondente apontasse a região que mais frequentava no Parque, com sua resposta sendo contabilizada (quando possível) junto a uma das Zonas (Tabela 16).

Tabela 16. Informações sobre a coleta dos questionários, por Zona da coleta.

Zona da Coleta	F _{abs}	f _r (%)
Zona Esportiva	161	34.85%
Zona Administrativa	159	34.42%
Zona do Lago	89	19.26%
Zona Cultural	42	9.09%
-	11	2.38%
Total Geral	462	100.00%

Os questionários podem ser distribuídos, com alguma dose de discricionariedade, entre os *Pontos de Interesse* (Tabela 17). Os 110 questionários coletados nos *Bosques* compreendem a coleta em um conjunto de três áreas verdes utilizadas para churrascos, festas e piqueniques, ladeadas pelos Estacionamentos 4 e 5. A alta frequência (23,81%) também se justifica pela relativa facilidade em abordar um maior número de pessoas, reunidas e sentadas. Alertamos, portanto, que as

frequências relativas (*fr*) não guardam relação exata com o número de frequentadores de cada *Ponto de Interesse*, e que essa informação deve ser pesquisada junto aos resultados dos mapeamentos (*CAPÍTULOS VI, VII e VIII*).

Tabela 17. Informações sobre a coleta dos questionários, por *Ponto de Interesse* da coleta.

Ponto de Interesse	F_{abs}	f_r(%)
Bosques	110	23.81%
Pedalinho	89	19.26%
Quiosque do Atleta	74	16.02%
Nicolândia	49	10.61%
Praça das Fontes	39	8.44%
Parque Ana Lídia	36	7.79%
Quadras	29	6.28%
Piscina com Ondas	22	4.76%
-	14	3.03%
Total Geral	462	100.00%

Outra informação para as análises que serão feitas refere as atividades que estavam sendo praticadas pelas pessoas no momento da coleta (Tabela 18). O tipo de atividade impõe graus distintos de dificuldade para a aplicação do questionário, o que refletiu no número final de respondentes envolvidos com cada atividade. Nenhum questionário foi respondido por pessoas envolvidas em *atividades comerciais e de serviços*, que referem aquelas que trabalham no Parque, na limpeza e manutenção ou nos estabelecimentos comerciais e de serviços, como os quiosques de alimentação e as tendas de massagem, ou ainda os vendedores ambulantes, uma vez que com essas pessoas foram realizadas as entrevistas.

Tabela 18. Informações sobre a coleta dos questionários, por atividade da coleta.

Atividade	F_{abs}	f_r(%)
Atividades comerciais e de serviços	0	0,00%
Atividade culturais, artísticas e contemplativas	5	1,08%
Caminhada/corrída/ciclismo	59	12,77%
Esportes Coletivos	98	21,21%
Outros esportes individuais	17	3,68%
Outras atividades recreativas	5	1,08%
Parque de diversões (fila)	49	10,61%
Parque infantil	23	4,98%
Piquenique/festa/churrasco	133	28,79%
Quiosque	55	11,90%
-	18	3,90%
Total	462	100,00%

Apropriação do Parque da Cidade

Quanto à forma como as pessoas se apropriam do Parque da Cidade, neste momento apresentaremos os resultados que dizem respeito à frequência e à permanência das pessoas – desde quando frequentam, com que frequência e quanto tempo permanecem – e aos motivos pelos quais elas o frequentam.

Frequência e permanência

Praticamente metade (49,3%) das pessoas que responderam aos questionários frequenta o Parque da Cidade há mais de dez anos (Gráfico 61). Se considerarmos aquelas que frequentam o Parque há mais de um ano, chegaremos a uma proporção de 85,0%. Apenas 3,4% das pessoas estavam ali pela primeira vez e 11,5% frequentavam há menos de um ano, o que resulta em 14,9% de pessoas que haviam começado a frequentar o Parque no último ano. Esse resultado mostra que, embora a maior parte do público frequente o Parque da Cidade há anos, o seu movimento segue crescendo, diferentemente da percepção dos responsáveis pelos quiosques entrevistados no *Ponto de Interesse Quiosque do Atleta*, mas semelhantemente ao que nos apontou um dos responsáveis pela banca do coco, no *Pedalinho*. O público não diminuiu, o que aconteceu foi a migração de grupos e atividades para outros locais do Parque – o balé (JACOBS, 2009) do Parque da Cidade.

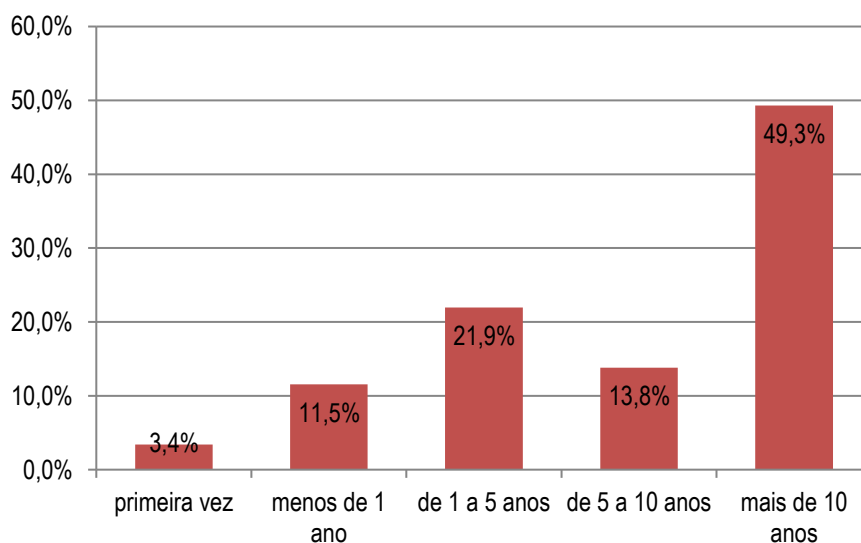


Gráfico 61. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que frequentam o Parque da Cidade.

Indiretamente, podemos inferir que a criação e a implantação de novos parques urbanos em Brasília, o que teve significativo avanço entre as décadas de 1990 e 2000, não interferiu negativamente diminuindo o público que frequenta o Parque da Cidade. Na realidade, o que verificamos é que há pessoas na cidade (e no entorno) para ocuparem novos parques urbanos em diferentes regiões de Brasília, em localidades próximas à sua residência, tornando o acesso a parques urbanos mais democrático. O Parque da Cidade seguirá sendo único nesse contexto urbano e atraindo pessoas de diversas localidades.

Desagregando as informações sobre *há quanto tempo frequenta* o Parque da Cidade, os dois *Pontos de Interesse* com forte presença de práticas esportivas são aqueles que têm o público mais antigo (Tabela 19). Por volta de 60,0% das pessoas que frequentam o *Pedalinho* e o *Quiosque do Atleta* o fazem há mais de dez anos. Se considerarmos todas aquelas pessoas que frequentam há mais de um ano, essa proporção se aproxima de 90,0%, o que evidencia como a imagem do Parque da Cidade sempre esteve vinculada à prática de atividades físicas ao ar livre. Destoando do restante, no *Nicolândia*, apenas um quarto das pessoas (25,5%) frequenta o Parque há mais de dez anos, semelhante proporção daqueles que haviam passado a frequentá-lo no último ano (27,6%).

Tabela 19. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que frequentam o Parque da Cidade.

	Primeira vez	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos
Bosques	3,7%	14,7%	24,8%	10,1%	46,8%
Nicolândia	10,6%	17,0%	34,0%	12,8%	25,5%
Parque Ana Lídia	5,7%	5,7%	11,4%	25,7%	51,4%
Pedalinho	3,4%	6,8%	17,0%	13,6%	59,1%
Piscina com Ondas	0,0%	0,0%	36,4%	22,7%	40,9%
Praça das Fontes	2,6%	15,8%	23,7%	7,9%	50,0%
Quadras	0,0%	17,2%	10,3%	31,0%	41,4%
Quiosque do Atleta	0,0%	10,8%	20,3%	8,1%	60,8%
Total Geral	3,4%	11,5%	21,9%	13,8%	49,3%

Quanto à *frequência com que as pessoas vão ao Parque da Cidade*, cerca de um quarto (23,7%) o fazem raramente, enquanto outro quarto (26,6%) o frequentam duas ou mais vezes na semana (Gráfico 62). Existe uma diferença fundamental entre aqueles que frequentam o Parque em dias de semana e aqueles que o fazem aos finais de semana, uma vez que, no caso dos primeiros, 38,5% o fazem pelo menos

duas vezes na semana, enquanto entre os frequentadores do final de semana essa proporção cai para 20,6%. Esse resultado revela que aos finais de semana o público mais diverso do Parque resulta de mais pessoas que não detêm o mesmo capital espacial daqueles que podem frequentá-lo também no meio da semana. Aos finais de semana, quando o relógio de ponto dá uma folga, a proporção de frequentadores menos assíduos aumenta no Parque da Cidade.

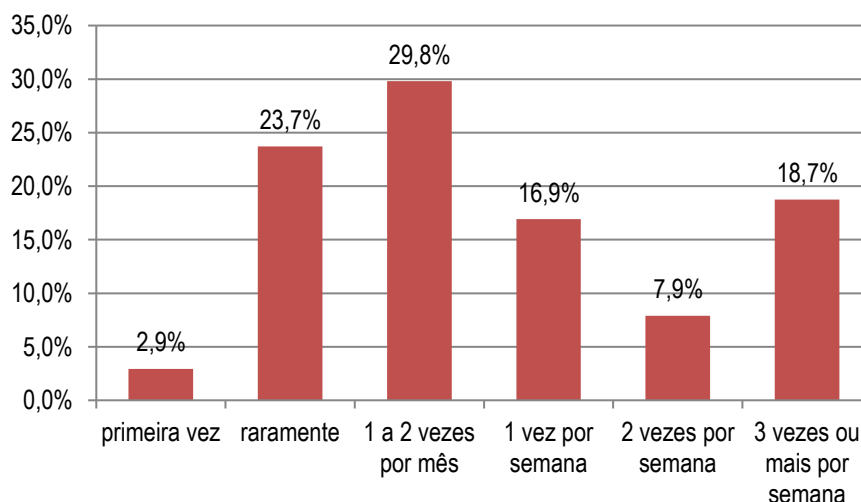


Gráfico 62. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por frequência que vão ao Parque da Cidade.

Ao analisarmos por *Ponto de Interesse*, verificamos que naqueles onde predominam as práticas esportivas, como o *Pedalinho* e o *Quiosque do Atleta*, a proporção de pessoas que frequentam o Parque da Cidade três ou mais vezes por semana é significativamente superior que nos demais *Pontos*, chegando a 34,1% e 43,2%, respectivamente (Tabela 20). Esses valores são resultados principalmente da regularidade das práticas esportivas e refletem o maior capital espacial do público desses *Pontos* – pessoas que têm a possibilidade de frequentar o Parque e desempenhar essas atividades ao ar livre em diferentes horários da semana.

A baixa frequência observada no *Nicolândia* evidencia que ir ao parque de diversões significa um evento, e não algo rotineiro na vida dessas pessoas. A frequência ao *Parque Ana Lídia*, ainda que superior ao *Nicolândia*, também demonstra aquilo que havíamos levantado no mapeamento do parque infantil (*CAPÍTULO VI*): ir ao *Ana Lídia* não é o mesmo que ir a um parque infantil qualquer com bancos de areia e balanços, mas significa um evento para muitas daquelas crianças.

Tabela 20. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por frequência que vão ao Parque da Cidade.

	Primeira vez	Raramente	1 a 2 vezes por mês	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes ou mais por semana
Bosques	2,8%	29,4%	40,4%	15,6%	2,8%	9,2%
Nicolândia	12,8%	53,2%	19,1%	12,8%	0,0%	2,1%
Parque Ana Lídia	5,6%	19,4%	58,3%	13,9%	0,0%	2,8%
Pedalinho	1,1%	13,6%	14,8%	19,3%	17,0%	34,1%
Piscina com Ondas	0,0%	13,6%	31,8%	27,3%	13,6%	13,6%
Praça das Fontes	2,6%	36,8%	28,9%	18,4%	5,3%	7,9%
Quadras	0,0%	17,2%	37,9%	20,7%	13,8%	10,3%
Quiosque do Atleta	0,0%	9,5%	21,6%	14,9%	10,8%	43,2%
Total Geral	2,9%	23,7%	29,8%	16,9%	7,9%	18,7%

Com relação ao *tempo que as pessoas permanecem no Parque da Cidade*, cerca de 90,0% o fazem por pelo menos uma hora (Gráfico 63). Por mais diversas que possam ser as pessoas e as atividades que realizam no Parque da Cidade, ir ao Parque não se caracteriza como um evento rápido – as pessoas permanecem ali por longos períodos. Ocorre uma pequena diferença entre dias de semana e finais de semana, como seria de se esperar. No primeiro caso, a proporção de pessoas que permanece no Parque entre uma e duas horas resulta em 46,7% ante 41,9% que permanecem por mais de duas horas. Aos finais de semana, essa proporção inverte, com 41,8% permanecendo entre uma e duas horas e 46,7% permanecendo por mais de duas horas.

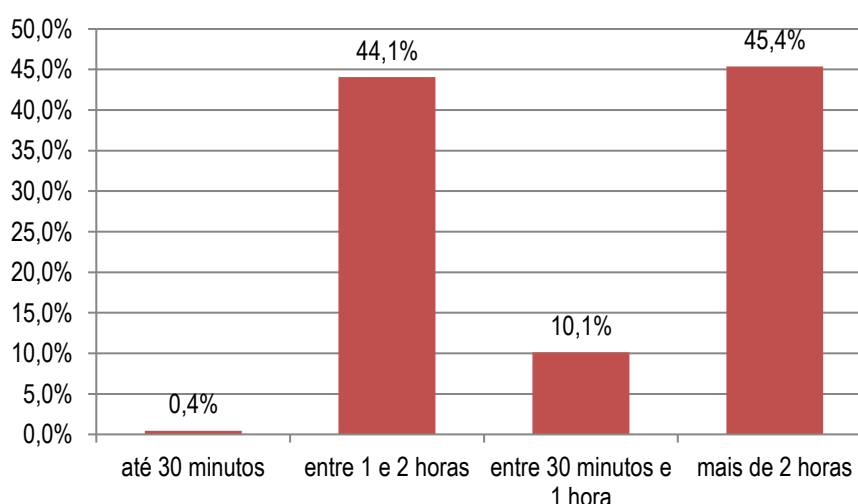


Gráfico 63. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que permanecem no Parque da Cidade.

Seguindo com as desagregações, o *Nicolândia* se caracteriza como o *Ponto de Interesse* no qual as pessoas permanecem por mais tempo – pagar pela atração

significa aproveitá-la ao máximo (Tabela 21). No caso dos *Bosques*, o mapeamento parece nos indicar que as pessoas que permanecem entre uma e duas horas referem aquelas envolvidas com piqueniques, e que permanecem pelo período da manhã ou da tarde, enquanto as pessoas que permanecem por mais de duas horas estão envolvidas com churrascos, chegando logo cedo pela manhã e permanecendo ao longo do dia.

Nos *Pontos de Interesse* com forte presença de esportes de quadras, como o *Quiosque do Atleta* e as *Quadras*, observamos a maior proporção de pessoas que permanecem por mais de duas horas, 47,3% e 58,6% respectivamente, o que resulta das aulas e das partidas desses esportes, com os times esperando pelas próximas rodadas. Por outro lado, no *Pedalinho*, outro *Ponto de Interesse* com a presença de práticas esportivas, mas diferente dos anteriores por se tratar de esportes individuais, a duração da corrida frente às partidas dos esportes de quadra resulta na menor permanência desse público no Parque.

Tabela 21. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tempo que permanecem no Parque da Cidade.

	Até 30 minutos	Entre 30 minutos e 1 hora	Entre 1 e 2 horas	Mais de 2 horas
Bosques	0,9%	7,3%	47,7%	44,0%
Nicolândia	0,0%	6,7%	15,6%	77,8%
Parque Ana Lúcia	2,9%	5,7%	34,3%	57,1%
Pedalinho	0,0%	11,4%	63,6%	25,0%
Piscina com Ondas	0,0%	18,2%	63,6%	18,2%
Praça das Fontes	0,0%	15,8%	34,2%	50,0%
Quadras	0,0%	3,4%	37,9%	58,6%
Quiosque do Atleta	0,0%	13,5%	39,2%	47,3%
Total Geral	0,4%	10,1%	44,1%	45,4%

Motivos

Entre os *motivos* que levam as pessoas a frequentarem o Parque da Cidade, o principal deles refere ao *contato com a natureza* (72,29%; Gráfico 64). Esse resultado mostra a importância de um parque urbano para aproximar o ser humano da natureza, que, mesmo no caso de não ser a sua função principal, como é o caso do Parque da Cidade que tem como função principal a fruição social, reserva o verde em meio ao concreto e ao asfalto. Ainda que em uma região como o Plano Piloto, com amplas áreas verdes distribuídas para todos os lados, essa percepção do contato com a

natureza se faz presente.

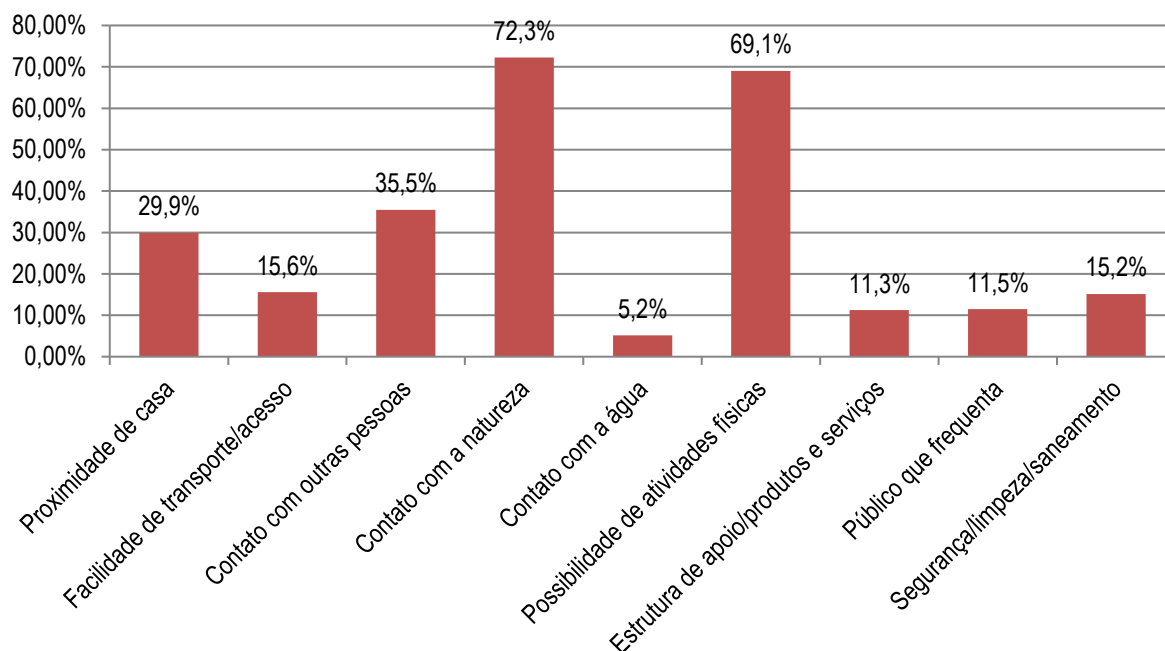


Gráfico 64. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por motivos pelos quais frequentam o Parque da Cidade.

O segundo motivo que leva as pessoas a frequentarem o Parque da Cidade refere a *prática de atividades físicas* (69,05%), ainda que a maior parte dos questionários não tenha sido coletada entre os praticantes de alguma atividade física, que representam 37,66% das pessoas que responderam aos questionários – se considerarmos também o público dos quiosques, essa participação relativa chega a 49,57%. Esse resultado evidencia o papel do parque urbano enquanto lugar público que possibilita a prática de atividades físicas ao ar livre e a importância de equipamentos que permitam a realização dessas atividades. Quando analisamos de maneira desagregada, nos *Pontos de Interesse* notadamente mais densamente povoados por atividades esportivas, como o *Quiosque do Atleta*, o *Pedalinho* e as *Quadras*, a *possibilidade de atividades físicas* torna-se o motivo mais frequente pelo qual as pessoas frequentam o Parque da Cidade, aparecendo em cerca de 80,0% dos questionários.

O terceiro motivo mais frequente entre os respondentes refere o *contato com outras pessoas*, presente em 35,50% dos questionários de todo o Parque, e com forte presença em todos os *Pontos de Interesse*. Esse resultado, presente em mais de um terço dos questionários, evidencia o postulado de Aristóteles de que somos animais sociais – somos seres gregários por excelência. Como pontuou Benedikt (2020):

[...] é relevante o fato de, com tempo bom, em lugares públicos, em cidades movimentadas, as pessoas apreciarem olhar pessoas que olham outras pessoas. Isto é, não é para usufruir vistas de edifícios ou marcos visuais que as pessoas se reúnem, menos ainda para ver o 'espaço'. É para ver-se mutuamente, em cordiais interações (BENEDIKT, 2020, p. 79).

O anseio e a necessidade de espaços verdes para a realização de atividades ao ar livre, seja para recreação ou práticas esportivas, não são exclusivos de um grupo específico, mas de todas as pessoas. Espaços públicos nos permitem olhar para o mundo e para as pessoas a nossa volta, sem a necessidade de interagir, mas garantindo essa possibilidade (TENORIO, 2012). São espaços com maior potencial de receber a diversidade – palco de conflitos e de convívio, onde ocorrem atividades desde o mais simples caminhar a manifestações políticas e celebrações religiosas.

A *proximidade de casa* aparece em quarto lugar, com 29,87%. O fato de não ter sido o principal motivo, o que representa a realidade de muitos espaços públicos de menor abrangência, demonstra o papel do Parque da Cidade como um parque urbano que recebe o público de toda a cidade – e ainda de municípios vizinhos, como veremos. Existe uma pequena variação entre aquelas pessoas que responderam em dias de semana e aqueles aos finais de semana – no primeiro caso, 33,3% marcaram *proximidade de casa* como um dos motivos, ante 26,9% das pessoas que foram abordadas em algum dia do final de semana, o que indica que esse motivo parece não interferir, ao menos conscientemente, no fato de as pessoas irem ao Parque durante a semana ou aos finais de semana. A *proximidade de casa* parece refletir a prática de atividades físicas, uma vez que tanto no *Quiosque do Atleta* quanto no *Pedalinho*, esse motivo ganha importância relativa (Tabela 22).

Em contraposição, apenas 8,16% dos frequentadores do *Nicolândia* apontaram a *proximidade de casa* como motivo para ir ao Parque da Cidade, o que indica que esse público, de modo geral, reside longe da região central de Brasília e, conseqüentemente, detém menor capital espacial, e, portanto, menor capital arquitetônico. No entanto, cabe destacar as diferentes percepções de distância. Entre os respondentes do *Nicolândia*, uma pessoa residente de Valparaíso de Goiás, município do Entorno, localizado a aproximadamente 40,0 km do Parque da Cidade, o que resulta em 45 minutos de deslocamento de carro sem trânsito, marcou a opção *proximidade de casa* como um dos motivos para frequentar o Parque. O que poderia parecer estranho em um primeiro momento descortina o significado do Parque da Cidade para muitos de seus frequentadores, principalmente aqueles que moram mais

longe. O Parque não significa um simples parque urbano. Não seria exagero afirmar que o Parque da Cidade pode representar para detentores de baixo capital econômico e de baixo capital arquitetônico aquilo que a Disney representa para os detentores de alto capital econômico e de alto capital arquitetônico.

Tabela 22. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por motivos pelos quais frequentam o Parque da Cidade.

	Proximidade de casa	Facilidade de transporte/acesso	Contato com outras pessoas	Contato com a natureza	Contato com a água	Possibilidade de atividades físicas	Estrutura de apoio/produtos e serviços	Público que frequenta	Segurança/limpeza/saneamento
Bosques	19,09%	9,09%	41,82%	83,64%	3,64%	66,36%	10,91%	15,45%	20,91%
Nicolândia	8,16%	12,24%	28,57%	57,14%	12,24%	51,02%	8,16%	12,24%	14,29%
Parque Ana Lúcia	19,44%	16,67%	25,00%	75,00%	2,78%	55,56%	13,89%	8,33%	27,78%
Pedalinho	43,82%	21,35%	38,20%	69,66%	7,87%	79,78%	17,98%	8,99%	5,62%
Piscina com Ondas	59,09%	9,09%	22,73%	100,00%	4,55%	63,64%	4,55%	4,55%	13,64%
Praça das Fontes	25,64%	20,51%	30,77%	79,49%	5,13%	56,41%	7,69%	7,69%	12,82%
Quadras	27,59%	27,59%	37,93%	62,07%	0,00%	79,31%	10,34%	3,45%	6,90%
Quiosque do Atleta	39,19%	14,86%	39,19%	58,11%	4,05%	81,08%	10,81%	17,57%	17,57%
Total Geral	29,87%	15,58%	35,50%	72,29%	5,19%	69,05%	11,26%	11,47%	15,15%

Características socioeconômicas

Quanto às características socioeconômicas das pessoas que frequentam o Parque da Cidade, neste momento apresentaremos os resultados acerca do sexo e da idade, da raça/cor da pele, do rendimento, que refere ao capital econômico dessas pessoas, e da escolaridade, que refere ao capital cultural.

Sexo e idade

Verificamos que dos 462 questionários coletados, 276 (60,0%) foram respondidos por mulheres e 184 (40,0%) por homens¹⁸. Embora tenha sido observado equilíbrio quanto ao sexo entre os frequentadores do Parque da Cidade, esse resultado reflete ao fato de as mulheres terem sido mais solícitas a responderem ao questionário.

¹⁸ Dois questionários ficaram sem identificação do sexo.

Quanto ao grupo etário, a maior parte dos respondentes é composta por adultos (Tabela 23), o que reflete a frequência real do Parque da Cidade, mas também se deve ao fato da dificuldade de crianças e adolescentes responderem a todas as perguntas do questionário, que estão voltadas para a vida adulta. Na fila do *Nicolândia*, como esperado, a quantidade relativa de adolescentes respondentes sobressai em relação aos outros *Pontos de Interesse*.

Tabela 23. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por idade.

	[0-10]	[11-17]	[18-24]	[25-29]	[30-39]	[40-49]	[50-59]	[60+]
Bosques	0,00%	5,80%	18,30%	12,50%	29,80%	23,10%	4,80%	5,80%
Nicolândia	0,00%	30,40%	34,80%	2,20%	21,70%	6,50%	2,20%	2,20%
Parque Ana Lúcia	0,00%	0,00%	5,90%	29,40%	35,30%	26,50%	0,00%	2,90%
Pedalinho	0,00%	5,60%	9,90%	16,90%	40,80%	11,30%	9,90%	5,60%
Piscina com Ondas	4,50%	4,50%	9,10%	59,10%	0,00%	18,20%	0,00%	4,50%
Praça das Fontes	0,00%	0,00%	16,70%	0,00%	50,00%	27,80%	5,60%	0,00%
Quadras	3,60%	3,60%	25,00%	14,30%	21,40%	14,30%	10,70%	7,10%
Quiosque do Atleta	0,00%	9,20%	18,50%	9,20%	35,40%	20,00%	4,60%	3,10%
Total Geral	0,50%	7,90%	17,50%	14,50%	31,80%	18,50%	5,20%	4,20%

Raça/cor da pele

Com relação à raça/cor da pele, verificamos que a maior parte das pessoas que responderam ao questionário se autodeclararam brancas (46,5%), seguidas por pardas (39,8%), pretas (7,8%) – que somadas resultam em 47,6% de pessoas negras – amarelas (5,6%) e indígenas (0,2%). Cabe destacar a incompreensão das pessoas acerca da categoria *amarela*, o que resultou em muitas marcações que seriam referentes a pessoas *pardas*. Por esse motivo, incorporamos à categoria PPI (pretos, pardos e indígenas) as pessoas que se autodeclararam *amarelas*. A partir dessa associação, verificamos que 46,5% dos respondentes se autodeclararam brancos frente a 53,3% daqueles que se enquadram na categoria PPI, o que implica certo equilíbrio se observarmos o Parque como um todo.

A simetria entre brancos e PPIs, no entanto, não se mantém se analisarmos por *Ponto de Interesse* (Gráfico 65). O *Nicolândia* recebe o maior número de pessoas pretas, pardas e indígenas do Parque da Cidade, o que representa dois terços (69,4%) dos seus respondentes, seguido pelo *Parque Ana Lúcia* (63,9%) e dos *Bosques* (56,4%). Por outro lado, no *Pedalinho* e na *Piscina com Ondas*, essa relação se inverte, com o público que se autodeclara branco alcançando 60,7% e 63,6%,

respectivamente.

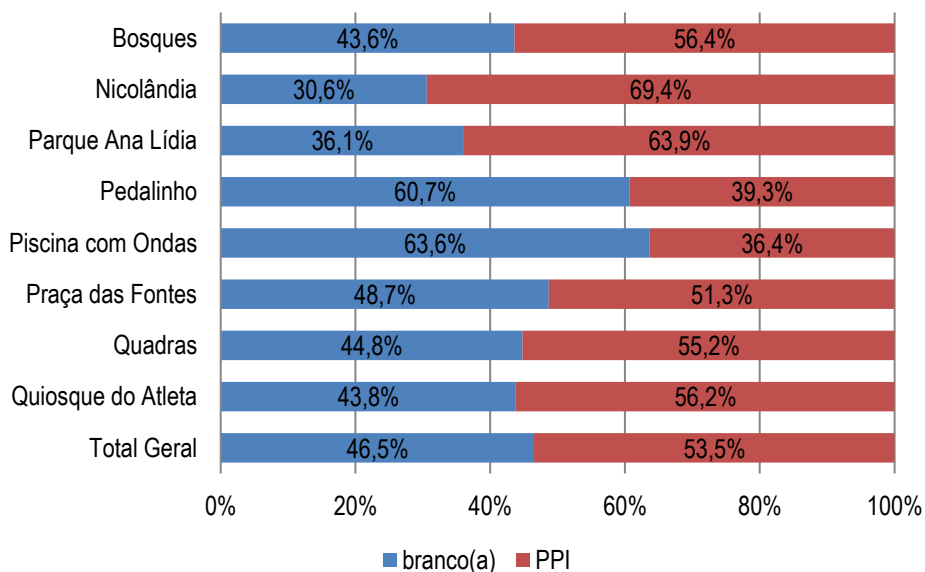


Gráfico 65. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por raça/cor da pele.

Comparando com o resultado da PDAD-2021, verificamos uma proximidade entre as pessoas que responderam ao questionário e a população de Brasília (Gráfico 66). Analisando por *Ponto de Interesse*, verificamos que a proporção de respondentes que se autodeclaram PPI nos *Bosques* (56,4%), nas *Quadras* (55,2%) e no *Quiosque do Atleta* (56,2%) se aproxima da população de Brasília, que resulta em 59,1%. A diferença se torna evidente entre o público do *Nicolândia* e do *Parque Ana Lúcia*, que apresentam maior proporção de PPI, e do *Pedalinho* e da *Piscina com Ondas*, que, por outro lado, apresentam maior proporção de pessoas que se autodeclaram brancas.

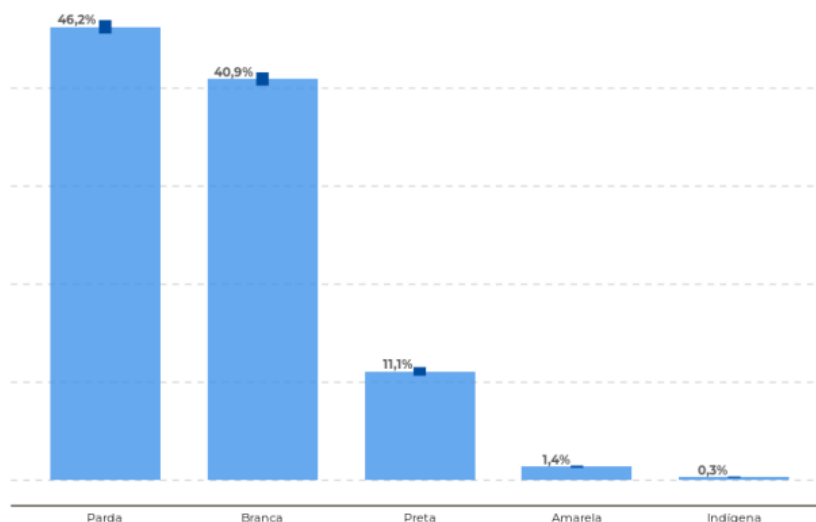


Gráfico 66. Distribuição da população de Brasília, por raça/cor da pele. Fonte: PDAD-2021.

Cabe destacar que entre a vasta contribuição de Milton Santos para os estudos das cidades brasileiras, reside a consideração da segregação étnica. De acordo com o geógrafo, entre outras razões, a segregação entre camadas de alta e baixa renda deriva dos preços de aluguéis e terrenos, diretamente relacionados à localização e, uma vez que as classes nativas são, frequentemente, mais pobres e mais desfavorecidas, a segregação econômica é convertida em segregação étnica (SANTOS, 2012). A cidade divide-se entre: “a cidade rica e a cidade pobre, ou a cidade branca e a cidade de cor, separadas pelas classes médias” (SANTOS, 2012, p. 201). Essa distinção parece ocorrer também no Parque da Cidade.

Rendimento

Dentre as variáveis mais representativas da condição socioeconômica das pessoas está o rendimento. A fim de conhecer o capital econômico dos frequentadores do Parque da Cidade, perguntamos sobre o seu rendimento *per capita*. Entre as pessoas que responderam ao questionário, excluindo os estudantes, apenas 3,70% não possuíam nenhum rendimento. Entre as pessoas com algum rendimento, um quinto (20,1%) possui rendimento mensal de até dois salários mínimos¹⁹, enquanto apenas 4,4% recebem mais de vinte salários mínimos; sendo que a maior parte (35,9%) recebe entre quatro e dez salários mínimos (Gráfico 67).

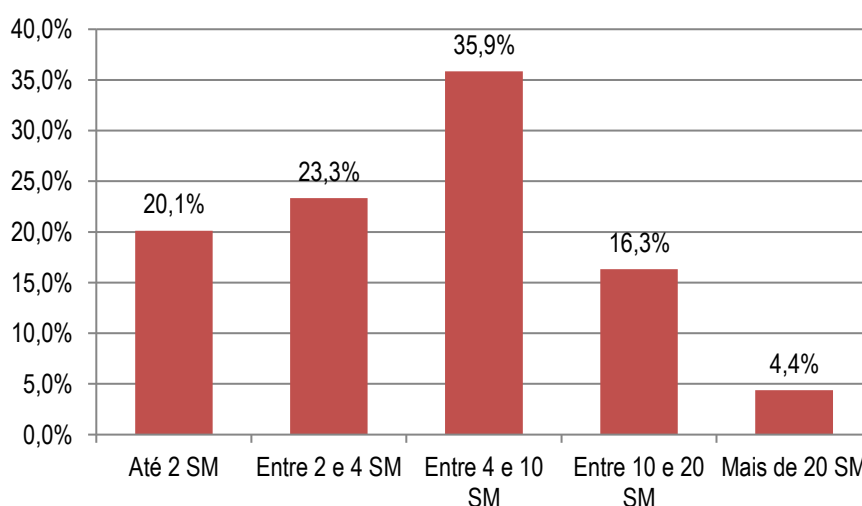


Gráfico 67. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal *per capita*.

¹⁹ O valor do salário mínimo quando os questionários começaram a ser aplicados, em junho de 2021, era de R\$ 1.100,00. Atualmente, fevereiro de 2023, o valor do salário mínimo é de R\$ 1.302,00.

Se compararmos com a população de Brasília, mais da metade (53,8%) tem rendimento mensal *per capita* de até dois salários mínimos frente aos 20,1% dos respondentes do Parque da Cidade (Gráfico 68). Entre os que recebem acima de 10 salários mínimos, enquanto apenas 6,6% da população de Brasília estão nesse grupo, entre os frequentadores do Parque da Cidade que responderam ao questionário, são 20,7%. Esse resultado indica que o público que frequenta o Parque não representa um retrato da população da cidade. O Parque da Cidade não é democrático por excelência, é um espaço que recebe um público com maior capital econômico que a população da cidade que o abriga.

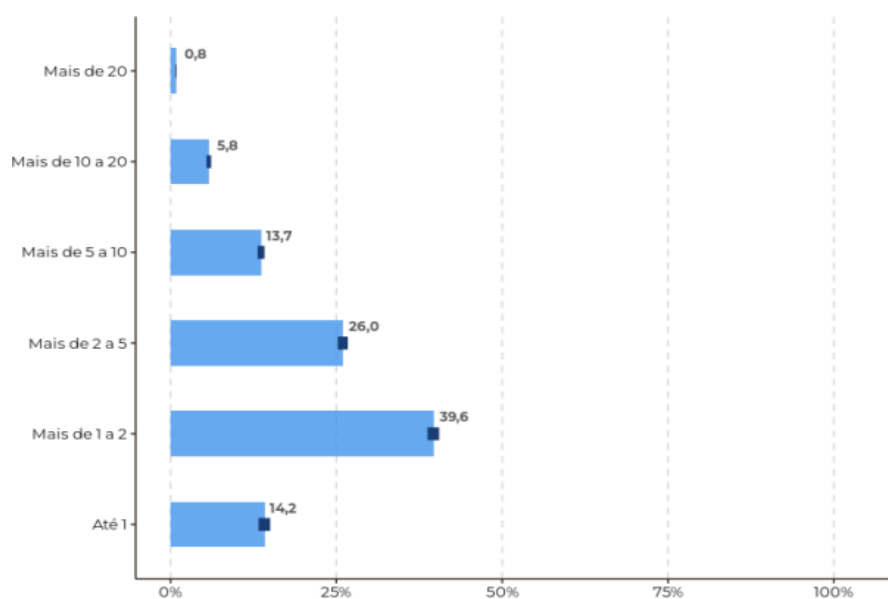


Gráfico 68. Distribuição da população de Brasília, por rendimento mensal do trabalho principal.
Fonte: PDAD-2021.

Dos respondentes com rendimento, verificamos que a parcela com maior capital econômico está localizada no *Pedalinho* (Tabela 24), *Ponto de Interesse* conhecido pelos grupos de corrida, que como havíamos identificado no mapeamento corresponde àquele grupo cuja apresentação (o corpo, a roupa, os equipamentos) e alimentação (água de coco, frutas das assessorias dos grupos de corrida) remetem ao gosto de luxo da população mais rica. Esse resultado, portanto, vai ao encontro do que observamos nos mapeamentos e do que defende Bourdieu (2017) com relação à apresentação e à alimentação como itens de distinção.

Tabela 24. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal.

	Até 2 SM	Entre 2 e 4 SM	Entre 4 e 10 SM	Entre 10 e 20 SM	Mais de 20 SM
Bosques	22,2%	25,6%	37,8%	12,2%	2,2%
Nicolândia	42,3%	30,8%	23,1%	3,8%	0,0%
Parque Ana Lúcia	48,1%	22,2%	18,5%	11,1%	0,0%
Pedalinho	5,8%	15,9%	42,0%	26,1%	10,1%
Piscina com Ondas	0,0%	31,6%	42,1%	15,8%	10,5%
Praça das Fontes	21,2%	21,2%	33,3%	24,2%	0,0%
Quadras	25,0%	15,0%	45,0%	10,0%	5,0%
Quiosque do Atleta	15,3%	27,1%	35,6%	16,9%	5,1%
Total Geral	20,1%	23,3%	35,9%	16,3%	4,4%

Por outro lado, o *Nicolândia* se caracteriza como o *Ponto de Interesse* onde as faixas com menores rendimentos são mais representativas, o que evidencia o caráter mais popular da atração, assim como confirma nossos apontamentos quanto ao *gosto de necessidade* refletido principalmente nos alimentos disponíveis na sua praça de alimentação e nos seus arredores com os vendedores ambulantes. Na sequência, está o *Parque Ana Lúcia*, que também recebe um público mais popular se comparado ao restante do Parque da Cidade.

Além do *Pedalinho* e da *Piscina com Ondas*, *Pontos de Interesse* que possuem um público com alto rendimento *per capita*, e do *Nicolândia* e do *Parque Ana Lúcia*, com um público mais popular, se comparados ao restante do Parque da Cidade, chama a atenção a semelhança entre as pessoas que frequentam os *Bosques* e o público do Parque como um todo. Considerando que nos *Bosques* apenas 14,4% possuem rendimento acima de dez salários mínimos, enquanto no Parque esse valor chega a 20,7%, podemos dizer que os *Bosques* parecem ser um pouco mais populares. Essa semelhança com o Parque também pode ser observada no *Quiosque do Atleta*, ainda que nesse *Ponto de Interesse* as pessoas que recebem até dois salários mínimos resultem em um valor relativamente menor, 15,3% dos respondentes do Parque frente a 20,1% da população de Brasília.

Cabe destacar a diferença entre o público que frequenta o Parque da Cidade no meio da semana e aquele que o faz aos finais de semana. Se durante a semana, os respondentes com rendimento de até dois salários mínimos resultam em 16,0%, esse valor sobe para 21,7% aos finais de semana. Assim como aumenta relativamente o público com menor rendimento, diminui relativamente aquele com maior rendimento. Os 24,0% que recebem mais de dez salários mínimos durante a semana passam a

contabilizar 18,5% aos finais de semana.

Quando desagregamos por *Ponto de Interesse*, a diferença dos públicos do meio da semana e dos finais de semana pode se tornar ainda maior em alguns locais (Gráfico 69; Gráfico 70). No caso do *Parque Ana Lúcia*, a participação daqueles que recebem até dois salários mínimos durante a semana sobe dez pontos percentuais, resultando em 50,0% do público aos finais de semana. No outro extremo, os 40,0% que recebem mais de dez salários mínimos passam a representar apenas 4,5% do público. O *Parque Ana Lúcia*, assim como o *Pedalinho* e as *Quadras*, se torna mais popular aos finais de semana. No caso do *Pedalinho*, se torna significativa redução dos respondentes que recebem mais de dez salários mínimos, passando de 56,3% para 28,2% – aos finais de semana, esse público reduz relativamente pela metade.

Chama a atenção o caso dos *Bosques*, que diferente dos outros *Pontos de Interesse* e do público geral do Parque, apresenta um público mais popular durante a semana. Enquanto no meio da semana as pessoas com rendimento até dois salários mínimos resultam em 69,2%, aos finais de semana esse valor cai para 44,2% dos respondentes. Entre aqueles que recebem mais de dez salários mínimos, os 7,7% do meio da semana chegam a 15,6% aos finais de semana.

No caso do *Quiosque do Atleta*, ao mesmo tempo em que a faixa de até dois salários mínimos apresenta um aumento, passando de 35,7% no meio da semana para 45,0% aos finais de semana, a proporção daqueles que recebem mais de dez salários mínimos também aumenta, passando de 7,1% para 12,5%. O que observamos nesse *Ponto de Interesse* é uma distribuição mais equânime entre as faixas de renda aos finais de semana. Assim como acontece também na *Praça das Fontes*, ainda que em menor medida.

Cabe esclarecer o caso da *Piscina com Ondas*. Em dias de semana, o rendimento dos frequentadores desse *Ponto de Interesse* que responderam ao questionário corresponde integralmente à faixa de quatro a dez salários-mínimos. Ainda que cinco pessoas tenham respondido aos questionários nesse período, obtivemos a resposta quanto ao rendimento mensal de apenas duas, o que implica que esse resultado está enviesado e pode não representar a realidade do público que ocupa a região da *Piscina com Ondas*. Para esse *Ponto*, não foi possível identificar as diferenças reais entre dias de semana e finais de semana.

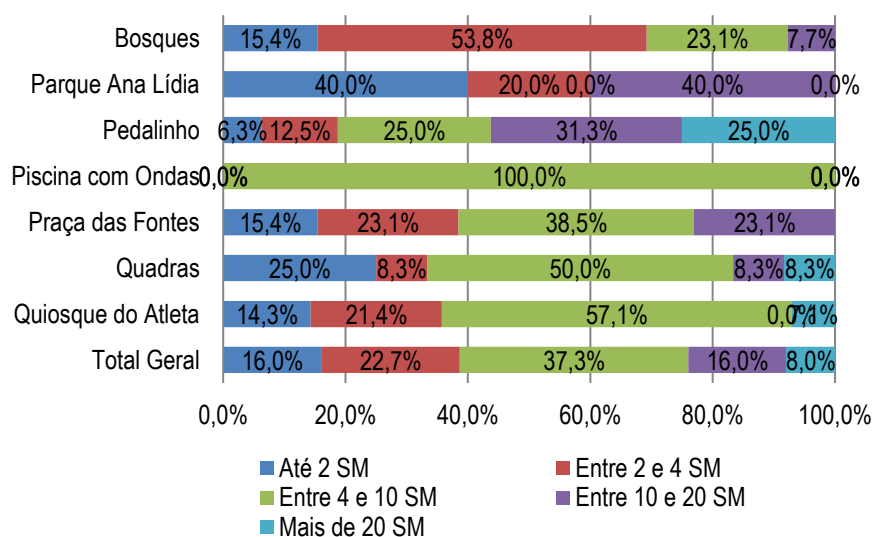


Gráfico 69. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal, em dias de semana.

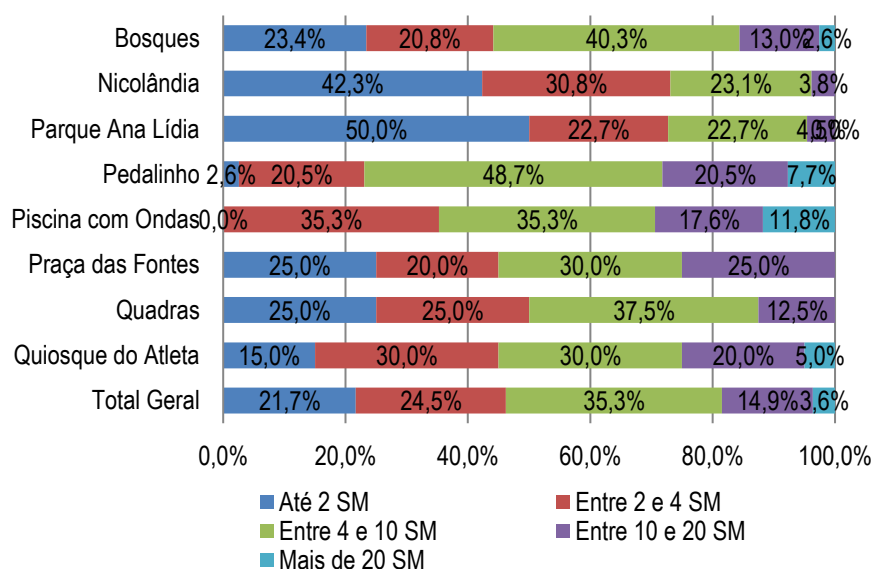


Gráfico 70. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por rendimento mensal, em finais de semana.

A diferença observada, quanto ao rendimento, entre dias de semana e finais de semana, nos permite concluir que o Parque da Cidade se torna mais popular aos finais de semana, o que a observação e o mapeamento já haviam indicado. Aos finais de semana, para aqueles que detêm menor capital econômico e menor capital arquitetônico se torna possível acessar amplamente o Parque da Cidade. Podemos afirmar que, de modo geral, a distribuição das faixas de renda se torna mais equânime, o que poderia implicar a ocupação mais democrática do Parque aos finais de semana não fosse o fato de não refletir a condição econômica da população de Brasília. O

público do *Parque Ana Lúcia* aos finais de semana parece ser aquele que mais se aproxima da realidade brasileira, o que tornaria o parque infantil a atração mais democrática do Parque da Cidade. Esses resultados nos apontam que a *forma como as pessoas se apropriam do Parque da Cidade está relacionada ao seu capital econômico*.

Escolaridade

Quanto à escolaridade, considerando os respondentes acima de 25 anos, verificamos que o público do Parque da Cidade apresenta alto nível de escolaridade, sendo que 73,7% possuem Ensino Superior Completo²⁰ e 41,5% possui Pós-graduação (Tabela 25). Se considerarmos a população de Brasília, apenas 36,3% das pessoas acima de 25 anos completaram o Ensino Superior (PDAD-2021).

Tabela 25. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por escolaridade.

	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Pós-Graduação
Bosques	1,3%	0,0%	1,3%	2,5%	10,1%	43,0%	41,8%
Nicolândia	0,0%	0,0%	0,0%	37,5%	6,3%	43,8%	12,5%
Parque Ana Lúcia	6,3%	3,1%	6,3%	21,9%	28,1%	15,6%	18,8%
Pedalinho	0,0%	0,0%	0,0%	8,3%	6,7%	23,3%	61,7%
Piscina com Ondas	0,0%	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	50,0%	44,4%
Praça das Fontes	0,0%	0,0%	6,7%	13,3%	6,7%	23,3%	50,0%
Quadras	0,0%	5,3%	0,0%	0,0%	21,1%	47,4%	26,3%
Quiosque do Atleta	2,1%	0,0%	4,3%	8,5%	19,1%	25,5%	40,4%
Total Geral	1,3%	0,7%	2,3%	9,6%	12,3%	32,2%	41,5%

Complementarmente à escolaridade do próprio respondente, a escolaridade da mãe nos fornece indícios sobre o capital cultural, uma vez que capta melhor aquelas pessoas que ainda estão com seus estudos em andamento²¹. Outro aspecto que nos leva a considerar a escolaridade da mãe diz respeito a conhecer o capital cultural herdado dessas pessoas, uma vez que o sistema escolar “separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem. Sendo as diferenças de aptidão

²⁰ Pessoas com Ensino Superior completo mais pessoas com Pós-Graduação, uma vez que para cursar uma Pós-Graduação é necessário o Ensino Superior Completo.

²¹ Embora o questionário também tenha perguntado a escolaridade do pai, optamos por descartar essa variável devido ao alto número de respostas “não sei”, o que poderia resultar em conclusões equivocadas

inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais preexistentes” (BOURDIEU, 2008, p. 37). Quanto à escolaridade da mãe, entre os respondentes, verificamos que os números apresentam uma queda significativa em relação a sua própria escolaridade (Tabela 26). Aquelas com Ensino Superior Completo representam 33,4%, o que se aproxima da população de Brasília.

Tabela 26. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por escolaridade da mãe.

	Não sabe	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Pós-Graduação
Bosques	14,1%	10,7%	7,7%	0,7%	26,6%	0,9%	28,0%	11,4%
Nicolândia	12,2%	10,9%	1,4%	0,0%	32,4%	1,4%	37,8%	4,1%
Parque Ana Lúcia	10,3%	6,9%	6,9%	0,0%	37,9%	0,0%	31,0%	6,9%
Pedalinho	17,9%	5,2%	17,9%	2,6%	23,1%	0,0%	23,1%	10,3%
Piscina com Ondas	4,5%	13,6%	4,5%	0,0%	13,6%	0,0%	22,7%	40,9%
Praça das Fontes	6,8%	7,9%	3,4%	1,1%	17,0%	1,1%	38,6%	23,9%
Quadras	20,6%	14,7%	17,6%	0,0%	35,3%	0,0%	8,8%	2,9%
Quiosque do Atleta	34,8%	15,2%	8,7%	0,0%	21,7%	0,0%	19,6%	0,0%
Total Geral	12,0%	12,1%	9,3%	0,9%	30,6%	1,9%	24,1%	9,3%

Características arquitetônicas

Sobre as características arquitetônicas, que dizem respeito ao capital arquitetônico das pessoas que frequentam o Parque da Cidade, discutiremos os resultados sobre o *local do domicílio*, *como se deslocam até o Parque*, e o *tipo do domicílio*. Outras informações acerca do capital arquitetônico foram coletadas nos questionários, mas serão apresentadas e discutidas no próximo capítulo, destinado especificamente à construção do indicador de capital arquitetônico (capital espacial + capital edificado).

Local do domicílio

A fim de garantir a legibilidade gráfica e a significância de procedimentos estatísticos, agrupamos as localidades por Unidades de Planejamento Territorial (UPT), que são porções territoriais de Brasília que reúnem regiões administrativas contíguas. Foram definidas sete UPTs no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOD-2009): *UPT Central*; *UPT Central Adjacente 1*; *UPT Central Adjacente 2*; *UPT*

Norte; UPT Sul; UPT Leste; e, UPT Oeste (Tabela 27; Figura 279).

Tabela 27. Unidades Territoriais de Planejamento (UPTs) de Brasília.

UPT	F _{abs}	f _r (%)
Central	327.413	10,9%
Candangolândia, Cruzeiro, Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal.		
Central Adjacente 1	100.019	3,3%
Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Varjão.		
Central Adjacente 2	495.617	16,5%
Águas Claras, Arniqueira, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, SCIA/Estrutural, SIA e Vicente Pires.		
Norte	348.161	11,6%
Fercal, Planaltina, Arapoanga, Sobradinho I, Sobradinho II.		
Sul	474.853	15,8%
Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo II e Santa Maria.		
Leste	307.248	10,2%
Itapoã, Jardim Botânico, Paranoá e São Sebastião.		
Oeste	957.570	31,8%
Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sol/Nascente, Taguatinga e Água Quente.		
Brasília	3.010.881	100,0%

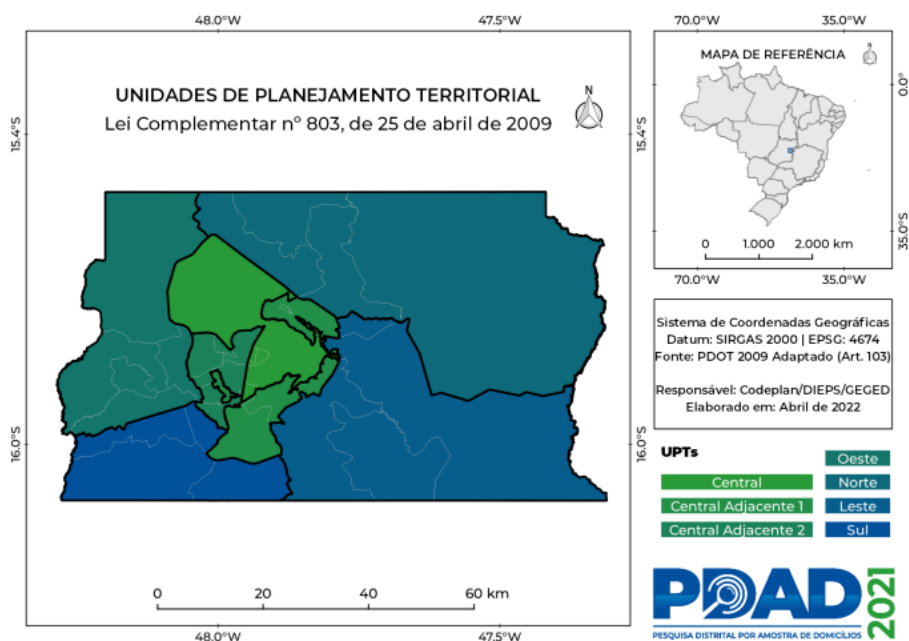


Figura 279. Unidades Territoriais de Planejamento (UPTs) de Brasília. Fonte: PDAD-2021 (CODEPLAN, 2021).

A noção de que pessoas de toda a cidade, inclusive de município vizinhos integrantes da AMB, frequentam o Parque da Cidade se mostrou verdadeira, mas talvez não na intensidade esperada (ou desejada). Enquanto apenas 10,9% da população de Brasília reside na UPT Central, o público dessa região que frequenta o

Parque resulta em 34,4% (Gráfico 71). Se considerarmos a UPT Central e a UPT Central Adjacente II, que somam 30,7% da população, a proporção entre os respondentes chega a 67,3%. A UPT Oeste, que abriga as regiões administrativas mais populosas, computando 31,8% do contingente populacional da cidade, representa apenas 9,1% dos respondentes, sendo a UPT mais presente no Parque da Cidade depois das UPTs Centrais. Aqueles que residem em algum município da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), integrantes da AMB, contabilizam 3,0% das pessoas que responderam ao questionário. Respondentes de *outras localidades* referem pessoas que moram em outras cidades e que estavam passando férias, o que foi identificado somente após a coleta.

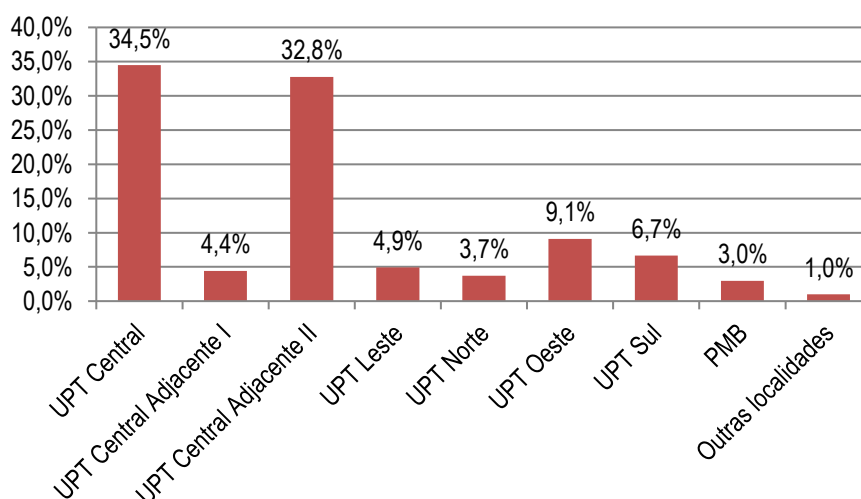


Gráfico 71. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT.

Chama a atenção a baixa presença de moradores da UPT Central Adjacente I, que abrange três das cinco regiões administrativas mais ricas de Brasília: Lago Sul, Lago Norte e Park Way. Essas regiões se caracterizam pelas baixas densidades de ocupação que resultam de grandes lotes nos quais são construídas residências com alto padrão arquitetônico (*CAPÍTULO III*). A proximidade do centro e a qualidade urbanística do entorno dessas regiões provavelmente resulta em alto capital espacial, assim como as residências com alta metragem quadrada, com equipamentos tecnológicos, com *playgrounds* e quadras poliesportivas, com churrasqueiras ou espaços *gourmets*, também resultam em alto capital edilício, como veremos no próximo capítulo.

A desagregação por *Pontos de Interesse* nos fornece mais algumas evidências sobre a apropriação do Parque da Cidade (Tabela 28). Ainda que baixa, a presença

de moradores da UPT Central Adjacente I se faz presente com maior força no *Pedalinho* e na *Praça das Fontes*. Enquanto no primeiro as pessoas estavam envolvidas com a corrida, no segundo estavam fazendo piqueniques. Ainda que a representatividade seja pequena, esses números podem nos fornecer dois indícios, que ganham força com as demais informações coletadas: o público do *Pedalinho* se distingue do público dos demais *Pontos* principalmente pela atividade esportiva ali praticada: a corrida; e o público que faz piquenique no gramado do Estacionamento 3 nos arredores da *Praça das Fontes* não é o mesmo daquele que faz piquenique e churrascos nos *Bosques*.

Tabela 28. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT.

	UPT Central	UPT Central Adjacente I	UPT Central Adjacente II	UPT Leste	UPT Norte	UPT Oeste	UPT Sul	PMB	Outras localidades
Bosques	15,2%	2,0%	47,5%	3,0%	1,0%	14,1%	15,2%	2,0%	0,0%
Nicolândia	0,0%	0,0%	16,2%	24,3%	16,2%	8,1%	16,2%	16,2%	2,7%
Parque Ana Lúcia	26,7%	3,3%	50,0%	0,0%	3,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Pedalinho	55,3%	8,2%	24,7%	1,2%	1,2%	3,5%	1,2%	2,4%	2,4%
Piscina com Ondas	66,7%	4,8%	23,8%	0,0%	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Praça das Fontes	35,1%	8,1%	35,1%	0,0%	8,1%	2,7%	5,4%	5,4%	0,0%
Quadras	27,6%	6,9%	24,1%	13,8%	3,4%	20,7%	3,4%	0,0%	0,0%
Quiosque do Atleta	51,5%	2,9%	27,9%	4,4%	1,5%	7,4%	2,9%	0,0%	1,5%
Total Geral	34,5%	4,4%	32,8%	4,9%	3,7%	9,1%	6,7%	3,0%	1,0%

O *Pedalinho* e o *Quiosque do Atleta* se caracterizam como os *Pontos* com maior presença de frequentadores das regiões centrais, o que está muito relacionado às práticas esportivas que observamos nesses locais, sendo também os *Pontos* nos quais o *motivo possibilidade de atividades físicas* esteve mais presente. A constância da prática esportiva pode ser facilitada pela proximidade de casa, portanto, os praticantes costumam escolher locais próximos a sua residência para essas práticas, o que implica a detenção de maior capital espacial desses praticantes que residem próximos ao Parque da Cidade.

Os moradores da UPT Central Adjacente II representam o segundo maior público do Parque da Cidade, e chegam a ultrapassar os moradores da UPT Central nos *Bosques* e no *Parque Ana Lúcia*. Com exceção de *Águas Claras*, que se caracteriza pela verticalização, são regiões com predomínio de residências

unifamiliares, o que parece indicar que o tipo do domicílio parece não interferir aqui. Os moradores dessas regiões contabilizam um terço dos respondentes tanto em dias da semana (33,0%) como aos finais de semana (34,5%), a diferença acontece na redução proporcional nos *Bosques* aos finais de semana, que passa de 63,6% para 45,5% – nos dois casos, representa o maior público desse *Ponto de Interesse* – e no aumento proporcional na *Praça das Fontes*, que passa de 23,5% para 42,9% do público (Tabela 29; Tabela 30). Aos finais de semana, os moradores da UPT Central Adjacente II (34,5%) ultrapassam os moradores da UPT Central (30,0%).

Cabe destacar ainda o público do *Nicolândia*. Na fila do parque de diversões, nenhum morador da UPT Central e da UPT Central Adjacente I respondeu ao questionário, o que indica a baixa frequência desse público na atração, como havíamos apontado na observação e no mapeamento (*CAPÍTULO V*). O maior público dessa atração reside na UPT Leste, mas o que mais chama a atenção é a presença dos moradores dos municípios vizinhos integrantes da AMB, que representam 16,2% dos respondentes do *Nicolândia*.

A distância ao Parque da Cidade torna a ida ao *Nicolândia* um evento que não é frequente, como mostrou o resultado quanto ao tempo em que essas pessoas frequentam o Parque, tendo o *Nicolândia* se caracterizado como o *Ponto* com a maior presença de pessoas que estavam ali pela primeira vez. Esse resultado, assim como o rendimento e a escolaridade, aponta para o baixo volume de capital desse público, que resulta de baixo capital econômico, cultural e arquitetônico.

Tabela 29. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT, em dias de semana.

	UPT Central	UPT Central Adjacente I	UPT Central Adjacente II	UPT Leste	UPT Norte	UPT Oeste	UPT Sul	PMB	Outras localidades
Bosques	0,0%	0,0%	63,6%	9,1%	0,0%	27,3%	0,0%	0,0%	0,0%
Parque Ana Lúcia	0,0%	16,7%	50,0%	0,0%	16,7%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Pedalinho	62,5%	12,5%	20,8%	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Piscina com Ondas	20,0%	0,0%	80,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Praça das Fontes	58,8%	0,0%	23,5%	0,0%	5,9%	5,9%	5,9%	0,0%	0,0%
Quadras	31,6%	10,5%	26,3%	15,8%	5,3%	5,3%	5,3%	0,0%	0,0%
Quiosque do Atleta	55,0%	5,0%	25,0%	5,0%	5,0%	5,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total Geral	43,0%	7,0%	33,0%	6,0%	4,0%	5,0%	2,0%	0,0%	0,0%

Tabela 30. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por UPT, em finais de semana.

	UPT Central	UPT Central Adjacente I	UPT Central Adjacente	UPT Leste	UPT Norte	UPT Oeste	UPT Sul	PMB	Outras localidades
Bosques	17,0%	2,3%	45,5%	2,3%	1,1%	12,5%	17,0%	2,3%	0,0%
Nicolândia	0,0%	0,0%	16,2%	24,3%	16,2%	8,1%	16,2%	16,2%	2,7%
Parque Ana Lúcia	33,3%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Pedalinho	49,0%	6,1%	32,7%	0,0%	2,0%	4,1%	2,0%	0,0%	4,1%
Piscina com Ondas	81,3%	6,3%	6,3%	0,0%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Praça das Fontes	14,3%	14,3%	42,9%	0,0%	9,5%	4,8%	4,8%	9,5%	0,0%
Quadras	18,2%	0,0%	18,2%	9,1%	0,0%	54,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Quiosque do Atleta	50,0%	0,0%	31,8%	4,5%	0,0%	6,8%	4,5%	0,0%	2,3%
Total Geral	30,0%	3,1%	34,5%	4,8%	3,8%	10,3%	8,6%	3,4%	1,4%

Deslocamento ao Parque da Cidade

Quanto ao *modo de deslocamento ao Parque da Cidade*, verificamos que quase 75,0% dos respondentes o fazem por carro próprio (Tabela 31). Chama a atenção a forte presença daqueles que se deslocam por meio de ônibus no *Nicolândia*, o que confirma as considerações feitas até o momento com relação às outras informações. Esse resultado reflete-se no baixo capital espacial desse público em comparação com o restante do Parque da Cidade, uma vez que o carro próprio mais representativo nos outros *Pontos* indica maior possibilidade e facilidade de deslocamento pela cidade. Ainda que outras questões estejam envolvidas no deslocamento por transporte público, como a sustentabilidade, sabemos que esse caso reflete o baixo capital dessas pessoas. Cabe destacar a proximidade da Rodoviária do Plano Piloto, localizada a pouco mais de 1,0 km, o que facilita o acesso do público do *Nicolândia* e contribui para que essas pessoas possam se apropriar de um espaço e de uma atração no centro da capital, contribuindo para a democratização do Parque da Cidade. Ainda que nas *Quadras* a presença relativa dos deslocamentos por ônibus seja próxima ao *Nicolândia*, a proporção daquelas que o fazem por carro próprio é significativamente superior.

Cabe destacar também a maior presença relativa daqueles que se deslocam por bicicleta no *Pedalinho*, na *Piscina com Ondas* e na *Praça das Fontes*, o que está relacionado à maior presença relativa de moradores das regiões próximas e, portanto,

a distâncias menores a serem percorridas e que são cobertas por estrutura cicloviária. A possibilidade desse modal para o deslocamento até o Parque da Cidade evidencia a detenção de mais possibilidades de deslocamento e, portanto, de maior capital espacial das pessoas que frequentam esses *Pontos de Interesse*.

Tabela 31. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por modo de deslocamento ao Parque da Cidade.

	A pé	Carro próprio	Uber (ou similar)	Ônibus	Bicicleta	Carona	Motocicleta	Metrô
Bosques	5,45%	81,82%	4,55%	4,55%	8,18%	8,18%	0,00%	1,82%
Nicolândia (fila)	4,08%	57,14%	12,24%	28,57%	2,04%	4,08%	0,00%	2,04%
Parque Ana Lúcia	2,78%	83,33%	11,11%	2,78%	0,00%	2,78%	2,78%	0,00%
Pedalinho	5,62%	74,16%	2,25%	1,12%	19,10%	4,49%	1,12%	0,00%
Piscina com Ondas	13,64%	54,55%	9,09%	4,55%	31,82%	4,55%	0,00%	4,55%
Praça das Fontes	7,69%	74,36%	2,56%	7,69%	15,38%	2,56%	0,00%	0,00%
Quiosque do Atleta	5,41%	83,78%	4,05%	1,35%	8,11%	2,70%	1,35%	0,00%
Quardas	0,00%	72,41%	0,00%	27,59%	6,90%	3,45%	0,00%	0,00%
Total Geral	5,19%	74,89%	5,19%	7,79%	11,47%	4,55%	0,65%	0,87%

Tipo do domicílio

Quanto ao tipo do domicílio, poderíamos conjecturar que pessoas que moram em residências multifamiliares possivelmente resultariam em um público maior que aqueles residentes em residências unifamiliares – morar em apartamento sem área verde poderia ser um fator a mais para frequentar o espaço público. O resultado confirma a maior presença de moradores de apartamento, que resultam em 57,5%, enquanto aqueles que moram em casas ou em chácaras representam 42,5% dos respondentes (Gráfico 72).

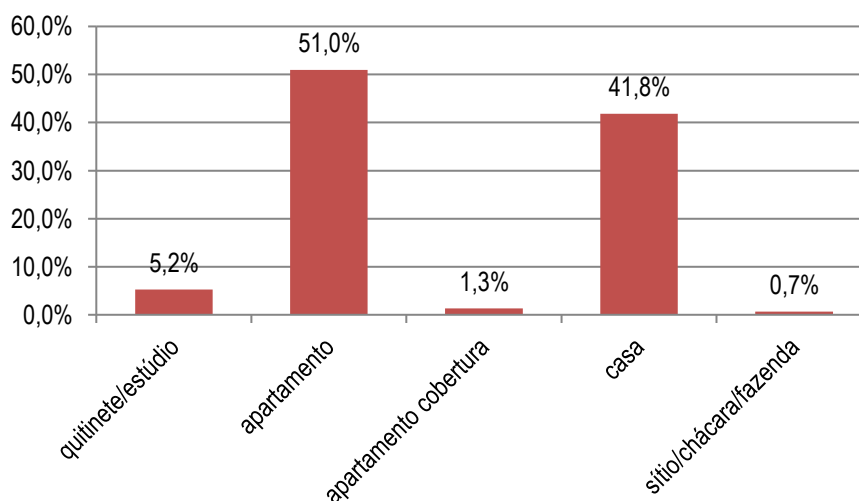


Gráfico 72. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tipo de domicílio.

Ao desagregar por *Pontos de Interesse*, verificamos que aqueles que recebem o público mais popular, como o *Nicolândia* e o *Parque Ana Lúcia*, são os que recebem o maior público relativo residente em casas, ou em chácaras como é o caso do parque de diversões (Tabela 32). Esses resultados evidenciam que, na realidade, a frequência do tipo do domicílio das pessoas que frequentam o Parque está mais relacionada à localidade em que se encontra que ao próprio tipo.

Tabela 32. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por tipo de domicílio.

	Quitinete/estúdio	Apartamento	Apartamento cobertura	Casa	Sítio/chácara/fazenda
Bosques	4,5%	49,1%	0,0%	46,4%	0,0%
Nicolândia	2,1%	29,2%	2,1%	60,4%	6,3%
Parque Ana Lúcia	2,9%	37,1%	0,0%	60,0%	0,0%
Pedalinho	7,9%	60,7%	3,4%	28,1%	0,0%
Piscina com Ondas	9,1%	59,1%	4,5%	27,3%	0,0%
Praça das Fontes	2,6%	48,7%	0,0%	48,7%	0,0%
Quadras	3,6%	60,7%	0,0%	35,7%	0,0%
Quiosque do Atleta	8,1%	62,2%	1,4%	28,4%	0,0%
Total Geral	5,2%	51,0%	1,3%	41,8%	0,7%

O tipo do domicílio dos respondentes pode ser confrontado com o tipo do domicílio predominante nas regiões ou UPTs. No caso do *Pedalinho*, da *Piscina com Ondas* e do *Quiosque do Atleta*, onde predominam residentes da UPT Central, predomina o tipo apartamento, justamente o tipo predominante nessas regiões. Da mesma forma, no *Nicolândia*, onde predominam residentes de outras regiões, predomina o tipo casa – as chácaras dizem respeito principalmente aos residentes em assentamentos informais, que ainda não foram alvo de parcelamento.

A variação do tipo do domicílio entre os dias da semana reflete a popularização do público do Parque da Cidade aos finais de semana. Enquanto durante a semana os residentes em apartamentos resultam em 62,3% do público e os residentes em casas em, 37,9%, aos finais de semana, os primeiros caem para 57,2% e os segundos sobem para 42,8% – a presença de residentes em chácaras foi verificada apenas no *Nicolândia* aos finais de semana (0,9%). O tipo do domicílio, apresentado neste momento, não reflete aspectos qualitativos do domicílio, o que será apresentado e discutido no próximo capítulo.

Conclusão do capítulo

As respostas dos 462 questionários coletados entre junho de 2021 e agosto de 2022 permitiram conhecer com mais profundidade as pessoas que frequentam o Parque da Cidade e como se apropriam desse parque urbano. As estatísticas descritivas contempladas neste capítulo demonstraram que o público é diverso e que não se distribui da mesma forma no espaço e no tempo. Os praticantes de esportes são aqueles que frequentam o Parque há mais tempo e os que o fazem mais vezes na semana, o que reflete na ocupação do *Pedalinho* e do *Quiosque do Atleta*, *Pontos de Interesse* marcados pela forte presença esportiva. A regularidade das práticas esportivas evidencia o maior capital espacial do público desses *Pontos*, uma vez que são pessoas que têm a possibilidade de frequentar o Parque e desempenhar essas atividades ao ar livre em diferentes horários da semana – diferentemente do que ocorre no *Nicolândia* ou no *Parque Ana Lúcia*.

Quanto ao capital econômico, medido através do rendimento mensal *per capita*, identificamos que as pessoas que frequentam o Parque da Cidade possuem capital econômico maior que a população de Brasília e que existem diferenças entre os *Pontos de Interesse*. Os resultados mostraram que o público daqueles onde predominam os esportes individuais, como a caminhada, a corrida e o ciclismo, caso do *Pedalinho*, possuem maior capital econômico – maior que aqueles onde predominam os esportes coletivos, caso do *Quiosque do Atleta* e das *Quadras*. O público que frequenta o *Nicolândia* e o *Parque Ana Lúcia* se mostrou mais popular, enquanto aquele envolvido com piqueniques, festas e churrascos, caso dos *Bosques*, apresentou valores intermediários de rendimento.

A diferença entre dias de semana e finais de semana, nos permite concluir que o Parque da Cidade se torna mais popular aos finais de semana, o que a observação e o mapeamento já haviam indicado. Aos finais de semana, para aqueles que detêm menor capital econômico e menor capital arquitetônico se torna possível acessar amplamente o Parque da Cidade. Nesses dias, o público do *Parque Ana Lúcia* se caracteriza como aquele que mais se aproxima da realidade brasiliense, o que tornaria o parque infantil a atração mais democrática do Parque da Cidade. Esses resultados nos apontam que a *forma como as pessoas se apropriam do Parque da Cidade está relacionada ao seu capital econômico*.

A raça/cor da pele dos frequentadores do Parque da Cidade parece guardar simetria em um primeiro momento, mas ao desagregarmos por *Pontos de Interesse*, verificamos que o predomínio de pessoas que se autodeclararam *pretas, pardas ou indígenas (PPI)* está diretamente relacionado ao capital econômico, predominando nos *Pontos* onde o rendimento do público resultou em menores valores, como no *Nicolândia* e no *Parque Ana Lidia*. A raça/cor da pele se mostrou um forte preditor de renda também no Parque da Cidade, como seria de se esperar, o que nos faz retomar Milton Santos e a noção de segregação étnica, na qual a segregação econômica, que deriva do valor dos imóveis, diretamente relacionados à localização, impacta negativamente as classes nativas que são frequentemente mais pobres e vulneráveis – a segregação econômica é convertida em segregação étnica (SANTOS, 2012).

Assim como observamos quanto ao capital econômico, o capital cultural *institucionalizado*, medido pelo diploma, indica que os frequentadores do Parque da Cidade apresentam maiores graus de instrução que a população da cidade de modo geral, com mais de 40,0% das pessoas possuindo pós-graduação. São resultados que corroboram a noção de que o público que frequenta o Parque da Cidade é caracterizado por pessoas que, em média, possuem maior volume de capital.

Sobre o local do domicílio, verificamos que a maior parte dos frequentadores, quase 70,0%, são moradores da UPT Central e da UPT Central Adjacente II, potenciais detentores de maior capital espacial. Por outro lado, os moradores da UPT Central Adjacente I (Lago, Sul, Lago Norte, Park Way e Varjão – não havendo a presença de nenhum morador desse último), detentores de alto capital edilício, pouco frequentam o Parque da Cidade. Complementarmente, o modo de deslocamento até o Parque também indica o alto capital espacial da maior parte dos frequentadores, que utilizam predominantemente o carro próprio. Cabe destacar o caso do público do *Nicolândia* e das *Quadras* que apresentaram expressiva proporção de pessoas que utilizam o ônibus. Por fim, podemos afirmar que os resultados apresentados e discutidos no capítulo nos fornecem fortes indícios que confirmam nossa hipótese de que o capital arquitetônico influencia a forma como as pessoas se apropriam do Parque da Cidade.

CAPÍTULO X

O CAPITAL ARQUITETÔNICO NO PARQUE DA CIDADE

Até o momento, exploramos o mapeamento do Parque da Cidade e de cada *Ponto de Interesse* (Capítulos V, VI, VII e VIII), e resultados dos questionários (Capítulo IX), com a apreciação de estatísticas descritivas que buscaram caracterizar a ocupação do Parque segundo seus distintos públicos e atividades. Pelos resultados apresentados e discutidos, podemos concluir que a forma como as pessoas se apropriam do Parque da Cidade está intimamente relacionada com seu volume e estrutura de capital.

Verificamos, por exemplo, que a corrida e o ciclismo estão mais fortemente associados a grupos detentores de alto capital econômico, enquanto o público do Nicolândia reúne grupos com menor capital econômico e cultural, moradores de regiões mais distantes do Plano Piloto, ou mesmo de municípios vizinhos. Outro resultado está relacionado à popularização dos públicos aos finais de semana – durante a semana, predominam pessoas com maior capital econômico, e que têm seu capital espacial aumentado pela possibilidade de frequentar o Parque da Cidade em diferentes dias e horários. Essa mudança de cenário impacta diretamente as atividades que ocorrem no Parque, com o predomínio de pessoas caminhando, correndo e pedalando, durante a semana, e grupos fazendo piqueniques e churrascos aos finais de semana.

Nossa hipótese postula a existência de um tipo específico de capital: o capital arquitetônico (capital espacial + capital edílico), que é o recurso que implica possibilidades ou restrições às nossas formas de nos apropriarmos dos lugares ou de nos movermos através deles, e as condições de visibilidade dos outros. Essa espécie de capital está relacionada aos atributos globais dos quais dispomos, à nossa capacidade de nos deslocarmos pela cidade, acessando e permanecendo nos espaços públicos, por exemplo, e aos atributos locais dos quais somos detentores, como aspectos dos lugares onde moramos – tamanho do lote, existência (ou não) de determinados itens/equipamentos etc.

Ainda que os resultados apresentados e discutidos até o momento apontem para a relação entre distintos públicos, distintas atividades realizadas no Parque da Cidade e distintos capitais arquitetônicos, acreditamos que a construção de um

indicador, que procure operacionalizar o volume do capital arquitetônico de cada pessoa que respondeu ao questionário, possa nos fornecer respostas mais objetivas.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a construção do indicador de capital arquitetônico e discutir seus resultados, e está dividido em cinco seções. A primeira e a segunda seção, (i) Construção do subindicador de capital espacial e (ii) Construção do subindicador de capital edifício, apresentam os procedimentos e as variáveis utilizadas para a construção dos subindicadores do capital espacial e de capital edifício. A terceira seção, (iii) Construção do indicador de capital arquitetônico, discorre acerca dos passos para a construção do indicador de capital arquitetônico a partir dos subindicadores de capital espacial e de capital edifício. A quarta seção, (iv) O capital arquitetônico no Parque da Cidade, apresenta e discute os resultados do indicador de capital arquitetônico e seus subindicadores. Por último, a (v) Conclusão do capítulo, discorre sobre os resultados nele apresentados.

Construção do subindicador de capital espacial

O subindicador de capital espacial está relacionado aos locais onde as pessoas que responderam aos questionários residem. A partir dos questionários, foi possível identificar o local do domicílio da maior parte dos respondentes. Considerando a diversidade de respostas, agrupamos em uma nova categoria chamada Unidade Territorial (UT), que resulta nas regiões administrativas e algumas subdivisões existentes na PDAD-2021 (CODEPLAN, 2021), o que nos permitiu a coleta dos dados referentes à infraestrutura urbana. O cálculo do subindicador de capital espacial foi feito para as 49 UTs mais Brasília e abrange as duas dimensões do capital espacial, os fluxos e os fixos.

Construção do subindicador de capital espacial_{fluxos}

Os espaços de fluxos, os quais remetem ao capital espacial_{fluxos}, correspondem aos logradouros de passagem, circulação de pessoas e cargas, e estão intimamente relacionados à configuração urbana. Por esse motivo, optamos por utilizar a medida de Integração Global Angular Normalizada (NAIM) para compor o indicador. A partir do mapa de segmentos processado para toda Brasília, extraímos a média dos segmentos de cada UT separadamente.

Associada à medida sintática de acessibilidade, utilizamos a variável tempo, quantificada a partir da informação *tempo médio para o deslocamento até o trabalho principal*, disponível na PDAD-2021 (CODEPLAN, 2021). A variável tempo tem alto potencial explicativo, uma vez que se relaciona tanto ao local de residência, quanto ao modal de transporte utilizado, podendo resultar em maiores ou menores tempos de deslocamento. Acreditamos que essas duas variáveis associadas (CEFL – capital espacial_{fluxos}), *espaço* e *tempo*, representam medidas objetivas da capacidade de deslocamento sobre a cidade (Quadro 7).

Quadro 7. Variáveis do subindicador capital espacial_{fluxos}.

Espaço (acessibilidade topológica – TSE)
CEFL01 NAIN (<i>Normalized Angular Integration</i>): medida de centralidade calculada a partir da análise angular global, que considera o ângulo das mudanças de direção
Tempo (PDAD-2021)
CEFL02 Tempo médio para o deslocamento até o trabalho principal

Com as variáveis definidas, foi necessário procedermos às suas normalizações, a começar pela variável tempo, que tem a polaridade negativa – quanto menor, melhor. A normalização resultou em uma segunda variável *tempoN*, que assumiu valor 10 para o melhor caso (ou menor tempo de deslocamento – $tmín$) e valor 1 para o pior caso (maior tempo de deslocamento – $tmáx$). O mesmo procedimento foi feito para a variável *espaço*, sem alterar sua polaridade, uma vez que maiores valores de integração implicam maior capital espacial. Os valores originais e os normalizados podem ser consultados no Apêndice B.

Com as duas variáveis normalizadas, foi possível calcular o subindicador de capital espacial_{fluxos} para cada UT a partir da média aritmética. Procedimento similar de normalização foi realizado para o subindicador, chegando a um valor mínimo de 1 e um valor máximo de 10 para o subindicador de capital espacial_{fluxos}. O resultado do subindicador de capital espacial_{fluxos} será apresentado junto com os resultados do subindicador de capital espacial_{fixos} e do indicador de capital espacial na Tabela 34.

Construção do subindicador de capital espacial_{fixos}

Para a construção do subindicador de capital espacial_{fixos}, utilizamos informações referentes à infraestrutura urbana disponíveis na PDAD-2021 (CODEPLAN, 2021). Foram selecionadas 24 variáveis para a composição do

indicador (CEFI – capital espacial_{fixos}; Quadro 8).

Quadro 8. Variáveis do subindicador capital espacial_{fixos}.

Infraestrutura urbana (Fonte: PDAD 2021-2022)

CEFI01 Proporção de domicílios com abastecimento de água via rede geral (CAESB);
CEFI02 Proporção de domicílios com esgotamento sanitário via rede geral (CAESB);
CEFI03 Proporção de domicílios com abastecimento de energia elétrica via rede geral (CEB/Neoenergia);
CEFI04 Proporção de domicílios com recolhimento de lixo via coleta convencional direta (não seletiva);
CEFI05 Proporção de domicílios com recolhimento de lixo via coleta seletiva direta;
CEFI06 Proporção de domicílios com ruas com iluminação nas proximidades;
CEFI07 Proporção de domicílios com ruas asfaltadas/pavimentadas nas proximidades;
CEFI08 Proporção de domicílios com ruas com calçadas nas proximidades;
CEFI09 Proporção de domicílios com ruas com calçadas com ótima e boa qualidade nas proximidades;
CEFI10 Proporção de domicílios com ruas drenagem de água da chuva nas proximidades;
CEFI11 Proporção de domicílios sem ruas alagadas nas proximidades;
CEFI12 Proporção de domicílios sem ruas esburacadas nas proximidades;
CEFI13 Proporção de domicílios sem ruas com entulho nas proximidades;
CEFI14 Proporção de domicílios sem ruas com esgoto a céu aberto nas proximidades;
CEFI15 Proporção de domicílios com ponto de ônibus nas proximidades;
CEFI16 Proporção de domicílios com quadras esportivas;
CEFI17 Proporção de domicílios com Academia/ Ponto de Encontro Comunitário (PEC) nas proximidades nas proximidades;
CEFI18 Proporção de domicílios com praça nas proximidades;
CEFI19 Proporção de domicílios com travessia sinalizada para pedestres nas proximidades;
CEFI20 Proporção de domicílios com ciclovia/ciclofaixa nas proximidades;
CEFI21 Proporção de domicílios com jardins ou parques nas proximidades;
CEFI22 Proporção de domicílios com espaço cultural público nas proximidades;
CEFI23 Proporção de domicílios com ruas arborizadas nas proximidades.

Coletadas as informações, foi necessário realizarmos algumas transformações numéricas, de modo que todas as variáveis assumissem a mesma polaridade – quanto maior, melhor. Variáveis como *proporção de domicílios com ruas alagadas nas proximidades* foram transformadas para *proporção de domicílios sem ruas alagadas nas proximidades* – os ajustes foram realizados para as variáveis CEFI11, CEFI12, CEFI13 e CEFI14. A distribuição das variáveis e de seus respectivos valores por UT pode ser consultada no Apêndice B.

A existência de muitas variáveis relacionadas ao capital espacial_{fixos} resulta na dificuldade de determinar um peso para cada uma delas na composição do subindicador. Para cumprir essa tarefa, uma possibilidade foi procedermos à análise fatorial, que é uma técnica estatística dedicada a conhecer qual o impacto (carga fatorial) de cada variável sobre um fenômeno aleatório. No caso específico, desejamos saber qual a carga fatorial de cada elemento da infraestrutura urbana sobre o capital espacial_{fixos}.

Feita a análise fatorial, o próximo passo para a construção do subindicador foi verificar o grau de correlação existente entre as variáveis utilizadas. Uma correlação

alta indica que existe forte associação entre as duas variáveis, o que significa que há correspondência entre seus comportamentos – se o valor de uma variável subir, o valor da outra também tende a subir. O melhor procedimento para indicar a associação entre variáveis numéricas contínuas, caso das variáveis utilizadas para o cálculo do subindicador de capital espacial_{fixos}, é o cálculo do *Coefficiente de Correlação de Pearson* (ρ). Como valores típicos, considera-se: correlação fraca, menor que 0,3; correlação moderada, entre 0,3 e 0,6; e correlação forte, maior que 0,6.

Para visualizar o grau de correlação existente entre um conjunto de variáveis, podemos construir uma Matriz de Correlação e identificar os pares que atingem correlação moderada/forte, de modo a evidenciar padrões que possam sugerir conexões entre as variáveis investigadas. A Matriz de Correlação das variáveis que compõem o subindicador de capital espacial_{fixos} permitiu visualizar a existência de associações moderadas/fortes entre praticamente todas elas, o que indica um alto grau de fatorabilidade e significa que o conjunto de variáveis é adequado para a utilização da técnica de análise fatorial. A Matriz de Correlação das variáveis do subindicador de capital espacial_{fixos} pode ser consultada no Apêndice B.

O próximo passo para a construção do subindicador de capital espacial_{fixos} consistiu na análise do Diagrama de Declividade (*scree plot*), que indica quantos fatores devem ser utilizados para a definição da carga fatorial de cada elemento. O Diagrama de Declividade indicou que o subindicador de capital espacial_{fixos} pode ser suficientemente resumido em um único fator. O Diagrama de Declividade e as cargas fatoriais do subindicador de capital espacial_{fixos} podem ser consultados no Apêndice B.

Cumpridos os requisitos necessários, procedemos à análise fatorial através de programação do *software* estatístico *R*. Com as cargas fatoriais definidas, calculamos um *escore* para cada UT. Assim como procedemos para o cálculo do subindicador de capital espacial_{fluxos}, realizamos a normalização para o subindicador de capital espacial_{fixos}, para o qual o menor valor passou a ser 1 e o maior valor 10. O resultado do subindicador de capital espacial_{fixos} será apresentado junto com os resultados do subindicador de capital espacial_{fluxos} e do indicador de capital espacial na Tabela 34.

Construção do subindicador de capital espacial

Com os subindicadores de capital espacial_{fluxos} e de capital espacial_{fixos}

calculados, foi possível calcularmos o indicador de capital espacial para cada UT, o que foi feito a partir da média aritmética dos dois subindicadores. Em simetria com os procedimentos anteriores, realizamos a normalização, com a UT com maior capital espacial assumindo o valor 10 e a UT com menor capital espacial assumindo o valor 1. Os resultados finais podem ser consultados na Tabela 34.

Construção do subindicador de capital edifício

Diferentemente do subindicador de capital espacial, que tem na PDAD-2021 (CODEPLAN, 2021) sua principal fonte de informações, sendo calculado por UT, a construção do subindicador de capital edifício utilizou as informações coletadas nos 462 questionários aplicados no Parque da Cidade. As variáveis consideradas para o cálculo do indicador estão listadas no Quadro 9.

Quadro 9. Variáveis do subindicador capital edifício.

Atributos locais (Fonte: questionários)
CED01 Situação do domicílio;
CED02 Número de quartos;
CED03 Número de banheiros;
CED04 Posse de área verde;
CED05 Posse de churrasqueira;
CED06 Posse de móveis planejados;
CED07 Posse de ar-condicionado;
CED08 Posse de aquecimento solar;
CED09 Posse de sistema de segurança;
CED10 Posse de equipamentos de lazer do condomínio;
CED11 Posse de varanda;
CED12 Posse de piscina;
CED13 Posse de forro de gesso;
CED14 Posse de garagem coberta.

Para o cálculo do subindicador, as variáveis passaram por dois tipos de transformações: (i) um primeiro grupo de variáveis qualitativas ordinais precisou receber valores numéricos crescentes – caso da variável situação do domicílio, na qual os domicílios cedidos/emprestados receberam o valor mínimo 0 enquanto os domicílios próprios receberam valor máximo 3 (Tabela 33); (ii) um segundo grupo de variáveis que indicam a posse de determinado item/equipamento no domicílio precisou ser tratado como variáveis *dummies*, que no caso positivo o valor é 1 e no caso negativo o valor é 0.

Tabela 33. Transformação da variável situação do domicílio.

Variável qualitativa	Variável quantitativa
Cedida/emprestada	0
Alugada	1
Funcional	2
Própria	3

Assim como procedemos com o subindicador de capital espacial, precisamos testar o grau de associação entre as variáveis do subindicador de capital edilício, indicando a possibilidade de uso da técnica de análise fatorial. Para o subindicador de capital edilício, diferentemente do subindicador de capital espacial, a *Correlação de Pearson* não é indicada, uma vez que não estamos lidando com variáveis numéricas contínuas. Por se tratarem de variáveis categóricas ordinais, calculamos a correlação policórica, que teve como resultado o alto grau de associação entre as variáveis, indicando a possibilidade de utilização da técnica de análise fatorial.

Assim como fizemos para o subindicador de capital espacial_{fixos}, procedemos à análise do Diagrama de Declividade (*scree plot*), que indica quantos fatores devem ser utilizados para a definição da carga fatorial de cada elemento. O Diagrama de Declividade, assim como para o subindicador de capital espacial_{fixos}, indicou que o subindicador de capital edilício também pode ser suficientemente resumido em um único fator. O Diagrama de Declividade e as cargas fatoriais do subindicador de capital edilício podem ser consultados no Apêndice B.

Cumpridos todos os requisitos, procedemos à análise fatorial através de programação no *software* estatístico *R*. Com as cargas fatoriais definidas, calculamos um *score* para cada pessoa que respondeu ao questionário. A fim de manter a simetria com os procedimentos anteriores, novamente realizamos a normalização, na qual o menor valor passou a ser 1 e o maior valor 10. Chegamos ao subindicador de capital edilício, que assume um valor para cada respondente do questionário, diferentemente do subindicador de capital espacial, que assume um valor para cada UT.

Construção do indicador de capital arquitetônico

Com os subindicadores de capital espacial e de capital edilício calculados, foi possível calcularmos o indicador de capital arquitetônico para 402 pessoas que responderam ao questionário (87,0%), uma vez que 60 pessoas (13,0%) não

indicaram o local de moradia, não residem em Brasília ou não responderam a pergunta sobre a posse de itens/serviços no questionário.

Para o cálculo do indicador de capital arquitetônico, considerando a forte influência que a localização tem na dinâmica urbana, no valor do solo e na segregação socioespacial – sendo ela mesma o produto da luta de classes (VILLAÇA, 2001; SUGAI, 2015) – consideramos diferentes pesos para o capital espacial e para o capital edílio. Sendo o primeiro preponderante no cálculo do capital arquitetônico, o indicador foi assim definido:

$$CA = 0,7. \left(\frac{CEflu + CEfi}{2} \right) + 0,3. CEd$$

Onde:

CA = capital arquitetônico
CEflu = capital espacial fluxos
CEfi = capital espacial fixos
CEd = capital edílio

O capital arquitetônico no Parque da Cidade

Apresentaremos os resultados do indicador de capital arquitetônico e dos subindicadores de capital espacial e de capital edílio por UT, e, na sequência, a distribuição do capital arquitetônico por *Pontos de Interesse* e por atividades no Parque da Cidade. Enquanto o subindicador de capital espacial pôde ser calculado para cada UT, o indicador de capital arquitetônico e o subindicador de capital edílio foram calculados apenas para os respondentes, logo, apenas para as UTs com moradores que responderam aos questionários. Cabe lembrar que, mesmo que a fonte de informações utilizada para o cálculo do subindicador de capital espacial tenha sido a PDAD-2021, que é desagregada por UT, o capital arquitetônico, assim como o espacial e o edílio, ou como qualquer outra espécie de capital, é do sujeito, não da UT.

Distribuição do capital espacial, por Unidade Territorial

A partir da distribuição do capital espacial por UT (Apêndice B), verificamos que as pessoas com maior capital espacial são aquelas que residem nas UTs centrais, sendo Asa Norte (10,000), em primeiro lugar, seguida por Cruzeiro (9,800), Asa Sul

(9,779), Plano Piloto como um todo (9,636), Sudoeste (9,489) e Noroeste (8,999) – todas localidades que circundam o Parque da Cidade (Tabela 34). Considerando que são UTs consolidadas, com ampla oferta de infraestrutura urbana, o que implica alto capital espacial_{fixos}, e que mais de 40,0% dos postos de trabalho estão localizados no Plano Piloto (*Capítulo III*), o que implica maior capital espacial para quem mora próximo ao reduzir o tempo de deslocamento, era de se esperar que essas localidades apresentassem os maiores valores.

No outro extremo, com menores valores de capital espacial, estão os moradores de UTs em situação de maior vulnerabilidade social, caso do Morro da Cruz (1,000), em São Sebastião (2,524), Fercal (1,446), ocupação 26 de Setembro (2,116), em Vicente Pires (6,207) e Sol Nascente/Pôr do Sol (2,822). São localidades distantes do centro funcional e do centro morfológico de Brasília, o que resulta no baixo capital espacial_{fluxos}, ao mesmo tempo em que se caracterizam pela infraestrutura urbana deficiente, o que implica baixo capital espacial_{fixos}.

Interessante observar a relação entre as duas dimensões do capital espacial. A população da UT Chácara Santa Luzia (1,000), localizada na Estrutural (5,809), por exemplo, apresentou o menor valor de capital espacial_{fixos}, resultado da infraestrutura deficiente que a atende; seu capital espacial_{fluxos}, por outro lado, está entre os maiores valores (8,202), reflexo da sua localização privilegiada, que a coloca mais próxima ao centro funcional e ao centro morfológico que a maioria da população das outras UTs. De modo inverso, os moradores do Jardins Mangueiral, que ostentam o segundo melhor capital espacial_{fixos} (9,966), resultado de um parcelamento urbano projetado e executado no âmbito da política pública de provimento habitacional de Brasília, que resultou em uma ocupação com infraestrutura totalmente implantada, apresentam baixo capital espacial_{fluxos} (4,473), retrato dos intensos congestionamentos que aumentam o *tempo médio para o deslocamento até o trabalho principal* e da distância ao centro morfológico.

Tabela 34. Distribuição do subindicador de capital espacial e dos subindicadores de capital espacial_{fluxos} e de capital espacial_{fixos}, por UT.

Unidade territorial	Capital espacial	Capital espacial _{fluxos}	Capital espacial _{fixos}
Asa Norte	10,000	9,936	9,817
Cruzeiro	9,800	10,000	9,440
Asa Sul	9,779	9,407	10,000
Plano Piloto	9,636	9,391	9,792
Sudoeste/Octogonal	9,489	9,001	9,952

Noroeste	8,999	9,528	8,659
Núcleo Bandeirante	8,945	9,055	9,048
SIA	8,417	9,722	7,555
Guará	8,300	7,311	9,782
Candangolândia	8,173	8,161	8,734
Águas Claras	7,932	6,628	9,891
Lago Sul	7,544	6,930	8,982
Taguatinga Consolidada	7,531	7,394	8,498
Taguatinga	7,464	7,397	8,390
Lago Norte	7,433	7,313	8,426
Riacho Fundo	7,372	7,152	8,490
Park Way	7,248	6,866	8,583
Vicente Pires Consolidado	6,946	7,487	7,489
Arniqueira	6,893	7,302	7,593
Jardins Mangueiral	6,602	4,473	9,966
Varjão	6,419	6,435	7,717
SCIA Consolidado	6,416	7,456	6,692
Riacho Fundo II	6,254	5,405	8,489
Vicente Pires	6,207	7,105	6,717
Sobradinho	6,109	6,025	7,642
Brasília	5,788	5,009	8,157
SCIA/Estrutural	5,783	7,349	5,809
Jardim Botânico	5,704	4,352	8,683
Recanto das Emas	5,687	5,044	7,964
Santa Maria	5,654	5,188	7,769
Ceilândia	5,520	4,847	7,900
Samambaia	5,448	4,758	7,877
Itapoã	5,386	5,166	7,371
Jardim Botânico Consolidado	5,334	4,534	7,923
Sobradinho II	5,255	5,403	6,930
Paranoá	5,040	3,822	8,173
Gama	5,001	3,731	8,203
Planaltina Consolidada	4,734	4,421	7,096
Primavera	4,719	7,007	4,487
Planaltina	3,956	3,420	6,882
Chácara Santa Luzia	3,253	8,202	1,000
Arapoanga	3,210	2,886	6,249
Brazlândia	3,057	1,000	7,896
São Sebastião Consolidado	2,996	2,340	6,460
Sol Nascente/Pôr do Sol	2,822	3,637	4,891
São Sebastião	2,524	2,191	5,871
26 de Setembro	2,116	5,332	2,092
Fercal	1,446	1,646	4,731
Morro da Cruz	1,000	3,814	1,864

Obs.: os valores de capital espacial, capital espacial_{fluxos} e capital espacial_{fixos} foram normalizados entre 1 e 10.

Cabe destacar alguns casos particulares. A população do Lago Sul, por exemplo, a mais rica de Brasília, aparece na décima segunda posição entre as UTs quanto ao capital espacial – em vigésima segunda e décima posições para capital espacial_{fluxos} e capital espacial_{fixos}, respectivamente. Da primeira à última rua do Lago Sul são aproximadamente 21,0 km de extensão, o que significa que ao longo desse trecho, o *tempo médio para o deslocamento até o trabalho principal* e o valor de $NAIN(Rn)$ podem variar consideravelmente. A distância até o trabalho é encurtada para aquelas pessoas que moram próximas às pontes que conectam o Lago Sul ao Plano Piloto, por exemplo, o que reduz o tempo de deslocamento até o centro da cidade. A perda de granularidade, por termos optado pela informação atualizada da PDAD-2021, que utiliza a UT, em detrimento da desagregação que teria o censo 2010, que utiliza o setor censitário, implica maiores distorções nas UTs mais extensas, como é o caso do Lago Sul. De qualquer forma, o resultado demonstra que o capital espacial não pode ser reduzido ao capital econômico, ainda que o capital econômico se relacione com o capital espacial, assim como o faz com o cultural, o social e o político.

Destaque também para a importância de considerarmos as divisões de algumas RAs, como o caso do Jardim Botânico, que se divide entre a UT Jardim Botânico Consolidado e a UT Jardins Mangueiral. Enquanto a primeira é marcada por ocupações irregulares, alvo de regularização fundiária, com problemas de infraestrutura urbana referentes à drenagem urbana e ao esgotamento sanitário (muitos domicílios ainda fazem uso de fossa séptica, algo que era comum também em alguns domicílios do Lago Sul há poucos anos), que se reflete no menor capital espacial_{fixos} dos seus moradores (7,923) a segunda é um parcelamento urbano projetado e integralmente executado no âmbito da política pública distrital, como discutimos, o que resultou no seu maior capital espacial_{fixos} (9,996). Essa divisão da RA Jardim Botânico evidencia a questão da granularidade discutida também no caso do Lago Sul.

O subindicador de capital espacial_{fluxos} capta o poder de movimento das pessoas, uma vez que o *tempo médio para o deslocamento até o trabalho principal* está intimamente relacionado ao modal utilizado para esse deslocamento. A título de comparação, Guará e Varjão estão a uma distância média de 11,0 km do Plano Piloto (JATOBÁ, 2017), mas estão separados por oito posições no ranking do subindicador. Esse resultado evidencia o principal modal utilizado por cada população no

deslocamento ao trabalho principal – no Varjão, quase metade das pessoas (44,6%) utilizam ônibus, enquanto no Guará, mais de dois terços (66,9%) utilizam o carro próprio (CODEPLAN, 2021), o que resulta em menor tempo de deslocamento e, portanto, maior capital espacial^{fluxos}.

Entre as pessoas que responderam aos questionários no Parque da Cidade, o valor médio do capital espacial foi de 7,876 – um valor alto, que colocaria esse público à frente da população do Lago Sul. Esse resultado reflete-se na distribuição dos frequentadores por UPT, quando verificamos que a maior parte dos respondentes (67,3%) reside na UPT Central e na UPT Central Adjacente II²² (Capítulo IX), onde estão localizadas as pessoas com maior capital espacial (Tabela 34). O alto capital espacial das pessoas que frequentam o Parque da Cidade evidencia como essa espécie de capital reflete-se na sua apropriação.

Distribuição do capital edilício, por Unidade Territorial

A distribuição do subindicador de capital edilício por UT foi possível a partir do cálculo da média do capital edilício das pessoas que responderam aos questionários de acordo com o local do seu domicílio (Tabela 35). O capital edilício de cada UT foi indiretamente calculado a partir do público do Parque da Cidade e, por esse motivo, não foi possível calcular para todas as UTs, uma vez que nem todas tiveram representantes respondendo aos questionários.

*O resultado da distribuição do subindicador de capital edilício demonstra que as pessoas que frequentam o Parque da Cidade são detentoras de baixo capital edilício, com a média resultando em 3,830 – diferentemente do que foi observado quanto ao capital espacial. Esse resultado vai ao encontro da baixa frequência de moradores da UPT Central Adjacente I – Lago Sul, Lago Norte e Park Way, pessoas com alto capital edilício, provavelmente os mais altos de Brasília, que moram em residências de alto padrão arquitetônico, em grandes lotes, com amplas áreas verdes, equipadas com churrasqueiras, varandas, garagens, sistemas de segurança e de climatização, quadras poliesportivas, *playgrounds* etc. São justamente as pessoas que moram no Lago Sul (7,795), Lago Norte (6,496), Park Way (5,965) e Jardim*

²² UPT Central: Candangolândia, Cruzeiro, Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal; e, UPT Central Adjacente II: Águas Claras, Arniqueira, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, SCIA/Estrutural, SIA e Vicente Pires.

Botânico (6,919) que apresentam maior capital edilício entre os respondentes.

Tabela 35. Distribuição do subindicador de capital edilício, por UT.

Unidade territorial	Capital edilício
Lago Sul	7,795
Noroeste	7,156
Lago Norte	6,946
Jardim Botânico	6,919
Park Way	5,965
Vicente Pires	5,249
Plano Piloto	4,808
Águas Claras	4,331
Guará	4,044
Santa Maria	4,010
Sudoeste/Octogonal	3,848
Média	3,830
Taguatinga	3,828
Gama	3,748
Arniqueira	3,671
Riacho Fundo	3,634
Riacho Fundo II	3,631
Sobradinho	3,168
Asa Sul	3,126
Ceilândia	3,004
Asa Norte	2,907
Samambaia	2,633
Núcleo Bandeirante	2,588
Cruzeiro	2,488
Recanto das Emas	2,476
Candangolândia	2,414
São Sebastião	2,400
Paranoá	2,191
Planaltina	2,167
Itapoã	2,088
Estrutural	2,007

Entre as pessoas com maior capital edilício, cabe destacar aquelas que residem no Noroeste, a única região entre as cinco primeiras colocadas que não apresenta ocupação predominantemente residencial unifamiliar (*Capítulo III*). O Noroeste ainda faz parte do Plano Piloto, mas, assim como aconteceu com o Sudoeste, é questão de tempo para se tornar uma RA independente. Assim como a Asa Sul e a Asa Norte, o Noroeste também se caracteriza pelas Superquadras residenciais, mas, diferentemente dessas, conta com edifícios mais modernos, mais

equipados e mais tecnológicos, o que não significa mais sustentabilidade como quiseram propagandear no seu lançamento imobiliário. Edifícios com espaços *gourmet*, piscinas, academias, *playgrounds*, e apartamentos decorados, com varandas, sistema de climatização e de segurança, resultam em alto capital edilício para os seus moradores, como o subindicador demonstrou.

No outro extremo, com os menores valores de capital edilício, estão as pessoas que responderam aos questionários que residem em regiões de maior vulnerabilidade social, como Estrutural (2,007), Itapoã (2,088), Paranoá (2,191) e São Sebastião (2,400) – pessoas também com menor capital econômico. Com rendimento mensal *per capita* próximo ao da população de Brasília (*Capítulo III*), chama a atenção o caso dos moradores da Candangolândia entre os detentores de menor capital edilício, com 2,414. Quase 90,0% do tipo domiciliar na Candangolândia é residência unifamiliar (JATOBÁ, 2017), proporção até mesmo superior ao do Lago Norte (70,0%). A diferença não está propriamente no tipo do domicílio predominante, mas no tamanho do lote (120 m² no primeiro caso, 1.200 m² no segundo, dez vezes maior), na área verde e nas piscinas que estão presentes em um e ausentes no outro, entre outros atributos próprios da residência que incrementam o capital edilício. Por outro lado, a população da Candangolândia possui maior capital espacial que a população do Lago Norte, maior até mesmo que a do Lago Sul, que possui o maior capital edilício. O caso dos moradores da Candangolândia, assim como os da Chácara Santa Luzia, na Estrutural, exemplifica a localização privilegiada de alguns detentores de menor capital econômico e menor capital edilício.

Exemplo contrário é o caso da população do Jardim Botânico. Entre as dez regiões mais ricas de Brasília (*Capítulo III*), os seus moradores apresentam menor capital espacial que a média da população de Brasília (5,788), com 5,704 (ainda mais baixo no caso do Jardim Botânico Consolidado, com 5,334), mas estão entre os detentores de maior capital edilício, com 6,919, atrás apenas dos moradores do Lago Sul, Noroeste e Lago Norte. O alto *tempo médio para o deslocamento até o trabalho principal*, resultado dos longos congestionamentos que afetam a região, além da longa distância ao centro morfológico, penalizam a população do Jardim Botânico. Por outro lado, as residências com área verde (ainda que menores que as do Lago Sul e Lago Norte), churrasqueiras, piscinas etc., implicam alto capital edilício. *O caso do Jardim Botânico exemplifica como os atributos locais, o capital edilício, são necessários para*

explicar a distribuição de pessoas com maior capital econômico.

Distribuição do capital arquitetônico, por Unidade Territorial

A distribuição do indicador de capital arquitetônico evidencia o peso do capital espacial, mas também a importância do capital edilício (Tabela 36). Os moradores do Noroeste, que compartilham alto capital espacial, com 8,999, mas menor que os moradores da Asa Sul (9,779), Asa Norte (10,000), Cruzeiro (9,800) e Sudoeste (9,489), alcançam a primeira posição para o capital arquitetônico, com 8,446, em decorrência do maior capital edilício do qual são detentores (7,156). Na segunda posição, aparece a população de todo o Plano Piloto (8,187), seguida pelos moradores apenas da Asa Norte (7,872), que, apesar do maior capital espacial (10,000), amargam apenas 2,907 de capital edilício. Na sequência, aparecem os moradores do Sudoeste (7,797) e da Asa Sul (7,783). A população do Lago Sul, que ocupa a décima segunda posição no ranking do capital espacial, com 7,544, sobe seis posições em termos de capital arquitetônico, com 7,619, resultado da sua primeira colocação em termos de capital edilício.

Cabe destacar que o frequentador do Parque da Cidade que respondeu ao questionário que possui o maior capital arquitetônico é morador da Vila Planalto – excepcionalidade sobre excepcionalidade. O bairro é remanescente de um acampamento de obras que deveria ter sido riscado do mapa com a “conclusão” das obras, como tantos outros o foram. Mas ele sobreviveu em função da aliança de diversos sujeitos sociais – acadêmicos da UnB, funcionários do GDF dedicados ao Patrimônio, a presença desde sempre de sujeitos de alto capital político, e, last but not least, uma aguerrida associação de moradores. A excepcionalidade do bairro consiste em ele ser, socialmente, um quase perfeito microcosmo de Brasília como um todo – um bairro *democrático* por excelência (HOLANDA, 2010). O bairro Distante 1,5 km da Praça dos Três Poderes e 6,1 km da Plataforma Rodoviária (o centro funcional), a população da Vila possui alto capital espacial (Plano Piloto: 9,636). A variedade edilícia do bairro é correlata à variedade do capital edilício da sua população (*Capítulos I e III*) – o alto capital espacial, somado ao alto capital edilício de alguns de seus moradores resulta no alto capital arquitetônico.

Tabela 36. Distribuição do indicador de capital arquitetônico e dos subindicadores de capital espacial e de capital edilício, por UT.

Unidade territorial	Capital arquitetônico	Capital espacial	Capital edilício
Noroeste	8,446	8,999	7,156
Plano Piloto	8,187	9,636	4,808
Asa Norte	7,872	10,000	2,907
Sudoeste/Octogonal	7,797	9,489	3,848
Asa Sul	7,783	9,779	3,126
Lago Sul	7,619	7,544	7,795
Cruzeiro	7,606	9,800	2,488
Lago Norte	7,287	7,433	6,946
Núcleo Bandeirante	7,038	8,945	2,588
Guará	7,023	8,300	4,044
Park Way	6,863	7,248	5,965
Águas Claras	6,851	7,932	4,331
Candangolândia	6,445	8,173	2,414
Taguatinga	6,373	7,464	3,828
Riacho Fundo	6,251	7,372	3,634
Jardim Botânico	6,069	5,704	6,919
Arniqueira	5,927	6,893	3,671
Vicente Pires	5,920	6,207	5,249
Riacho Fundo II	5,467	6,254	3,631
Sobradinho	5,227	6,109	3,168
Santa Maria	5,161	5,654	4,010
Ceilândia	4,765	5,520	3,004
Recanto das Emas	4,724	5,687	2,476
Estrutural	4,650	5,783	2,007
Gama	4,625	5,001	3,748
Samambaia	4,604	5,448	2,633
Itapoã	4,397	5,386	2,088
Paranoá	4,185	5,040	2,191
Planaltina	3,420	3,956	2,167
São Sebastião	2,487	2,524	2,400

O alto capital edilício da população do Lago Sul, assim como acontece com Lago Norte e Park Way, é responsável por garantir um maior capital arquitetônico para essas pessoas que são também detentoras de alto capital econômico. O maior capital edilício da população do Jardim Botânico e de Vicente Pires também contribui para que essa população suba posições no ranking de capital arquitetônico – as longas distâncias, os congestionamentos, os problemas de infraestrutura urbana, são compensados pelos atributos locais. O capital edilício mais uma vez se mostra necessário para compreendermos a localização da população mais rica na cidade. A localização é o fator principal, mas os atributos locais também são importantes e

interferem na dinâmica urbana e na distribuição da renda.

No outro extremo, a população da Estrutural, antiga Vila Estrutural que teve início com os catadores de lixo que ocuparam a região próxima ao lixão da Estrutural (*Capítulo III*), detentora de baixo capital edilício, sobe posições no ranking do capital arquitetônico por sua localização próxima ao Plano Piloto, resultando em 4,650, colocando-se à frente da população de São Sebastião (2,487), Planaltina (3,420), Paranoá (4,185), Itapoã (4,397), Samambaia (4,604) e Gama (4,625), todas com maior capital edilício, mas penalizadas pelo menor capital espacial.

Distribuição do capital arquitetônico, por atividade

A distribuição do capital arquitetônico no Parque da Cidade, por atividade, apresenta resultados que confirmam argumentos que vínhamos construindo ao longo do caminho. As pessoas envolvidas com práticas esportivas, considerando que o público do quiosque frequentemente se caracteriza por pessoas que fazem essa parada antes ou depois da atividade física, são aquelas detentoras de maior capital arquitetônico, principalmente os corredores e ciclistas (Tabela 37; Gráfico 73). No extremo inferior, estão as atividades recreativas – pessoas que frequentam o Parque da Cidade para o lazer são detentoras de menor capital arquitetônico.

Tabela 37. Distribuição do indicador de capital arquitetônico, por atividade.

Atividades	Capital arquitetônico
Caminhada/corrída/ciclismo	7,488
Quiosque	7,117
Esportes coletivos	6,832
Parque da Cidade	6,662
Outras atividades recreativas	6,551
Piquenique/festa/churrasco	6,507
Atividades culturais, artísticas e contemplativas	6,406
Outros esportes individuais	6,339
Parque infantil	6,302
Parque de diversões (fila)	4,590

As atividades esportivas, que demandam regularidade, são praticadas por pessoas com alto capital arquitetônico, enquanto as atividades de lazer, que podem ser menos frequentes, muitas delas se caracterizando como um evento na rotina de seus praticantes são mais frequentes entre pessoas com menor capital arquitetônico. Cabe destacar que o capital arquitetônico do público do Nicolândia provavelmente

seria ainda menor, uma vez que parte de seu público (2,0%) reside fora de Brasília, não sendo possível calcular o seu capital arquitetônico.

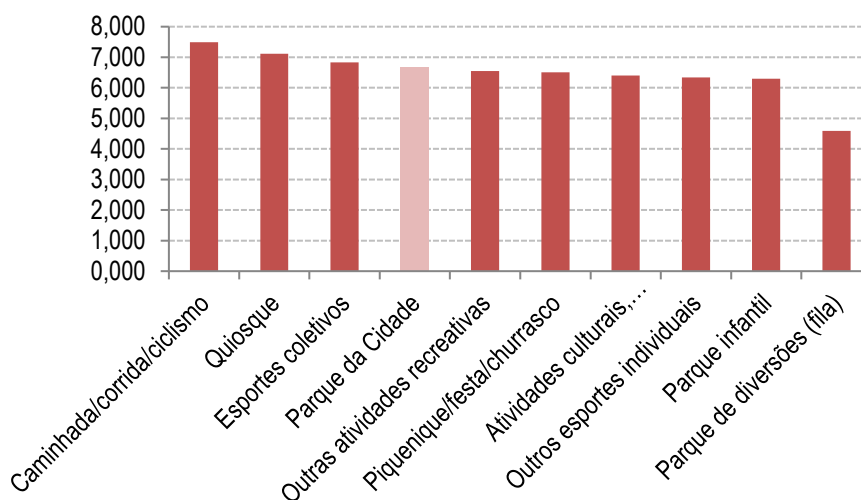


Gráfico 73. Distribuição do indicador de capital arquitetônico, por atividade.

A desagregação por faixas²³ de capital arquitetônico torna mais evidente a diferença entre os esportes individuais caminhada/corrída/ciclismo e os esportes coletivos (Tabela 38). Se as médias não são tão distantes (7,488 e 6,832, respectivamente), as faixas demonstram como o público da corrida e do ciclismo detém maior capital arquitetônico, com 33,3% pertencendo à faixa superior (5) frente aos 12,1% dos esportes coletivos. No caso de outros esportes individuais, cabe destacar que os praticantes de tênis, esporte reconhecidamente elitista, estão concentrados nas faixas superiores – 66,7% nas faixas 4 e 5.

Tabela 38. Faixas de capital arquitetônico, por atividade.

Atividade	1	2	3	4	5
Caminhada/corrída/ciclismo	0,0%	3,9%	7,8%	54,9%	33,3%
Esportes coletivos	0,0%	11,0%	19,8%	57,1%	12,1%
Outros esportes individuais	0,0%	31,3%	18,8%	37,5%	12,5%
Outras atividades recreativas	0,0%	25,0%	0,0%	75,0%	0,0%
Parque de diversões (fila)	36,7%	23,3%	26,7%	13,3%	0,0%
Parque infantil	0,0%	16,7%	38,9%	33,3%	11,1%
Piquenique/festa/churrasco	2,6%	14,7%	25,9%	45,7%	11,2%
Quiosque	1,9%	5,8%	13,5%	53,8%	25,0%
Total Geral	3,8%	12,8%	20,0%	47,3%	16,3%

²³ A partir da amplitude entre o menor e o maior valor de capital arquitetônico, foram divididas cinco faixas com intervalos semelhantes, sendo os menores valores concentrados na Faixa 1 e os maiores na Faixa 5.

A distribuição por faixas demonstra como o público da caminhada/corrída/ciclismo se afasta do público geral do Parque da Cidade com maior capital arquitetônico, da mesma forma que o público do parque de diversões (fila) e do parque infantil se afasta na direção contrária, com menor capital arquitetônico (Gráfico 75; Gráfico 76; Gráfico 77; Gráfico 78; Gráfico 79; Gráfico 80; Gráfico 80; Gráfico 81; Gráfico 82). As pessoas que frequentam o Parque para fazer piquenique/festa/churrasco, e que correspondem a 28,8% dos respondentes, são aquelas que mais se aproximam do público geral.

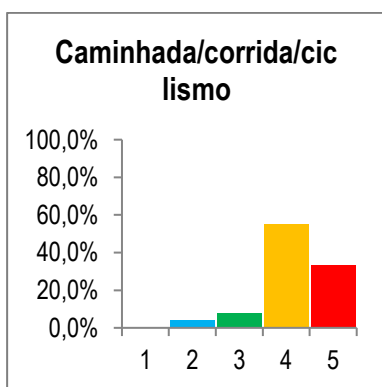


Gráfico 74. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, na caminhada/corrída/ciclismo.

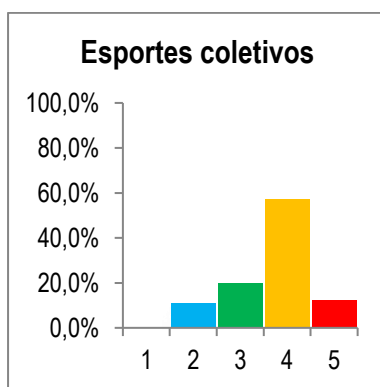


Gráfico 75. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos esportes coletivos.

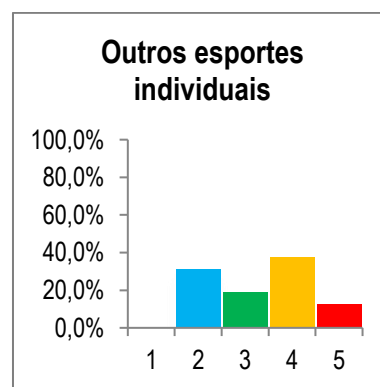


Gráfico 76. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos outros esportes individuais.

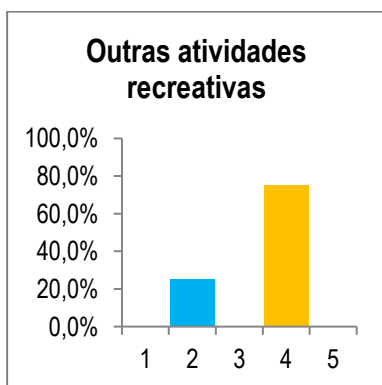


Gráfico 77. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nas outras atividades recreativas.

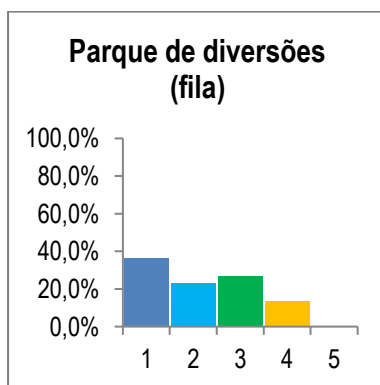


Gráfico 78. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no parque de diversões (fila).

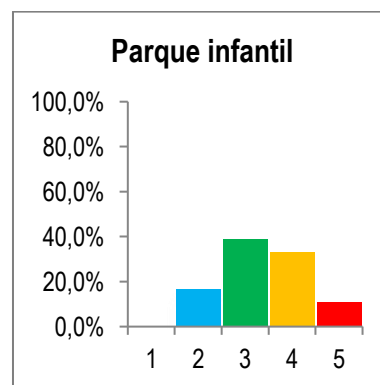


Gráfico 79. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos parques infantis.

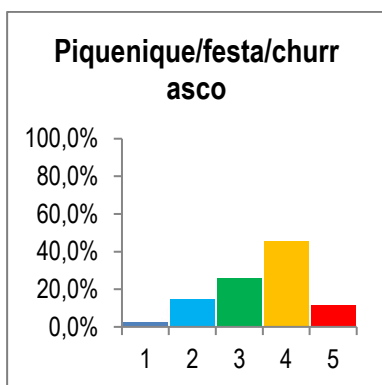


Gráfico 80. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos piqueniques/festas/churrascos.

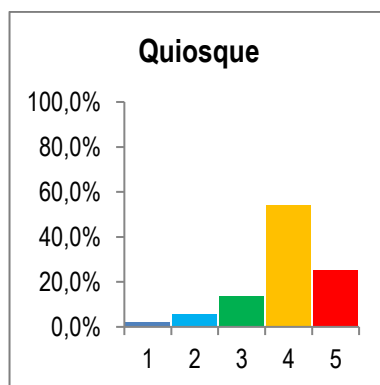


Gráfico 81. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos quiosques.

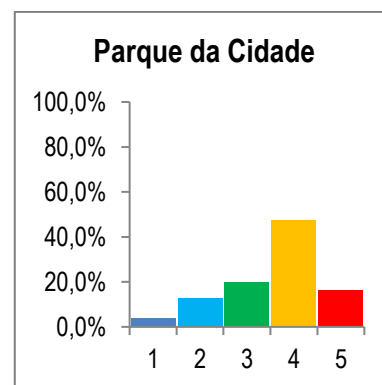


Gráfico 82. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no Parque da Cidade.

Vale retomarmos os resultados do local de domicílio e do capital edílico. A baixa frequência de moradores da UPT Central Adjacente I, provavelmente os detentores de maior capital edílico de Brasília, contribui para o baixo capital edílico do público do Parque da Cidade. As atividades esportivas no Parque são praticadas por pessoas com alto capital espacial, o que torna possível a regularidade da atividade física ao ar livre nos espaços do Parque, mas com menor capital edílico. As pessoas com maior capital edílico não frequentam o Parque da Cidade para a atividade física – essas pessoas as fazem em suas próprias casas muito bem equipadas ou em clubes e academias privadas. Muitos esportistas que frequentam o Parque da Cidade também frequentam esses espaços privados, a academia UNIQ em frente ao Estacionamento 10 exemplifica isso, mas não deixam de praticar seus esportes no Parque – até pelo suporte físico que o Parque fornece, com as pistas e as quadras, por exemplo.

Distribuição do capital arquitetônico, por Ponto de Interesse

A distribuição do capital arquitetônico, por atividade, reflete-se diretamente na ocupação dos *Pontos de Interesse* do Parque da Cidade (Tabela 39). Entre os frequentadores com maior capital arquitetônico estão aqueles que se distribuem pela *Piscina com Ondas* (7,534), pelo *Pedalinho* (7,441) e pelo *Quiosque do Atleta* (6,994) – *Pontos* marcados pela presença da prática esportiva, atividade das pessoas com maior capital arquitetônico. Da mesma forma que o público do *Nicolândia* e do *Parque Ana Lúcia* estão entre os detentores de menor capital arquitetônico.

Tabela 39. Distribuição do indicador de capital arquitetônico, por *Ponto de Interesse*.

Ponto de Interesse	Capital arquitetônico
Piscina com Ondas	7,534
Pedalinho	7,441
Quiosque do Atleta	6,994
Parque da Cidade	6,662
Praça das Fontes	6,538
Bosques	6,409
Parque Ana Lídia	6,407
Quadras	6,263
Nicolândia	4,590

O público da *Praça das Fontes* e o público dos *Bosques*, ainda que na sequência um do outro, apresentam distintos valores de capital arquitetônico. Embora a atividade predominante seja a mesma – piquenique/festa/churrasco – no caso da *Praça das Fontes*, os churrascos acontecem com menos frequência, o que pode ser um indício da diferença entre os públicos. Retomando o resultado da distribuição por UPT, verificamos que no gramado entre a Praça das Fontes e o Estacionamento 3, os moradores das UPTs Centrais somam 78,3%, com equilíbrio entre as UPTs Central (35,1%) e Central Adjacente II (35,1%), além de ser o segundo *Ponto de Interesse* com maior frequência de moradores da UPT Central Adjacente I (8,1%), atrás apenas do *Pedalinho*, com 8,2%. Nos *Bosques*, os moradores das UPTs Centrais contabilizam 64,7%, com predomínio da UPT Central Adjacente II (47,5%), e com presença considerável de moradores das UPTs Oeste (14,1%) e Sul (15,2%). *Esse cenário evidencia que distintos públicos procuram distintos locais no Parque da Cidade, ainda que para realizar o mesmo tipo de atividade, o que resulta no público com maior capital arquitetônico da Praça das Fontes em relação ao público dos Bosques.*

O público das *Quadras*, *Ponto de Interesse* marcado pelos esportes coletivos diversos e pelo tênis, tem baixo capital arquitetônico. Considerando apenas os praticantes de tênis, o valor médio do capital arquitetônico sobe para 6,913, ficando acima do público geral do Parque da Cidade, o que confirma a preferência de pessoas com maior volume de capital por esse esporte, mas ficando abaixo do capital arquitetônico da 10ª UT no quesito (Guará = 7,023, Tabela 36). Ainda que sejam pessoas que estão praticando em um espaço público, e não em suas quadras particulares ou em clubes privados, o que também confirma a ideia de que possuem menor capital edilício que os praticantes desse esporte que o fazem nesses outros locais – nas suas residências no Lago Sul ou Lago Norte, ou nos clubes na beira do

Lago Paranoá, dos quais são sócios.

Desagregando por faixas²⁴ de capital arquitetônico, a diferença entre a *Piscina com Ondas* e o *Pedalinho*, e o *Quiosque do Atleta* fica mais perceptível, com os dois primeiros contabilizando aproximadamente 90,0% dos seus públicos nas faixas 4 e 5, enquanto o *Quiosque do Atleta* tem uma presença expressiva do seu público na faixa 2 e 3, ainda que concentrado na faixa 4. No outro extremo, o *Nicolândia* tem o público com o menor capital arquitetônico de todos os *Pontos* do Parque (Tabela 40; Gráfico 83; Gráfico 84; Gráfico 85; Gráfico 86; Gráfico 87; Gráfico 88; Gráfico 89; Gráfico 90; Gráfico 91). A distribuição das pessoas que frequentam os *Pontos de Interesses Praça das Fontes* e *Quiosque do Atleta* são as que mais se aproximam da distribuição do público geral do Parque da Cidade – no caso do segundo, cabe destacar a variedade de atividades, desde esportes individuais e coletivos de areia, atividades recreativas e culturais.

Tabela 40. Faixas de capital arquitetônico, por *Ponto de Interesse*.

Ponto de Interesse	1	2	3	4	5
Bosques	0,0%	17,5%	27,8%	46,4%	8,2%
Nicolândia	36,7%	23,3%	26,7%	13,3%	0,0%
Parque Ana Lúcia	0,0%	13,3%	36,7%	43,3%	6,7%
Pedalinho	0,0%	3,8%	6,4%	60,3%	29,5%
Piscina com Ondas	0,0%	0,0%	9,5%	61,9%	28,6%
Praça das Fontes	5,7%	14,3%	22,9%	40,0%	17,1%
Quadras	3,4%	27,6%	24,1%	31,0%	13,8%
Quiosque do Atleta	1,5%	9,0%	14,9%	58,2%	16,4%
Total Geral	3,8%	12,8%	20,0%	47,3%	16,3%

²⁴ A partir da amplitude entre o menor e o maior valor de capital arquitetônico, foram divididas cinco faixas com intervalos semelhantes, sendo os menores valores concentrados na Faixa 1 e os maiores na Faixa 5.

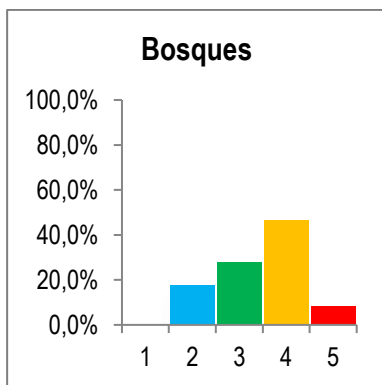


Gráfico 83. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nos *Bosques*.

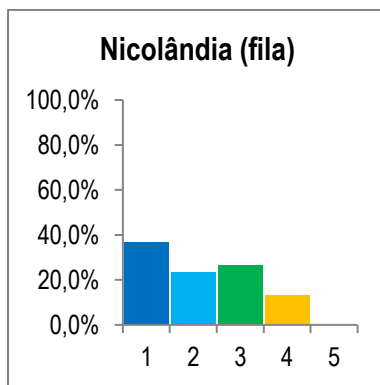


Gráfico 84. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no *Nicolândia (fila)*.

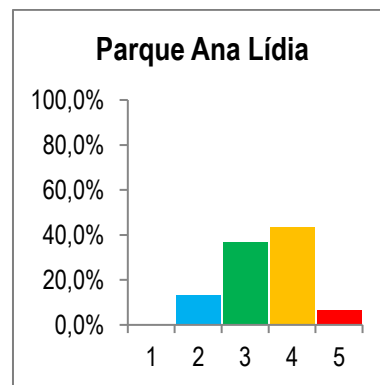


Gráfico 85. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no *Parque Ana Lúcia*.

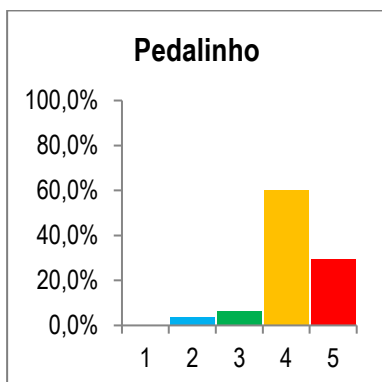


Gráfico 86. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no *Pedalinho*.

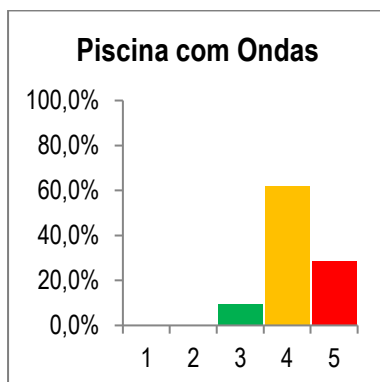


Gráfico 87. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, na *Piscina com Ondas*.

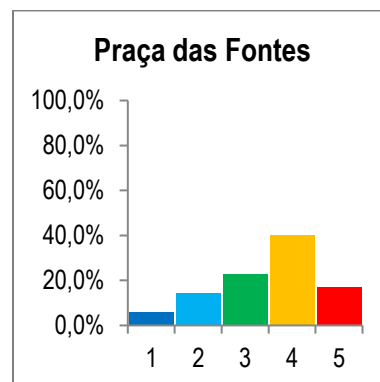


Gráfico 88. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, na *Praça das Fontes*.

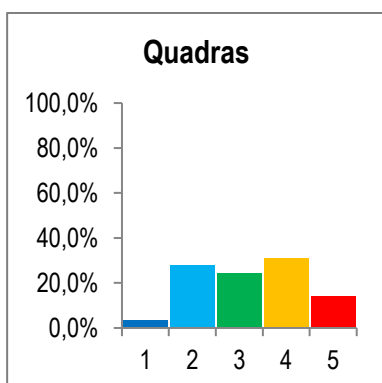


Gráfico 89. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, nas *Quadras*.

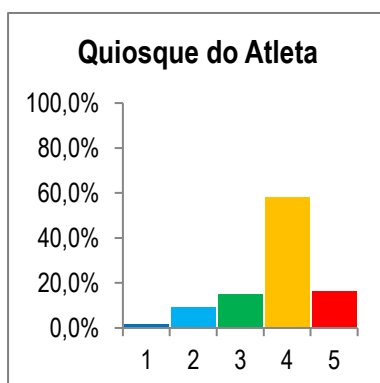


Gráfico 90. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no *Quiosque do Atleta*.

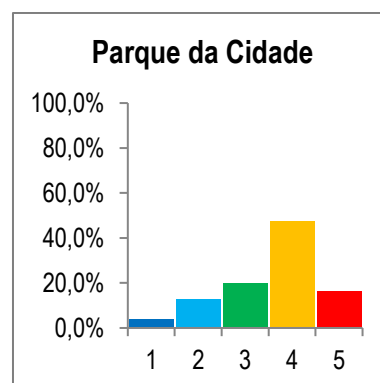


Gráfico 91. Distribuição das pessoas que responderam ao questionário, por faixas de capital arquitetônico, no *Parque da Cidade*.

Capital arquitetônico no *habitus*

A quantificação do capital arquitetônico a partir da construção de um indicador permitiu analisarmos a distribuição das pessoas na cidade e no Parque da Cidade, além das atividades que praticam, de acordo com o seu capital arquitetônico. Os resultados apresentados e discutidos demonstram que a população de diferentes localidades de Brasília possui distintos capitais arquitetônicos, o que influencia na forma como se apropriam do Parque da Cidade – na frequência e nos dias que frequenta, nas atividades que pratica e nos locais dentro do Parque.

Para Bourdieu (2017), o volume e a estrutura do capital implicam um *habitus*, que resulta da condição de classe de cada pessoa ao mesmo tempo em que condiciona suas percepções e suas práticas. O estilo de vida é produto desse *habitus* e é responsável pelos *gostos* – retomando a teoria de Bourdieu (2017): *gosto* se discute e é um *marcador privilegiado de classe*. Ser capaz de identificar os *habitus* das pessoas que frequentam um espaço público pode auxiliar-nos na análise e avaliação desse espaço, principalmente quando não somos capazes de proceder ao mapeamento das pessoas e à aplicação de questionários ou entrevistas.

Depois de operacionalizar o conceito de capital arquitetônico, interessa-nos identificar se essa espécie de capital constitui o *habitus*. Procedemos à análise entre o capital arquitetônico e o *habitus* dos frequentadores do Parque da Cidade a partir da técnica de regressão linear, que se caracteriza como uma técnica de análise de dados capaz de prever o valor de dados desconhecidos a partir de dados relacionados ou conhecidos.

Modos de deslocamento

A forma como as pessoas deslocam-se pela cidade diz muito sobre o seu domínio da cidade, logo, sobre seu capital arquitetônico, em particular, e seu *habitus*, em geral. O resultado da regressão entre *capital arquitetônico* e *modo de deslocamento até o trabalho* indicou que deslocamentos feitos por *carro próprio* predizem alto capital arquitetônico, incrementando em 0,801 o valor da constante (6,169) (Tabela 41). Por outro lado, aquelas pessoas que se deslocam até o trabalho utilizando *ônibus* têm seu capital arquitetônico reduzido em -0,849. Os dois resultados exemplificam o maior domínio da cidade que aqueles que se deslocam de carro têm

sobre aqueles que o fazem de ônibus – o menor tempo gasto, o horário desejado, o percurso preferido etc. Chama a atenção o resultado que aponta para o incremento de 0,981 no capital arquitetônico das pessoas que trabalham em *homeoffice*, o que indica que poder trabalhar em casa, algo bastante discutido durante a pandemia do novo coronavírus, é um privilégio dos detentores de alto capital arquitetônico. Esses três resultados possuem alto grau de confiabilidade, o que significa que em mais 95,0% dos casos ocorre esse movimento de ganho ou perda de capital arquitetônico.

Tabela 41. Regressão entre capital arquitetônico e modo de deslocamento até o trabalho.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
desloc_pe	0,349	0,293	1,190	0,235	-0,228	0,926
desloc_carroprop	0,801	0,184	4,330	0,000	0,437	1,164
desloc_uber	-0,026	0,294	-0,090	0,930	-0,605	0,553
desloc_bike	-0,348	0,541	-0,640	0,522	-1,411	0,717
desloc_bus	-0,849	0,231	-3,660	0,000	-1,305	-0,393
desloc_carona	0,855	0,557	1,530	0,126	-0,241	1,951
desloc_moto	0,464	0,593	0,780	0,434	-0,701	1,630
desloc_metro	0,012	0,595	0,020	0,984	-1,158	1,181
desloc_homeoffice	0,981	0,374	2,620	0,009	0,244	1,718
_cons	6,169	0,176	35,020	0,00	5,823	6,516

As relações se alteram quando analisamos os deslocamentos até o Parque da Cidade (Tabela 42). Nesse caso, com alto grau de confiabilidade, resultaram as regressões entre capital arquitetônico e os deslocamentos feitos a pé, de *uber*, de bicicleta e de ônibus, sendo apenas o último modo aquele que prediz uma redução significativa de -2,026 na constante de capital arquitetônico (6,488). As outras três formas de deslocamento resultam em incrementos de 0,813, 0,488 e 0,991, respectivamente, no capital arquitetônico das pessoas. Os deslocamentos a pé e de bicicleta estão diretamente relacionados à possibilidade daqueles que moram em localidades próximas ao Parque da Cidade e que, como vimos nos resultados por UT, detêm altos valores de capital arquitetônico. Esse resultado evidencia como os moradores das UTs próximas, já detentores de alto capital arquitetônico, incrementam ainda mais seu capital arquitetônico ao terem a possibilidade de se deslocarem a pé ou por bicicleta até o Parque da Cidade, o que significa a facilidade de acesso ao Parque.

Tabela 42. Regressão entre o capital arquitetônico e o deslocamento até o Parque da Cidade.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
desloc_lazer_pe	0,813	0,315	2,580	0,010	0,193	1,433
desloc_lazer_carro_prop	0,194	0,215	0,900	0,366	-0,228	0,617
desloc_lazer_uber	0,488	0,294	1,660	0,098	-0,089	1,066
desloc_lazer_bus	-2,026	0,276	-7,320	0,000	-2,570	-1,481
desloc_lazer_bike	0,991	0,215	4,590	0,000	0,566	1,415
desloc_lazer_carona	-0,141	0,360	-0,390	0,694	-0,850	0,566
desloc_lazer_moto	0,676	0,715	0,940	0,346	-0,731	2,083
desloc_lazer_metro	0,498	0,625	0,800	0,427	-0,732	1,728
_cons	6,488	0,218	29,710	0,000	6,058	6,917

Música

Ao analisar o *gosto* musical, os resultados das regressões demonstraram que a música *gospel* e o *rap* implicam a redução de -0,897 e -0,652 da constante de capital arquitetônico (6,472) – são gostos musicais que predizem pessoas com baixo capital arquitetônico (Tabela 43). Por outro lado, o *jazz* (0,482), o *samba* (0,382) e o *reggae* (0,382) incrementam o capital arquitetônico. Se considerarmos um grau de confiabilidade de 90,0%, a *MPB* também entraria no grupo que prediz alto capital arquitetônico.

Interessante notar que dois estilos musicais que tiveram sua origem entre a população negra e pobre, caso do *jazz*, nos EUA, e do *samba*, no Brasil, foram incorporados ao *habitus* de uma elite com alto volume de capital. Ainda que o *jazz* tenha passado por esse processo de elitização mais aparente, o mesmo processo está acontecendo com o *samba*, algo que começou há décadas com o surgimento da *bossa nova* – que não teve significância nos resultados da regressão mais pela baixa marcação entre os respondentes que pela própria falta de relação entre o *gosto musical* e a detenção de maior capital.

Outro resultado que chama a atenção se refere ao estilo musical *sertanejo*. Frequentemente associado ao gosto mais popular, o resultado demonstrou que o *sertanejo* foi incorporado ao *habitus* de todas as classes, da mais popular à elite. Com um grau de confiabilidade de 1,1%, ou seja, não há confiabilidade, o *sertanejo* prediz o incremento de 0,001 na constante de capital arquitetônico (6,472).

Tabela 43. Regressão entre capital arquitetônico e gosto musical.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
musica_axe	0,127	0,166	0,760	0,447	-0,200	0,454
musica_blues	-0,155	0,209	-0,740	0,461	-0,567	0,257
musica_bossa	0,291	0,211	1,380	0,169	-0,124	0,706
musica_classica	0,255	0,190	1,340	0,181	-0,119	0,630
musica_country	0,384	0,346	1,110	0,268	-0,296	1,064
musica_disco	-0,473	0,397	-1,190	0,234	-1,254	0,307
musica_eletronica	-0,035	0,164	-0,210	0,834	-0,358	0,289
musica_forro	-0,147	0,152	-0,970	0,335	-0,447	0,152
musica_funk	-0,082	0,167	-0,490	0,626	-0,412	0,248
musica_gospel	-0,897	0,178	-5,030	0,000	-1,246	-0,546
musica_hiphop	0,136	0,190	0,720	0,473	-0,237	0,510
musica_jazz	0,482	0,207	2,320	0,021	0,073	0,890
musica_mpb	0,265	0,140	1,890	0,059	-0,010	0,540
musica_pagode	-0,120	0,170	-0,710	0,480	-0,455	0,214
musica_pop	0,221	0,141	1,560	0,120	-0,057	0,500
musica_rap	-0,652	0,210	-3,100	0,002	-1,065	-0,238
musica_reggae	0,382	0,174	2,190	0,029	0,039	0,724
musica_rock	0,122	0,154	0,790	0,432	-0,182	0,426
musica_samba	0,322	0,156	2,050	0,041	0,013	0,630
musica_sertanejo	0,001	0,148	0,010	0,989	-0,290	0,293
musica_soul	-0,339	0,259	-1,310	0,192	-0,850	0,171
_cons	6,472	0,213895	30,26	0	6,051585	6,892726

Cabe destacar que a grande quantidade de opções para o gosto musical reduz a possibilidade de marcação de uma mesma opção, o que se reflete em diversos estilos musicais sem alto grau de confiabilidade. Poderíamos ajustar esse item criando categorias e agrupando algumas opções, como, por exemplo, agrupar *samba*, *MPB* e *bossa nova* em uma única categoria, o que resultaria em mais marcações e possivelmente em um maior grau de confiabilidade.

Atividades de lazer

Quanto às atividades de lazer, os resultados das regressões evidenciam que *ir a bares/restaurantes* e *praticar esportes* predizem um incremento de 0,629 e 0,693 na constante de capital arquitetônico (5,976) (Tabela 44). Se considerarmos um grau de confiabilidade de 90,0%, *fazer trabalhos sociais* também prediz um aumento de 0,392 no capital arquitetônico. Por outro lado, *ir à igreja*, implica a redução de -0,335 do capital arquitetônico, o que vai ao encontro do *gosto* musical com relação ao estilo

gospel.

Tabela 44. Regressão entre capital arquitetônico e atividades de lazer.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
lazer_ler	0,083	0,137	0,600	0,548	-0,188	0,353
lazer_cozinhar	0,199	0,149	1,340	0,182	-0,093	0,493
lazer_ouvir_musica	-0,092	0,148	-0,620	0,535	-0,383	0,199
lazer_fazer_compras	-0,056	0,174	-0,320	0,747	-0,399	0,287
lazer_fazer_piquenique	-0,183	0,183	-1,000	0,318	-0,544	0,177
lazer_tv	-0,044	0,144	-0,310	0,760	-0,328	0,239
lazer_internet	-0,038	0,136	-0,280	0,782	-0,305	0,230
lazer_trabalhos_sociais	0,392	0,214	1,830	0,068	-0,028	0,813
lazer_trabalhos_manuais	0,438	0,289	1,510	0,131	-0,130	1,007
lazer_cinema	0,013	0,140	0,100	0,924	-0,262	0,289
lazer_teatro	0,249	0,225	1,100	0,270	-0,194	0,692
lazer_museus	0,458	0,281	1,630	0,105	-0,095	1,010
lazer_igreja	-0,335	0,166	-2,020	0,044	-0,662	-0,008
lazer_bares_rest	0,629	0,136	4,610	0,000	0,360	0,896
lazer_tocar_inst	0,045	0,241	0,190	0,852	-0,430	0,520
lazer_esportes	0,693	0,141	4,900	0,000	0,414	0,970
_cons	5,976	0,260	22,960	0,000	5,464	6,487

O resultado com alto grau de confiabilidade que prediz o aumento de capital arquitetônico a partir das práticas esportivas como opção de lazer vai ao encontro da distribuição das pessoas no Parque da Cidade, por atividades e por *Pontos de Interesse*, que indicou que pessoas com maior capital arquitetônico estão envolvidas principalmente com a atividade caminhada/corrida/ciclismo e nos *Pontos* onde predominam os esportes, *Piscina com Ondas*, *Pedalinho* e *Quiosque do Atleta*.

Espaços de lazer

As regressões entre capital arquitetônico e espaços de lazer resultaram em diversas variáveis com alto grau de confiabilidade (95,0%) (Tabela 45). Interessante notar que o cinema possui uma forte relação com o capital, sendo que a única opção que prediz a redução do capital arquitetônico é o cinema dublado, com -0,535, diferente do cinema legendado, que aumenta em 0,437 a constante do capital arquitetônico (5,875). Esse resultado evidencia outras dimensões do *habitus*, como a prática da leitura e o domínio da língua inglesa, presentes com maior frequência entre os detentores de maior capital.

Tabela 45. Regressão entre capital arquitetônico e espaços de lazer.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
espaco_lazer_teatro	0,432	0,254	1,690	0,091	-0,069	0,932
espaco_lazer_cinema_dublado	-0,535	0,171	-3,120	0,002	-0,872	-0,198
espaco_lazer_cinema_legendado	0,437	0,141	3,100	0,002	0,159	0,714
espaco_lazer_parques_pracas	0,519	0,154	3,350	0,001	0,214	0,823
espaco_lazer_clubes	0,536	0,171	3,130	0,002	0,199	0,872
espaco_lazer_orla_lago	0,387	0,151	2,550	0,011	0,089	0,685
espaco_lazer_shopping	0,028	0,145	0,200	0,845	-0,258	0,315
espaco_lazer_gramado	0,387	0,242	1,600	0,111	-0,089	0,864
espaco_lazer_trilhas	0,335	0,190	1,760	0,079	-0,038	0,709
espaco_lazer_Rua	0,262	0,274	0,960	0,340	-0,277	0,802
_cons	5,875	0,204	28,790	0,000	5,474	6,276

O acesso a alguns espaços fixos também mostrou relação com o capital arquitetônico, como conceitualmente esperaríamos que acontecesse. Frequentar clube, um espaço fixo fechado, e frequentar praças ou parques e a orla do Lago Paranoá, predizem o incremento no valor do capital arquitetônico em 0,536, 0,519 e 0,387. Todos esses resultados vão ao encontro das discussões apresentadas nesta pesquisa, quando argumentamos que o amplo acesso a espaços públicos, como os parques urbanos (*Capítulos I, II e III*), e praças e a orla do Lago, implicam alto capital arquitetônico. Onde estão localizados e como estão qualificados são atributos dos espaços que contribuem para o incremento do capital das pessoas que os frequentam.

Atividades no Parque da Cidade

No caso das atividades realizadas no Parque da Cidade, os resultados das regressões evidenciam a leitura e a prática esportiva como atividades com forte relação com o capital arquitetônico (Tabela 46). Ao reduzirmos o grau de confiabilidade para 90,0%, podemos dizer que fazer piquenique e ver pessoas também estão entre essas atividades. Se ler e praticar algum esporte predizem um incremento de 0,740 e 1,054, respectivamente, na constante de capital arquitetônico (6,145), fazer piquenique ou ver pessoas predizem a redução de -0,306 e 0,339, respectivamente. Esse resultado, além de ir ao encontro dos resultados anteriores sobre a distribuição do capital arquitetônico no Parque da Cidade, por atividades e *Pontos de Interesse*, chama a atenção ao evidenciar que pessoas com maior capital estão mais voltadas para atividades individuais – correr, caminhar e pedalar, ler etc. –

enquanto pessoas com menor capital espacial se dedicam a atividades coletivas – fazer piquenique, praticar esportes coletivos, ver outras pessoas etc.

Tabela 46. Regressão entre capital arquitetônico e atividades no Parque da Cidade.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
atividade_encontrar_amigos	-0,269	0,139	-1,930	0,054	-0,542	0,004
atividade_brincar_filhos	0,262	0,170	1,540	0,124	-0,072	0,597
atividade_passear_dog	0,005	0,223	0,020	0,982	-0,433	0,443
atividade_por_do_sol	0,122	0,215	0,570	0,569	-0,300	0,545
atividade_piquenique	-0,306	0,165	-1,850	0,065	-0,631	0,019
atividade_ler	0,740	0,262	2,820	0,005	0,223	1,256
atividade_relaxar	0,102	0,148	0,690	0,489	-0,188	0,393
atividade_ouvir_musica	0,305	0,232	1,310	0,190	-0,152	0,763
atividade_ver_pessoas	-0,339	0,181	-1,870	0,062	-0,696	0,016
atividade_praticar_esportes	1,054	0,139	7,550	0,000	0,780	1,328
atividade_churrasco	0,160	0,301	0,530	0,595	-0,431	0,752
_cons	6,145	0,149	41,180	0,000	5,851	6,438

Motivos para frequentar o Parque da Cidade

Quanto aos motivos para frequentar o Parque da Cidade, os resultados das regressões seguem os resultados das atividades (Tabela 47). Com alto grau de confiabilidade (95,0%), temos que o contato com outras pessoas e o público que frequenta como motivos que predizem a redução da constante do capital arquitetônico (6,352) em -0,287 e - 0.491, respectivamente – motivos que implicam coletividade, olhar o outro. Por outro lado, a possibilidade de praticar atividade física implica o incremento de 0,483 do capital arquitetônico.

Tabela 47. Regressão entre capital arquitetônico e motivos para frequentar o Parque da Cidade.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
motivos_contatos	-0,287	0,146	-1,960	0,050	-0,574	0,000
motivos_natureza	0,094	0,155	0,600	0,547	-0,212	0,399
motivos_agua	0,228	0,356	0,640	0,522	-0,472	0,928
motivos_ativ_fisica	0,483	0,152	3,170	0,002	0,183	0,782
motivos_estrutura_apoio	0,235	0,226	1,040	0,298	-0,208	0,680
motivos_publico	-0,491	0,212	-2,320	0,021	-0,908	-0,074
motivos_seguranca_limpeza	0,246	0,197	1,240	0,214	-0,142	0,634
_cons	6,352	0,188	33,650	0,00	5,981	6,723

Alimentação no Parque da Cidade

Por fim, os resultados das regressões entre capital arquitetônico e alimentação – bebida (Tabela 48) e comida (Tabela 49) – um dos principais itens de distinção para Bourdieu (2017). Com alto grau de confiabilidade (95,0%), podemos afirmar que alimentos que se enquadram no *gosto de necessidade*, como o refrigerante, o pastel e a coxinha, e o famoso prato feito predizem a redução da constante do capital arquitetônico (6,389, no caso da bebida, e 6,832, para a comida) em - 0,789, - 0,374 e - 0,422, respectivamente. A água de coco e a água pura, bebidas saudáveis e propícias para uma dieta saudável de quem frequenta o Parque da Cidade para práticas esportivas, predizem o aumento do capital arquitetônico em 0,394 e 0,302, respectivamente.

Tabela 48. Regressão entre capital arquitetônico e o que gostaria de beber no Parque da Cidade.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
bebida_cervejas_nacionais	0,250	0,186	1,340	0,180	-0,116	0,617
bebida_cervejas_artesanais	0,242	0,185	1,310	0,191	-0,121	0,606
bebida_vinho_espumante	0,086	0,232	0,370	0,709	-0,369	0,543
bebida_agua_coco	0,394	0,159	2,460	0,014	0,079	0,707
bebida_refri	-0,789	0,174	-4,530	0,000	-1,131	-0,446
bebida_caldo_cana	-0,206	0,154	-1,340	0,182	-0,510	0,097
bebida_sucos_naturais	-0,019	0,141	-0,140	0,893	-0,297	0,259
bebida_agua	0,302	0,149	2,030	0,043	0,008	0,595
_cons	6,389	0,223	28,610	0,000	5,949	6,827

Tabela 49. Regressão entre capital arquitetônico e o que gostaria de comer no Parque da Cidade.

Capital Arquitetônico	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
comida_pastel_coxinha	-0,374	0,170	-2,190	0,029	-0,709	-0,037
comida_porcoes	-0,201	0,206	-0,970	0,330	-0,607	0,204
comida_churrasquinho	-0,012	0,156	-0,080	0,935	-0,321	0,295
comida_almoco_pf	-0,422	0,180	-2,340	0,020	-0,775	-0,067
comida_salada_frutas	0,089	0,151	0,590	0,555	-0,209	0,388
comida_sorvete_picole	-0,049	0,145	-0,340	0,735	-0,334	0,236
comida_sanduba_natural	0,0467	0,146	0,320	0,750	-0,241	0,334
_cons	6,832	0,168	40,590	0,000	6,501	7,163

Conclusão do capítulo

Os resultados evidenciaram o alto capital espacial dos frequentadores do Parque da Cidade, reflexo do local do domicílio dessas pessoas, predominantemente a UPT Central e a UPT Central Adjacente II (*Capítulo IX*), regiões mais próximas ao centro funcional e ao centro morfológico de Brasília. Por outro lado, identificamos o baixo capital edilício das pessoas que frequentam o Parque – moradores das regiões com alto capital edilício, como Lago Sul e Lago Norte, pouco frequentam o Parque.

A localização das pessoas próxima aos centros (*Capítulo III*), que resulta no alto capital espacial, contribui para a frequência ao Parque da Cidade, uma vez que ele próprio está localizado no coração da capital (*Capítulo V*). Ao mesmo tempo, atributos locais referentes à própria residência das pessoas, como o tipo edilício, o tamanho do lote, a existência de piscina, churrasqueira, varanda, sistema de climatização e de segurança etc., que implicam maior capital edilício, resultam na baixa frequência desse público, que pode frequentar seus próprios *espaços fixos fechados*.

No interior do Parque da Cidade, o capital arquitetônico também se refletiu na forma como as pessoas se distribuem por seus espaços e nas atividades que praticam. Enquanto os detentores de maior capital arquitetônico estão predominantemente envolvidos com práticas esportivas, principalmente com os esportes individuais caminhada/corrída/ciclismo, os detentores de menor capital arquitetônico estão entretidos com as atividades recreativas, como os parques infantis e o parque de diversões. Com valores intermediários estão as pessoas que frequentam o Parque para fazer piqueniques, festas e churrascos, que representam também um público mais heterogêneo.

A distribuição do capital arquitetônico por atividades reflete-se diretamente na distribuição por *Pontos de Interesse*, sendo que aqueles *Pontos* onde predominam as atividades esportivas são justamente onde estão as pessoas com maior capital arquitetônico, caso da *Piscina com Ondas*, do *Pedalinho* e do *Quiosque do Atleta*. Ao contrário, nos *Pontos Nicolândia* e *Parque Ana Lúcia*, foram observados os menores valores de capital arquitetônico. O caso dos públicos dos *Bosques* e da *Praça das Fontes*, envolvidos predominantemente com piqueniques, festas e churrascos, atividades com valores intermediários de capital arquitetônico, evidenciou que

distintos públicos procuram distintos locais no Parque da Cidade, ainda que para realizar o mesmo tipo de atividade, o que resulta no público com maior capital arquitetônico da *Praça das Fontes* em relação ao público dos *Bosques*.

Por fim, cabe retomar os resultados das regressões entre o capital arquitetônico e outros itens que compõem o *habitus* desses frequentadores. As fortes relações do capital arquitetônico com os deslocamentos até o trabalho feitos por carro próprio ou por ônibus, que predizem incremento e redução no capital arquitetônico, respectivamente, evidenciam o maior domínio que as pessoas detentoras de maior capital arquitetônico possuem da cidade. Ao mesmo tempo que os deslocamentos até o Parque a pé e por bicicleta também indicam um aumento no capital arquitetônico, o que está diretamente relacionado com a localização privilegiada desses frequentadores e a possibilidade desses modais.

Ainda sobre os *gostos*, ficou ainda mais evidente como a prática esportiva está relacionada às pessoas com maior capital arquitetônico, enquanto aquelas envolvidas com atividades coletivas, como piqueniques e churrascos, detêm menor capital arquitetônico – pessoas que têm entre os motivos para ir ao Parque justamente a possibilidade de encontrar e ver outras pessoas. Da mesma forma, a alimentação, um dos principais itens de distinção (Bourdieu, 2017), demonstrou como alimentos hipercalóricos estão relacionados às escolhas do público com menor capital, o que pode ser observado na praça de alimentação do Nicolândia ou entre os vendedores ambulantes, e como alimentos saudáveis coerentes com a vida do atleta, como a água de coco, está próxima do público detentor de maior capital arquitetônico, aquele que vai ao *Pedalinho* e que encontra na banca do coco ou nos grupos de corrida esse tipo de bebida.

A construção do indicador de capital arquitetônico, e dos subindicadores de capital espacial e de capital edilício, permitiu a análise da distribuição das pessoas na cidade e no Parque da Cidade, em atividades realizadas nesse parque urbano e em *Pontos de Interesse* específicos, de acordo com a detenção dessa espécie de capital. Os resultados demonstraram que o capital arquitetônico extra parque que os sujeitos detêm relaciona-se com a forma como eles se apropriam do Parque, seja pela frequência, pela atividade ou pelo local que o frequentam. Cabe destacar que a correlação entre o capital econômico, medido através das faixas de renda (*Capítulo IX*) e o capital arquitetônico, medido através do indicador, resultou em 0,366, o que

significa uma correlação moderada, como poderíamos esperar, mas mais importante significa que o capital arquitetônico não pode ser explicado ou reduzido ao capital econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na sociedade e nos diversos recursos dos quais dispomos significa compreender as diversas dimensões que a constituem, não apenas a econômica, apesar de seu peso no mundo social. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), não conseguimos explicar a sociedade sem compreendermos o capital em todas as suas formas. Diversas espécies de capital foram amplamente discutidas em diversos campos do conhecimento – o capital cultural, o político, o social. A dimensão espacial passou a ser discutida nas últimas décadas no campo da Geografia Urbana, que compreende que o acúmulo de vantagens derivadas da organização espacial da sociedade implica a detenção de uma determinada espécie de capital.

Ao incluir a estrutura socioespacial na constituição da sociedade, defendemos que a maneira como nos organizamos e a maneira como organizamos os lugares constituem uma macroestrutura social (HOLANDA, 2022). Dentro dessa estrutura, no campo da Arquitetura, defendemos a existência do *capital arquitetônico*, um atributo do sujeito, que pode ser definido como o recurso que implica possibilidades ou restrições aos nossos modos de nos apropriarmos dos lugares e de nos movermos através deles, e as condições de visibilidade dos outros.

O *capital arquitetônico* se divide em *capital espacial* e *capital edifício*, sendo que o primeiro se refere aos espaços abertos, de acesso irrestrito, e o segundo, aos espaços fechados, de acesso restrito. A detenção de maior capital espacial, que se divide em espaços externos de fluxos, intimamente relacionados à configuração urbana, e espaços externos de fixos (praças e parques, por exemplo), implica poder de movimento e maior domínio da cidade. A detenção de maior capital edifício, que se refere aos espaços internos de fixos, resulta do acúmulo de vantagens provenientes de atributos do lugar, como características do domicílio.

Ao compor o volume e a estrutura do capital global, o *capital arquitetônico*, assim como as outras espécies de capital, implica um *habitus* – *um conjunto de percepções e de práticas que definem uma posição no espaço social*. Distintas condições de existência implicam distintos *habitus*, distintos *estilos de vida*, distintos *gostos*. Para Bourdieu, *gosto* se discute e se configura como um *demarcador privilegiado de classe* – tem muito a nos dizer a respeito da posição social que sujeitos ocupam. Seguindo esse raciocínio, e a partir das questões de pesquisa apresentadas

na *Introdução* desta Tese, defendemos a seguinte hipótese:

A apropriação de um parque urbano é função de suas características morfológicas locais e globais e do sujeito enquanto detentor de capitais – umas e outras estão relacionadas, investigamos essa relação. Essas características – do lugar e do sujeito – implicam atividades diversas, mas também distinção entre atividades similares correspondentes a certos habitus. Empiricamente, atividades podem ser similares – por exemplo, esportes ou piqueniques – mas a distribuição dos sujeitos depende do seu habitus, que implica certo zoneamento social auto estruturado.

Investigamos quem corresponde aonde e fazendo o quê. Alcançamos uma compreensão matizada da distribuição dos sujeitos no espaço público, algo ausente, por exemplo, nos estudos da TSE – tem ocorrido no espaço edilício, não no espaço urbano. Ou seja, a tradição forte é a sintaxe dos corpos no espaço público; já o conhecimento da semântica dos corpos nos reservou boas surpresas.

Para esta pesquisa, escolhemos um dos maiores parques urbanos do mundo, o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, em Brasília. Localizado no coração da cidade, sua diversidade de atrações, de atividades e de públicos, nos brindou com um objeto de estudo ideal para a pesquisa empírica. A análise documental, a observação participante e não participante, a aplicação de questionários e de entrevistas nos permitiram conhecer o Parque e as pessoas que o frequentam – quem são, como se distribuem e o que fazem – informações necessárias para respondermos à pergunta de pesquisa e confirmar ou refutar nossa hipótese.

Ao longo da história, parques urbanos se concentraram em áreas centrais e nos bairros mais ricos, ainda que na última década esse cenário tenha começado a mudar com a criação de parques em áreas periféricas, o que não significa espaços qualificados e não garante o *acesso amplo* da população mais pobre. Onde estão localizados e como estão qualificados implica maior ou menor detenção de *capital arquitetônico* para quem pode amplamente acessá-los. O breve percurso histórico que trilhamos evidenciou que os parques urbanos sempre foram palco para a encenação de capitais – onde as pessoas encenam seus *habitus*. *O parque urbano é local de*

distinção entre as pessoas que o frequentam, e entre quem pode e quem não pode frequentá-lo. No Parque da Cidade, não seria diferente.

É de se admirar que tanto do que foi pensado por Burle Marx e equipe tenha se concretizado e permanecido no Parque da Cidade – ainda que muitas críticas tenham sido devidamente feitas pelo próprio paisagista acerca da sua implantação. O maior parque urbano da capital recebe milhares de pessoas todas as semanas, principalmente aos finais de semana. *Pessoas de diferentes regiões de Brasília e até de municípios vizinhos, com diferentes condições socioeconômicas, frequentam o Parque da Cidade, o que o torna um espaço democrático, mas seria um equívoco afirmar que as condições de acesso e permanência são iguais para todos.*

Começamos esta pesquisa com a ideia de que o Parque da Cidade recebia moradores das mais diversas regiões de Brasília e do Entorno, o que se mostrou verdadeiro, mas não na medida em que acreditávamos. Os resultados apontaram que quase 70,0% do público do Parque são moradores da UPT Central e da UPT Central Adjacente II, que abrigam apenas 27,4% da população de Brasília. Mais próximos ao centro funcional e ao centro morfológico, os moradores das regiões que compõem essas UPTs detêm maior capital espacial, o que resulta no alto capital espacial dos frequentadores do Parque da Cidade. Cabe destacar o caso do *Nicolândia*, com um público que vem predominantemente de regiões mais distantes do Plano Piloto, com a frequência inclusive de moradores de outros municípios, o que implica menor capital arquitetônico pelas distâncias percorridas até o parque. *Morar nas regiões centrais garante maior poder de movimento e maior domínio da cidade, o que implica maior capital espacial e possibilita frequentar o Parque mais vezes e em diferentes horários.*

Por outro lado, os moradores do Lago Sul, Lago Norte e Park Way (regiões da UPT Central Adjacente I), detentores de alto capital edilício, com suas residências de alto padrão em grandes lotes com extensas áreas verdes, pouco frequentam o Parque da Cidade. *O capital edilício interfere negativamente na apropriação do Parque da Cidade – pessoas com alto capital edilício tendem a não frequentá-lo.*

A distinção entre capital espacial e capital edilício, ainda que complementares na composição do capital arquitetônico, se mostrou válida e necessária para compreendermos a dimensão espacial da sociedade e como influenciam na forma de as pessoas se apropriarem do Parque da Cidade. *A correlação moderada (0,366), mas não forte, entre capital econômico e capital arquitetônico evidenciou o caráter*

multifacetado dessa espécie de capital e a sua relevância para a compreensão do espaço e da sociedade. O capital arquitetônico se relaciona, mas não é redutível à questão econômica.

Residências de alto padrão arquitetônico, localizadas no Lago Sul, por exemplo, com amplas áreas verdes, algumas inclusive com acesso ao Lago Paranoá (ainda que irregular), colocam seus moradores entre os detentores de maior capital edílico, mas não entre aqueles com maior capital espacial. *Ao consideramos a importância dos atributos globais e dos atributos locais na composição dos recursos dos quais dispomos para nos apropriarmos da cidade, não nos causa surpresa o detentor de maior capital arquitetônico ser um morador da Vila Planalto, região com diversidade edilícia e distribuição de renda semelhante à de Brasília – um microcosmo da cidade.*

Apenas observando e contando pessoas foi possível verificar que a distribuição pelos espaços do Parque não era a mesma. A investigação do Parque da Cidade foi possível a partir da seleção de dez *Pontos de Interesse*: Parque Ana Lúcia, Nicolândia, Quiosque do Atleta, Castelinho, Pedalinho, Pavilhão, Praça das Fontes, Bosques, Quadras e Piscinas com Ondas – localidades em torno das quais as pessoas se concentram. Enquanto alguns *Pontos*, como o Quiosque do Atleta e o Pedalinho, atraem pessoas todos os dias, outros, como o Castelinho e os Bosques, permanecem esvaziados ao longo da semana e ficam completamente cheios aos finais de semana, ou ainda, o caso do Pavilhão, que permanece vazio em qualquer dia da semana. A Praça das Fontes, idealizada para ser o coração do Parque a ser densamente ocupada, se tornou um grande vazio. O Pavilhão, pensado de forma independente do restante do Parque, assim permaneceu, isolado, dando origem à Floresta dos Sussurros.

A ocupação do Parque da Cidade está diretamente relacionada às atividades que ocorrem em cada um dos *Pontos*. A predominância de práticas esportivas resultou nos *Pontos de Interesse* mais movimentados durante a semana, o que observamos no Quiosque do Atleta, com os esportes coletivos de areia, no Pedalinho, com os esportes individuais de caminhada, corrida e ciclismo, e nas Quadras, principalmente com a prática do tênis. Esse resultado evidenciou a detenção de maior capital espacial do público esportivo, que, envolvido com uma prática que requer regularidade, detém maior poder de movimento com a possibilidade de frequentar o Parque em diferentes

horários, antes ou depois do expediente sem prejuízo. *Estar próximo ao Parque da Cidade e poder acessá-lo amplamente com a frequência desejada é um fator de distinção e implica maior capital espacial.*

A distribuição das pessoas ao longo do dia mostrou a predominância dos homens no primeiro (8h) e no último horário (18h) do mapeamento. Nos horários mais próximos ao fim e ao início da noite, quando o Parque está mais escuro e mais vazio e, por isso mesmo, mais inseguro, o público masculino predomina. *Por experimentarem possibilidades mais restritas de locomoção, as mulheres sofrem desvantagens em termos de detenção de capital espacial frente aos homens. Da mesma forma que existe uma divisão sexual do trabalho e, por consequência, divisão sexual do capital econômico, podemos afirmar que existe uma divisão sexual do capital espacial e, portanto, do capital arquitetônico.*

Aos finais de semana, o significativo aumento de pessoas em relação aos dias de semana em alguns *Pontos de Interesse*, como no *Parque Ana Lúcia*, no *Castelinho* e no *Nicolândia*, em atividades que duram mais tempo, nos forneceu indícios de que o Parque da Cidade se torna mais popular. No *Nicolândia*, foi possível identificar com mais clareza o *gosto de necessidade* nos alimentos ofertados na praça de alimentação, nos quiosques próximos e entre os vendedores ambulantes, como batata frita, hambúrguer, pastel e churros. A evidente menor preocupação com os padrões estéticos ditados pela moda, com os corpos alimentados por dietas hipercalóricas, em contraposição à ditadura da magreza e da “boa forma” sustentada pelas elites, também nos forneceu indícios de ser um público mais popular em relação aos *Pontos* onde predominam os esportes. *Essas observações, confirmadas pelos questionários, indicaram o menor capital arquitetônico desse público, que mora mais distante e que tem no parque o “quintal de casa”, apenas o usufruindo aos finais de semana, quando o tempo disponível para o lazer permite – praticar esportes com regularidade no Parque da Cidade não faz parte do habitus desse público.*

Entre atividades semelhantes, pessoas ocupando distintas posições no espaço social também encontram formas de se distinguir. Se o público dos piqueniques, festas e churrascos parecia mais diverso, os questionários demonstraram que, não apenas há diversidade, como há uma distinção entre os espaços ocupados. Os detentores de maior capital frequentam o gramado entre a Praça das Fontes e o

Estacionamento 3, enquanto os que possuem menor capital se distribuem pelos *Bosques*.

A distinção no espaço ocupado foi evidenciada principalmente entre os esportes. O público do *Quiosque do Atleta*, região fortemente marcada pela presença dos esportes de quadra de areia, ainda que conte com corredores e ciclistas, se mostrou detentor de menor capital econômico e arquitetônico que o público do *Pedalinho*, região fortemente marcada pelas atividades de caminhada, corrida e ciclismo. Os pés descalços do vôlei de praia, do futevôlei e do frescobol, no *Quiosque do Atleta*, são substituídos no *Pedalinho* pelos tênis tecnológicos, relógios de alta precisão, bicicletas de fibra de carbono – itens que chegam a custar milhares, dezenas de milhares de reais. *Os corpos dos atletas se distinguem entre os corpos do Parque da Cidade – os corpos dos corredores e dos ciclistas, e os itens que os identificam, se distinguem ainda mais. A apresentação se mostrou um item de distinção entre os frequentadores do Parque da Cidade, confirmando os postulados de Bourdieu.*

Não apenas de *Pedalinho* e *Quiosque do Atleta* vive o esporte no Parque da Cidade. Nas *Quadras*, os esportes coletivos e o esporte individual, marcado pela intensa presença do tênis, nas aulas praticadas durante a semana e aos finais de semana, também evidenciaram as diferenças entre si. Bourdieu (2017) indicou a preferência das classes populares pelos esportes coletivos e da elite pelos esportes individuais – não depender do outro para sua prática – o que foi confirmado entre os tenistas, entre os quais o capital foi superior em relação aos praticantes dos esportes coletivos das *Quadras*. Ainda que os praticantes de tênis do Parque da Cidade ocupem uma posição superior no espaço social em relação aos praticantes dos esportes coletivos, eles não ocupam a mesma posição daqueles que praticam o mesmo esporte em suas residências ou em clubes privados dos quais são sócios, que implica maior capital edilício.

Ainda nos *Pontos de Interesse* com a presença do esporte, encontramos a *Piscina com Ondas*, que teve esse público representado pelas pessoas concentradas no quiosque. Ainda que bem diverso do observado no *Quiosque do Atleta* e no *Pedalinho*, chamou a atenção a detenção de alto capital desse público, que também teve a maior participação relativa de idosos. Se um dia, com a *Piscina com Ondas* em pleno funcionamento, a região se caracterizou por ser uma das atrações mais populares do Parque da Cidade – uma piscina onde os corpos se misturavam – hoje

tornou-se uma região pouco movimentada que concentra o alto capital em torno de um quiosque que conta a história do Parque.

Os resultados demonstraram que a apropriação de um parque urbano, como é o caso da Parque da Cidade, é função de suas características morfológicas locais e globais, e do sujeito enquanto detentor de capitais. Pessoas detentoras de alto capital espacial frequentam o Parque mais vezes na semana e estão envolvidas principalmente com atividades esportivas – atividades que demandam regularidade que só podem ser cumpridas por aqueles que detêm maior poder de movimento. Atividades recreativas são praticadas principalmente pelas camadas mais populares, que o fazem aos finais de semana, quando o trabalho permite uma folga e há tempo disponível para o lazer. Essa realidade resulta na popularização do Parque da Cidade aos finais de semana.

Pessoas ocupando diferentes posições do espaço social se distinguem também entre os *Pontos* do Parque da Cidade. Influenciados diretamente pelas atividades, mas não apenas. A ocupação de *Pontos de Interesse* com atividades predominantes semelhantes, mas com detentores de diferentes capitais econômicos e arquitetônicos, evidenciou que as pessoas se distinguem também pelo espaço que ocupam – caso dos piqueniques nos *Bosques* e na *Praça das Fontes*, caso dos corredores no *Quiosque do Atleta* e no *Pedalinho*. *A apartação dos corpos se caracteriza como uma estratégia de constituir a distinção entre diferentes posições no espaço social, de se manterem distantes também no espaço físico.*

Os resultados evidenciaram ainda a relação entre a detenção de capital arquitetônico e os *gostos* dos frequentadores. Confirmando as observações e as postulações de Bourdieu, os alimentos hipercalóricos, como a coxinha, o pastel, o prato feito e o refrigerante, se mostraram correlatos a baixo capital arquitetônico. Com relação aos espaços de lazer, frequentar parques ou praças, clubes e a orla do Lago, demonstram o domínio sobre a cidade, logo, maior capital arquitetônico – assim como se deslocar de carro próprio, em detrimento de quem se desloca de ônibus. *A preferência pelas atividades individuais no espaço público ficou evidente entre os detentores de maior capital arquitetônico extra parque – correr, caminhar e pedalar, ler etc. – enquanto pessoas com menor capital arquitetônico tendem a se dedicar a atividades coletivas – fazer piquenique, praticar esportes coletivos, ver outras pessoas etc.*

Até aqui, nos guiamos pela *Ciência, o mundo como é*. Com esses resultados, apresentados e discutidos, podemos agora mudar de campo e adentrar na *Ética, o mundo como deve ser*. Quais inflexões de percurso podem (e devem) ser feitas, a partir dos achados desta pesquisa, para contribuir para a redução das desigualdades e construirmos espaços públicos mais democráticos?

A ideia de democracia tem muitos contornos. Para Tocqueville (2005), a democracia implica iguais condições aos cidadãos. Trazendo para o nosso campo de atuação, um espaço público democrático deveria ser capaz de receber pessoas de todos os lugares para realizar as mais diversas atividades, garantindo também o acesso das minorias. O Parque da Cidade recebe pessoas de diferentes regiões de Brasília e dos municípios vizinhos, mas seu público se concentra as regiões mais próximas, porque acessar amplamente um parque urbano implica maior capital arquetônico – precisa estar próximo a ele, precisa ter poder de movimento para chegar até ele, precisa que ele seja qualificado para ser frequentado.

Não por acaso, a Zona Administrativa, mais próxima ao Eixo Monumental e à Rodoviária do Plano Piloto, é a região mais frequentada do Parque da Cidade e a mais diversa – entre pessoas, atrações e atividades. Os *Pontos de Interesse* mais populares, que recebem o público que ocupa as posições inferiores no espaço social, estão ali – o *Nicolândia*, o *Parque Ana Lúcia* e o *Castelinho*. A facilidade de acesso cumpre um papel fundamental em promover o acesso amplo das pessoas ao espaço público qualificado. Cabe ao poder público garantir parques e praças distribuídos pela cidade, em locais acessíveis, pensados e *implantados* para serem usufruídos pela população. *É preciso que deixem de ser letra morta da lei*.

O espaço público é o espaço das diferenças – é o espaço do rico e do pobre. A investigação mostrou que diferentes capitais implicam diferentes formas de apropriação. E que assim seja. O espaço público deve ser capaz de receber pessoas que ocupem distintas posições no espaço social, com distintos *habitus*, distintos *estilos de vida*, distintos *gostos*. Pois que permita a integração, a interação entre as diferenças – que os corpos não sejam apartados e que as diferenças fiquem expostas. Enxergar o outro nos torna mais tolerantes, e o espaço público exerce um papel fundamental nessa direção. Ainda que com regiões onde *habitus* semelhantes se encontrem, mas sem barreiras que impeçam a visibilidade do *outro*, o Parque da Cidade, com toda sua diversidade, mostra como é possível a diferença viver em

harmonia – o ciclista, que chega pelo *Pedalinho* com sua bicicleta *speed* de fibra de carbono, circula pela mesma pista que a criança que permaneceu mais de hora no ônibus para andar na roda gigante do Nicolândia.

Não interessa a todas as pessoas frequentarem um parque urbano como o Parque da Cidade, mas que seja possível a todos que o desejarem. Ao arquiteto, cabe o papel de pensar esses espaços – projetar espaços mais acessíveis, contribuir para espaços mais diversos, colorir a cidade com todas as suas cores, exercer a Arquitetura como arte fundamental à construção da democracia.

Eduardo e Mônica eram nada parecidos
Ela era de Leão e ele tinha dezesseis
Ela fazia Medicina e falava alemão
E ele ainda nas aulinhas de inglês

Ela gostava do Bandeira e do Bauhaus
Van Gogh e dos Mutantes, de Caetano e de Rimbaud
E o Eduardo gostava de novela
E jogava futebol de botão com seu avô

E, mesmo com tudo diferente, [...] os dois se encontravam todo dia.

(Eduardo e Mônica, Legião Urbana)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, M. Z. A. (2020). Parques Urbanos. Transformações e permanências ao longo da história. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 247.03, Vitruvius, dez. 2020.
- Apaolaza, R; Blanco, J. (2015). Sobre capacidades, experiencias y posibilidades de uso y apropiación de la ciudad: Breve estado del arte del concepto de capital especial. In: *XI Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.
- Apaolaza, R.; Blanco, J.; Lerena, N.; López-Morales, E.; Lukas, M.; Rivera, M. (2016). Transporte, desigualdad social y capital especial: análisis comparative entre Buenos Aires y Santiago de Chile. In: *Íconos Revista de Ciencias Sociales*. No. 56, Vol. 20, Issue 3, Septiembre 2016. Quito-Ecuador.
- Barros, A. P. B. G. (2006). *Estudo Exploratório da Sintaxe Espacial como Ferramenta de Alocação de Tráfego*. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Transportes) – Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília.
- Benevolo, L. (2011). *História da Cidade*. – 5. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Blanco, J.; Apaolaza, R.; Rongvaux, N. L. (2015). Gentrificación, movilidad y capital espacial: una exploración del barrio de Parque Patricios, Buenos Aires. In: *Conferencia Anual COES 2015 Conflictos urbanos y territoriales: desafiando la cohesión social*. Santiago, Chile. 17-20 Noviembre 2015.
- Bourdieu, P. (1979). Os três estados do capital cultural. Tradução: Magali de Castro. Revisão Técnica: Maria Alice Nogueira. "Les trois états du capital culturel", publicado originalmente in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In: Richardson, J. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, p. 241-58.
- Bourdieu, P. (1986). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus.
- Bourdieu, P. (2017). *A Distinção: crítica social do julgamento*. – 2. ed. rev. 4. reimpr. – Porto Alegre, RS: Zouk.
- Brasil. (1956). *Lei Federal n. 2.874*, de 19 de setembro de 1956. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.
- _____. (1979). *Lei Federal n. 6.799*, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

- BURLE MARX, R. (1978). Parque Recreativo de Brasília. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Paisagismo. São Paulo: Editora Pini.
- Chiaradia, A.; Moreau, E.; Raford, N. (2005). Configurational exploration of public transport movement network: a case study, the London underground. In: *5 th INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 2005, Delft - Holanda*. Proceedings...Delft: Section of Urban Renewal and Management / Faculty of Architecture / TU Delft, 2005, v. 1, p. 541-552.
- Codeplan. (2021). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. PDAD. (2021-2022). Codeplan. Companhia de Planejamento do Distrito Federal.
- Coelho, J. M. (2017). Na riqueza e na pobreza. O papel da configuração para o estudo de centralidades e desigualdades socioespaciais em Brasília. 290 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.
- Costa, L. (1957). *Relatório do Plano Piloto*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). – 3 ed. – Brasília. (2014).
- Costa, L. (1987). Brasília Revisitada. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/10_BsB_Revisitada_MontagemRepublicacao.pdf. Acesso em: 26/08/2022.
- Cranz, C.; Boland, M. (2004). Defining the Sustainable Park: A Fifth Model for Urban Parks. *Landscape Journal* 23:2-04.
- Cybis, H; Turkienicz, B; Sclovsky, L.; Lindau, L. A. (1996). A Análise comparativa entre modelos configuracionais e de alocação de tráfego. In: *X Congresso da Associação Nacional de Pesquisas e Ensino em Transporte*. Brasília.
- Distrito Federal. (2009). *Lei Complementar n. 803*, de 25 de abril de 2009. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) e dá outras providências.
- Distrito Federal. (2019). *Lei Complementar n. 948*, de 16 de janeiro de 2019. Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências.
- Feriado do povo foi no Parque. Correio Braziliense, Brasília, 13/10/1978. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/02/29/interna_cid adesdf,830438/inaugurado-o-parque-da-cidade.shtml. Acesso em: 26/12/2022.

- Flamm, M.; Kaufmann, V. (2004). Operationalising the Concept of Motility: A Qualitative Exploration. In: *Mobility and Social Differentiation of the 32. Kongress der Deutschen Gesellschaft für Soziologie Munich*, October 7.
- Freyre, G. (2014). *Sobrados e Mucambos*. 1. ed. São Paulo: Global Editora.
- Gottdiener, M. (1997). *A Produção Social do Espaço Urbano*. 2. Ed. São Paulo. Edusp.
- Harvey, D. (1980). *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução de Antônio Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins.
- Hillier, B; Iida, S. (2005). Network effects and psychological effects: a theory of urban movement. In: *Spatial Information Theory. International Conference, COSIT 2005*, Ellicottsville.
- Hillier, B.; Hanson, J. (1984). *The Social Logic of Space*. Londres: Cambridge University Press.
- Hillier, B.; Penn, A.; Grajewski, T. X. J. (1993). Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. In: *Environment and Planning B*, Londres: Pion Publication, v.20, n.1, p.29-66.
- Holanda, F. (2002). *O espaço de exceção*. Brasília: EdUnB.
- Holanda, F. (2010). *Brasília: cidade moderna, cidade eterna*. Brasília: FAU UnB.
- Holanda, F. (2013). *Os 10 Mandamentos da Arquitetura*. Brasília: FRBH.
- Holanda, F. (2016). *Brasília: utopia ou segregação à brasileira?* Le Monde Diplomatique Brasil – Copyleft, São Paulo, 26 abr. 2016. Disponível em: www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3217
- Holanda, F. (2019). *Construtores de mim*. Brasília: FRBH.
- Holanda, F. (2020). Inclusão e exclusão em Brasília. In: *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.12, e20190306. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190306>
- Holanda, F. (2022). O verdadeiro, o bom e o belo. In: 1º Simpósio Brasileiro de Sintaxe Espacial. Sintaxe Brasil 2022. Brasília.
- Holanda, F.; Ribeiro, R.; Medeiros, V. (2008). Brasília, Brazil: economic and social costs of dispersion. 44th ISOCARP Congress – proceedings (CD-ROM). 19-23 de setembro de 2008. Dalian: Dalian Publishing House.

- Holanda, F.; Medeiros, V.; Ribeiro, R.; Moura, A. (2015). A configuração da Área Metropolitana de Brasília. In: *Brasília: transformações na ordem urbana*. Ribeiro, R.; Tenorio, G.; Holanda, F. (org). – 1 ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Inaugurado o Parque da Cidade. Correio Braziliense, Brasília, 12/10/1978. Disponível em:
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/02/29/interna_cidadesdf.830438/inaugurado-o-parque-da-cidade.shtml. Acesso em: 26/12/2022.
- Jacobs, J. (2009). Morte e vida de grandes cidades. – 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Coleção mundo das artes).
- Jannuzzi, P. de M. Indicadores Sociais no Brasil. – 5.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. Kaufmann, V.; Dubois, Y.; Ravalet, E. (2017). Measuring and typifying using motility. In: *Applied Mobilities*. v. 3. p. 198-213.
- Jatobá, U. (2017). Densidades Urbanas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. In: *Texto para Discussão*. TD – n. 22. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal.
- Kaufmann, V.; Viry, G.; Widmer, E. D. (2010). Motility. In: Schneider, N. F.; Collet, B. (eds). *Mobile Living Across Europe II: Causes and Consequences of Job-Related Spatial Mobility in Cross-National Comparison*.
- Kellerman, A. (2012). Potential Mobilities. In: *Mobilities*, 7:1, p. 171-183.
- Koolhas, R. (2008). Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan. São Paulo: Cosac Naify.
- Lamas, J. R. G. (2011). Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. – 6. ed. – Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lévy, J. (1994). *L'espace légitime: sur la dimension géographique de la fonction politique*, Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- Lévy, J. (2013). Capital spatial. In: *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, Paris: Belin, p. 147–149.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro.
- Macedo, S. S. (2015). Quadro do Paisagismo no Brasil: 1783-2000. – 2. 2d. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Macedo, S. S.; Queiroga, E. F.; Campos, A. C. A. C; Galender, F.; Custódio, V. (2018). Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Macedo, S. S.; Sakata, F. G. (2010). *Parques Urbanos no Brasil*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. – [Coleção Quapá].
- Assis, M. de (1896). Conto de história. In: *Contos Fluminenses*. São Paulo: Editora Martin Claret.
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K.; Engels, F. (2005). *A ideologia alemã: teses sobre feuerbach*. São Paulo: Centauro.
- Marx, K.; Engels, F. (2008).
- Medeiros, V. (2013). *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*. – Brasília: EdUnB.
- Mitchell, W. (2001). The Revenge of Place. In: *Proceedings 3rd International Space Syntax Symposium, Atlanta*.
- Mumford, L. (1989). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Netto, V. M. (2014). *Cidade & sociedade: as tramas da prática e seus espaços*. Porto Alegre: Sulina.
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS. (2015). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>.
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. ONU-Habitat. (2012). *State of the world's cities 2010/2011 – Bridging the urban divide*. Londres: Earthscan.
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. ONU-Habitat. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>.
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. ONU-Habitat III. (2015). *Documentos Temáticos da Habitat III. Espaço Público*.
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. ONU-Habitat III. (2016). *Documento de Políticas da Habitat III. Direito à cidade e cidades para todos*.
- Paviani, A. (2015). Brasília, a geografia da capital e da metrópole. In: *Vitruvius*. 185.03 Distrito Federalano 16, dez. 2015.
- Penn, A.; Hillier, B.; Banister, D.; Xu, J. P. (1998). Configurational modelling of urban movement networks. In: *Environment and Planning B: Planning and Design*, 25(1), 59–84.

- Reis, C. M.; RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. P.; GOULART, M. G. (2017). “É o avião e uma área de entorno”: atualizando a discussão sobre a preservação de Brasília. In: 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil. Belo Horizonte.
- Rérat, P. (2018). Spatial capital and planetary gentrification: residential location, mobility and social inequalities. In: Lees, L; Phillips, M. *Handbook of Gentrification Studies*.
- Ribeiro, R.; Holanda, F. (2015). A Metrópole de Brasília na rede urbana brasileira e configuração interna. In: *Brasília: transformações na ordem urbana*. Ribeiro, R.; Tenorio, G.; Holanda, F. (org). – 1 ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Richardson, R. J. (2011). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al). – 3. ed. – 13. reimp. – São Paulo: Atlas.
- Sakata, F. G. (2018). Parques Urbanos no Brasil – 2000 a 2017. 348 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.
- Santos, M. (2013). *A Urbanização Brasileira*. – 5. ed., 3. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2014). *Espaço e Método*. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Segawa, H. (1996). *Ao amor do público: jardins no Brasil*. – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. – (Cidade Aberta).
- Sennet, R. (2020). *Carne e pedra*. 5. Ed – Rio de Janeiro: BestBolso.
- SMU/CGPU/GIU. (2016). Análise qualitativa das densidades construídas em regiões da cidade do Rio de Janeiro. Disponível: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7720635/4211818/3.1.pdf>. Acesso em: 22/12/2022.
- Sugai, M. I. (2015). *Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. – Florianópolis: Editora da UFSC.
- Tanuré, J. (2017). O projeto de paisagismo de Burle Marx e equipe para o Parque da Cidade, em Brasília/DF. 209 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.
- Tenorio, G. (2012). *Ao Desocupado em Cima da Ponte*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG/FAU/UnB).

- Villaça, F. (2001). *Espaço intraurbano no Brasil*. – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.
- Villaça, F. (2012). *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. – São Paulo: Studio Nobel.
- Weber, M. (2012). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.
- Zechin, P. A. V. (2014). *Sobre a dimensão espacial da desigualdade socioeconômica urbana: um estudo sobre cinco cidades brasileiras*. 376 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

APÊNDICE A

Questionário final aplicado no Parque da Cidade.

21. Marque **ATÉ 05 (CINCO)** atividades de lazer preferidas?

- ler ir ao cinema
 cozinhar ir ao teatro
 ouvir música ir a museus
 fazer compras ir a igreja
 fazer piquenique ir a bares/restaurantes
 assistir televisão
 navegar pela internet
 realizar trabalhos sociais
 realizar trabalhos manuais. Qual? _____
 tocar instrumento musical. Qual? _____
 praticar esporte. Qual? _____
 outro. Qual? _____

22. Marque **ATÉ 03 (TRÊS)** dos espaços de lazer que você mais frequenta?

- teatro
 cinema: dublado ou legendado?
 parques e praças. Qual? _____
 clubes. Qual? _____
 orla do Lago. Onde? _____
 shopping. Qual? _____
 gramado. Qual/onde? _____
 trilhas. Qual/onde? _____
 rua. Qual/onde? _____
 outro. Qual? _____

AS PRÓXIMAS QUESTÕES (23-33) SÃO
RELACIONADAS AO **PARQUE DA CIDADE.**

23. Como você se desloca da sua casa até esse espaço?

- a pé bicicleta
 carro próprio carona
 uber (ou similar) motocicleta
 ônibus metrô
 outro. Qual? _____

24. Há quanto tempo frequenta esse espaço?

- primeira vez
 menos de 1 ano
 de 1 a 5 anos
 de 5 a 10 anos
 mais de 10 anos
 passou a frequentar por causa da pandemia

25. Marque **ATÉ 03 (TRÊS)** motivos pelos quais você frequenta esse espaço?

- proximidade de casa
 facilidade de transporte/ acesso
 contato com outras pessoas
 contato com a natureza
 contato com a água
 possibilidade de atividades físicas
 estrutura de apoio/ produtos e serviços
 público que frequenta
 segurança/ limpeza/ saneamento
 outro. Qual? _____

26. Quantas vezes você vai a esse espaço?

- primeira vez
 raramente
 1 a 2 vezes por mês
 1 vez por semana
 2 vezes por semana
 3 vezes ou mais por semana

27. Quando você vai a esse espaço?

- dias de semana
 finais de semana
 dias de semana e finais de semana

28. Quanto tempo você permanece nesse espaço?

- até 30 minutos
 entre 30 minutos e 1 hora
 entre 1 e 2 horas
 mais de 2 horas

29. O que você faz nesse espaço?

- encontrar os amigos relaxar
 brincar com filho(s) ler
 passear com cachorro(s) ouvir música
 fazer piquenique fazer churrasco
 ver o pôr do sol ver pessoas
 praticar esporte? Qual? _____
 outro. Qual? _____

30. Com quem você costuma ir a esse espaço?

- sozinho(a) amigos
 pais filhos
 grupo de esporte família
 outro. Quem? _____

31. Marque **ATÉ 03 (TRÊS)** itens que você come ou gostaria de comer nesse espaço?

- pastel/coxinha salada de frutas
 porções sorvete/picolé
 churrasquinho sanduíches naturais
 almoço/prato feito
 outro. Qual? _____

32. Marque **ATÉ 03 (TRÊS)** itens que você come ou gostaria de beber nesse espaço?

- cervejas nacionais refrigerante
 cervejas artesanais caldo de cana
 vinho/espumante sucos naturais
 água de coco água
 outro. Qual? _____

33. Qual a primeira coisa que vem a sua mente quando você pensa nesse espaço?

APÊNDICE B

Tabela 1. Composição do sub-indicador de capital espacial_{fluxos}.

RA_n	RA_nm	Tempo (minutos)	tempoN	NAIN(Rn)	NAIN(Rn)N
0	Brasília	32,528	5,865	0,711	6,303
1	Plano Piloto	15,893	9,592	0,860	8,687
1a	Asa Sul	16,050	9,556	0,864	8,744
1b	Asa Norte	14,895	9,815	0,894	9,223
1c	Noroeste	18,323	9,047	0,906	9,423
1d	Demais localidades	14,070	10,000	0,860	8,687
2	Gama	39,270	4,355	0,694	6,030
3	Taguatinga	29,573	6,527	0,878	8,970
3a	Taguatinga Consolidada	29,708	6,497	0,880	8,996
3b	Primavera	25,478	7,445	0,787	7,509
4	Brazlândia	54,248	1,000	0,666	5,576
5	Sobradinho	28,283	6,816	0,740	6,768
6	Planaltina	42,878	3,547	0,717	6,404
6a	Planaltina Consolidada	36,458	4,985	0,715	6,362
6b	Arapoanga	48,428	2,304	0,749	6,903
7	Paranoá	29,760	6,485	0,569	4,027
8	Núcleo Bandeirante	22,890	8,024	0,929	9,786
9	Ceilândia	35,025	5,306	0,732	6,635
10	Guará	26,558	7,203	0,828	8,176
11	Cruzeiro	17,963	9,128	0,943	10,000
12	Samambaia	33,443	5,660	0,702	6,157
13	Santa Maria	34,418	5,442	0,753	6,975
14	São Sebastião	37,260	4,805	0,531	3,432
14a	São Sebastião Consolidado	35,865	5,118	0,525	3,328
14b	Morro da Cruz	31,793	6,030	0,596	4,471
15	Recanto das Emas	32,775	5,810	0,718	6,406
16	Lago Sul	20,168	8,634	0,705	6,212
17	Riacho Fundo	21,323	8,375	0,741	6,781
18	Lago Norte	23,010	7,997	0,779	7,384
19	Candangolândia	25,740	7,386	0,891	9,177
20	Águas Claras	26,850	7,137	0,773	7,288
21	Riacho Fundo II	33,443	5,660	0,758	7,059
22	Sudoeste/Octogonal	18,278	9,057	0,860	8,677
23	Varjão	24,630	7,634	0,725	6,522
24	Park Way	25,253	7,495	0,771	7,262
25	SCIA/Estrutural	25,583	7,421	0,818	8,009
25a	SCIA Consolidado	26,880	7,130	0,846	8,450
25b	Chácara Santa Luzia	19,560	8,770	0,808	7,850
26	Sobradinho II	32,955	5,770	0,751	6,948
27	Jardim Botânico	29,633	6,514	0,613	4,738
27a	Jardim Botânico Consolidado	28,343	6,803	0,611	4,702

27b	Jardins Mangueiral	31,538	6,087	0,650	5,333
28	Itapoã	30,210	6,385	0,692	6,002
29	SIA	17,205	9,298	0,908	9,442
30	Vicente Pires	27,803	6,924	0,828	8,166
30a	Vicente Pires Consolidado	27,338	7,028	0,855	8,595
30b	26 de Setembro	36,915	4,883	0,801	7,735
31	Fercal	29,798	6,477	0,379	1,000
32	Sol Nascente/Pôr do Sol	40,553	4,068	0,704	6,186
33	Amiqueira	23,918	7,794	0,790	7,571

Tabela 2. Composição do sub-indicador de capital espacial_{fixos} (CEFI01 – CEFI08).

RA_n	RA_nm	CEFI01	CEFI02	CEFI03	CEFI04	CEFI05	CEFI06	CEFI07	CEFI08
0	Brasília	0,971	0,931	0,983	0,950	0,830	0,957	0,948	0,917
1	Plano Piloto	0,999	0,999	1,000	0,962	0,884	0,983	0,996	0,985
1a	Asa Sul	1,000	1,000	0,999	0,966	0,922	0,980	0,998	0,996
1b	Asa Norte	0,999	0,999	1,000	0,962	0,857	0,988	0,997	0,993
1c	Noroeste	1,000	1,000	1,000	0,939	0,923	0,962	0,997	0,868
2	Gama	0,974	0,958	1,000	0,964	0,884	0,934	0,958	0,953
3	Taguatinga	1,000	0,984	1,000	0,998	0,956	0,984	0,983	0,977
3a	Taguatinga Consolidada	1,000	0,998	1,000	0,998	0,967	0,984	0,996	0,990
3b	Primavera	0,997	0,486	1,000	0,999	0,562	0,975	0,534	0,509
4	Brazlândia	0,973	0,975	0,996	0,980	0,936	0,964	0,973	0,949
5	Sobradinho	0,908	0,878	0,974	0,961	0,878	0,961	0,946	0,934
6	Planaltina	0,994	0,884	0,995	0,958	0,458	0,948	0,942	0,925
6a	Planaltina Consolidada	0,994	0,935	0,996	0,959	0,600	0,936	0,926	0,904
6b	Arapoanga	0,995	0,735	0,993	0,955	0,052	0,983	0,991	0,983
7	Paranoá	0,922	0,918	0,951	0,871	0,783	0,927	0,907	0,895
8	Núcleo Bandeirante	0,996	0,991	1,000	0,980	0,858	0,976	0,983	0,905
9	Ceilândia	0,996	0,996	1,000	0,998	0,973	0,988	0,990	0,974
10	Guará	0,997	0,981	1,000	0,986	0,818	0,980	0,981	0,939
11	Cruzeiro	1,000	1,000	1,000	0,899	0,861	0,994	0,988	0,992
12	Samambaia	1,000	0,996	1,000	0,987	0,879	0,943	0,997	0,964
13	Santa Maria	0,997	0,985	1,000	0,988	0,949	0,975	0,980	0,972
14	São Sebastião	0,730	0,698	0,772	0,797	0,587	0,730	0,700	0,659
14a	São Sebastião Consolidado	0,854	0,845	0,861	0,845	0,665	0,813	0,839	0,797
14b	Morro da Cruz	0,932	0,021	0,361	0,578	0,236	0,347	0,061	0,026
15	Recanto das Emas	0,998	0,982	1,000	0,940	0,905	0,923	0,977	0,963
16	Lago Sul	0,990	0,933	1,000	0,986	0,828	0,995	0,998	0,990
17	Riacho Fundo	0,998	0,936	0,995	0,978	0,867	0,946	0,957	0,929
18	Lago Norte	0,949	0,923	0,999	0,949	0,842	0,982	0,914	0,867
19	Candangolândia	1,000	0,994	1,000	0,994	0,954	0,990	0,990	0,966
20	Águas Claras	0,999	0,999	0,999	0,986	0,899	0,993	0,996	0,990
21	Riacho Fundo II	0,989	0,965	0,997	0,889	0,648	0,965	0,987	0,841
22	Sudoeste/Octogonal	1,000	1,000	1,000	0,973	0,965	0,984	0,997	0,818
23	Varjão	0,998	0,996	1,000	0,983	0,786	0,977	0,998	0,921
24	Park Way	0,983	0,538	0,997	0,908	0,821	0,994	0,995	0,804
25	SCIA/Estrutural	0,793	0,775	0,779	0,813	0,307	0,781	0,726	0,637

25a	SCIA Consolidado	1,000	0,994	0,998	0,967	0,365	0,977	0,950	0,830
25b	Chácara Santa Luzia	0,133	0,076	0,935	0,325	0,123	0,156	0,014	0,024
26	Sobradinho II	0,930	0,877	1,000	0,963	0,807	0,997	0,957	0,887
27	Jardim Botânico	0,887	0,609	0,993	0,973	0,838	0,972	0,926	0,893
27a	Jardim Botânico Consolidado	0,819	0,380	0,989	0,960	0,781	0,957	0,881	0,829
27b	Jardins Mangueiral	1,000	0,988	0,998	0,994	0,933	0,995	1,000	0,998
28	Itapoã	0,994	0,989	1,000	0,996	0,772	0,976	0,974	0,951
29	SIA	1,000	0,997	1,000	0,993	0,807	0,941	0,919	0,905
30	Vicente Pires	0,883	0,848	0,939	0,609	0,432	0,909	0,843	0,822
30a	Vicente Pires Consolidado	0,982	0,948	0,999	0,647	0,485	0,967	0,973	0,950
30b	26 de Setembro	0,255	0,218	0,553	0,368	0,099	0,540	0,018	0,009
31	Fercal	0,614	0,200	0,998	0,836	0,423	0,899	0,679	0,380
32	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,954	0,716	0,916	0,935	0,811	0,934	0,564	0,482
33	Arniqueira	0,980	0,567	0,994	0,707	0,433	0,978	0,978	0,911

Tabela 3. Composição do sub-indicador de capital espacial fixos (CEFI09 – CEFI16).

RA_n	RA_nm	CEFI09	CEFI10	CEFI11	CEFI12	CEFI13	CEFI14	CEFI15	CEFI16
0	Brasília	0,570	0,774	0,818	0,724	0,832	0,922	0,889	0,664
1	Plano Piloto	0,741	0,977	0,900	0,858	0,954	0,988	0,978	0,909
1a	Asa Sul	0,667	0,975	0,929	0,897	0,962	0,985	0,989	0,873
1b	Asa Norte	0,792	0,986	0,894	0,845	0,964	1,000	0,986	0,945
1c	Noroeste	0,819	0,994	0,818	0,840	0,897	1,000	0,904	0,860
2	Gama	0,346	0,835	0,691	0,484	0,722	0,929	0,938	0,726
3	Taguatinga	0,484	0,840	0,732	0,542	0,879	0,965	0,894	0,620
3a	Taguatinga Consolidada	0,488	0,857	0,740	0,548	0,885	0,974	0,907	0,634
3b	Primavera	0,226	0,224	0,458	0,333	0,672	0,646	0,456	0,127
4	Brazlândia	0,247	0,929	0,942	0,895	0,869	0,967	0,884	0,616
5	Sobradinho	0,543	0,752	0,853	0,614	0,823	0,928	0,831	0,581
6	Planaltina	0,435	0,653	0,827	0,856	0,766	0,920	0,854	0,434
6a	Planaltina Consolidada	0,497	0,616	0,873	0,824	0,824	0,914	0,811	0,481
6b	Arapoanga	0,272	0,759	0,695	0,948	0,597	0,936	0,979	0,300
7	Paranoá	0,646	0,847	0,852	0,814	0,845	0,923	0,858	0,755
8	Núcleo Bandeirante	0,274	0,876	0,778	0,710	0,757	0,899	0,950	0,921
9	Ceilândia	0,520	0,695	0,802	0,636	0,836	0,936	0,938	0,733
10	Guará	0,655	0,879	0,894	0,873	0,933	0,958	0,940	0,774
11	Cruzeiro	0,546	0,942	0,927	0,820	0,926	1,000	0,968	0,917
12	Samambaia	0,551	0,731	0,886	0,786	0,704	0,959	0,920	0,573
13	Santa Maria	0,588	0,694	0,815	0,801	0,789	0,918	0,863	0,651
14	São Sebastião	0,455	0,425	0,633	0,485	0,668	0,688	0,711	0,487
14a	São Sebastião Consolidado	0,454	0,516	0,716	0,562	0,745	0,766	0,794	0,580
14b	Morro da Cruz	0,462	0,015	0,252	0,132	0,316	0,330	0,327	0,062
15	Recanto das Emas	0,483	0,790	0,881	0,711	0,795	0,895	0,862	0,778
16	Lago Sul	0,892	0,942	0,950	0,956	1,000	1,000	0,884	0,658
17	Riacho Fundo	0,474	0,716	0,795	0,663	0,780	0,784	0,882	0,817
18	Lago Norte	0,755	0,834	0,853	0,764	0,957	0,966	0,829	0,474
19	Candangolândia	0,470	0,649	0,880	0,771	0,842	0,893	0,951	0,884
20	Águas Claras	0,872	0,986	0,925	0,949	0,964	0,982	0,975	0,851

21	Riacho Fundo II	0,641	0,839	0,930	0,861	0,855	0,957	0,858	0,695
22	Sudoeste/Octogonal	0,846	0,970	1,000	0,978	1,000	1,000	0,982	0,955
23	Varjão	0,348	0,680	0,683	0,750	0,696	0,797	0,859	0,791
24	Park Way	0,713	0,743	0,951	0,941	0,960	1,000	0,791	0,524
25	SCIA/Estrutural	0,241	0,323	0,462	0,486	0,512	0,581	0,745	0,579
25a	SCIA Consolidado	0,241	0,418	0,591	0,629	0,609	0,721	0,903	0,717
25b	Chácara Santa Luzia	0,000	0,020	0,052	0,032	0,202	0,133	0,241	0,139
26	Sobradinho II	0,332	0,614	0,772	0,566	0,801	0,977	0,817	0,363
27	Jardim Botânico	0,837	0,890	0,878	0,846	0,911	0,939	0,840	0,755
27a	Jardim Botânico Consolidado	0,780	0,831	0,845	0,801	0,902	0,939	0,747	0,620
27b	Jardins Mangueiral	0,916	0,988	0,932	0,920	0,926	0,938	0,992	0,974
28	Itapoã	0,318	0,587	0,769	0,635	0,699	0,913	0,735	0,317
29	SIA	0,513	0,804	0,750	0,676	0,875	0,936	0,628	0,561
30	Vicente Pires	0,735	0,757	0,695	0,662	0,787	0,846	0,775	0,423
30a	Vicente Pires Consolidado	0,735	0,872	0,770	0,736	0,836	0,892	0,834	0,487
30b	26 de Setembro	0,600	0,032	0,224	0,192	0,475	0,552	0,403	0,000
31	Fercal	0,124	0,092	0,581	0,269	0,583	0,462	0,798	0,410
32	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,562	0,381	0,555	0,440	0,702	0,651	0,808	0,158
33	Arniqueira	0,398	0,688	0,773	0,700	0,861	0,909	0,713	0,502

Tabela 4. Composição do sub-indicador de capital espacial fixos (CEFI17 – CEFI23).

RA_n	RA_nm	CEFI17	CEFI18	CEFI19	CEFI20	CEFI21	CEFI22	CEFI23
0	Brasília	0,661	0,650	0,646	0,574	0,570	0,403	0,637
1	Plano Piloto	0,879	0,942	0,969	0,924	0,922	0,718	0,957
1a	Asa Sul	0,807	0,921	0,986	0,935	0,941	0,638	0,935
1b	Asa Norte	0,937	0,970	0,987	0,962	0,933	0,818	0,994
1c	Noroeste	0,857	0,846	0,858	0,831	0,879	0,472	0,893
2	Gama	0,774	0,707	0,669	0,842	0,623	0,395	0,807
3	Taguatinga	0,592	0,661	0,737	0,421	0,592	0,352	0,672
3a	Taguatinga Consolidada	0,603	0,676	0,752	0,432	0,606	0,361	0,673
3b	Primavera	0,199	0,119	0,189	0,053	0,109	0,028	0,637
4	Brazlândia	0,731	0,358	0,193	0,058	0,251	0,140	0,209
5	Sobradinho	0,515	0,584	0,522	0,327	0,543	0,288	0,750
6	Planaltina	0,498	0,356	0,399	0,326	0,266	0,167	0,398
6a	Planaltina Consolidada	0,558	0,455	0,449	0,348	0,332	0,222	0,532
6b	Arapoanga	0,325	0,073	0,255	0,264	0,073	0,009	0,012
7	Paranoá	0,706	0,641	0,625	0,442	0,538	0,364	0,560
8	Núcleo Bandeirante	0,897	0,905	0,870	0,703	0,814	0,675	0,923
9	Ceilândia	0,662	0,657	0,653	0,589	0,527	0,395	0,543
10	Guará	0,854	0,880	0,836	0,753	0,746	0,564	0,730
11	Cruzeiro	0,913	0,935	0,881	0,719	0,915	0,677	0,974
12	Samambaia	0,603	0,633	0,585	0,505	0,475	0,328	0,559
13	Santa Maria	0,664	0,686	0,597	0,655	0,543	0,376	0,606
14	São Sebastião	0,441	0,467	0,352	0,294	0,371	0,174	0,412
14a	São Sebastião Consolidado	0,522	0,560	0,428	0,359	0,447	0,212	0,462
14b	Morro da Cruz	0,068	0,038	0,002	0,002	0,024	0,002	0,182
15	Recanto das Emas	0,692	0,482	0,479	0,639	0,304	0,238	0,445

16	Lago Sul	0,724	0,692	0,747	0,749	0,799	0,598	0,884
17	Riacho Fundo	0,833	0,820	0,789	0,513	0,806	0,372	0,850
18	Lago Norte	0,573	0,528	0,656	0,592	0,548	0,331	0,806
19	Candangolândia	0,872	0,925	0,807	0,630	0,716	0,757	0,714
20	Águas Claras	0,833	0,888	0,945	0,888	0,880	0,771	0,830
21	Riacho Fundo II	0,641	0,725	0,574	0,616	0,595	0,307	0,636
22	Sudoeste/Octogonal	0,957	0,978	0,987	0,981	0,990	0,807	0,991
23	Varjão	0,751	0,808	0,644	0,404	0,524	0,431	0,556
24	Park Way	0,680	0,683	0,719	0,773	0,808	0,430	0,901
25	SCIA/Estrutural	0,538	0,526	0,385	0,304	0,260	0,253	0,183
25a	SCIA Consolidado	0,670	0,660	0,496	0,384	0,301	0,316	0,207
25b	Chácara Santa Luzia	0,123	0,096	0,032	0,048	0,131	0,056	0,105
26	Sobradinho II	0,401	0,298	0,376	0,184	0,212	0,121	0,327
27	Jardim Botânico	0,736	0,791	0,686	0,694	0,792	0,517	0,889
27a	Jardim Botânico Consolidado	0,618	0,696	0,515	0,538	0,728	0,442	0,844
27b	Jardins Mangueiral	0,931	0,946	0,969	0,953	0,898	0,643	0,963
28	Itapoã	0,358	0,234	0,413	0,303	0,120	0,078	0,216
29	SIA	0,536	0,591	0,490	0,405	0,541	0,400	0,629
30	Vicente Pires	0,441	0,400	0,510	0,424	0,477	0,303	0,618
30ª	Vicente Pires Consolidado	0,503	0,456	0,582	0,489	0,543	0,350	0,666
30b	26 de Setembro	0,046	0,048	0,056	0,000	0,056	0,000	0,316
31	Fercal	0,456	0,293	0,087	0,002	0,130	0,063	0,505
32	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,148	0,113	0,119	0,058	0,075	0,043	0,165
33	Arnuqueira	0,550	0,546	0,540	0,428	0,514	0,296	0,663

Tabela 5. Matriz de Correlação das variáveis do subindicador de capital espacial fixos.

	CEFI01	CEFI02	CEFI03	CEFI04	CEFI05	CEFI06	CEFI07	CEFI08	CEFI09	CEFI10	CEFI11	CEFI12	CEFI13	CEFI14	CEFI15	CEFI16	CEFI17	CEFI18	CEFI19	CEFI20	CEFI21	CEFI22	CEFI23
CEFI01	1.000																						
CEFI02	0.715	1.000																					
CEFI03	0.446	0.605	1.000																				
CEFI04	0.793	0.690	0.632	1.000																			
CEFI05	0.592	0.671	0.537	0.734	1.000																		
CEFI06	0.788	0.729	0.732	0.826	0.629	1.000																	
CEFI07	0.786	0.833	0.770	0.791	0.661	0.901	1.000																
CEFI08	0.780	0.869	0.739	0.766	0.669	0.856	0.971	1.000															
CEFI09	0.321	0.308	0.102	0.196	0.454	0.354	0.337	0.357	1.000														
CEFI10	0.665	0.765	0.634	0.609	0.711	0.724	0.843	0.873	0.626	1.000													
CEFI11	0.725	0.731	0.651	0.728	0.742	0.826	0.898	0.876	0.579	0.884	1.000												
CEFI12	0.668	0.681	0.592	0.624	0.527	0.740	0.830	0.820	0.598	0.866	0.908	1.000											
CEFI13	0.653	0.665	0.614	0.649	0.764	0.809	0.800	0.790	0.704	0.881	0.914	0.816	1.000										
CEFI14	0.736	0.778	0.624	0.707	0.696	0.854	0.888	0.904	0.565	0.910	0.916	0.859	0.900	1.000									
CEFI15	0.681	0.807	0.637	0.734	0.638	0.816	0.884	0.855	0.388	0.797	0.828	0.778	0.725	0.791	1.000								
CEFI16	0.518	0.702	0.524	0.578	0.695	0.568	0.732	0.718	0.438	0.777	0.733	0.681	0.681	0.635	0.793	1.000							
CEFI17	0.549	0.695	0.568	0.605	0.707	0.618	0.765	0.740	0.455	0.806	0.786	0.741	0.736	0.687	0.807	0.978	1.000						
CEFI18	0.478	0.630	0.473	0.527	0.697	0.536	0.673	0.656	0.536	0.747	0.701	0.647	0.709	0.627	0.713	0.954	0.945	1.000					
CEFI19	0.556	0.694	0.515	0.533	0.701	0.597	0.715	0.724	0.626	0.831	0.740	0.706	0.783	0.727	0.748	0.890	0.898	0.939	1.000				
CEFI20	0.486	0.587	0.456	0.456	0.625	0.505	0.640	0.641	0.683	0.797	0.710	0.716	0.730	0.675	0.686	0.837	0.851	0.870	0.929	1.000			
CEFI21	0.420	0.517	0.443	0.416	0.671	0.483	0.601	0.597	0.687	0.796	0.699	0.663	0.773	0.643	0.629	0.859	0.873	0.937	0.945	0.910	1.000		
CEFI22	0.423	0.551	0.416	0.428	0.631	0.466	0.570	0.575	0.616	0.734	0.652	0.644	0.705	0.590	0.646	0.878	0.882	0.933	0.930	0.892	0.937	1.000	
CEFI23	0.383	0.376	0.421	0.386	0.646	0.497	0.505	0.492	0.675	0.689	0.638	0.529	0.762	0.592	0.495	0.711	0.748	0.819	0.847	0.814	0.920	0.831	1.000

Diagrama de Declividade

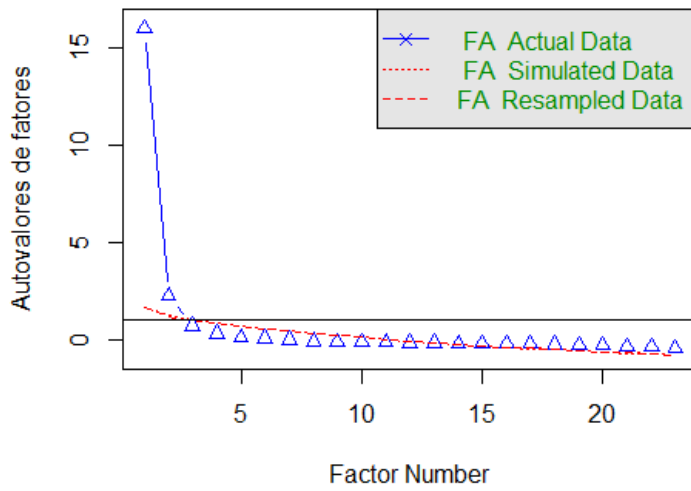


Figura 1. Diagrama de Declividade do subindicador de capital espacial_{fixos}.

Tabela 6. Cargas fatoriais calculadas para o subindicador de capital espacial_{fixos}.

MR1	
1.Abastecimento_água_CAESB	0.717
2.Esgotamento_sanitário_CAESB	0.800
3.Abastecimento_energia_elétrica	0.663
4.Coleta_lixo_convencional	0.730
5.Coleta_lixo_seletiva	0.784
6.Rua_iluminação	0.810
7.Rua_asfaltada/pavimentada	0.902
8.Rua_com_calçada	0.895
9.Calçada_Boa_Ótima	0.578
9.Drenagem_pluvial	0.934
10.Ruas_n_alagadas	0.927
11.Ruas_n_esburacadas	0.858
12.n_Entulho	0.907
13.n_Esgoto_céu_aberto	0.895
14.Ponto_ônibus	0.873
15.Quadras_esportivas	0.874
16.Academia_comunitária_PEC	0.906
17.Praça	0.865
18.Travessia_sinalizada	0.911
19.Ciclovia/ciclofaixa	0.849
20.Jardins_parques	0.844
21.Espaço_cultural_público	0.817
22.Ruas_arborizadas	0.750
	MR1
SS loadings	16.024
Proportion Var	0.697

Tabela 7. Matriz de Correlação das variáveis do subindicador de capital edifício.

	CED01	CED02	CED03	CED04	CED05	CED05	CED06	CED07	CED08	CED09	CED10	CED11	CED12	CED13
CED01	1.000													
CED02	0.330	1.000												
CED03	0.370	0.760	1.000											
CED04	0.330	0.280	0.330	1.000										
CED05	0.370	0.370	0.490	0.550	1.00									
CED06	0.250	0.240	0.520	0.240	0.43	1.00								
CED07	0.130	0.140	0.390	0.190	0.31	0.54	1.00							
CED08	0.510	0.410	0.660	0.480	0.61	0.60	0.55	1.00						
CED09	0.160	0.052	0.290	0.380	0.49	0.47	0.36	0.48	1.000					
CED10	0.140	-0.073	0.150	0.280	0.47	0.42	0.34	0.26	0.500	1.000				
CED11	0.120	0.330	0.400	0.380	0.44	0.23	0.17	0.27	0.180	0.290	1.000			
CED12	0.190	0.160	0.340	0.400	0.76	0.43	0.35	0.52	0.500	0.770	0.440	1.00		
CED13	0.140	0.022	0.190	0.110	0.29	0.34	0.33	0.37	0.280	0.360	0.330	0.28	1.000	
CED14	0.017	0.140	0.380	0.130	0.37	0.32	0.31	0.39	0.270	0.500	0.410	0.46	0.270	1.000

Diagrama de Declividade

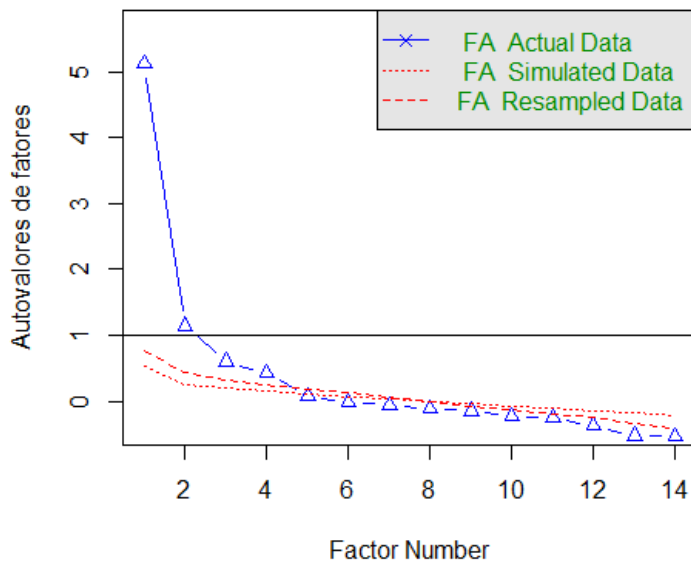


Figura 2. Diagrama de Declividade do subindicador de capital edifício.

Tabela 8. Cargas fatoriais calculadas para o subindicador de capital edifício.

MR1	
situação_moradia_co	0.388
quartos_co	0.397
banheiros_co	0.668
area_verde	0.535
churrasqueira	0.802
moveis_planejados	0.667
ar_condicionado	0.544
aquecimento_solar	0.813
sistema_seguranca	0.597
equipamentos_lazer	0.589
varanda	0.506
piscina	0.769
forro_gesso	0.428
garagem_coberta	0.524
MR1	
SS loadings	5.096
Proportion Var	0.364